SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA

AROM Associação Rondoniense de Municípios

Rondônia , 30 de Novembro de 2023 • Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia • ANO XV | Nº 3611

Expediente 2023
Associação Rondoniense de Municípios – AROM
MUNICIPALISMO UNIDO, MUNICÍPIO FORTE

Diretoria 2023

Conselho Deliberativo

Presidente: HILDON DE LIMA CHAVES

Vice-Presidente: MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA

Secretário Geral: CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO

1º Secretário: VALÉRIA APARECIDA MARCELINO GARCIA

Tesoureiro: SIDNEY BORGES DA FONSECA

1º Tesoureiro: ISAÚ RAIMUNDO DA FONSECA

Conselho Fiscal

Titular: EVALDO DUARTE ANTÔNIO

Titular: MOISÉS GARCIA CAVALHEIRO

Titular: VALTEIR GERALDO GOMES DE QUEIROZ

Suplente: ALDAIR JÚLIO PEREIRA

Suplente: PAULO HENRIQUE DOS SANTOS

Suplente: RAISSA DA SILVA PAES

==========

Diretoria FUNDADORA 2011/2012

Conselho Deliberativo

Presidente: LAERTE GOMES
Vice-presidente: Roberto Eduardo Sobrinho
Secretário Geral: Kleber Calistode Souza
Membros: Eloisa Helena Bertoletti, Daniel Deina, Silvino Alves Boaventura

Conselho Fiscal

Titular: Luiz Gomes Furtado
Titular: Augusto Tunes Plaça
Titular: Valcir Silas Borges

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

Contatos com a entidade:
web-site: www.arom.org.br
fam page: facebook.com/arom.org.br
e-mail de contato: arom@arom.org.br

ESTADO DE RONDÔNIA
CIMCERO - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCURADORIA
2º TERMO ADITIVO Nº. 099/2023 - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 187/2022

2º Termo Aditivo nº. 099/2023
Contrato Administrativo nº. 187/2022
Contratante: CIMCERO - Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia, inscrito no **CNPJ nº. 02.049.227/0001-57.**
Contratada: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, inscrito no **CNPJ nº. 61.074.175/0001-38.**
Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de seguros de veículos para frota oficial do CIMCERO.
Valor Estimado: R$ 5.464,60 (cinco mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos).
Vigência do Contrato: 12 (doze) meses, compreendidos, excepcionalmente, entre 12 de novembro de 2023 a 11 de novembro de 2024.
Embasamento Legal: Lei Federal nº. 8.666/93.

Publicado por:
Bruna Moura de Freitas
Código Identificador:8A4D42B8

PROCURADORIA
3º TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº. 100/2023 - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 236/2020

3º Termo Aditivo de Prazo nº. 100/2023
Contrato Administrativo nº. 236/2020
Contratante: CIMCERO - Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia, inscrito no **CNPJ nº. 02.049.227/0001-57.**
Contratada: TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS LTDA - ME, inscrito no **CNPJ nº. 17.468.557/0001-54.**
Objeto: Contrato de locação de softwares integrados de gestão municipal de saúde, mediante licença de uso, serviços de suporte técnico especializado, manutenção e configuração, afim de atender os Municípios Consorciados ao CIMCERO.
Vigência do contrato: 12 (doze) meses, a contar do dia 1º de dezembro 2023 a 30 de novembro de 2024.
Embasamento Legal: Lei Federal nº. 8.666/93.

Publicado por:
Bruna Moura de Freitas
Código Identificador:52EDFF34

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D´OESTE
PORTARIA Nº. 57/CMAFO/2023

PORTARIA Nº. 57/CMAFO/2023

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE-ESTADO DE RONDÔNIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE

ART. 1º - NOMEIA A SENHORA VALDILANE MARTINS DA SILVA, PORTADORA DA CEDULA DE IDENTIDADE Nº 1X.XX.XX8 SESDEC/RO E INSCRITA NO CPF Nº 03X.XXX.XXX-X1, NO CARGO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE LEGISLATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL, CONFORME ANEXO III DA LEI MUNICIPAL Nº 1.763 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023.

ART. 2º - ESTA PORTARIA ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, COM EFEITOS A PARTIR DO DIA VINTE E OITO DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2023.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE-ESTADO DE RONDÔNIA, EM VINTE E NOVE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE TRES.

PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

ERNANDES BOMFIM DE SOUZA
Presidente/ Câmara
Alta Floresta D'Oeste/RO

Publicado por:
Rafael Ricardo Straub
Código Identificador:C0AEFF26

PODER EXECUTIVO
TERMO DE ADITIVO

TERMO DE ADITIVO
15° Termo aditivo do contrato nº.197/2023, decorrente de Pregão n° 54/2023 de Registro de preços para possível e eventual AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL ÓLEO DIESEL S10, através de Pregão eletrônico, tal aquisição atender a CONVÊNIOS e recursos próprios, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura por um período de 12 (doze) meses..
A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 15.834.732/0001-54, com endereço em AV. NILO PECANHA, 10, CENTRO, ALTA FLORESTA D'OESTE-RO, 78900000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. , e a empresa COMERCIO DE COMBUSTIVEL CHICATTO LTDA ME , inscrita no CNPJ sob nº. 34.835.385/0001-29, com sede no endereço , , CENTRO, - neste ato representada por MARILI CARDOSO, portador do RG n° 303398, portador do CPF sob n° 295.927.392-34, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro) na importância de R$ 8.337,00 (oito mil, trezentos e trinta e sete reais) , corresponde ao acréscimo de 0,0% com finalidade de ADITIVO CONFORME SOLICITAÇÃO E PARECER JURIDICO.
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

ALTA FLORESTA D'OESTE 29 de novembro de 2023.

Contratante
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA
CNPJ:15.834.732/0001-54

Contratada
COMERCIO DE COMBUSTIVEL CHICATTO LTDA ME FLORESTA DO OESTE
CNPJ: 34.835.385/0001-29

Publicado por:
Celia Ferrari Bueno
Código Identificador:ADD50A0B

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 124/2023.

DO OBJETO
A Secretaria Municipal de Finanças e Administração de Alto Alegre Dos Parecis, com consonante autorização do Sr. Prefeito Municipal, torna público **Dispensa de Licitação para*Aquisição de uma Porta*de Vidro**para a Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO,conforme Termo de Referência e Memorando.

DA JUSTIFICATIVA
Justifica-se a aquisição do material para a substituição de uma das bandeiras da porta da Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Pareis/RO, localizada na Avenida Afonso Pena 3370, devido a atual ter se quebrado deixando a Prefeitura sem segurança.

DO PRESTADOR DE SERVIÇOS E VALOR
O preço desta aquisição é de**R$ 1.100,00**(mil e cem reais)em favor da empresa:**REINALDO CESARIO FERREIRA- VIDRACARIA RSF REFLEXO, CNPJ: 40.465.664/0001-40,**de Alto Alegre dos Parecis-RO, conforme cotações em anexo.

DA BASE LEGAL
Art. 24.É dispensável a licitação:
II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

DA AUTORIZAÇÃO
Autorizo a presente **RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**.

Alto alegre dos Parecis - RO, 29 de Novembro de 2023.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Shara Felicia de Oliveira Martins
Código Identificador:F1EE8EB5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 051/CPL/2023

Excelentíssimo Prefeito do Município de Alto Alegre dos Parecis o Senhor Denair Pedro da Silva, no uso de suas atribuições legais, baseado nos valores ADJUDICADOS, resolve **HOMOLOGAR E ADJUDICAR** a Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo **menor preço por item, Aquisição de um veículo pick-up com capacidade mínima de 05 lugares** que será destinado a Secretaria Municipal de Assistência Social de Alto Alegre dos Parecis-RO, para um melhor desempenho de suas atividades. Processo Administrativo N° 0002008.02.05-2023/SEMAS. **Recursos oriundo o do Governo Federal** recebido através da portaria 378, de 7 de maio de 2020, e autorizado através da PORTARIA MDS Nº 884, DE 10 DE MAIO DE 2023. Foi ADJUDICADA, com base no Art. 4º Inciso XXI da Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002. **Item:**01 no valor total de**R$: 122.800,00**(cento e vinte e dois mil e oitocentos reais) em favor da empresa**GIMA GILBERTO MIRANDA AUTOMOVEIS LTDA–CNPJ: 05.891.726/0001-85.** Por ser a proposta que apresentou critérios mais vantajosos para esta Administração Pública.

Alto Alegre dos Parecis - RO, em 29 de Novembro de 2023

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Shara Felicia de Oliveira Martins
Código Identificador:EF682C5B

PROCURADORIA-GERAL
EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 005/PGM/2023

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 005/PGM/2023

Espécie: Termo de Cessão de Uso nº 005/PGM/2023; **Data do Termo**: 14/11/2023; **Cedente:** Município de Alto Alegre dos Parecis/RO; **Cessionário (a)**: Agente comunitário de saúde - Edilene Souza Guerra; **Objeto**: MOTOCICLETA MARCA HONDA/POP, ano de fabricação/modelo 2022/2023, placa SLJ8I29 , RENAVAM n° 01334501162, tombamento nº 12906; **Fundamento Legal:** Lei 8.666/1993; **Processo**: 0002078.54.10-2023/SEMUSA; **Vigência:** 18 (dezoito) meses (14.05.2025); **Signatários**: pelo **Cedente**, Denair Pedro da Silva e, pelo **Cessionário(a)**, Edilene Souza Guerra.

Alto Alegre dos Parecis, 29 de novembro de 2023.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lusicleia Ferreia Dos Anjos
Código Identificador:8ED6C730

PROCURADORIA-GERAL
EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 007/PGM/2023

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 007/PGM/2023

Espécie: Termo de Cessão de Uso nº 007/PGM/2023; **Data do Termo**: 14/11/2023; **Cedente:** Município de Alto Alegre dos Parecis/RO; **Cessionário (a)**: Agente comunitário de saúde - Luciana Coutinho Vicente dos Anjos; **Objeto**: MOTOCICLETA MARCA HONDA/POP, ano de fabricação/modelo 2022/2023, placa SLI9H79 , RENAVAM n° 01333545980 tombamento nº 12912; **Fundamento Legal:** Lei 8.666/1993; **Processo**: 0002075.54.10-2023/SEMUSA; **Vigência:** 18 (dezoito) meses (14.05.2025); **Signatários**: pelo **Cedente**, Denair Pedro da Silva e, pelo **Cessionário(a)**, Luciana Coutinho Vicente dos Anjos.

Alto Alegre dos Parecis, 29 de novembro de 2023.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lusicleia Ferreia Dos Anjos
Código Identificador:9991F993

PROCURADORIA-GERAL
EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 031/PGM/2023

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 031/PGM/2023

Espécie: Termo de Cessão de Uso nº 031/PGM/2023; **Data do Termo**: 14/11/2023; **Cedente:** Município de Alto Alegre dos Parecis/RO; **Cessionário (a)**: Agente comunitário de saúde Claudemir Brissow; **Objeto**: MOTOCICLETA MARCA HONDA/POP, ano de fabricação/modelo 2023/2023, placa QTE9G83, RENAVAM n° 01349624230 tombamento nº 13067; **Fundamento Legal:** Lei 8.666/1993; **Processo**: 0002046.54.10-2023/SEMUSA; **Vigência:** 18 (dezoito) meses (14.05.2025);**Signatários**: pelo **Cedente**, Denair Pedro da Silva e, pelo **Cessionário(a)**, Claudemir Brissow.

Alto Alegre dos Parecis, 28 de novembro de 2023.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lusicleia Ferreia Dos Anjos
Código Identificador:F83F3D1C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 003/CMAP/2023
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 313/2023
MODO DE DISPUTA ABERTO – Lei 14.133/2021
AMPLA CONCORRÊNCIA

Objeto: **" SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO EM DOCUMENTOS ELETRÔNICOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA ATENDER O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL"**. Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO POR ITEM. Valor estimado: R$ 145.583,34 (cento e quarenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e três reais e trinta e quatro centavos).** Início da sessão pública: dia **15/12/2023 às 10h00min** (horário de Brasília). O edital e sessão estão disponíveis em: **www.licitanet.com.br** e **www.altoparaiso.ro.gov.br.** Mais informações de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min, na sala da CPL, localizada na Rua Marechal Rondon, 3031- Centro, Prédio da Prefeitura Municipal de Alto Paraiso - Fone (69) 3534-2981 ou através do e-mail: cpl@altoparaiso.ro.gov.br.
Alto Paraíso/RO, 29 de novembro de 2023.

THIAGO SANTOS DE SOUZA
Pregoeiro/ Agente de contratação

Publicado por:
Eliene da Silva
Código Identificador:BAFD7BF6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso/RO adjudica e homologa a despesa por meio de **Inexigibilidade de Licitação**, nos termos do art. 25, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, e suas posteriores alterações, referente ao Processo Administrativo nº 2179/2023, cujo objeto é a **"3ª REVISÃO DO VEÍCULO ÔNIBUS GRAN MICRC S3 IVECO MARCARELLO, PLACA QTI8F02",**novalor de **R$ 5.821,43 (cinco mil, oitocentos e vinte e um reais e quarenta e três centavos).** Em favor da COVEZI CAMINHOES E ONIBUS LTDA**,**inscrita sob oCNPJ: 35.963.155/0008-84, para atender as necessidades daSecretaria Municipal de Saúde – SEMSAU.
Alto Paraíso – RO, 29 de novembro de 2023.

H O M O L O G A D O NA FORMA DA LEI

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal
Documento assinado eletronicamente

Publicado por:
Eliene da Silva
Código Identificador:CCD1E42A

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso/RO adjudica e homologa a despesa por meio de **Dispensa de Licitação**, nos termos do art. 24, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, e suas posteriores alterações, referente ao Processo Administrativo nº 2973/2023, cujo objeto é a "**Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos de engenharia e outros (Projeto Construção UBS porte I, área urbana),**novalor de **R$ 31.489,21 (trinta e um mil, quatrocentos noventa e oito reais e vinte um e centavos).** Em favor da **PAS-**

PROJETOS, ASSESSORIA E SISTEMA LTDA,inscrita sob oCNPJ: 08.593.703/0001-82, para atender as necessidades daSecretaria Municipal de Saúde – SEMSAU.
Alto Paraíso – RO, 29 de novembro de 2023.

H O M O L O G A D O
NA FORMA DA LEI

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal
Documento assinado eletronicamente

Publicado por:
Eliene da Silva
Código Identificador:3D82853F

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
ORDEM DE SERVIÇO PROCESO 2264-2023

ORDEM DE SERVIÇO

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso RO, inscrita no CNPJ nº 63.762.025/0001-42, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. João Pavan, autoriza a empresa MEGAPIX Construtora e Serviços EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 21.603.075/0001-37, estabelecida na cidade de Rolim de Moura/RO, na Rua 08, nº 0090, Sala 01, Cidade Alta, CEP 76.940-000, através do contrato nº 47/2023/PJM/2023. Celebrado entre as partes de acordo com a licitação Pregão Eletrônico nº 071/2023, Processo Administrativo nº 2264/2023 a dar início nos serviços do objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA PREDIAL EXTERNA, REALIZAÇÃO DE PEQUENOS REPAROS E MANUTENÇÃO NO PRÉDIO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO – RO com Recursos Próprios do Município**,** através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAF. Valor R$85.999,84(Oitenta e cinco mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos). Prazo de 60 (sessenta) dias a partir da ciência da Ordem de Serviços, assinada a partir desta data.

Alto Paraíso, 28 de novembro de 2023

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

LAURY VALENTIN PEREIRA
Representante Legal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:4A932056

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
2ºTERMO ADITIVO AO CONTRATO 023/PJM/2023.

2ºTERMO ADITIVO AO CONTRATO 023/PJM/2023.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 023/PJM/2023, ENTRE O MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO-RO E A EMPRESA CONSTRUTORA E INCORPORADORA COLISEU EIRELI -EPP

O MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO, com sede na Rua Marechal Candido Rondon, 3031 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 63.762.025/0001-42, nesta cidade de Alto Paraíso/RO, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Sr. João Pavan, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade – RG n. 4.132.748-0 SSP/PR, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob n. 570.567.799-68, com a interveniência do Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, Sr. Anderson Deniz Pagliari, portador da Cédula de Identidade – RG n° 000755049 SSP/RO e do Cadastro de Pessoas Físicas – CPFn.º 718.764.992-49, por meio deste ressolve prorrogar o prazo unilateral com a Empresa CONSTRUTORA E INCORPORADORA COLISEU EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 11.139.487/0001- 04, estabelecida na Rua38, n°1791, Jardim Zona Sul, Ariquemes/RO neste ato representado por seu Representante Legal, Sr. Dionísio Chiaratto, portador do RGn.º4.171.474 SSP/PR e do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF n.º 779.576.609- 91, doravante denominada de CONTRATADA, instrumento,motivado através do Processo Administrativo 1-168/SEMOSP/2023, da Tomada de Preços n.º 006/CPL/2023, CONVÊNIO N° 864090/2018 e será regido pela Lein.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e legislações correlatas, mediante as seguintes cláusulas e condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA–DO OBJETO Esse termo tem por objeto, aditivar o prazo do Contrato n° 023/PJM/2023, pelo período de 60 (SESSENTA) dias, a partir do dia 28/11/2023, em conformidade com o processo administrativo 1-168/SEMOSP/2023.
CLÁUSULA SEGUNDA–DA RATIFICAÇÃO Ficam integralmente ratificadas todas as demais cláusulas do contrato original que, expressa ou implicitamente, não conflitem com as disposições deste termo.
CLÁUSULA TERCEIRA–DO AJUSTE Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente Termo Aditivo que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes, delessendo extraídasas cópias que se fizerem necessárias para a sua publicação e execução devidamente autenticadas na forma da lei.
AltoParaíso/RO, 28 de Novembro de 2023.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

ANDERSON DENIZ PAGLIARI
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

TESTEMUNHA:(s)

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:D2D8EF3D

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/PMAP/2023

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/PMAP/2023

TERMO ADITIVO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO – RO E A EMPRESA MANO CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA – CNPJ Nº 18.098.506/0001-40. O

MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO, com sede na Rua Marechal Candido Rondon, 3031 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 63.762.025/0001-42, nesta cidade de Alto Paraíso/RO, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Sr João Pavan, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade – RG n.º 4.***.749-X SSP/PR, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF n.º ***.567.***-68, com a interveniência do Secretário Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer - SEMTUR, Valmir José Christ, portador da Cédula de Identidade – RG n° 42***4 SESP/RO, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF n.º ***.687.***-34, e de outro lado a Empresa Mano Construções e Terraplanagem LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 18.098.506/0001-40, estabelecida na Rua Mauro Oliveira Baungat, 4332, Bairro Alto Paraíso 2, na cidade de Alto Paraíso/RO, neste ato representado por seu representante legal, Sr Dilmar Benetti, portador do RG n.º ***119 DRT/PR, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF n.º ***.047.***-00, doravante denominada de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente instrumento, motivado através do Processo Administrativo 1-1314/2021/SEMTUR, Tomada de Preço nº 004/2023, Convênio nº 882731/2019 e será regido pela Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e legislações correlatas, mediante as seguintes cláusulas e condições:
Cláusula Primeira – Fica acrescida na CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA do contrato original a alínea “j”, no inciso II, o seguinte termo:

j) em atendimento a Portaria Ministerial nº 424/2016, a CONTRATADA assegurará a CONTRATANTE as condições necessárias ao acompanhamento, a supervisão, ao controle, a fiscalização e auditoria da execução do objeto, permitindo o livre acesso de servidores da CONTRATANTE, do Ministério da Defesa – Departamento do Programa Calha Norte – DPCN e dos órgãos de controle externo e interno, a qualquer tempo e lugar, viabilizando acesso aos documentos e informações referentes ao contrato e ao convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.
II - DA RATIFICAÇÃO Cláusula Segunda – Ficam integralmente ratificadas todas as demais cláusulas do contrato original que, expressa ou implicitamente, não conflitem com as disposições deste termo
III – DA PUBLICAÇÃO Cláusula Terceira – O presente Termo Aditivo será levado à publicação em conformidade com as exigências legais, através do setor competente do Município.

Alto Paraíso – RO, 23 de novembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente) João Pavan Prefeito Municipal (Assinado Eletronicamente) Mano Construções e Terraplanagem LTDA – CNPJ Nº 18.098.506/0001-40 Empresa Contratada Dilmar Benetti Representante Legal (Assinado Eletronicamente) Valmir José Christ Secretário Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer - SEMTUR TESTEMUNHA (s): Assinado Eletronicamente

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:F77CD373

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso/RO adjudica e homologa por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA nº 012/2023**, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021, referente ao Processo Administrativo nº 2924/2023, cujo objeto é **Aquisição de MEDICAMENTOS, para atender as necessidades dos pacientes (MARIA CAMARINO DE OLIVEIRA) conforme as determinações do Poder Judiciário do Estado de Rondônia**", em favor da empresa: **DL SAÚDE LTDA,** CNPJ nº 63.796.718/0001-56, no valor total: **R$ 3.517,20 (três mil, quinhentos e dezessete reais e vinte centavos).**

Alto Paraíso – RO, 29 de novembro de 2023.

H O M O L O G A D O
NA FORMA DA LEI

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal
Documento Assinado Eletronicamente

Publicado por:
Eliene da Silva
Código Identificador:2C49B9A3

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

CASA DOS CONSELHOS
ATA Nº 07 REUNIÃO ORDINÁRIA - COMMA LOCAL:
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
DATA:31/10/2023

Ata da 07ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMMA,realizada em 31 de Outubrode 2023, nas dependências da Casa dos Conselhos, com pauta conforme edital **007/2023:** 1-Leitura e aprovação da ata anterior;2- apresentação das ações dos Bombeiros civis (ASBOCAR) repasse do COMMA em 2023; 3- Solicitação de aditivo no contrato da ASBOCAR; 4- Apresentação de plano de trabalho ASBOCAR 2024; 5- Solicitação de Supressão e Intervenção de APP no rio JAMARI, (Emissário da ETE); 6- Solicitação de criação de atividade como LAS "Estacionamento, garagem, pátio de armazenamento com realização de serviços de manutenção do veículo automotor." 7- Outras pautas sugeridas pelos conselheiros.Depois de verificado o quórum mínimo a reunião inicia-se às16h09min contando com a presença de **09instituições**representadas, sendo **08**titulares e **02**suplentes, conforme livro de presença compareceram: Vilmar Ferreira - **SEMA** (titular);Bruno Cezar Kain - **Técnico** -**SEMA**(titular); Hélio Gomes de Oliveira - **SEDAM**(titular); Janatan Roberto da Igreja- **CEPLAC** (titular);Vanildo Rosa da Silva **CEPLAC**- (suplente); Froylan Antônio Orantes Rivas - **EMATER**(titular); Marcio José Lovatti - **CREA**(suplente); Adeir Candido Neto - **ACIA** (titular); Glauco Rodrigo Koserski - **APRIMA**(titular); José Aparecido de Lara - **MORADORES** (titular). Participou desta reunião o representante da Casa dos Conselhos o Diretor Executivo Sr. Marco Antônio Lazaretti, também os representantes dos Bombeiros Civis Jéssica Franciele, Rivaildo Rodrigues, Wilian Santos, Valdete de Oliveira e Marcos Elias.A reunião foi aberta pelo presidente do COMMA senhor Vilmar Ferreira, que cumprimentou e agradeceu a presença de todos e repassou a palavra para o Sr. Bruno que realizou a leitura da Ata 06/2023/COMMA a qual foi aprovada por unanimidade, em seguida informou sobre a **pauta 02**, onde o Bombeiro Civil (LIMA) por meio do auxílio de um data show deu início a apresentação das ações realizadas pelos bombeiros civis do contrato vigente, Lima explicou que houve uma diferença notável aos frequentadores do parque botânico após a presença dos bombeiros civis no espaço, onde houve redução das ocorrências do uso de entorpecentes, roubos, furos, entre outros infortúnios, que estiveram nesse período quase zerados, e quando há a necessidade da abordagem por parte dos bombeiros civis aqueles que venham a descumprir as normas do parque os mesmos entendem e ou corrigem a conduta ou se retiram do ambiente. Além da segurança proporcionada pelos frequentadores próximo ao lago ou ao adentrar a trilha pois os bombeiros possuem treinamento de primeiros socorros, entre outras situações, Lima destaca que além do parque botânico o período de queimadas (Julho - Setembro) foram realizados várias diligências, com orientações a população dos bairros, monitoramento das reservas ambientais e combate direto aos incêndios urbanos, no total foram 931 terrenos visitados em vários bairros de Ariquemes, principalmente nos bairros Jardim Bella Vista e Jardim Zona Sul, dessas diligências 310 casos foram contatados por telefone, 97 combates ao fogo, onde dessas 33 com auxílio do veículo "caminhão pipa" e 08 dessas com auxílio dos bombeiros militares, dessas 257 terrenos catalogados como queimados, e foram repassados aos fiscais ambientais da SEMA para devido auto de infração, o Sr. Lima informa que a estimativa de cada terreno que tenha se evitado o fogo é de 5:1 ou seja os combates e os contatos telefónicos certamente evitaram muitas ocorrências de queimadas neste ano de 2023. Além disso o bombeiros civis atuou junto a SEMA nas campanhas de limpeza de igarapés, auxílio na cavalgada EXPOARI, ações de educação ambiental e concientização dos alunos visitantes ao parque botânico. O Sr. Lima demonstrou por meio de fotografias várias ações realizadas pela equipe de bombeiros, destacando a existência do veículo caminhão pipa que foi de suma importância no combate aos focos de incêndio sendo diretamente ou dando suporte com carga de água ao caminhão do bombeiro militar, outro destaque nas fotos foram os equipamentos de combate ao fogo, e o veículo utilitário camionete fornecido pela SEMA nas diligências realizadas neste período. Por fim o Sr. Lima terminou sua apresentação e agradeceu a todos e se colocou a disposição para tirar dúvidas, em seguida o Sr. Vilmar abriu espaço aos conselheiros para perguntas ou uso da palavra, o conselheiro LARA deu como ideia uma aquisição de uma moto bomba para o primeiro combate do incêndio antes que o caminhão pipa chegue ao local. Outro questionamento foi se o veículo pipa poderia ser equipado com giroflex e sirene, o qual será verificado a legalidade junto a GCM. O Sr. Vilmar com uso da palavra explanou sua perspectiva quanto ao contrato, onde o fato da segurança a lagoa, evitando que alguma criança ou desavisado caia no lago e se afogue, já é algo que seria justificável a presença dos mesmo, mas que na visão de secretário a equipe de bombeiros civis de fato se integraram junto a equipe da SEMA nas ações de educação ambiental, trabalho preventivo, etc. Com andamento das **pautas nº 03**o Sr. Vilmar informou que o contrato atual dos bombeiros civis vence nesta data de 31/10/2023, e por conta de algumas falhas mútuas na tramitação para renovação do contrato não há tempo hábil para tal, assim, verificou junto a PGM a legalidade do aditivo do contrato atual por ao menos

02 meses de 2023 (novembro e dezembro), onde obteve uma resposta positiva, assim o setor administrativo da SEMA documentou a ASBOCAR se eles tinham o interesse em prolongar o contrato vigente por mais 02 meses, onde obteve uma resposta positiva porém para tal seria necessário o repasse total de R$ 25.900,00 assim o senhor Vilmar solicitou dos conselheiros quanto a aprovação do recurso para pagamento pelo FMMA, colocado em votação e aprovado por unanimidade. Já na próxima **pauta 04**apresentação do novo plano de trabalho para 2024, onde o mesmo foi objeto de algumas atualizações necessárias para os bons préstimos dos serviços dos bombeiros civis, com a inclusão de um funcionário específico para coordenação das atividades e um funcionário para as atividades de apoio administrativo, além da equipe de bombeiros fixos na portaria da SEMA de segunda à segunda no horário de funcionamento, equipe de 02 bombeiros nas lagoas de segunda a sexta e mais 02 aos fins de semana, equipe de combate a incêndios florestais que houve um acréscimo no salário por envolver ações com adicional de periculosidade, entra outras diárias a serem empregadas conforme se faz necessário para realizações de ações esporádicas que necessitem do apoio dos bombeiros civis, o contrato pelo período de 12 meses com valor total de R$ 249.870,00 sendo colocado em votação o fornecimento do recursos pelo FMMA, os conselheiros aprovaram por unanimidade. Prosseguindo com as **pautasnº 06**, com a palavra o Sr. Bruno informou que trata-se de solicitação do enquadramento de uma atividade "Estacionamento, garagem, pátio de armazenamento com realização de serviços de manutenção do veículo automotor" tendo como exemplo uma empresa que tem patio de armazenamento de veículos (caminhão de perfuração de solo) onde no pátio é realizado também a manutenção do veículo, necessitando enquadrar a atividade como uma oficina mecânica, porém o serviço de manutenção não é comercial, assim entende que esse pátio de armazenamento de veículos mesmo que realize manutenções também deve ser mantido como licença ambiental simplificada, contemplando ainda toda a infraestrutura mínima necessária para tratamento e destinação final dos resíduos, foi sugerido uma melhoria no texto da atividade sendo "Estacionamento, garagem, pátio de armazenamento com realização de serviços de manutenção de veículo automotor (próprio) sem atividade comercial/prestação de serviços a terceiros" assim foi submetida a apreciação sendo aprovada por unanimidade a criação da atividade na modalidade de licença ambiental simplificada LAS. Prosseguindo com as **pautasnº 05**, com a palavra o Sr. Bruno informou que trata-se de solicitação de intervenção em APP do rio Jamari, pela empresa Águas de Ariquemes, para realizar a fixação do emissário da ETE do município, por meio de data show o mesmo mostrou aos conselheiros a faixa necessária para abertura da vegetação com dimensionamento de 7 metros de largura por 208,33 metros de extensão totalizando 1.458,31 m2, com estimativa de remoção de cerca de 9,02 m3 de vegetação, o local será mantido como faixa de servidão tendo em vista a realização de manutenções futuras do emissário, com largura de 07 metros. Também informou aos conselheiros que a obra em si trata-se de utilidade pública onde a legislação permite a supressão de APP para essa finalidade, mas para fins de tramitação seria necessário a aprovação do COMMA, o conselheiro Hélio ressaltou o desnível existente no barranco do rio Jamari, sendo verificado um diferença das cotas em mais de 16 metros, o conselheiro Glauco explicou que a infraestrutura prevista contém um dispositivo no formato de Y onde o efluente durante um período será lançado na calha maior do Jamari e na estiagem permite que a tubulação lançe o efluente diretamente na lâmina de água, assim após sanado as dúvidas foi colocado em votação e aprovado por unanimidade, por fim, ás17:56horas o Sr. Vilmar Ferreira agradeceu a presença de todos dando por encerrada a reunião, tendo eu Bruno Cezar Kain, secretariado a presente reunião e lavrado esta ata que será submetida a leitura e aprovação na próxima reunião. Registra-se as ausências sem justificativa dos seguintes órgãos:**MAÇONARIA e FAEMA.**

CONSELHEIROS TITULARES

Hélio Gomes de Oliveira - **SEDAM**_____
Janatan Roberto da Igreja- **CEPLAC**_____
Froylan Antônio Orantes Rivas -**EMATER**_____
Marcio José Lovatti - **CREA** _____
Adeir Candido Neto - **ACIA**_____
Glauco Rodrigo Koserski - **APRIMA**_____
José Aparecido de Lara - M**ORADORES**_____

BRUNO CEZAR KAIN
Secretário

VILMAR FERREIRA
Presidente

Publicado por:
Marco Antonio Lazaretti do Prado
Código Identificador:7FAFBE08

CASA DOS CONSELHOS
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – COMDIMA
LOCAL: CASA DOS CONSELHOS DATA: 28/09/2023

Ata da 6ªReunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – **COMDIMA** de Ariquemes, realizada em **28de setembrode 2023**às **08h00min**na Casa dos Conselhos, com pauta conforme **edital 006/2023**:**1. Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior; 2. Cronograma Ações de Outubro; 3. Cartilhas; e 4. Outros assuntos.** A reunião inicia-se às 08h38min, contando com a presença de **06**instituições representadas, sendo **05**titulares e **02**suplentes: Divanete Alves da Silva Gurgel - **SEMDES** (suplente);MarciaReginaSilveira – **SEMSAU**(suplente); Erli Luiz de Oliveira - **SEMED**(suplente);Regivane Barbosa dos Santos - **PM** (suplente); Elineide Ferreira Oliveira –**DESMOND TUTU**(titular); Ísis Maciel dos Santos - **SOCIEDADE CIVIL** (titular). Participaram desta reunião: Juliani Soares de Miranda, representante da Casa dos Conselhos; Rosilda da Silva Viana, representando a Comissão da Mulher Advogada - OAB.**1.Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior**. A presidente Elineide solicita que a secretária JulianiSoaresrealize a leitura da ata, a qual sem objeção foi aprovada e assinada por todas as conselheiras presentes. Antes de entrar na próxima pauta a presidente explana sobre uma conversa que teve com o Dr Ricardo Rodrigues pois o atendimentos dos agentes não está sendo satisfatório, tanto a conduta na primeira abordagem quanto a continuação da mesma. O Dr Ricardo Rodrigues diz ter que oficializar via documento as denuncias, para que se possa averiguar e tomar as medidas cabíveis, em quanto isso não acontece, fica difícil ter uma ideia se o serviço esta sendo ofertado da forma correta. Logo as conselheiras falaram das condições físicas da delegacia da falta de agentes para atendimento de qualidade.
A conselheira Regivani relata que, os canais de televisão não divulgam casos de violência a mulher no modo geral, quando fazem é muito superficial assim a população está ficando desinformada, e que infelizmente ocorre com frequência, sugeriu procurar os canais de televisão para saber o porque e pedir um espaço para que se possa abordar o tema.
Cronograma Ações de Outubro;a presidente menciona de fazer uma roda de conversa para as mulheres, onde possam buscar o alto conhecimento e ter cuidados consigo mesma. A conselheira Isis se dispõe a palestrar, e foi levantada a hipótese de se fazer um evento voltado as mulheres que fazem o acolhimento pois as mesmas trabalhão tanto, muitas vezes priorizando o outro, então ficou de confirmar o evento no SINTERO no dia 20 ou 27 de Outubro via oficio.
Cartilhas: APresidente informa que a SEMDES está com problemas na Ata para a confeção das cartilhas, aguardando posição da mesma.
Após o término da conversa às 09h25min a presidente agradece a presença de todos e dá por encerrada a reunião. E não havendo mais nada a registrar, eu, Juliani Soares de Miranda, secretária *do*Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Ariquemes, leio e assino a presente ata, juntamente com a presidente e demais conselheiras conforme Livro de Registro de Presença página 14v. Aprovaram esta ata:----------

CONSELHEIROS TITULARES

Ísis Maciel dos Santos - **SOCIEDADE CIVIL**_____

CONSELHEIROS SUPLENTES

Divanete Alves da Silva Gurgel - **SEMDES**_____
MarciaReginaSilveira – **SEMSAU**_____
Erli Luiz de Oliveira - **SEMED**_____
Regivane Barbosa dos Santos - **PM**_____

JULIANI SOARES DE MIRANDA
Secretária

ELINEIDE FERREIRA OLIVEIRA
Presidente do COMDIMA

Publicado por:
Marco Antonio Lazaretti do Prado
Código Identificador:13B9315F

CASA DOS CONSELHOS
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – COMDIMA LOCAL: CASA DOS CONSELHOS DATA: 30/06/2023

Ata da 4ªReunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – **COMDIMA** de Ariquemes, realizada em **30de junhode 2023**às **08h00min**na Casa dos Conselhos, com pauta conforme **edital 004/2023**:**1.Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior;2. Cartilhas;3. Alteração do atendimento para requerimento da medida protetiva tirando da delegacia especializada durante expediente;4. Demora nos procedimentos relativos ao descumprimento de medidas protetivas;5. Outros assuntos.** A reunião inicia-se às 08h27min, contando com a presença de **06**instituições representadas, sendo **04**titulares e **03**suplentes:Karine Elias de Castro - **SEMDES** (titular); Erli Luiz de Oliveira **– SEMED** (suplente);Regivane Barbosa dos Santos - **PM** (suplente); Elineide Ferreira Oliveira –**DESMOND TUTU**(titular); Catiane Malta Soares Xavier - **PROJETO FLORESCER** (titular); Leda Nara Lopes Almeida - **PROJETO FLORESCER** (suplente); Ísis Maciel dos Santos - **SOCIEDADE CIVIL** (titular).Participaram desta reunião: Wanessa Rodrigues, representandoa Casa dos Conselhos; Simoni de Matos Lopes, representando a Comissão da Mulher Advogada - OAB; Beatriz Campos; Marcia Silveira representando a SEMSAU e Gedivaldo Souza.
Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. A secretária "ad hoc", Wanessa Rodrigues, realiza a leitura da ata, a qual foi aprovada e assinada por todas as conselheiras presentes na reunião anterior.
Foi apresentada a estrutura dos textos e informado que todo o processo de confecção das cartilhas dependem da carona da ATA de materiais gráficos da SEMDES.
Foi discutido o deficit de Agentes de Policia , que tem gerado a diminuição da qualidade no atendimento a mulheres, adolescentes e crianças em situação de violência, que deveria ser atendida pelo serviço especializado mas tem sido direcionado para o rodízio plantão, gerando a ruptura dos serviços especializados que são garantidos em lei a toda mulher e criança em situação de vulnerabilidade. A presidente explanou da falta de uso da sala de acolhimento equipada para o devido atendimento, as mulheres ao chegarem a delegacia tem ficado expostas na recepção com as demais demandas.
Essa problemática também tem gerado a demora nos procedimentos relativos ao descumprimento de medidas protetivas, após foi deliberado pelas conselheiras o envio de um oficio ao MP solicitando uma reunião da rede de enfrentamento da violência doméstica para alinhar as lacunas dos serviços descontinuados.
Após o término da conversa às 09h35min a presidente agradece a presença de todos e dá por encerrada a reunião. E não havendo mais nada a registrar, eu, Juliani Soares de Miranda, secretária "*ad hoc"do*Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Ariquemes, leio e assino a presente ata, juntamente com a presidente e demais conselheiras conforme Livro de Registro de Presença página 13 verso.
Aprovaram esta ata:
.....
CONSELHEIROS TITULARES

Karine Elias de Castro - SEMDES_____
Catiane Malta Soares Xavier - PROJETO FLORESCER_____
Ísis Maciel dos Santos - SOCIEDADE CIVIL_____

CONSELHEIROS SUPLENTES
Erli Luiz de Oliveira – SEMED_____
Leda Nara Lopes Almeida - PROJETO FLORESCER_____
Regivane Barbosa dos Santos - PM_____

JULIANI SOARES DE MIRANDA
Secretária "ad hoc"

ELINEIDE FERREIRA OLIVEIRA
Presidente do COMDIMA

Publicado por:
Marco Antonio Lazaretti do Prado
Código Identificador:CA23DC20

FUNDAÇÃO DE CULTURA ESPORTE E TURISMO ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 010/2023

A Prefeitura de Ariquemes por meio da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo - FUNCET, conforme as prerrogativas que lhe confere a lei, vem tornar público a realização de Seleção Pública para Concessão de Licença Eventual para trabalhar no evento REVEILLON ARIQUEMES 2024, no dia 31 de dezembro de 2023, no Espaço Alternativo, localizado na Avenida Tancredo Neves, Setor Institucional, no município de Ariquemes,neste Estado.
1.DO OBJETO

1.1.O objeto deste Edital é o CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO de empresas, empreendedores e vendedores ambulântes de Ariquemes que trabalham no ramo da gastronomia, para participarem dos festejos de encerramento do final do ano de 2023 em comemoração ao inicio do ano de 2024, que acontecerá no dia 31 de dezembro de 2023, no Espaço Alternativo, na cidade de Ariquemes/RO.
1.2Das empresas e/ou empreendedores
a)Serão selecionados até 12 (doze) participantes, entre empresas e empreendedores, residentes no Estado de Rondônia.
b)Deverão se inscrever na sede da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo - FUNCET para exposição e venda dentro do espaço do evento.

2.JUSTIFICATIVA

2.1Levando em consideração que esta ação tem por objetivo fomentar a cultura e o turismo por meio de evento em comemoração ao encerramento do ano de 2023 juntamente com a gastronômia, estimulando o comércio local e regional, garantindo oportunidade aos trabalhadores do ramo de alimentação no município e região, é necessário encorajar, de alguma forma, o crescimento cultural e turístico em nosso município por meio de eventos geradores de renda e oportunidades. A atividade turística e c u l t u r a l de comercio e visitação estimula o desenvolvimento econômico e social de uma localidade ou região. Sabe-se também que o turismo e a cultura é responsável pela geração de emprego, renda, além de movimentar diferentes setores da economia, como em muitas cidades no Brasil.
2.2De acordo com a Lei 5.093/21, que dispõe sobre a política estadual de turismo, em seu artigo 5º, tem como objetivos o estimulo ao desenvolvimento do turismo no Estado colaborando para redução das disparidades sociais e econômicas de ordem regional, bem como ampliar os fluxos turísticos, a permanência e o gasto médio dos turistas mediante a promoção e o apoio à comercialização dos produtos turísticos.
2.3Esta ação contempla os eixos de atuação que versa o artigo 9º da Lei das Políticas Estaduais de Turismo, estando em foco os eixo dos incisos III, V, VII, VIII e IX, que são, repectivamente, o empreendedorismo, a criação de fluxo, os eventos, a promoção e o fortalecimento dos produtos turísticos.
2.4Conforme Lei Municipal 2.076/2017, compete a Diretoria de Turismo do Município, promover, planejar e executar ações de turismo, e esse evento pretende impulsionar a atividade por meio da cultura, com apresentações, pela gastronomia regional, sendo fontes geradoras de emprego, renda e promoção do turismo de uma localidade. Com isso pretende-se aumentar o fluxo de visitações neste

município apresentando evento de excelência para a região, aumentando a movimentação dos meios de hospedagem, nos transportes e garantindo aumento na receita em diversas áreas e trazendo cores e sabores para os festejos de final de ano em Ariquemes.

3.DA INSCRIÇÃO

3.1As inscrições deverão ser realizadas no período de 29 até 14 de dezembro de 2023, com preenchimento de formulário de entrega de documentação .
3.2Serão realizadas presencialmente na sede da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo - FUNCET, localizada na Travessa Rio Madeira, nº 3699, Setor Institucional, Ariquemes/RO. Durante o horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 13h30.

4.DAS CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

4.1.Poderão participar empresas, empreendedores e vendedores ambulantes que atendam às condições deste Edital e apresentem os documentos exigidos;
4.2.Poderão participar empresas que representam franquias que atuem no município, empreendedores e empresas.
4.3.Poderão participar vendedores ambulantes.

5.DA DOCUMENTAÇÃO

5.1.A documentação exigida neste edital deverá ser obrigatoriamente do titular da empresa/empreendedor ou seu representante legal e deverá ser apresentada no preenchimento do formulário de inscrição, na Fundação de Cultura, Esporte e Turismo - FUNCET, localizada na Travessa Rio Madeira, nº 3699, Setor Institucional, Ariquemes/RO. Durante o horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 13h30;
5.2.A documentação para a participação deste credenciamento, será:

a)Documento pessoal com foto (RG ou Carteira Nacional de Habilitação);
b)Comprovante de residência do empreendedor/empresa, sendo aceito cópia da conta de fornecimento de água, energia ou telefone, recente (máximo de 90 dias);
c)cadastro de pessoa Física (CPF) ;
5.3Os interessados credenciados são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e nos documentos apresentados em qualquer fase do processo;
5.4A organização poderá eximir as exigências, exceto as que tratam de vigilância sanitária;
5.5Os idealizadores não se responsabilizam pela meta comercial dos credenciados.

6.DO PROCEDIMENTO

6.1O resultado preliminar das inscrições serão divulgado no Diário Oficial Eletrônico da Prefeitura de Ariquemes, no portal oficial do municipal de Ariquemes, no dia 18 de dezembro, e o resultado final no dia 22 de dezembro de 2023.
6.2As vagas serão preenchidas conforme ordem de inscrição.

7.DOS CRITÉRIOS VALIDAÇÃO

Preenchimento do Formulário de Inscrição
Apresentação da documentação solicitada

7.2A seleção dos participantes se dará mediante ordem cronológica de inscrição;
7.3A ordem dos expositores se dará mediante sorteio.

8.DAS OBRIGAÇÕES

8.1A TODOS OS SELECIONADOS
a)Seguir todas as exigências que constam neste edital;
b)Participar do dia do evento;
c)Os empreendedores devem ainda, padronizar os estandes/tendas, de acordo com a orientação dos organizadores;
d)Os participantes serão responsáveis por toda logística para o transporte de equipamentos e alimentos para sua participação, bem como toda organização do seu espaço, de acordo com a orientação dos organizadores;
e)Para fins estatísticos, os participantes terão que informar à Diretoria de Cultura da FUNCET, o resultado do faturamento durante o dia de festejo, bem como toda despesa para a participação;
f)Em todos as Tendas deverá haver álcool em gel à disposição do público;
g)Responder civil, penal e administrativamente pelos seus atos ou de seus auxiliares;
h)É de responsabilidade do expositor que necessitar utilizar equipamentos eletrodomésticos ou eletrônicos (geladeira, refrigeradores, forno elétrico, etc), realizar a instalação elétrica até a tenda para utilização dos
equipamentos, podendo ser utilizados 01 item de cada por tenda;
i)Os credenciados deverão expor os produtos e valores de forma clara para os consumidores por meio de cardápios, banners, foldes etc com a observação dos padrões de qualidade e higiene exigidos; além de oferecer ao público um excelente atendimento, e produtos com preços praticados no mercado;
j)Também serão responsáveis por quaisquer danos causados aos participantes do festival, em razão de eventual contaminação ocorrido por alimentos comercializados em desconformidade com os padrões de qualidade, higiene e saúde, na medida de sua culpabilidade.
k)Ocupar o lugar designado junto à organização do evento;
l)Também serão responsáveis por quaisquer danos causados aos participantes do festival, em razão de eventual contaminação ocorrido por alimentos comercializados em desconformidade com os padrões de qualidade, higiene e saúde, na medida de sua culpabilidade.

9.DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

9.1A prefeitura disponibilizará espaços para os participantesselecionados;
9.2Promoverá atrações culturais;
9.3Será responsável pela divulgação do evento, podendo ser divulgado por demais meios ;
9.4Garantirá a logística, referente ao local do evento.

10.CRONOGRAMA

Abertura do credenciamento	29/11/2023
Encerramento do credenciamento	14/12/2023
Publicação preliminar	18/12/2023
Abertura de recurso	18,19e20/12/2023
Publicação final	22/12/2023
Data do evento	31/12/2023

11.DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1Caso esse critério não seja atendido por ausência de inscrição, as vagas serão supridas por outros tipos de produtos, conforme os organizadores do evento;
11.2Os prazos nesse edital poderão ser adiados, conforme necessidade da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo - FUNCET;
11.3À Fundação de Cultura, Esporte e Turismo - FUNCET cabe resolver pendência que porventura houver à aplicação deste chamamento, ou quaisquer que venham surgir ao longo do festival.

Ariquemes/RO, 2 4 de novembro de 2023.

EDITAL N 010/2023 - Credenciamento venda de alimentos Reveillon -2023

CHECK LIST

ITEM	DESCRIÇÃO	SIM	NÃO	OBSERVAÇÕES
1.	Do Objeto	X		
2.	Da Justificativa	X		
3.	Da Inscrição	X		
4.	Das Condições para Credenciamento	X		
5.	Da Documentação	X		
6.	Do Procedimento	X		
7.	Dos Critérios de Validação	X		
8.	Das Obrigações	X		
9.	Das Obrigações da Prefeitura	X		
10.	Cronograma	X		
11.	Disposições Gerais	X		

RESPONSÁVELPELOCHECKLIST	
NOME	DATA
Mabel dos Santos Daltiba	24/11/2023

Publicado por:
Francielia de Sousa Oliveira
Código Identificador:2B2C9AC1

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMDES

COMISSÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS

I - IDENTIFICAÇÃO
OSC: Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Ariquemes - APAE
CNPJ:04.900.106/0001-00
Titulo do Projeto:"PROJETO DE MANUTENÇÃO DO CENTRO DIA"
Ano de referência: 2023
Objetivo Geral: Promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços e apoio à família, direcionadas à qualidade de vida da pessoa com deficiência.
Atendimento direto:260 usuários

Valor total do projeto:R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

FONTE DE RECURSO:EPF sob nº 202341730005 - Emenda Parlamentar Federal - Deputada Silvia Cristina

II - EXPOSIÇÕES DOS MOTIVOS
O presente projeto tem por objetivo custear despesas depagamento de serviços de terceiros com segurança eletrônica, água, telefone, energia e internet, contratação e manutenção de equipe de recursos humanos e materiais de consumo.

III - ANÁLISE DO PROJETO
Ao analisar o projeto, verifica-se que o mesmo é de natureza essencial ao atendimento da Política Municipal de Assistência Social, parametrizado dentro do SUAS quanto Proteção Social Especial de Média Complexidade - Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência e suas famílias, ofertado em Centro-Dia. Assim, este serviço tem como objetivoevitar o isolamento social da pessoa com deficiência e do cuidador familiar e outras situações de risco e violação de direitos, como a discriminação, negligência, maus tratos, abandono, violência física e psicológica, uso indevido da imagem, convivência com a extrema pobreza, dentre outros riscos, construindo autonomia e fortalecendo o papel protetivo da família.
Neste contexto, para que esse serviço seja ofertado é imprescindível que a unidade realize as atividades no serviço por uma equipe de referência e multiprofissional, multidisciplinar e de atuação interdisciplinar.Esta equipe de referência está em consonância com as normativas legais sobre os trabalhadores do SUAS, NOB-RH/SUAS (2006) e Resolução nº. 17/2011 do CNAS.Outros profissionais necessáriosao desenvolvimento do serviço poderão ser incorporados à equipe de referência, conforme Resolução nº 09/2014 do CNAS.
Dentre as despesas correntes para o pagamento de serviços de terceiros com segurança eletrônica, água, telefone, energia e internet, contratação e manutenção de equipe de recursos humanos e materiais de consumoimportantes para a oferta do serviço em Centro-Dia a serem provisionados pelo recursofaz-se necessário para o aperfeiçoamento da rede de proteção social.
Quanto à descrição da oferta dos serviços elencados no projeto, as mesmas estão em consonância com a Política Nacional de Assistência Social, ofertando, de acordo com as normativas condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade à pessoa com deficiência e seus familiares.

IV - CONCLUSÃO
Desta forma, quanto aos aspectos que nos compete examinar, manifestamo-nos em deferimento à aprovação do "PROJETO DE MANUTENÇÃO DO CENTRO DIA".

Ariquemes/ RO, 01 de novembro de 2023.

Comissão de Seleção
Portaria N°16 de 12 de Setembro de 2023

ALINE CAMPOS STEDILE

KARINE ELIAS DE CASTRO

LUCIANA SILVANO AMANCIO VIEIRA

MARLI DOS SANTOS ASSIS FOGAÇA

PATRICIA DA SILVA COSTA

Publicado por:
Gabriely Toigo Dos Reis
Código Identificador:38AC87C8

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -SEMDES
COMISSÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS

I - IDENTIFICAÇÃO
OSC: Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Ariquemes - APAE
CNPJ:04.900.106/0001-00
Titulo do Projeto:"PROJETO DE MANUTENÇÃO"
Ano de referência: 2023
Objetivo Geral: Promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços e apoio à família, direcionadas à qualidade de vida da pessoa com deficiência.
Atendimento direto:260 usuários

Valor total do projeto:R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

FONTE DE RECURSO:EPF sob nº 202340920010 - Emenda Parlamentar Federal - Senador Confúcio Aires Moura

II - EXPOSIÇÕES DOS MOTIVOS
O presente projeto tem por objetivo custear despesas de pagamento e custeio de recursos humanos epagamento de serviços de terceiros para assessoria de comunicação para ampliação e manutenção do atendimentos ofertados.

III - ANÁLISE DO PROJETO
Ao analisar o projeto, verifica-se que o mesmo é de natureza essencial ao atendimento da Política Municipal de Assistência Social, parametrizado dentro do SUAS quanto Proteção Social Especial de Média Complexidade - Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência e suas famílias, ofertado em Centro-Dia. Assim, este serviço tem como objetivoevitar o isolamento social da pessoa com deficiência e do cuidador familiar e outras situações de risco e violação de direitos, como a discriminação, negligência, maus tratos, abandono, violência física e psicológica, uso indevido da imagem, convivência com a extrema pobreza, dentre outros riscos, construindo autonomia e fortalecendo o papel protetivo da família.
Neste contexto, para que esse serviço seja ofertado é imprescindível que a unidade realize as atividades no serviço por uma equipe de referência e multiprofissional, multidisciplinar e de atuação interdisciplinar.Esta equipe de referência está em consonância com as normativas legais sobre os trabalhadores do SUAS, NOB-RH/SUAS (2006) e Resolução nº. 17/2011 do CNAS.Outros profissionais necessáriosao desenvolvimento do serviço poderão ser incorporados à equipe de referência, conforme Resolução nº 09/2014 do CNAS.
A instituição presta informação, estimulando o registro de denúncias e favorecendo o acesso aos Órgãos de Garantia e de Defesa de Direitos,

atuando, desta forma, na ampliação e no aperfeiçoamento da rede de proteção social.
Quanto à descrição da oferta dos serviços elencados no projeto, as mesmas estão em consonância com a Política Nacional de Assistência Social, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade.

IV - CONCLUSÃO
Desta forma, quanto aos aspectos que nos compete examinar, manifestamo-nos em deferimento à aprovação do "PROJETO DE MANUTENÇÃO".

Ariquemes/ RO, 01 de novembro de 2023.

COMISSÃO DE SELEÇÃO
Portaria n°16 de 12 de setembro de 2023

ALINE CAMPOS STEDILE

KARINE ELIAS DE CASTRO

LUCIANA SILVANO AMANCIO VIEIRA

MARLI DOS SANTOS ASSIS FOGAÇA

PATRICIA DA SILVA COSTA

Publicado por:
Gabriely Toigo Dos Reis
Código Identificador:33DE4BB1

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 20.373, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2023.
DISPÕE SOBRE A LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, REINALDO RODRIGUES SILVA.

DECRETO Nº 20.373, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, REINALDO RODRIGUES SILVA.

A PrefeitaMunicipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

ConsiderandoProcesso Administrativo de1-26133/2023, onde cita-se oDespacho 1921 de 21/11/2023 (ID 1969915), com o deferimento da Secretária Municipal da Pasta.
DECRETA:

Art. 1º Conceder licença para tratar de interesses particularesdo Servidor Público Municipal Reinaldo Rodrigues Silva, admitida em 1°/4/2002, Matrícula nº 3452-5, no Cargo de Agente de Serviços/função de Serviços Gerais, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Ariquemes.

Art. 2ºA licença para tratar de interesses particulares em que preconiza o artigo anterior deste Decreto, dar-se-á, sem vencimentos e pelo período de 2 (dois) anos a partir de 29 de novembro de 2023.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29 de novembro de 2023.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 22 de novembro de 2023, 133º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 29/11/2023 às 11:27, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1974440**e o código verificador**044DF0C6**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA	***.696.051-**	29/11/2023 09:34
2	ALCIONE SOUZA DE OLIVEIRA	***.952.262-**	29/11/2023 11:51
3	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 12:27
4	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 12:52

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:9EB22B46

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 20.383, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023.
DISPÕE SOBRE A RENOVAÇÃO DA CEDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDILSERGIO OLIVEIRA DE SOUZA.

DECRETONº 20.383, DE 27 DE NOVEMBRODE 2023.

DISPÕE SOBRE A RENOVAÇÃO DA CEDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPALEDILSERGIO OLIVEIRA DE SOUZA.

A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso de suasatribuições legais;

Considerandoo Processo Administrativo8-25943/2023.

ConsiderandooMemorando 32 de 27/11/2023 (ID 1983766), advindo da Secretaria Municipal de Governo, onde cita oOfício 7455/2023 de 27/11/2023 (ID 1983725).

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada a cedência doServidorPúblicoMunicipal Edilsergio Oliveira de Souza,pertencente ao quadro de servidoresefetivos da Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO,a fim de que possa desempenhar suas funções no Departamento Estadual de Trânsito.

Art. 2ºA cedência em que preconiza o artigo 1º deste Decretodar-se-á pelo período de 1º/1/2024a 31/12/2024com ônus dos vencimentos a cargo doórgão/ente cessionário.

Art. 3º Este Decretoentra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 27 de novembro de 2023, 133º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 29/11/2023 às 11:27, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1985551**e o código verificador**ABE6F0C7**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA	***.696.051-**	29/11/2023 09:34
2	ALCIONE SOUZA DE OLIVEIRA	***.952.262-**	29/11/2023 11:49
3	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 12:17
4	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-	29/11/2023 12:51

		**	

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:B07D3134

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 20.384, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023.
DISPÕE SOBRE A RENOVAÇÃO DA CEDÊNCIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SANDRA SILVA DUARTE.

DECRETONº 20.384,DE 27 DE NOVEMBRODE 2023.

DISPÕE SOBRE A RENOVAÇÃO DA CEDÊNCIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPALSANDRA SILVA DUARTE.

A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso de suasatribuições legais;

Considerandoo Processo Administrativo8-25925/2023.

ConsiderandooMemorando 30 de 27/11/2023 (ID 1983370), advindo da Secretaria Municipal de Governo, onde cita oOfício 7469/2023 de 27/11/2023 (ID 1983361).

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada a cedência daServidoraPúblicaMunicipal Sandra Silva Duarte,pertencente ao quadro de servidoresefetivos da Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO,a fim de que possa desempenhar suas funções no Departamento Estadual de Trânsito.

Art. 2ºA cedência em que preconiza o artigo 1º deste Decretodar-se-á pelo período de 1º/1/2024a 31/12/2024com ônus dos vencimentos a cargo doórgão/ente cessionário.

Art. 3º Este Decretoentra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 27 de novembro de 2023, 133º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 29/11/2023 às 11:27, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1985592**e o código verificador**04107192**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA	***.696.051-**	29/11/2023 09:34
2	ALCIONE SOUZA DE OLIVEIRA	***.952.262-**	29/11/2023 11:45
3	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 12:15
4	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 12:51

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:2934CF65

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 20.385, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023.
DISPÕE SOBRE A RENOVAÇÃO DA CEDÊNCIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLAUDIENE DIAS DA SILVA.

DECRETONº 20.385,DE 27 DE NOVEMBRODE 2023.

DISPÕE SOBRE A RENOVAÇÃO DA CEDÊNCIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPALCLAUDIENE DIAS DA SILVA.

A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso de suasatribuições legais;

Considerandoo Processo Administrativo8-25924/2023.

ConsiderandooMemorando 31 de 27/11/2023 (ID 1983607), advindo da Secretaria Municipal de Governo, onde cita oOfício 7467/2023 de 27/11/2023 (ID 1983558).

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada a cedência daServidoraPúblicaMunicipal Claudiene Dias da Silva,pertencente ao quadro de servidoresefetivos da Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO,a fim de que possa desempenhar suas funções no Departamento Estadual de Trânsito.

Art. 2ºA cedência em que preconiza o artigo 1º deste Decretodar-se-á pelo período de 1º/1/2024a 31/12/2024com ônus dos vencimentos a cargo doórgão/ente cessionário.

Art. 3º Este Decretoentra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 27 de novembro de 2023, 133º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 29/11/2023 às 11:27, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1985621**e o código verificador**18EA951C**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA	***.696.051-**	29/11/2023 09:34
2	ALCIONE SOUZA DE OLIVEIRA	***.952.262-**	29/11/2023 11:46
3	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 12:11
4	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 12:51

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:B44C2108

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 20.387, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PATRÍCIA FRANÇOZO LOPES.

DECRETO Nº 20.387, DE 28 DE NOVEMBRODE2023.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PATRÍCIA FRANÇOZO LOPES.

A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

ConsiderandooMemorando 1281 de 27/11/2023 (ID 1982686), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Patrícia Françozo Lopes, docargo de Assessora Técnica Especial, CDS-5A, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes/RO.

Art. 2º Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1° de dezembro de 2023.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 28 de novembro de 2023, 133º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 29/11/2023 às 11:27, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1986996**e o código verificador**31D848F7**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA	***.696.051-**	29/11/2023 09:34
2	ALCIONE SOUZA DE OLIVEIRA	***.952.262-**	29/11/2023 11:49
3	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 12:08
4	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 12:51

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:909380A4

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.388, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PATRICIA FRANÇOZO LOPES.

DECRETO Nº 20.388, DE 28 DE NOVEMBRODE2023.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PATRICIA FRANÇOZO LOPES.

A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

ConsiderandooMemorando 1281 de 27/11/2023 (ID 1982686), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Servidora Público Patrícia Françozo Lopes, no cargo de Diretora Executiva, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

Art. 2º Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1° de Dezembro de 2023.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 28 de novembro de 2023, 133º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 29/11/2023 às 10:47, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1987073**e o código verificador**32033BE4**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA	***.696.051-**	29/11/2023 09:34
2	ALCIONE SOUZA DE OLIVEIRA	***.952.262-**	29/11/2023 11:51
3	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 12:06
4	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 12:50

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:6BB6D643

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM DECRETO Nº 20.390, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023. DISPÕE SOBRE A RENOVAÇÃO DA CEDÊNCIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IARA D OLERON VASCONCELOS SENA.

DECRETONº 20.390, DE 28 DE NOVEMBRODE 2023.

DISPÕE SOBRE A RENOVAÇÃO DA CEDÊNCIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPALIARA D OLERON VASCONCELOS SENA.

A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso de suasatribuições legais;

Considerandoo Processo Administrativo8-26048/2023.

ConsiderandooMemorando 37 de 27/11/2023 (ID 1984357), advindo da Secretaria Municipal de Governo, onde cita oOfício 0433/2023 de 27/11/2023 (ID 1984328).

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada a cedência daServidoraPúblicaMunicipal Iara D Oleron Vasconcelos Sena,pertencente ao quadro de servidoresefetivos da Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO,a fim de que possa desempenhar suas funções no Município de Ji-Paraná/RO.

Art. 2ºA cedência em que preconiza o artigo 1º deste Decretodar-se-á pelo período de 1º/1/2024a 31/12/2024com ônus dos vencimentos a cargo doórgão/ente cessionário.

Art. 3º Este Decretoentra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 28 de novembro de 2023, 133º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 29/11/2023 às 10:08, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1987398**e o código verificador**72A1471C**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA	***.696.051-**	29/11/2023 09:34
2	ALCIONE SOUZA DE OLIVEIRA	***.952.262-**	29/11/2023 10:31
3	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 12:06
4	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 12:46

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:0D52D53B

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 20.391, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.
DISPÕE SOBRE A RENOVAÇÃO DA CEDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCELO JESUS ALVES.

DECRETONº 20.391, DE 28 DE NOVEMBRODE 2023.

DISPÕE SOBRE A RENOVAÇÃO DA CEDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPALMARCELO JESUS ALVES.

A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso de suasatribuições legais;

Considerandoo Processo Administrativo8-26050/2023.

ConsiderandooMemorando 36 de 27/11/2023 (ID 1984285), advindo da Secretaria Municipal de Governo, onde cita oOfício 0430/2023 de 27/11/2023 (ID 1984272)).

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada a cedência doServidorPúblicoMunicipal Marcelo Jesus Alvespertencente ao quadro de servidoresefetivos da Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO,a fim de que possa desempenhar suas funções no município de Ji-Paraná/RO.

Art. 2ºA cedência em que preconiza o artigo 1º deste Decretodar-se-á pelo período de 1º/1/2024a 31/12/2024com ônus dos vencimentos a cargo doórgão/ente cessionário.

Art. 3º Este Decretoentra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 28 de novembro de 2023, 133º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 29/11/2023 às 10:08, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1987471**e o código verificador**C69CE5F2**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA	***.696.051-**	29/11/2023 09:34
2	ALCIONE SOUZA DE OLIVEIRA	***.952.262-**	29/11/2023 10:33
3	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 11:25
4	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 12:46

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:E9DF7B75

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 20.390, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.
DISPÕE SOBRE A RENOVAÇÃO DA CEDÊNCIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KELLEN NAYARA CARDOSO.

DECRETONº 20.390, DE 28 DE NOVEMBRODE 2023.

DISPÕE SOBRE A RENOVAÇÃO DA CEDÊNCIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPALKELLEN NAYARA CARDOSO.

A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso de suasatribuições legais;

Considerandoo Processo Administrativo1-25980/2023.

ConsiderandooMemorando 35 de 27/11/2023 (ID 1984202), advindo da Secretaria Municipal de Governo, onde cita oOfício 0421/2023 de 27/11/2023 (ID 1984181).

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada a cedência daServidoraPúblicaMunicipal Kellen Nayara Cardoso,pertencente ao quadro de servidoresefetivos da Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO,a fim de que possa desempenhar suas funções no Município de Ji-Paraná/RO.

Art. 2ºA cedência em que preconiza o artigo 1º deste Decretodar-se-á pelo período de 1º/1/2024a 31/12/2024com ônus dos vencimentos a cargo doórgão/ente cessionário.

Art. 3º Este Decretoentra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 28 de novembro de 2023, 133º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 29/11/2023 às 10:08, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1987604**e o código verificador**FD33DBA4**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA	***.696.051-**	29/11/2023 09:34
2	ALCIONE SOUZA DE OLIVEIRA	***.952.262-**	29/11/2023 10:35
3	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 11:20
4	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 12:43

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:C15A7990

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 20.393, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.
DISPÕE SOBRE A RENOVAÇÃO DA CEDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUIS PAULO ALTOÉ.

DECRETONº 20.393, DE 28 DE NOVEMBRODE 2023.

DISPÕE SOBRE A RENOVAÇÃO DA CEDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPALLUIS PAULO ALTOÉ.

A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso de suasatribuições legais;

Considerandoo Processo Administrativo8-26041/2023.

ConsiderandooMemorando 34 de 27/11/2023 (ID 1984129), advindo da Secretaria Municipal de Governo, onde cita oOfício 0415/2023 de 27/11/2023 (ID 1984122).

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada a cedência doServidorPúblicoMunicipal Luis Paulo Altoé,pertencente ao quadro de servidoresefetivos da Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO,a fim de que possa desempenhar suas funções no município de Ji-Paraná/RO.

Art. 2ºA cedência em que preconiza o artigo 1º deste Decretodar-se-á pelo período de 1º/1/2024a 31/12/2024com ônus dos vencimentos a cargo doórgão/ente cessionário.

Art. 3º Este Decretoentra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 28 de novembro de 2023, 133º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 29/11/2023 às 10:08, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1987681**e o código verificador**6A1C7691**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA	***.696.051-**	29/11/2023 09:34
2	ALCIONE SOUZA DE OLIVEIRA	***.952.262-**	29/11/2023 10:36
3	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 11:18
4	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 12:43

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:22C9ABFC

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 20.395, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.
DISPÕE SOBRE A RENOVAÇÃO DA CEDÊNCIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KELLY CRISTINA VIEIRA.

DECRETONº 20.395, DE 28 DE NOVEMBRODE 2023.

DISPÕE SOBRE A RENOVAÇÃO DA CEDÊNCIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPALKELLY CRISTINA VIEIRA.

A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso de suasatribuições legais;

Considerandoo Processo Administrativo1-25984/2023

ConsiderandooMemorando 33 de 27/11/2023 (ID 1984041), advindo da Secretaria Municipal de Governo, onde cita oOfício 423/GABPREF/2023 de 24/11/2023 (ID 1981537).

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada a cedência daServidoraPúblicaMunicipal Kelly Cristina Vieira,pertencente ao quadro de servidoresefetivos da Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO,a fim de que possa desempenhar suas funções no Município de Ji-Paraná/RO.

Art. 2ºA cedência em que preconiza o artigo 1º deste Decretodar-se-á pelo período de 1º/1/2024a 31/12/2024com ônus dos vencimentos a cargo doórgão/ente cessionário.

Art. 3º Este Decretoentra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 28 de novembro de 2023, 133º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 29/11/2023 às 10:08, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1987815**e o código verificador**BB4402C6**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA	***.696.051-**	29/11/2023 09:34
2	ALCIONE SOUZA DE OLIVEIRA	***.952.262-**	29/11/2023 10:38
3	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 11:14
4	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 12:43

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:F00DD181

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 20.397, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO E VACÂNCIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ELENITA EVANGELISTA RAMOS.

DECRETO Nº 20.397,DE 28DE NOVEMBRODE 2023.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO E VACÂNCIA DASERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ELENITA EVANGELISTA RAMOS.

APrefeitaMunicipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

ConsiderandooMemorando 152 de 28/11/2023 (ID 1987634), advindo da Secretaria de Governo.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, por motivo de Aposentadoria por Invalidez, com proventos proporcionais com valor correspondente à média 80% maiores contribuições, sem paridade, Elenita Evangelista Ramos, pertencente ao quadro de servidores efetivos, admitida em 29/2/2008, Matrícula de nº 6196-4, Cargo/Função de Professora, Nível III, 40 Horas Semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica vago oCargo/Função deProfessora, Nível III, 40 Horas Semanais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 28 de novembro de 2023, 133º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 29/11/2023 às 10:08, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1988181**e o código verificador**26A86430**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA	***.696.051-**	29/11/2023 09:34
2	CAROLINA LUTZ	***.943.002-**	29/11/2023 10:14
3	ALCIONE SOUZA DE OLIVEIRA	***.952.262-**	29/11/2023 10:39
4	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 11:10
5	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 12:35

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:5285A410

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 20.398, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO E VACÂNCIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, MARIA APARECIDA DE SOUZA.

DECRETO Nº 20.398,DE 28DE NOVEMBRODE 2023.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO E VACÂNCIA DASERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, MARIA APARECIDA DE SOUZA.

APrefeitaMunicipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições legais;

ConsiderandooMemorando 152 de 28/11/2023 (ID 1987634), advindo da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, por motivo de Aposentadoria por Invalidez, com proventos proporcionais com valor correspondente à média 80% maiores contribuições, sem paridade, Maria Aparecida de Souza, pertencente ao quadro de servidores efetivos, admitida em 31/7/2012, Matrícula de nº 9163-4, Cargo/Função de Professora, Nível IV, 40 Horas Semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica vago oCargo/Função deProfessora, Nível IV, 40 Horas Semanais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 28 de novembro de 2023, 133º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 29/11/2023 às 10:08, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1988421**e o código verificador**931C7D4F**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA	***.696.051-**	29/11/2023 09:34
2	CAROLINA LUTZ	***.943.002-**	29/11/2023 10:15
3	ALCIONE SOUZA DE OLIVEIRA	***.952.262-**	29/11/2023 10:41
4	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 11:09
5	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 12:32

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:5E1BFAE9

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 20.399, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RITA DE CASSIA ROCHA QUINTINO.

DECRETO Nº 20.399, DE 28DENOVEMBRODE2023.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPALRITA DE CASSIA ROCHA QUINTINO.

A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

ConsiderandooMemorando 1289 de 28/11/2023 (ID 1986969),advindo da Secretaria Municipal de Governo.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada da Função Gratificada pelo Exercício de Secretária Escolar, a Servidora Pública Rita de Cassia Rocha Quintino, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

Art. 2º Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 28 de Novembro de 2023, 133º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 29/11/2023 às 10:08, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1988483**e o código verificador**8AF9FE9D**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA	***.696.051-**	29/11/2023 09:34
2	CAROLINA LUTZ	***.943.002-**	29/11/2023 10:15
3	ALCIONE SOUZA DE OLIVEIRA	***.952.262-**	29/11/2023 10:42
4	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 11:02
5	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 12:32

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:CC93897F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
ERRATA DE DECRETO Nº 20.317, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2023. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GOZO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CINTIA MARTINS DA SILVA.

ERRATA DEDECRETO Nº 20.317,DE 1° DE NOVEMBRODE 2023.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GOZO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CINTIA MARTINS DA SILVA.

A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

Considerandoo erro material existente no Decreto Municipal nº 20.317, de 1° de novembro de 2023.

RETIFICA:

Onde se lê:

(...)

Art. 2ºO gozo da referida Licença Prêmio será no período de 1°/10/2023 a 30/10/2023,referente ao período aquisitivo de 2013/2018, conforme ciência e parecer da Secretária Municipal da Pasta.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1° de outubro de 2023.

(...)

Leia-se:

(...)

Art. 2ºO gozo da referida Licença Prêmio será no período de 1°/12/2023 a 30/12/2023,referente ao período aquisitivo de 2013/2018, conforme ciência e parecer da Secretária Municipal da Pasta.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1° de dezembro de 2023.

(...)

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 28 de novembro de 2023, 133º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 29/11/2023 às 10:08, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1988904**e o código verificador**40BDC479**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA	***.696.051-**	29/11/2023 09:34
2	CAROLINA LUTZ	***.943.002-**	29/11/2023 10:17
3	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 13:16
4	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 13:20

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:C9740DC5

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 20.400, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VILMARA SANTANA LACERDA.

DECRETO Nº 20.400, DE 28 DE NOVEMBRODE2023.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VILMARA SANTANA LACERDA.

A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

ConsiderandooDespacho 1970 de 28/11/2023 (ID 1988708), advindo da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a Servidora Pública Vilmara Santana Lacerda, docargo de Especialista da saúde/função Terapeuta Ocupacional, lotada na Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes/RO.

Art. 2º Este Decreto entraráem vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1° de dezembro de 2023.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 28 de novembro de 2023, 133º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 29/11/2023 às 10:08, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1989157**e o código verificador**BE460AF8**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA	***.696.051-**	29/11/2023 09:34
2	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 10:40
3	ERICA DA SILVA NASCIMENTO	***.820.312-**	29/11/2023 11:29
4	ALCIONE SOUZA DE OLIVEIRA	***.952.262-**	29/11/2023 11:52
5	LUANA DE SOUZA BISPO	***.569.072-**	29/11/2023 12:32

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:1693847C

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 20.413, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023.
DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA COMPOR A COMISSÃO DE ESTUDO E APRESENTAÇÃO DE MINUTA DE PROJETO DE LEI.

DECRETO Nº 20.413, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA COMPOR A COMISSÃO DE ESTUDO E APRESENTAÇÃO DE MINUTA DE PROJETO DE LEI.

A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerandoo Processo Administrativo8-26555/2023.

ConsiderandooDespacho Integrado 1 de 27/11/2023 (ID 1982925), advindo da Secretaria Municipal de Governo.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores para compor a Comissão deEstudo e Apresentação de Minuta de Projeto de Lei**,**visando implementar a reforma da previdência com alterações advindas da Emenda Constitucional 103/2019,com a seguinte composição:

PGM:
Leonor Schrammel
Paulo Cesar dos Santos

CGM:
Sônia Felix de Paula Maciel
Roseane Cristina Nepomuceno Pessoa

SEMGOV:
Marineide Borges dos Santos
Gisele Jasset de Mendonça

SEMED:
Leandro de Carvalho Feitosa

SEMFAZ:
Erivan Batista de Sousa
Vagner Ramalho Deltrino

SEMPOG:
Edmar Aparecido Torres Legal

SITMAR:
Elias Florêncio Alves

SINTERO:
Reinaldo Guimarães Neto

IPEMA:
Paulo Belegante
Valdecir Benazi
Natalia de Carvalho Kovalhuk

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 29 de novembro de 2023, 133º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 29/11/2023 às 12:11, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1992638**e o código verificador**96B82C9E**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA	***.696.051-**	29/11/2023 11:53
2	LEANDRO DE CARVALHO FEITOSA	***.788.612-**	29/11/2023 12:20
3	LIVIA CORREA CARDOSO	***.167.932-**	29/11/2023 12:29
4	CAROLINA LUTZ	***.943.002-**	29/11/2023 12:34

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:8B0AE583

SECRETARIA MUNICIPAL DE DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO
RATIFICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 25150/2023
Objeto: PROCESSO ADMINISTRATIVO COM VISTAS À ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2023, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 786/2021 DA SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA - SUPEL/RO. OBJETIVANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DO TIPO MICROCOMPUTADOR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura de Ariquemes, através da Secretaria Municipal de Agricultura Indústria e Comércio homologa a despesa, através de carona ao Pregão Eletrônico, para atender a Secretaria Municipal de Secretaria Municipal de Agricultura Indústria e Comércio de Ariquemes (RO), em favor da empresa:

TJ COMERCIO DE PRODUTOS EIRELI C.N.P.J: 27.274.178/0001-87, cujo valor é da ordem de R$ 25.107,60 (vinte e cinco mil, cento e sete reais e sessenta centavos). Ficando o processo homologado com valor total de R$ 25.107,60 (vinte e cinco mil, cento e sete
reais e sessenta centavos), consubstanciado com a Lei nº 8.666/93.

Ariquemes RO, 28 de novembro de 2023.

ANTONIO MARCOS DE MOURA
Sec. Mun. de Agricultura

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br - CNPJ: 04.104.816/0001-16

Documento assinado eletronicamente por ANTONIO MARCOS DE MOURA, Secretário Mun. de Agricultura Ind. e Comércio, em 28/11/2023 às 10:11, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID 1987687 e o código verificador 5B4F227C. Referência: Processo nº 8-25150/2023.

Publicado por:
Lindomar de Melo Cunha
Código Identificador:F0737DBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO NO CONTRATO Nº 466/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21.066/2022

PARTES:
1) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/SEMED
2)AUTO FOSSA MELLO LTDA CNPJ: 02.037.770/0001-34

PRAZO:30 (trinta) dias.

INTERVENIENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Ariquemes/RO, 29 de novembro de 2023.

SANDRA MÁRCIA NEVES
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Marly Ribeiro Pinheiro
Código Identificador:5E53BB99

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 398/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25.493/2023

PARTES:
1) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/SEMGOV
2)**CIDE- CAPACITACAO, INSERCAO E DESENVOLVIMENTO**CNPJ: 03.935.660/0001-52.

OBJETO: Contratação de Agente de Integração (estagiários) para prestação de serviços continuados no âmbito da Administração Direta do Município de Ariquemes, com a atribuição de intermediar junto às instituições de ensino de cursos de educação de ensino no nível superior, a celebração de Termo de Compromisso com estudantes interessados em estágios não obrigatório para atender as Secretarias Municipais.

PRAZO: 12 (doze) meses.

VALOR: R$16.272,00 (dezesseis mil e duzentos e setenta e dois reais).

INTERVENIENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
GESTORA E FISCAL DO CONTRATO: Thais Lourdes Miranda

Ariquemes/RO, 14 de novembro de 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DEGOVERNO
Interveniente

Publicado por:
Maria Eduarda Rodrigues Matsubara
Código Identificador:FC6CE480

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELET. N.º 120/2023 PROC. N.º 18.430/SEMSAU/2023

A Prefeita do Município de Ariquemes/RO **ADJUDICA** e **HOMOLOGA** a licitação na Modalidade Pregão na forma Eletrônica n.º 120/2023, referente ao Processo Administrativo n.º 18.430/2023, consoante ao Relatório Final PE 120/23 de 23/11/2023 (ID 1978513) e Parecer 1235 de 27/11/2023 (ID 1984354), cujo objeto é: Aquisição de bolsas de talas e colares, bolsas de resgate para ampolas de medicamentos, materiais de infusões venosas e oximetros portatil para ambulâncias de suporte básico (UBSs) e ambulância de suporte avançado UTIs móveis (USA) e colchões para colaboradores do SAMU de Ariquemes, em favor das empresas: **MARCELO MOHALLEM - CNPJ: 13.579.783/0001-51**, com valor de R$11.450,00 (onze mil quatrocentos e cinquenta reais) e **CIRÚRGICAS MULLET IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONT - CNPJ: 34.055.837/0001-50**, com valor de R$6.999,95 (seis mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos). Ficando o processo homologado com o valor total de **R$18.449,95 (dezoito mil quatrocentos e quarenta e nove reais e noventa e cinco centavos).**

Ariquemes/RO, 28 de novembro de 2023.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita de Ariquemes/RO

Publicado por:
Maria Eduarda Rodrigues Matsubara
Código Identificador:99BAD9C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELET. N.º 94/2023 PROC. N.º 8189/SEMSAU/2023

A Prefeita do Município de Ariquemes/RO **ADJUDICA** e **HOMOLOGA** a licitação na Modalidade Pregão na forma Eletrônica n.º 94/2023, referente ao Processo Administrativo n.º 8189/2023, consoante ao Relatório PE 106-2023 de 23/11/2023 (ID 1978246) e Parecer 1228 de 24/11/2023 (ID 1980426), cujo objeto é: Registro de preço para eventual e futura aquisição de materiais de consumo odontológico, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde pertencente à Prefeitura municipal de Ariquemes/RO, por um período de 12 (doze) meses, em favor da empresa **ABSOLUTA SAUDE IMP. EXP. E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - CNPJ: 30.082.076/0001-74,** com valor de R$20.150,97 (vinte mil centos e cinquenta reais e noventa e sete centavos): **BIO LOGICA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 06.175.908/0001-12,** com valor de R$40.790,47 (quarenta mil setecentos e noventa reais e quarenta e sete centavos): **VITORIA TEIXEIRA DE OLIVEIRA - CNPJ: 33.992.679/0001-00**, com valor de R$6.317,05 (seis mil trezentos e dezessete reais e cinco centavos): **DENTAL MARIA LTDA - CNPJ: 09.222.369/0001-13**, com valor de R$22.704,50 (vinte e dois mil setecentos e quatro reais e cinquenta centavos): **ELISVANDIA MATOS DONINI LTDA - CNPJ: 13.547.970/0001-53**, com valor de R$5.645,40 (cinco mil seiscentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos): **ODONTO ARIQUEMES COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR ODONTOLOGICOS E ORTOPEDICOS LTD - CNPJ: 29.958.463/0001-42**, com valor de R$16.014,80 (dezesseis mil quatorze reais e oitenta centavos): **DISTRIBUIDORA AGUA BOA LTDA - CNPJ: 44.223.526/0001-06**, com valor de R$8.019,35 (oito mil dezenove reais e trinta e cinco centavos): **ODONTOMED T/A LTDA - CNPJ: 27.205.945/0001-04**, com valor de R$4.961,76 (quatro mil novecentos e sessenta e um reais e setenta e seis centavos): **MEDFIO INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA - CNPJ: 06.923.493/0001-18**, com valor de R$19.740,00 (dezenove mil setecentos e quarenta reais): **LDG CLEAN COMERCIO DE PRODUTOS LTDA - CNPJ: 49.087.735/0001-93**, com valor de R$9.700,00 (nove mil setecentos reais). Ficando o processo homologado com o valor total de **R$154.044,30 (cento e cinquenta e quatro mil quarenta e quatro reais e trinta centavos)**.

Ariquemes/RO, 28 de novembro de 2023.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita de Ariquemes/RO

Publicado por:
Maria Eduarda Rodrigues Matsubara
Código Identificador:2E446A2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 20404/2023 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

LEI Nº 2.788, DE 21 DE SETEMBRO DE 2023

ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTECRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO VALOR DE R$ 381.000,00 (TREZENTOS E OITENTA E UM MIL REAIS) EM FAVOR DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSAU.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica;

CONSIDERANDOa necessidade de incluir no orçamento vigente os recursos autorizados pelo Artigo 8º daLei 2788 de 21/09/2023 (ID 1852716), publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 22 de setembro de 2023, edição 3565;

CONSIDERANDOa Lei 4.320/1964, artigos 41, inciso II e 43, §1º, inciso II e §3º;

CONSIDERANDOo teor do Processo Administrativo nº 21578/2023-Memorando 159 de 27/11/2023 (ID 1984929)os quais justificam o pleito.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente,Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação no valor de**R$ 381.000,00 (trezentos e oitenta e um mil reais)**no exercício financeiro de 2023, em favor da Secretaria Municipal de Saúde-SEMSAU, conforme abaixo distribuído:

Órgão: 02-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Unidade: 08-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSAU				
Projeto/Atividade: 2503-ASSIST. FINANC. COMPL. DA UNIÃO AO CUMPRIMENTO DO PISO DA ENFERMAGEM				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR**
ESPECIAL	1045	02.08.10.122.0039.2503	3.1.90.11.00-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	186.000,00

ESPECIAL	1074	02.08.10.122.0039.2503	3.1.90.04.00-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	195.000,00
Fonte: 1.605-Recursos do Exercício Corrente-Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.				
TOTAL DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO				**381.000,00**

Parágrafo Único-O Crédito aberto na forma do artigo primeiro será coberto com recursos resultante do Excesso de Arrecadação conforme demonstrado noAnexo TC 04 PISO ENF de 27/11/2023 (ID 1986453), proveniente da assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e conforme a fonte de recurso detalhada abaixo:

Excesso de Arrecadação	**381.000,00**
Fonte de Recurso	
1.605-Recursos do Exercício Corrente-Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	381.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º Publique se.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 45ª de emancipação político-administrativo.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 28/11/2023 às 19:20, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1989879**e o código verificador**6E2B3175**.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:9088194D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 20406/2023 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

LEI Nº 2.702, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022

ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTECRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR, NO VALOR DE R$ 370.000,00 (TREZENTOS E SETENTA MIL REAIS) EM FAVOR DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica;

CONSIDERANDOa necessidade de abertura de Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com aLei 2702 de 29/12/2022 (ID 1327617)publicada no dia 30/12/2022, edição 3380a no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, artigo 6º, inciso I e Lei Federal 4.320/64 art. 41, inciso I e art. 43 §1°, inciso I;

CONSIDERANDOser da essência da administração, quando necessário, proceder às regulamentações de créditos de natureza Suplementar, levando em consideração o cumprimento da Legislação que respalda a espécie;

CONSIDERANDOo teor do Processo Administrativo nº 1-5060/2023-Memorando 1046 de 27/11/2023 (ID 1983710)os quais justificam o pleito.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente,Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro no valor de**R$370.000,00 (trezentos e setenta mil reais)**no exercício financeiro de 2023, em favor da Secretaria Municipal de Educação-SEMED, conforme abaixo distribuído:

Órgão: 02-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Unidade: 07-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED				
Projeto/Atividade: 3011-APOIO A ENTIDADES-ENSINO FUNDAMENTAL				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR**
SUPLEMENTAR	1089	02.07.12.361.0006.3011	3.3.50.41.00-CONTRIBUIÇÕES	370.000,00
Fonte: 2.501-Recursos de Exercícios Anteriores-Outros Recursos não Vinculados				
TOTAL DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO				**370.000,00**

Parágrafo Único-O Crédito aberto na forma do artigo primeiro será coberto com recursos resultante do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial -Quadro D-Balanço Patrimonial de 22/02/2023 (ID 1423824)da Prefeitura Municipal de Ariquemes, do exercício anterior, proveniente de Recursos Próprios e conforme a fonte de recurso detalhada abaixo:

Superávit Financeiro	**370.000,00**
Fonte de Recurso	
2.501-Recursos de Exercícios Anteriores-Outros Recursos não Vinculados	370.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º Publique se.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 45ª de emancipação político-administrativo.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 28/11/2023 às 19:20, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1990963**e o código verificador**1D37E6A7**.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:DD2CB08E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 888/2023

ALTERA A DISCRIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA RELATIVOS À ABERTURA DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023, RESPEITADOS O ESTABELECIDO NA LEI Nº 2702 DE 29/12/2022 (LEIORÇAMENTÁRIA ANUAL 2023) EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSAU.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARIQUEMES,no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto naLei 2702 de 29/12/2022 (ID 1327617)que aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2023.

RESOLVE:

Art. Fica alterada a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados pelo Quadro de Detalhamento da Despesa- QDD anexo doDecreto 19461 de 13/01/2023 (ID 1347392)publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 18/01/2023 edição 3393 respeitado o artigo 41 e 44 da Lei Municipal nº 2.666, de 28 de julho de 2022 - LDO/2023, bem como, autorizado no artigo 10º e Parágrafo Único da Lei nº 2702 de 29 de dezembro de 2022-LOA/2023, conforme Processo Administrativo nº 1-4937/2023-Memorando 163 de 28/11/2023 (ID 1987236), e abaixo distribuído:

Poder: 02-EXECUTIVO-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES-PMA				
Unidade: 08-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSAU				
Projeto/Atividade: 2507-ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE PAB				
ALTERAÇÃO DE ELEMENTO	FICHA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
ACRÉSCIMO	362	02.08.10.301.0035.2507	3.3.90.48.00-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	11.410,79
REDUÇÃO	363		3.3.90.93.00-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-11.410,79
Fonte: 1.600-Recursos do Exercício Corrente-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.				
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO				11.410,79
TOTAL DA REDUÇÃO				-11.410,79

Art. 2ºA alteração introduzida pela presente Portaria não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, tendo em vista que o Orçamento vigente foi enviado ao legislativo até nível de modalidade conforme o artigo 19, inciso II da Lei Municipal nº 2.666, de 28 de julho de 2022 - LDO/2023.

Art. 3ºO Setor de Orçamento da Prefeitura Municipal providenciará os registros relativos ao cumprimento dos termos desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Ariquemes, 28 de novembro de 2023.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 28/11/2023 às 19:20, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1990849**e o código verificador**99B70600**.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:AABA988D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 889/2023

ALTERA A DISCRIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA RELATIVOS À ABERTURA DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023, RESPEITADOS O ESTABELECIDO NA LEI Nº 2702 DE 29/12/2022 (LEIORÇAMENTÁRIA ANUAL 2023) EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSAU.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARIQUEMES,no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto naLei 2702 de 29/12/2022 (ID 1327617)que aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2023.

RESOLVE:

Art. Fica alterada a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados pelo Quadro de Detalhamento da Despesa- QDD anexo doDecreto 19461 de 13/01/2023 (ID 1347392)publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 18/01/2023 edição 3393 respeitado o artigo 41 e 44 da Lei Municipal nº 2.666, de 28 de julho de 2022 - LDO/2023, bem como, autorizado no artigo 10º e Parágrafo Único da Lei nº 2702 de 29 de dezembro de 2022-LOA/2023, conforme Processo Administrativo nº 1-4937/2023-Memorando 164 de 28/11/2023 (ID 1987288), e abaixo distribuído:

Poder: 02-EXECUTIVO-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES-PMA				
Unidade: 08-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSAU				
Projeto/Atividade: 2513-ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEX AMB E HOSPITALAR MAC				
ALTERAÇÃO DE ELEMENTO	FICHA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
ACRÉSCIMO	388	02.08.10.302.0037.2513	3.3.90.48.00-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	52.322,00
REDUÇÃO	389		3.3.90.93.00-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-52.322,00
Fonte: 1.600-Recursos do Exercício Corrente-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.				
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO				52.322,00
TOTAL DA REDUÇÃO				-52.322,00

Art. 2ºA alteração introduzida pela presente Portaria não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, tendo em vista que o Orçamento vigente foi enviado ao legislativo até nível de modalidade conforme o artigo 19, inciso II da Lei Municipal nº 2.666, de 28 de julho de 2022 - LDO/2023.

Art. 3ºO Setor de Orçamento da Prefeitura Municipal providenciará os registros relativos ao cumprimento dos termos desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Ariquemes, 28 de novembro de 2023.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 28/11/2023 às 19:20, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1990868**e o código verificador**76E895FB**.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:15E753F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 890/2023

ALTERA A DISCRIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA RELATIVOS À ABERTURA DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023, RESPEITADOS O ESTABELECIDO NA LEI Nº 2702 DE 29/12/2022 (LEIORÇAMENTÁRIA ANUAL 2023) EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSAU.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARIQUEMES,no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto naLei 2702 de 29/12/2022 (ID 1327617)que aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2023.

RESOLVE:

Art. Fica alterada a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados pelo Quadro de Detalhamento da Despesa- QDD anexo doDecreto 19461 de 13/01/2023 (ID 1347392)publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 18/01/2023 edição 3393 respeitado o artigo 41 e 44 da Lei Municipal nº 2.666, de 28 de julho de 2022 - LDO/2023, bem como, autorizado no artigo 10º e Parágrafo Único da Lei nº 2702 de 29 de dezembro de 2022-LOA/2023, conforme Processo Administrativo nº 1-4937/2023-Memorando 165 de 28/11/2023 (ID 1987354), e abaixo distribuído:

Poder: 02-EXECUTIVO-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES-PMA				
Unidade: 08-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSAU				
Projeto/Atividade: 2501-MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA				
ALTERAÇÃO DE ELEMENTO	FICHA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
ACRÉSCIMO	329	02.08.10.122.0039.2501	3.3.90.48.00-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	172.000,00
REDUÇÃO	326		3.3.90.39.00-OUTROS SERVIÇOS DE	-172.000,00

			TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	
Fonte: 1.500-1002-Recursos do Exercício Corrente-Recursos não Vinculados de Impostos-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde.				
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO				**172.000,00**
TOTAL DA REDUÇÃO				**-172.000,00**

Art. 2ºA alteração introduzida pela presente Portaria não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, tendo em vista que o Orçamento vigente foi enviado ao legislativo até nível de modalidade conforme o artigo 19, inciso II da Lei Municipal nº 2.666, de 28 de julho de 2022 - LDO/2023.

Art. 3ºO Setor de Orçamento da Prefeitura Municipal providenciará os registros relativos ao cumprimento dos termos desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Ariquemes, 28 de novembro de 2023.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 28/11/2023 às 19:20, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1990875**e o código verificador**B39CCCD5**.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:3C12A4D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
RESOLUÇÃO 035/2023/COMMA

COMMA - CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

O Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMMA, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Municipal 1329/2007 em reunião realizada no dia 28de Novembro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar nos Termos da ATA 008/2023 da Reunião de 28/11/2023 do Conselho Municipal de Meio Ambiente do Município de Ariquemes, a utilização de recursos do FMMA pela SEMA, para fins de atender a determinação judicial Proc nº 7008903-41.2022.8.22.0002, conforme depósito de valor equivocado na conta do Fundo Municipal de Meio Ambiente Ag. 1178-9, conta corrente 19492-1, com valor de R$ 1.500,00 em boleto ou TED para o TJ RO 2ª Vara Criminal, Ariquemes-RO.
Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes-RO, 29 de Novembro de 2023.

BRUNO CEZAR KAIN
Secretário do Conselho Municipal Meio Ambiente

VILMAR FERREIRA
Presidente do Conselho Municipal Meio Ambiente

Publicado por:
Gustavo Alex Pasold Batista
Código Identificador:3078EA5A

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 146/2023/PREGÃO/SML/PMA PROCESSO ADM. Nº 19272/2023/FUNCET

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº146/2023/PREGÃO/SML/PMA
PROCESSO ADM.Nº19272/2023/FUNCET
MODO DE DISPUTA: ABERTO- UASG: 450522
LICITAÇÃO COM AMPLA PARTICIPAÇÃO, RESERVA DE COTAS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/MEI
Objeto: Registro de preço para eventual aquisição de REFLETOR LED PARA ILUMINAÇÃO DE ESTÁDIO DE FUTEBOL - Potência mínima: 1.000 W, para atender a Fundação de Cultura Esporte e Turismopertencente aPrefeitura Municipal de Ariquemes/RO, por um período de 12 meses.Com o valor total estimado em R$ 246.818,88.
A Prefeitura de Ariquemes/RO,através do **Pregoeiro**designado pelo Decreto nº. 19.569de 24de fevereirode 2023, torna público, para o conhecimento dos interessados que na data e horário abaixo indicado fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o **Nº146/2023**do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **Cód. UASG: 450522,** na forma da Lei nº. 14.133/21, conforme edital e anexos, atendendo assim as necessidades da Prefeitura Municipal de Ariquemes. Envio das propostas poderá ser feito **das 09h00min do dia 01/12/2023até às 09h00min do dia 15/12/2023. Início da Sessão Pública virtual será às 09h00min do dia 15/12/2023(Horário de Brasília)**. A retirada do edital está disponível no site **www.gov.br/compras**e **www.ariquemes.ro.gov.br/licitacao**, sendo que a sessão pública será pelo site **www.gov.br/compras(Comprasnet)**. Informações na Sala da Superintendência Municipal de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Ariquemes, de segunda a sexta-feira das 07h30min às 13h30min. (Horário Local). Mais informações, através do telefone (69) 3516-2020/2021pelo e-mail **pregaopma@hotmail.com**
Ariquemes(RO),29deNovembro de 2023.

VICENTE FERREIRA DO NASCIMENTO NETO
Pregoeiro

Publicado por:
Bruna Ribeiro Almeida
Código Identificador:16DB3339

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DECISÃO 23428/2023

Processo Administrativo Nº 23.428/2023
Empresa: CS CORREIA E CIA LTDA-ME
CNPJ: 07.815.520/0001-00

DECISÃO

Trata-se de processo administrativo n.º 23.428/2023, em face da empresa **CS CORREIA E CIA LTDA-ME**, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 07.815.520/0001-00, localizada na Rua Maceió, n.º 2719, setor 03, na cidade de Ariquemes/RO, em razão do pedido de **RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**, referente a medição FINAL (15ª) da obra de construção da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), pertencente à Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU.
À priori, cabe mencionar que a empresa supracitada, celebrou em 19 de outubro de 2015 o instrumento contratual n.º 460/2015, decorrente do Edital de Licitação Concorrência Pública 009/CPL/PMA/2015, tendo por objeto a execução de obras de construção civil para conclusão da unidade de pronto atendimento UPA, bem como o fornecimento de equipamento do tipo transformador 300 KVA, conforme constante em planilha de composição (ID 1937736).
Infere-se que, após a instalação do transformador 300 KVA, este veio apresentar defeito técnico, no qual foi necessário a retirada e substituição, todavia, naquela época o item fora substituído por outro de menor potência.
Deste modo, a empresa não cumpriu com sua obrigação de fornecimento do equipamento previsto em planilha e a última medição apresentada pela empresa que se refere também a outros serviços realizados não fora atestada, impedindo seu pagamento.
A nota fiscal emitida em 2018 encontra-se pendente de análise e atesto para pagamento, devido a pendência do fornecimento do transformador de 300 KVA. Por este motivo, em 11 de outubro de 2023, o representante da empresa, Sr. Claudionor, protocolou junto ao protocolo geral, o pedido de pagamento da 15º medição. (ID 1892697)

Conforme despacho do do diretor da Unidade de Pronto Atendimento - UPA (ID 1937571) e Relatório Fotográfico (ID 1937572) encaminhados a esta secretaria em 14 de setembro de 2023, o equipamento fora devidamente instalado conforme exigido no projeto, sendo um transformador de 300 KVA.
Instado a se manifestar sobre a especificidade técnica do equipamento instalado, o Sr. Marcelo Cebalho emitiu parecer informando que o transformador instalado atende a potência solicitada em planilha. Restando, portanto, RESOLVIDA tal pendência.
Importante ressaltar que, compulsando os autos do processo n.º 6271/2015, fora localizado a declaração da comissão de fiscalização (ID 1937739), parecer do chefe do Núcleo de Engenharia - NUCEX (ID 1937740) e Termo de Recebimento Definitivo (ID 1937744) nos quais, 3 (três) membros da comissão de fiscalização atestaram e validaram a nota fiscal em comento, no entanto o empenho para pagamento foi anulado devido às regras aplicadas aos restos a pagar.
Destaca-se que a obra foi definitivamente recebida em 20 de fevereiro de 2018, todavia, o equipamento em comento só fora definitivamente entregue após 05 (cinco) anos, em 14 de setembro de 2023.
É breve o relatório, passo a decidir.
O reconhecimento de dívida no âmbito da administração pública refere-se ao processo pelo qual um órgão ou entidade governamental reconhece a existência de uma obrigação financeira. Esse procedimento é fundamental para garantir a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos.
Deste modo, por meio desse processo, a administração pública busca assegurar que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente e as obrigações assumidas sejam cumpridas.
Considerando o Parecer 1169 (ID 1953760) emitido pela Procuradoria Geral do Município - PGM, na qual opinou pela formal e material pela legalidade dos atos administrativos para reconhecimento da dívida e execução da despesas, devendo ser observado e respeitado os respectivos desdobramentos orçamentários para se evitar o enriquecimento sem causa deste ente público.
Destaca-se que no Parecer apresentado pela PGM, é indicado a regulamentação sobre tal tema, no qual é normatizado por meio do Decreto Federal n.º 93.782 de dezembro de 1986, veja o trecho a seguir:

Portanto, a ausência de crédito próprio, para atender as despesas aqui versadas, ou a falta de seu processamento em época própria (empenho), ou ainda, a falta de inscrição em *restos a pagar*, não são - *por excelência e natureza* - impedimentos ao adimplemento da obrigação pelo Poder Público; podendo e devendo extinguir as despesas dos exercícios anteriores, mediante utilização de dotação específica do exercício corrente, discriminada por elementos (despesas com pessoal, material, serviços, obras e outros), respeitada a ordem cronológica.

O dispositivo legal referido antes foi regulamentado pelo Decreto Federal 93.872, de 23 de dezembro de 1986, nos seguintes termos:
Decreto Federal nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986
Art. 22. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida, **e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente**, poderão ser pagos à conta de dotação destinada a atender despesas de exercícios anteriores, respeitada a categoria econômica própria (Lei nº 4.320, art. 37).
§ 1º O reconhecimento da obrigação de pagamento, de que trata este artigo, cabe à autoridade competente para empenhar a despesa.
§ 2º Para os efeitos deste artigo considera-se:
a) despesas que não se tenham processado na época própria, aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido a sua obrigação;
b) restos a pagar com prescrição interrompida, a despesa cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas vigente o direito do credor;
c) **compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, a obrigação de pagamento criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente**. (destaque não original)

Diante disso, fica explícito que a ausência de crédito específico, a falta de empenho ou o não registro em restos a pagar não são impedimentos intrínsecos ao cumprimento de obrigações pelo Poder Público. Essas disposições visam flexibilizar a gestão financeira pública, permitindo o pagamento de obrigações legítimas mesmo que não tenham sido devidamente processadas no exercício correspondente.
Ademais, com base nos documentos apresentados nos autos, dos quais destacam-se:
• Despacho do diretor da Unidade de Pronto Atendimento - UPA sobre a instalação do transformador, conforme exigido no projeto, de 300 KVA (ID 1937571);
• Relatório Fotográfico (ID 1937572);
• Relatório Técnico emitido pelo Núcleo de Engenharia - NUCEX (ID 1901117);
• Declaração da Comissão de Fiscalização (ID 1937739);
• Parecer do chefe do Núcleo de Engenharia - NUCEX (ID 1937740);
• Termo de Recebimento Definitivo (ID 1937744);
• Solicitação de pagamento da 15º medição atinente a Nota fiscal n.º 61/2018 (ID 1892697);
• Nota Fiscal n.º61/2018 (ID 1901097);
• Planilha da 15º medição (ID 1937736);
• Parecer 1169 (ID 1953760).
Destarte, baseado nos fatos e fundamentos acima expostos, e com o esgotamento de fundamentações, especialmente pelo setor competente por emitir pareceres jurídicos e base legal para os atos administrativos, **DECIDO PELO DEFERIMENTO** do pedido de Reconhecimento de Dívida, visto que restou demonstrado a instalação do transformador sendo atestado pela comissão a conformidade, bem como, o valor pendente de pagamento que se constatou nos autos, totalizando o valor de **R$ 96.636,05 (noventa e seis mil, seiscentos e trinta e seis reais e cinco centavos)**, conforme nota fiscal anexa e demais documentos comprobatórios.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Ariquemes/RO, 28 de novembro de 2023.

LORENA PEREIRA FIORENZANI
Secretária Municipal de Saúde
Decreto 18.987/PGM/2022

Publicado por:
Erica da Silva Nascimento
Código Identificador:9883A75A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE RECONHECIMENTO DE DIVIDA 23428/2023

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Processo: 23.428/2023
Interessado: Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES DEVEDOR
O Município de Ariquemes, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 04.104.816/0001-16 por meio da Secretaria Municipal de Saúde, com sede na Avenida Tancredo Neves nº 2166 Setor Institucional, CEP 76.872-854, Ariquemes/RO
.
CREDORA: A empresa **CS CORREIA E CIA LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 07.815.520/0001-00, localizada na Rua Maceió, n.º 2719, setor 03, na cidade de Ariquemes/RO.

• CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Município de Ariquemes/RO, por meio da Secretaria Municipal de Saúde reconheceu, conforme Decisão 27 de 28/11/2023 (ID 1987765) assinada pelo Secretária de Saúde na data de 28/11/2023 e Parecer 1169 de 10/11/2023 (ID 1953760) assinado pelo Procurador-Geral em 13/11/2023, O DEVER DE PAGAR À CREDORA, o montante de **R$ 96.636,05 (noventa e seis mil, seiscentos e trinta e seis reais e cinco centavos)**, assim, após apresentados os Despacho do diretor da Unidade de Pronto Atendimento - UPA (ID 1937571), Relatório Fotográfico (ID 1937572), Relatório Técnico emitido pelo Núcleo de

Engenharia - NUCEX (ID 1901117), Declaração da Comissão de Fiscalização (ID 1937739), Parecer do chefe do Núcleo de Engenharia - NUCEX (ID 1937740), Termo de Recebimento Definitivo (ID 1937744), Solicitação de pagamento da 15º medição atinente a Nota fiscal n.º 61/2018 (ID 1892697), Nota Fiscal n.º61/2018 (ID 1901097), Planilha da 15º medição(ID 1937736), Parecer 1169 (ID 1953760), restou comprovado o direito do fornecedor.

Parágrafo Único: O reconhecimento de dívida constante deste instrumento é definitivo e irretratável, não implicando, de modo algum, novação ou transação e vigorará imediatamente.

• CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes deste correrão à conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Saúde, classificada como Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes, Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde, Programações: 10.122.0039.2501 - MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA, Elemento de Despesa: 3.3.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores, Fonte de Recurso: Próprio.

• CLÁUSULA TERCEIRA - DO FÓRUM

Fica eleito o foro da Comarca de Ariquemes/RO, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste termo.
Ariquemes/RO, 28 de novembro de 2023.

LORENA PEREIRA FIORENZANI
Secretária Municipal de Saúde
Decreto 18.987/PGM/2022

Publicado por:
Erica da Silva Nascimento
Código Identificador:163A636A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO
PORTARIA Nº 14/CGMA/SEMUST, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 14/CGMA/SEMUST, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

A CORREGEDORA DA GUARDA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO, nouso de suasatribuições que lhe são conferidas pela LeiMunicipal nº 2.293 de 03/07/2019 e LeiMunicipal nº2.417de30/07/2020,publicadasno Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDOo disposto nos artigos 177 e seguintes da Lei Municipal nº1.336/2007;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.293/2019, que determina precedência de sindicância sempre que houver necessidade de coleta de elementos suficientes quando à autoria e materialidade da infração funcional, bem como aplicação de penalidades;

CONSIDERANDOo disposto nos itens 16 e 20 do Manual de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar do Poder Executivo do Município de Ariquemes - RO, aprovado pelo art. 1º do Decreto Municipal nº 18.227/2021;

CONSIDERANDOo disposto no 20 do Manual de Procedimentos Disciplinares da Corregedoria da Guarda Municipal de Ariquemes - RO, aprovado pelo art. 1º do Decreto Municipal nº 19.140/2022;

CONSIDERANDOa Lei Municipal nº2.417/2020, queinstitui a Corregedoria da Guarda Municipal de Ariquemes - RO e dá outras providências;

CONSIDERANDOa Portaria nº 551, de 04 de agosto de 2023, publicada no AROM aos 07 de agosto de 2023, Edição nº 3532, que designou os membros da Comissão de Procedimento Disciplinar da Guarda Municipal;

CONSIDERANDOATA DE SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS, de 27 de setembro de 2023, que designa para substituir, a função de Presidente da Comissão Disciplinar da Guarda Municipal integrante da portaria 551/2023/PGM, publicada com Portaria nº 703, de 27 de setembro de 2023, publicada no AROM aos 28 de setembro de 2023, Edição nº 3569.

CONSIDERANDO Memorando nº 217/SEMUST/ADM/2023, encaminhado à Corregedoria da Guarda Municipal, em 01 de agosto de 2023, para providências cabíveis e desvelo, tratando-se de possíveis faltas disciplinares, em face de servidor público, agente da Guarda Municipal;

RESOLVE:

Art 1º -**INSTAURAR** Procedimento Administrativo Disciplinar, nos termos da Lei Municipal nº 2.293/2019 (Código de Conduta dos Servidores da Guarda Municipal), e item 20 do Decreto Municipal nº 18.227/2021 (Manual de Sindicância e PAD), bem como item 20 do Manual de Procedimentos Disciplinares da Corregedoria da Guarda Municipal de Ariquemes - RO, visando à apuração de responsabilidade de servidor público municipal, por suposta infração disciplinar de natureza grave, disciplinada pelo Artigo 18, incisos XIX e XXV e conduta do Artigo 20, inciso X, da Lei Municipal nº 2.293/2019, possíveis faltas disciplinares praticada por servidor integrante do quadro da Guarda Municipal de Ariquemes - RO.

Art 2º -**REQUISITAR**à Comissão de Procedimento Disciplinar designada pela Portaria nº 703/2023, a autuação e instrução do Procedimento Disciplinar, com amparo no item 26 do Decreto Municipal nº 18227/2021 e item 25 do Decreto Municipal nº 19.140/2022 as seguintes diligências instrutórias iniciais:

I - Diligenciar para obter a identificação do(s) agente(s) envolvido(s) na representação/denúncia e promover as oitivas, na condição de testemunhas (item 39 do Manual), a fim de que possa relatar e prestar os esclarecimentos necessários sobre os fatos descritos no art. 1º desta Portaria;

Parágrafo único. As diligências iniciais requisitadas no inciso do caput deste artigo não são exaurientes, podendo a Comissão de Procedimentos Disciplinares realizar outras que, a seu critério, são pertinentes para a apuração dos fatos e identificação dos envolvidos.

Art3º-**ESTABELECER**o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Procedimento Disciplinar, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Corregedora da Guarda Municipal, mediante justificativa da Comissão, conforme indicado no art. 61 da Lei Municipal de nº 2.293/2019, Código de Conduta dos Servidores da Guarda Municipal de Ariquemes.

Art4º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes - RO, em 29 de novembro de 2023.

MARIA CRISTINA DE PAULA
Corregedora Interina
Portaria 527/2023/PGM

Publicado por:
Maria Cristina de Paula
Código Identificador:1814BB05

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 136/2023/CPLMS PROCESSO N.º 2599/SEMECE/2023

O Município de Buritis-RO, através da sua pregoeira designada pelo Decreto **13.512/GAB/PMB/2023**, torna público a realização da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO (POR ITEM), na forma da Lei Federal nº 14.133/21, tendo como **Objeto: Aquisição De 01 (Um) Veículo de passeio 0 Km,** valor estimado **R$ 100.575,00 (**Cem mil quinhentos e setenta e cinco reais). Início da sessão pública virtual será às **10h00min do dia 13/12/2023** (Horário de Brasília-DF), endereço www.gov.br/compras **(COMPRASNET).** Obtenção gratuita do edital nos endereços eletrônicos: www.gov.br/pncp, www.gov.br/compras, http://www.buritis.ro.gov.br ou diretamente na prefeitura no endereço: Rua São Lucas, nº 2476, setor 06. Telefone: (69) 3238-2658 no Horário: 07h30 às 13h30 ou por solicitação via e-mail cpl@buritis.ro.gov.br.

Buritis – RO, 29 de novembro de 2023.

RENILDA CARLOS DE MORAES
Pregoeira

Publicado por:
Monica Paiva Vieira
Código Identificador:812B2B4E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 132/2023/CPLMS PROCESSO N.º 1843/SEMUSA/2023

O Município de Buritis-RO, através da sua pregoeira designada pelo Decreto **13.512/GAB/PMB/2023**, torna público a realização da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO (POR ITEM), na forma da Lei Federal nº 14.133/21, tendo como **Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática (Nobreak e Impressora),** valor estimado **R$ 25.320,55 (**vinte e cinco mil trezentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos**)**. Início da sessão pública virtual será às **10h00min do dia 14/12/2023** (Horário de Brasília-DF), endereço www.gov.br/compras **(COMPRASNET).** Obtenção gratuita do edital nos endereços eletrônicos: www.gov.br/pncp, www.gov.br/compras, http://www.buritis.ro.gov.br ou diretamente na prefeitura no endereço: Rua São Lucas, nº 2476, setor 06. Telefone: (69) 3238-2658 no Horário: 07h30 às 13h30 ou por solicitação via e-mail cpl@buritis.ro.gov.br.

Buritis – RO, 29 novembro de 2023.
RENILDA CARLOS DE MORAES
Pregoeira

Publicado por:
Claudia Aparecida Belisario do Nascimento
Código Identificador:8E3751D6

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO DE SELEÇÃO PARA OS CARGOS DE GESTOR ESCOLAR E GESTORE AUXILIAR ESCOLAR EDITAL Nº 001/2023 RESULTADO FINAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER
COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE SELEÇÃO DE GESTORES
PROCESSO DE SELEÇÃO PARA OS CARGOS DE GESTOR ESCOLAR E GESTORE AUXILIAR ESCOLAR
EDITAL Nº 001/2023
RESULTADO FINAL
ERRATA º 002/2023
ONDE SE LÊ:

FUNÇÃO: GESTOR ESCOLAR					
Nº	**Nº INSC.**	**CANDIDATO**	**CPF**	**LOTAÇÃO**	**NOTA**
1.	08	VALDIVIO SIMÕES DO NASCIMENTO	*** 763.702 **	EMEIEF. JOSUÉ DE CASTRO	60,75

LEIA-SE:

FUNÇÃO: GESTOR ESCOLAR					
Nº	**Nº INSC.**	**CANDIDATO**	**CPF**	**LOTAÇÃO**	**NOTA**
1.	08	VALDIVIO SIMÕES DO NASCIMENTO	*** 763.702 **	EMEIEF. JOSUÉ DE CASTRO	62,75

BURITIS - RO, 28 de Novembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)
CLEONICE SILVA VIEIRA
Presidente
Decreto n. 14.066/2023

Publicado por:
Maria Eduarda Dias Ferreira
Código Identificador:83797A07

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 247, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023

Dispõe sobre a exoneração do servidor **QUELVIN JUSTINIANO OLIVEIRA** e adota outras providências.

O Prefeito do Município de Buritis, no uso de suas Atribuições Legais, considerando a LC 003/2016 e suas alterações.

RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar a pedido, o servidor **QUELVIN JUSTINIANO OLIVEIRA,** do cargo de **Gerente de Atenção Primária à Saúde – SEMUSA**

Artigo 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Buritis/RO, 29 de novembro de 2023.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Dias Ferreira
Código Identificador:36A0FDD2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO À EMPRESA ATENA COMERCIO COMPRA E VENDA LTDA, CNPJ SOB Nº 42.107.381/0001-52.

Processo Administrativo nº. 1-1354/SEMA/2023.
Empresa
ATENA COMERCIO COMPRA E VENDA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 42.107.381/0001-52, situada na ST Setor Comercial Sul, Q 7, LT A, Brasilia/DF, e-mail: atenaltda2@gmail.com.
Assunto: Notificação por descumprimento do objeto da Dispensa de Licitação nº 65/2023/CPLMS/RO.
N O T I F I C A Ç Ã O
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BURITIS/RO**, vem por meio deste **NOTIFICAR** a empresa **ATENA COMERCIO COMPRA E VENDA LTDA**, doravante denominada CONTRATADA, pelos fatos e fundamentos que passa a expor.
Considerando que esta empresa **ATENA COMERCIO COMPRA E VENDA LTDA**, sob CNPJ: 42.107.381/0001-52 foi vencedora do certame através da Dispensa de Licitação nº 65/2023/CPLMS/RO, para realização de despesas com despesas;

Considerando que a contratada recebeu a Ordem de Faturamento nº 2172/23 e Nota de Empenho nº 7010/2023, respectivamente, no dia 14/11/2023, com prazo de entrega para 10 (dez) dias corridos, confirmado o recebimento via e-mail atenaltda2@gmail.com no dia 14/11/2023, por um responsável pela empresa (Isabela).
Considerando que o prazo para a entrega das mercadorias venceu em 24/11/2023, sem manifestação formal por parte da contratada;
Considerando antes a inércia da Empresa Contratada, os servidores desta Secretaria Municipal entraram em contato nos dias 27,28,29/11/2023, via WhatsApp com a Srª. Isabela ao qual a mesma foi informado que o prazo para entrega havia vencido na data do dia 24/11/2023 na oportunidade fora requerido a entrega do material, ainda, pronunciamento quanto a obrigação assumida.

Considerando os diversos contatos com a servidora da Empresa, por meio de ligações e WhatsApp realizadas ao contato nº (61) 9588-3269, nos dias 27, 28, 29/11/2023.
Considerando, ainda que o mesmo informou que estaria enviando, mas até o momento não foi entregue.
Considerando que a Empresa se manifestou acerca da entrega do material, informando que iria realizar e entrega, ao qual esta Secretaria de Administração solicitou o código de rastreio da mercadoria porem até o presente momento não houve resposta.

Tombando por base o dito em linhas anteriores, esta administração entende-se que a Empresa Contratada não está cumprindo com o previamente acordado/contrato pelas partes; desta feita, não nos resta outra alternativa que não seja o encaminhamento da **NOTIFICAÇÃO**, dando ciência do descumprimento das cláusulas contratuais e da necessidade de cumprimento quanto as obrigações assumidas com essa administração.
Diante disto, visando o não prejuízo ao erário público e ao direito de ampla defesa, resolve emitir a **NOTIFICAÇÃO** a empresa **ATENA COMERCIO COMPRA E VENDA LTDA,** sob **CNPJ nº** : 42.107.381/0001-52**,** em caráter de advertência, por descumprimento no prazo de entrega, ora ajustado.
Não menos, solicitamos esclarecimentos e/ou entrega das mercadorias ora solicitadas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeito a aplicação das sansões previstas no termo de referência em questão.
A saber, "ITEM 9 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
9.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto da Licitação, a Administração, garantida prévia defesa, aplicará a licitante as seguintes sanções, quando for o caso:
Advertência, inclusive por descumprir prazo de entrega;
Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento de obrigações estabelecidas neste Termo, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos bens não entregues, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;
Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos bens não entregues, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos, porventura causados a Prefeitura Municipal de Buritis - RO;
Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
O prazo facultado a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas neste Termo;
Se a multa for de valor superior ao valor da Nota de Empenho, além da perda deste, responderá a empresa vencedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso cobrado judicialmente;
As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedor ou Prestador de Serviços da Prefeitura Municipal de Buritis - RO, da respectiva empresa, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais;
Não serão aceitas justificativas posteriores a adjudicação aos vencedores, por parte da licitante que não poderá manter a proposta seja escrita ou por meio de lance, com a justificativa que houve erro na formulação, engano nos preços ou erro de digitação da proposta, não será admitida a desistência da proposta para estes casos, sendo a licitante penalizada com multa e declarada inidônea. Sendo esta, impedida de licitar com a Administração pelo período de 05 (cinco) anos.
Neste sentido, fica desde já emitida a **NOTIFICAÇÃO**, no aguardo de que esta empresa cumpra imediatamente com o que fora pactuado, sob pena de novas sanções.

Atenciosamente,
Buritis/RO, 29 de novembro de 2023.

PABLO DAMON CARVALHO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Wandriely de Sousa Paiva
Código Identificador:E76D8A9F

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI

CAMARA MUNICIPAL DE CABIXI
PORTARIA

PORTARIA Nº 123/2023/C.M.C

DISPÕE SOBRE A BAIXA DOS BENS EM CONDIÇÕES DE DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Vereadora **JUCIELI ANDRADE DE CARLI**, Presidente da Câmara Municipal de Cabixi, Estado de Rondônia, usando de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1° - Considerando que compete ao Poder Legislativo a gestão, a condução dos negócios e a administração dos bens móveis pertencentes ao Patrimônio do Legislativo Municipal; e considerando ainda o interesse público, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a necessidade de baixar os referidos bens por motivos justificados.

ART. 2° - Fica autorizado a baixa dos bens declarados como péssimos/ocioso para este Poder Legislativo,os constantes no termo de conclusão de levantamento de bens Móveis e imóveis da Câmara Municipal de Cabixi realizado pela Comissão de Inventário .

ART.3º - Os bens serão destinados conforme instrução normativa nº001/2023/UCCI/CMC-RO, e Lei Federal nº8.666/93.

ART.4º - Os bens que não forem aceitos em doação e que pelas características não puderem ser recuperados, deverão ser incinerados ou eliminados de forma adequada.

ART.5° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE
REGISTRE-SE
CUMPRE-SE

CABIXI/RO, 24 DE NOVEMBRO DE 2023.

JUCIELI ANDRADE DE CARLI
Presidente

Publicado por:
Angelita Aparecida Dos Santos Roriz
Código Identificador:65B60E5A

CAMARA MUNICIPAL DE CABIXI
EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO
Nº001/2023
DOADOR: CÂMARA MUNICIPAL DE CABIXI/RO
DONATÁRIA: PMM-RO – POLÍCIA MIRIM E PROJETO KARATÊ.
OBJETIVO: doação de bem, relacionado no presente Termo, constante no processo 151/2023 para utilização pela DONATÁRIA, dentro dos fins a que se destina, transferindo o domínio, a posse e a propriedade sobre os bens, que serão alocados no **PMM-RO – POLÍCIA MIRIM E PROJETO KARATÊ**, cumprindo o requisito de interesse social.

FUDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Art.17, alínea "a".
VALOR: O valor total do presente TERMO DE DOAÇÃO é de **R$ 1.608,05(HUM MIL E SEISCENTOS E OITO REAIS E CINCO CENTAVOS).**
FORO: Comarca de Colorado do Oeste-RO.
DATA DE CELEBRAÇÃO: 24 de novembro de 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE CABIXI
Doador

PMM-RO – POLÍCIA MIRIM E PROJETO KARATÊ.
Donatária

Publicado por:
Angelita Aparecida Dos Santos Roriz
Código Identificador:C509412A

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICO A MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DO PROCESSO Nº 1268/2021.

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que prevê a DISPENSA em conformidade ao disposto na Lei Municipal nº 274/198, Capítulo XIV; Art. 31 e Lei Municipal nº 746/2013, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO do PROCEDIMENTO referente ao Processo nº 1268/2023, nos termos do disposto no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, e com respaldo no parecer da Procuradoria Jurídica do Município de Cabixi.

Autorizo em consequência, a proceder-se à aquisição, conforme abaixo descrito:

Aquisiçãode Material de Proteção Individual EPIs, para uso dos Engenheiros/Fiscais.,

Unidade Orçamentária: 0302- Coordenadoria Municipal De Planejamento
Projeto Atividade:
2.006 Manutenção das atividades da Coordenadoria de Planejamento
33.90.30 Material de Consumo
33.90.30.28 - Material de Proteção e Segurança.
Total da reserva orçamentária**R$ 883,30 (oitocentos e oitenta e três reais e trinta centavos).**

Favorecido (s):WILL CONFECCOES E BORDADOS LTDA;
CNPJ:41.892.160/0001-70
Valor: R$**R$ 760,00 (setecentos e sessenta reais).**

Seguem os autos para as devidas providências, nos termos da legislação em vigor.

Cabixi-RO, 29 de novembro de 2021

IZAEL DIAS MOREIRA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cleidineia Assis Moreira
Código Identificador:63C47A83

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 095

EXTRATO DE CONTRATO Nº095/2023

PROCESSO Nº1174/2023

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI**

CONTRATADA: **CKS VEICULOS ESPECIAIS LTDA**

OBJETO: O objeto deste é a ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 009/2023, que tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de veículos, inclusive adaptados, zero Km, primeiro emplacamento, para atender as necessidades dos municípios consorciados ao CODANORTE.

LEGISLAÇÃO: O presente Contrato tem como fundamento as Leis Federais n.º 10.520/2002 e 8.666/93, e alterações, Decreto Federal 7.892/2013 e Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, Portaria 014/2021 do CODANORTE, e ainda o PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 029/2023, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 013/2023, devidamente homologado pelo Sr. Presidente, a proposta da CONTRATADA, tudo parte integrante deste termo, independente de transcrição.

PRAZO: O presente contrato terá vigência 12 (doze meses), a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme consta no art. 57 da Lei 8666/93.

VALOR: A Contratante pagará a Contratada o valor estimado de **R$ 308.000,00 (trezentos e oito mil reais)**

ORÇAMENTO: O objeto deste Contrato será pago com recursos orçamentários oriundos do Tesouro Municipal/convênios.

DATA: 29/11/2023

PREFEITURA MUNICIPAL
Contratante

CKS VEICULOS ESPECIAIS LTDA
Contratada.

Publicado por:
Renan Araujo Silva
Código Identificador:02364B32

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 096

EXTRATO DE CONTRATO Nº096/2023

PROCESSO Nº981/2023

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI**

CONTRATADA: **PAPELARIA IZABELA LTDA**

OBJETO: Contratação de Empresa especializada devidamente regularizada para fornecer, nos moldes preconizado na legislação pertinente, materiais didáticos, expediente, materiais educativos, e outros materiais de consumo, que serão utilizados para atender as necessidades da Escola Municipal de Educação Infantil Cebolinha, Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental e da Secretaria Municipal de Educação.

LEGISLAÇÃO: O respaldo jurídico do presente Contrato encontra-se consubstanciado no Processo Administrativo nº 1-981/2023/SEMEC, que originou a presente contratação, bem como o disposto na Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, aplicando-se a Legislação citada nos casos omissos.
PRAZO: O contrato deverá ter vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e/ou sucessivos períodos se for conveniente para a Contratante, na forma e nos termos do edital Pregão e da Lei nº 8.666/93, art 57, inciso II, comprovando sua vantajosidade

VALOR: O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R$ 92.728,00 (Noventa e dois mil, setecentos e vinte o oito reais).

ORÇAMENTO: As despesas decorrentes da contratação do objeto correrão por conta das Atividades, prevista no orçamento da Unidade Orçamentária: 0400 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte e Turismo, na classificação abaixo: Projeto/Atividade: 2.010 – Quota Salário Educação Elemento de Despesa: 33.90.30 – Material de consumo 33.90.30.16 – Material Educativo e Esportivo.

DATA: 29/11/2023

CONTRATANTE:.....
PREFEITURA MUNICIPAL

CONTRATADA:.....
PAPELARIA IZABELA LTDA

Publicado por:
Renan Araujo Silva
Código Identificador:312140A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CMAS
LEI DE CRIAÇÃO Nº 240-96

RESOLUÇÃO

Resolução nº 09/CMAS/2023, de 29 de Novembro de 2023. O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, dentro das competências e das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 2º da Lei 991/2018/GABINETE DO PREFEITO/16 de Março/2018.

Resolve:

I – Aprova o parecer favorável do Sistema de Gestão de Transferência Voluntária do Governo Federal, Emenda impositiva, Programação de nº110003120230003, no Valor de 100.000,00 (cem mil reais). Para o Centro de Convivência.

II – ATA Nº 152.

III – Resolução nº 009.

IV – Data – 29/11/2023

SILVANIA DE FATIMA BENTO
Presidente do Cmas

Publicado por:
Sonia Cristina de Souza
Código Identificador:DD667DDF

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE CACAULANDIA
CAMÂRA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2023 PROCESSO ADM. Nº 80/2023

CAMÂRA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2023 PROCESSO ADM. Nº 80/2023

Torna-se público que a Câmara Municipal de Cacaulândia-RO, por meio do Presidente da Câmara Municipal de Cacaulândia/RO no exercício de suas atribuições legais e delegada com base na IN 02/2023, resolvem **ADJUDICAR E HOMOLOGAR** a Dispensa Eletrônica nº 01/2023, amparado pelo art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com razões remissivas ao Relatório Técnico e Parecer Jurídico Cujo o Objeto é: Aquisição de (Notebook, Smart TV e respectivos suportes) As aquisições contidas neste Termo de Dispensa visam a atender as demandas dos Vereadores quanto a utilização do Sistema Integrada de Processos e Documentos Eletrônicos, bem como às demandas nos trabalhos do legislativo, além disso vão ao encontro do objetivo estratégico de modernizar as instalações com foco na integração e colaboração. **Em favor da Empresa: V. S. DOS SANTOS LIVRARIA E PAPELARIA-ME CNPJ: 05.255.167/0001-17** (Itens 1,2 e 3), Ficando o Processo Homologado com Valor Total de R$ 36.498,00 (trinta e seis Mil, quatrocentos e Noventa e oito Reais)

Cacaulândia – RO, 29 de novembro de 2023.

JOVITI PEREIRA DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Valdeni de Lima Franco
Código Identificador:5B86FC3D

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

Acolho parecer jurídico e **RATIFICO** a DISPENSA para pagamento da **Contratação de Empresa Especializada para realizar a 2ª revisão do veículoCHEV/SPIN 1.8L AT ACT7,BRANCA, PLACA SGU3B72 e chassi nº 9BGJK7520RB117589, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde**, conforme processo 2-60/2023, e Termo de Referência em anexo, de interesse da Prefeitura Municipal de Cacaulândia no valor total de R$ 1.273,44 (um mil duzentos e setenta e três reais e quarenta e quatro reais), em favor de **TIGRÃO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA – CNPJ 05.880.596/0002-66,** tendo por base o artigo 24, XVII da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, devendo a despesa ser publicada nos moldes do artigo 26 do mesmo diploma legal.
Cumpra-se.

Cacaulândia/RO, 29 de Novembro de 2023.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana Almeida de Leal Ribeiro
Código Identificador:1EAC8ADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULANDIA
DECRETO 5614

DECRETO Nº 5614/GP/2023 de28 de novembro de 2023

"REMANEJA RECURSOS DO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE Cacaulândia, no uso da atribuição que lhe confere oart.5º, da Lei nº 1170 de 21/12/2022 orçamento fiscal e de seguridade social para oexercício de 2023.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentáriasaprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de créditoadicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limitesdos grupos de despesa impostos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº1170, de 21 dedezembro de 2022) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidadescontemplados.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL:02PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

020600SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ficha:197 08.122.1001.2009.0000GESTÃO ADMINISTRATIVA.....R$30.000,00
3.1.90.16.00OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - P

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R$30.000,00

REDUÇÕES

LOCAL:02PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

02 0600SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ficha:19908.122.1001.2009.0000GESTÃO ADMINISTRATIVA.....R$-30.000,00
3.1.90.94.00INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES T

TOTAL DAS ANULAÇÕES R$-30.000,00

Publicado por:
Maria do Carmo Leite
Código Identificador:311468AC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULANDIA
DECRETO 5615

DECRETO Nº 5615/GP/2023 de29 de novembro de 2023

"REMANEJA RECURSOS DO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE Cacaulândia, no uso da atribuição que lhe confere oart.5º, da Lei nº 1170 de 21/12/2022 orçamento fiscal e de seguridade social para oexercício de 2023.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentáriasaprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de créditoadicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limitesdos grupos de despesa impostos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº1170, de 21 dedezembro de 2022) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidadescontemplados.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL:02PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

020500SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTES E CULTUR

Ficha:121 12.361.1001.2006.0000GESTÃO ADMINISTRATIVA.....R$70,00
3.3.90.08.00OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCI

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕESR$70,00

REDUÇÕES

LOCAL:02PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

020500SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTES E CULTUR

Ficha:11912.361.1001.2006.0000GESTÃO ADMINISTRATIVA.....R$-70,00
3.1.90.94.00INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES T

TOTAL DAS ANULAÇÕES R$-70,00

Publicado por:
Maria do Carmo Leite
Código Identificador:37EDED8E

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULANDIA
DECRETO 5613

DECRETO Nº 5613/GP/2023 de27 de novembro de 2023

"ABRE NO ORÇAMENTO VIEGENTE, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 34, inciso I, Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal 1.170/GP/2023.

D E C R E T A

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 16.240,87 distribuídos as seguintes dotações:

Local: 020500 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTES E CULTUR
Ficha: 159 - 12.368.1003.2120.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ 11.404,87
3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

Ficha: 160 - 12.368.1003.2120.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ 4.836,00
3.1.90.16.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

Local: 020500 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTES E CULTUR
Ficha: 151 - 12.368.1003.2119.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -367,27
3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL

Ficha: 152 - 12.368.1003.2119.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -3.431,08
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Ficha: 153 - 12.368.1003.2119.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -416,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Ficha: 154 - 12.368.1003.2119.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -100,00
3.3.90.40.00 SERVIÇOS TECNOLOGIA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ

Ficha: 155 - 12.368.1003.2119.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -100,00
3.3.90.47.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS

Ficha: 156 - 12.368.1003.2119.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -100,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

Ficha: 157 - 12.368.1003.2119.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -1.480,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Ficha: 171 - 12.368.1003.2127.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -100,00
3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL

Ficha: 172 - 12.368.1003.2127.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -2.766,28
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Ficha: 173 - 12.368.1003.2127.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -1.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Ficha: 174 - 12.368.1003.2127.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -100,00
3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ

Ficha: 175 - 12.368.1003.2127.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -100,00
3.3.90.47.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS

Ficha: 176 - 12.368.1003.2127.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -100,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

Ficha: 177 - 12.368.1003.2127.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -1.000,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Ficha: 178 - 12.368.1003.2128.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -100,00
3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL

Ficha: 179 - 12.368.1003.2128.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -4.680,24
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Ficha: 181 - 12.368.1003.2128.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -100,00
3.3.90.40.00SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ

Ficha: 182 - 12.368.1003.2128.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -100,00
3.3.90.47.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS

Ficha: 183 - 12.368.1003.2128.0000 TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$ -100,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria do Carmo Leite
Código Identificador:A3ABA35E

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULANDIA
DECRETO 5616

DECRETO Nº 5616/GP/2023 de29 de novembro de 2023

"REMANEJA RECURSOS DO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS ROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE Cacaulândia, no uso da atribuição que lhe confere oart.5º, da Lei nº 1170 de 21/12/2022 orçamento fiscal e de seguridade social para oexercício de 2023.
DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentáriasaprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023.
Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de créditoadicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limitesdos grupos de despesa impostos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº1170, de 21 dedezembro de 2022) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidadescontemplados.
Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de suapublicação.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL:02PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

020801FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Ficha:278 10.122.1001.2010.0000GESTÃO ADMINISTRATIVA.....R$50.000,00
3.1.90.16.00OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - P

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕESR$50.000,00

REDUÇÕES

LOCAL:02PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

020801FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Ficha:27610.122.1001.2010.0000GESTÃO ADMINISTRATIVA.....R$-50.000,00
3.1.90.11.00VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXA

TOTAL DAS ANULAÇÕESR$-50.000,00

Publicado por:
Maria do Carmo Leite
Código Identificador:4B546E63

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2023
PROCESSO N. 15-17/2023

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE CACAULÂNDIA.
CONTRATADO:ANA CAROLINA ZANINETTI ROSA CPF: 023.615.279-36, é Leiloeira Pública Oficial no Estado de Rondônia, matriculada na Junta Comercial do Estado de Rondônia, sob o Nº 022/2017, conforme Portaria Nº 038/JUCER de 27/03/2017**,**sendo que estabelece o percentual 5%(cinco porcento) do Leiloeiro com o arrematante.
OBJETO:contratação é a prestação de serviços de Leiloeiro Oficial para a realização do leilão, sendo a venda dos de bens móveis inservíveis do órgão da Administração Pública do Município de Cacaulândia RO, e em conformidade com as especificações técnicas e condições complementares descritas nos Anexos do Edital de Pregão Eletrônico nº 50/2023, partes integrantes e inseparáveis do mesmo, que constituem o Processo nº 15-17/2023/2023.
VIGÊNCIA CONTRATUAL:12 (doze) meses.
GESTOR: Secretaria de Coordenação Geral.

Cacaulândia, 28 de novembro de 2023.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Paulo Aurelio Souza Dos Santos
Código Identificador:5671D367

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 147/2023 PROCESSO Nº 21378/GLOBAL/2023 AMPLA PARTICIPAÇÃO

O Município de Cacoal-RO, através da Superintendência de Licitações - SUPEL torna público a realização de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO, julgado pelo valor do LOTE, modo de disputa ABERTO, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA. Valor prévio: R$ 1.061.151,36. Poderão participar deste pregão eletrônico as empresas que preencherem os requisitos do Edital. A abertura da sessão pública será no dia **14/12/2023 às 10h00**(Horário de Brasília-DF), no endereço http://www.licitanet.com.br. O presente certame será regido pela Lei Complementar Nº 198 de 28/06/23. Obtenção do edital nos sites: http://www.cacoal.ro.gov.bre http://www.licitanet.com.brou diretamente na SUPEL no endereço: Rua Anísio Serrão, nº 2100. Telefone: (69) 3441-8069. Horário: 07h30 às 13h30. Cacoal – RO, 29 de novembro de 2023.
VALDENIR GONÇALVES JUNIOR
Pregoeiro
Portaria 57/GP/22

Publicado por:
Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:4E3EC27B

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
PORTARIA Nº 017/SEMUSA/2023.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO DE MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E AUDITORIA DA PARCERIA COM O CENTRO DE REABILITAÇÃO NEUROLÓGICA INFANTIL DE CACOAL – CERNIC.

A Secretária Municipal de Saúde, no uso de atribuições que lhe conferem a Lei 2.543/2009 e o Decreto 9.224/PMC/2023.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear Servidores para compor a comissão de monitoramento, avaliação e auditoria do Termo de Fomento entre a Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA e o Centro de Reabilitação Neurológica Infantil de Cacoal – CERNIC, referente ao Processo nº 88/2021 nos termos do artigo 38, inciso VI do Decreto Municipal nº 6.729/PMC/2018.

Art. 2º- Para execução dos serviços, serão nomeados os servidores abaixo relacionados:

§ 1º -**PRESIDENTE**: Antonio De Padua Pereira De Oliveira – Matrícula: 30291

§ 2º -**MEMBROS**:
I – Cidelma Pereira Batista Correa – Matrícula: 6455
II – Neide Barreto de Souza – Matrícula: 5683

Art. 3º- ESTABELECER que a Comissão de que trata o artigo 1º terá como competência:
Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria; Controlar o cumprimento das metas físico-financeiras; Controlar a execução do fluxo pactuado no termo;
Avaliar as produções e documentações correlatadas para o pagamento;
Definir as necessidades para melhoria na qualidade do serviço prestado ao paciente do SUS, conforme normas do Ministério da Saúde;
Realizar vistoria técnica, com base nas legislações vigentes, na unidade de saúde que presta o serviço pactuado junto ao município;
Observar as legislações vigentes, bem como notificar os prestadores de serviços quanto a sua adequação às mesmas;
Expedir relatório técnico dos serviços prestados ao SUS, anexando ao processo correspondente.

Art. 4º -Esta Portaria não se vincula a recebimento de remuneração.

Art. 5º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais retroativos a 08 de agosto de 2023, revogando- se as disposições em contrário, em especial a Portaria n°. 003/SEMUSA/2022.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cacoal – RO, 28 de novembro de 2023.

DAISY BRUNA FREITAS DE SANTANA
Secretária Municipal de Saúde
Dec. n. 9.224/PMC/2023

Publicado por:
Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:5A220A6A

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS EXTRATO DE REGULARIZAÇÃO DE SEQUESTROS JUDICIAIS PROCESSO: 22152/2023 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACOAL/SEMUSA

OBJETO: Considerando o que consta nos autos em epígrafe, bem como, os despachos judiciais referentes a sequestros judiciais de valores das contas do Munícipio de Cacoal. Considerando que em acordo com as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia faz-se necessário regularizar as pendências nas Conciliações Bancárias.
VALOR: R$ 716.998,29 (setecentos e dezesseis mil e novecentos e noventa e oito reais e vinte e nove centavos).Autorizo, em conseqüência, a emissão da correspondente NOTA DE EMPENHO, à conta de dotação própria do orçamento vigente com observância ao disposto nos § 1º e 2º do art. 63, da Lei Federal nº. 4.320/64.
Cacoal/RO, 29 de novembro de 2023.

DAISY BRUNA FREITAS DE SANTANA
Secretária Municipal de Saúde
Dec. nº 9.224/PMC/2023

Publicado por:
Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:D08E93AE

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
CONVÊNIO/CONTRATO DE REPASSE

A Prefeitura Municipal de Cacoal-RO, em conformidade com a Lei nº 9.452 de 20/03/1997, comunica aos Partidos Políticos, ACIC/CDL, SITRACOM e Câmara Municipal de Vereadores, a liberação de recursos para execução dos projetos abaixo relacionados:

Convênio/Contrato de Repasse - Objeto	Concedente	Valor (R$) liberado	Data da liberação	Banco/Ag/ C/C nº
Contrato de Repasse nº 800001/2013/MS/CAIXA – Construção de unidade de atenção especializada em saúde	Ministério da Saúde/ CAIXA	362.000,00	21/11/2023	C.E.F./ 1823-6/ 647130-3

Cacoal/RO, 29 de novembrode 2023.

BEATRIZ LARISSA BISPO MOREIRA MARTINS
Coordenação de Convênios

Publicado por:
Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:8C999B9F

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 134/2023/SUPEL/RO, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 741/2022/SUPEL/RO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL/RO OBJETO: AQUISIÇÃO DE AGREGADOS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA.

PROCESSO PMC: 20872/ORDINÁRIO/2023 - SEMOSP
OBJETO: para atender a Prefeitura de Cacoal mediante adesão à Ata de Registro de Preços do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 741/2022/SUPEL/RO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL/RO - OBJETO: AQUISIÇÃO DE AGREGADOS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA.**

Empresa detentora da Ata de Registro de Preços:

RONDOMAR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA CNPJ N.: 04.596.384/0001-08

O valor total da Adesão à Ata de Registro de Preços é de **R$ 170.140,00 (Cento e Setenta mil, Cento e Quarenta reais).**

Obs.: A íntegra do Termo de Adesão à **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 134/2023/SUPEL/RO, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 741/2022/SUPEL/RO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL/RO OBJETO: AQUISIÇÃO DE AGREGADOS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA.** Poderá ser obtida no site www.cacoal.ro.gov.br

Cacoal-RO, 28 de novembro de 2023.

ANA PAULA DE ALMEIDA
Chefe de Coordenação de Registro de Preços
Portaria N° 0878/pmc/2023.

Publicado por:
Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:456D57C6

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
PORTARIA Nº 016/SEMUSA/2023.

DISPOE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE MÉDICO REGULADOR/AUTORIZADOR.

A Secretária Municipal de Saúde, no uso de atribuições que lhe conferem a Lei 2.543/2009 e o Decreto 9.224/PMC/2023.

RESOLVE:

Art. 1°- Nomear o servidor abaixo para desempenhar a função de Médico Regulador/Autorizador da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, nos termos legais:

SERVIDOR: KEIDIMAR VALERIO DE OLIVEIRA, cargo Médico, matricula n. 56.671.

Art. 2°- A nomeação e o desempenho das atividades não serão remunerados.

Art. 3° Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 01 de dezembro de 2023, revogando as disposições em contrario em especial a Portaria n° 016/SEMUSA/2019.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cacoal – RO, 28 de novembro de 2023.

DAISY BRUNA FREITAS DE SANTANA
Secretária Municipal de Saúde
Dec. n. 9.224/PMC/2023

Publicado por:
Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:ED06F249

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/2023 PROCESSO Nº 19584/ORDINÁRIO/2023 EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MEI

O Município de Cacoal-RO, através da Superintendência de Licitações - SUPEL torna público a realização de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO, julgado pelo valor do ITEM, modo de disputa ABERTO, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR E IMPRESSORA A LASER PARA O CEO, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA. Valor prévio: R$ 60.808,00 oriundo da Emenda Parlamentar Nº 19112.323000/1220-05 – Ministério da Saúde. Poderão participar deste pregão eletrônico as empresas que preencherem os requisitos do Edital. A abertura da sessão pública será no dia **15/12/2023 às 10h00**(Horário de Brasília-DF), no endereço http://www.licitanet.com.br. O presente certame será regido pela Lei Complementar Nº 198 de 28/06/23. Obtenção do edital nos sites: http://www.cacoal.ro.gov.bre http://www.licitanet.com.brou diretamente na SUPEL no endereço: Rua Anísio Serrão, nº 2100. Telefone: (69) 3441-8069. Horário: 07h30 às 13h30. Cacoal – RO, 29 de novembro de 2023.

VALDENIR GONÇALVES JUNIOR
Pregoeiro
Portaria 57/GP/22

Publicado por:
Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:25CCA9EF

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 020/PMC/2023

PROCESSO ELETRÔNICO: 4632/2022.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACOAL/SEMOSP
CONTRATADA:RODOPAV CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA CIVIL LTDA
CNPJ: 08.259.524/0001-03
OBJETO: Aditivar o valor do Contrato n.º 020/PMC/2023, para dar continuidade CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ E DRENAGEM EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO – TCHAU POEIRA (1ª ETAPA), através do Convênio nº 114/2022/PGE/DER-RO, para atender a Secretaria Municipal de obras e Serviços públicos - SEMOSP, de acordo com solicitação de ID 282987 e Parecer Jurídico opinativo de ID 283317, acostado aos autos do Processo Eletrônico n.º 4632/2022.
DO VALOR: R$ 1.206.787,78 (um milhão, duzentos e seis mil, setecentos e oitenta e sete reais e setenta e oito centavos).
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Contrato n. 020/PMC/2023.
DATA: 24/11/2023.

ADAILTON ANTUNES FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:6A6D1B20

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 117/PMC/2023

PROCESSO ELETRÔNICO: 19465/2023
CONTRATANTE: Município de Cacoal/SEMC

CONTRATADA: R F COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 37.090.234/0001-87
OBJETO: O presente Termo tem por objeto aditivar o valor para a ampliação das metas do projeto inicial, visando a decoração das demais localidades pela cidade possibilitando abrilhantar a época natalina, celebrando com a população dos bairros e também com as pessoas que por aqui passam, o espírito natalino de solidariedade, confraternização, união, paz e mais, todos os sentimentos que sensibilizam o coração, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Cultura – SEMC, conforme ID 287197 e Parecer Jurídico de ID 287410, acostado aos autos do Processo Eletrônico 19465/2023.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Contrato n. 117/PMC/2023.
DATA: 24/11/2023.

ADAILTON ANTUNES FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:60BBA943

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
CONVALIDAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO

Ficam convalidados todos os atos praticados, referente ao Processo Eletrônico n. 1014/2023, no qual para pagamento da prestação de serviços do mês de julho/2023 o empenho 3.314/2023 foi realizado em 18/07/2023, de forma intempestiva, conforme Despacho da Secretaria constante do ID 292278 e Parecer Jurídico de ID 293498.
Publique-se.

Cacoal/RO, 29 de novembro de 2023.

[Assinado Digitalmente]
ADAILTON ANTUNES FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:52B8921E

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
TERMO DE AJUSTE DE CONTAS – TAC RELATIVO AO CONTRATO DE RATEIO E PROGRAMA O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS REFERENTE A MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CASA DE APOIO ADMINISTRADA PELO CIMCERO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RO

MUNICÍPIO DE CACOAL, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 04.092.714/0001-28, com sede na rua Anisio serrão 2100Bairro centro, Cacoal/RO, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social (localizada na Avenida Guaporé 3888, Bairro Jardim Clodoaldo), representada pela Secretária Municipal de Assistência Social e Trabalho - SEMAST, abaixo denominado **MUNICÍPIO**, e o do outro ladoCIMCERO - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDONIA , pessoa jurídica de direito publico, CNPJ nº.02.049.227/0001-57, com sede na Rua Pe Adolf Rhol,Nº 1346, Bairro: Casa Pretarepresentado porMARIA APARECIDA DE OLIVEIRA, nacionalidadebrasileira, CPF nº. 289.689.302-44e RG nº. 300.877 SSP/RO, residente e domiciliada na Rua Santa Clara, nº. 1285, bairro Riachuelo, município de Ji-Paraná, estado de Rondônia,abaixo denominada **CONTRATADA**:

RESOLVEM, de comum e pleno acordo, com fundamento no parágrafo único do art. 59 da Lei n° 8.666/1993 e suas alterações c/c art. 884 da Lei 10.406/2002 (Código Civil) e art. 60 a 64 da Lei n° 4.320/1964, celebrar o presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, regido pelas seguintes cláusulas e condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente Termo de Ajuste de Contas – TAC tem por objeto o reconhecimento de direitos e obrigações decorrentes da prestação de serviços repasse de recursos financeiros para custear as despesas referente a casa de apoioque deveria ter ocorrido no CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 004/2023, de modo a excluir qualquer obrigação por itens não executados no contrato e indenizar por aqueles regularmente executados e não aditados formalmente no momento oportuno, sendo estes especificamente os serviços prestados durante a vigência do CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 004/2023e não repactuados e adimplidos antes de seu vencimento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES ENVOLVIDOS NO AJUSTE DE CONTAS:

O presente Termo de Ajuste de Contas - TAC formaliza/consolida a reprogramação final do CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 004/2023, reconhecendo como devido à **CONTRATADA**a quantia única e específica de R$ 47.902,50 (quarenta e sete mil novecentos e dois reais e cinquenta centavos), referente a execução de serviços de custeio de repasse de recurso financeiroreconhecidamente realizadosno período de 01 de agosto de 2023 á 19 de setembro de 2023,conforme comprovação anexa ao processo.

O valor devido pelo **MUNICÍPIO**à **CONTRATADA**será pago em até 15 (quinze) dias uteis a partir da expedição da nota fiscal.

Valores remanescente do Termo de Programa n° 004/CIMCERO/2023, constantes das notas de empenho nº 305/2023 e 442/2023e pendente em restos a pagar, serão excluídos/estornados por representarem valores alusivos a serviços não executados/substituídos pelos acima.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PLENA/TOTAL QUITAÇÃO E GARANTIA

O **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDONIA-CIMCERO** dá ao **MUNICIPIO**, no ato do pagamento relativa ao objeto deste Termo de Ajuste de Contas - TAC, plena/geral/rasa/irrevogável quitação do CONTRATO DE PROGRAMA 004/2023, nada restando a reivindicar, exigir ou reclamar, seja a que título/natureza for.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas deste Termo de Ajuste de Contas - TAC correrão à conta do recurso previstos, por intermédio das**Notasde Empenho nº 305/2023 e 442/2023.**

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Cacoal/RO para dirimir questões deste Termo, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
Por estarem totalmente cientes e pleno acordo firmam o presente Termo de Ajuste de Contas – TAC, em 02(duas) vias de igual teor e forma.

Cacoal/RO, 27 de novembrode 2023.

_____
MUNICÍPIO DE CACOAL

_____
CONTRATADA

Publicado por:
Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:628E88B4

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
DECRETO N. 9.541/PMC/2023

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SRA.SAMIRA DE SOUZA BORGES BARROS DO CARGO DE GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE CACOAL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e a Lei 2.543/PMC/2009;

Considerando o Memorando 689/GAB-SEMUSA/2023.

DECRETA:

Art. 1ºFica exonerada a Sra. SAMIRA DE SOUZA BORGES BARROS, portadora da Carteira de Identidade n. 1604583 SESDEC/RO e inscrita no CPF/MF sob o n. 740.681.132-20, do cargo de GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 9.265/PMC/2023.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 10 de novembro de 2023.

Cacoal/RO, 29 de novembro de 2023.

[Assinado Digitalmente]
ADAILTON ANTUNES FERREIRA
Prefeito

[Assinado Digitalmente]
DEBORAH MAY DUMPIERRE
Procuradora-Geral do Município
OAB/RO N. 4372

Publicado por:
Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:82C5F978

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÀGUA E ESGOSTO DE CACOAL PORTARIA N°123/SAAE/2023

"Dispõe sobre a concessão de diárias"

O Presidente do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal, no uso das atribuições legais, e no que dispõe os artigos 57 da Lei 2.716/PMC/2010, e alterada pela Lei 3621/PMC/16 regulamentado pelo Ato Normativo 006/SAAE/2020.
Resolve:
Art.1° Conceder a diária abaixo especificada:

Proposto/Beneficiário: Nelson Rodrigues de Lima		Cargo/Função: Presidente Matrícula: 302
Dados da viagem		
Origem: Cacoal/RO	Data de início	Data de retorno
Destino: Porto Velho/RO	29/11/2023.	30/11/2023

Motivo da Viagem: Em 2023, a Presidência do SAAE, Reunião com setor de habitação e engenharia da caixa econômica para tratar de assuntos relacionados ao esgotamento Sanitário da residencial cidade verde e região no qual o SAAE de Cacoal é coparticipante na execução de etapa de rede de distribuição de água potável – material e mão de obra e nas orientações e análise de viabilidades técnicas. A reunião demandará, planejamento, revisão de cronograma físico financeiro, análise de possível alteração na concepção de projeto de elevatórias de esgoto entre outros.

Meio de transporte: veículo oficial do SAAE.

Arbitrar e conceder

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
02	R$ 405,00	R$ 810,00	0,00	R$ 810,00

Art.2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cacoal – RO, 29 de novembro de 2023.

Assinado Eletronicamente
NELSON RODRIGUES DE LIMA
Presidente Interino do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal
Decreto 9.113/PMC/2022

Publicado por:
Dagnara Santana Magalhaes
Código Identificador:882F8A8D

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÀGUA E ESGOSTO DE CACOAL PORTARIA N°122/SAAE/2023

"Dispõe sobre a concessão de diárias"

O Presidente do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal, no uso das atribuições legais, e no que dispõe os artigos 57 da Lei 2.716/PMC/2010, e alterada pela Lei 3621/PMC/16 regulamentado pelo Ato Normativo 006/SAAE/2020.
Resolve:
Art.1° Conceder a diária abaixo especificada:

Proposto/Beneficiário: Rodrigo Aparecido Santana		Cargo/Função: Coordenador de Engenharia e Projetos Matrícula: 339
Dados da viagem		
Origem: Cacoal/RO	Data de início	Data de retorno
Destino: Porto Velho/RO	29/11/2023.	30/11/2023

Motivo da Viagem: Em 2023, a Presidência do SAAE, Reunião com setor de habitação e engenharia da caixa econômica para tratar de assuntos relacionados ao esgotamento Sanitário da residencial cidade verde e região no qual o SAAE de Cacoal é coparticipante na execução de etapa de rede de distribuição de água potável – material e mão de obra e nas orientações e análise de viabilidades técnicas. A reunião demandará, planejamento, revisão de cronograma físico financeiro, análise de possível alteração na concepção de projeto de elevatórias de esgoto entre outros.

Meio de transporte: veículo oficial do SAAE.

Arbitrar e conceder

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
02	R$ 380,00	R$ 760,00	0,00	R$ 760,00

Art.2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cacoal – RO, 29 de novembro de 2023.

Assinado eletronicamente
NELSON RODRIGUES DE LIMA
Presidente Interino do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal
Decreto 9.113/PMC/2022

Publicado por:
Dagnara Santana Magalhaes
Código Identificador:39665CCB

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÀGUA E ESGOSTO DE CACOAL PORTARIA N°121/SAAE/2023

"Dispõe sobre a concessão de diárias"

O Presidente do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal, no uso das atribuições legais, e no que dispõe os artigos 57 da Lei 2.716/PMC/2010, e alterada pela Lei 3621/PMC/16 regulamentado pelo Ato Normativo 006/SAAE/2020.
Resolve:
Art.1° Conceder a diária abaixo especificada:

Proposto/Beneficiário: Ulysses Gabriel dos Santos Taveira		Cargo/Função: Coordenador de Engenharia e Projetos Matrícula: 439
Dados da viagem		
Origem: Cacoal/RO	Data de início	Data de retorno
Destino: Porto Velho/RO	29/11/2023.	30/11/2023

Motivo da Viagem: Em 2023, a Presidência do SAAE, Reunião com setor de habitação e engenharia da caixa econômica para tratar de assuntos relacionados ao esgotamento Sanitário da residencial cidade verde e região no qual o SAAE de Cacoal é coparticipante na execução de etapa de rede de distribuição de água potável – material e mão de obra e nas orientações e análise de viabilidades técnicas. A

reunião demandará, planejamento, revisão de cronograma físico financeiro, análise de possível alteração na concepção de projeto de elevatórias de esgoto entre outros.

Meio de transporte: veículo oficial do SAAE.

Arbitrar e conceder

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
02	R$ 380,00	R$ 760,00	0,00	R$ 760,00

Art.2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cacoal – RO, 29 de novembro de 2023.

Assinado Eletronicamente
NELSON RODRIGUES DE LIMA
Presidente Interino do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal
Decreto 9.113/PMC/2022

Publicado por:
Dagnara Santana Magalhaes
Código Identificador:0A544CA7

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÀGUA E ESGOSTO DE CACOAL PORTARIA N°119/SAAE/2023

"Dispõe sobre a concessão de diárias"

O Presidente do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal, no uso das atribuições legais, e no que dispõe os artigos 57 da Lei 2.716/PMC/2010, e alterada pela Lei 3621/PMC/16 regulamentado pelo Ato Normativo 006/SAAE/2020.
Resolve:
Art.1° Conceder a diária abaixo especificada:

Proposto/Beneficiário: Ademilson Marques da Silva		Cargo/Função: Diretor Administrativo/Financeiro
		Matrícula: 203
Dados da viagem		
Origem: Cacoal/RO	Data de início	Data de retorno
Destino: Vilhena/RO	29/11/2023.	29/11/2023

Motivo da Viagem: Considerando a necessidade de obter informações com relação à cobrança, contabilização e evidenciação da dívida ativa, referente ao Resíduos Sólidos que esta instituição faz cobrança e repasse do valor a Prefeitura Municipal de Cacoal, a Gerência de Arrecadação na pessoa do Servidor Rodrigo Luiz Damiani, a Diretoria Financeira do SAAE, na pessoa do servidor Ademilson Marques da Silva e a Contadoria, na pessoa do servidor Paulo Roberto Rodrigues, resolvem, com o intuito de dirimir as dúvidas inerentes aos fatos supracitados, se dirigir ao município de Vilhena – RO, para, junto aos órgãos competentes e responsáveis pela gestão dos resíduos sólidos daquele município, receber instruções de como proceder com esse impasse.

Meio de transporte: veículo oficial do SAAE.

Arbitrar e conceder

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
01	R$ 60,00	R$ 60,00	0,00	R$ 60,00

Art.2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cacoal – RO, 29 de novembro de 2023.

Assinado Eletronicamente
NELSON RODRIGUES DE LIMA
Presidente Interino do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal
Decreto 9.113/PMC/2022

Publicado por:
Dagnara Santana Magalhaes
Código Identificador:1DAE100C

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÀGUA E ESGOSTO DE CACOAL PORTARIA N°118/SAAE/2023

"Dispõe sobre a concessão de diárias"

O Presidente do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal, no uso das atribuições legais, e no que dispõe os artigos 57 da Lei 2.716/PMC/2010, e alterada pela Lei 3621/PMC/16 regulamentado pelo Ato Normativo 006/SAAE/2020.
Resolve:
Art.1° Conceder a diária abaixo especificada:

Proposto/Beneficiário: RODRIGO LUIZ DAMIANI		Cargo/Função: Gerente de Arrecadação do SAAE
		Matrícula: 194
Dados da viagem		
Origem: Cacoal/RO	Data de início	Data de retorno
Destino: Vilhena/RO	29/11/2023.	29/11/2023

Motivo da Viagem: Considerando a necessidade de obter informações com relação à cobrança, contabilização e evidenciação da dívida ativa, referente ao Resíduos Sólidos que esta instituição faz cobrança e repasse do valor a Prefeitura Municipal de Cacoal, a Gerência de Arrecadação na pessoa do Servidor Rodrigo Luiz Damiani, a Diretoria Financeira do SAAE, na pessoa do servidor Ademilson Marques da Silva e a Contadoria, na pessoa do servidor Paulo Roberto Rodrigues, resolvem, com o intuito de dirimir as dúvidas inerentes aos fatos supracitados, se dirigir ao município de Vilhena – RO, para, junto aos órgãos competentes e responsáveis pela gestão dos resíduos sólidos daquele município, receber instruções de como proceder com esse impasse.

Meio de transporte: veículo oficial do SAAE.

Arbitrar e conceder

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
01	R$ 60,00	R$ 60,00	0,00	R$ 60,00

Art.2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cacoal – RO, 29 de novembro de 2023.

Assinado Eletronicamente
NELSON RODRIGUES DE LIMA
Presidente Interino do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal
Decreto 9.113/PMC/2022

Publicado por:
Dagnara Santana Magalhaes
Código Identificador:85A15D98

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÀGUA E ESGOSTO DE CACOAL EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/SAAE/2023.
Pregão Eletrônico Nº 20/SAAE/2023.

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal, CNPJ n. 04.395.067/0001-23;

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E POSSIVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COFFEE BREAK, SOB DEMANDA, para atender as demandas do SAAE.

LICITANTE VENCEDOR:

CAFETERIA SETUBAL & GALLINA LTDA - 43.839.277/0001-15;

VENCEDORA DO LOTE: 1
VALOR GLOBAL: R$ 46.950,00 (quarenta e seis mil novecentos e cinquenta reais).

Cacoal – RO, 28/11/2023.

[Assinado Eletronicamente]
NELSON RODRIGUES DE LIMA
Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal
Decreto n. 9.113/PMC/2022

Publicado por:
Dagnara Santana Magalhaes
Código Identificador:DEF3D82D

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
TERMO DE ADESÃO DE LICITAÇÃO N° 021 E 022/2023.

Processo nº: 02539/2023.

Interessado: Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA.

Assunto: Aquisição de uniformes, equipamentos de proteção individual - EPI e materiais de identificação, para os servidores dos Departamentos de Vigilância Sanitária e Atenção Básica.

ADESÃO à Ata de Registro de Preço Nº 0107/SUPEL/2023 (ID 278045), Pregão Eletrônico Nº 031/2023/PMMN/RO (ID 278080), Processo Administrativo Nº 0001342.8.1-2022, do Município Monte Negro/RO.

ADESÃO à Ata de Registro de Preço Nº 0109/SUPEL/2023 (ID 278069), Pregão Eletrônico Nº 031/2023/PMMN/RO (ID 278080), Processo Administrativo Nº 0001342.8.1-2022, do Município Monte Negro/RO.

Valor Total: R$ 3.720,50 (três mil setecentos e vinte reais e cinquenta centavos).

Prazo de Entrega/Realização: O prazo de entrega dos materiais será de até **30 (trinta) dias**, contados da data de assinatura da Ordem de Entrega encaminhada a Contratada. Deverá ser entregue no almoxarifado do Hospital de Pequeno Porte HPP, Rua Primeiro de Maio, Setor 03, Nº 2185, Campo Novo de Rondônia, respeitando o horário de expediente das 07h30min ás 12:00hs das 14h00min ás 17h30min de segunda á quinta-feira e na sexta-feira das 07h30min as 13h30min. A entrega poderá ser agendada através dos telefones (69) 3239-2322 e 3239-2342.

Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado até o 30° (trigésimo) dia contados, após constatada a regularidade na entrega dos materiais, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Conforme item 13.6 da Retificação 01 (ID 282721).

Orçamento: 020505.10.301.0010.2105.0000 – Atividades da Atenção Básica PAB, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Fonte de Recurso: 0.1.600 004.003 PAB - PISO DE ATENÇÃO BÁSICA, Ficha: 171, R$ 3.720,50.

Contratadas: L. H. C COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 01.060.256/0001-57, R$ 1.920,50.

JS UNIFORMES LTDA. CNPJ 40.337.813/0001-96, R$ 1.800,00.

Fundamento Decreto Federal: 7.892 de 23/01/2013.

Campo Novo de Rondônia, 29 de Novembro de 2023.

EDIMARA DA SILVA
Secretária SEMUSA - Port. 013/2021

Publicado por:
Karen Alves Dos Santos Queiroz
Código Identificador:52C4D34E

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA
PORTARIA N.º038/IPECAN/2023.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária Por Idade em favor da servidora-segurada Sra. MARIA SALETE DOS SANTOS INACIO''.

A Superintendente do **IPECAN**, Instituto de Previdência Social do município de Campo Novo, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,
Resolve,
Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria Voluntária Por Idade** em favor da servidora-segurada **Sra. Maria Salete dos Santos Inácio**, brasileira, viúva, portadora do RG nº. 236.709 SESDEC/RO e do CPF/MF nº. 670.261.509-44, efetiva no cargo de **Zeladora**, matrícula nº. 315 carga horária 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com **PROVENTOS PROPORCIONAIS** ao tempo de contribuição, com base na média aritmética de 80% das maiores remunerações, conforme processo administrativo nº103/IPECAN/2023, com fundamento no **Art. 40, § 1º, inciso "III", Alínea "b", c/c §§ 3º e 8º da Constituição Federal de 1988 com redação dada pela Emenda Constitucional de nº. 41, de 19 de dezembro de 2003, art. 1º da Lei Federal nº 10.887/2004, art. 12, inciso III, alínea "b" e § 7º da Lei Municipal de nº. 839/2019, de 31 de maio de 2019.**
Art. 2º O Instituto de Previdência Social do município de Campo Novo de Rondônia – **IPECAN**, efetivará a revisão dos proventos de aposentadoria, na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS **(§ 8º do art. 40 da Constituição Federal de 1988).**
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de 01 de dezembro de 2023.
Registra-se, publica-se e cumpra-se.

Campo Novo de Rondônia - RO, 29 de novembro de 2023.

IZOLDA MADELLA
Superintendente
Port.248/2022

Publicado por:
Liliane Venancio da Silva
Código Identificador:8964BE47

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA
PORTARIA N.º037/IPECAN/2023.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária Por Idade em favor do servidor-segurado Sr. Gerson Ferreira dos Santos".

A Superintendente do **IPECAN**, Instituto de Previdência Social de Campo Novo, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais
Resolve,
Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria Voluntária Por Idade** em favor do servidor-segurado **Sr. Gerson Ferreira dos Santos,** brasileiro, casado, portador do RG nº. 178427 - SSP/RO e do CPF/MF nº. 219.891.332-15, efetivo no cargo **Trabalhador Braçal**, matrícula nº 23622, carga horária 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde/Hospitalar - SEMUSA, com **PROVENTOS PROPORCIONAIS** ao tempo de contribuição, com base na média aritmética de 80% das maiores contribuições, conforme processo administrativo n°.102/IPECAN/2023, com fundamento no **Art. 40, § 1º, inciso "III", Alínea "b", c/c §§ 3º e 8º da Constituição Federal de 1988 com redação dada pela Emenda Constitucional de nº. 41, de 19 de dezembro de 2003, art. 1º da Lei Federal nº 10.887/2004, art. 12, inciso III, alínea "b" e § 7º da Lei Municipal de nº. 839/2019, de 31 de maio de 2019.**

Art. 2º Instituto de Previdência Social de Campo Novo – **IPECAN**, efetivará a revisão dos proventos de aposentadoria, na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS **(§8° do art. 40 da C.F de 1988)**.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de 01 de dezembro de 2023.
Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo de Rondônia - RO, 29 de novembro de 2023.

IZOLDA MADELLA
Superintendente
Port.248/2022

Publicado por:
Liliane Venancio da Silva
Código Identificador:D3D77D42

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA ATA 011/2023 - CONSELHO DELIBERATIVO

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo realizada aos20 (vinte)dias do mês de novembro do ano de 2023, ás 08h30min, na sala de reuniões do INSTITUTO DE PREVIDENCIA IPECAN/CNRO. Reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo: Edson Gonçalves da Silva,Kelly Daiane Gavenda, Renata de Oliveira Campos, Marinalva Gomes de Oliveira,Cleide da Costa Berkenbrock, Rafael Augusto Soares da Cunha, Josiney Nazareno Daros. A reunião foi solicitada pelo presidente do conselho para analise e avalição do PAI Plano Anual de Investimentos para 2024.O Presidente senhor Edson iniciou a reunião informando sobre os convites direcionados aos membros do Conselho Deliberativo, são eles: Estudo técnico atuarial com a atuária Camila Prado no dia 27 (vinte e sete) de novembro/ 2023 as 08h30min no auditório da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Campo Novo de Rondônia. E dia 30 (trinta) de novembro/2023 na sede do Instituto de Previdência, a Conferência para Aposentados e Pensionistas do Município. Após os convites o mesmo realizou a leitura do PAI/2024 para analise e avaliação. Na pagina de número 26, linha 02 da tabela de alocação estratégica para o exercício de 2024 do relatório foi observado erro de digitação, solicita-se que onde constam 1000% seja alterado para 100%. Após leitura e discussão da PAI/2024, considerando que a consultoria que presta serviço ao RPPS é idônea e vem desempenhando um trabalho com bons resultados, os membros do Conselho Deliberativo aprovam a Politica Anual de Investimentos para o ano de 2024. Em seguida foi analisada a prestação de contas do mês de outubro de 2023.Conforme relatório as receitas do instituto são constituídas por: Contribuição de Servidores ativos 14% inclusive os cedidos; Contribuição Patronal 26,19% mais Custo Suplementar de 4,45% totalizando 30,64%sobre a base previdenciária dos servidores ativos e cedidos; Multas, Juros e Recolhimento fora da data; Rentabilidade de Fundos de Investimentos; Parcelamentos e Multas e Juros dos Parcelamentos e Compensação Previdenciária. A**Previsão Orçamentaria para 2023**conforme orçamento é de**R$ 13.644.677,36**; tendo acumulado até 30 (trinta) de novembro de 2023 o valor de**R$ 14.493.718,54**. AArrecadação do RPPS no mês de janeiro foi de**R$ 721.700,39;**fevereiro**R$ 1.444.741,54;**março**R$ 1.535.749,32;**abril R$**1.608.710,33;**maio**R$ 1.639.094,94;**junho**R$ 1.656.120,07;**julho**R$ 1.751.311,12;**agosto**R$ 1.516.709,17;**setembro**R$ 1.310.442,21**e em outubro**R$ 1.309.139,95**. Até o final do mês de outubro o valor de recursos disponíveis era de**R$ 58.022.972,07**assim distribuídos:**50,73%**da carteira de investimentos estão na Caixa Econômica Federal;**39,83%**no BB Gestão de Recurso DTVM e**9,44%**no Itaú Unibanco. Conforme demonstrado no período compreendido entre 01/01/2023 a 30/09/2023 a meta atuarial foi de 7,85% e o Instituto atingiu um total de 10,47%, ou seja, o Instituto atingiu o equivalente a**133,45%**da estimativa para o mesmo período, tendo como retorno o valor de**R$ 5.179.551,22**. Os valores estão assim distribuídos por conta: Banco do Brasil conta 9212-6**Pagamento de Benefícios/RecebimentosR$ 22.485.766,59**; Banco do Brasil conta 10125-7**Despesas Administrativas R$ 289.660,06**; Branco do Brasil conta 10.523-6**Reserva de Taxa Administrativa R$ 325.753,98**; Banco do Brasil conta 10.120-6**Compensação R$ 8.985,67**; Caixa Econômica Federal conta 567-3**Investimentos R$ 29.436.827,27**e Itaú conta 310005**Investimentos R$ 5.475.978,50**.Conforme previsão orçamentaria versos despesas pagas, a Previsão Orçamentaria com**Aposentadorias**é de**R$ 2.500.000,00**valor empenhado até o mês de outubro foi de**R$ 2.041.605,89**o valor empenhado no mês foi de**R$ 224.283,90**valor pago no período**R$ 222.306,28**e valor a pagar**R$ 19.235,00**;**Pensões**previsão orçamentaria de**R$ 600.000,00**valor empenhado até o mês de novembro foi de**R$ 473.962,78**valor empenhado no mês**R$ 47.707,03**valor pago no mês**R$ 47.707,03**até o período não há valor a pagare**Despesas Administrativas**previsão orçamentaria**R$ 675.796,39**valor empenhado até o mês foi de**R$ 451.061,08**valor empenhado no mês de novembro**R$ 38.616,58**valor pago no período**R$ 48.957,91**e valor a pagar de**R$ 28.320,79**. Referente aos parcelamentos do ano de 2017 (200 parcelas) o qual é processo judicial onde o Instituto recolhe 15% dos repasses do FPM, até o momento**não consta débitos em atraso.**Dos 06(seis) parcelamentos, os repasses foram suficientes para quitar 02(dois) sendo os de número**1460/2017 e 1458/2017**. Valores recebidos de FPM em**Janeiro**foram de**R$ 181.280,78**;**Fevereiro R$ 307.057,80**;**Março R$ 187.841,34**;**Abril R$ 214.761,27**;**Maio R$ 238.741,63**;**Junho R$ 222.982,88**;**Julho R$ 327.848,76**;**Agosto R$ 190.923,08;Setembro R$ 194.626,74**e**Outubro R$ 180.762,03**. O**parcelamento de 2018**, conforme termo nº 01397/2018 foi firmado para ser pago em 60 (sessenta) parcelas referentes à contribuição patronal de 04/2017 a 10/2018 no valor de R$ 2.722.268,73 até o momento**não constam débitos em atraso**. Os valores recebidos referentes ao parcelamento em**Janeiro**foi**R$ 71.806,38**;**Fevereiro R$ 72.474,74**;**Março R$ 72.764,64**;**Abril R$ 73.666,23**;**Maio R$ 74.486,59**;**Junho R$ 76.540,21**;**Julho R$ 76.841,55**;**Agosto R$ 75.944,77; Setembro R$ 76.328,88**e**Outubro R$ 76.807,32**. O total de benefícios de aposentadoria concedidos até novembro/2023 são 88 (oitenta e oito), o total de benefíciospensões até setembro são 28 (vinte e oito) e Cessação de benefícios 02 (dois). Até momento a servidora**Gircilene Correa da Silva**não realizou a prova de vida e a reavaliação pericial no ano de 2022, ficando o beneficio suspenso até a normalização da conclusão do recadastramento. As ações do RPPS até o mês de novembro/2023 foram:Reuniões mensais com comitê de investimento; Reuniões mensais com Conselho Fiscal; Reuniões de Conselhos Administrativo e Fiscal para deliberações, Apresentação do relatório Financeiro com desempenhos das Carteiras em 2022, realizado na sede do IPECAN em 25/01/2023; Apresentação do Estudo Atuarial 2023- realizado na sede da Câmara em 21/03/2023; Publicidade das Informações, Curso sobre "Principais aspectos da Nova Lei de Licitações e Contratos" Ministrado por servidores do Tribunal de Contas (TCE-RO), Ministério Público de Contas (MPC-RO) e Controladoria Geral do Estado (CGE-RO), realizado entre nos dias 12 e 13 de junho de 2023, na cidade de Ariquemes RO; Curso sobre "Principais aspectos da Nova Lei de Licitações e Contratos" Ministrado por servidores do Tribunal de Contas (TCE-RO), Ministério Público de Contas (MPC-RO) e Controladoria Geral do Estado (CGE-RO), realizado entre nos dias 12 e 13 de junho de 2023, na cidade de Ariquemes RO; Curso sobre Capacitação Previdenciária O Regime Próprio de Previdência Aposentadorias Especiais pós Emenda Constitucional 103/19 e Empréstimos Consignados em Ji-Paraná nos dias 15, 16 e 17 de agosto 2023; Curso de Capacitação em Gestão de RPPS, Preparatório para nova certificação nos dias 16 e 17/08 em Cacaulândia/RO e Curso de Capacitação em Retenção Tributária REINF e DCTF , realizado em Porto velho, nos dias 11 e 12 de Setembro.Apresentação dos relatórios trimestrais de investimentos através da Infinity Consultoria em 25/01; 13/04; 28/07; 19/09; 23/10 de 2023. Apresentação da Minuta da PAI 2024 em 23/10/2023 na sede do Instituto. Durante a leitura os conselheiros observaram que a solicitação feita na reunião anterior para acrescentar nos relatórios de prestação de contas os rendimentos especificando os valores positivos, negativos, bruto e liquido, para melhor analise e compreensão foi atendida pela superintendência. Após a leitura e análise dos demonstrativos e sem nenhuma objeção, foi**aprovadapelo Conselho Deliberativo a Prestação de Contas do mês de outubrode 2023**. Os relatórios de investimentos e demais publicações do Instituto podem ser apreciados pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) emwww.camponovo.ro.gov.br/ipecan,ou diretamente no endereço eletrônico:http://transparencia.camponovo.ro.gov.br/transparencia/index.php. Nada mais a ser tratado, às 10h37min, a reunião foi encerrada.

A presente ata segue assinada pelo Presidente do Conselho Deliberativo, o Presidente do Conselho Fiscal e pela secretaria. Os demais membros assinam em lista que segue anexa.

Publicado por:
Luciene Fernandes Gonçalves
Código Identificador:B818A248

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI

CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
PORTARIA Nº 056/CMCJ/2023

CANDEIAS DO JAMARI – RO, 29 DE NOVEMBRO DE 2023.
O Presidente da Câmara Municipal no uso de suas atribuições legais. Considerando a Resolução nº 146, de 18 de abril de 2023, de autoria da Mesa Diretora e conforme processo administrativo 088/CMCJ/2023.
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder diárias para as servidoras, que irão participar da palestra A construção dos Direitos das Mulheres, realizado no auditório do Ministério Público de Rondônia na cidade de Porto Velho/RO no dia 30 de novembro de 2023.

CARMELITA SANTOS RIBEIRO - MAT. 520 – Cargo: Assessora parlamentar
½ Diária: valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

ELIONAIDE SOUZA VIEIRA - MAT.550 – Cargo: Assessora mesa diretora
½ Diária: valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

LAÍSA DA SILVA BRAGA- MAT. 551 – Cargo: Assessor parlamentar
½ Diária: valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

LUCIMAURA PINTO MARTINS - MAT.496 – Cargo: Diretora do legislativo
½ Diária: valor de R$ 300,00 (trezentos reais)

NAIR CRISTINA DOMINGOS BATISTA – MAT.351- Cargo: Técnica administrativa
½ Diária: valor de R$ 300,00 (trezentos reais)

Registre-se, Publique-se e, Cumpra-se.

PAULO MACÁRIO DA SILVA
Presidente Interino

Publicado por:
Nair Cristina Domingos Batista
Código Identificador:003270D9

GABINETE DO PREFEITO-GP
PORTARIA Nº 297 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 87, IV, da Lei Orgânica Municipal e em especial o art. 81da Lei Municipal nº 100 de 17/12/1997-Regime Jurídico Único dos Servidores Público Civis do Município de Candeias do Jamari – RO.

CONSIDERANDO, o **Ofício nº 6426/2023/GOV-RED**, do Governador do Estado de Rondônia.

RESOLVE:

Art.1º- Prorrogar a Cedência sem ônus para esta municipalidade, ao período de 01/01/2024 a 31/12/2024, conforme art. 81, I, da Lei Municipal nº. 100 de 17/12/1997, à Servidora **Elizabeth Aguiar Pereira**, ocupante do Cargo de Nutricionista, sob o cadastro nº. 9096, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Família - SEMASF, deste Município de Candeias do Jamari - RO, para que a mesma possa exercer suas atividades junto a Secretaria de Estado de Saúde- SESAU/RO.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtirá seus efeitos administrativos e financeiros a partir do dia 01 de janeiro de 2024.

Art.3º- Revoga- se as disposições em contrário.

FRANCISCO AUSSEMIR DE LIMA ALMEIDA
Prefeito Interino

Publicado por:
Daniel Fernandes Melo de Carvalho
Código Identificador:3E0AC61C

GABINETE DO PREFEITO-GP
PORTARIA Nº 296 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Constituição Federal, e com fundamento especial no Artigo 87, Inciso XVI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- Cessar, a partir de 01 de dezembro de 2023, o aceite da Cedência, com ônus para o Poder Executivo Municipal, da servidora **Leidiane Sousa de Arruda Bentes**, matrícula nº300141371 , Auxiliar de Serviços Gerais da Saúde, a qual foi cedida do Quadro de Pessoal Civil do Estado de Rondônia lotada na Secretaria de Estado de Saúde, a qual estava cedida ao Município de Candeias do Jamari desde 11 de setembro de 2023.

Art. 2º-Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Publique-se, registre-se e cumpra-se.

FRANCISCO AUSSEMIR DE LIMA ALMEIDA
Prefeito Interino

Publicado por:
Daniel Fernandes Melo de Carvalho
Código Identificador:F6D11F2C

GABINETE DO PREFEITO-GP
PORTARIA Nº 298 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 87, IV, da Lei Orgânica Municipal e em especial o art. 81da Lei Municipal nº 100 de 17/12/1997-Regime Jurídico Único dos Servidores Público Civis do Município de Candeias do Jamari – RO.

CONSIDERANDO, o **ATESTADO DE VAGA.**

RESOLVE:

Art.1º- Prorrogar a Cedência sem ônus para esta municipalidade, ao período de 01/01/2024 a 31/12/2024, conforme art. 81, I, da Lei Municipal nº. 100 de 17/12/1997, ao Servidor **Fransergio Carlos Dias Camargo**, ocupante do Cargo de condutor de ambulância, sob o cadastro nº. 5261, lotado na Secretaria Municipal de Saúde-SEMUSA, deste Município de Candeias do Jamari-RO, para que a mesma possa exercer suas atividades junto a atividades laborais na Secretaria Municipal de Obras- SEMOURB.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtirá seus efeitos administrativos e financeiros a partir do dia 01 de janeiro de 2024.

Art.3º- Revoga- se as disposições em contrário.

FRANCISCO AUSSEMIR DE LIMA ALMEIDA
Prefeito Interino

Publicado por:
Daniel Fernandes Melo de Carvalho
Código Identificador:09204790

GABINETE DO PREFEITO-GP
DECRETO Nº 8642 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023

"TORNAR SEM EFEITO EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, CONTIDA NO DECRETO Nº 8600 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- Tornar sem efeito a exoneração conforme o quadro abaixo no Decreto nº 8600 de 21 de novembro de 2023, matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 22/11/2023. Edição Ordinária 3605, desta Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari:

NOME	CARGO	LOTAÇÃO
FABRICIA CHAVES FAÇANHA	Chefe Do Setor De Convênios E Prestação De Contas	SEMASF

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

FRANCISCO AUSSEMIR DE LIMA ALMEIDA
Prefeito Interino

Publicado por:
Daniel Fernandes Melo de Carvalho
Código Identificador:6049834C

GABINETE DO PREFEITO-GP
DECRETO Nº 8644 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA PROVIMENTO DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Constituição Federal, e com fundamento especial no Artigo 87, Inciso XVI da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º - Fica NOMEADA, **RAISA MARIA DA SILVA ANDRADE**, para exercer Cargo Comissionado de Coordenador do Núcleo de Atenção Primária, **CDA-08,** pertencente a Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, desta Prefeitura de Candeias do Jamari.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação**.** Revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

FRANCISCO AUSSEMIR DE LIMA ALMEIDA
Prefeito Interino

Publicado por:
Daniel Fernandes Melo de Carvalho
Código Identificador:97820EA8

GABINETE DO PREFEITO-GP
DECRETO Nº 8645 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA PROVIMENTO DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Constituição Federal, e com fundamento especial no Artigo 87, Inciso XVI da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º - Fica NOMEADO, **VITOR ROGERIO SIMOES PEREIRA**, para exercer Cargo Comissionado de Subsecretário Interino, **CDA-12,** pertencente a Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI, desta Prefeitura de Candeias do Jamari.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação**.** Revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

FRANCISCO AUSSEMIR DE LIMA ALMEIDA
Prefeito Interino

Publicado por:
Daniel Fernandes Melo de Carvalho
Código Identificador:889F9593

GABINETE DO PREFEITO-GP
DECRETO Nº 8646 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Constituição Federal, e com fundamento especial no Artigo 87, Inciso XVI da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º- Fica EXONERADA **HILDA BEATRIZ DOS SANTOS,** do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Captação de Recursos, **CDA-08**,pertencente ao Gabinete do Prefeito, desta Prefeitura de Candeias do Jamari.

Art. 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

FRANCISCO AUSSEMIR DE LIMA ALMEIDA
Prefeito

Publicado por:
Daniel Fernandes Melo de Carvalho
Código Identificador:7B197965

GABINETE DO PREFEITO-GP
DECRETO Nº 8647 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA PROVIMENTO DE CARGO EM COMISSÃO."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Constituição Federal, e com fundamento especial no Artigo 87, Inciso XVI da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º - Fica NOMEADA, **HILDA BEATRIZ DOS SANTOS,** para exercer o Cargo Comissionado de Secretário, **Subsidio III**, pertencente à Secretaria Municipal Infraestrutura, Urbanismo e Serviços Públicos - SEMINF, desta Prefeitura de Candeias do Jamari.

Art. 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

FRANCISCO AUSSEMIR DE LIMA ALMEIDA
Prefeito Interino

Publicado por:
Daniel Fernandes Melo de Carvalho
Código Identificador:9B41FCED

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 1.522 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

AUTORIA: EDCARLOS DOS SANTOS

"Institui o programa Educação Infantil para Todos, que oferece vagas para crianças na rede particular de ensino, mediante parceria público-privada e disposições outras providencia."

O Prefeito do Município de Candeias do Jamari/RO, no uso de suas atribuições legais e conforme determina a legislação vigente;

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:
LEI:

Art. 1º Fica instituído o Programa Educação Infantil Para Todos, destinado a atender a demanda de vagas em creches do município, por meio de parcerias entre a prefeitura municipal e escolas particulares de educação infantil devidamente cadastrada.

Art. 2º O Programa Educação Infantil Para Todos tem como objetivo atender a demanda excedente a oferta de vagas em creches municipais, garantindo o acesso à educação infantil de qualidade para todas as crianças do município que dela necessitam.

Art. 3º As escolas de educação infantil interessada em participar do programa deverão se cadastrar junto a secretaria municipal de educação atendendo aos seguintes critérios.

I – Apresentar documentação que comprove a regularidade da instituição de ensino, incluindo alvará de funcionamento e autorização dos órgãos competente.

II – Demonstrar a disponibilidade de vagas para atender as crianças conforme demanda de escrito na chamada escolar.

Art. 4º As escolas de educação infantil que firmarem convênio com o município deverão cumprir as seguintes obrigações:

I –Garantir a guarda e proteção das crianças enquanto estiverem sob a sua responsabilidade, devolvendo-as aos responsáveis ou familiares ao final do período escolar;

II – Oferecer suporte pedagógico adequado, sob supervisão da Secretaria Municipal de Educação, de forma a garantir a qualidade do ensino.

III –Abster-se de cobrar quaisquer taxas dos alunos beneficiários do programa educação infantil para todos, garantindo o acesso gratuito a educação:

IV –enviar mensalmente a secretaria municipal de educação o controle de frequência dos alunos beneficiários do programa.

V – garantir que o aluno beneficiário recebam tratamento igualitário em relação aos demais alunos das instituições.

Art. 5º Somente poderão ser incluído no Programa Educação Infantil Para Todos, as crianças formalmente inscritas na rede pública de ensino e que estejam aguardando em lista de espera por uma vaga, em conformidade com as normas da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º O Poder Executivo fica autorizado a celebração de convênios com os governos estaduais, federais e entidades privadas, com o objetivo de garantir o financiamento e a operacionalização do programa educação infantil para todos.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO AUSSEMIR DE ALMEIDA
Prefeito Interino

Publicado por:
Isaque da Costa Mendes
Código Identificador:C914FE9D

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 1.523 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

AUTORIA: MARCOS DA HORA

"Reconhece como Utilidade Pública a Associação Beneficente Dra Cristiane , e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Candeias do Jamari/RO, no uso de suas atribuições legais e conforme determina a legislação vigente;

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica reconhecida como Utilidade Pública Municipal, a entidade civil com natureza jurídica de associação a Associação Beneficente Dra Cristiane devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 24.538,861/0001-96, com sede e administração situada na Rua Rio Branco, 192, bairro Santa Letícia, no Município de Candeias do Jamari/RO.

Parágrafo Único – A Associação descrita no caput, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de associação civil sem fins lucrativos, regida pelas normas expressas no estatuto, tem por finalidade realizar atividades que se caracterizam por seu cunho filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem qualquer caráter partidário.

Art. 2º. esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO AUSSEMIR DE ALMEIDA
Prefeito Interino

Publicado por:
Isaque da Costa Mendes
Código Identificador:90B8AE91

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 8.641 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023

"Regulamenta o programa de regularização de obras toleráveis já concluídas no Município de Candeias do Jamari e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI/RO, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, e visando cumprir o disposto no art. 4º da Lei Complementar 1.302/2022, de 03 de FEVEREIRO de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º. Regulamentar a Lei 1.302/2022 quanto ao Programa de Regularização de Obras no Município de Candeias do Jamari "PRÓ OBRAS", que tem como objetivo regularizar obras e edificações existentes e concluídas sem, no entanto, atender integralmente os requisitos previstos na legislação específica.

§ 1º. Para fins desta Lei, obras toleráveis são as obras desconformes quanto aos padrões urbanísticos e edilícios, edificadas sem Licença de Construção e em desacordo com o Código de Obras e com o Código de Posturas.

§ 2º. O PRÓ OBRAS terá validade de 12 (doze) meses após sua publicação, podendo ser prorrogado por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º. Somente poderão ser regularizadas obras comprovadamente executadas e concluídas até a data da publicação deste decreto ou que estejam iniciadas sem alvará e em construção desde que solicite a sua regularização até 120 (cento e vinte) dias após a publicação deste decreto, devendo o interessado requerer a regularização no prazo de vigência do Programa ora instituído.

§ 1º. Considerar-se-ão concluídas as construções que apresentarem, no mínimo, paredes, pisos, tetos e coberturas construídas, com portas e janelas, e instalações elétricas e hidrossanitárias funcionando, que não atendam aos requisitos estabelecidos nas legislações municipais vigentes, mas que tenham condições de higiene, segurança de uso, acesso individualizado, estabilidade e habitabilidade, atendidas as condições estipuladas neste decreto.

§ 2º. As coberturas referidas no parágrafo anterior dispensam a existência de portas e janelas, nos casos de atividades empresariais que não exijam tais padrões construtivos, sob a justificativa do interessado através de vistoria do Município.

§ 3º. A expedição da Licença de Construção e da Carta de Habite-se para a edificação objeto de regularização se dará por ato da Secretaria Municipal de Patrimônio, Habitação e Regularização Fundiária – SEMPH, que expedirá instrução normativa, e, através de seus departamentos irá verificar o cumprimento do projeto aprovado da obra executada.

§ 4º. Caso a Secretaria Municipal de Patrimônio, Habitação e Regularização Fundiária – SEMPH constate divergências entre o objeto apresentado e o objeto desejado para conclusão da obra construída, deverá notificar o interessado para, no prazo de 60 (sessenta) dias, sanar as irregularidades apontadas, sendo a responsabilidade do técnico emissor da ART.

§ 5º. O interessado, mediante justificativa fundamentada, poderá solicitar prorrogação do prazo inicialmente estabelecido, sendo a concessão discricionária a SEMPH.

§ 6º. O não cumprimento das exigências apontadas pela SEMPH, no prazo estabelecido, acarretará o indeferimento do pedido por falta de interesse processual e, será arquivado, sem prévio aviso ao requerente, ficando o mesmo sujeito a aplicação das penalidades cabíveis a cada caso.

Art. 3º. A regularização das edificações, enquadradas nas situações abaixo descritas, dependerão de prévia anuência, autorização do órgão competente e de todos os relatórios necessários;

•
tombadas, preservadas ou contidas em perímetro de área tombada, e localizadas no raio envoltório do bem tombado;

•
situadas em área de proteção, em área de proteção dos mananciais e nas áreas de proteção ambiental;

•
que abriguem atividade considerada Polo Gerador de Tráfego;

•
que abriguem atividades sujeitas ao licenciamento ambiental.

Parágrafo Único - O órgão competente poderá exigir do proprietário, caso necessário, adequações na edificação, como condição para prosseguimento do pedido de regularização.

Art. 4º. Não serão passíveis de regularização para os efeitos desta lei as edificações que:

•
estejam edificadas em logradouros ou terrenos públicos, ou que avancem sobre eles, exceto os casos permitidos em lei;

•
estejam implantadas em área de risco;

•
estejam situadas em áreas definidas como Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, que deverão ser precedidas de projetos urbanísticos e de regularização fundiária de interesse social;

•
estejam situadas em faixas não edificáveis indicadas pela legislação Federal, Estadual e Municipal;

•
estejam em áreas atingidas por projetos de obras e melhoramentos viários;

•
estejam *"sub judice*", em ações relacionadas à execução de obras irregulares;

•
que ofereçam riscos de segurança para munícipes, moradores ou vizinhos;

§ 1º. A regularização do imóvel a que se refere o *caput* deste artigo, sobre a qual exista questionamento judicial, fica condicionada à decisão da respectiva ação.

§ 2º. O uso não conforme deverá adequar-se aos níveis de ruídos e de poluição ambiental, exigíveis para a zona em que esteja localizado, bem como obedecerá aos horários de funcionamento disciplinados pela legislação pertinente.

Art. 5º. Para regularização das obras aqui regulamentadas serão considerados os elementos técnicos encontrados na própria construção como sendo toleráveis, desde que não comprometam a saúde ou integridade física dos munícipes, moradores ou vizinhos, situação a qual deverá estar descrita e declarada em Laudos Técnicos.

§ 1º. O não comprometimento a saúde, segurança e a integridade física dos munícipes, moradores e/ou vizinhos que se refere o *caput* deste artigo será atestado em Laudo Técnico com Relatórios, elaborado por profissional habilitado, atestando as condições do imóvel, acompanhado do registro da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART - CREA) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT - CAU), devidamente assinado pelo profissional e pelo proprietário em todas as páginas.

§ 2º. Todas as obras, exceto residências unifamiliares, deverão apresentar Certificado de vistoria de Obra, ou declaração de não incidência, sendo o mesmo emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia.
§ 3º. O Departamento de Licenciamento poderá exigir do proprietário, caso necessário, adequações na edificação, como condição para prosseguimento do pedido de regularização, naquilo não previsto nos programas.

Art. 6º. Para obter a regularização e aprovação da edificação o interessado deverá apresentar, os documentos que compõe na instrução normativa editada pela Secretaria Municipal de Patrimônio, Habitação e Regularização Fundiária – SEMPH.

Art. 7º. A Secretaria Municipal de Patrimônio, Habitação e Regularização Fundiária – SEMPH fica autorizada a editar procedimentos normativos necessários a assegurar o fiel cumprimento deste Decreto.

Parágrafo único. os Departamentos da Secretaria Municipal de Patrimônio, Habitação e Regularização Fundiária – SEMPH, poderão solicitar outros documentos não elencados nos checklist padronizados, desde que apresentem justificativas plausíveis vinculadas à análise do

pedido, de forma a desburocratizar e acelerar os procedimentos deverão dar vistas ao Secretário.

Art. 8º. Para fins de atendimento do PROGRAMA PRÓ OBRAS, a partir da publicação deste Decreto, fica a Secretaria Municipal de Economia e Gestão - SEMEG, através de pedido formal da Secretaria Municipal de Patrimônio, Habitação e Regularização Fundiária – SEMPH, autorizada a transferir provisoriamente servidores de outras Secretarias para análise técnica dos processos inerentes aos Programa pelo período de 06 (seis) meses, prorrogável por igual período.

Art. 9º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

FRANCISCO AUSSEMIR DE ALMEIDA
Prefeito Interino

Publicado por:
Isaque da Costa Mendes
Código Identificador:CD2FE0E0

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 8.643 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Autoriza a Inclusão e readequação, no **PPA, LDO e LOA** no exercício de 2023, através da abertura de crédito adicional por Superávit Financeiro e Excesso de Arrecadação orçamentária no valor de **R$ 406.799,41 (quatrocentos e seis mil, setecentos e noventa e nove reais e quarenta e um centavos)** no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Economia e Gestão - SEMEG.**"**
O Prefeito Municipal de Candeias do Jamari RO, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no **art. 1°, da Lei n° 1.521 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023,** combinado com o art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64;
Art. 1º - Fica autorizado a efetuar inclusão e readequação no **PPA, LDO e LOA** no exercício de 2023, através da abertura de crédito adicional por Superávit Financeiro e Excesso de Arrecadação orçamentária no valor de **R$ 406.799,41 (quatrocentos e seis mil, setecentos e noventa e nove reais e quarenta e um centavos)** no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Economia e Gestão - SEMEG. Obedecendo as seguintes vinculações e classificações orçamentárias:

RECEITA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		VALOR R$
02	PODER EXECUTIVO	
02.04.00	SEC. MUN. GERAL FAZ.GESTÃO E PLANEJ. - SEMFAGESP	
2.2.1.3.00.1.1.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL	
2.092.0000	Total da receita	R$ 334.486,50
TOTAL		R$ 334.486,50

RECEITA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		VALOR R$
02	PODER EXECUTIVO	
02.04.00	SEC. MUN. GERAL FAZ.GESTÃO E PLANEJ. - SEMFAGESP	
1.3.2.1.01.0.1.06	REM. DEP. BANCÁRIOS NÃO VINCULADO - PREFEITURA	
2.092.0000	Total da receita	R$ 7.755,73
TOTAL		R$ 7.755,73

RECEITA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		VALOR R$
02	PODER EXECUTIVO	
02.04.00	SEC. MUN. GERAL FAZ.GESTÃO E PLANEJ. - SEMFAGESP	
1.3.2.1.01.0.1.06	REM. DEP. BANCÁRIOS NÃO VINCULADO - PREFEITURA	
2.092.0000	Total da receita	R$ 32.946,02
TOTAL		R$ 32.946,02

RECEITA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			VALOR R$
02	PODER EXECUTIVO		
02.21.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E GESTÃO - SEMEG		
1.3.2.1.01.0.1.06	REM. DEP. BANCÁRIOS NÃO VINCULADO - PREFEITURA		
28	0.1.500.000	Total da receita	R$ 31.611,16
TOTAL			R$ 31.611,16

TOTAL GERAL R$ 406.799,41 (quatrocentos e seis mil, setecentos e noventa e nove reais e quarenta e um centavos)

SUPLEMENTAÇÃO		FICHA	VALOR R$
UNIDADE ORÇ	02.21.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E GESTÃO - SEMEG	
SUB-FUNÇÃO	28.843	Serviço da Dívida Interna	
PROGRAMA	0061	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	
AÇÃO	2046	GERENC. DA DÍVIDA CONTRATADA	
CATEGORIA ECON.	4.6.90.71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	91	R$ 406.799,41
Total da suplementação				R$ 406.799,41

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R$ 406.799,41 (quatrocentos e seis mil, setecentos e noventa e nove reais e quarenta e um centavos)

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO AUSSEMIR DE ALMEIDA
Prefeito Interino

Publicado por:
Isaque da Costa Mendes
Código Identificador:86975D0A

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

DEPARTAMENTO DE PESSOAL - RH
TERMO DE POSSE N.º 008/2023

Termo de posse para o cargo de: **PROFESSOR D Educação Infantil**do Grupo Ocupacional**MAG 303**Classe:**B**Referência Salarial:**I**, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chupinguaia.

Aos**28 (vinte e oito)**dias do mês de**novembro**de**2023**, no Paço Municipal, sito a Avenida Valter Luiz Fillus nº 1133 nesta cidade, o presente Secretário Municipal de Administração, Sr. Jamil de Souza Mosso e a servidora:**Maria Adriana de Oliveira,**portador (a) da Carteira de Identidade n.º**000868581 SESDC/RO**, e do**CPF n.º 749.XXX.212-20**convocada através do concurso público nº 01/2020 homologado o resultado final Decreto nº 074/2021, processo Administrativo nº 2830/2019, publicado no Diário Oficial dos municípios de Rondônia no dia 20/01/2021 Edição nº 2885, nomeado através da Portaria n.º**029/2023**publicada no átrio Municipal no dia de**21/11/2023,**Lei nº. 089/98, a qual tomou posse no cargo supra mencionado com cargo horário de 40 horas semanais. Subordinado Secretaria Municipal de Educação. Apresentou todos os documentos exigidos no Edital de Convocação nº**010/2023**. Data de exercício**01/12/2023.**

E para constar eu, Renato Jose Salles responsável pelo Departamento de Recursos Humanos Lavrou o presente termo que depois de lido a achado conforme vai assinado pelo Secretario Municipal de Administração **Jamil de Souza Mosso**, e pelo (a) Servidor (a) empossado (a).

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**JAMIL DE SOUZA MOSSO**,**SECRETARIOS MUNICIPAL**, em 28/11/2023 às 10:59, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

Documento assinado eletronicamente por**MARIA ADRIANA DE OLIVEIRA**,**PROFESSOR D**, em 28/11/2023 às 15:21, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**464442**e o código verificador**DCF8F2BF**.

Docto ID: 464442 v1

Publicado por:
Renato José Salles
Código Identificador:1C422687

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.621, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

Exonera a servidora**NAYARA SOSSAI CORREIA** docargo que ocupa e dá outras providências.

SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO, PREFEITA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1ºÉ exonerada, a partir de 20 de Novembro de 2023,**NAYARA SOSSAI CORREIA** no cargo de**Coordenador de Suporte EducacionalCC8 - SEMED**, nomeada através do**DECRETO Nº 2.785, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020.**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Paço Municipal.
Chupinguaia (RO), 20 de Novembro de 2023.

SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO
Prefeita Municipal

ROSILENE DO CARMO CUSTODIO DA SILVA MONTEIRO
Secretaria Municipal de Educação

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente porSHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO,PREFEITO(A) MUNICIPAL, em 20/11/2023 às 15:04, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.
Documento assinado eletronicamente porROSILENE DO CARMO CUSTODIO DA SILVA MONTEIRO,SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, em 20/11/2023 às 16:11, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID460437e o código verificador59FD651B.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	LUZIA ARCANJO SALMENTO GARCIA	***.667.942-**	27/11/2023 07:28

Docto ID: 460437 v1

Publicado por:
João Higor Chaves da Silva Mello
Código Identificador:906D0289

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.622, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

Exonera a servidora **Roseli Figueredo da Cunha Ottoni** do cargo que ocupa e dá outras providências.

SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO, PREFEITA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1ºÉ exonerada, a partir de 20 de Novembro de 2023,**Roseli Figueredo da Cunha Ottoni** no cargo de**Diretor de Divisão CC8 SEMED,** nomeada através do**DECRETO Nº 904, DE 04 DE MAIO DE 2022.**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Paço Municipal.
Chupinguaia (RO), 20 de Novembro de 2023.

SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO
Prefeita Municipal

ROSILENE DO CARMO CUSTODIO DA SILVA MONTEIRO
Secretaria Municipal de Educação

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO**,**PREFEITO(A) MUNICIPAL**, em 20/11/2023 às 15:04, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

Documento assinado eletronicamente por**ROSILENE DO CARMO CUSTODIO DA SILVA MONTEIRO**,**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, em 20/11/2023 às 16:11, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**460442**e o código verificador**A35F8614**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	LUZIA ARCANJO SALMENTO GARCIA	***.667.942-**	27/11/2023 07:28

Docto ID: 460442 v1

Publicado por:
João Higor Chaves da Silva Mello
Código Identificador:C5B1EB3E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.623, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

Concede conversão da Licença-Prêmio em pecúnia ao servidorARVELINO GOMES DA SILVA e da outras providencias.
SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO,PREFEITA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA,Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe confere a Lei,
CONSIDERANDO,a Deficiência no quadro de Funcionários Estatutários em diversas finalidades e a necessidade dos servidores nas funções em que o mesmo desempenha, torna-se impossível a dispensa das atividades por esses referidos servidores, compulsando a entidade a premiar os colaboradores em questão.

DECRETA:

Art. 1º Concede conversão da Licença-Prêmio em pecúnia a**ARVELINO GOMES DA SILVA,**detentor do cargo deAuxiliar de Enfermagem**,**Matricula nº201912-2,lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, conforme Processo Administrativo nº. 1448/23021.

Parágrafo Único.A conversão descrita no caput deste artigo será em 2 (duas) parcelas iguais e consecutivas em pecúnia, iniciando no mês de Novembro de 2023.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Paço Municipal.
Chupinguaia (RO), 20 de Novembro de 2023

SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO
Prefeita Municipal

TARLEI CRISTIAN DE LIMA
Sec. Municipal de Saúde

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente porSHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO,PREFEITO(A) MUNICIPAL, em 20/11/2023 às 15:04, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID460450e o código verificador83C2FAE3.

Referência: Processo nº 2-1448/2021.	Docto ID: 460450 v1

Publicado por:
João Higor Chaves da Silva Mello
Código Identificador:E821D7B4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.624, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

Concede conversão da Licença-Prêmio em pecúnia ao servidor**ODAIR NEPOMUCENO** e da outras providencias.

SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO,PREFEITA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA,Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe confere a Lei,
CONSIDERANDO,a Deficiência no quadro de Funcionários Estatutários em diversas finalidades e a necessidade dos servidores nas funções em que o mesmo desempenha, torna-se impossível a dispensa das atividades por esses referidos servidores, compulsando a entidade a premiar os colaboradores em questão.

DECRETA:

Art. 1º Concede conversão da Licença-Prêmio em pecúnia a**ODAIR NEPOMUCENO,**detentor do cargo deMOTORISTA DE VIATURAS PESADAS**,**Matricula nº202919-2,lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, conforme Processo Administrativo nº. 2147/2022.

Parágrafo Único.A conversão descrita no caput deste artigo será em 2 (duas) parcelas iguais e consecutivas em pecúnia, iniciando no mês de Novembro de 2023.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Paço Municipal.
Chupinguaia (RO), 20 de Novembro de 2023

SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO
Prefeita Municipal

TARLEI CRISTIAN DE LIMA
Sec. Municipal de Saúde

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO**,**PREFEITO(A) MUNICIPAL**, em 20/11/2023 às 15:06, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

Documento assinado eletronicamente por**TARLEI CRISTIAN DE LIMA**,**SECRETARIOS MUNICIPAL**, em 21/11/2023 às 00:53, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**460460**e o código verificador**6B1B49EF**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	LUZIA ARCANJO SALMENTO GARCIA	***.667.942-**	27/11/2023 07:27

Referência: Processo nº 2-2147/2022.	Docto ID: 460460 v1

Publicado por:
João Higor Chaves da Silva Mello
Código Identificador:D56B51B5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.625, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

Concede conversão da Licença-Prêmio em pecúnia ao servidorSANDRA HELEA RODRIGUES SAMPAIO e da outras providencias.

SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO,PREFEITA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA,Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe confere a Lei,
CONSIDERANDO,a Deficiência no quadro de Funcionários Estatutários em diversas finalidades e a necessidade dos servidores nas funções em que o mesmo desempenha, torna-se impossível a dispensa das atividades por esses referidos servidores, compulsando a entidade a premiar os colaboradores em questão.

DECRETA:

Art. 1º Concede conversão da Licença-Prêmio em pecúnia a**SANDRA HELEA RODRIGUES SAMPAIO,**detentor do cargo deAUXILIAR DE ENFERMAGEM**,**Matricula nº200257-2,lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, conforme Processo Administrativo nº. 1731/2023.

Parágrafo Único.A conversão descrita no caput deste artigo será em 2 (duas) parcelas iguais e consecutivas em pecúnia, iniciando no mês de Novembro de 2023.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Paço Municipal.
Chupinguaia (RO), 20 de Novembro de 2023

SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO
Prefeita Municipal

TARLEI CRISTIAN DE LIMA
Sec. Municipal de Saúde

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO**,**PREFEITO(A) MUNICIPAL**, em 20/11/2023 às 15:06, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.
Documento assinado eletronicamente por**TARLEI CRISTIAN DE LIMA**,**SECRETARIOS MUNICIPAL**, em 21/11/2023 às 00:53, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**460466**e o código verificador**1808A9FA**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	LUZIA ARCANJO SALMENTO GARCIA	***.667.942-**	22/11/2023 10:52

Referência: Processo nº 2-1731/2023.	Docto ID: 460466 v1

Publicado por:
João Higor Chaves da Silva Mello
Código Identificador:C7F170BA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.626, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

Delega competência a**Alexandro Garcia Siqueira**, para exerceratribuições inerentes asresponsabilidades de Fiscal do Contrato Da Secretaria Municipal de Saúde SEMUSA e dá outras providências.

SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO, PREFEITA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art.1º-Fica delegada competência a**Alexandro Garcia Siqueira,**matricula nº202006,para exercer atribuições inerentes a responsabilidade de**GESTOR DE CONTRATO**, referente ao Processo Administrativo nº**1993**/2023,conformebaixo descrito, para atender as necessidades do**SEMUSA;**

ProcessoAdministrativon.º**1993**/2023**.**

Assunto:**CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇAO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇAO DE FOSSA SEPTICA E SUMIDOURO CONFORME PLANILHAS E PROJETO NA UNIDADE MISTA DE SAUDE JOSE IVALDO DE SOUZA.**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Paço Municipal.
Chupinguaia (RO), 20 de Novembro de 2023.

SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO
Prefeita Municipal

TARLEI CRISTIAN DE LIMA
Sec. Municipal de Saúde

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO**,**PREFEITO(A) MUNICIPAL**, em 21/11/2023 às 23:15, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

Documento assinado eletronicamente por**TARLEI CRISTIAN DE LIMA**,**SECRETARIOS MUNICIPAL**, em 22/11/2023 às 01:48, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**461177**e o código verificador**FF35CF68**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	ALEXANDRO GARCIA SIQUEIRA	***.336.442-**	23/11/2023 07:38

Docto ID: 461177 v1

Publicado por:
João Higor Chaves da Silva Mello
Código Identificador:96648FC0

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.627, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

NomeiaPatriciaZeferino Santanano cargo em comissão que ocupa e dá outras providências

SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO, PREFEITA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
DECRETA:

Art.1º-É nomeada, a partir de 20, de Novembro de 2023,**PatriciaZeferino Santana**no cargo de**Diretor de Divisão CC8 - SEMED,**em conformidade com a Lei nº 456, de 07 de novembro de 2005 e suas alterações.

Art. 2ºO servidor nomeado por este Decreto tem o prazo de 60 (sessenta) dias, contados desta data, para apresentar perante a Câmara Municipal de Chupinguaia, a certidão Negativa de Débitos do Tribunal de Contas, sob pena de nulidade da nomeação, nos termos do art. 256 da Constituição do Estado de Rondônia.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto Municipal nº**DECRETO Nº 2.614, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.**.

Gabinete do Prefeita, Paço Municipal.
Chupinguaia (RO),20 de Novembro de 2023.

SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO
Prefeita Municipal

ROSILENE DO CARMO C DA SILVA MONTEIRO
Sec. Municipal de Educação

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO**,**PREFEITO(A) MUNICIPAL**, em 20/11/2023 às 15:07, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

Documento assinado eletronicamente por**ROSILENE DO CARMO CUSTODIO DA SILVA MONTEIRO**,**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, em 21/11/2023 às 09:15, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**460508**e o código verificador**5F013C3C**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	LUZIA ARCANJO SALMENTO GARCIA	***.667.942-**	21/11/2023 10:40

Docto ID: 460508 v1

Publicado por:
João Higor Chaves da Silva Mello
Código Identificador:B3F1B06C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.628, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023.

Exonera o servidorSivaldo Passos de Oliveiradocargo que ocupa e dá outras providências.

SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO, PREFEITA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1ºÉ exonerada, a partir de 13 de Novembro de 2023,**Sivaldo Passos de Oliveira** no cargo de**Chefe de Seção - CC11- SEMOSP,** nomeada através do**DECRETO Nº 672 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Paço Municipal.
Chupinguaia (RO), 21 de Novembro de 2023.

SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO
Prefeita Municipal

ANDRÉ DE SOUZA CRUZ
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Publicos

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO**,**PREFEITO(A) MUNICIPAL**, em 21/11/2023 às 23:15, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

Documento assinado eletronicamente por**ANDRE SOUZA CRUZ**,**SECRETARIO MUNICIPAL DE OBRAS**, em 22/11/2023 às 08:35, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**461178**e o código verificador**DEE6C807**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	LUZIA ARCANJO SALMENTO GARCIA	***.667.942-**	22/11/2023 10:51

Docto ID: 461178 v1

Publicado por:
João Higor Chaves da Silva Mello
Código Identificador:6656098E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.629, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023.

Estabelece o Calendário de Atividades de Encerramento do Exercício de 2023 e da outras providências.

SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO, PREFEITA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
D E C R E T A:

Art. 1º Para o encerramento do exercício financeiro de 2023, ficam definidas as datas-limite constantes no Anexo.

Parágrafo único A perda dos prazos dispostos no Anexo implicará a responsabilidade do servidor encarregado da informação apuração de ordem funcional nos termos da legislação vigente.

Art. 2º A partir da publicação deste decreto até a entrega do balanço geral do Município e das prestações de contas dos órgãos e das entidades ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia TCERO, são consideradas urgentes e prioritárias as atividades vinculadas à contabilidade, ao Controle Interno, à apuração orçamentária e ao inventário em todos os órgãos e as entidades da Administração Pública.

Art. 3º Compete aos dirigentes dos órgãos e das entidades envolvidos instituírem, por meio de ato publicado no Diário Oficial Eletrônico Rondônia, observados a segregação de funções e o conhecimento técnico específico, tantas comissões quantas forem necessárias para promover o levantamento completo dos inventários físicos e financeiros dos valores em tesouraria, dos materiais em almoxarifado ou em outras unidades similares, dos bens patrimoniais em uso, estocados, cedidos e recebidos em cessão, inclusive imóveis, que são objeto de registro no Ativo e das obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e não Circulante, bem como das contas de controle representativas dos atos potenciais Ativos e Passivos.

§ 1º As comissões a que se refere o*caput*deverão apresentar os relatórios com apuração prévia dos saldos com data-base de 30 de novembro de 2023 e, posteriormente, relatório conclusivo, contendo os saldos finais com a posição em 31 de dezembro de 2023.

§ 2º Os órgãos e as entidades poderão emitir a relação de materiais permanentes e de consumo que serão inventariados com data-base anterior a 30 de novembro de 2023, devendo-se paralisar as movimentações de tais materiais durante o levantamento em campo.

§ 3º Compete aos responsáveis pelos controles do almoxarifado e dos bens móveis e imóveis das unidades que operacionalizam no Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços da Prefeitura Municipal de Chupinguaia promover os ajustes no referido sistema das diferenças apuradas pelas comissões até 31 de dezembro de 2023.

§ 4º Compete ao Setor de Contabilidade ou responsável equivalente conciliar os saldos contábeis das contas patrimoniais evidenciados ao final do exercício, promovendo os ajustes contábeis necessários do Anexo, objetivando a fidedignidade e consistência das informações sobre o patrimônio do órgão ou da entidade.

Art. 4º A execução orçamentária da despesa deverá observar o princípio da anualidade do orçamento e o regime de competência.

Art. 5º As despesas orçamentárias legalmente contratadas, empenhadas e não pagas até 31 de dezembro de 2023 serão inscritas em Restos a Pagar, distinguindo-se os Restos a Pagar Processados dos Restos a Pagar Não Processados, conforme disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 1º Para fins do disposto no*caput*, consideram-se:

I Restos a Pagar Processados RPP as despesas que completaram o estágio da liquidação e que se encontrem prontas para pagamento;

II Restos a Pagar Não Processados RPNP as despesas que concluíram o estágio do empenho e que se encontrem, em 31 de dezembro de 2023, pendentes de liquidação e pagamento.
§ 2º Para fins da inscrição de que trata o*caput*, os órgãos e as entidades e suas respectivas unidades executoras deverão proceder à certificação dos saldos a serem inscritos em Restos a Pagar, promovendo o cancelamento dos insubsistentes.

§ 3º Em observância ao regime da competência da despesa, não serão inscritos em RPNP os saldos de empenhos referentes à concessão de adiantamentos e diárias de viagem, devendo as unidades executoras

promoverem a anulação do saldo dos empenhos até o dia 31 de dezembro de 2023.
Art. 6º As inscrições dos RPNP de que trata o art. 5º que não forem liquidadas até 23 de abril de 2023 deverão ser obrigatoriamente canceladas nesta data pela Unidade Executora.

§ 1º O não cumprimento pela Unidade Executora do disposto no*caput*ensejará o cancelamento automático dos saldos não liquidados, por meio do sistema integrado utilizado para a programação e execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado, comandado pela Superintendência Central de Contadoria-Geral da Secretaria de Estado de Fazenda SCCG-SEF, mediante deliberação do Comitê de Orçamento e Finanças Cofin.

§ 2º Independentemente da data-limite estabelecida no*caput*, os saldos de RPNP identificados como insubsistentes no transcorrer do exercício de 2023 deverão ser imediatamente cancelados pela Unidade Executora.

Art. 7º Fica estabelecida a data-limite de 20 de dezembro de 2023 para emissão de empenhos das despesas correntes e de capital, exceto os referentes a gastos com pessoal, pensões, dívida pública, transferências e outras despesas constitucionais de caráter obrigatório, precatórios e requisitórios de pequeno valor, emendas parlamentares estaduais individuais, de bloco e de comissões, bem como convênios de entrada de recursos, portarias e instrumentos congêneres registrados no Sistema de Gestão de Convênios, Portarias e Contratos do Estado de Rondônia

Art. 08 Os lançamentos de encerramento do exercício e a emissão das Demonstrações Contábeis e dos relatórios que compõem o balanço geral do Estado serão processados automaticamente.

Parágrafo único O processamento automático não exime de responsabilidade os dirigentes, ordenadores de despesa e contador quanto aos valores evidenciados nas Demonstrações Contábeis, relatórios e demais demonstrativos dos órgãos e das entidades abrangidos por este decreto.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, Paço Municipal
Chupinguaia (RO), 21 de Novembro de 2023.

Anexo Calendário de Atividades de Encerramento do Exercício de 2023, conforme:

DESPESA COM PESSOAL

Documentação no RH	15/11/2023
Pagamento pessoal (novembro)	24/11/2023
Documentação RH (dezembro)	27/11/2023
Décimo terceiro	13/12/2023
Dezembro	20/12/2023
Publicação do ROL dos servidores	20/12/2023
Pagamento de encargos de décimo	15/12/2023
Pagamento de encargos de dezembro	27/12/2023

DESPESA EMPENHO/LIQUIDACAO E PAGAMENTO

EMPENHOS	20/12/2023
ANULAÇÃO E REEMPENHOS	20/12/2023
PAGAMENTOS	30/12/2023

PATRIMÔNIO/ALMOXARIFADO

20/12/2023	ÚLTIMO DIA PARA DAR ENTRADA NO PATRIMÔNIO E CONFERÊNCIA COM A CONTABILIDADE
20/12/2023	ULTIMO DIA PARA DAR ENTRADA NO ALMOXARIFADO E CONFERÊNCIA COM A CONTABILIDADE

DIARIAS

20/12/2023	Até o dia 20 de dezembro de 2023 para protocolo, nos setores responsáveis, das respectivas prestações de contas dos adiantamentos recebidos

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA GESTÃO DIVIDA ATIVA

09/02/2024	Audiência Pública das atividades de desenvolvidas no segundo semestre de 2023
15/02/2024	As secretarias estarão enviando para Controladoria a prestação de contas das atividades realizadas no exercício de 2023 de acordo com as metas previstas (PPA LDO E LOA)

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO**,**PREFEITO(A) MUNICIPAL**, em 21/11/2023 às 23:15, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**461179**e o código verificador**DCEEDFA7**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	LUZIA ARCANJO SALMENTO GARCIA	***.667.942-**	22/11/2023 08:53

Docto ID: 461179 v1

Publicado por:
João Higor Chaves da Silva Mello
Código Identificador:46618815

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.631, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2023.

Revoga o DECRETO Nº 2.317, DE 24 DE ABRIL DE 2023 e dá outras providências.

SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO, PREFEITA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Revoga a partir de 22 de Novembro de 2023 o DECRETO Nº 2.317, DE 24 DE ABRIL DE 2023 que Concede afastamento para tratar de assuntos particulares a servidora municipal MARIA DE FATIMA BARBOSA e dá outras providências.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Paço Municipal.
Chupinguaia (RO), 22 de Novembro de 2023.

SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO
Prefeita Municipal

TARLEI CRISTIAN LIMA
Sec. Municipal de Saúde

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**TARLEI CRISTIAN DE LIMA**,**SECRETARIOS MUNICIPAL**, em 23/11/2023 às 08:17, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

Documento assinado eletronicamente por**SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO**,**PREFEITO(A) MUNICIPAL**, em 23/11/2023 às 10:25, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**461472**e o código verificador**88A2E3EE**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	LUZIA ARCANJO SALMENTO GARCIA	***.667.942-**	27/11/2023 07:26

Referência: Processo nº 2-1829/2021.	Docto ID: 461472 v1

Publicado por:
João Higor Chaves da Silva Mello
Código Identificador:EC4997CD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.632, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2023.

Concede conversão da Licença-Prêmio em pecúnia ao servidor**JANICE DE OLIVEIRA** e da outras providencias.

SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO,PREFEITA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA,Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe confere a Lei,
CONSIDERANDO,a Deficiência no quadro de Funcionários Estatutários em diversas finalidades e a necessidade dos servidores nas funções em que o mesmo desempenha, torna-se impossível a dispensa das atividades por esses referidos servidores, compulsando a entidade a premiar os colaboradores em questão.

DECRETA:

Art. 1º Concede conversão da Licença-Prêmio em pecúnia a**JANICE DE OLIVEIRA,**detentor do cargo deAUXILIAR DE ENFERMAGEM**,**Matricula nº200913-2, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, conforme Processo Administrativo nº. 1922/2023.

Parágrafo Único.A conversão descrita no caput deste artigo será em 2 (duas) parcelas iguais e consecutivas em pecúnia, iniciando no mês de Novembro de 2023.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Paço Municipal.
Chupinguaia (RO), 22 de Novembro de 2023

SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO
Prefeita Municipal

TARLEI CRISTIAN DE LIMA
Sec. Municipal de Saúde

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**TARLEI CRISTIAN DE LIMA**,**SECRETARIOS MUNICIPAL**, em 23/11/2023 às 08:17, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

Documento assinado eletronicamente por**SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO**,**PREFEITO(A) MUNICIPAL**, em 23/11/2023 às 10:25, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**461475**e o código verificador**ECDB0BF4**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	LUZIA ARCANJO SALMENTO GARCIA	***.667.942-**	27/11/2023 07:26

Referência: Processo nº 2-1922/2023.	Docto ID: 461475 v1

Publicado por:
João Higor Chaves da Silva Mello
Código Identificador:0AF793B6

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.633, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

Transfere o Feriado de EMANCIPAÇÃO DO MUNICIPIO DE CHUPINGUAIA e da outras providencias.

Sheila Flávia Anselmo Mosso, Prefeita do Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido do dia 27 de Dezembro de 2023 (quarta-feira), para o dia 26 de Dezembro de 2023 (terça-feira) o feriado de Emancipação do Município de Chupinguaia.

Art. 2º Os efeitos do presente decreto não se aplicam às atividades classificadas como essenciais ao funcionamento do serviço público Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeita, Paço Municipal.
Chupinguaia (RO), 23 de Novembro de 2023.

SHEILA FLÁVIA ANSELMO MOSSO
Prefeita Municipal

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO**,**PREFEITO(A) MUNICIPAL**, em 23/11/2023 às 10:26, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**461758**e o código verificador**32C9B1FD**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	LUZIA ARCANJO SALMENTO GARCIA	***.667.942-**	27/11/2023 07:25

Docto ID: 461758 v1

Publicado por:
João Higor Chaves da Silva Mello
Código Identificador:4009EB1D

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO CONVÊNIO N°. 01-2023

EXTRATO DO CONVÊNIO N°. 01/2023

DAS PARTES

- MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA.
- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE.

OBJETO: Repasses dos recursos,oriundo deEmenda Parlamentar nº 202341730005.

RESPALDO LEGAL: Lei Municipal n° °.**2.647, de 07 novembro de 2023**, Lei Municipal nº. 2.007, de 04 de setembro de 2017, e Art. 16 e inciso I do Art. 25 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

DO VALOR:R$.100.000,00 (cem mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
02.10.03 -FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - ATIVIDADES DE AÇÃO SOCIAL - RECURSOS VINCULADOS
08.242.0024.1970.0000-REPASSE A APAE
3.3.50.43.00-SUBVENCOES SOCIAIS
NOTA DE EMPENHO Nº.465 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

DO PRAZO:9(nove) meses.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:Nº.1734/2023 - SEMAS

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 28 de novembrode 20322.

Chupinguaia - RO, 28 de novembro de 2023.

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora Municipal

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente porRAQUEL LISBOA LOUBACK VIEIRA,PROCURADOR MUNICIPAL, em 28/11/2023 às 10:24, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID464416e o código verificadorE9516F8E.

Referência: Processo nº 4-1734/2023.	Docto ID: 464416 v1

Publicado por:
Kenny Keylon Vieira da Rocha
Código Identificador:62ED9204

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE

ESCOLA DE ENSINO ESPECIAL MARCOS ARITANA APAE AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ABERTURA DA CARTA CONVITE N° 02/2023 – 3ª CHAMADA

A Presidente da Comissão de Licitação da APAE de Colorado do Oeste/RO., comunica a todos os interessados que por essa instituição ainda não ter um canal onde possa disponibilizar os **Downloads** de seus editais e, por a publicação do Edital do Convite nº 02/2023 não indicar que o referido convite teria que ser solicitado pelos email's: apaecol@hotmail.com, coloradodooeste@apaero.org.br. e para que o certame ocorra em conformidade com o § 1º inciso I Art. 3 da Lei nº 8666/93, é que prorrogamos o prazo para abertura para o dia 07/12/2023.
Permanecem inalteradas e em vigor as demais condições estabelecidas no Edital deste Convite.
Colorado do Oeste/RO, 28 de novembro de 2023.

JANETE MARTINS
Presidente da CPC
Portaria nº 010/2023

Publicado por:
Syllas de Castro Nascimento
Código Identificador:B7306264

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
CONVÊNIO N° 20/2023

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE - RO E A APAE DE COLORADO DO OESTE-RO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

PROCESSO n° 2806/2023

CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTEsituada na Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 3956, Bairro: Centro, no Município de Colorado do Oeste - RO,neste ato representado pelo Prefeito**JOSE RIBAMAR DE OLIVEIRA**, domiciliado nesta cidade de Colorado do Oeste/RO, com interveniência da**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA FAMILIA E DO TRABALHO - SEMDESFAT**,inscrita no CNPJ de nº 18.343.908/0001-63,situada no mesmo endereço, neste Município, neste ato representado pela Secretária Sr. Eliete Ferreira de Freitas no uso da atribuição que lhe confere;
CONVENENTE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DA ESCOLA DE ENSINO ESPECIAL MARCOS ARITANA DE COLORADO DO OESTE RO,inscrita no CNPJ/MF sob nº 84.568.823/0001-08, situada na Rua Goiás nº 4267, neste Município, representada por sua atual presidente,**MARIA TEIXEIRA DE SOUZA,**inscrita no CPF/MF nº304.688.682-91, de acordo com a representação que lhe é outorgada;
Celebram o presente CONVÊNIO, o qual regerá pelas disposições da Lei Orgânica do Município de Colorado do Oeste Art. 198 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E AMPARO LEGAL
1.1- O presente Convênio tem por objeto o repasse de recursos destinados àFIRMAR CONVENIO E PARCERIA COM A APAE PARA CUSTEAR DESPESA COMAQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E JOGOS EDUCATIVOS, COGNITIVOS, SENSORIAIS E DE COORDENAÇÃO MOTORA E A CONTRATAÇÃO DE ASSISTENTE SOCIAL, PSICÓLOGO, MOTORISTA CATEGORIA D, PROFESSOR/EDUCADOR FÍSICO E CUIDADOR SOCIAL, PARA ATENDER A APAE DE COLORADO DO OESTEde acordo com plano de trabalho Id 294329 nos autos que fazem parte desta independente de transcrição subsidiado pela nota de empenho nº 1296/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA DO VALOR
2.1 O valor global do presente convênio será de R$ 100.000,00 (cem mil reais) de acordo com o Plano de Trabalho repassado em parcela única paga diretamente pelo Município.

CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1- As despesas com a execução do presente Convênio correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2.023, na seguinte dotação Orçamentária:

Ficha: 716
02 - PODER EXECUTIVO
04 - SEC. MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA FAMÍLIA E DO TRABALHO
01 - SEC. MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA FAMÍLIA E DO TRABALHO
08.242.0005.2009.0000 - ATIVIDADES DO PROGRAMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PCD (PTMC)
3.3.50.43.00- SUBVENCOES SOCIAIS
08 - INSTITUIÇÃO DE CARÁTER EDUCACIONAL
008 - FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL DE COLORAD
115 -Recursos do Tesouro - FNAS

CLÁUSULA QUARTA DO FUNDAMENTO LEGAL

4.1- O presente Convênio se vincula na íntegra às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES
5.1-**DA CONCEDENTE:**
I.Efetuar o pagamento do valor conveniado, conforme Cláusula Segunda, dentro do prazo previsto;
5.2-**DO CONVENENTE:**
I.Utilizar os recursos repassados pela CONCEDENTE dentro das finalidades do Convênio;

CLÁUSULA SEXTA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
6.1 A Prestação de Contas dos recursos constantes neste convênio deverá ser encaminhada a Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste - RO, no prazo máximo de 12 (doze) meses contados da liberação do recurso, juntado os seguintes documentos:
I.Cópia do Convênio.
II. Relatório de Execução físico-financeiro;
III. Demonstrativo da Execução da receita e despesa.
IV. Relação de pagamento.
V.Extrato da conta bancária específica e conciliação bancária, quando for o caso;
VI.Cópias das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas emitidos em nome do convenente devidamente atestado, recibados e identificados com o número do convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA DO PRAZO DE VIGÊNCIA
7.1- O prazo de vigência do presente convênio se dará durante o exercício 2023/2024 finalizando em 31/12/2024.

CLÁUSULA OITAVA DAS DÚVIDAS E DOS CASOS OMISSOS
8.1- As dúvidas e os casos omissos que se originarem durante a execução e vigência do presente Convênio será dirimido pelos partícipes signatários, podendo constituir Termo Aditivo ao presente Instrumento, nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA DA RESCISÃO
9.1- O Presente Convênio poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA DO FORO
10.1- Fica eleito o foro da Comarca de Colorado do Oeste - RO, para dirimir as dúvidas ou pendências oriundas do presente Convênio que não forem solucionadas amigavelmente, com recusa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
10.2- E, por estarem justos e conveniados, assinam o presente Termo.
Colorado do Oeste - RO, 27 de novembro de 2023.

JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA	Associação de Pais e Filhos Exp - APAE
Prefeito de Colorado do Oeste	***MARIA TEIXEIRA DE SOUZA***
	Presidente

ELIETE FERREIRA DE FREITAS
Secret. Mun. Des. Social, da Familia e do Trablaho

FRANCESCO DELLA CHIESA
Advogado do Município
Mat. 40878-1 OABRO 5025

TESTEMUNHAS:

1._____	2. _____
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:
R.G.:	R.G.:

Publicado por:
Raquel Carvalho de Souza
Código Identificador:E0639A15

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
RETIFICADA PROCESSO N° 1151/2023

TENDO EM VISTA MANDADO DE SEGURANÇA MANEJADO JUNTO A JUSTIÇA ESTADUAL AUTOS Nº 7001743-95.2023.8.22.0012(ID 282034)E SENTENÇA(ID 302246)RATIFICAMOS A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESO Nº 1151/2023 EM FAVOR DA EMPRESA R & R LTDA, OUTRORA LICITANDE NO CERTAME OBJETO DESTE PROCESSO, CONFORME ABAIXO:

Processo nº:1151/2023
Unidade Administrativa:SEMDESFAT

Fonte de Recursos:TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO

Mod. de Licitação: Tomada de Preço nº 11/2023

Nº da LicitaçãoTP 11/2023 Data Abertura: 05.07.2023(ID 306652)

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A TOTAL EXECUÇÃO (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA), PARA AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO, COM ÁREA DE 157,58 M², localizado na Rua Tiradentes, 4797 - Santa Luzia, Colorado do Oeste RO.

Homologo e Adjudicoa presente Licitação participante na Modalidade Tomada de Preço nº 11/2023 onde se sagrou vencedora a Empresa:

-R&R LTDACNPJ nº11.006.117/0001-07com a proposta novalor final de**R$347.739,02(trezentos e quarenta e sete mil, setecentos e trinta e nove reais e dois centavos)**,constante no Despacho Decisório de Licitação e Notificação do processo nº 1151/2023, tendo que reza a Lei 8666/1993.

JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raquel Carvalho de Souza
Código Identificador:C9EDC3A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 17/2021

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 17/2021, CELEBRADOS ENTRE A PREFEITURA DE COLORADO DO OESTE/ROE A EMPRESA HBJ MONTEIRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI.

A**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE**, Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ sob o nº 04.391.512/0001-87, com sede Avenida Paulo de Assis Ribeiro nº 4.132, neste ato representada pelo Prefeito Municipal**JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA**, prefeito, doravante denominado**ADITANTE,**e a Empresa**HBJ MONTEIRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI,**pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 23.084.435/0001-67, com sede na Av. Quintino Cunha, nº 365, centro, na Cidade de Vilhena/RO, representada neste ato por**ANDERSON MONTEIRO GOMES DA SILVA**, brasileiro, empresário, portador do RG 71**99 SESDEC/RO e inscrito no CPF sob n° ***.663.432-**, mesmo endereço, doravante denominada simplesmente**ADITADA,**e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente**TERMO ADITIVO**cuja celebração foi autorizada pelos despachos nos autosdo**Processo Administrativo nº 672/2021**, e que se regerá pela Lei 8.666/93 e suas alterações, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O presente Termo Aditivo encontra-se amparado legalmente no artigo 57, 65 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA- Este Termo Aditivo tem por objeto aditamento temporal quanto a vigência pelo período do corrente ano

de 2023/2024 limitado a 31/12/2024 e aditamento temporal quanto ao prazo de execução do dia 28/11/2023 a 26/02/2024 (90 dias). Observo que os atos preparatórios para confecção deste instrumento, fora feito em tempo hábil e com vistas ao parecer técnico de Id 306024.

CLÁUSULA TERCEIRA -Mantêm-se as demais cláusulas do Contrato, em seus termos e no previsto no certame licitatório.

Para firmeza e prova do acordo é lavrado o presente Termo o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes aditantes e pelas testemunhas abaixo, dele sendo extraídas as cópias necessárias para o seu fiel cumprimento.

Colorado do Oeste, 28 de novembro de 2023.

JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA Prefeito Municipal Aditante	HBJ Monteiro Serv. De Eng. EIRELI ***ANDERSON MONTEIRO G. DA SILVA*** Aditado

FRANCESCO DELLA CHIESA
OAB/RO 5025
Advogado do Município Mat. 408781

TESTEMUNHAS:

1._____	2. _____
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:
R.G.:	R.G.:

Publicado por:
Jean Lopes Reis
Código Identificador:5C90DE35

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 50/2020, CELEBRADOS ENTRE A PREFEITURA DE COLORADO DO OESTE/RO E A EMPRESA HBJ MONTEIRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI.

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 50/2020, CELEBRADOS ENTRE A PREFEITURA DE COLORADO DO OESTE/ROE A EMPRESA HBJ MONTEIRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI.

A**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE**, Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ sob o nº04.391.512/0001-87, com sede Avenida Paulo de Assis Ribeiro nº 4.132, neste ato representada pelo Prefeito Municipal**JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA**,prefeito, doravante denominado**ADITANTE,**e a Empresa**HBJ MONTEIRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI,**pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 23.084.435/0001-67, com sede na Av. Quintino Cunha, nº 365, centro, na Cidade de Vilhena/RO, representada neste ato por**ANDERSON MONTEIRO GOMES DA SILVA**, brasileiro, empresário, portador do RG 717099 SESDEC/RO e inscrito no CPF sob n° 888.663.432-34,mesmo endereço, doravante denominada simplesmente**ADITADA,**e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente**TERMO ADITIVO**cuja celebração foi autorizada pelos despachos nos autosdo**Processo Administrativo nº 1204/2020**,e que se regerá pela Lei 8.666/93 e suas alterações, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA-O presente Termo Aditivo encontra-se amparado legalmente no artigo 57, 65 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA- Este Termo Aditivo tem por objeto aditamento financeiro oriundo de requerimento de reequilíbrio econômico financeiro no valor de R$ 19.140,80 (dezenove mil cento e quarenta reais e oitenta centavos) de acordo com parecer técnico do setor da engenharia de Id 306020 e aditamento temporal no prazo de execução no total de 180 (cento e oitenta) dias com inicio em 01/12/2023 a 28/05/2024 (Id 306021) e período de vigência até 31/12/2024.
CLÁUSULA TERCEIRA Mantêm-se as demais cláusulas do Contrato, em seus termos e no previsto no certame licitatório.

Para firmeza e prova do acordo é lavrado o presente Termo Aditivo o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes aditantes e pelas testemunhas abaixo, dele sendo extraídas as cópias necessárias para o seu fiel cumprimento.
Colorado do Oeste, 27 de novembro de 2023.

_____ ***JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA*** Prefeito Municipal Aditante	_____ HBJ Monteiro Serv. De Eng EIRELI ***ANDERSON M. GOMES DA SILVA*** Aditado

_____
FRANCESCO DELLA CHIESA OAB/RO 5025
Advogado do Município Mat. 408781
TESTEMUNHAS:

1._____	2. _____
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:
R.G.:	R.G.:

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 – CEP 76.993-000
Emailgabprefcol@hotmail.com/Sitewww.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO

Documento assinado eletronicamente por**Francesco Della Chiesa**,**Advogado**, em 27/11/2023 às 11:52, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 095 de 29/04/2020.

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**José Ribamar de Oliveira**,**Prefeito**, em 27/11/2023 às 12:02, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 095 de 29/04/2020.
Documento assinado eletronicamente por**ANDERSON MONTEIRO GOMES DA SILVA**,**PROPRIETÁRIO**, em 27/11/2023 às 12:19, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 095 de 29/04/2020.

Publicado por:
Willian Batista Moreno
Código Identificador:E85F9046

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBIARA

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n°198/2023
Processo Administrativo n°2145/2023
Processo licitatório n°1667/2022
NE - Nota de Empenho 628 de 24/11/2023 (ID 146729)
NE - Nota de Empenho 629 de 24/11/2023 (ID 146730)

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORUMBIARA - RO
Contratado: Global comércio de Artigos de Uso pessoal e domésticos LTDA
CNPJ:23.260.598/0001-53
ValordeR$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)
Fátima Aparecida Notaro- Secretária de Educação
Carla Adriana Renner Bragança- Fiscal do Contrato

O objeto do presente Contrato é:Aquisição de Material Permanente sendo conjunto de mesa escolar sextavada para atender às necessidades da Rede Municipal de Ensino de Corumbiara-RO, sob responsabilidade daSecretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Município de Corumbiara-RO, a serem pagos comRecursos do FUNDEB VAAR- FUNDAMENTAL E FUNDEB 30%.

O Presente instrumento de Contrato terá vigência de**12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos das legislações atuais vigentes no país.

Corumbiara-RO, 28 de novembro de 2023.

FÁTIMA APARECIDA NOTARO
Secretária Municipal de Educação
(assinatura eletrônica)

Publicado por:
Elmira Paula de Souza
Código Identificador:C043618C

ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO 5º BIMESTRE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORUMBIARA
PODER EXECUTIVO

AVISO

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORUMBIARA, ESTADO DE RONDÔNIA, INSCRITA NO CNPJ, SOB O Nº 63.762.041/0001-35, SITUADA A AVENIDA OLAVO PIRES, N.º 2129. AVISA QUE ENCONTRA - SE PUBLICADO, A DISPOSIÇÃO DE TODA A MUNICIPALIDADE. NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E CÂMARA MUNICIPAL, CONFORME DECRETO N.º 021, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2002. DE ACORDO COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL ARTIGO 65, PARÁGRAFO 1º, OS RELATÓRIOS RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA, 5º BIMESTRE DE 2023, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBIARA / RO CONFORME PORTARIA DO STN, EM OBSERVÂNCIA PORTARIA N.º 100/2001, E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, NO PERIODO DE 29/11/2023 A 29/12/2023.

CORUMBIARA/RO, 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

LEANDRO TEIXEIRA VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindon Jonhns b Ribeiro
Código Identificador:F00010BE

ADMINISTRAÇÃO
NOTA DE ESCLARECIMENTO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 03/2023

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº. 1951/2023/SEMUSA

NOTA DE ESCLARECIMENTO

OBJETO: FORMAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DO TIPO (GÊNERO ALIMENTÍCIO), para atender as necessidades das Secretarias; SEMUSA, SEMAS, SEMOSP, SEMED, SEMAM e SEMAF por um período de 12 meses. Aquisição a ser executada com Recursos Próprios do Município de Corumbiara – RO e/ou com Recursos de Convênios. Englobam neste Termo, os Processos: 1951/2022/SEMUSA, 2027/2022/SEMAS, 2029/2022/SEMOSP, 2061/2022/SEMED, 2066/2022/SEMAM e 2078/2022/SEMAF.

NOTA DE ESCLARECIMENTO: é o documento emitido pela Prefeitura, contendo informações que não causem alteração na formulação das propostas. Portanto, conforme previsto no **item 11.2.2 do edital**, venho esclarecer as informações contidas no termo de apostilamento nº 02/2023 e o mesmo estará disponível na integra junto com processo digital 1951/2023, pregão 03/2023 no sistema Arom e site Prefeitura Municipal de Corumbiara. Dessa forma apresento o que se modifica.

Onde se ler no Termo de Apostilamento:
Data 13 de setembro de 2023.

Leia-se:
Data de 23 de novembro de 2023.

Corumbiara/RO em 29 de novembro de 2023**.**

GRACIELLE Mª DE ANDRADE
Diretora do Registro de Preços
Portaria 418/2022

Publicado por:
Lindon Jonhns b Ribeiro
Código Identificador:27C09EFB

CAMARA MUNICIPAL DE CORUMBIARA
EDITAL

EDITAL
AVISO DE DESFAZIMENTO DE BENS N. 001/2023

A Câmara Municipal de Corumbiara-RO torna público que, fora classificado como inservível o item abaixo descriminado e torna público e convoca aos demais órgãos do município de Corumbiara-RO, associações, igrejas ou entidades sem fins lucrativos para que em havendo interesse em adquirir por entrega voluntária gratuita, de acordo com a resolução nº 004/2016 CMC, manifestar Interesse.
Bens
80 BANCO COM 5 LUGARES EM CORVIM NA COR AZUL SOBRE LONGARINAS COM BRAÇO
95 GAVETEIRO FIXO COM 2 GAVETAS COM CHAVE, EM AÇO PINTADO
96 GAVETEIRO FIXO COM 2 GAVETAS COM CHAVE, EM AÇO PINTADO
103 ARMÁRIO PARA COZINHA EM AÇO COM 2 PORTAS E CHAVE
118 CADEIRA FIXA EM TECIDO COR AZUL SEM BRAÇO EST. EM FERRO
241 AR CONDICIONADO 7,500 BTU ELETROLUX
272 MESA EM VIDRO ESTR CROMADA C/ PAINEL METALICO 1,50X0,75CM RO ALMEDA EM VIDRO ESTR CROMADA C/ PAINEL METALICO 1,20X075CM
273 MEDA EM VIDRO ESTR CROMADA C/ PAINEL METALICO 1,20X075CM.
274CONEXÃO EM VIDRO COM ESTR CROMADA MED: 0,73X073X075CM.
276 MESA TRABALHO EM MELAMINO MED.1,50X0,60X0,75CM C/ GAVETEIRO FIXO C/ 02 GAV C/ CHAVE KAPPESBERG
277 MESA TRABALHO EM MELAMINO MED. 1,20X0,60X075CM C/ GAVETEIRO FIXO C/ 02 GAV C/ CHAVE KAPPESBERG.
278 CONEXÃO DE CANTO EM MELAMINO MED. 0,60X060X0,75CM KAPEESBERG.
280 CADEIRA GIRATORIA SECRETARIA C/ BRAÇO DIGITADOR SANFONADA EM TECIDO AZUL 283 ARMARIO EM AÇO C/ 02 PORTAS C/ CHAVE MED. 1,90X080X0,40CM C/ 04 PRAT REGULAVEIS
304 Canto Kappesberg em melamínico med.003x060x060
306 Cadeira Belo Giratória tipo presidente em tecido azul com braço regulagem de altura de tipo gás estrutura em ferro pintado
309 Ar condicionado Admiral Split 12.000 BTUS Frio
340 MESA EM MELAMINICO TIPO REUNIÃO, MEDINDO 75X220X91CM.
341 MESA EM MELAMINICO TIPO REUNIÃO, MEDINDO 75X220X91CM.
342 MESA EM MELAMINICO TIPO REUNIÃO, MEDINDO 75X220X91 CM.
343 MESA EM MELAMINICO TIPO REUNIÃO, MEDINDO 75X220X91CM.
345 CADEIRA GIRATORIA EM CORVIM TIPO PRESIDENTE
346 CADEIRA GIRATORIA EM CORVIM TIPO PRESIDENTE
347 CADEIRA GIRATORIA EM CORVIM TIPO PRESIDENTE
348 CADEIRA GIRATORIA EM CORVIM TIPO PRESIDENTE
352 CADEIRA GIRATORIA EM CORVIM TIPO PRESIDENTE
353 GAVETEIRO VOLANTE EM MELAMINICO COM TRES GAVETAS E CHAVES
359 MONITOR LENOVO LCD 19

365 IMPRESSORA HP M1132 LASERJET MPF
379 CPU 3.0, 4GB, 500GB HD, DVD, TECLADO E MOUSE OPTICO, POSITIVO
391 MESA VANDAFLLEX EMMELAMINICO
394 MESA VANDAFLLEX EMMELAMINICO
399 MESA VANDAFLLEX EMMELAMINICO
440 CADEIRA VANDAFLEX GIRATÓRIA DIRETOR
445 APARELHO DE TELEFONICO
446 APARELHO DE TELEFONICO
447 APARELHO DE TELEFONICO
448 APARELHO DE TELEFONICO
450 APARELHO DE TELEFONICO
451 APARELHO DE TELEFONICO
452 APARELHO DE TELEFONICO
454 APARELHO DE TELEFONICO
456 APARELHO DE TELEFONICO
482 AR CONDICIONADO 12.000 BTUS 220V – SPRINGER
484 AR CONDICIONADO 12.000 BTUS 220V – SPRINGER
486 AR CONDICIONADO 12.000 BTUS 220V - SPRINGER
487 AR CONDICIONADO 12.000 BTUS 220V – SPRINGER
488 AR CONDICIONADO 12.000 BTUS 220V – SPRINGER
489 AR CONDICIONADO 12.000 BTUS 220V – SPRINGER
490 AR CONDICIONADO 12.000 BTUS 220V – SPRINGER
491 AR CONDICIONADO 12.000 BTUS 220V – SPRINGER
492 AR CONDICIONADO 12.000 BTUS 220V – SPRINGER
494 AR CONCICIONADO 12.000 BTUS 220V – SPRINGER
495 AR CONDICIONADO 12.000 BTUS 220V – SPRINGER
498 SUPORTE PARA CPU
499 SUPORTE PARA CPU
505 SUPORTE PARA CPU
510 SUPORTE PARA CPU
520 CADEIRA GIRATORIA PRESIDENTE SUPER GOMADO COM BRAÇO PRETO ESPUMA ENJETADA REVESTIMENTO VINIL OU TECIDO
524 IMPRESSORA DE CHEQUE DP20 PTA BEMATECH
525 MICROCOMPUTADOR PROCESSADOR 3.20 GHZ 3MB 1TB LGA
527 MICROCOMPUTADOR PROCESSADOR 3.20 GHZ 3MB 1TB LGA
528 MICROCOMPUTADOR PROCESSADOR 3.20 GHZ 3MB 1TB LGA
529 MICROCOMPUTADOR PROCESSADOR 3.20 GHZ 3MB 1TB LGA
532 MICROCOMPUTADOR PROCESSADOR 3.20 GHZ 3MB 1TB LGA
536 MICROCOMPUTADOR PROCESSADOR 3.20 GHZ 3MB 1TB LGA
537 MICROCOMPUTADOR PROCESSADOR 3.20 GHZ 3MB 1TB LGA
542 PROCESSADOR CORE I5 LGA 1150 INTEL I5
546 SWITCH 24 PORTAS 10/100M TL-SF1024 – TPLINK
547 Nobreak UST1200BI 1200V
548 Nobreak UST1200BI 1200V
554 Nobreak UST1200BI 1200V
555 Nobreak UST1200BI 1200V
557 Nobreak UST1200BI 1200V
569 IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COLOR LASERJET - HP/M177 FW
579 CADEIRA GIRATÓRIA PRESIDENTE
583 CADEIRA TIPO LONGARINA DE 05 LUGARES
662 CADEIRA GIRATORIA PRESIDENTE VANDAFLEX
670 CADEIRA GIRATORIA PRESIDENTE VANDAFLEX

2. Habilitação
2.1 Para se habilitar a receber quaisquer desses bens, por adquirir por entrega voluntária gratuita, os órgãos da administração direta ou indireta, suas autarquias e fundações, deverão encaminhar documento oficial de solicitação de destinação dos itens de interesse à Câmara Municipal De Corumbiara-RO, em até quinze dias úteis, contados a partir do dia útil seguinte ao da publicação do edital de desfazimento no mural da Câmara e demais órgãos do município.
2.2 As manifestações de interesse deverão ser protocoladas por meio físico, na sede do órgão ou por meio eletrônico através do endereço https://poder.legislativo@hotmail.comnoprazo de até 15 dias a partir da publicação deste.
2.4 Eventuais solicitações formais de transferência de posse e/ou propriedade dos bens, encaminhadas anteriormente à publicação do edital, devem ser ratificadas por novo documento de solicitação.
3. Ordem de Preferência
3.1 Após determinada a ordem de chegada dos pedidos para adquirir por entrega voluntária gratuita, a ordem de preferência para o atendimento obedecerá, no que couber, ao disposto na Resolução nº 004/2016 CMC.
4. Transferência dos Bens
4.1 A transferência será efetivada mediante termo específico, obedecendo ao disposto na resolução nº 004/2016 CMC, transferindo para o cessionário ou donatário respectivo, bem como a especificação e os valores contábeis dos bens.

Corumbiara-RO 29 de Novembro de 2023.

Publicado por:
Lazaro Miguel Souza
Código Identificador:FE091A55

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE MATERIAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 15/2023

PROCESSO Nº 1022/2023
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Costa Marques, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Federal n° 8.666/93.
Considerando o disposto no artigo 24, da Lei Federal n° 8.666/93
Considerando a solicitação e autorização expressa da autoridade superior no Mem. 925/SEMASC/2023, para que seja feita a Contratação da empresa para a aquisição dos produtos.
Considerando que a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, realizou pesquisa de preços, constante nos autos onde a média atingiu o Valor **R$ 12.876,38 (doze mil, oitocentos e setenta e seis reais e trinta e oito centavos).**
Considerando que no ano de 2023, não houve nenhum processo dispensável para a Aquisição deste tipo de Produto.
Considerando que o valor dos produtos está abaixo do permitido por Lei para dispensá-lo, justificando-se dessa forma a dispensa de licitação.
Considerando que os produtos solicitados são extremamente essenciais, conforme justificativa no **item 3**, do Termo de Referência elaborado pela Secretaria requisitante.
Considerando que e empresa **DERIO DANTAS DE ALENCAR LTDA**, apresentou menor valor na pesquisa, nos itens **01, 02 e 04**, e a empresa **GAZIN IND. E COM. DE MÓVEIS E ELETR. LTDA,** apresentou menor valor na pesquisa, no **item 03**, estando também conforme o praticado no mercado, e que as mesmas preenchem os requisitos constitucionais para contratação com administração pública,
RESOLVE:
DISPENSAR, em menor valor por item, nos termos do Artigo 24, da Lei nº Federal 8.666/93, a aquisição de materiais permanentes, conforme relação abaixo, visando atender ao solicitado da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.
Valor: O valor total adjudicado é de **R$ 12.149,70 (doze mil, cento e quarenta e nove reais e setenta centavos)**, conforme abaixo:

Favorecido:
01. DERIO DANTAS DE ALENCAR LTDA
CNPJ nº 26.983.250/0001-82
End: Av. Santa Cruz, nº 1818
Bairro: Setor 03

Costa Marques/RO
CEP: 76.937-000

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
01	**Piscina de Bolinhas Oitavada Picadeiro** - Premium 2,00m com 1.00 Bolinhas	Und	01	R$ 2.800,00	R$ 2.800,00
02	**Inflador de Balão Compressor** 2 Bicos com Medidor De Bexiga	Und	01	R$ 490,00	R$ 490,00
04	**MÁQUINA DIGITAL** – à Prova D'água com 5.3K60, 27MP, Vídeo + Foto HDR, HyperSmooth 6.0, Trava de horizonte 360°, Live + webcam, Áudio por Bluetooth, Bateria enduro, QUIK	Und	01	R$ 4.960,00	R$ 4.960,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					**R$ 8.250,00**

Favorecido:
01. GAZIN IND. E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS S.A
CNPJ nº 77.941.490/0350-21
End: Av. Marechal Rondon, nº 2426
Bairro: 2 de Abril
Ji-Paraná/RO
CEP: 76.900-862

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
03	**Tablet A7** Lite (wi-fi) 64 GB, 4 GB Ram, Tela Imersiva 8.7, Com processador Octa-Core Cortex-A53 de 2.3GHz, Resolução da tela de 1340px x 800px, Com leitor micro-SD, Possui GPS, Memória interna expansível até 1 TB com fonte externa, Inclui adaptador usb, cabo USB- c, Com entrada para fone de ouvido.	Und	03	R$ 1.299,90	R$ 3.899,70
VALOR TOTAL ESTIMADO					**R$ 3.899,70**

Publique-se.
Costa marques – RO, 29 de Novembro de 2023.

JOSÉ ARRIATES NETO
Presidente da CPL
Dec.314 /GAB/2022

Publicado por:
Jose Arriates Neto
Código Identificador:68C938B3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE MATERIAL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 32/2023
PROCESSO N° 1021/SEMECEL/2023

LICITAÇÃO EXCLUSIVAS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, SEDIADAS LOCAL.

A Prefeitura Municipal de Costa Marques, Estado de Rondônia, por meio do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, na forma da Lei nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal n° 889/GAB/2011, Lei Complementar Municipal nº 70/GAB/2018 e aplicando-se subsidiariamente a Lei 8.666/93, Lei Complementar n° 123/2006 e Lei Complementar n° 147/2014, e alterações, a Licitação na Modalidade de **Pregão**, na forma **Eletrônica**, tipo menor preço**,** em regime de preço **unitário**, que tem por objeto a **Aquisição de materiais permanentes (notebooks)**, visando atender a sede da secretaria e as escolas da rede municipal de ensino, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Educação, no valor estimado de R$ 42.328,00 (Quarenta e dois mil trezentos e vinte e oito reais).

Da sessão de abertura:
Abertura da sessão do pregão: dia **12/12/2023 às 10:000hs**
Para todas as referências de tempo será observado o **horário de Brasília - DF**.

LOCAL: www.licitanet.com.br

A cópia do Edital do Pregão e seus anexos estarão disponíveis aos interessados através do site **www.costamarques.ro.gov.br,** do portal onde será realizado a licitação **www.licitanet.com.br,** do email **cplcostamarques@outlook.com**, e na Sala da Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura em dias úteis, no horário das 07:30 às 13:30. Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares poderá ser obtida nos endereços acima.

Costa Marques/RO, 29 de novembro de 2023.

ALTAIR ORTIS
Pregoeiro
Dec. 315/GAB/2022

Publicado por:
Altair Ortis
Código Identificador:A1043157

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA
ATA DE INSTALAÇÃO DE TRABALHO

Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar - PAD

Ata de Instalação dos Trabalhos
Processo Administrativo Disciplinar 1-1290/2023

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, às oito horas na sala de reuniões desta comissão no prédio da Prefeitura Municipal de Cujubim/RO, localizado na Av. Condor, nº 2.588, setor 01, aí presentes Luciano Mendes da Silva, Marcelo Carlos de Melo e Ana Maria da Silva, respectivamente presidente e membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar designado pela Portaria nº 379 de 26 Julhos de 2023, procedeu-se o início dos trabalhos relacionados a apuração de responsabilidades referente asinfrações (multas) de trânsito dos veículos pertencentes a frota da Secretaria Municipal de Saude. DELIBERANDO-SE:
a) Informar a Secretaria Municipal deSaudeacerca da abertura deste Processo Administrativo de Sindicância, cujo nº é 1-1290/2023;
b) Comunicar aos servidores, quanto à abertura do presente processo em seu desfavor.

LUCIANO MENDES DA SILVA
Presidente

MARCELO CARLOS DE MELO
Vice-presidente

ANA MARIA DA SILVA
Secretária

Publicado por:
Ana Maria da Silva
Código Identificador:51748CE2

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA
TERMO DE FIDELIDADE

Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar - PAD

Termo de Fidelidade

Processo Administrativo Disciplinar nº 1-1290/2023

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às oito horas, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Processo de Sindicância e/ou Processo Administrativo Disciplinar deste município, no prédio da Prefeitura Municipal de Cujubim/RO,

na presença dos senhores: Luciano Mendes da Silva (Presidente), Marcelo Carlos de Melo e Ana Maria da Silva (membros) da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar por meio da Portaria nº 379 de 26 Julhos de 2023, para dar início aos trabalhos da referida Comissão.

Declarando aceitar o encargo, comprometeu-se a atuar com fidelidade, discrição e prudência, guardando sigilo sobre fatos e ocorrências objeto deste procedimento de apuração.

LUCIANO MENDES DA SILVA
Presidente

MARCELO CARLOS DE MELO
Vice Presidente

ANA MARIA DA SILVA
Secretária

Publicado por:
Ana Maria da Silva
Código Identificador:AB0A7C71

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE Nº1527

DECRETO Nº 1527 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE CEDÊNCIA DO (A) SERVIDOR (A) PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO BECKER, Prefeito de Cujubim, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, conforme determina a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 65 inciso IX e Lei Municipal no 1.268, de 31 de agosto de 2021, em atenção ao Oficio Nº 7042/2023/GOV-RED
DECRETA

Art. 1º - Prorrogar o prazo constante no Decreto N°1261/2023, que se trata da cedência do Servidor **RODRIGO ALMEIDA DOMINGUES,** ocupante do cargo de MOTORISTA CAT V REF VIII, Matrícula 545, pertencente ao quadro de servidores deste município para prestar serviços ao DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES- DER.

Art. 2º - O ônus dos vencimentos do servidor ficará a cargo do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES- DER..

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, **pelo período de 01/01/2024 a 31/12/2024**, revogando as disposições em contrário.

Publicado por:
Raquel Coelho Batista
Código Identificador:F430E562

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE Nº1532

DECRETO Nº1532 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGRAÇÃO DE CEDÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO BECKER, Prefeito de Cujubim, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, conforme determina a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 65 inciso IX e Lei Municipal no 1.268, de 31 de agosto de 2021, em atenção ao Oficio nº 184/2023/IPEMA
DECRETA

Art. 1º - Fica prorrogado a cedência do (a) Servidor (a) **LUCIMEIRE DOS SANTOS SILVA,** ocupante do cargo de ZELADORA CAT I REF V, Matrícula 448, pertencente ao quadro de servidores deste município para prestar serviços ao INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES.

Art. 2º - O ônus dos vencimentos do servidor ficará a cargo do INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **pelo período de 01/01/2024 a 31/12/2024**, revogando as disposições em contrário.

Publicado por:
Raquel Coelho Batista
Código Identificador:305AD77E

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE Nº1533

DECRETO Nº1533 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CEDÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO BECKER, Prefeito de Cujubim, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, conforme determina a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 65 inciso IX e Lei Municipal no 1.268, de 31 de agosto de 2021, em atenção ao Ofício nº 100/SEMGOV/GAPREF/2023,

DECRETA

Art. 1º - Fica prorrogado a cedência da Servidora **LETICIA PEREIRA FIORENZANI**, ocupante do cargo de FARMACEUTICO, Matrícula 2924, pertencente ao quadro de servidores deste município para prestar serviços à PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES.

Art. 2º - O ônus dos vencimentos do servidor ficará a cargo do Município de Ariquemes.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, **pelo período de 01/01/2024 a 31/12/2024**, revogando as disposições em contrário.

Publicado por:
Raquel Coelho Batista
Código Identificador:39D68D6B

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE Nº1534

DECRETO Nº 1534 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGRAÇÃO DE CEDÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO BECKER, Prefeito de Cujubim, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, conforme determina a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 65 inciso IX e Lei Municipal no 1.268, de 31 de agosto de 2021, em atenção ao Oficio Nº101/SEMGOV/GAPREF/2023,
DECRETA

Art. 1º - Fica prorrogado a cedência do (a) Servidor (a) **GRASIELA GONCALVES DIAS SANTANA,** ocupante do cargo de ZELADORA CAT I REF VI, Matrícula 443, pertencente ao quadro de servidores deste município para prestar serviços a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES.

Art. 2º - O ônus dos vencimentos do servidor ficará a cargo da PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **pelo período de 01/01/2024 a 31/12/2024**, revogando as disposições em contrário.

Publicado por:
Raquel Coelho Batista
Código Identificador:FB5D8AC7

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE Nº1535

DECRETO Nº 1535 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CEDÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO BECKER, Prefeito de Cujubim, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, conforme determina a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 65 inciso IX e Lei Municipal no 1.268, de 31 de agosto de 2021, em atenção ao Ofício nº103/SEMIGOV/GAPRE/2023,

DECRETA

Art. 1º - **Fica prorrogada** a cedência do Servidor **CLAUDEMIR RIBEIRO DE ALMEIDA**, ocupante do cargo de MOTORISTA CAT V REF VIII, Matrícula 596, pertencente ao quadro de servidores deste município para prestar serviços ao PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMS.

Art. 2º - O ônus dos vencimentos do servidor ficará a cargo do Município de Ariquemes.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, **pelo período de 01/01/2024 a 31/12/2024**, revogando as disposições em contrário.

Publicado por:
Raquel Coelho Batista
Código Identificador:907E7A8D

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE Nº1536

DECRETO Nº 1536 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGRAÇÃO DE CEDÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO BECKER, Prefeito de Cujubim, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, conforme determina a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 65 inciso IX e Lei Municipal no 1.268, de 31 de agosto de 2021, em atenção ao Oficio Nº 43/SEMGOV/GAPRE/2023,
DECRETA

Art. 1º - **Fica prorrogada** a de cedência da servidora **CLEUZA VICENTE,** ocupante do cargo de ZELADORA CAT I REF XI, Matrícula 24, pertencente ao quadro de servidores deste município para prestar serviços a Prefeitura do MUNICÍPIO DE ARIQUEMES.

Art. 2º - O ônus dos vencimentos do servidor ficará a cargo do MUNICÍPIO DE ARIQUEMES.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, **pelo período de 01/01/2024 a 31/12/2024**, revogando as disposições em contrário.

Publicado por:
Raquel Coelho Batista
Código Identificador:CBFCBB36

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE Nº1537

DECRETO Nº 1537 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGRAÇÃO DE CEDÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO BECKER, Prefeito de Cujubim, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, conforme determina a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 65 inciso IX e Lei Municipal no 1.268, de 31 de agosto de 2021, em atenção ao Oficio nº 41/semgov/gapre/2023,
DECRETA

Art. 1º - **Fica prorrogada** a cedência do(a) Servidor(a) **LUCIANE RENATA BURG,** ocupante do cargo de PROF LICENC PLENA 25 HS NIVEL II REF XII-A, Matrícula 55, pertencente ao quadro de servidores deste município para prestar serviços a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES.

Art. 2º - O ônus dos vencimentos do servidor ficará a cargo da PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, **pelo período de 01/01/2024 a 31/12/2024**, revogando as disposições em contrário.

Publicado por:
Raquel Coelho Batista
Código Identificador:B0D43240

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE Nº 1538

DECRETO Nº 1538 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGRAÇÃO DE CEDÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO BECKER, Prefeito de Cujubim, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, conforme determina a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 65 inciso IX e Lei Municipal no 1.268, de 31 de agosto de 2021, em atenção ao Oficio nº42/SEMGOV/GAPRE/2023,
DECRETA

Art. 1º - **Fica prorrogado** a cedência do (a) Servidor (a) **MARLENE AMERICA DA SILVA,** ocupante do cargo de PROF LICENC PLENA 25 HS NIVEL II REF VIII-A, Matrícula 449, pertencente ao quadro de servidores deste município para prestar serviços a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES.

Art. 2º - O ônus dos vencimentos do servidor ficará a cargo da PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **pelo período de 01/01/2024 a 31/12/2024**, revogando as disposições em contrário.

Publicado por:
Raquel Coelho Batista
Código Identificador:2DCEF4AD

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº1539

DECRETO Nº1539 DE 28 NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGRAÇÃO DE CEDÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO BECKER, Prefeito de Cujubim, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, conforme determina a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 65 inciso IX e Lei Municipal no 1.268, de 31 de agosto de 2021, em atenção ao Oficio nº44/SEMGOV/GAPRE/2023
DECRETA

Art. 1º - **Fica prorrogado** a cedência do (a) Servidor(a) **SELMA VIEIRA DO NASCIMENTO,** ocupante do cargo de ZELADORA CAT I REF V, Matrícula 802, pertencente ao quadro de servidores deste município para prestar serviços a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES.

Art. 2º - O ônus dos vencimentos do servidor ficará a cargo da PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, **pelo período de 01/01/2024 a 31/12/2024**, revogando as disposições em contrário.

Publicado por:
Raquel Coelho Batista
Código Identificador:B32675DE

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº1540

DECRETO Nº 1540 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGRAÇÃO DE CEDÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO BECKER, Prefeito de Cujubim, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, conforme determina a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 65 inciso IX e Lei Municipal no 1.268, de 31 de agosto de 2021, em atenção ao Oficio nº 45/SEMGOV/GAPREF/2023,

DECRETA

Art. 1º - **Fica prorrogado** a cedência do (a) Servidor (a) **IRINEU PANINI,** ocupante do cargo de MOTORISTA CAT V REF XI, Matrícula 37, pertencente ao quadro de servidores deste município para prestar serviços a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES.

Art. 2º - O ônus dos vencimentos do servidor ficará a cargo da PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, **pelo período de 01/01/2024 a 31/12/2024**, revogando as disposições em contrário.

Publicado por:
Raquel Coelho Batista
Código Identificador:24D92B78

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 014/CPL/2023

O Município de Cujubim – RO, através da Comissão Permanete e Licitação, instituída pelo Decreto nº 1332 de 13 de Fevereiro de 2023, torna público aos interessados e a quem possa interessar que será realizada a Licitação na modalidade de Tomada de Preços, tipo Empreitada por Preço Unitário / Menor Preço Global, nos termos da Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores e os artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar 147/2014, Objeto: REVITALIZAÇÃO DA QUADRA PORTELINHA - SETOR 05, localizada na Avenida Urubu-Rei, esquina com Rua Jacú, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme discriminação no Projeto Básico de Engenharia e seus anexos, Nota de Empenho nº: 2023NE000513 Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos SEOSP. Valor estimado de R$: 780.051,44 (Setecentos e Oitenta Mil Cinquenta e Um Reais Quarenta e Quatro Centavos). Data início da sessão pública: **a partir das 09:00horas do dia 15 de Dezembro de 2023.** Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no endereço eletrônico site: www.cujubim.ro.gov.br link Portal da Transparência – Compras / Licitações, e-mail: cpl@cujubim.ro.gov.br para maiores informações através do telefone (69) 3582 2062 / 2004
Cujubim - (RO) 28 de Novembro de 2023.

SERGIO HENRIQUE SANTUZZI ZUCCOLOTTO
Presidente da Comissão de Licitação

Publicado por:
Sérgio Henrique Santuzzi Zuccolotto
Código Identificador:DD336F4E

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 056/2023.

O Município de Cujubim – RO, através do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº: 993 de 11 de Janeiro de 2022, torna público aos interessados e a quem possa interessar o resultado final do Pregão Eletrônico nº 059/2023.
Pregão Eletrônico nº 059/2023, ocorrido em 29 de Novembro de 2023 as 09h30mim (horário de brasília).
Objeto: **Aquisição de Materiais de Consumo para realização de ornamentação natalina no município de Cujubim que serão utilizados na praça municipal e Avenida Principal do município, e sede da prefeitura, nas caraterísticas e quantitativos especificados neste termo de Referência.**
Empresas Vencedoras: **O. DE OLIVEIRA & CIA LTDA** - CNPJ**: 17.747.253/0001-26,** vencedora do item **1 - 7 - 8 - 9 - 10 - 15 - 16 - 18,** valor total finalizado de R$: 9.328,00 (Nove Mil Trezentos e Vinte e Oito Reais); **CASA NOEL LTDA** - CNPJ**: 49.366.231/0001-02,** vencedora dos itens **2 - 3 - 4 - 5,** valor total finalizado de R$: 32.228,30 (Trinta e Dois Mil Duzentos e Vinte e Oito Reais Trinta Centavos); **V. S. DOS SANTOS LIVRARIA E PAPELARIA** - CNPJ**: 05.255.167/0001-17,** vencedora dos itens **6 - 11 - 12 - 13 - 14,** valor total finalizado de R$: 12.654,00 (Doze Mil Seiscentos e Cinquenta e Quatro Reais). Valor Total da Licitação R$: **54.210,30 (Cinquenta e Quatro Mil Duzentos e Dez Reais Trinta Centavos).**
Para maiores informações, no endereço Av. Condor, nº 2588, Centro, na sala de pregões da Prefeitura Municipal de Cujubim, Estado de Rondônia, ou pelo telefone (69) 3582 2004 / 2062.
Item fracassado: **17**

Cujubim/RO, 29 de Novembro de 2023.

SERGIO HENRIQUE S. ZUCCOLOTTO
Pregoeiro

Publicado por:
Sérgio Henrique Santuzzi Zuccolotto
Código Identificador:B8EB9EFA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.485 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CUJUBIM, ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 65, da Lei Orgânica do Município,

Faz Saberque a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional especial na importância de**R$20.000,00**, distribuídos as seguintes dotações:

02 09 01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
550 20.122.0002.2009.0000 GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS 20.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 0 1 500
1 Recursos do Exercício Corrente
002 001 RECURSOS LIVRES

Art. 2ºO crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Excesso: R$20.000,00

Fontes de Recurso
1 500 20.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Projeto de Lei nº 073/2023
Autógrafo de Lei nº 86/2023

Publicado por:
Ginara Rosa Florintino
Código Identificador:6565A4E2

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 94/2022

Processo Administrativo nº 1-832/2022. Contrato Administrativo nº 94/2022, firmado entre o MUNICÍPIO DE CUJUBIM/RO, ora Contratante, com a interveniência da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, e a empresa EDITORA JORNALÍSTICA MADEIRÃO EIRELI, CNPJ nº 18.693.751/0001-04, ora Contratada. Objeto Contratado: Publicação de atos oficiais em jornal de grande circulação estadual, para publicação de editais de licitação e outros atos oficiais, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda. **Objeto do Aditivo: Prorrogação da vigência pelo mesmo período incialmente pactuado, 12 (doze) meses.** Renovação de valor. Celebrado em 29/11/2023. AMPARO LEGAL: Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

JOÃO BECKER
Prefeito de Cujubim

Publicado por:
Ginara Rosa Florintino
Código Identificador:99557D03

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PROCESSO Nº 1185/2023

O **Prefeito do Município de Cujubim**, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista dos pareceres da Comissão Permanente de Licitação e da Procuradoria, resolve:

ADJUDICAR E HOMOLOGAR nos termos do Art. 43, Inciso VI da Lei Federal nº: 8.666/93 e posteriores alterações, a presente Licitação nestes termos.
Processo Administrativo de nº 1185/2023.
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 016/2023.

Objeto: Contratação de serviçosespecializadosparaarealização de capacitação e novos do conselho tutelar, eleitos para o mandato de 2024/2028, Curso Conselho Tutelar: atuação, desafios e atribuições do Conselho Tutelar no sistema de garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Data Homologação: 29/11/2023

Valor Total R$: 3.500,00 (Três Mil e Quinhentos Reais).
Empresa: L R PARAISO AGROPECUÁRIA LTDA
CNPJ: 44.551.996/0001-07

Autorizo a emissão da nota de empenho correspondente.

Cujubim – RO, 29 de Novembro de 2023.

JOÃO BECKER
Prefeito do Município de Cujubim/RO

Publicado por:
Sérgio Henrique Santuzzi Zuccolotto
Código Identificador:29B102B1

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA

GABINETE
TERMO DE RATIFICAÇÃO N°46/2023 PROCESSO Nº 01265/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2023

TERMO DE RATIFICAÇÃO N°46/2023
PROCESSONº 01265/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023
PROCESSO LICITATÓRIONº 029/2023

OBJETO: Aquisição de 01 (um) veiculo tipo van, por meio de Adesão à Ata de Registro de Preço n°009/2023, Pregão Eletrônico n°013/2023 processo licitatório n°029/2023, sendo a ata pertencente ao Consórcio Intermunicipal Multifinalitário para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas - CODANORTE, para atender as necessidades da Secretaria Municipal De Saúde.

OSecretárioMunicipalde Saúdejuntamente com oExecutivo Do Município De Governador Jorge Teixeira/RO, no uso de suas atribuições que lhe conferem a legislação vigente e conforme decreto n°.8776/GAB/2022, torna público para conhecimento de todos, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, a ratificação da adesão a Ata De Registro De Preços n°009/2023 do Pregão Eletrônico n°013/2023, considerandoo Ofício(ID 147495)da secretaria de solicitação à empresa de interesse em fornecer o item por meio de adesão a ARP, o aceite da empresa(ID 149923),o Ofício(ID 147469)da secretaria ao CODANORTE sobre a possibilidade de anuência à ata de registro de preços,resposta de aceite do CODANORTE(ID 149920)eoResumo 1 de 23/11/2023 (ID 151070)que RATIFICA e AUTORIZA a despesa, conformeParecer Jurídico 394 de 24/11/2023 (ID 151653),emfavor da empresa e valor total abaixo:

Empresa Detentora: CKS COMÉRCIO DE VEICULOS LTDA; CNPJ: 30.330.883/0001-69
Valor total: R$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais).

Governador Jorge Teixeira/RO, 27de novembro de 2023.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

DIEGO MAMEDIO DOS SANTOS
Secretário Municipal De Saúde

Publicado por:
Wanesa Silva Lima
Código Identificador:F8991577

GABINETE
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 243/GP/2023 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 243/GP/2023
DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE ORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATON°0188/GP/2023DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO: Comunicação Interna 294/SEMSAU/2023(ID 152528).

GILMAR TOMAZ DE SOUZA, Prefeito de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais definidas na Lei Orgânica Municipal.

Com base no Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/2002.

RESOLVE

Art. 1º -Ordenar a comissão de fiscalização do contraton°0188/GP/2023, do Pregão Eletrônico n°013/2023,referente à aquisição de 01 (um) veiculo tipo van, em Adesão a Ata De Registro

De Preços nº 009/CODANORTE/2023,que celebram oFundo Municipal De Saúde De Governador Jorge Teixeira/ROe a empresa CKS VEÍCULOS ESPECIAISda Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º- Ficam designadospara compor a referida Comissão, os seguintes servidores:

Joana D arc Aparecida Gomes Vieira, CPF n° 729.***.***-53denominadofiscal;
Henricley Gomes dos Santos, CPF n° 008.***.***-98denominadosuplente;
A gestão do contrato ficará sob a responsabilidade da servidora Cristiane Sampaio de Almeida, portadora do CPF nº 905.***.***-04.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE,

Gabinete do Prefeito do Município De Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia,aos 28 (vinte e oito) dias do mês de novembro de 2023.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

DIEGO MAMEDIO DO SANTOS
Secretário Municipal De Saúde

Publicado por:
Wanesa Silva Lima
Código Identificador:013AB532

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO N°0188/2023 CONTRATO N°0188/GP/2023 PROCESSO N°1265/2023

EXTRATO DE CONTRATO N°0188/2023
CONTRATO N°0188/GP/2023
PROCESSO N°1265/2023

CONTRATANTE:FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.502.951/0001-85
CONTRATADO: CKS VEICULOS ESPECIAIS LTDA
CNPJ: 30.330.883/0001-69

OBJETO: Adesão à ata de registro de preços 009/CODANORTE/2023, para aquisição de veículo tipo Van.
VALOR: R$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais).
FISCALIZAÇÃO: Fica designada comissão de gestão e fiscalização do contrato, conformePortaria 243 de 28/11/2023 (ID 152536).
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº013/2023.
DA VIGÊNCIA CONTRATUAL: A vigência deste contrato será de 12 meses.

Governador Jorge Teixeira/RO,29 de novembro de 2023.

Prefeitura do Município de Governador Jorge Teixeira
GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito
Contratante

Publicado por:
Wanesa Silva Lima
Código Identificador:D612293A

GABINETE
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 242/GP/2023 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 242/GP/2023
DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE ORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATON°0187/GP/2023DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO:Comunicação Interna 292 de 24/11/2023 (ID 151679).

GILMAR TOMAZ DE SOUZA, Prefeito de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais definidas na Lei Orgânica Municipal.

Com base no Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/2002.

RESOLVE

Art. 1º -Ordenar a comissão de fiscalização do contraton°0187/GP/2023, do Pregão Eletrônico n°013/2023,referente à aquisição de 01(um) veiculo Ambulância tipo C, em Adesão a Ata De Registro De Preços Nº 009/CODANORTE/2023,que celebram oFundo Municipal De Saúde De Governador Jorge Teixeira/ROe a empresa CKS COMÉRCIO DE VEICULOS LTDAda Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º- Ficam designadospara compor a referida Comissão, os seguintes servidores:

Joana D arc Aparecida Gomes Vieira, CPF n° 729.***.***-53denominadofiscal;
Henricley Gomes dos Santos, CPF n° 008.***.***-98denominadosuplente;
A gestão do contrato ficará sob a responsabilidade da servidora Cristiane Sampaio de Almeida, portadora do CPF nº 905.***.***-04.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE,

Gabinete do Prefeito do Município De Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia,aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de novembro de 2023.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

DIEGO MAMEDIO DO SANTOS
Secretário Municipal De Saúde

Publicado por:
Wanesa Silva Lima
Código Identificador:3273471D

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO N°0187/2023 CONTRATO N°0187/GP/2023 PROCESSO N°1258/2023

EXTRATO DE CONTRATO N°0187/2023
CONTRATO N°0187/GP/2023
PROCESSO N°1258/2023

CONTRATANTE:FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.502.951/0001-85
CONTRATADO: CKS VEICULOS ESPECIAIS LTDA
CNPJ: 30.330.883/0001-69

OBJETO: Adesão à ata de registro de preços 009/CODANORTE/2023, para aquisição de veículo ambulância tipo C.
VALOR: R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais).
FISCALIZAÇÃO: Fica designada comissão de gestão e fiscalização do contrato, conformePortaria 242 de 24/11/2023 (ID 151534).
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº013/2023.
DA VIGÊNCIA CONTRATUAL: A vigência deste contrato será de 12 meses.

Governador Jorge Teixeira/RO, 29 de novembro de 2023.

Prefeitura do Município de Governador Jorge Teixeira
GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito
Contratante

Publicado por:
Wanesa Silva Lima
Código Identificador:6E37E1E7

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
PORTARIA Nº. 230/CMGM/2023

PORTARIA Nº. 230/CMGM/2023 24 de outubro de 2023

Autoriza a concessão de diárias ao vereador **Carlos Alberto Dias do Nascimento,** visando deslocamento para **Porto Velho/RO,** no período de **24 a 26 de outubro de 2023.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM (RO) no uso das atribuições e prerrogativas legais que lhe confere o art. 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 16, Parágrafo Único, Inciso XXX do Regimento Interno da Casa e ainda o disposto na Lei nº 1.902/GAB/PREF/16 de 03 de junho de 2016, baixa o seguinte:

RESOLVE:

Art. 1º- Autoriza a concessão de **03** (**três)** diária (s), no valor de R$ 1.950,00 (mil, novecentos e cinquenta reais) conforme nota de empenho nº 573, ao vereador **Carlos Alberto Dias do Nascimento**, participar de reuniões em Órgãos Governamentais Semagrip, Der, Sesau, Sejus e no Gabinete do Dep. Jean Oliveira, nos dias 24 a 26 de outubro de 2023, em Porto Velho/RO.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO VANDERLEI DE MELO
Presidente/CMGM/RO

Publicado por:
Fernanda Silva Abiorana
Código Identificador:2C2A93D2

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
PORTARIA Nº. 232/CMGM/2023

PORTARIA Nº. 232/CMGM/2023 24 de outubro de 2023

Autoriza a concessão de diárias ao servidor **Mauricelio Correia Lopes,** visando deslocamento para **Porto Velho/RO,** no período de **24 a 26 de outubro de 2023.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM (RO) no uso das atribuições e prerrogativas legais que lhe confere o art. 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 16, Parágrafo Único, Inciso XXX do Regimento Interno da Casa e ainda o disposto na Lei nº 1.902/GAB/PREF/16 de 03 de junho de 2016, baixa o seguinte:

RESOLVE:

Art. 1º- Autoriza a concessão de **03** (**três)** diária (s), no valor de **R$1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais)** conforme nota de empenho nº 576 ao servidor **Mauricelio Correia Lopes,** para conduzir veículo oficial com o vereador Augustinho Figueiredo e assessora Camila Oliveira, para participar de reuniões em Órgãos Governamentais na Sesdec, Seduc, Der, Sedec, Sesau, Sejus, Energisa, Ale - Gabinete Dep. Ismael Crispin, nos dias 24 a 26 de outubro de 2023, em Porto Velho-RO.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO VANDERLEI DE MELO
Presidente/CMGM/RO

Publicado por:
Fernanda Silva Abiorana
Código Identificador:BA4397BA

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
PORTARIA Nº. 233/CMGM/2023

PORTARIA Nº. 233/CMGM/2023 24 de outubro de 2023

Autoriza a concessão de diárias ao servidor **Adanildson Sicsu Gomes,** visando deslocamento para **Porto Velho/RO,** no período de **24 a 26 de outubro de 2023.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM (RO) no uso das atribuições e prerrogativas legais que lhe confere o art. 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 16, Parágrafo Único, Inciso XXX do Regimento Interno da Casa e ainda o disposto na Lei nº 1.902/GAB/PREF/16 de 03 de junho de 2016, baixa o seguinte:

RESOLVE:

Art. 1º- Autoriza a concessão de **03** (**três)** diária (s), no valor de **R$1.950,00 (mil, novecentos e cinquenta reais)** conforme nota de empenho nº 578 ao vereador Adanildson Sicsu Gomes**,** para participar de reuniões em Órgãos Governamentais na Sejus, Semagrip, Sesau, Projeto Pintando a Liberdade e Der, nos dias 24 a 26 de outubro de 2023 em Porto Velho-RO.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO VANDERLEI DE MELO
Presidente/CMGM/RO

Publicado por:
Fernanda Silva Abiorana
Código Identificador:71A0E7C7

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
PORTARIA Nº. 234/CMGM/2023

PORTARIA Nº. 234/CMGM/2023 24 de outubro de 2023

Autoriza a concessão de diárias à servidora **Camila Oliveira de Moura,** visando deslocamento para **Porto Velho/RO,** no período de **24 a 26 de outubro de 2023.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM (RO) no uso das atribuições e prerrogativas legais que lhe confere o art. 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 16, Parágrafo Único, Inciso XXX do Regimento Interno da Casa e ainda o disposto na Lei nº 1.902/GAB/PREF/16 de 03 de junho de 2016, baixa o seguinte:

RESOLVE:

Art. 1º- Autoriza a concessão de **03** (**três)** diária (s), no valor de **R$1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais)** conforme nota de empenho nº 579 à servidora **Camila Oliveira de Moura,** paraparticipar e assessorar o vereador Augustinho Figueiredo, em reuniões de instituições e Órgãos Governamentais no município de Porto Velho-RO. Sesdec, Seduc, Der, Sedec, Sesau, Sejus, Energisa, Ale - Gabinete Dep. Ismael Crispin, nos dias 24 a 26 de outubro de 2023 em Porto Velho-RO.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO VANDERLEI DE MELO
Presidente/CMGM/RO

Publicado por:
Fernanda Silva Abiorana
Código Identificador:0A72CEFF

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
PORTARIA Nº. 235/CMGM/2023

PORTARIA Nº. 235/CMGM/2023 24 de outubro de 2023

Autoriza a concessão de diárias ao vereador **Alexandro Dos Santos Lopes,** visando deslocamento para **Porto Velho/RO,** no período de **24 a 26 de outubro de 2023.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM (RO) no uso das atribuições e prerrogativas legais que lhe confere o art. 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 16, Parágrafo Único, Inciso XXX do Regimento Interno da Casa e ainda o disposto na Lei nº 1.902/GAB/PREF/16 de 03 de junho de 2016, baixa o seguinte:

RESOLVE:

Art. 1º- Autoriza a concessão de **03** (**três)** diária (s), no valor de **R$1.950,00 (mil, novecentos e cinquenta reais)** conforme nota de empenho nº 580 ao vereador **Alexandro Dos Santos Lopes,** para participar de reuniões de Instituições e Órgãos Governamentais no Município de Porto Velho-RO. Assembleia Legislativa Gab. deputado Marcelo Cruz e o Coordenador Estadual De Projetos Do Estado De Rondônia - Seosp, Francisco Meleiro Neto, nos dias 24 a 26 de outubro de 2023 em Porto Velho-RO.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO VANDERLEI DE MELO
Presidente/CMGM/RO

Publicado por:
Fernanda Silva Abiorana
Código Identificador:13B6F1D9

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
PORTARIA Nº. 236/CMGM/2023

PORTARIA Nº. 236/CMGM/2023 24 de outubro de 2023

Autoriza a concessão de diárias ao servidor **Bruno Carneiro De Oliveira,** visando deslocamento para **Porto Velho/RO,** no período de **24 a 26 de outubro de 2023.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM (RO),no uso das atribuições e prerrogativas legais que lhe confere o art. 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 16, Parágrafo Único, Inciso XXX do Regimento Interno da Casa e ainda o disposto na Lei nº 1.902/GAB/PREF/16 de 03 de junho de 2016, baixa o seguinte:

RESOLVE:

Art. 1º- Autoriza a concessão de **03** (**três)** diária (s), no valor de **R$1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais)** conforme nota de empenho nº 577 ao servidor **Bruno Carneiro De Oliveira,** para conduzir veículo oficial com os vereadores Carlos Alberto Dias Do Nascimento Adanildson Sicsu Gomes, Romerito Pereira e Assessora Rebeca Dos Santos, para a cidade de Porto-velho RO no período de 24 a 26 de outubro, para participar de reuniões nos devidos órgãos/entidades, Semagric, Der/Ro, Sesau, Sejus e no Gabinete Do Deputado Jean Oliveira.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO VANDERLEI DE MELO
Presidente/CMGM/RO

Publicado por:
Fernanda Silva Abiorana
Código Identificador:9703EEB5

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
PORTARIA Nº. 237/CMGM/2023

PORTARIA Nº. 237/CMGM/2023 25 de outubro de 2023

Autoriza a concessão de diárias ao servidor **Franciney Cardoso Teixeira Júnior,** visando deslocamento para **Porto Velho/RO,**no período de **25 a 27 de outubro de 2023.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM (RO),no uso das atribuições e prerrogativas legais que lhe confere o art. 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 16, Parágrafo Único, Inciso XXX do Regimento Interno da Casa e ainda o disposto na Lei nº 1.902/GAB/PREF/16 de 03 de junho de 2016, baixa o seguinte:

RESOLVE:

Art. 1º- Autoriza a concessão de **03** (**três)** diária (s), no valor de **R$1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais)** conforme nota de empenho nº 581 ao servidor **Franciney Cardoso Teixeira Júnior,** paraparticipar de treinamento nos dias 25, 26 e 27 de outubro de 2023, referente ao Sistema Integrado de Protocolo e Trâmite de Processo do Setores Administrativo e Legislativo na Sede da Empresa Publica Tecnologia da Informação, em Ariquemes/RO, empresa essa que presta serviços de Sistemas a Câmara Municipal de Guajará-Mirim, nos dias 25 a 27 de outubro de 2023.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO VANDERLEI DE MELO
Presidente/CMGM/RO

Publicado por:
Fernanda Silva Abiorana
Código Identificador:E7FD7D36

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
PORTARIA Nº. 238/CMGM/2023

PORTARIA Nº. 238/CMGM/2023 25 de outubro de 2023

Autoriza a concessão de diárias ao vereador Wen Cacami Cao Orowaje**,** visando deslocamento para **Comunidades Índígenas em Guajará-Mirim,** no período de **25 a 27 de outubro de 2023.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM (RO) no uso das atribuições e prerrogativas legais que lhe confere o art. 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 16, Parágrafo Único, Inciso XXX do Regimento Interno da Casa e ainda o disposto na Lei nº 1.902/GAB/PREF/16 de 03 de junho de 2016, baixa o seguinte:

RESOLVE:

Art. 1º- Autoriza a concessão de **03** (**três)** diária (s), no valor de **R$1.950,00 (mil, novecentos e cinquenta reais)** conforme nota de empenho nº 582 ao vereador Wen Cacami Cao Orowaje**,** para fiscalizar serviços em Comunidades Indígenas; Baia da Coca, Pedral, Urussari, Ricardo Franco, Mata Verde, Baia Rica e no Distrito de Surpresa, nos dias 25 a 27 de outubro de 2023.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO VANDERLEI DE MELO
Presidente/CMGM/RO

Publicado por:
Fernanda Silva Abiorana
Código Identificador:2BF3BD21

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
PORTARIA Nº. 239/CMGM/2023

PORTARIA Nº. 239/CMGM/2023 25 de outubro de 2023

Autoriza a concessão de diárias ao servidor Maycon Souza de Castro, visando deslocamento para Comunidades Índígenas em Guajará-Mirim,no período de 25 a 27 de outubro de 2023.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM (RO) no uso das atribuições e prerrogativas legais que lhe confere o art. 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 16, Parágrafo Único, Inciso XXX do Regimento Interno da Casa e ainda o disposto na Lei nº 1.902/GAB/PREF/16 de 03 de junho de 2016, baixa o seguinte:

RESOLVE:

Art. 1º-Autoriza a concessão de **03** (**três)** diária (s), no valor de **R$ 1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais)** conforme nota de empenho nº 583 ao servidor Maycon Souza de Castro**,** para assessorar o vereador Wem Cacami, em fiscalizações em Comunidades Indígenas; Baia da Coca, Pedral, Urussari, Ricardo Franco, Mata Verde, Baia Rica e no Distrito de Surpresa. nos dias 25 a 27 de outubro de 2023.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO VANDERLEI DE MELO
Presidente/CMGM/RO

Publicado por:
Fernanda Silva Abiorana
Código Identificador:6F7F6F13

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
PORTARIA Nº. 240/CMGM/2023

PORTARIA Nº. 240/CMGM/2023 27 de outubro de 2023

Autoriza a concessão de diárias ao vereador Raimundo Braga Barroso**,** visando deslocamento para **Porto Velho/RO,** no período de **31/10 a 02/11 de 2023.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM (RO) no uso das atribuições e prerrogativas legais que lhe confere o art. 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 16, Parágrafo Único, Inciso XXX do Regimento Interno da Casa e ainda o disposto na Lei nº 1.902/GAB/PREF/16 de 03 de junho de 2016, baixa o seguinte:

RESOLVE:

Art. 1º- Autoriza a concessão de **03** (**três)** diária (s), no valor de **R$1.950,00 (mil, novecentos e cinquenta reais)** conforme nota de empenho nº 587 ao vereador Raimundo Braga Barroso**,** para participar de reuniões em Instituições e Órgãos Governamentais na Seduc, Sefin, Assembleia Legislativa, Hospital Do Amor e Sebrae, em Porto Velho-RO, nos dias 31/10 a 02/11/2023.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO VANDERLEI DE MELO
Presidente/CMGM/RO

Publicado por:
Fernanda Silva Abiorana
Código Identificador:77104FD6

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
PORTARIA Nº. 241/CMGM/2023

PORTARIA Nº. 241/CMGM/2023 27 de outubro de 2023

Autoriza a concessão de diárias ao servidor Bruno Carneiro de Oliveira**,** visando deslocamento para **Porto Velho/RO,** no período de **31/10 a 02/11 de 2023.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM (RO) no uso das atribuições e prerrogativas legais que lhe confere o art. 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 16, Parágrafo Único, Inciso XXX do Regimento Interno da Casa e ainda o disposto na Lei nº 1.902/GAB/PREF/16 de 03 de junho de 2016, baixa o seguinte:

RESOLVE:

Art. 1º- Autoriza a concessão de **03** (**três)** diária (s), no valor de**R$1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais)** conforme nota de empenho nº 595 ao servidor Bruno Carneiro de Oliveira**,** para conduzir veículo oficial com os vereadores João Vanderlei de Melo, Raimundo Braga Barroso, Kerling Aparecido Moreira e a servidora Aline Macedo De Menezes, em reuniões nos Órgãos Governamentais, Seduc, Sefin, Assembleia Legislativa, Hospital do Amor e Sebrae, nos dias 31/10 a 02/11 de 2023, em Porto Velho-RO.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO VANDERLEI DE MELO
Presidente/CMGM/RO

Publicado por:
Fernanda Silva Abiorana
Código Identificador:B04DD0EF

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
PORTARIA Nº. 242/CMGM/2023

PORTARIA Nº. 242/CMGM/2023 27 de outubro de 2023

Autoriza a concessão de diárias à servidora Aline Macedo de Menezes**,** visando deslocamento para **Porto Velho/RO,** no período de **31/10 a 02/11 de 2023.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM (RO) no uso das atribuições e prerrogativas legais que lhe confere o art. 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 16, Parágrafo Único, Inciso XXX do Regimento Interno da Casa e ainda o disposto na Lei nº 1.902/GAB/PREF/16 de 03 de junho de 2016, baixa o seguinte:

RESOLVE:

Art. 1º- Autoriza a concessão de **03** (**três)** diária (s), no valor de **R$1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais)** conforme nota de empenho nº 589 à servidora Aline Macedo de Menezes**,** participar de reuniões junto aos vereadores em Órgãos Governamentais na Seduc, Sefin, Assembleia Legislativa, Hospital do Amor e Sebrae, nos dias 31/10 a 02/11 de 2023.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO VANDERLEI DE MELO
Presidente/CMGM/RO

Publicado por:
Fernanda Silva Abiorana
Código Identificador:59661F86

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
PORTARIA Nº. 243/CMGM/2023

PORTARIA Nº. 243/CMGM/2023 27 de outubro de 2023

Autoriza a concessão de diárias ao vereador Kerling Aparecido Moreira**,** visando deslocamento para **Porto Velho/RO,**no período de **31/10 a 02/11 de 2023.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM (RO) no uso das atribuições e prerrogativas legais que lhe confere o art. 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 16, Parágrafo Único, Inciso XXX do Regimento Interno da Casa e ainda o disposto na Lei nº 1.902/GAB/PREF/16 de 03 de junho de 2016, baixa o seguinte:

RESOLVE:

Art. 1º- Autoriza a concessão de **03 (três)** diária (s), no valor de **R$1.950,00 (mil, novecentos e cinquenta reais)** conforme nota de empenho nº 590 ao vereador Kerling Aparecido Moreira**,** para participar de reuniões em Instituições e Órgãos Governamentais na Seduc, Sefin, Assembleia Legislativa, Hospital Do Amor e Sebrae, em Porto Velho/RO, nos dias 31/10 a 02/11/2023.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO VANDERLEI DE MELO
Presidente/CMGM/RO

Publicado por:
Fernanda Silva Abiorana
Código Identificador:99F08472

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
PORTARIA Nº. 244/CMGM/2023

PORTARIA Nº. 244/CMGM/2023 27 de outubro de 2023

Autoriza a concessão de diárias ao servidor Gabriel da Silva Penha**,** visando deslocamento para **Porto Velho/RO,** no período de **31/10 a 02/11 de 2023.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM (RO) no uso das atribuições e prerrogativas legais que lhe confere o art. 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 16, Parágrafo Único, Inciso XXX do Regimento Interno da Casa e ainda o disposto na Lei nº 1.902/GAB/PREF/16 de 03 de junho de 2016, baixa o seguinte:

RESOLVE:

Art. 1º- Autoriza a concessão de **03 (três)** diária (s), no valor de **R$1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais)** conforme nota de empenho nº 591 ao servidor Gabriel da Silva Penha**,** para assessorar os vereadores Raimundo Braga Barroso, Kerling Aparecido Moreira e o Presidente da Câmara Municipal de Guajará-Mirim, em Reuniões nos Órgãos Governamentais, na Seduc, Sefin, Assembleia Legislativa, Hospital do Amor e Sebrae, nos dias 31/10 a 02/11/2023 em Porto Velho/RO.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO VANDERLEI DE MELO
Presidente/CMGM/RO

Publicado por:
Fernanda Silva Abiorana
Código Identificador:1D09A5C5

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
PORTARIA Nº. 245/CMGM/2023

PORTARIA Nº. 245/CMGM/2023 27 de outubro de 2023

Autoriza a concessão de diárias ao servidor Elivando de Oliveira Brito, visando deslocamento para Porto Velho/RO, no período de 04 a 09 e novembro de 2023.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM (RO) no uso das atribuições e prerrogativas legais que lhe confere o art. 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 16, Parágrafo Único, Inciso XXX do Regimento Interno da Casa e ainda o disposto na Lei nº 1.902/GAB/PREF/16 de 03 de junho de 2016, baixa o seguinte:

RESOLVE:

Art. 1º- Autoriza a concessão de **2 e 1/2 (duas diárias e meia)**, no valor de **R$1.125,00 (mil, cento e vinte e cinco reais)** conforme nota de empenho nº 596 ao servidor Elivando de Oliveira Brito**,** para participar do III Fórum de Controladores Internos: O Sistema de Controle Interno Agregando Valor à Gestão Pública, no Auditório do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, nos dias 04 a 09 de novembro de 2023, em Porto Velho/RO.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO VANDERLEI DE MELO
Presidente/CMGM/RO

Publicado por:
Fernanda Silva Abiorana
Código Identificador:FF9A68F8

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
PORTARIA Nº. 246/CMGM/2023

PORTARIA Nº. 246/CMGM/2023 27 de outubro de 2023

Autoriza a concessão de diárias ao vereador Alexandre Filipe Domingos de Melo**,** visando deslocamento para Porto Velho/RO**,**no período de 27 a 29 de outubro de 202**3.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM (RO)no uso das atribuições e prerrogativas legais que lhe confere o art. 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 16, Parágrafo Único, Inciso XXX do Regimento Interno da Casa e ainda o disposto na Lei nº 1.902/GAB/PREF/16 de 03 de junho de 2016, baixa o seguinte:

RESOLVE:

Art. 1º-Autorizaa concessão de**03 (três diárias)**, no valor de**R$1.950,00 (mil novecentos e cinquentas reais)** conforme nota de empenho nº 593 ao vereador Alexandre Filipe Domingos de Melo**,** para participar e representar a 4° Conferencia Estadual da Juventude na Sejucel, em Ji-Paraná/RO, nos dias 27 a 29 de outubro de 2023.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO VANDERLEI DE MELO
Presidente/CMGM/RO

Publicado por:
Fernanda Silva Abiorana
Código Identificador:2744133F

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
PORTARIA Nº. 247/CMGM/2023

PORTARIA Nº. 247/CMGM/2023 27 de outubro de 2023

Autoriza a concessão de diárias ao vereador Willyams Souza Rodrigues Chaves**,** visando deslocamento para **Ji-Paraná/RO,** no período de **28 a 30 de outubro de 2023.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM (RO) no uso das atribuições e prerrogativas legais que lhe confere o art. 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 16, Parágrafo Único, Inciso XXX do Regimento Interno da Casa e ainda o disposto na Lei nº 1.902/GAB/PREF/16 de 03 de junho de 2016, baixa o seguinte:

RESOLVE:

Art. 1º- Autoriza a concessão de **03 (três diárias),** no valor de **R$1.950,00 (mil, novecentos e cinquenta reais)** conforme nota de empenho nº 594 ao vereador Willyams Souza Rodrigues Chaves**,** para participar e representar a 4° Conferencia Estadual da Juventude na Sejucel, em Ji-Paraná/RO, nos dias 27 a 29 de outubro de 2023.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO VANDERLEI DE MELO
Presidente/CMGM/RO

Publicado por:
Fernanda Silva Abiorana
Código Identificador:9066A7F7

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
PORTARIA Nº. 248/CMGM/2023

PORTARIA Nº. 248/CMGM/2023 27 de outubro de 2023

Autoriza a concessão de diárias ao servidor Paulo Rocha Nunes**,** visando deslocamento para **Ji-Paraná/RO,** no período de **27 a 29 de outubro de 2023.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM (RO) no uso das atribuições e prerrogativas legais que lhe confere o art. 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 16, Parágrafo Único, Inciso XXX do Regimento Interno da Casa e ainda o disposto na Lei nº 1.902/GAB/PREF/16 de 03 de junho de 2016, baixa o seguinte:

RESOLVE:

Art. 1º- Autoriza a concessão de **03 (três diárias),** no valor de **R$1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais)** conforme nota de empenho nº 592 ao servidor Paulo Rocha Nunes**,** para assessorar o vereador Alexandre Melo, na Conferência Estadual da Juventude, na Sejucel em Ji-Paraná/RO, nos dias 27 a 29 de outubro de 2023.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO VANDERLEI DE MELO
Presidente/CMGM/RO

Publicado por:
Fernanda Silva Abiorana
Código Identificador:495C9DE3

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
PORTARIA Nº. 249/CMGM/2023

PORTARIA Nº. 249/CMGM/2023 27 de outubro de 2023

Autoriza a concessão de diárias ao servidor Bruno Carneiro de Oliveira**,** visando deslocamento para **Ji-Paraná/RO,** no período de 27 a 29 de outubro de 202**3.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM (RO) no uso das atribuições e prerrogativas legais que lhe confere o art. 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 16, Parágrafo Único, Inciso XXX do Regimento Interno da Casa e ainda o disposto na Lei nº 1.902/GAB/PREF/16 de 03 de junho de 2016, baixa o seguinte:

RESOLVE:

Art. 1º- Autoriza a concessão de **03 (três diárias),** no valor de **R$1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais)** conforme nota de empenho nº 588 ao servidor Bruno Carneiro de Oliveira**,** para conduzir o veículo oficial com os vereadores Alexandre Melo, Willyams Souza e o assessor Paulo Rocha, para 4º Conferência Estadual da Juventude, no Governo do Estado de Rondônia, em Ji-Paraná/RO, nos dias 27 a 29 de outubro de 2023.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO VANDERLEI DE MELO
Presidente/CMGM/RO

Publicado por:
Fernanda Silva Abiorana
Código Identificador:52B27B5F

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
PORTARIA Nº. 250/CMGM/2023

PORTARIA Nº. 250/CMGM/2023 27 de outubro de 2023

Autoriza a concessão de diárias ao servidor Rafael Artur da Costa Manso**,** visando deslocamento para **Porto-Velho/RO,** no período de **07 a 09 de novembro de 2023.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM (RO) no uso das atribuições e prerrogativas legais que lhe confere o art. 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 16, Parágrafo Único, Inciso XXX do Regimento Interno da Casa e ainda o disposto na Lei nº 1.902/GAB/PREF/16 de 03 de junho de 2016, baixa o seguinte:

RESOLVE:

Art. 1º- Autoriza a concessão de **03 (três diárias),** no valor de **R$1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais)** conforme nota de empenho nº 597 ao servidor Rafael Artur da Costa Manso, para participar do III Fórum de Controladores Internos: O Sistema de Controle Interno Agregando Valor à Gestão Pública, no Auditório do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, nos dias 07 a 09 de novembro de 2023, em Porto Velho/RO.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO VANDERLEI DE MELO
Presidente/CMGM/RO

Publicado por:
Fernanda Silva Abiorana
Código Identificador:F31CE566

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
PORTARIA Nº. 251/CMGM/2023

PORTARIA Nº. 251/CMGM/2023 27 de outubro de 2023

Autoriza a concessão de diárias ao servidor André Silva Nobre**,** visando deslocamento para **Porto-Velho/RO,** no período de **30/10 a 01 de novembro de 2023.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM (RO) no uso das atribuições e prerrogativas legais que lhe confere o art. 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 16, Parágrafo Único, Inciso XXX do Regimento Interno da Casa e ainda o disposto na Lei nº 1.902/GAB/PREF/16 de 03 de junho de 2016, baixa o seguinte:

RESOLVE:

Art. 1º- Autoriza a concessão de **03 (três diárias),** no valor de **R$1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais)** conforme nota de empenho nº 598 ao servidor André Silva Nobre, para Representar o vereador Francisco Oro Waram em reuniões nos Órgãos Governamentais em Porto Velho/RO, nos dias 30/10 a 01/11/2023.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO VANDERLEI DE MELO
Presidente/CMGM/RO

Publicado por:
Fernanda Silva Abiorana
Código Identificador:3AD1C7D5

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
PORTARIA Nº. 252/CMGM/2023

PORTARIA Nº. 252/CMGM/2023 30 de outubro de 2023

Autoriza a concessão de diárias à servidora Helen Deise de Melo Fernandes**,** visando deslocamento para **Ariquemes/RO,**no período de **31/10 a 02 de novembro de 2023.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM (RO) no uso das atribuições e prerrogativas legais que lhe confere o art. 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 16, Parágrafo Único, Inciso XXX do Regimento Interno da Casa e ainda o disposto na Lei nº 1.902/GAB/PREF/16 de 03 de junho de 2016, baixa o seguinte:

RESOLVE:

Art. 1º- Autoriza a concessão de **03 (três diárias),** no valor **$1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais)** conforme nota de empenho nº 599 à servidora Helen Deise de Melo Fernandes, para participar do curso do sistema e-proc na cidade de Ariquemes/RO, nos dias 31 de outubro, 01 e 02 de novembro de 2023.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO VANDERLEI DE MELO
Presidente/CMGM/RO

Publicado por:
Fernanda Silva Abiorana
Código Identificador:2BEE6D30

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
PORTARIA Nº. 253/CMGM/2023

PORTARIA Nº. 253/CMGM/2023 30 de outubro de 2023

Autoriza a concessão de diárias à servidora Camila Velozo de Souza**,** visando deslocamento para **Ariquemes/RO,** no período de **31/10 a 02 de novembro de 2023.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM (RO) no uso das atribuições e prerrogativas legais que lhe confere o art. 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 16, Parágrafo Único, Inciso XXX do Regimento Interno da Casa e ainda o disposto na Lei nº 1.902/GAB/PREF/16 de 03 de junho de 2016, baixa o seguinte:

RESOLVE:

Art. 1º- Autoriza a concessão de **03 (três diárias),** no valor de **R$1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais)** conforme nota de empenho nº 600 à servidora Camila Velozo de Souza, para participar do curso do sistema e-proc na cidade de Ariquemes/RO, nos dias 31 de outubro a 02 de novembro de 2023.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO VANDERLEI DE MELO
Presidente/CMGM/RO

Publicado por:
Fernanda Silva Abiorana
Código Identificador:3D42A51B

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
PORTARIA Nº. 254/CMGM/2023

PORTARIA Nº. 254/CMGM/2023 30 de outubro de 2023

Autoriza a concessão de diárias à servidora Dayane Silva Ferreira**,** visando deslocamento para **Ariquemes/RO,** no período de **31/10 a 02 de novembro de 2023.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM (RO) no uso das atribuições e prerrogativas legais que lhe confere o art. 32 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 16, Parágrafo Único, Inciso XXX do Regimento Interno da Casa e ainda o disposto na Lei nº 1.902/GAB/PREF/16 de 03 de junho de 2016, baixa o seguinte:

RESOLVE:

Art. 1º- Autoriza a concessão de **03 (três diárias),** no valor de **R$1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais)** conforme nota de empenho nº 601 à servidora Dayane Silva Ferreira, para participar do curso do sistema e-proc na cidade de Ariquemes/RO, nos dias 31 de outubro a 02 de novembro de 2023.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO VANDERLEI DE MELO
Presidente/CMGM/RO

Publicado por:
Fernanda Silva Abiorana
Código Identificador:CA5F89E4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2023
PROCESSO Nº 1277/SEMTAS/2023

OBJETO: Aquisição de Materiais Permanentes tipo Brinquedos Recreativos (Tobogã inflável e Campo de futebol inflável), Tendas (Piramidais e Sanfonadas), Caixas Térmicas, Mesas e cadeiras plásticas.

HOMOLOGAÇÃO

Com base nas informações constantes no Processo n° 1277/SEMTAS/2023, referente ao Pregão Eletrônico n° 43/2023, uma vez que foi consignada em ata a desistência do prazo recursal para estes itens, nos termos do artigo 43, inciso, VI, da Lei n° 8.666/93, ***HOMOLOGO*** o procedimento licitatório, em favor das empresas:

· **JS CONSULTORIA & ASSESSORIA LTDA**, inscrita no **CNPJ** nº 40.878.085/0001-20, no valor total de **R$ 22.700,00** (Vinte e dois mil e setecentos reais);

· **BOA ERA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no **CNPJ** nº 05.350.687/0001-09, no valor total de **R$ 19.032,00** (dezenove mil e trinta e dois reais).

· **F. GALDINO DA SILVA LTDA**, inscrita no **CNPJ** nº 32.681.123/0001-21, no valor total de **R$ 7.840,00** (sete mil oitocentos e quarenta reais).

· **I M PEREIRA**, inscrita no **CNPJ** nº 12.753.602/0001-07, no valor total de **R$ 19.143,50** (dezenove mil cento e quarenta e três reais e cinquenta centavos).

Publique-se.

1. Dê-se ciência do ora decidido pelos meios de divulgação admitidos em Lei. Guajará-Mirim, 22 de novembro de 2023.

2. **Maiores informações poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal na sala do Gabinete do Prefeito, sito à Av: XV de Novembro nº 930 – Bairro: Centro – Guajará-Mirim/RO, fone/fax: 69 3541-3583, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 14:00 horas.**

Guajará-Mirim/RO, 22 de novembro de 2023.

RAISSA DA SILVA PAES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Nazimeri Regis Cabral
Código Identificador:EE55999D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 15.184/GAB.PREF/2023 GUAJARÁ-MIRIM (RO), 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre a nomeação da Diretora da Divisão de Apoio aos Controles Sociais e dá outras providências.

RAISSA DA SILVA PAES, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.
D E C R E T O
Art. 1º-NOMEIAa senhora**JÉSSIKA NUNES RACHID**nocargo em**COMISSÃO**da Administração Municipal de Diretora da Divisão de Apoio aos Controles Sociais- SEMTAS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura**, com efeito a partir de 01 de dezembro de 2023,**revogadas as disposições em contrário, publique-se.

Palácio Pérola do Mamoré, 23 de novembro de 2023.

RAISSA DA SILVA PAES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Adriana de Souza Nascimento da Silva
Código Identificador:84F1AA03

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2023 PROCESSO Nº 111/2023
CELEBRAÇÃO: 28 DE NOVEMBRO DE 2023

PARTES:
MUNICIPIO DE GUAJARÁ-MIRIM RO, CNPJ 05.893.631/0001-09
PALOMA CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ de nº 03.957.604/0001-19

DO OBJETO-O presente termo de aditivo tem por objeto a prorrogação de prazopara prestação de serviços de reparo em revestimento de teto (forro) na E.M.E.I.E.F. José Carlos Neri.
DO PRAZO-O prazo da prorrogação será de 30 (trinta) dias a contar de 02 de novembro de 2023.
DA RATIFICAÇÃO-Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato não modificadas por este instrumento.

Guajará-Mirim, 29 de novembro de 2023.

PEDRO PAULO VALERIANO
Subprocurador Municipal

Publicado por:
Valbilene Tavares de Oliveira
Código Identificador:C615F9F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/23

ORDEM DE SERVIÇO N°. 001/2023

RAISSA DA SILVA PAES, PREFEITA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia, usando de suas prerrogativas e atribuições, contidas no artigo 58 da Lei Orgânica do Município, tendo o que consta na lei nº 2.377 de 13 de julho de 2021, à vista dos elementos constantes do Processo Administrativo n°. 1759/2022, que instaurou a TOMADA DE PREÇOS N° 016/CPL/2022 – Contratação de empresa para SERVIÇOS DE REPAROS NAS INSTALAÇÕES FÍSICAS ONDE FUNCIONAM: TURMA DE EXTENSÃO NA LOCALIDADE KM 22 ESTRADA BOM SOSSEGO; TURMA DE EXTENSÃO NA LOCALIDADE KM 70 RAMAL CACHOEIRINHA, no Município de Guajará-Mirim/RO – Conforme discriminação em Planilha Orçamentária e Memorial Descritivo constante no Projeto Básico.

RESOLVE:

I - Autorizar a Empresa GENIVAL SIMÃO LOPES SANTOS, inscrita no CNPJ nº 25.256.690/0001-75, com sede na Av. Dos Seringueiros, nº 3342, Bairro de Fátima, CEP 76.850-000, município de Guajará Mirim/RO,o prazo deexecução da obra e serviço é de 60 (sessenta) dias, o prazo estipulado para início da execução dos serviços é de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de expedição da ordem de serviço pela CONTRATANTE; durante a vigência deste, o prazo previsto para a execução da obra, poderá ser prorrogado, por solicitação da CONTRATADA e a critério da CONTRATANTE, conforme parágrafo 1°, art. 57 da Lei n°. 8.666/1993.

II - A presente autorização/solicitação é dada a título precário e pode ser revogada mediante ato deste ordenador de despesa, a qualquer momento, por motivo de interesse público, devidamente justificado.

III - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação das condições estabelecidas no PROJETO BÁSICO (ID 205257)

IV - Os serviços serão realizados de acordo com o Projeto Básico, a **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DE OBRAS**, conforme Decreto n° 13.569/2021, será responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guajará-Mirim/RO, 22 de novembro de 2023

RAISSA DA SILVA PAES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Elza Flores Demetrio de Souza
Código Identificador:F07B93CD

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 042/2023

REGISTRO DE PREÇO N.º **038/2023**
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º **859-08/2023.**

ITENS EXCLUSIVOS ME/EPP/MEI - 01, 02, 03 e 05.
AMPLA CONCORRÊNCIA - 04

Objeto: Aquisição deMaterial de Consumo (Água mineral sem gás, Água mineral com gás e cargas de gás liquefeito de petróleo de 13 kg e 45 kg).

VALOR MÁXIMO A SER LICITADO **R$: 191.005,48**

O Município de Itapuã do Oeste/RO, por seu Pregoeiro, designado pelo Decreto Municipal n.º 2412/GAB-PMIO/2022, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação:
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
Tipo: Menor Preço por ITEM.
Modo de Disputa: Aberto
O procedimento licitatório obedecerá integralmente a Lei Federal n.º 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024 2019, Decreto Municipal n.º 930/GAB-PMIO/2009 e, subsidiariamente a Lei Federal n.º 8.666/1993. Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Complementar n.º 147 de 07 de agosto de 2014 e no que couber o Decreto Federal n.º 8.538/2015; Portaria Interministerial Nº 424 de 30 DE Dezembro de 2016. Decreto Municipal 2063/2020.
Recebimento das propostas:

www.licitanet.com.br	**A partir de:**	**Até:**
Recebimento das Propostas	Publicação do edital. 30/11/2023	08h59min do dia 12/12/2023.
Início da Sessão Pública	09h00min do dia 12/12/2023.	
***Sempre no Horário de Brasília.**		

Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á disposição dos interessados no site supracitado, no site www.itapuadooeste.ro.gov.br, ou solicitado através de requerimento na Comissão de Pregão - Sala da Comissão Permanente de Licitação de Materiais, Obras e Serviços - CPLMOS, sito à Rua Ayrton Senna, 1425, Setor 01, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07h30min às 13h30min, para maiores informações através do telefone (69) 3231-2245 ou e-mail licitacao@itapuadooeste.ro.gov.br.

Itapuã do Oeste/RO, 29 de novembro de 2023.

ELIEZER BATISTA DA SILVA JÚNIOR
Pregoeiro
Decreto N.º 2412/GAB-PMIO/2022

Publicado por:
Eliezer Batista da Silva Junior
Código Identificador:036A1C5E

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS

A Prefeitura do Município de Itapuã do Oeste, no uso de suas atribuições legais, considerando o a autos do Processo Administrativo nº 253-03/2023, considerando a necessidade inadiável de excepcional interesse público o Credenciamento de Voluntário Profissional e Social, com fundamento na Lei Municipal nº 700 de 24 de Junho de 2019 e a Lei Municipal nº 715 de 26 de setembro de 2019 e Decreto Municipal nº 1989 de 24 de Julho de 2019 e revogada pelo Decreto nº 2278 de 05 de Maio de 2021, e alterado pelo Decreto nº 2291 de 27 de Maio de 2021 para prestar serviço voluntário ao Município na Secretaria Municipal de Saúde – SEMSAU e conforme as condições especiais estabelecidas no Edital e seus anexos. O credenciamento será por tempo determinado de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

OBS: O CANDIDATO CONVOCADO DEVERÁ COMPARECER COM A MÁXIMA URGÊNCIA NA SEDE DA PREFEITURA DO MUNICIPÍO DE ITAPUÃ DO OESTE, NO **SETOR DA SEMSAU**, NO DIA **04 á 06/12/2023**, NO HORÁRIO DE 7h30min ás 13h30min, PARA APRESENTAÇÃO DE TODOS OS DOCUMENTOS CONFORME A RELAÇÃO PRESENTE NO ANEXO I.

Nº DE INSCRIÇÃO	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO/COZINHEIRO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
79	FRANCISCA VANDA ARAÚJO FEITOSA HIRT	SEM PONTUAÇÃO	1º

Itapuã do Oeste/RO, 29 de novembro de 2023.

MARCIO BRUNE CHISTO
Secretário Municipal De Saúde – Semsau
Port. N.º 78/Gab-Pmio/2021

MOISÉS GARCIA CAVALHEIRO
Prefeito

ANEXO I

Relação de Documentos Necessários para o Credenciamento do Processo do Serviço Voluntário – 2023

01 (uma) foto 3x4 (recente);
Cópia da Carteira de Identidade (RG);
Cópia de Cadastro de Pessoa Física – CPF;
Cópia de Título de Eleitor;
Cópia do Comprovante de Residência atualizado;
Certidão negativa Civil e Certidão Negativa Criminal da Justiça Federal;
Certidão negativa de Ações Civeis e Criminais da Justiça Estadual;
Certidão negativa do Tribunal Superior Eleitoral;
Certidão negativa do Tribunal de Contas - RO;
Certidão negativa de Tributos Municipais de Itapuã do Oeste;
Certidão negativa de Tributos Estaduais – RO;
Certidão de Antecedentes Criminais da Polícia Federal;
Comprovante de Escolaridade de acordo com a vaga escolhida (diploma,certificado ou histórico);
Atestado de Saúde Física e Mental (expedido pelo Médico SUS)

Sr(a):_____
Cargo:_____Início das Atividades:___/___/___
Local de Trabalho:_____
Unidade Orçamentária:_____ _____

Publicado por:
Lucélia Maria Batista
Código Identificador:7CE30EF4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 433/GAB/PMIO/2023 ITAPUÃ DO OESTE, 27 DE NOVEMBRO DE 2023

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE - RO, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso Vl do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto e tendo em vista o disposto do Decreto nº 2344 de 23 de Agosto de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Substituir a servidoraMaria Ruth Gomes Alves Santos,Matricula Nº 4236, pela servidoraSandra Maria Mota

Rodrigues, Matricula Nº 4019, na composição daComissão Permanente de Gestão dos Processos Administrativos de Sindicância (PAS), Processos Administrativos de Sindicância Especial (PASE) e Processo Administrativo Disciplinar (PAD), designada pela Portaria**Nº407/GAB/PMIO/2023.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogando as disposições em contrário.

Registre-se!
Publique-se!
E Cumpra-se!

MOISES GARCIA CAVALHEIRO
Prefeito

Publicado por:
Lucélia Maria Batista
Código Identificador:CD67C0CE

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D´ OESTE

IMPREV
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO 012/2023.

PROCESSONº:0149/2023.

OBJETO: ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE REAVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL.***

NOME:**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE MACHADINHO D'OESTE, RO - IMPREV.**
A Presidente do Instituto Municipal de Previdência de Machadinho D'Oeste, RO -IMPREV, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 1.766/2018.

R E S O L V E:
"HOMOLOGAR E ADJUDICAR"o processonº 0149/2023, tendo como objeto a***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE REAVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL***.**Tendo sido declarado como VENCEDOR a Empresa:

ANDERSON DA S. R. COELHO CONSULTORIA E ASSESSORIA EIRELI
CNP:J 09.517.901/0001-20
R$ 13.000,00 (treze mil reais)..

Publique-se,
Registre-se.

Machadinho D'Oeste/RO, 27 de novembro de 2023.

Publicado por:
Kátia de Barros
Código Identificador:6922A75F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO N°277

EXTRATO DO CONTRATO

Contrato nº277 de **De 28/11/2023;**

Processo nº2384/2023;

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta e análises diárias de exames laboratoriais das Unidades Básicas de Saúde, Clinica da Mulher, CAPS e CER com base na Tabela Unificada do SIGTAP, em atender as necessidades da Secretária Municipal de Saúde no município de Machadinho D´Oeste/RO, conf. Mem. nº 697/2023;

Contratante**: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA;**

Contratado**: PSA CENTRO DIAGNOSTICO DA FAMILIA LTDA;**
CPF/CNPJ/MF do Contratadonº 41.827.724/0001-90;

Data de Assinatura do Contrato: 28/11/2023;

Prazo do Contrato:12 (doze) meses
CLÁUSULA QUINTA. DO PREÇO.O PREÇO GLOBAL DO PRESENTE CONTRATO É DE **R$364.656,00** (TREZENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS) NO QUAL JÁ SE ENCONTRAM INCLUÍDAS TODAS AS DESPESAS ESPECIFICADAS NA PROPOSTA DA CONTRATADA.

Programa de Trabalho:
Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento
II - Classificação Funcional: 10.302.0007.2052 (MAC);
III - Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 (Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica);
IV - Valor: R$ 30.388,00 (trinta mil e trezentos e oitenta e oito reais);
V - Fonte de Recursos: Fundo Municipal de Saúde/FMS;

Parágrafo único.O valor corresponde ao total para concluir o presente exercício financeiro de 2023, conforme Memorando 323/2023 (ID 477145), ficando condicionado que no exercício de 2024 será empenhado o restante da despesa.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Machadinho D'Oeste RO, 28 de novembro de 2023

Publicado por:
Amanda de Souza Castro
Código Identificador:F165EF49

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº:3132

EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº:3132

Licitação:PREGÃO ELETRÔNICO0049/23
Processo Licitação:1392/2023
Processo Empenho:3495/2023

Partes: Fundo Municipal de Saúde de Machadinho D'Oeste – RO – Contratante. CNPJ 19.047.937/0001-40;

NOME:ECOLIM EIRELI
C.N.P.J: 17.221.558/0001-08

OBJETO: 1° FILHOTE DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS**.**

VALOR EM R$ 3.319,10

Dotação Orçamentária:
02 -**EXECUTIVO MUNICIPAL**
04 -**SEC MUN DE SAUDE**
11 -**Fundo Mun. Saúde - 1° Bloco - Atenção Básica**
10.301.0008.1172.0000 **-SALDO REMANESCENTE PROPOSTAS EXERC. ANTERIORES LEI Nº 197/2022.**
3.3.90.30.00-**MATERIAL DE CONSUMO**
-DESPESAS CORRENTES000 **-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;**

Assinatura: **ALEXANDER ALVES GUIMARÃES**,**REPRESENTANTE LEGAL**, em 29/11/2023 às 11:07, horário de Machadinho D'Oeste/RO.

Local e Data: Machadinho D'Oeste - RO, 29 de novembro 2023

Publicado por:
Amanda de Souza Castro
Código Identificador:CAE68D9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº:3133

EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº:3133

Licitação:PREGÃO ELETRÔNICO0049/23
Processo Licitação:1392/2023
Processo Empenho:3495/2023

Partes: Fundo Municipal de Saúde de Machadinho D'Oeste – RO – Contratante. CNPJ 19.047.937/0001-40;

NOME:LICITA MAIS HOFFMANN LTDA
C.N.P.J: 50.202.063/0001-07;

OBJETO: 1° FILHOTE DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS**.**

VALOR EM R$ 14.614,99;

Dotação Orçamentária:
02 -**EXECUTIVO MUNICIPAL**
04 -**SEC MUN DE SAUDE**
11 -**Fundo Mun. Saúde - 1° Bloco - Atenção Básica**
10.301.0008.1172.0000 **-SALDO REMANESCENTE PROPOSTAS EXERC. ANTERIORES LEI Nº 197/2022.**
3.3.90.30.00-**MATERIAL DE CONSUMO**
-DESPESAS CORRENTES000 **-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Assinatura: **KENNEA ARIANA PEREIRA TEIXEIRA NUNES**,**ANALISTA DE LICITAÇÃO**, em 28/11/2023 às 13:34, horário de Machadinho D'Oeste/RO.

Local e Data: Machadinho D'Oeste - RO, 29 de novembro 2023

Publicado por:
Amanda de Souza Castro
Código Identificador:BF43F73D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº: 3134

EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº:3134

Licitação:PREGÃO ELETRÔNICO0049/23
Processo Licitação:1392/2023
Processo Empenho:3495/2023

Partes: Fundo Municipal de Saúde de Machadinho D'Oeste – RO – Contratante. CNPJ 19.047.937/0001-40;

NOME:COMERCIAL DEPALMAQ LTDA ME;
C.N.P.J: 01.319.552/0001-20;

OBJETO: 1° FILHOTE DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS**.**

VALOR EM R$ 1.728,64

Dotação Orçamentária:
02 -**EXECUTIVO MUNICIPAL**
04 -**SEC MUN DE SAUDE**
11 -**Fundo Mun. Saúde - 1° Bloco - Atenção Básica**
10.301.0008.1172.0000 **-SALDO REMANESCENTE PROPOSTAS EXERC. ANTERIORES LEI Nº 197/2022.**
3.3.90.30.00-**MATERIAL DE CONSUMO**
-DESPESAS CORRENTES000 **-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;**

Assinatura: **MOACIR DE PAULA SOUZA, SÓCIO ADMINISTRADOR, em 29/11/2023 às 10:43, horário de Machadinho D'Oeste/RO**.

Local e Data: Machadinho D'Oeste - RO, 29 de novembro 2023

Publicado por:
Amanda de Souza Castro
Código Identificador:70163730

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº:3135

EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº:3135

Licitação:PREGÃO ELETRÔNICO0049/23
Processo Licitação:1392/2023
Processo Empenho:3495/2023

Partes: Fundo Municipal de Saúde de Machadinho D'Oeste – RO – Contratante. CNPJ 19.047.937/0001-40
NOMEJ & A COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA
C.N.P.J: 49.059.257/0001-08

OBJETO: 1° FILHOTE DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS**.**

VALOR EM R$ 364,50

Dotação Orçamentária:
02 -**EXECUTIVO MUNICIPAL**
04 -**SEC MUN DE SAUDE**
11 -**Fundo Mun. Saúde - 1° Bloco - Atenção Básica**
10.301.0008.1172.0000 **-SALDO REMANESCENTE PROPOSTAS EXERC. ANTERIORES LEI Nº 197/2022.**
3.3.90.30.00-**MATERIAL DE CONSUMO**
-DESPESAS CORRENTES000 **-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Assinatura: **DANIELA MARQUES DE SOUZA**,**EMPRESARIA**, em 28/11/2023 às 11:05, horário de Machadinho D'Oeste/RO.

Local e Data: Machadinho D'Oeste - RO, 29 de novembro 2023

Publicado por:
Amanda de Souza Castro
Código Identificador:A5E68DA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº:3136

EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº:3136

Licitação:PREGÃO ELETRÔNICO0049/23
Processo Licitação:1392/2023
Processo Empenho:3495/2023

Partes: Fundo Municipal de Saúde de Machadinho D'Oeste – RO – Contratante. CNPJ 19.047.937/0001-40
NOMECOMERCIAL VENUS LTDA ME
C.N.P.J: 04.637.690/0001-45

OBJETO: 1° FILHOTE DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS**.**

VALOR EM R$ 1.500,00

Dotação Orçamentária:
02 -**EXECUTIVO MUNICIPAL**
04 -**SEC MUN DE SAUDE**
11 -**Fundo Mun. Saúde - 1° Bloco - Atenção Básica**
10.301.0008.1172.0000 **-SALDO REMANESCENTE PROPOSTAS EXERC. ANTERIORES LEI Nº 197/2022.**

3.3.90.30.00-**MATERIAL DE CONSUMO**
-DESPESAS CORRENTES000 **-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Assinatura: **VALDINEI GOMES DA ROCHA**,**REPRESENTANTE LEGAL**, em 28/11/2023 às 11:05, horário de Machadinho D'Oeste/RO.

Local e Data: Machadinho D'Oeste - RO, 29 de novembro 2023

Publicado por:
Amanda de Souza Castro
Código Identificador:9874B77E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº:3137

EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº:3137

Licitação:PREGÃO ELETRÔNICO0049/23
Processo Licitação:1392/2023
Processo Empenho:3495/2023

Partes: Fundo Municipal de Saúde de Machadinho D'Oeste – RO – Contratante. CNPJ 19.047.937/0001-40
NOMECOMERCIAL VENUS LTDA ME
C.N.P.J: 04.637.690/0001-45

OBJETO: 1° FILHOTE DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS**.**

VALOR EM R$ 180,00

Dotação Orçamentária:
02 -**EXECUTIVO MUNICIPAL**
04 -**SEC MUN DE SAUDE**
11 -**Fundo Mun. Saúde - 1° Bloco - Atenção Básica**
10.301.0008.1172.0000 **-SALDO REMANESCENTE PROPOSTAS EXERC. ANTERIORES LEI Nº 197/2022.**
3.3.90.30.00-**MATERIAL DE CONSUMO**
-DESPESAS CORRENTES000 **-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Assinatura: **VALDINEI GOMES DA ROCHA**,**REPRESENTANTE LEGAL**, em 28/11/2023 às 11:05, horário de Machadinho D'Oeste/RO.

Local e Data: Machadinho D'Oeste - RO, 29 de novembro 2023

Publicado por:
Amanda de Souza Castro
Código Identificador:8BA804EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº:3138

EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº:3138

Licitação:PREGÃO ELETRÔNICO0049/23
Processo Licitação:1392/2023
Processo Empenho:3495/2023

Partes: Fundo Municipal de Saúde de Machadinho D'Oeste – RO – Contratante. CNPJ 19.047.937/0001-40
NOMENORTE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA
C.N.P.J: 37.306.014/0001-48

OBJETO: 1° FILHOTE DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS**.**

VALOR EM R$ 2.210,00

Dotação Orçamentária:
02 -**EXECUTIVO MUNICIPAL**
04 -**SEC MUN DE SAUDE**
11 -**Fundo Mun. Saúde - 1° Bloco - Atenção Básica**
10.301.0008.1172.0000 **-SALDO REMANESCENTE PROPOSTAS EXERC. ANTERIORES LEI Nº 197/2022.**
3.3.90.30.00-**MATERIAL DE CONSUMO**
-DESPESAS CORRENTES000 **-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Assinatura: **Anderson José Gonçalves**,**SOCIO ADMINISTRADOR**, em 29/11/2023 às 09:21, horário de Machadinho D'Oeste/RO.

Local e Data: Machadinho D'Oeste - RO, 29 de novembro 2023

Publicado por:
Amanda de Souza Castro
Código Identificador:8111C8F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº:3139

EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº:3139

Licitação:PREGÃO ELETRÔNICO0049/23
Processo Licitação:1392/2023
Processo Empenho:3495/2023

Partes: Fundo Municipal de Saúde de Machadinho D'Oeste – RO – Contratante. CNPJ 19.047.937/0001-40
NOMEBRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS LTDA
C.N.P.J: 24.584.199/0001-00

OBJETO: 1° FILHOTE DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS**.**

VALOR EM R$ 8.633,80

Dotação Orçamentária:
02 -**EXECUTIVO MUNICIPAL**
04 -**SEC MUN DE SAUDE**
11 -**Fundo Mun. Saúde - 1° Bloco - Atenção Básica**
10.301.0008.1172.0000 **-SALDO REMANESCENTE PROPOSTAS EXERC. ANTERIORES LEI Nº 197/2022.**
3.3.90.30.00-**MATERIAL DE CONSUMO**
-DESPESAS CORRENTES000 **-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Assinatura: **CYNTHIA DETTMANN DE MELLO RASUL**,**SÓCIA ADMINISTRADORA**, em 28/11/2023 às 11:20, horário de Machadinho D'Oeste/RO.

Local e Data: Machadinho D'Oeste - RO, 29 de novembro 2023

Publicado por:
Amanda de Souza Castro
Código Identificador:EA46B2C2

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA

EQUIPE DE APOIO NA MODALIDADE PREGÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 67/CPL/2023 PROCESSO ORDINARIO Nº 682/SEMAS/2023

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 67/CPL/2023
PROCESSO ORDINARIO Nº 682/SEMAS/2023
A Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza/RO, através do seu Pregoeiro, Cleder de Camargo nomeado pelo Decreto 6.016/PMMA/2023, torna público que se encontra instaurada a licitação, sob a modalidade de Pregão Eletrônico Processo Ordinário Nº 682/SEMAS/2023**,** do tipo menor preço por lote, a ser realizado

por meio da internet, no site www.licitanet.com.br, local onde se encontra disponível o Edital para download gratuito.
Início da sessão: 12 de dezembro de 2023, às 09h00min. (Brasília)
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOM, PALCO, ILUMINAÇÃO E PAINEL DE LED.
O valor estimado: R$: 26.512,10 **(Vinte seis mil quinhentos e doze reais e dez centavos).**
Informações pelo telefone/fax 069-3448-2361/ramal 25 CPL – ou pelo e-mail e site: cpl@ministroandreazza.ro.gov.br ;https://transparencia.ministroandreazza.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes

Ministro Andreazza/RO, 29 de novembro de 2023.

CLEDER DE CAMARGO
Pregoeiro Oficial
Decreto 6.016/PMMA/2023

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:73EAD850

EQUIPE DE APOIO NA MODALIDADE PREGÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 66/CPL/2023 PROCESSO ORDINARIO Nº 667/SEMSAU/2023

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 66/CPL/2023
PROCESSO ORDINARIO Nº 667/SEMSAU/2023
A Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza/RO, através do seu Pregoeiro, Cleder de Camargo nomeado pelo Decreto 6.016/PMMA/2023, torna público que se encontra instaurada a licitação, sob a modalidade de Pregão Eletrônico Processo Ordinário Nº 667/SEMSAU/2023**,** do tipo menor preço por lote, a ser realizado por meio da internet, no site www.licitanet.com.br, local onde se encontra disponível o Edital para download gratuito.
Início da sessão: 12 de dezembro de 2023, às 10h00min. (Brasília)
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO PARA SALA DE RAIO-X MUNICIPAL DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE.
O valor estimado: R$: 7.566,66 **(Sete mil quinhentos sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos).**
Informações pelo telefone/fax 069-3448-2361/ramal 25 CPL – ou pelo e-mail e site: cpl@ministroandreazza.ro.gov.br ;https://transparencia.ministroandreazza.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes

Ministro Andreazza/RO, 29 de novembro de 2023.

CLEDER DE CAMARGO
Pregoeiro Oficial
Decreto 6.016/PMMA/2023

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:B52142CF

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1367/2023

DE 29 DE NOVEMBRO 2023.

"Autoriza o Poder Executivo abrir no orçamento vigente crédito adicional Suplementar, proveniente de anulação de dotação orçamentária, e dá outras Providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA, ESTADO DE RONDÔNIA,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo abrir no orçamento vigente, crédito adicional suplementar por anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 361.404,27 (trezentos e sessenta e um mil, quatrocentos e quatro reais e vinte e sete centavos), na Unidade Orçamentária a seguir, de acordo com o art. 43º da Lei nº 4.320/64, Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.250 de 20 de dezembro de 2022) distribuída à seguinte dotação:
Suplementação
(+)..... R$ 361.404,27

02 - Poder Executivo
02.04.00 - Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte 12.362.0005.2016 – Transporte Escolar Compartilhado Ir e Vir.
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica..... R$ 361.404,27
F.R.: 01500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

Art. 2º O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de anulação de dotação orçamentária, fonte de recursos 01.500, Recursos do Exercício Corrente - Recursos não Vinculados de Impostos, fonte de recursos STN (MSC) 1.500.

Anulação (-):
..... R$ -361.404,27

02 - Poder Executivo
02.03.00 - Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento 04.122.0004.2006 – Desenvolvimento das Atvidades da SEMAFP
3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Comunicação e Informação-PJ..... R$ -130.000,00 F.R.: 01500 - Recursos não Vinculados de Impostos

02 - Poder Executivo
02.03.00 - Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento 28.841.0000.0003 – Parcelamento de Dívida Junto ao SERRA - PREVI
4.6.90.71 – Principal de Dívida Contratual..... R$ -48.966,69 F.R.: 01500 - Recursos não Vinculados de Impostos

02 - Poder Executivo
02.03.00 - Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento 28.841.0000.0006 – Aportes Periódicos para Amortização do Déficit Atuarial do RPPS
3.3.91.97 – Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS..... R$ -33.949,27 F.R.: 01500 - Recursos não Vinculados de Impostos

02 - Poder Executivo
02.03.00 - Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento 28.846.0000.0007 – Pagamento de Sentenças Judiciais e RPV
3.3.90.91 – Sentenças Judiciais..... R$ -97.543,52 F.R.: 01500 - Recursos não Vinculados de Impostos

02 - Poder Executivo
02.03.00 - Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento 99.999.9999.9999 – Reserva de Contingência
9.9.99.99 – Reserva de Contingência..... R$ -50.944,79 F.R.: 01500 - Recursos não Vinculados de Impostos

Art. 3º Faz parte desta Lei Anexo I - Memória de cálculo.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I MEMÓRIA DE CÁLCULO
Anulação de dotação orçamentária

P.A	Elemento de Despesa	Fonte	Valor a Reduzir	Valor a Adicionar
0004.2006	3.3.90.40	01.500	R$ 130.000,00	-
0000.0003	4.6.90.71	01.500	R$ 48.966,69	-
0000.0006	3.3.91.97	01.500	R$ 33.949,27	-
0000.0007	3.3.90.91	01.500	R$ 97.543,52	-
9999.9999	9.9.99.99	01.500	R$ 50.944,79	-
0005.2016	3.3.90.39	01.500	-	R$ 361.404,27

Mirante da Serra – RO, 29 de novembro de 2023.

EVALDO DUARTE ANTÔNIO
Prefeito Municipal
(Documento Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Milton Caetano da Silva
Código Identificador:FE774423

GABINETE DO PREFEITO
RESUMO DE CONTRATO

RESUMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/SEMAFP/2021.

CELEBRAÇÃO: 27/11/2023

PARTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA-RO

CONTRATADA: MARIA DAS GRAÇAS VIEIRA

INTERVENIENTE: Secretaria Municipal De Administração, Finanças E Planejamento.

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a **INCLUSÃO** na Cláusula *Sexta* – do Pagamento, do originário Contrato, firmado entre as partes em 18 de novembro de 2021.
Acrescenta o Parágrafo Único na Cláusula Sexta – do Pagamento, será retido na fonte no ato do pagamento o IR devido, conforme alíquota estabelecida no Anexo I, do Decreto Municipal nº 3402/2023, que recepcionou a IN RFB nº: 1.234 de 2012.

Permanecem inalteradas e em vigor todas as demais cláusulas do Contrato nº 34/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1501/2021

Mirante da Serra – RO, 27 de Novembro de 2023.

EVALDO DUARTE ANTONIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislene Cavalcante de Brito
Código Identificador:C714F04E

GABINETE DO PREFEITO
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 45

RESUMO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 45/SEMAFP/2022

CELEBRAÇÃO: 27/11/2023

PARTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA - RO

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECILCAVEIS DE TEIXEROPOLIS
INTERVENIENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO.

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a **INCLUSÃO** na Cláusula Nona– do Pagamento, do originário Contrato, firmado entre as partes em 27 de junho de 2022.
Acrescenta o Parágrafo Único na Cláusula Nona – do Pagamento, será retido na fonte no ato do pagamento o IR devido, conforme alíquota estabelecida no Anexo I, do Decreto Municipal nº 3402/2023, que recepcionou a IN RFB nº: 1.234 de 2012.

Permanecem inalteradas e em vigor todas as demais cláusulas do Contrato nº 45/2022.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 159/2022.

Mirante da Serra/RO, 27 de novembro de 2023.

EVALDO DUARTE ANTÔNIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislene Cavalcante de Brito
Código Identificador:3210B7CF

GABINETE DO PREFEITO
RESUMO DO SEGUNDOTERMO ADITIVO DO CONTRATO

RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 14/SEMAFP/2022

CELEBRAÇÃO: 27/11/2023

PARTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA - RO

CONTRATADA: LUIZ ANTONIO DA SILVA EIRELI.
INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a **INCLUSÃO** na Cláusula Quinta – do Pagamento, do originário Contrato, firmado entre as partes em 02 de maio de 2022.
Acrescenta o Parágrafo Único na Cláusula Quinta – do Pagamento, será retido na fonte no ato do pagamento o IR devido, conforme alíquota estabelecida no Anexo I, do Decreto Municipal nº 3402/2023, que recepcionou a IN RFB nº: 1.234 de 2012.

Permanecem inalteradas e em vigor todas as demais cláusulas do Contrato nº 14/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 160/2022.

Mirante da Serra/RO, 27 de novembro de 2023.

EVALDO DUARTE ANTÔNIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislene Cavalcante de Brito
Código Identificador:7EEF2CF8

GABINETE DO PREFEITO
RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO

RESUMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/SEMAFP/2023

CELEBRAÇÃO: 28/11/2023.

PARTE: Prefeitura Municipal De Mirante Da Serra – RO.

CONTRATADA: BARBARA ALVES OLIVEIRA FRAGA LTDA.
INTERVENIENTE: Secretaria Municipal De Administração, Finanças E Planejamento.
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a **INCLUSÃO** na Cláusula Quinta – do Pagamento, do originário Contrato, firmado entre as partes em 09 de março de 2023.
Acrescenta o Parágrafo Único na Cláusula Quinta – do Pagamento, será retido na fonte no ato do pagamento o IR devido, conforme

alíquota estabelecida no Anexo I, do Decreto Municipal nº 3402/2023, que recepcionou a IN RFB nº: 1.234 de 2012.

Permanecem inalteradas e em vigor todas as demais cláusulas do Contrato nº 19/2023.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 29/2023.

Mirante da Serra/RO, 28 de novembro de 2023.

EVALDO DUARTE ANTÔNIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislene Cavalcante de Brito
Código Identificador:E7472994

GABINETE DO PREFEITO
RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 92/SEMAFP/2023

CELEBRAÇÃO: 27/11/2023

PARTE: Prefeitura Municipal De Mirante Da Serra - RO

CONTRATADA: K. A. SERVIÇOS LTDA
INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a **INCLUSÃO** na Cláusula Quinta – do Pagamento, do originário Contrato, firmado entre as partes em de 08 de agosto de 2023.
Acrescenta o Parágrafo Único na Cláusula Quinta – do Pagamento, será retido na fonte no ato do pagamento o IR devido, conforme alíquota estabelecida no Anexo I, do Decreto Municipal nº 3402/2023, que recepcionou a IN RFB nº: 1.234 de 2012.

Permanecem inalteradas e em vigor todas as demais cláusulas do Contrato nº 92/2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1120/2023, referente ao processo n° 1531/2022, (registro de preços).

Mirante da Serra/RO, 27 de novembro de 2023.

EVALDO DUARTE ANTÔNIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislene Cavalcante de Brito
Código Identificador:84B9F93B

GABINETE DO PREFEITO
RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 45

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 142/SEMAFP/2023.

CELEBRAÇÃO: 27/11/2023

PARTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA-RO

CONTRATADA: PASSARINHO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI

INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a **INCLUSÃO** na Cláusula Sétima– do Pagamento, do originário Contrato, firmado entre as partes em de 20 de novembro de 2023.
Acrescenta o Parágrafo Único na Cláusula Sétima– do Pagamento, será retido na fonte no ato do pagamento o IR devido, conforme alíquota estabelecida no Anexo I, do Decreto Municipal nº 3402/2023, que recepcionou a IN RFB nº: 1.234 de 2012.

Permanecem inalteradas e em vigor todas as demais cláusulas do Contrato nº 142/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1264/2023

Mirante da Serra – RO, 27 de novembro de 2023

EVALDO DUARTE ANTONIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislene Cavalcante de Brito
Código Identificador:FFD19C89

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 065-2023

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº **539/SRP/2023**	Julgamento do tipo: **Menor preço por item**
Modalidade: **Pregão**	Modo de disputa: **ABERTO**
Edital nº: **065/CP/PMMS/2023**	Valor estimado: R$ **1.598.472,41**
Forma: **Eletrônica**	Amostra: **Não**
Objeto: **Contratação de empresa para Eventual, Futura e se necessário fornecimento de material Educativo, Esportivo e Recreativo, mediante Registro de Preços com validade de 12 (doze) meses, para atendimento das necessidades dos setores do Poder Executivo, do Municipio de Mirante da Serra, devidamente autorizado por meio do Ofício 10/SEMUG/CPL/R/2023 conforme especificações constantes no Termo de referência e demais anexos deste edital.**	

COM GRUPOS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA MEI/ME/EPP E
GRUPO PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO
O **Município de Mirante da Serra/RO**, por interméio do Setor de Licitações, do Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo **Decreto nº 3395/2023**, com autorização da autoridade superior, **torna público, para conhecimento dos interessados, que, realizará a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica,** de acordo com o descrito neste edital e seus anexos e em conformidade com a Lei nº 10.520, Decreto nº 10.024, Decreto Municipal 2.696, Lei Complementar nº 123, Lei Complementar nº 147, Decreto Federal nº 3.555, Lei nº 8.666 e suas alterações, e em conformidade com a **Lei complementar nº 198, de 28 de junho de 2023** (Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, revogando a Lei nº 8.666, a Lei 10.520 e os Art. 1º a 47-A da Lei 12.462 em 30 de dezembro de 2023).

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 29/11/2023
LIMITE DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 15/12/2023 às 09hrs00min.
ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETR.: 15/12/2023 às 09hrs01min.
Todas as referências de tempo serão observados o horário de Brasília (DF).

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br
LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro e sua equipe de apoio.

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos que o integram poderá ser acessada gratuitamente nos sites: http://www.transparencia.mirantedaserra.ro.gov.br e www.licitanet.com.br.

Para dúvidas e esclarecimentos procure a Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Mirante da Serra/RO, ou por intermédio do e-mail **pregoeiro@mirantedaserra.ro.gov.br** em horário de expediente de segunda a sexta-feira das 07h00min às 13h:00min, excetos feriados.
DA RETIRADA: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico acima mencionado.

Mirante da Serra/RO, 29 de novembro de 2023.

GLAUCIANO DE ASSIS SILVA
Pregoeiro Oficial
Portaria 6742/2023
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Glauciano de Assis Silva
Código Identificador:1DC79D9E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3449/2023

de 29 de novembro de 2023.

"Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, nos moldes da Lei 1366/2023 de 29 de novembro de 2023, e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei 1366 de 29 de novembro de 2023, considerando os fundamentos que dispõe a Lei Federal 4320/64 e Lei Complementar 101/2000;

DECRETA

Art. 1º. Fica Autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual, com anulação e suplementação de dotação no valor de ***R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)***, conforme classificação funcional, programática e econômica a seguir:

CÓDIGO	HISTÓRICO	VALOR
02.00	EXECUTIVO	
02.08.00	**SECRETARIA MUN. DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
04.122.0002.2002	*DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ADM. SEMTAS*	
3.1.90.11 - 258	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	40.000,00
	TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL	**40.000,00**

Art. 2º. Para dar cobertura Orçamentária e Financeira ao Crédito Adicional Suplementar citado no artigo anterior, dar-se-á através de anulação financeira no Orçamento Vigente na forma que segue, no valor de ***R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)***:

CÓDIGO	HISTÓRICO	VALOR
02.00	EXECUTIVO	
02.03.00	**SECRETARIA MUN. DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO**	
99.999.9999.9999	*RESERVA DE CONTINGÊNCIA*	
9.9.99.99 - 70	Reserva de Contingência	40.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO	**40.000,00**

Art. 3º - Em decorrência do disposto nos artigos anteriores e das necessidades apresentadas fica alterado o detalhamento da programação financeira e orçamentária aprovado para o exercício de 2023.
Art. 4º. Este Decreto entra vigor na data de sua publicação;

EVALDO DUARTE ANTÔNIO
Prefeito Municipal
(Documento Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Milton Caetano da Silva
Código Identificador:303DEB2C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3450/2023

de 29 de novembro de 2023.

"Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, nos moldes da Lei 1367/2023 de 29 de novembro de 2023, e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei 1367 de 29 de novembro de 2023, considerando os fundamentos que dispõe a Lei Federal 4320/64 e Lei Complementar 101/2000;

DECRETA

Art. 1º. Fica Autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual, com anulação e suplementação de dotação no valor de ***R$ 361.404,27 (trezentos e sessenta e um mil, quatrocentos e quatro reais e vinte e sete centavos)***, conforme classificação funcional, programática e econômica a seguir:

CÓDIGO	HISTÓRICO	VALOR
02.00	EXECUTIVO	
02.04.00	**SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE**	
12.362.0005.2016	*TRANSPORTE ESCOLAR COMPARTILHADO IR E VIR*	
3.3.90.39 - 425	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	361.404,27
	TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL	**361.404,27**

Art. 2º. Para dar cobertura Orçamentária e Financeira ao Crédito Adicional Suplementar citado no artigo anterior, dar-se-á através de anulação financeira no Orçamento Vigente na forma que segue, no valor de ***R$ 361.404,27 (trezentos e sessenta e um mil, quatrocentos e quatro reais e vinte e sete centavos)***:

CÓDIGO	HISTÓRICO	VALOR
02.00	EXECUTIVO	
02.03.00	**SECRETARIA MUN. DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO**	
04.122.0004.2006	*DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SEMAFP*	
3.3.90.40 - 52	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	130.000,00
28.841.0000.0003	PARCELAMENTO DA DÍVIDA JUNTO AO SERRA - PREVI	
4.6.90.71 - 64	Principal da Dívida Contratual	48.966,69
28.841.0000.0006	*APORTES PERÍODÍCOS PARA AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS*	
3.3.91.97 - 68	Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	33.949,27
28.846.0000.0007	PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS E RPV	
3.3.90.91 - 69	Sentenças Judiciais	97.543,52
99.999.9999.9999	*RESERVA DE CONTINGÊNCIA*	
9.9.99.99 - 70	Reserva de Contingência	50.944,79
	TOTAL DA ANULAÇÃO	**361.404,27**

Art. 3º - Em decorrência do disposto nos artigos anteriores e das necessidades apresentadas fica alterado o detalhamento da programação financeira e orçamentária aprovado para o exercício de 2023.
Art. 4º. Este Decreto entra vigor na data de sua publicação;

EVALDO DUARTE ANTÔNIO
Prefeito Municipal
(Documento Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Milton Caetano da Silva
Código Identificador:C245D9BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RESUMO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 051/SEMAFP/2019

CELEBRAÇÃO: 24/11/2023

PARTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA - RO
CONTRATADA: SISPEL – SISTEMAS INTEGRADOS SE SOFTWARE LTDA,

CNPJ: 06.150.972/0001-49

INTERVENIENTE: Secretaria Municipal De Administração, Finanças E Planejamento.

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a **INCLUSÃO** na Cláusula *Nona* – do Pagamento, do originário Contrato, firmado entre as partes em *01* de *Junho* de 20*19.*

Acrescenta o Parágrafo Único na Cláusula Nona – do Pagamento, será retido na fonte no ato do pagamento o IR devido, conforme alíquota estabelecida no Anexo I, do Decreto Municipal nº 3402/2023, que recepcionou a IN RFB nº: 1.234 de 2012.

RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas e em vigor todas as demais cláusulas do Contrato nº 051/2019.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 268/2019

Mirante da Serra – RO, 28 de Novembro de 2023

EVALDO DUARTE ANTONIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eli Santos Souza
Código Identificador:1E3DBBA3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/SEMAFP/2022

CELEBRAÇÃO: 24/11/2023

PARTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA-RO

CONTRATADA: EXTRA ASSESSORIA E CONSULTORIA EIRELI-ME

CNPJ: 21.496.144/0001-50

INTERVENIENTE: Secretaria Municipal De Administração, Finanças E Planejamento.

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a **INCLUSÃO** na Cláusula *Quarta* – do Pagamento, do originário Contrato, firmado entre as partes em *01 de Maio de 2022*

Acrescenta o Parágrafo Único na Cláusula Nona – do Pagamento, será retido na fonte no ato do pagamento o IR devido, conforme alíquota estabelecida no Anexo I, do Decreto Municipal nº 3402/2023, que recepcionou a IN RFB nº: 1.234 de 2012.

RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas e em vigor todas as demais cláusulas do Contrato nº 013/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 275/2022

Mirante da Serra – RO, 28 de Novembro de 2023

EVALDO DUARTE ANTONIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eli Santos Souza
Código Identificador:A6D207CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RESUMO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/SEMAFP/2022

CELEBRAÇÃO: 24/11/2023

PARTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA-RO
CONTRATADA: GTX ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 32.300.342/0001-13

INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a **INCLUSÃO** na Cláusula *Sexta*– do Pagamento, do originário Contrato, firmado entre as partes em *10 de Outubro de 2022.*

Acrescenta o Parágrafo Único na Cláusula Sexta – do Pagamento, será retido na fonte no ato do pagamento o IR devido, conforme alíquota estabelecida no Anexo I, do Decreto Municipal nº 3402/2023, que recepcionou a IN RFB nº: 1.234 de 2012.

RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas e em vigor todas as demais cláusulas do Contrato nº 105/SEMAFP/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1202/2022

Mirante da Serra – RO, 28 de Novembro de 2023

EVALDO DUARTE ANTONIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eli Santos Souza
Código Identificador:0AF8E2C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/SEMAFP/2022

CELEBRAÇÃO: 24/11/2023

PARTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA-RO

CONTRATADA: EMPRESA JORNALISTICA CP DE RONDÔNIA LTDA – ME

CNPJ: ° 84.748.656/0001-87

INTERVENIENTE: Secretaria Municipal De Administração, Finanças E Planejamento.

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a **INCLUSÃO** na Cláusula Quinta do Pagamento, do originário Contrato, firmado entre as partes em 19 de Abril de 2022.

Acrescenta o Parágrafo Único na Cláusula Quinta do Pagamento, será retido na fonte no ato do pagamento o IR devido, conforme alíquota estabelecida no Anexo I, do Decreto Municipal nº 3402/2023, que recepcionou a IN RFB nº: 1.234 de 2012.

RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas e em vigor todas as demais cláusulas do Contrato nº 010/2022

PROCESSO: 183/2022

Mirante da Serra RO, 28 de Novembro de 2023

EVALDO DUARTE ANTONIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eli Santos Souza
Código Identificador:8B907D4C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 44/SEMAFP/2022

CELEBRAÇÃO: 27/11/2023

PARTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA - RO

CONTRATADA: GOVFACIL GESTÃO & TECNOLOGIA LTDA

CNPJ/MF: 41.886.613/0001-55

INTERVENIENTE: Secretaria Municipal De Administração, Finanças E Planejamento.

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a **INCLUSÃO** na Cláusula *Quarta*– do Pagamento, do originário Contrato, firmado entre as partes em *27 de Junho de 2022*.
Acrescenta o Parágrafo Único na Cláusula Quarta – do Pagamento, será retido na fonte no ato do pagamento o IR devido, conforme alíquota estabelecida no Anexo I, do Decreto Municipal nº 3402/2023, que recepcionou a IN RFB nº: 1.234 de 2012.

RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas e em vigor todas as demais cláusulas do Contrato nº 44/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 798/2022

Mirante da Serra – RO, 28 de Novembro de 2023

EVALDO DUARTE ANTONIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eli Santos Souza
Código Identificador:1EAC2345

SEMSAU
CONCESSÃO DE DIÁRIA

(Unidade Orçamentária ou Administrativa)

PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº 136/2023

PROPONENTE:

Nome:	**IZAQUE FORLIN CAROLINO VIEIRA**
Cargo, Função ou Emprego:	**SEC. MUN. SAUDE**

PROPOSTA:

Nome:	**IZAQUE FORLIN CAROLINO VIEIRA**		
Cargo, Função, Emprego:	SEC. MUN. SAUDE	Mat. 2632	
Símbolo, Nível, Vencimento ou Salário:	**********		
Carteira de identidade nº	106.1684	Expedida por:	**SSP/RO**

LOCAL E SERVIÇO A SER EXECUTADO:

Para que possa deslocar-se a cidade de Porto Velho nos dias 29 e 30 de Novembro e 01 de Dezembro de 2023, para participar de Reuniões que discutirão Politicas Publicas de melhorias e desenvolvimento da Saúde, que acontecerá no Gabinete do Deputado Estadual Edevaldo Neves na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PERÍODO DE AFASTAMENTO:

Saída em	**29/11/2023**	Chegada em	**01/12/2023**	Nº de Dias	**02 ½**

PERCURSO:

MEIO DE TRANSPORTE	LOCALIDADE	
	DE	**PARA**
VEICULO OFICIAL	**MIRANTE DA SERRA**	**PORTO VELHO**

VALOR DAS DIÁRIAS
Valor de Referência= R$ 36,47

Nível Referente equivalência	**10**	Percentual	**100%**	R$	**911,75**

LOCALIDADE	Nº DIAS	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
PORTO VELHO	**02 ½**	364,70	**911,75**
		TOTAL R$	**911,75**

EM, 28 DE Novembro de 2023
IZAQUE FORLIN CAROLINO VIEIRA
Sec. Mun. Saude

Publicado por:
Marli Rodrigues Silva
Código Identificador:EC763CEB

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 06, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre a aprovação de emenda parlamentar para estruturação da rede de serviços da Proteção Social Básica – PSB do Sistema Único de Assistência Social do município de Monte Negro/RO.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMASde Monte Negro/RO, no uso de suas competências que lhe confere a Lei Municipal nº 1.275, de 17 de maio de 2022,

CONSIDERANDOa reunião ordinária realizada pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Monte Negro/RO, em 28 de novembro de 2023, a qual deliberou pela aprovação de emenda parlamentar para custeio da rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS do município,

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES é o órgão gestor do Fundo Municipal de Assistência Social e responsável por executar os recursos da política pública de Assistência Social de Monte Negro/RO,

RESOLVE:

Art.1º Aprovar a emenda parlamentar do pleito nº 55901110140202301, Funcional Programática:08.244.5031.219G.0001, destinada para incremento temporário no GND 3 – CUSTEIO, com o valor da Programação de R$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais).

Art. 2º O presente recurso financeiro deverá ser utilizado para custear a rede de serviços da Proteção Social Básica – PSB do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, executado através da Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social – SEMDES do município de Monte Negro/RO.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Monte Negro/RO, 29 de novembro de 2023.

PAULO HENRIQUE BEZERRA MENDONÇA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
Decreto nº 3363, de 29 de novembro de 2023

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:7C98F53C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3356, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências" IVAIR JOSÉ FERNANDES, Prefeito do Município de MONTE NEGRO em exercício, Estado de Rondônia, no uso de atribuições que lhe são conferidas Decreta: Artigo 1º - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 178.716,09 (cento e setenta e oito mil, setecentos e dezesseis reais e nove centavos), o crédito aberto na forma do artigo será coberto com recursos provenientes de excesso de arrecadação Ficha Unidade Orça. Funcional Programática Natureza da Despesa Destinação Recurso Valor Crédito 641 02.07.00 10.122.0015.2179 3.1.90.16.00 0.1.605.0000 Recurso 5558 02.07.00 0.0.0.0.00.0.0.00.00 0.1.605.0000 178.716,09 Artigo 2º - Os créditos abertos neste Decreto obedecerão o disposto no artigo 43 da 4.320/64. Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário. IVAIR

JOSÉ FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:CBD94DDE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3357, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências" IVAIR JOSÉ FERNANDES, Prefeito do Município de MONTE NEGRO em exercício, Estado de Rondônia, no uso de atribuições que lhe são conferidas Decreta: Artigo 1º - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 200.000,00 (duzentos e mil reais), o crédito aberto na forma do artigo será coberto com recursos provenientes de excesso de arrecadação Ficha Unidade Orça. Funcional Programática Natureza da Despesa Destinação Recurso Valor Crédito 604 02.07.00 10.301.0017.1079 3.3.90.39.00 0.1.706.3110 Recurso 5529 02.07.00 0.0.0.0.00.0.0.00.00 0.1.706.3110 100.000,00 Crédito 644 02.07.00 10.301.0017.1079 3.3.90.30.00 0.1.706.3110 Recurso 5529 02.07.00 0.0.0.0.00.0.0.00.00 0.1.706.3110 100.000,00 Artigo 2º - Os créditos abertos neste Decreto obedecerão o disposto no artigo 43 da 4.320/64. Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:2F049A31

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3358, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências" IVAIR JOSÉ FERNANDES, Prefeito do Município de MONTE NEGRO em exercício, Estado de Rondônia, no uso de atribuições que lhe são conferidas Decreta: Artigo 1º - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional orçamentária e suplementar na importância de R$ 500.000,00 (quinhentos e mil reais), o crédito aberto na forma do artigo será coberto com recursos provenientes de excesso de arrecadação Ficha Unidade Orça. Funcional Programática Natureza da Despesa Destinação Recurso Valor Crédito 251 02.07.00 10.302.0016.2048 3.1.90.11.00 0.1.600.0000 Recurso 5515 02.07.00 0.0.0.0.00.0.0.00.00 0.1.600.0000 345.000,00 Crédito 257 02.07.00 10.302.0016.2048 3.3.90.30.00 0.1.600.0000 Recurso 5515 02.07.00 0.0.0.0.00.0.0.00.00 0.1.600.0000 85.000,00 Crédito 260 02.07.00 10.302.0016.2048 3.3.90.39.00 0.1.600.0000 Recurso 5515 02.07.00 0.0.0.0.00.0.0.00.00 0.1.600.0000 70.000,00 Artigo 2º - Os créditos abertos neste Decreto obedecerão o disposto no artigo 43 da 4.320/64. Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:F785EDE3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3359, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências" IVAIR JOSÉ FERNANDES, Prefeito do Município de MONTE NEGRO em exercício, Estado de Rondônia, no uso de atribuições que lhe são conferidas Decreta: Artigo 1º - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 20.308,00 (vinte e mil, trezentos e oito reais), o crédito aberto na forma do artigo será coberto com recursos provenientes de excesso de arrecadação Ficha Unidade Orça. Funcional Programática Natureza da Despesa Destinação Recurso Valor Crédito 649 02.04.00 15.451.0008.1085 4.4.90.51.00 0.1.706.3110 Recurso 193 02.00.00 2.4.1.9.51.0.1.04.00 0.1.706.3110 20.308,00 Artigo 2º - Os créditos abertos neste Decreto obedecerão o disposto no artigo 43 da 4.320/64. Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:F3148065

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3360, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

crédito adicional suplementar e dá outras providências" IVAIR JOSÉ FERNANDES, Prefeito do Município de MONTE NEGRO em exercício, Estado de Rondônia, no uso de atribuições que lhe são conferidas Decreta: Artigo 1º - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional orçamentária e suplementar na importância de R$ 174.229,41 (cento e setenta e quatro mil, duzentos e vinte e nove reais e quarenta um centavos), o crédito aberto na forma do artigo será coberto com recursos provenientes de excesso de arrecadação Ficha Unidade Orça. Funcional Programática Natureza da Despesa Destinação Recurso Valor Crédito 225 02.07.00 10.301.0017.2050 3.1.90.11.00 0.1.600.0000 Recurso 5514 02.07.00 0.0.0.0.00.0.0.00.00 0.1.600.0000 174.229,41 Artigo 2º - Os créditos abertos neste Decreto obedecerão o disposto no artigo 43 da 4.320/64. Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:CC018213

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3361, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências" IVAIR JOSÉ FERNANDES, Prefeito do Município de MONTE NEGRO em exercício, Estado de Rondônia, no uso de atribuições que lhe são conferidas Decreta: Artigo 1º - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 73.759,62 (setenta e três mil, setecentos e cinquenta e nove reais e sessenta dois centavos), o crédito aberto na forma do artigo será coberto com recursos provenientes de excesso de arrecadação Ficha Unidade Orça. Funcional Programática Natureza da Despesa Destinação Recurso Valor Crédito 653 02.08.00 08.244.0020.2063 3.3.90.14.00 0.1.660.0000 Recurso 5517 02.08.00 0.0.0.0.00.0.0.00.00 0.1.660.0000 4.000,00 Crédito 654 02.08.00 08.244.0020.2063 3.3.90.30.00 0.1.660.0000 Recurso 5517 02.08.00 0.0.0.0.00.0.0.00.00 0.1.660.0000 28.883,80 Crédito 655 02.08.00 08.244.0020.2063 3.3.90.39.00 0.1.660.0000 Recurso 5517 02.08.00 0.0.0.0.00.0.0.00.00 0.1.660.0000 23.875,82 Crédito 656 02.08.00 08.244.0020.2063 4.4.90.52.00 0.1.660.0000 Recurso 5517 02.08.00 0.0.0.0.00.0.0.00.00 0.1.660.0000 4.000,00 Crédito 657 02.08.00 08.244.0020.2063 3.3.90.40.00 0.1.660.0000 Recurso 5517 02.08.00 0.0.0.0.00.0.0.00.00 0.1.660.0000 5.000,00 Crédito 658 02.08.00 08.244.0020.2063 3.1.90.11.00 0.1.660.0000 Recurso 5517 02.08.00 0.0.0.0.00.0.0.00.00 0.1.660.0000 8.000,00 Artigo 2º - Os créditos abertos neste Decreto obedecerão o disposto no artigo 43 da 4.320/64. Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:E57E54FE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3362, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências" IVAIR JOSÉ FERNANDES, Prefeito do Munícipio de

MONTE NEGRO em exercício, Estado de Rondônia, no uso de atribuições que lhe são conferidas Decreta: Artigo 1º - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional orçamentária e suplementar na importância de R$ 30.000,00 (trinta e mil reais), o crédito aberto na forma do artigo será coberto com recursos provenientes de permuta Ficha Unidade Orça. Funcional Programática Natureza da Despesa Destinação Recurso Valor Crédito 203 02.07.00 10.122.0015.2045 3.3.90.39.00 0.1.500.1002 Recurso 200 02.07.00 10.122.0015.2045 3.3.90.30.00 0.1.500.1002 30.000,00 Artigo 2º - Os créditos abertos neste Decreto obedecerão o disposto no artigo 43 da 4.320/64. Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:BF4E3BA3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3363, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO/RO.

O Prefeito do Município de Monte Negro, Estado de Rondônia, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 116, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que conforme a Resolução CNAS/MDS nº 100, de 20 de abril de 2023, em seu art. 12, Parágrafo 3º, fica assegurada ao término de cada mandato de 2 (dois) anos do Conselho, a alternância entre a representação do governo e da sociedade civil no exercício da função de presidente e vice-presidente,

CONSIDERANDO a reunião ordinária realizada pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS em 28 de novembro de 2023, e a deliberação pela escolha dos membros representativos da Mesa Diretora,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes conselheiros para composição da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do município de Monte Negro/RO:

I – Presidente: Paulo Henrique Bezerra Mendonça
II – Vice-Presidente: Amanda Carolina Ferrari
III – 1º Secretário: Regiane Amaral Raymundo
IV – 2º Secretário: Robson Vieira Paes

Art.2º. Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito do Município de Monte Negro/RO
2021/2024

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:91E2EAAE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1205, 29 DE NOVEMBRO 2023

Homologar atestado médico e conceder Auxlio Doença ao servidor (a) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Monte Negro, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
CONSIDERANDO a Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 1º do Decreto Municipal n. 1.812, 21 de janeiro de 2020;
CONSIDERANDO ainda o recebimento do atestado Médico do servidor (a) e Laudo da Médica Perita e Processo n. 1481.3.3-2023;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o Auxilio doença concedido ao servidor (a) ARLINDO DE ASSIS DA SILVA, Matrícula 1518, ocupante do cargo de PROFESSOR NÍVEL III – 25 HORAS, vinculada a Secretaria Municipal de Gestão em Educação-SEMED, abonando suas faltas ao trabalho no período de 27/11/2023 a 16/12/2023 e corresponderá a média da remuneração dos últimos 12 (doze) meses.
Art. 2º - Ao findar o beneficio de auxilio doença a servidora será submetida à nova perícia médica, o qual deverá apresentar Laudo Médico Atualizado.
Art. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Cumpra-se. Registre-se. Publique.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito do Município
2021/2024

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:0843B5AD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1206, 21 DE NOVEMBRO 2023

Homologar atestado médico e conceder Auxlio Doença ao servidor (a) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Monte Negro, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
CONSIDERANDO a Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 1º do Decreto Municipal n. 1.812, 21 de janeiro de 2020;
CONSIDERANDO ainda o recebimento do atestado Médico do servidor (a) e Laudo da Médica Perita e Processo n. 809.3.3-2023;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o Auxilio doença concedido ao servidor (a) LUCINEIA ALVES PEREIRA DE SOUZA, Matrícula 1519, ocupante do cargo de PROFESSOR NÍVEL III – 40 HORAS, vinculada a Secretaria Municipal de Gestão em Educação-SEMED, abonando suas faltas ao trabalho no período de 17/11/2023 a 13/01/2024 e corresponderá a média da remuneração dos últimos 12 (doze) meses.
Art. 2º - Ao findar o beneficio de auxilio doença a servidora será submetida à nova perícia médica, o qual deverá apresentar Laudo Médico Atualizado.
Art. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Cumpra-se. Registre-se. Publique.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito do Município
2021/2024

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:39FD8416

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1207, 29 DE NOVEMBRO 2023

Prorrogar auxílio doença ao servidor (a) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Monte Negro, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
CONSIDERANDO a Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 1º da Lei Municipal 1433, 29 de maio de 2023.
CONSIDERANDO ainda o recebimento do atestado Médico do servidor (a) e Laudo pericial e Processo n. 726.3.3-2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica mantido o Auxilio doença concedido ao servidor (a) ROSELI NOGUEIRA BUENO, ocupante do cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO I, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão em Educação - SEMED, abonando suas faltas ao trabalho no período de 11/11/2023, e/ou até a conclusão do competente procedimento do processo de aposentadoria por invalidez junto ao Instituto de Previdência de Monte Negro - IPREMON, e corresponderá a média da remuneração dos últimos 12 (doze) meses.
Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação
Cumpra-se. Registre-se. Publique.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2021/2024

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:80B76B05

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1208, 29 DE NOVEMBRO 2023

Prorrogar auxílio-doença ao servidor (a) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Monte Negro, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
CONSIDERANDO a Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 1º da Lei Municipal 1433, 29 de maio de 2023. CONSIDERANDO ainda o recebimento do atestado Médico do servidor (a) e Laudo Técnico Pericial e Processo n. 689/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o Auxílio-doença concedido ao servidor (a) IRACI ROSA DE OLIVEIRA, Matrícula 156, ocupante do cargo de AGENTE DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO (ZELADOR), vinculado(a) a Secretaria Municipal de Gestão em Saúde Pública e Saneamento Básico-SEMUSA, abonando suas faltas ao trabalho no período de 10/11/2023 a 07/05/2024 e corresponderá a média da remuneração dos últimos 12 (doze) meses.
Art. 2º - Findando o beneficio a servidora deverá apresentar laudo médico atualizado para instruir eventual prorrogação do benefício.
Art. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Cumpra-se. Registre-se. Publique.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2021/2024

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:6BB6007A

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº: 09/2023
AMPLA PARTICIPAÇÃO

PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE, RO.

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº: 09/2023
AMPLA PARTICIPAÇÃO

O Município de Nova Brasilândia D'Oeste, RO, por intermédio daComissão Permanente de Licitação nomeada pela Portaria nº 104/GAB/2023, torna público que se encontra instaurada a Licitação na modalidade Tomada de Preços nº 09/2023, tendo como objeto: **CONSTRUÇÃO DE COZINHA ESCOLA DA ESCOLA MARECHAL HERMES DA FONSECA NO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D´OESTE.**A Presente licitação foi estimada em R$ 166.852,14 (cento e sessenta e seis mil oitocentos e cinquenta e dois reais e quatorze centavos). O certame será regido pela Lei nº 8.666/93 e Lei Complementar 123/2006.A abertura da sessão ocorrerá no dia **19 de dezembro2023 às 08h (horário local)**na sala da Comissão de Licitações do Município de Nova Brasilândia D'Oeste-RO. O Edital encontra-se a disposição dos interessadosno site oficial da Prefeitura www.novabrasilandia.ro.gov.br – "Transparência Municipal" e na Sala de Licitações da Prefeitura do Município de Nova Brasilândia D'Oeste-RO, Rua Riachuelo, 2552, setor 14, de segunda à sexta-feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07h30min às 13h30min. Outras informações pelo telefone (69) 3418-2239 ou no e-mail cpl@novabrasilandia.ro.gov.br

Nova Brasilândia D'Oeste-RO, 29de novembro de 2023.

LORENA JHULIAN C DE OLIVEIRA
Presidente CPL
Port.104/GAB/2023

Publicado por:
Melissa de Cássia Barbieri
Código Identificador:C94F8CD8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 017/GP/2023

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D OESTE EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 017/2023 O Prefeito Municipal de Nova Brasilandia D'Oeste, no uso das atribuições que lhe confere por Lei, baseado no PROCESSO SELETIVO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES para o mandato 2020/2024 realizado por meio do processo administrativo n° 391/2019 Considerando o teor do Ofício N°145/GAB/SEMAS, onde a Ilma. Coordenadora informa o período de férias dos Conselheiros para o exercício de 2023; Considerando que faz-se necessário a convocação de um Conselheiro Suplente para desempenhar a referida função durante as férias dos Conselheiros Titulares; O Prefeito Municipal resolve; CONVOCAR A Candidata Suplente eleita, abaixo descrita, classificada no Processo eletivo para comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste, objetivando apresentação de documentos para fins de posse no cargo de Conselheiro Tutelar durante o período de férias dos Conselheiros Titulares. CONSELHEIRO TUTELAR THAYNARA TOFFALI CUNHA A Candidata eleita acima descrita deverá se apresentar no prazo de 05 (CINCO) dias da data deste edital de convocação, munida dos seguintes documentos, sob pena de sanções previstas em Leis: a) Comprovante de Escolaridade compatível com o cargo; b) Carteira de Identidade (RG) c) Título de Eleitor juntamente com o comprovante da ultima Votação d) CPF – Cadastro de Pessoa Física; e) Certidão de Nascimento ou Casamento f) CPF do Conjugue g) Certidão de nascimento e CPF dos dependentes (filhos – menores de 14 anos) h) Comprovante de quitação com as obrigações militares, para sexo masculino; i) Uma foto 3x4 (recente) j) Atestado de sanidade física e mental expedido pelo Médico do Trabalho k) Carteira de Trabalho – CTPS l) PIS/PASEP, se possuir. m) Certidão Negativa Cível e Criminal (www.tj.ro.gov.br) n) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (www.dpf.gov.br) o) Certidão Negativa do Tribunal de Contas do Estado (www.tce.ro.gov.br) p) Carteira de Habilitação q) Comprovante de Endereço r) Declaração de Vacina s) Declaração de Bens t) Declaração de não acumulação de cargo público. Nova Brasilândia D'Oeste, 28 de novembro de 2023.

HÉLIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Núbia Vicente Cunha
Código Identificador:1F195E2C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE LICENÇA MATERNIDADE 015/GP/2023

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE Portaria de Licença Maternidade nº 015/GP/2023 A Secretaria de educação, de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei. R E S O L V E: Conceder a senhora, GIRLENE DOS SANTOS MARTINS BUSATTO, brasileira, portadora da cédula de Identidade RG Nº 1*****1 SSP/RO e do CPF Nº 005. ***. ***-16, Licença Maternidade, por 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo da remuneração. A presente portaria entrará em vigor com data retroativa de 11 de outubro de 2023, revogando as disposições em contrário. Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 28 de novembro de 2023.

MARIA AP. ALVES PEREIRA REZENDE
Secretaria de Educação.

Publicado por:
Mara Núbia Vicente Cunha
Código Identificador:4ACA8C30

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 7.815-GP/2023

DECRETO Nº 7.815-GP/2023. Em, 14 de novembro de 2023.

"DISPÕE sobre a Prorrogação da **CEDÊNCIA** do Senhor **MARCOS ANTONIO METCHKO**, servidor do Quadro Efetivo de Pessoal da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, para exercer suas funções na **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA,** e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO a solicitação feita pelo Senhor Deputado Marcelo Cruz, Presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia, através do Ofício nº 996/2023/GP/ALE.

R E S O L V E

Art. 1º - **PRORROGAÇÃO** da **CEDÊNCIA** do Senhor **MARCOS ANTONIO METCHKO**, brasileiro, maior, portador do RG n° 329.766 - SSP/RO e do CPF nº 348.463.792-72, servidor público municipal, ocupante da Função de Assessor Jurídico, mátricula 657, para exercer suas atividades junto a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA,** junto ao Gabinete do Deputado Lucas Torres.

Art. 2º - A Cedência que trata o artigo anterior será com ônus integral para a *Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia*, no período de **01 de janeiro de 2024 à 31 de dezembro de 2024.**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO 21 DE JULHO, em 14 de novembro de 2023.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Catiani Cardoso Klukieviz Moreira
Código Identificador:3AE62382

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 7.816- GP/2023

DECRETO Nº 7.816- GP/2023. Em, 14 de novembro de 2023.

"Dispõe sobre a Prorrogação da CEDÊNCIA do Senhor HUMBERTO DA SILVA CLIMACO, servidor do Quadro Efetivo de Pessoal da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, para a *ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADO DE RONDÔNIA*".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ Estado de Rondônia**,** no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO o Ofício nº 994/2023 expedido pelo Senhor Marcelo Cruz – Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia,

D E C R E T A

Art. 1º - **PRORROGAÇÃO DA CEDÊNCIA** do Senhor **HUMBERTO DA SILVA CLIMACO,** brasileiro, maior, portador do RG nº 414.585 SSP/RO e do CPF nº 470.809.222-91, servidor público municipal pertencente ao Quadro Efetivo da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leve, matrícula 688, para exercer suas atividades laborais na **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA,** junto ao Gabinete do Deputado Delegado Lucas Torres.

Art. 2º - A Cedência que trata o artigo anterior será com ônus integral para a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA,** no período de **01 de janeiro de 2024 à 31 de dezembro de 2024.**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO 21 DE JULHO, em 14 de novembro de 2023.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito de Nova Mamoré

Publicado por:
Catiani Cardoso Klukieviz Moreira
Código Identificador:A28E2895

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 7.817- GP/2023

DECRETO Nº 7.817- GP/2023. Em, 14 de novembro de 2023.

"Dispõe sobre a PRORROGAÇÃO DA CEDÊNCIA da Senhora* TATIANE MARIA PONTE PERPETUO,** servidora *do Quadro Efetivo de Pessoal da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, para a* ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ Estado de Rondônia**,** no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO o Ofício nº 980/2023, expedido pelo Senhor Marcelo Cruz Presidente Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

D E C R E T A

Art. 1º - **PRORROGAR A CEDÊNCIA** da Senhora **TATIANE MARIA PONTE PERPETUO,** brasileira, maior, portadora do RG nº M-6.094-197 SSP/MG e do CPF nº 990748856-91, servidora pública municipal pertencente ao Quadro Efetivo da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, ocupante do cargo de Auxiliar de Laboratório 40 horas, matrícula 661 para exercer suas atividades laborais junto a **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA,** no Gabinete do Deputado Ezequiel Neiva.

Art. 2º - A Cedência que trata o artigo anterior será com ônus integral para a **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA,** no período de **01 de janeiro de 2024 à 31 de dezembro de 2024.**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO 21 DE JULHO, em 14 de novembro de 2023

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito de Nova Mamoré

Publicado por:
Catiani Cardoso Klukieviz Moreira
Código Identificador:F5AD94FA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 7.818 - GP/2023

DECRETO Nº 7.818 - GP/2023. Em, 14 de novembro de 2023.

"Dispõe sobre a PRORROGAÇÃO DA CEDÊNCIA *do Senhor* **ADALTO FERREIRA DA SILVA** servidor do Quadro Efetivo de Pessoal da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, para a ***ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA*****".**

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ Estado de Rondônia**,** no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO o Ofício nº 973/2023, expedido pelo Senhor Marcelo Cruz -Presidente da Assembleia do Estado de Rondônia.

D E C R E T A

Art. 1º - PRORROGAR A CEDÊNCIA do Senhor **ADALTO FERREIRA DA SILVA,** brasileiro, maior, portador do RG nº 497.953-SSP/RO e do CPF nº 485.833.752-91, servidor público municipal pertencente ao Quadro Efetivo da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, ocupante da função de vigilante 40 Horas, matrícula 5069, para exercer suas atividades laborais junto à **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA** no Gabinete do Deputado Estadual Ezequiel Neiva.

Art. 2º - A Cedência que trata o artigo anterior será com ônus integral para a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA,** no período de **01 de janeiro de 2024 à 31 de dezembro de 2024.**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO 21 DE JULHO, em 14 de novembro de 2.023.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito de Nova Mamoré

Publicado por:
Catiani Cardoso Klukieviz Moreira
Código Identificador:D3EC6F0B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 7.819 - GP/2023

DECRETO Nº 7.819 - GP/2023. Em, 14 de novembro de 2023.

"Dispõe sobre a **PRORROGAÇÃO** da **CEDÊNCIA** do Senhor **ANTÔNIO ELIAS NASCIMENTO,** servidor do Quadro Efetivo de Pessoal da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, para a ***ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA*****".**

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ Estado de Rondônia**,** no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO o Ofício nº 850/2023, expedido pelo Senhor Marcelo Cruz – Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

D E C R E T A

Art. 1º - PRORROGAR A CEDÊNCIA do Senhor **ANTÔNIO ELIAS NASCIMENTO,** brasileiro, maior, portador do RG nº 451886 SESP/RO e do CPF nº 470.813.172-00, servidor público municipal pertencente ao Quadro Efetivo da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, ocupante do cargo de Professor Nível I 20 horas, matrícula 167, para exercer suas atividades laborais junto à **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA** - Gabinete do Deputado Alan Queiroz no período de **01 de janeiro de 2024 à 31 de dezembro de 2024,** sem ônus para a município de Nova Mamoré/RO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO 21 DE JULHO, em 14 de novembro de 2023.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito de Nova Mamoré

Publicado por:
Catiani Cardoso Klukieviz Moreira
Código Identificador:91779751

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 7.820- GP/2023

DECRETO Nº 7.820- GP/2023. Em, 14 de novembro de 2023.

"Dispõe sobre a **PRORROGAÇÃO DA CEDÊNCIA** do Senhor **RODRIGO ASSIS SILVA,** servidor do Quadro Efetivo de Pessoal da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, para exercer suas funções na **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA".**

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ Estado de Rondônia**,** no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO a solicitação feita pelo Senhor Deputado Marcelo Cruz, Presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia, através do Ofício nº 936/2023.

D E C R E T A

Art. 1º - PRORROGAR a **CEDÊNCIA** do Senhor **RODRIGO ASSIS SILVA**, brasileiro, maior, portador do RG nº 521.934 SP/RO e CPF nº 831.581.207.78, servidor pertecente ao Quadro Efetivo de Pessoal da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, ocupante da função de Engenheiro Civil, matrícula 6047, para exercer suas atividades junto a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.**

Art. 2º - A Cedência que trata o artigo anterior, será com ônus integral para a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, no período de **01 de janeiro de 2024 à 31 de dezembro de 2024.**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 21 de Julho**,** em 14 de novembro de 2023.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Catiani Cardoso Klukieviz Moreira
Código Identificador:7F30EAA0

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 7.821- GP/2023

DECRETO Nº 7.821- GP/2023. Em, 14 de novembro de 2023.

"Dispõe sobre a **PRORROGAÇÃO DA CEDÊNCIA** do Senhor **ISMAEL OLIVEIRA VIANA,** servidor do Quadro Efetivo de Pessoal da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, para exercer suas funções na **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA".**

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ Estado de Rondônia**,** no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO a solicitação feita pelo Senhor Deputado Marcelo Cruz Presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia, através do Ofício nº 960/2023.

D E C R E T A

Art. 1º - **PRORROGAR** a **CEDÊNCIA** do Senhor **ISMAEL OLIVEIRA VIANA,** brasileiro, maior, portador do RG nº 330683-SSP/RO e CPF nº 285.814.582-20, servidor do Quadro Efetivo de Pessoal da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, ocupante do cargo de Assistente Administrativo - 40 h, matrícula 031, para exercer suas atividades junto a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA,** no Gabinete do Deputado Jean Oliveira**.**

Art. 2º - A Cedência que trata o artigo anterior será com ônus integral para a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, no período de **01 de janeiro de 2024 à 31 de dezembro de 2024.**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 21 de Julho**,** em 14 de novembro de 2023.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Catiani Cardoso Klukieviz Moreira
Código Identificador:F0240E6D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 7.822- GP/2023

DECRETO Nº 7.822- GP/2023. Em, 14 de novembro de 2023.
"Dispõe sobre a PRORROGAÇÃO DA CEDÊNCIA do Senhor **HERBERT LINS DE ALBUQUERQUE,** servidor *do Quadro Efetivo de Pessoal da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, para a* ***ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA".***

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ Estado de Rondônia**,** no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO o Ofício nº 855/2023, expedido pelo Senhor Marcelo Cruz– Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

D E C R E T A

Art. 1º - **PRORROGAR A CEDÊNCIA** do Senhor **HERBERT LINS DE ALBUQUERQUE,** brasileiro, maior, portador do RG nº 15655089 SSP/PB e do CPF nº 726.028.304-10, servidor público municipal pertencente ao Quadro Efetivo da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, ocupante do cargo de Professor de Geografia 40 horas, matrícula 5083, para exercer suas atividades laborais junto à **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA,** Gabinete do Deputado Alan Queiroz.

Art. 2º - A Cedência que trata o artigo anterior será com ônus integral para a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA,** no período de **01 de janeiro de 2024 à 31 de dezembro de 2024.**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO 21 DE JULHO, em 14 de novembro de 2.023.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito de Nova Mamoré

Publicado por:
Catiani Cardoso Klukieviz Moreira
Código Identificador:39B0E899

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 7.823- GP/2023

DECRETO Nº 7.823- GP/2023. Em, 14 de novembro de 2023.

"Dispõe sobre a PRORROGAÇÃO DA CEDÊNCIA do Senhor **CARLOS ROBERTO DOS SANTOS,** servidor *do Quadro Efetivo de Pessoal da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, para a* ***ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA".***

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ Estado de Rondônia**,** no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO o Ofício nº 844/2023, expedido pelo Senhor Marcelo Cruz– Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

D E C R E T A

Art. 1º - **PRORROGAR A CEDÊNCIA** do Senhor **CARLOS ROBERTO DOS SANTOS,** brasileiro, maior, portador do RG nº 294647 SSP/RO e do CPF nº 285.763.302-53, servidor público municipal pertencente ao Quadro Efetivo da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados, matrícula 421, para exercer suas atividades laborais junto à **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA** - Gabinete do Deputada Claudia de Jesus**.**

Art. 2º - A Cedência que trata o artigo anterior será com ônus integral para a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA,** no período de **01 de janeiro de 2024 à 31 de dezembro de 2024.**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO 21 DE JULHO, em 14 de novembro de 2.023.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito de Nova Mamoré

Publicado por:
Catiani Cardoso Klukieviz Moreira
Código Identificador:9C07DDB5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 7.824- GP/2023

DECRETO Nº 7.824- GP/2023. Em, 14 de novembro de 2023.

"Dispõe sobre a ***PRORROGAÇÃO*** *da* ***CEDÊNCIA*** *da Senhora* **DEANE FERNANDES CAMINHA,** servidora *do Quadro Efetivo de Pessoal da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, para a* ***ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA".***

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ Estado de Rondônia**,** no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO o Ofício nº 1074/2023, expedido pelo Senhor Marcelo Cruz, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

D E C R E T A

Art. 1º - **PRORROGAR A CEDÊNCIA** da Senhora **DEANE FERNANDES CAMINHA,** brasileira, maior, portadora do RG nº 624246 e do CPF nº 688.055.942-53, servidora pública municipal pertencente ao Quadro Efetivo da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, ocupante do cargo de Fiscal de Renda – matrícula 860 para exercer suas atividades laborais junto a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA** junto ao Gabinete do deputado Delegado Camargo.

Art. 2º - A Cedência que trata o artigo anterior será com ônus integral para a **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA,** no período de **01 de janeiro de 2024 à 31 de dezembro de 2024.**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO 21 DE JULHO, em 14 de novembro de 2023.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito de Nova Mamoré

Publicado por:
Catiani Cardoso Klukieviz Moreira
Código Identificador:AD17F5E3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 7.825 - GP/2023

DECRETO Nº 7.825 - GP/2023. Em, 14 de novembro de 2023.

"*Dispõe sobre a* ***PRORROGAÇÃO DA CEDÊNCIA*** *da Senhora* **ELIANA APARECIDA DA SILVA,** servidora *do Quadro Efetivo de Pessoal da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, para a* ***PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÁ/RO".***

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ Estado de Rondônia**,** no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO o Ofício nº 222/2023/GP, expedido pelo Senhor Célio de Jesus Lang – Prefeito do Município de Urupá/RO.

D E C R E T A

Art. 1º - PRORROGAR A CEDÊNCIA da Senhora **ELIANA APARECIDA DA SILVA,** brasileira, maior, portadora do RG nº 37.172.071-00 SSP/SP e do CPF nº 649.064.262-04, servidora pública municipal pertencente ao Quadro Efetivo da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, matrícula 7649 para exercer suas atividades laborais junto a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÁ-RO.**

Art. 2º - A Cedência que trata o artigo anterior será com ônus integral para a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÁ/RO,** no período de **01 de janeiro de 2024 à 31 de dezembro de 2024.**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO 21 DE JULHO, em 14 de novembro de 2.023.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito de Nova Mamoré

Publicado por:
Catiani Cardoso Klukieviz Moreira
Código Identificador:21A63E83

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 7.826- GP/2023

DECRETO Nº 7.826- GP/2023. Em, 14 de novembro de 2023**.**

"*Dispõe sobre a Prorrogação da CEDÊNCIA da Senhora* ***NAIARA ROCHA SOARES****,* servidora *do Quadro Efetivo de Pessoal da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, para exercer suas funções no* ***GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA****".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ Estado de Rondônia**,** no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO a solicitação feita pelo Senhor Governador do Estado de Rondônia Excelentíssimo Senhor Marcos José Rocha dos Santos, através do Ofício nº 6636/2023/GOV-RED.

D E C R E T A

Art. 1º - PRORROGAÇÃO da **CEDÊNCIA** a senhora ***NAIARA ROCHA SOARES*** brasileira, maior, portadora do RG nº 825.121-SSP/RO e do CPF nº 800.429.612-20, servidora pública municipal pertencente ao Quadro Efetivo da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, ocupante do cargo de Agente Administrativo 40 horas – matrícula 843, para exercer suas atividades laborais no ***GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA*** *junto a Agência de defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON****.***
Art. 2º - A Cedência que trata o artigo anterior, tem por fundamento no Artigo 54 da Lei Municipal nº 634-GP/2008, com ônus integral para o ***GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA*** no período de **01 de janeiro de 2024 à 31 de dezembro de 2024.**
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio de Julho, em 14 de novembro de 2023.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito de Nova Mamoré

Publicado por:
Catiani Cardoso Klukieviz Moreira
Código Identificador:B210EF94

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 7.827- GP/2023

DECRETO Nº 7.827- GP/2023. Em, 16 de novembro de 2023.

"Dispõe sobre a ***PRORROGAÇÃO DA CEDÊNCIA*** *da Senhora* **MARILENE ANDRADE DE ARAÚJO** servidora *do Quadro Efetivo de Pessoal da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, para a* ***PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE*** **MACHADINHO D'OESTE/RO.".**

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ Estado de Rondônia**,** no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO o Ofício nº 411/2023/GAB, expedido pelo Prefeito Municipal o Senhor Paulo Henrique dos Santos.

D E C R E T A

Art. 1º - PRORROGAR A CEDÊNCIA da Senhora **MARILENE ANDRADE DE ARAÚJO,** brasileira, maior, portadora do RG nº 694.556-SSP/RO e do CPF nº 818.639.502-49, servidora pública municipal pertencente ao Quadro Efetivo da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, ocupante da função de Inspetora de Pátio - Zona Urbana 40 Horas, matrícula 5094, para exercer suas atividades laborais junto à **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE/RO.**

Art. 2º - A Cedência que trata o artigo anterior será com ônus integral para a ***PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE*** **MACHADINHO D'OESTE/RO,** no período de **01 de janeiro de 2024 à 31 de dezembro de 2024.**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO 21 DE JULHO, em 14 de novembro de 2.023.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito de Nova Mamoré

Publicado por:
Catiani Cardoso Klukieviz Moreira
Código Identificador:33B254A6

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 38/PMNM/2023

Processo Administrativo nº. 1441/SEMUSA/2023
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Rastreamento e Monitoramento On-Line de Veículos
O Prefeito do Município de Nova Mamoré, com base no julgamento da Comissão, responsável pela licitação na modalidade Pregão Eletrônico de nº 38/PMNM/2023, realizada no dia 20 de Novembro de 2023, e no parecer jurídico favorável ao prosseguimento do feito, **HOMOLOGA** o objeto da licitação em favor da empresa **SANTANA RASTREAMENTO E MONITORAMENTO LTDA**, inscrita no CNPJ de nº **22.140.663/0001-44**, com o valor de **R$ 22.160,40** (vinte e dois mil, cento e sessenta reais e quarenta centavos), alcançando uma economia de **64,50%** em relação ao valor orçado, atendendo todas as exigências do Edital.
PALÁCIO 21 DE JULHO, em 28 de novembro de 2023.

MARCELIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamoré

Publicado por:
Silvio Fernandes Villar
Código Identificador:BF793F34

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 38/PMNM/2023

Processo Administrativo nº. 1441/SEMUSA/2023
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Rastreamento e Monitoramento On-Line de Veículos
O Prefeito do Município de Nova Mamoré, com base no julgamento da Comissão, responsável pela licitação na modalidade Pregão Eletrônico de nº 38/PMNM/2023, realizada no dia 20 de Novembro de 2023, e no parecer jurídico favorável ao prosseguimento do feito, **HOMOLOGA** o objeto da licitação em favor da empresa **SANTANA RASTREAMENTO E MONITORAMENTO LTDA**, inscrita no CNPJ de nº **22.140.663/0001-44**, com o valor de **R$ 22.160,40** (vinte e dois mil, cento e sessenta reais e quarenta centavos), alcançando uma economia de **64,50%** em relação ao valor orçado, atendendo todas as exigências do Edital.

PALÁCIO 21 DE JULHO, em 28 de novembro de 2023.

MARCELIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamoré

Publicado por:
Silvio Fernandes Villar
Código Identificador:A69BBBD8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 450-GP/2023

PORTARIA Nº 450-GP/2023. Em, 28 de novembro de 2023.

"Dispõe sobre a Nomeação de DEFENSOR DATIVO do PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 1259/2023 para apurar suposto abandono de cargo por servidor público municipal, e da outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO a necessidade de dar a maior transparência possível aos atos da administração municipal, em atendimento aos seus princípios norteadores e aos cânones constitucionais.
CONSIDERANDO o Memorando nº 021-CPSPAD/2023 solicitando a nomeação do Defensor Dativo para o Processo, Adminsitrativo Disciplinar nº 1259/2023;
CONSIDERANDO o Art**.** 197, § 1 e 2°, da Lei Municipal nº 061-GP/1990.

R E S O L V E

Art. 1º - Nomear a Senhora **GISELLE MASAE ITO**, brasileira, maior, portaor do RG nº 864.057/SSP/RO e do CPF Nº 959.917.431-34, servidora pública municipal do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura de Nova Mamoré/RO, ocupante da função de Fisioterapeuta, Matrícula 8920, para atuar como **DEFENSOR DATIVO** nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 1259/2023** instaurado pela Portaria nº286-GP/2023, visando à apuração de possível abandono de cargo por servidor público.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 21 de Julho, em 28 de novembro de 2023.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tania Dias Dos Santos Climaco
Código Identificador:83C8E9CB

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE SEGURO AUTO PARA O VEICULO ETIOS, PLACA QTF2640 DO PODER LEGISLATIVO.**

Processo Administrativo n. 51-183/2023.

O Presidente da Câmara Municipal de Nova União, em observação ao disposto no art. 71, inciso IV, da Lei Federal 14.133/21 e com base no que consta nos autos do Processo Administrativo n. **51-183/2023**, com especial atenção ao parecer exarado pela Procuradoria Jurídica e Controle Interno, atendendo ao interesse público e dos princípios da Administração, HOMOLOGA e ADJUDICA a Licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação, referente à contratação dos serviços à empresa:

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, inscrita no CNPJ n. 61.074.175/0001-38, valor total:**R$ 1.225,16**(mil, duzentos e vinte cinco reais e dezesseis centavos)

Publique-se;
Registre-se.

Nova União, 29 de novembro de 2023**.**

ARGENTINO SERRANO ALVES NETO
Presidente

Publicado por:
Bruno Araujo Lenk
Código Identificador:FA823C75

P M N U - RO
AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

A Comissão de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO/RO, torna público o CANCELAMENTO do Pregão Eletrônico 061/2023**,** com a finalidade de **Formação de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa (s) para prestação de serviços de lavagem de veículos e máquinas pesadas**.

Nova União/RO, 27 de novembro de 2023.

NILTON CESAR MOREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:5CDE7EDF

P M N U - RO
DECRETO Nº 2.658 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

ABRE O CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ATUAL ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

João José de Oliveira, Prefeito do Município de Nova União/ RO, no uso da competência conferida pelo art. 68, III, da Lei Orgânica, considerado o disposto no art. 167, inciso VI, da Constituição federal, com autorização contida na Lei nº 1.024 de 28 de Novembro de 2023, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial na **SEMOSPAS**, no valor de **R$ 6.875,03** (seis mil oitocentos e setenta e cinco reais e três centavos);

Operação	Programação	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor R$
ESPECIAL	02.04.15.451.0004.1082	3.3.90.93	2.700	R$ 6.875,03

Art. 2º O Crédito autorizado na forma do artigo anterior será suportado:

a) Pelo Superávit Apurado no Balanço Contábil de 2022, referente a devolução de saldo do Convênio nº. 005/DPCN/2017, no valor de **R$ 6.875,03** (seis mil oitocentos e setenta e cinco reais e três centavos)
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:9211C87E

P M N U - RO
DECRETO Nº 2.659 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

ABRE O CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ATUAL ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

João José de Oliveira, Prefeito do Município de Nova União/ RO, no uso da competência conferida pelo art. 68, III, da Lei Orgânica, considerado o disposto no art. 167, inciso VI, da Constituição federal, com autorização contida na Lei nº 1.025 de 28 de Novembro de 2023, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial na **SEMOSPAS**, no valor de **R$ 125.797,09** (cento e vinte e cinco mil setecentos e noventa e sete reais e nove centavos);

Operação	Programação	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor R$
ESPECIAL	02.04.15.451.0004.1083	3.3.90.93	2.700	R$ 40.016,80

Operação	Programação	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor R$
ESPECIAL	02.04.15.451.0004.1084	3.3.90.93	2.700	R$ 71.136,78

Operação	Programação	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor R$
ESPECIAL	02.04.15.451.0004.1085	3.3.90.93	2.701	R$ 14.643,51

Art. 2º O Crédito autorizado na forma do artigo anterior será suportado:

Pelo Superávit Apurado no Balanço Contábil de 2022, referente a devolução de saldo do Convênio nº. 843114/2017, no valor de **R$ 40.016,80** (quarenta mil e dezesseis reais e oitenta centavos).

Pelo Superávit Apurado no Balanço Contábil de 2022, referente a devolução de saldo do Convênio nº. 906222/2020, no valor de **R$ 71.136,78** (setenta e um mil centos e trinta e seis reais e setenta e oito centavos).

Pelo Superávit Apurado no Balanço Contábil de 2022, referente a devolução de saldo do Convênio nº. 042/PGE/2022, no valor de **R$ 14.643,51** (quatorze mil seiscentos e quarenta e três reais e cinquenta e um centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:4FC3F8B0

P M N U - RO
DECRETO Nº 2.660 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

ABRE O CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ATUAL ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

João José de Oliveira, Prefeito do Município de Nova União/ RO, no uso da competência conferida pelo art. 68, III, da Lei Orgânica, considerado o disposto no art. 167, inciso VI, da Constituição federal, com autorização contida na Lei nº 1.026 de 28 de Novembro de 2023, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial na **SEMSAU**, no valor de **R$ 153.567,00** (cento e cinquenta e três mil quinhentos e sessenta e sete reais);

Operação	Programação	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor R$
ESPECIAL	02.06.10.302.0002.1086	3.3.90.30	1.631	R$ 76.783,50

Operação	Programação	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor R$
ESPECIAL	02.06.10.302.0002.1086	3.3.90.39	1.631	R$ 76.783,50

Art. 2º O Crédito autorizado na forma do artigo anterior será suportado:

a) Por Excesso de Arrecadação, no valor de **R$ 153.567,00** (cento e cinquenta e três mil quinhentos e sessenta e sete reais), proveniente da Emenda Parlamentar nº. 26330024, Incremento ao MAC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:E30AEB1C

P M N U - RO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 19/2023

A Prefeitura Municipal de Nova União/RO, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que os autos do processo administrativo **Nº. 1681/2023**, tendo como objeto: Aquisição de Peças para Equipamentos Permanente sendoHospital Municipal Expedito Gonçalves Ferreira, Unidade Básica de Saúde Maria Luiza de Oliveira, Laboratório Municipal e Sala de Vacina.

Classifica-se a favor de: **TECHMED ENGENHARIA HOSPITALAR LTDA,** inscrita no **CNPJ N° 12.704.512/0001-18.**

Valor R$ 15.504,20 (quinze mil quinhentos e quatro reais vinte centavos)

Em virtude do Art. 24 da Lei federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 de (08 de junho de 1.994):
Art. 24. É dispensável a licitação:
II - Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998).

Assim sendo, com base no exposto, torna - se dispensado a licitação

Nova União – RO 29 de novembro de 2023

ADRIANA ANDRADE DE OLIVEIRA VENÂNCIO
Presidente CPL

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:192C437F

P M N U - RO
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA:20/09/2023	Nº DIARIAS	03 (TRES) DE 30%
	CHEGADA:22/09/2023	V. UNT.	R$114,15
CIDADE/UF:	JI-PARANA/RO	V. TOTAL	R$ 342,45
DIARIA SEM PERNOITE			
MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE		

DADOS DO FAVORECIDO

NOME: IRANI INÁCIA RIBEIRO GAMA CADASTRO: 1525
CARGO/FUNÇÃO: TÉCNICA DE ENFERMAGEM PLACA DO VEICULO: OHT0171
CPF: 575.453.162-15 RG: 504.006
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO RO TELEFONE: 69 - 992799426
BANCO: BRASIL AGÊNCIA:40010 CONTA:10.061-7

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

O referido servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde irá participar da Oficina de Microplanejamento para as Atividades de Vacinação de alta Qualidade, que acontecera no município de Ji-Paraná/RO. Segue comprovação em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 114,15 (cento e quatorze reais e quinze centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 19/09/2023

FERNANDA SANTOS DE SOUZA
Secretária Mun. de Saúde
Portaria nº 153 de 13/06/2023

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:734669BB

P M N U - RO
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA:20/09/2023	Nº DIARIAS	03 (TRES) DE 30%
	CHEGADA:22/09/2023	V. UNT.	R$114,15
CIDADE/UF:	JI-PARANA/RO	V. TOTAL	R$ 342,45
DIARIA SEM PERNOITE			
MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE		

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: ALAÍDE DE SOUZA CORTEZ DIAS CADASTRO: 212
CARGO/FUNÇÃO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM PLACA DO VEICULO: OHT0171
CPF : 406.165.612-91 RG: 418.914 SSP/RO
CIDADE/ESTADO: OURO PRETO DO OESTE/RO TELEFONE: 992437460
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 10.003-X

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O referido servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde irá participar da Oficina de Microplanejamento para as Atividades de Vacinação de alta Qualidade, que acontecera no município de Ji-Paraná/RO. Segue comprovação em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 114,15 (cento e quatorze reais e quinze centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 19/09/2023

FERNANDA SANTOS DE SOUZA
Secretária Mun. de Saúde
Portaria nº 153 de 13/06/2023

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:8A6A1FE2

P M N U - RO
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA:19/09/2023	Nº DIARIAS	01 (UMA) DE 30%
	CHEGADA:19/09/2023	V. UNT.	R$114,15
CIDADE/UF:	JI-PARANA/RO	V. TOTAL	R$114,15
DIARIA SEM PERNOITE			
MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE		

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: LAODICEIA GONÇALVES DOS SANTOS
CARGO/FUNÇÃO: ENFERMEIRA CADASTRO: 1118
CPF: 348.390.702-53 RG: 090.142.209 SSP/RJ
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO/RO. TELEFONE: 69 993439290
BANCO: 756 SICOOB AGÊNCIA: 3273 CONTA: 50.328-2

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O referido servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde participará da Reunião do Grupo Condutor Regional da Planificação, que acontecera no Auditório da I Gerência Regional de Saúde de Ji-Paraná/RO. Segue comprovação em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 114,15 (cento e quatorze reais e quinze centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 18/09/2023

FERNANDA SANTOS DE SOUZA
Secretária Mun. de Saúde
Portaria nº 153 de 13/06/2023

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:F554EA26

P M N U - RO
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA:19/09/2023	Nº DIARIAS	01 (UMA) DE 30%
	CHEGADA:19/09/2023	V. UNT.	R$114,15
CIDADE/UF:	JI-PARANA/RO	V. TOTAL	R$114,15
DIARIA SEM PERNOITE			
MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE		

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: DEVAIR LUIZ FILHO CADASTRO: 1107
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA
CPF: 419.120.329-49 RG: 431214 SSP/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO/RO TELEFONE: 69 981214590
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 12.333-1

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O referido servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde irá conduzir a Coordenadora da UBS que participará da Reunião do Grupo Condutor Regional da Planificação,que acontecera no Auditório da I Gerência Regional de Saúde de Ji-Paraná/RO. Segue comprovação em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 114,15 (cento e quatorze reais e quinze centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 19/09/2023

FERNANDA SANTOS DE SOUZA
Secretária Mun. de Saúde
Portaria nº 153 de 13/06/2023

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:6C6261E3

P M N U - RO
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA

UNIDADE SOLICITANTE:SEMSAU			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA:19/09/2023	Nº DIARIAS	01 (UMA) DE 30%
	CHEGADA:19/09/2023	V. UNT.	R$114,15
CIDADE/UF:	JI-PARANA/RO	V. TOTAL	R$114,15
DIARIA SEM PERNOITE			
MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE		

DADOS DO FAVORECIDO
NOME:CHIRLEY PEREIRA PORTELA CADASTRO: 1016
CARGO/FUNÇÃO:TÉCNICA DE ENFERMAGEM PLACA DE VEICULO: MDK7054
CPF:897.307.552-72 RG:924268 SSP/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO/RO TELEFONE:99241-9147
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 11.935-0

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
A servidora irá se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde acompanhara pacientes regulado agendado no Centro De Saúde Da Mulher CeciCunha e SAE no município de Ji-Paraná/RO. Segue lista em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 114,15 (cento e quatorze reais e quinze centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 19/09/2023

FERNANDA SANTOS DE SOUZA
Secretária Mun. de Saúde
Portaria nº 153 de 13/06/2023

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:9B1F62BA

P M N U - RO
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA:19/09/2023	Nº DIARIAS	01 (UMA) DE 100%
	CHEGADA:20/09/2023	V. UNT.	R$380,49
CIDADE/UF:	PORTO VELHO/RO	V. TOTAL	R$380,49
DIARIA COM PERNOITE			
MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE		

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: MIGUEL APARECIDO DE SOUZA CADASTRO: 1264
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA PLACA DE VEICULO: MEF 6171
CPF: 436.351.139-72 RG: 334.498.01 SSP/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO RO TELEFONE: 69 993698342
BANCO:BRASIL AGÊNCIA:4001-0 CONTA:7.658-9

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde irá conduzir pacientes no HOSPITAL DO AMOR, POC, COSME E DAMIÃO e MEDICINA NUCLEARno município de Porto Velho/RO. Segue lista em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 380,49 (trezentos e oitenta reais e quarenta e nove centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 19/09/2023

FERNANDA SANTOS DE SOUZA
Secretária Mun. de Saúde
Portaria nº 153 de 13/06/2023

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:6EB492FB

P M N U - RO
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA

UNIDADE SOLICITANTE:SEMSAU			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA:20/09/2023	Nº DIARIAS	01 (uma) 30%
	CHEGADA:20/09/2023	V. UNT.	R$114,15
CIDADE/UF:	CACOAL/RO	V. TOTAL	R$114,15
DIARIA SEM PERNOITE			
MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE		

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: VILMARIO GONÇALVES DA SILVA CADASTRO: 997
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA PLACA DO VEICULO: NCZ8322
CPF: 077.693.728-60 RG: 18710817 SSP/SP
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE:3466 - 1224
BANCO: BRADESCO AGÊNCIA:0734-0 CONTA:0540413-4

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O referido servidor se deslocou deste município de Nova União/RO na data suprida, onde irá conduzir pacientes agendado para consulta no Hospital Regional no município de Cacoal/RO. Segue lista em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 114,15 (cento e quatorze reais e quinze centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 20/09/2023

FERNANDA SANTOS DE SOUZA
Secretária Mun. de Saúde
Portaria nº 153 de 13/06/2023

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:0A5EFDBE

P M N U - RO
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 21/09/2023	Nº DIARIAS	02 (DUAS) DE 30%
	CHEGADA:22/09/2023	V. UNT.	R$114,15
CIDADE/UF:	JI-PARANA/RO	V. TOTAL	R$228,30
DIARIA SEM PERNOITE			
MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE		

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: KELEN CRISTINA DO CARMO NASCIMENTO CADASTRO: 1540
CARGO/FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM CLT PLACA DE VEICULO: OHT0171
CPF: 008.459.712-71 RG: 1161005
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE:69 98150-4553
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 1404-4 CONTA: 48875-5

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
A referida servidora irá se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde irá participar do curso de APH (Atendimento Pré-Hospitalar), que acontecera no auditório da Faculdade de Medicina FAMEJIPA no município de Ji-Paraná/RO. Segue comprovação em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 228,30 (duzentos e vinte e oito reais e trinta centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 20/09/2023

FERNANDA SANTOS DE SOUZA
Secretária Mun. de Saúde
Portaria nº 153 de 13/06/2023

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:E40598C1

P M N U - RO
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA:21/09/2023	Nº DIARIAS	01(UMA) 30%
	CHEGADA:21/09/2023	V. UNT.	R$114,15

CIDADE/UF:	CACOAL/RO	V. TOTAL	R$114,15

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO

NOME: JURACI FIRMINO COSTA CADASTRO: 1265
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA PLACA DE VEICULO: RSU1F45
CPF: 350.611.542-15 RG: 689736 SSP/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO/RO TELEFONE: 993804153
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 15376-1

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

O referido servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde conduzirá paciente e acompanhante para o hospital Daniel Comboni no município de Cacoal/RO. Segue lista em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 114,15 (cento e quatorze reais e quinze centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 21/09/2023

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:2AD3A177

P M N U - RO
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA:22/09/2023	Nº DIARIAS	01 (uma) 30%
	CHEGADA: 22/09/2023	V. UNT.	R$114,15

CIDADE/UF:	CACOAL/RO	V. TOTAL	R$114,15

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO

NOME: VILMARIO GONÇALVES DA SILVA CADASTRO: 997
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA PLACA DO VEICULO: NCZ 8322
CPF: 077.693.728-60 RG: 18710817 SSP/SP
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE:3466 - 1224
BANCO: BRADESCO AGÊNCIA:0734-0 CONTA:0540413-4

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

O referido servidor desloca-se deste município de Nova União/RO na data suprida, onde irá conduzir pacientes e acompanhante agendado para consulta no Hospital HRC no Municipal de Cacoal/RO. Segue lista em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 114,15 (cento e quatorze reais e quinze centavos)referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 21/09/2023

FERNANDA SANTOS DE SOUZA
Secretária Mun. de Saúde
Portaria nº 153 de 13/06/2023

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:15F5C9B1

P M N U - RO
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA

UNIDADE SOLICITANTE:SEMSAU			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA:22/09/2023	Nº DIARIAS	01(UMA) 30%
	CHEGADA:22/09/2023	V. UNT.	R$114,15

CIDADE/UF:	JI-PARANA/RO	V. TOTAL	R$114,15

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO

NOME: EDINALDO DE ARAUJO CADASTRO: 1000
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA PLACA DE VEICULO: RSU1F45
CPF: 497.707.992-20 RG: 538.653 SSP/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO/RO TELEFONE: 992415111
BANCO: BRADESCO AGÊNCIA: 734-0 CONTA: 540376-6

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

O referido servidor deslocou-se deste município de Nova União/RO na data suprida, onde irá conduzir pacientes para o C.E.R e a servidora Diva Dias fará retirada de fórmula (nutrição adulto e infantil) na Delegacia Regional de Saúde, ambos no município de Ji-Paraná/RO. Segue lista em anexo e convite.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 114,15 (cento e quatorze reais e quinze centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 21/09/2023

FERNANDA SANTOS DE SOUZA
Secretária Mun. de Saúde
Portaria nº 153 de 13/06/2023

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:A40B31A0

P M N U - RO
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA:22/09/2023	Nº DIARIAS	01(UMA) 30%
	CHEGADA:22/09/2023	V. UNT.	R$114,15

CIDADE/UF:	JI-PARANA/RO	V. TOTAL	R$114,15

DIARIA SEM PERNOITE

MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE

DADOS DO FAVORECIDO

NOME: DIVA LOPES DIAS CADASTRO: 1250
CARGO/FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇO SOCIAL PLACA DO VEICULO: RSU1F45
CPF: 731.178.892-72 RG: 15849407-8
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO/RO TELEFONE: 992750816
BANCO: CAIXA AGÊNCIA: 3114 CONTA: 928511456-9

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

A referida servidora se deslocará deste município de Nova União/RO na data suprida, onde fará retirada de fórmula (nutrição adulto e infantil) na Delegacia Regional de Saúde de Ji-Paraná/RO.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 114,15 (cento e quatorze reais e quinze centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 21/09/2023

FERNANDA SANTOS DE SOUZA
Secretária Mun. de Saúde
Portaria nº 153 de 13/06/2023

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:389103E4

P M N U - RO
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA INDENIZATÓRIA

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 19/09/2023	Nº DIARIAS	01 (UMA) 30%
	CHEGADA: 19/09/2023	V. UNT.	R$114,15
CIDADE/UF:	JI-PARANA/RO	V. TOTAL	R$114,15
DIARIA SEM PERNOITE			
MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE		

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: MARIZETE SOARES DE OLIVEIRA CADASTRO: 1530
CARGO/FUNÇÃO:TEC. DE ENFERMAGEM PLACA DO VEICULO: RSZ1A30
CPF: 497.891.552-04 RG:429.082 SSP/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO RO TELEFONE:99326-2954
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA:8057-8

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O referido servidor deslocou deste município de Nova União/RO na data supracitada, onde acompanhou paciente para avaliação com médico ortopedista com fratura para avaliação no Hospital Municipal Dr. Claudionor Couto Roriz no município de Ji-Paraná/RO. Segue comprovação em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 114,15 (cento e quatorze reais e quinze centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 22/09/2023

FERNANDA SANTOS DE SOUZA
Secretária Mun. de Saúde
Portaria nº 153 de 13/06/2023

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:E8792B6E

P M N U - RO
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA INDENIZATÓRIA

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 19/09/2023	Nº DIARIAS	01 (UMA) 30%
	CHEGADA: 19/09/2023	V. UNT.	R$114,15
CIDADE/UF:	JI-PARANA/RO	V. TOTAL	R$114,15
DIARIA SEM PERNOITE			
MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE		

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: EDINALDO DE ARAUJO CADASTRO: 1000
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA PLACA DE VEICULO: RSZ1A30
CPF: 497.707.992-20 RG: 538.653 SSP/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO/RO TELEFONE: 992415111
BANCO: BRADESCO AGÊNCIA: 734-0 CONTA: 540376-6

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O referido servidor deslocou deste município de Nova União/RO na data supracitada, onde conduziu paciente para avaliação com médico ortopedista com fratura para avaliação no Hospital Municipal Dr. Claudionor Couto Roriz no município de Ji-Paraná/RO. Segue comprovação em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 114,15 (cento e quatorze reais e quinze centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 22/09/2023

FERNANDA SANTOS DE SOUZA
Secretária Mun. de Saúde
Portaria nº 153 de 13/06/2023

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:BF2C37A0

P M N U - RO
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA

UNIDADE SOLICITANTE:SEMSAU			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 22/09/2023		01 (UMA) 30%
	CHEGADA: 22/09/2023	V. UNT.	R$114,15
CIDADE/UF:	JI-PARANA/RO	V. TOTAL	R$114,15
DIARIA SEM PERNOITE			
MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE		

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: JURACI FIRMINO COSTA CADASTRO: 1265
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA PLACA DO VEICULO: RSZ4D07
CPF: 350.611.542-15 RG: 689736 SSP/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO/RO TELEFONE: 993804153
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 15376-1

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS
O servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde conduzirá pacientes agendado para hemodiáliseno Clineron no município de Porto Ji-Paraná/RO.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 114,15 (cento e quatorze reais e quinze centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 22/09/2023

FERNANDA SANTOS DE SOUZA
Secretária Mun. de Saúde
Portaria nº 153 de 13/06/2023

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:CFDB2809

P M N U - RO
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA INDENIZATÓRIA

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA: 16/09/2023		01 (UMA) 30%
	CHEGADA:19/06/2023	V. UNT.	R$114,15
CIDADE/UF:	CACOAL/RO	V. TOTAL	R$114,15
DIARIA SEM PERNOITE			
MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE		

DADOS DO FAVORECIDO
NOME: RONALDO OLIVEIRA DA SILVA CADASTRO: 1599
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA VEICULO LEVE CLT PLACA DE VEICULO: NCZ8332
CPF: 023.838.285-05 RG: 392096602
ENDEREÇO: LINHA 32 BAIRRO:ZONA RURAL
CIDADE/ESTADO: Nova União RO TELEFONE:69 99322-8082
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 24007-9

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE FORÃO EXECUTADOS
O referido servidor se deslocou deste município de Nova União/RO na data supracitada, onde conduziu pacientes e acompanhantes agendados para consultas e exames no hospital HRC no município de Cacoal/RO.Segue comprovação em anexo

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 114,15 (cento e quatorze reais e quinze centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 22/09/2023

FERNANDA SANTOS DE SOUZA
Secretária Mun. de Saúde
Portaria nº 153 de 13/06/2023

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:D4393797

P M N U - RO
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA INDENIZATÓRIA

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA:14/09/2023	Nº DIARIAS	01(UMA) 30%
	CHEGADA:14/09/2023	V. UNT.	R$114,15
CIDADE/UF:	CACOAL/RO	V. TOTAL	R$114,15
DIARIA SEM PERNOITE			
MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE		

DADOS DO FAVORECIDO

NOME: LEANDRO FERREIRA DA SILVA CADASTRO: 172
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA PLACA DE VEICULO: RSZ1030
CPF: 422.467.092-53 RG: 550.145 SSP/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO/RO TELEFONE: 992332830
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 14798-2

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE FORÃO EXECUTADOS

O referido servidor se deslocou de Nova União/RO na data suprida, onde conduziupaciente com fratura no nariz para avaliação médica especializado com Bucomaxila no Hospital HRC de Cacoal/RO. Segue comprovação em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 114,15 (cento e quatorze reais e quinze centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 22/09/2023

FERNANDA SANTOS DE SOUZA
Secretária Mun. de Saúde
Portaria nº 153 de 13/06/2023

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:73018130

P M N U - RO
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA:14/09/2023	Nº DIARIAS	01(UMA) 30%
	CHEGADA: 14/09/2023	V. UNT.	R$114,15
CIDADE/UF:	CACOAL/RO	V. TOTAL	R$114,15
DIARIA SEM PERNOITE			
MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE		

DADOS DO FAVORECIDO

NOME: JOÃO ALVES BARROS CADASTRO: 1059
CARGO/FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM PLACA DE VEICULO: RSZ1030
CPF: 283.653.302-10 RG: 284.905 SSP/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO/RO TELEFONE: 993059343
BANCO: BRASIL AGÊNCIA: 4001-0 CONTA: 10.192-3

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE FORÃO EXECUTADOS

O referido servidor se deslocou de Nova União/RO na data suprida, onde acompanhou paciente com fratura no nariz para avaliação médica especializado com Bucomaxila noHospital HRC de Cacoal/RO.Segue comprovação em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 114,15 (cento e quatorze reais e quinze centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 22/09/2023

FERNANDA SANTOS DE SOUZA
Secretária Mun. de Saúde
Portaria nº 153 de 13/06/2023

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:482BF19C

P M N U - RO
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSAU			
PERIODO DE AFASTAMENTO	SAIDA:25/09/2023	Nº DIARIAS	01 (UMA) DE 30%
	CHEGADA: 25/09/2023	V. UNT.	R$114,15
CIDADE/UF:	CACOAL/RO	V. TOTAL	R$114,15
DIARIA SEM PERNOITE			
MEIO DE LOCAÇÃO:	TERRESTRE		

DADOS DO FAVORECIDO

NOME: MIGUEL APARECIDO DE SOUZA CADASTRO: 1264
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA PLACA DE VEICULO: MEF 6171
CPF: 436.351.139-72 RG: 334.498.01 SSP/RO
CIDADE/ESTADO: NOVA UNIÃO RO TELEFONE: 69 993698342
BANCO:BRASIL AGÊNCIA:4001-0 CONTA:7.658-9

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

O servidor irá se deslocar deste município de Nova União/RO na data suprida, onde irá conduzir pacientes e acompanhantes no Hospital Regional de Cacoal (HRC) no município de Cacoal/RO. Segue lista em anexo.

Declaro fazer jus a receber a importância liquida de R$ 114,15 (cento e quatorze reais e quinze centavos) referente ao constante nas especificações acima e estar ciente do meu dever de comprovação do mesmo.
EM: 25/09/2023

FERNANDA SANTOS DE SOUZA
Secretária Mun. de Saúde
Portaria nº 153 de 13/06/2023

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:64C59806

P M N U - RO
PROJETO DE LEI N.º 1.062, DE 29 NOVEMBRO DE 2023.

Revisa o plano plurianual de 2022/2025 para inclusão de ações e dotações novas no exercício de 2023, priorizam metas nas diretrizes orçamentárias para 2023 e autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento de 2023.

João José de Oliveira, Prefeito de Nova União/RO, no uso da competência conferida pelo art. 68, III, da Lei Orgânica, considerando o disposto no art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona, promulga e publica a seguinte:

LEI:

Art. 1° Fica alterado o Plano Plurianual - PPA 2022/2025 - do Município de Nova União, estatuído pela Lei nº 790, de 05 de outubro de 2021, no valor de **R$ 57.250,00** (cinquenta e sete mil duzentos e cinquenta reais).

Art. 2º Altera as Diretrizes Orçamentárias de 2023, estatuídas pela Lei nº 924, de 12 de dezembro de 2022, no valor de **R$ 57.250,00** (cinquenta e sete mil duzentos e cinquenta reais).

Art. 3º O Poder Executivo fica autorizado a abrir crédito adicional especial no Orçamento de 2023, estabelecido pela Lei nº 934, de 20 de dezembro de 2022, no valor de **R$ 57.250,00** (cinquenta e sete mil duzentos e cinquenta reais).

Parágrafo único. O crédito adicional especial autorizado no **caput**, a ser aberto por decreto, observará a classificação orgânica, funcional, programática e econômica, sendo:

Suplementação (+)

02.07 - Poder Executivo/SEMECET
12.361.0007 - Educação - Ensino Fundamental - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
1050 - Aquisição de Material Permanente/Plano de Ação
4.4.90.52 - Equipamento e Material Permanente **R$: 15.000,00**
FICHA - 341

02.07 - Poder Executivo/SEMECET
12.361.0007 - Educação - Ensino Fundamental - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
1050 - Aquisição de Material Permanente/Plano de Ação
4.4.90.52 - Equipamento e Material Permanente **R$: 42.250,00**
F.R. - 1.576

Art. 4º O crédito autorizado na forma do artigo anterior será suportado:

Pelo **Superávit apurado no Balanço Contábil de 2022**, oriundos do Recebimento de recursos do FUNDEB ESTADUAL, no valor de **R$ 15.000,00** (quinze mil reais).

Pelo **Excesso de Arrecadação**, oriundos do Recebimento de recursos do FUNDEB ESTADUAL, no valor de **R$ 42.250,00** (quarenta e dois mil duzentos e cinquenta reais).

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:D6001D05

P M N U - RO
EXTRATO DE ADITIVO 01 -PRIMEIRO ADITAMENTO DE PRAZO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 48/2022.
PROCESSO Nº: 2-1389/2022.
CELEBRAÇÃO: 28/11/2023.

PARTES: Município de Nova União e a empresa**ANA P. BRITO DE ALMEIDA EIRELI-**30.860.667/0001-25,
INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos, Agricultura e Sustentabilidade representada pelo secretárioManasses Calandrelli Sodré
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza pública urbana e serviçosCongêneres.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será realizado de forma mensal.
VALOR GLOBAL: R$ 153.600,00 (cento e cinquenta e três mil e seiscentos reais), sendo que R$ 51.200,00 (cinquenta e um mil e dois reais) no ano de 2023 referente a 4 meses de contrato, e o restante será empenhado no orçamento de 2024.
PRAZO:12 (cochilar) meses.
NOTA DE EMPENHO ORDINÁRIO Nº 2336/2023 de 20/11/2023,Ficha 81.

Nova União - RO, 28 de novembro de 2023

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:185CA145

P M N U - RO
EXTRATO DO CONTRATO 39/2023

CONTRATO Nº 39/2023.

PROCESSO Nº 1483/2023.

CELEBRAÇÃO: 28 de novembrode 2023.

PARTES: Município de Nova União e a empresa**Wtec Moveis e Equipamentos Técnicos Ltda - 05.634.834/0001-72**

INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

OBJETO: Aquisição de Material Permanente, sendo eles aquisição deArmário Alto 02 Portas 193x90x45, Expositor Kids Flor Simples 142x102x33, Armário Duplo Infantil 04 Portas 100x60x45.

VALOR GLOBAL: R$ 73.295,00 (setenta e três mil, duzentos e noventa e cinco reais)

PRAZO CONTRATO: 03 (três) meses

PRAZO DE ENTREGA: 45 (quarenta e cinco)dias

EMPENHO: Nº2328/2023 de 20/11/2023, Ficha 171 e 2329/2023 de 20/11/2023 Ficha: 341

Nova União/RO, 28 de novembro de 2023

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:8EC801B1

P M N U - RO
EXTRATO DE ADITIVO 01 - PRIMEIRO ADITAMENTO DE PRAZO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 48/2022.
PROCESSO Nº: 2-1389/2022.
CELEBRAÇÃO: 28/11/2023.
PARTES: Município de Nova União e a empresa ANA P. BRITO DE ALMEIDA EIRELI - 30.860.667/0001-25,
INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos, Agricultura e Sustentabilidade representada pelo secretário Manasses Calandrelli Sodré
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza pública urbana e serviços Congêneres.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será realizado de forma mensal.
VALOR GLOBAL: R$ 153.600,00 (cento e cinquenta e três mil e seiscentos reais), sendo que R$ 51.200,00 (cinquenta e um mil e duzentos reais) no ano de 2023 referente a 4 meses de contrato, e o restante sera empenhado no orçamento de 2024.
PRAZO: 12 (doze) meses.
NOTA DE EMPENHO ORDINÁRIO Nº 2336/2023 de 20/11/2023, Ficha 81.

Nova União - RO, 28 de novembro de 2023

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Moreira Mariano Dos Santos
Código Identificador:F62148C5

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 643/SEMECE/2023 CHAMAMENTO PUBLICO Nº 021/CPL/2023

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 643/SEMECE/2023
CHAMAMENTO PUBLICO Nº 021/CPL/2023

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste através do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, referente a publicação nº 718 de 29/11/2023, torna público para conhecimentos dos interessados, que encontra-se instaurada licitação sob a modalidade CHAMAMENTO PUBLICO Nº 021/CPL/2023, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Novo Horizonte do Oeste-RO concernente a:

DO OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – ADVINDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL

DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: O recebimento dos envelopes referentes à documentação e a proposta de preço dar-se-á no endereço Av. Elza Vieira Lopes, 4803, Prédio da Prefeitura Municipal, centro de Novo Horizonte do Oeste-RO, sala da CPL, do dia 01/12/2023 até o dia 19/01/2024 as 09:00 (nove) horas, sendo que o recebimentos dos envelopes será da 7:30 até as 13:30.

DA ABERTURA DOS ENVELOPES HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: A sessão de abertura será realizada dia 22 de Janeiro de 2024, do corrente ano às 09:01 horas (horário local) nas dependências da CPL, localizada no endereço av. Elza Vieira Lopes nº 4803 CEP 76956-000.

DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DA CATEGORIA ECONÔMICA:
As despesas serão empenhadas nas fichas conforme descrito abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Projeto de atividade 2018 no elemento de despesas 33 90 30 na ficha 122;
Projeto de atividade 2014 no elemento de despesas 33 90 30 na ficha 101;
Valor total estimado de R$ **396.748,00**

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: De segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 as 13:30 horas, no endereço av. Elza Vieira Lopes nº 4803 CEP 76956-000 ou solicitação por e-mail cplnovohorizonte@hotmail.com e endereço eletrônico www.novohorizonte.ro.gov.br, onde poderá ser adquirido o edital completo juntamente com seus anexos para a ciência dos autos.
Novo Horizonte do Oeste – RO, 29 de Novembro de 2023.

MARCOS ANTONIO DA SILVA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Elias de Oliveira
Código Identificador:2A09C7DE

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

IPSM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE OURO PRETO DO OESTE
JUSTIFICATIVA:Nº 022/CPL/2023

JUSTIFICATIVA:Nº 022/CPL/2023
PROCESSO:Nº 081/2023
NAD:041/IPSM/2023
RECURSO:PRÓPRIO

FORN.:PAREDÃO AUTO VIDROS LTDA
CNPJ:08.475.148/0003-56
VALOR:R$ 285,00 (Duzentos e Oitenta e Cinco Reais).

OBJETO:ATENDER AS NECESSIDADES DO IPSM C/ DESPESAS REFERENTES A PAGAMENTO DE FRANQUIA REDUZIDA SEGURO VEICULO TOYOTA ETIOS HATCH HB X 1.3 PLACA OHQ 3916, REFERENTE A REPOSIÇÃO DO PARABRISAS DIANTEIRO.

Senhor Presidente,

Considerando que não há como instaurar um processo licitatório, tendo em vista a inviabilidade de competição, condição essencial para que seja realizada esta inexigibilidade, a presente justificativa se baseia no fato da empresa supracitada ser a única que atende as necessidades dessa instituição.
A licitante só não dispõe de uma das Certidões, receita federal, mesmo não sendo critério de exclusão por ser esta prestadora de serviço indicada pela seguradora maphre.
O amparo legal para tal justificativa encontra-se na Lei nº 8.666/93, art. 25caput, que dispõe sobre a inexigibilidade de licitação quando houver inviabilidade de competição.
Assim sendo, atendendo o disposto no art. 25 da Lei 8.666/93, e cumprindo o disposto no art. 26 da mesma lei, solicitamos de Vossa Senhoria, a homologação desta.

ALCIDES FERNANDES MARQUES JÚNIOR
Presidente da CPL
Port. 3127 de 11/09/2018

CLAUDIO RODRIGUES DA SILVA
Secretário da CPL
Port. 3575 de 09/11/2023

DALVA OLIVEIRA DOS REIS
Membro da CPL
Port. 3575 de 09/11/2023

SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA
Presidente doIPSM
Dec. nº 15122/2022

HOMOLOGADO EM: 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

Publicado por:
Sebastião Pereira da Silva
Código Identificador:9DCEF293

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS

GABINETE DO PREFEITO
3º ADITIVO DO CONTRATO Nº 010/2023

3º ADITIVO DO CONTRATO Nº 010/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PARECIS/RO
CONTRATADA: HIPER OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.823.623/0001-00 com sede à Av. João Pessoa, nº 4917, Bairro Centro**,** Rolim de Moura/RO**;**

OBJETO: O 2º Termo aditivo de prazo tem por objetivo prorrogar a vigência do Contrato 010/2023, de 28 de novembro de 2023 a 15 de fevereiro 2024.
As demais disposições contidas no contrato 010/2023 em original que não são abrangidas por este termo Aditivo permanecem em vigor.
VALOR: R$ 685.800,11 (Seiscentos e Oitenta e Cinco Mil e Oitocentos Reais e Onze Centavos)
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
PROGRAMA: 26 782 0008
PROJ/ATIV: 1054
ELEM/DESPESA: 4.4.90.51.99 - OUTRAS OBRAS E INSTALACOES
FICHA FINANCEIRA: 293
FONTE DE RECURSOS: Convênio nº 498/PGE/2022-SEOSP/RO
PROCESSO LICITATÓRIO: 209/2023/SEMOSP – Tomada de Preço nº 003/2023,
Data de assinatura: 27/11/2023
Parecis/RO, 29 de Novembro de 2023.

MARCONDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara Soares da Silva
Código Identificador:D6A297DF

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTEIRAS DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº104/2023

Após análise das propostas, classificamos o lote de menor preço para a firma abaixo, com o fundamento legal no Artigo 24, inciso IV da Lei n° 8.666 de 21 de Junho de 1993.
PROCESSO N°1788/2023

Empresa Vencedora:
A. P. DA SILVA & SILVA COM. DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 34.739.557/0001-60
VALOR R$ 1.926,00 (MIL NOVECENTOS E VINTE E SEIS REAIS) TOTAL GERAL R$: 1.926,00

Pimenteiras do Oeste, 29 de novembro de 2023.

Declaramos para fins legais, que a(s) empresa(s) acima deverá apresentar certidões de Fazenda Federal FGTS e Municipal para recebimento de pagamento.

VALÉRIA APARECIDA M. GARCIA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Sordi Moreira
Código Identificador:25CDDE17

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 566/CMPV-2023 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Dispõe sobre a Concessão do Título de Cidadão Honorário do Município de Porto Velho ao Senhor Waldemir Pinheiro da Silva, o MESTRE BAINHA ".
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprovou, e eu, **MÁRCIO PACELE VIEIRA DA SILVA**, Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica concedido o **TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO** ao Senhor **Waldemir Pinheiro da Silva, o MESTRE BAINHA.**

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Porto Velho, 28 de novembro de 2023.

VEREADOR MÁRCIO PACELE
Vereador/ Presidente

Projeto de Decreto Legislativo nº 588/2023.
Autoria: Vereador Aleks Palitot

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:36011FA6

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 567/CMPV-2023. DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Dispõe sobre a Concessão do Título de Cidadão Honorário do Município de Porto Velho ao Senhor CICÉRO RODRIGUES DA SILVA – (Tenente R. SILVA) ".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprovou, e eu, **MÁRCIO PACELE VIEIRA DA SILVA**, Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica concedido o **TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO** ao Senhor **CICÉRO RODRIGUES DA SILVA**, Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Rondônia, , Coordenadoria de Atividades Sociais da Polícia Militar – RO.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Porto Velho, 28 de novembro de 2023.

VEREADOR MÁRCIO PACELE
Vereador/ Presidente

Projeto de Decreto Legislativo nº 597/2023.
Autoria: Vereadora Márcia Socorristas Animais

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:FB43749F

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

O **Diretor Presidente da EMDUR,** no uso de suas atribuições estatutárias que lhe são conferidas no Art. 26, inciso XIV, do Estatuto dessa Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR e em atendimento ao que preceitua o disposto no art. 60 da Lei n. 13.303/2016, c/c com o Inciso I art. 71 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMDUR;
Considerando a licitação deflagrada no processo administrativo n. 00600-00034843/2023-36, cujo objeto se consiste em **PREGÃO ELETRÔNICO NO MODO DE DISPUTA ABERTO** para **REGISTRO DE PREÇOS** para **AQUISIÇÃO DE**

FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO, LIMPEZA E ROÇAGEM DE ESPAÇOS PÚBLICOS, BEM COMO OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO – EMDUR.

Considerando o **Parecer nº 329/C.I./EMDUR/2023, de** 24 de novembro de 2023, onde está consignado que o procedimento atendeu as disposições legais contidas na Lei n. º13.303/2016, opinando, por fim, pela regularidade do procedimento licitatório acima descrito;
RESOLVE ADJUDICAR e HOMOLOGAR, em favor da empresa abaixo qualificada, a Licitação de que trata o presente, nos seguintes termos:

EMPRESA: S.S CARVALHO COMERCIO E SERVICOS LTDA
CNPJ: 33.811.861/0001-09
VALOR TOTAL: R$ 61.664,00
POR EXTENSO: (sessenta e um mil seiscentos e sessenta e quatro reais).

EMPRESA: FTE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 33.608.025/0001-21
VALOR TOTAL: R$ 940,00
POR EXTENSO: (novecentos e quarenta reais).

EMPRESA: G.O.S SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA
CNPJ: 30.029.272/0001-85
VALOR TOTAL: R$ 900,00
POR EXTENSO: (novecentos reais).

EMPRESA: BT COMERCIO INTELIGENTE LTDA
CNPJ: 45.329.312/0001-81
VALOR TOTAL: R$ 1.340,00
POR EXTENSO: (um mil trezentos e quarenta reais).

Porto Velho, 27 de novembro de 2023.

GUSTAVO BELTRAME
Diretor Presidente - EMDUR

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:216A4653

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

O **Diretor Presidente da EMDUR,** no uso de suas atribuições estatutárias que lhe são conferidas no Art. 26, inciso XIV, do Estatuto dessa Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR e em atendimento ao que preceitua o disposto no art. 60 da Lei n. 13.303/2016, c/c com o Inciso I art. 71 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMDUR;
Considerando a licitação deflagrada no processo administrativo n. 00600-00036630/2023-49-e, cujo objeto se consiste em **PREGÃO ELETRÔNICO NO MODO DE DISPUTA ABERTO** para **REGISTRO DE PREÇOS** para **AQUISIÇÃO DE POSTES DE CONCRETO TIPO DUPLO "T" E DE FERRO PARA ATENDER AS DEMANDAS DE ILUMINAÇÃO ORDINÁRIA DA EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO – EMDUR**
Considerando o **Parecer nº 328/C.I./EMDUR/2023, de** 23 de novembro de 2023, onde está consignado que o procedimento atendeu as disposições legais contidas na Lei n. º13.303/2016, opinando, por fim, pela regularidade do procedimento licitatório acima descrito;
RESOLVE ADJUDICAR e HOMOLOGAR, em favor da empresa abaixo qualificada, a Licitação de que trata o presente, nos seguintes termos:

EMPRESA: ANADINA SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTD
CNPJ: 28.613.773/0001-62
VALOR TOTAL: R$ 432.500,00
POR EXTENSO: (quatrocentos e trinta e dois mil e quinhentos reais).

EMPRESA: COMERCIAL GOIS LTDA
CNPJ: 19.248.658/0001-45
VALOR TOTAL: R$ 342.000,00
POR EXTENSO: (trezentos e quarenta e dois mil reais).

EMPRESA: CONSTRUTUBOS COMERCIO DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA
CNPJ: 84.602.481/0001-03
VALOR TOTAL: R$ 74.000,00
POR EXTENSO: (setenta e quatro mil reais).

EMPRESA: S.S CARVALHO COMERCIO E SERVICOS LTDA
CNPJ: 33.811.861/0001-09
VALOR TOTAL: R$ 148.000,00
POR EXTENSO: (cento e quarenta e oito mil reais).

Porto Velho, 27 de novembro de 2023.

GUSTAVO BELTRAME
Diretor Presidente - EMDUR

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:6C4D2F9A

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS N° 64/2023

PROCESSO Nº 2023.14.1105031PA

SERVIDOR: OBSMAR OZEIAS RIBEIRO
CARGO: GERENTE DE CONTABILIDADE
VALOR: R$**3.000,00**
EMPENHO: N° 448/2023 - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – ADM
OBJETIVO DA VIAGEM: IX SEMINÁRIO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE DE CUSTO APLICADOS AO SETOR PÚBLICO

Considerando que o presente processo foi objeto de análise pela unidade executora de Controle Interno ou órgão equivalente, ou ainda, por comissão de servidores designada pelo ordenador de despesa. O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho-RO – IPAM, através do seu Diretor-Presidente, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 4.123 de 18 de outubro de 1990, constatou que a despesa encontra-se, portanto, **APTA** para ser **homologada** nos termos do Decreto 17.482 de 2021.

D E C I D O:

HOMOLOGAR a presente prestação de contas de diárias nos termos do Decreto nº 17.482/2021, de forma que os autos deverão ser remetidos ao Setor competente, a fim de proceder a baixa da responsabilidade do(s) beneficiário(s).

Porto Velho-RO, 28 de novembro de 2023.

(assinado eletronicamente)
IVAN FURTADO DE OLIVEIRA
Diretor-presidente

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:7D0BAFB9

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS N° 65/2023

PROCESSO Nº 2023.14.1105031PA

SERVIDOR:DIEGO FERRUCIO MARQUET

CARGO: CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE-ASSISTÊNICA
VALOR: R$4**.000,00**
EMPENHO: N° 447/2023 **-** FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – ADM
OBJETIVO DA VIAGEM: IX SEMINÁRIO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE DE CUSTO APLICADOS AO SETOR PÚBLICO

Considerando que o presente processo foi objeto de análise pela unidade executora de Controle Interno ou órgão equivalente, ou ainda, por comissão de servidores designada pelo ordenador de despesa. O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho-RO – IPAM, através do seu Diretor-Presidente, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 4.123 de 18 de outubro de 1990, constatou que a despesa encontra-se, portanto, **APTA** para ser **homologada** nos termos do Decreto 17.482 de 2021.

D E C I D O:

HOMOLOGAR a presente prestação de contas de diárias nos termos do Decreto nº 17.482/2021, de forma que os autos deverão ser remetidos ao Setor competente, a fim de proceder a baixa da responsabilidade do(s) beneficiário(s).

Porto Velho-RO,28 de novembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)
IVAN FURTADO DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:1426C277

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM
PORTARIA N.º 599/2023

Porto Velho, 29 de novembro de 2023.

O Diretor-Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º. Alínea "g" do Decreto nº. 4.123, de 18 de outubro de 1990;

Resolve,

Retificar a Portaria n.° 592 de 27 de novembro de 2023, publicada no DOM n° 3610 de 29 de novembro de 2023, que designa o servidor **JOEL BORGES DE OLIVEIRA**, cadastro n.º 10081AT, do quadro de servidores desta autarquia, para responder pelo cargo em comissão de livre nomeação e exoneração de **Chefe da Divisão de Beneficios**, em substituição a titular **CARINE BARBOSA CAMURÇA DE MELO**, cadastro n.º 248452AT, no período de 26 de dezembro a 17 de janeiro de 2024.

Onde se lê: 26 de dezembro a 17 de janeiro de 2024**.**
Leia-se: 26 de dezembro a 14 de janeiro de 2024.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, Publique-se e
Cumpra-se.

(assinado eletronicamente)
IVAN FURTADO DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:ECDB6F39

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM
AVISO DE LICITAÇÃO

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP

PREGÃO ELETRÔNICO N° 07/2023/CPL/IPAM – MENOR PREÇO POR ITEM.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 2023.2564.904489PA.

OBJETO: Aquisição de material de consumo (água mineral e álcool), com vista a atender as necessidades do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho, pelo período de 12 (doze) meses.

VALOR ESTIMADO: R$18.673,12 (Dezoito mil e seiscentos e setenta e três reais e doze centavos).

DATA DE ABERTURA: 18/12/2023

HORA DA ABERTURA: 10h00 (Horário de Brasília)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

UASG: 927154 – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM.

LIMITE PARA ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL: Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão.

MODO DE DISPUTA: ABERTO.

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada somente nos endereços eletrônicos: www.ipam.ro.gov.br e www.comprasnet.gov.br

Porto Velho – RO, 29 de novembro de 2023.

DANIEL ORLANDO DANTAS DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:01AD598A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
SUBPROCURADORIA ADMINISTRATIVA, CONVÊNIOS E CONTRATOS EXTRATO Nº 289/PGM/2023

EXTRATO Nº 289/PGM/2023 (LEI FEDERAL Nº. 8.666/93)
PROCESSO Nº º 00600-00013933/2023-93e (06.06728/2021)
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
CONTRATADA: a empresa ACRONET CORPORATIVO COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI
ESPÉCIE: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 083//PGM/2021
OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na Locação e Manutenção de Impressora, incluindo o Fornecimento dos Equipamentos (novos e primeiro uso) e Reposição de Peças e de todo Material de Consumo necessário ao perfeito funcionamento, exceto papel, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços nº 356/2020 do Pregão Eletrônico nº 365/2020 – Secretaria do Estado de Finanças de Rondônia – SEFIN, conforme descrições previstas no Edital.

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 083/PGM/2021, pelo período de 12 (dose) meses, contados a partir do dia 30.11.2023.

No tocante a disponibilidade orçamentária para cobertura do presente termo aditivo, a SEMFAZ informa que estão previstos na seguinte dotação orçamentária:

Programa: 0007 - APOIO ADMINISTRATIVO - Projeto Atividade n.° 2.001 – Administração da Unidade – Elemento de despesa n° 33.90.40, Serviços de tecnologia da informação e comunicação PJ, Fonte 15.00 – Recursos Não vinculados de imposto, no valor de R$ 8.320,00 (oito mil trezentos e vinte reais), conforme Nota de Empenho n°. 7074/2023 – DIAD/SEMFAZ peça 16 eDOC 7A2DFF8B.

As despesas remanescentes deverão ser consignadas pela secretaria por meio de termo de apostilamento a ser elaborado na ocasião da abertura do exercício financeiro do ano seguinte.

Porto Velho, 28 de novembro 2023

Responsável pelo Extrato

MARIA SAMANTHA DIONÍZIA DE LIMA QUEIROZ
Gerente da Divisão de Convênios e Contratos

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:828381B9

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
SUBPROCURADORIA ADMINISTRATIVA, CONVÊNIOS E CONTRATOS EXTRATO Nº 290/PGM/2023

EXTRATO Nº 290/PGM/2023 (LEI FEDERAL Nº. 8.666/93)
PROCESSO Nº 00600-00040165/2023-41
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATADA: Empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
ESPÉCIE: CONTRATO Nº 068/PGM/2023
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GERENCIAMENTO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS EM REDE DE POSTOS CREDENCIADOS, ATRAVÉS DE SISTEMA INFORMATIZADO, UTILIZANDO CARTÃO MAGNÉTICO OU CARTÃO ELETRÔNICO TIPO SMART COM CHIP, com vistas ao atendimento da necessidade de abastecimento dos veículos, maquinários, equipamentos, grupos geradores e embarcações pertencentes à frota oficial dos órgãos da administração pública municipal direta da Prefeitura de Porto Velho, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações técnicas, unidades e quantidades definidas nos Anexos I e II do Edital, para atender à Contratante.

O valor estimativo desta contratação é de R$ 10.235.693,84 (dez milhões, duzentos e trinta e cinco mil, seiscentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos).

O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de 18/11/2023, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite previsto no inciso II, do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, de acordo com as necessidades do Contratante.

Os recursos orçamentários necessários para a cobertura do presente contrato se encontram previstos no orçamento da SEMAD, conforme programação a seguir: – Projeto Atividade: 07.01.04.122.0007.2.002 (Administração Geral das Unidades Administrativas), Elemento de Despesa: 3.3.90.30 (Material de Consumo), Fonte: 17.09 (Transferência da União), no valor de R$ 852.975,00 (oitocentos e cinquenta e dois mil, novecentos e setenta e cinco reais), conforme nota de Empenho nº 6373/2023, para cobertura até dezembro/2023.

Os recursos remanescentes deverão ser consignados na ocasião da abertura do exercício vindouro.

Porto Velho, 28 de novembro 2023
Responsável pelo Extrato

MARIA SAMANTHA DIONÍZIA DE LIMA QUEIROZ
Gerente da Divisão de Convênios e Contratos

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:99DBD0E7

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
SUBPROCURADORIA DE PROCESSOS DISCIPLINAR
PORTARIA Nº 219/SPPD/GAB/PGM/2023.

PORTARIA Nº 219/SPPD/GAB/PGM/2023.
PORTO VELHO, 27 DE NOVEMBRO DE 2023.

O PROCURADOR GERAL ADJUNTO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 18.730 de 26 de dezembro de 2022, que estabeleceu o calendário de feriados e pontos facultativos do Poder Executivo Municipal no exercício de 2023, destacando-se o feriado nacional em 24 de dezembro (segunda-feira) em razão do Natal,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 19.576 de 23 de novembro de 2023, que estabeleceu o período de Recesso Administrativo durante as festividades do Natal e do Ano Novo, e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º – DETERMINAR e estabelecer o Recesso Disciplinar, no período de 18 de dezembro de 2023 a 29 de dezembro de 2023, cujos Processos Administrativos Disciplinares e de Sindicância em trâmites na Subprocuradoria de Processo Disciplinar/PGM, automaticamente, serão sobrestados em razão do referido recesso.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, devendo ser dada publicidade a mesma.

Cumpra-se.
Publique-se.
Registra-se.

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador-Geral Adjunto do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:CEF45957

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 19.589, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023.

REPUBLICAÇÃO

Autoriza e Disciplina o Período Momesco do Município de Porto Velho para o ano de 2024, regulamentando todas as atividades das entidades carnavalescas para a realização dos seus eventos, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuições que lhe são conferidas no Art. 87, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e tendo em vista o que consta no Proc. 00600-00046263/2023-91-e.

CONSIDERANDO que os projetos e atividades carnavalescos se inserem no Calendário Anual de Eventos Culturais da Cidade de Porto Velho;

CONSIDERANDO a dimensão social, cultural, simbólica, econômica e turística do Carnaval popular de Rua no Município de Porto Velho, a sua importância histórica e artística, bem como sua característica territorial, de presença capilarizada nas regiões da cidade;

CONSIDERANDO necessidade de regramento do Carnaval de Rua, consolidando a política e o ordenamento das várias esferas de

intervenção da Prefeitura do Município de Porto Velho e de outros entes, por meio de seus agentes com vistas à afirmação da dimensão cultural da atividade carnavalesca e a valorização comunitária de suas manifestações;

CONSIDERANDO ser o Carnaval um evento do macro interesse público e da comunidade, promovido e executado pela Prefeitura do Município de Porto Velho através da FUNCULTURAL.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o período momesco, sendo compreendido entre os dias 1º de dezembro de 2023 a 24 de fevereiro de 2024.

Parágrafo único. As Agremiações Carnavalescas participantes dos Eventos promovidos e/ou apoiados pela Prefeitura do Município de Porto Velho, bem como aquelas de iniciativa própria em sintonia com o objeto deste Decreto, deverão observar o que preceitua a Lei Complementar nº 741, de 19 de dezembro de 2018, assim como o Decreto nº 15.931, de 13 de junho de 2019.

Art. 2º Considera-se Carnaval de Rua, para os fins deste Decreto, o conjunto de manifestações voluntárias, não hierarquizadas, de cunho festivo, com ou sem caráter competitivo, que ocorrem em diversos logradouros públicos ou privados da Cidade de Porto Velho, na forma de "blocos", "cordões", "bandas" "desfiles", "agremiações" e assemelhados, com a finalidade de mera fruição, conforme letras das Lei nº 2.477, de 29 de dezembro de 2017 que alterou a Lei nº 1.858, de 22 de dezembro de 2009, que normatiza os corredores culturais nos circuitos dos blocos carnavalescos.

Art. 3° As manifestações do Carnaval de Rua devem percorrer o itinerário estabelecido neste decreto pelo Poder Executivo Municipal, levando em consideração as orientações dos órgãos de controle e a tradicionalidade das manifestações, observada a Lei retro citada.

Art. 4º Tratando-se de ocupação temporária de bens públicos, nas Manifestações do Carnaval com uso de estrutura de "trio elétrico", este veículo deverá estar protegido no seu entorno por 1 (uma) corda de segurança com pessoas identificadas para essa função, não permitindo o acesso de brincantes ao veículo e, 1 (uma) corda de segurança/isolamento com extensão/espaço satisfatório para os foliões vestidos com as camisetas/abadás do bloco.

Parágrafo único. Fora do espaço das cordas seguem os foliões que não tem camiseta para o acesso ao interior desse espaço, porém participando da atividade/desfile.

Art. 5º No regramento das atividades e de sua dinâmica, será resguardado o Conjunto de características próprias do Carnaval de Rua da Cidade de Porto Velho, devendo ser observado o quanto segue:

I – os blocos e demais manifestações do Carnaval de Rua realizarão suas atividades durante o período momesco estabelecido no Art. 1º deste decreto, obedecendo a legislação vigente que versa sobre eventos;

II – os blocos considerados tradicionais, vide mais de 10 (dez) anos de existência, terão garantidos seus circuitos convencionais;

III – os blocos e demais manifestações do Carnaval de Rua, salvo os que se enquadram no inciso II deste artigo, estarão distribuídos pelos circuitos:

a) Circuito Centro;

b) Circuito Sul;

c) Circuito Leste; e

d) Circuito Areal.

IV – os blocos e demais manifestações culturais do Carnaval de Rua, não poderão permanecer parados em pontos fixos, salvo durante o período de concentração que não poderá exceder (02) duas horas, devendo sempre circular, como forma de promover a melhor convivência com a vizinhança e o tráfego;

V – fica vedada a realização de ensaios nas datas dos desfiles oficiais doutros blocos, preservando a importância das agremiações desfilantes em seus dias, garantindo melhor fluência de público para um único local, bem como, oferecendo melhores condições de trabalho aos efetivos de acompanhamento, fiscalização e controle;

VI – a Prefeitura de Porto Velho, por meio da FUNCULTURAL, realizará o Baile Municipal (abertura oficial do carnaval) no dia 20 de janeiro de 2024 no Mercado Cultural, com início às 19:00h como atividade única desta data, contando com a participação mobilizada dos blocos e demais agremiações que constam do certame carnavalesco da cidade;

VII – o horário máximo para o término/encerramento dos desfiles dos blocos será às 04:00h, ficando orientadas as agremiações participantes responsáveis pela organização e cumprimento dos seus horários, para que não extrapolem o limite de que trata este inciso;

VIII – os blocos que realizam suas atividades paradas (fixas no local) no correr do dia, terão seus tempos de atividade fixados de acordo com inciso VII deste artigo, ficando expressas as orientações para o cumprimento das suas atividades até o horário máximo estipulado;

IX **–** em havendo desfile das Escolas de Samba de Porto Velho, as mesmas se apresentarão em data única (01 dia de desfile) a ser marcada dentro do período momesco e num percurso/espaço a ser definido pelos entes públicos detentores e gestores desses locais.

§ 1º O horário dos desfiles das escolas de samba deverá obedecer ao tempo máximo estabelecido no inciso VII deste artigo, ficando a LIESER e as suas agremiações afiliadas, orientadas a este fiel cumprimento.

§ 2º Em caso de desfile de dois ou mais blocos no mesmo circuito e mesmo dia, a concentração não poderá exceder uma hora e meia (noventa minutos), e, o intervalo entre a saída de um bloco e outro será de 1 (uma) hora, exceto casos fortuitos e outros provocados por agentes da natureza.

Art. 6° Ficam estabelecidas as responsabilidades das Secretarias Municipais envolvidas no planejamento operacional e licenciamento do Carnaval de Rua da Cidade de Porto Velho, com as seguintes finalidades:

I – Estabelecer diálogo com os responsáveis pelos blocos e assemelhados, assim como moradores e comerciantes eventualmente envolvidos ou interessados;

II – Realizar o adequado planejamento dos eventos carnavalescos de forma a minimizar os impactos nas áreas em que ocorrerem, maximizando seu proveito comunitário;

III – Sugerir parcerias com entidades e órgãos públicos, bem como com os diversos segmentos da iniciativa privada que contribuam para a viabilização dos eventos.

IV – Estabelecer as Regras gerais do Carnaval, como: utilização de vias públicas, licenciamento dos eventos, respeitabilidade e cumprimento das leis, decretos, instruções normativas e termos de ajuste de condutas vigentes;

V – A fiscalização de todos os eventos carnavalescos em vias ou espaços públicos autorizados e licenciados;

VI – Fica vedada a comercialização de bebidas em cima dos trios, bem como a comercialização pelos organizadores dos blocos.

VII – Garantir como apoio e fomento às atividades de promoção institucional, organização e difusão dos blocos e agremiações carnavalescas, espaços razoáveis para usos temporários – sem prejuízo da mobilidade urbana – em praças, calçadas e vias, para a instalação provisória de stands e/ou varais de vendas de camisetas, cabine para atender a imprensa e/ou outras feituras, desde que dialoguem harmonicamente com a rotina da cidade.

Art. 7° Das responsabilidades das Secretarias:

I – Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho – SEMDESTUR, competindo-lhe:

a) Desenvolver, em parceria com a FUNCULTURAL, plano de viabilização financeira para o "Carnaval de Rua" no âmbito da Prefeitura de Porto Velho, considerando o potencial de captação de recursos públicos e privados para as atividades e serviços;

b) Fomentar, apoiar e viabilizar atividades turísticas ligadas ao período carnavalesco, bem como banners informativos sobre as regras do que se pode levar e usar no carnaval.

II – Fundação Cultural do Município de Porto Velho – FUNCULTURAL, competindo-lhe:

a) O estabelecimento das diretrizes gerais sobre a dimensão cultural da política para o Carnaval de Rua;

b) A elaboração do Guia Completo do Carnaval de Rua da Cidade, em conjunto com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA;

c) A fiscalização operacional dos eventos, no que lhe couber;

d) A coordenação territorial do Carnaval de Rua e planejamento das ações, mediante o mapeamento dos blocos e assemelhados e seus itinerários nos respectivos circuitos;

e) Se for o caso, contratar empresa especializada para elaborar e captar recursos financeiros, intermediando relações entre investidores, patrocinadores e os organizadores do Carnaval de Rua na esfera pública e privada.

III – Secretaria Municipal de Saneamento e Serviços Básicos – SEMUSB, competindo-lhe:

a) A limpeza das vias pública e espaços públicos antes, durante e depois do evento ocorrer;

b) A articulação com os Fiscais de Postura para o alinhamento das medidas de controle relacionadas aos ambulantes e produtos dos patrocinadores;

c) Fiscalização quanto a devolução da via pública utilizada, em perfeitas condições de limpeza e uso, e integridade do patrimônio municipal da municipalidade;

d) Estabelecer o cadastramento e ordenamento das atividades comerciais desenvolvidas por ambulantes;

e) Emissão de licenças, autorizações ou alvarás para vendedores ambulantes de acordo com legislação municipal vigente.

IV – Secretaria Municipal da Saúde – SEMUSA, competindo-lhe:

a) A disponibilidade de ambulâncias e da rede do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, ao longo dos corredores culturais;

b) Em contrapartida, promover campanhas específicas de conscientização e prevenção em questões relacionadas à saúde, com ênfase para DST/AIDS, o uso de substâncias psicoativas e, a distribuição de preservativos;

c) Fiscalização através da vigilância sanitária das condições de banheiros Químicos e conservação e preparo dos alimentos comercializados pelos ambulantes.

V – Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes – SEMTRAN, competindo-lhe:

a) A análise do itinerário e avaliação do seu impacto no trânsito no que tange aos corredores culturais;

b) A adequação do itinerário, quando necessário para garantir a segurança do trânsito;

c) A operação do trânsito;

d) A sinalização temporária das vias públicas contíguas e, a comunicação aos motoristas e moradores, com fornecimento e instalação dos bloqueios com grades de proteção, respeitando o acesso de moradores locais;

e) Emissão de licenças e autorizações de acordo com legislação vigente;

f) O planejamento do tráfego em parceria com a produção executiva do evento e os órgãos de segurança;

g) Fiscalização dos trios elétricos no percurso autorizado neste Decreto;

h) A cooperação institucional entre a Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes e as demais forças policiais, alinhando as ações de segurança nos itinerários e áreas de concentração dos eventos.

VI – Superintendência Municipal de Comunicação – SMC, competindo-lhe:

a) Implementar, em parceria com a FUNCULTURAL e a SEMDESTUR, campanha de comunicação, com o objetivo de divulgar amplamente a programação do Carnaval de Rua;

b) Informar através da mídia oficial as informações sobre os serviços públicos prestados pela Prefeitura, a programação e os itinerários das atividades;

c) Intermediar a divulgação da programação de carnaval com os demais veículos de comunicação, criando mídia de massa nos canais pertinentes, exaltando o potencial turístico do Município, suas belezas naturais, patrimônio material e imaterial através da modalidade "Turismo de Evento".

VII – Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF, competindo-lhe:

a) Fortalecer a rede de proteção aos direitos humanos e divulgar os mecanismos disponíveis de denúncia de desvio de conduta, e demais a violações incertos nas Leis objetiva e subjetiva dos cadernos legais civis e criminais;

b) Fiscalização do Conselho Tutelar no perímetro carnavalesco.

VIII – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA, competindo-lhe:

a) Emissão de licenças, autorizações ou alvarás de acordo com legislação municipal vigente;

b) Fiscalizar e autuar as irregularidades ambientais segundo legislação municipal vigente;

c) Fiscalizar e coibir em conjunto com SEMTRAN e outros órgãos correlatos, o uso e operação de paredões de som (veículos sonorizados) nas esquinas e espaços adjacentes e em proximidades aos percursos dos desfiles, minimizando assim o impacto sonoro e

destituindo a intervenção inapropriada na programação dos blocos a desfilar.

IX – Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ, competindo-lhe:

a) Iniciar e acompanhar o processo de licenciamento, conforme legislação vigente, inclusive no que tange ao Corpo de Bombeiro Militar;

b) Indeferir processos irregulares;

c) Fiscalizar os eventos e autuar os produtores quando necessário.

X – Coordenadoria Municipal da Defesa Civil, competindo-lhe:

a) A fiscalização dos trios elétricos em conjunto com a Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade Urbana e Transportes – SEMTRAN;

b) Fiscalização quando houver queima de fogos de artifícios e a utilização de contenção de cordas para a segurança dos brincantes.

Parágrafo único. O programa a que se refere o *caput* deste artigo não retira a autonomia dos blocos e demais manifestações do Carnaval de Rua para obter outros meios de financiamento próprio, obedecidos os requisitos previstos neste Decreto.

Art. 8° Das responsabilidades e condicionantes dos "blocos", "agremiações" e assemelhados para a participação efetiva do carnaval de rua de Porto Velho.

I – ter cadastro nacional de pessoa jurídica como entidade sem fins lucrativos em atividade por período mínimo não inferior a 02 (dois) anos;

II – ter em estatuto da entidade entre as atividades fins o fomento a cultura e promoção de eventos culturais;

III – estar de acordo com as legislações regulamentadoras de eventos vigentes no âmbito municipal;

IV – o CNPJ poderá ser utilizado com apenas um nome fantasia durante o período momesco em vigência;

V – as entidades carnavalescas ficam obrigadas, em contrapartida ao apoio material e financeiro, a divulgar nos seus espaços de mídia e instrumentos de divulgação, as políticas sociais e as instituições do Município de Porto Velho;

VI – os blocos e agremiações, deverão fornecer banheiros químicos, o suficiente conforme a legislação vigente do qual trata a matéria, bem como grades de isolamento/contenção com seguranças em cada bloqueio de via efetuado.

Art. 9º As Secretarias envolvidas poderão editar, mediante portaria específica, normas complementares necessárias à execução do disposto neste Decreto, bem como, as autorizações para alterações no cronograma estabelecido previamente, deverão ser submetidas à aprovação destas Secretarias.

Art. 10. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, validando os atos necessários à sua consecução junto aos órgãos municipais.

Art. 11. Revoga-se o Decreto nº 19.587, de 24 de novembro de 2023.

HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito

GODOFREDO GONÇALVES NETO
Presidente da Fundação Cultural de Porto Velho

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:8E82A343

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
ATA DA (850) OCTINGENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO.

MEMBROS PARTICIPANTES: Ivan Furtado de Oliveira, Presidente do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Diego Andrade Lage, Vice-Presidente Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Márcio Freitas Martins, Secretário-Executivo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Fabricio Grisi Médici Jurado, Gestor Jurídico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Bruna Franco de Siqueira, Gestora de Engenharia de Projetos do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Luiz Henrique Gonçalves, Gestor Contábil do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Rosineide Kempim, Gestora de Gestão e Contratos do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Paula Ramos de Souza, Assessora Técnica do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Guilherme Marcel Gaiotto Jaquini, Assessor Técnico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, César Augusto Wanderley Oliveira, Assessor Técnico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Thayana Michela dos Santos Afonso Pinheiro, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada Daniel Pereira Rocha, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Marcelo Melo Barroso, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada.

PAUTA: 1. DELIBERAÇÃO ACERCA DO INÍCIO DA ANÁLISE DOS ESTUDOS CEMITERIAIS DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 01/2023, QUE CRIOU O GRUPO TÉCNICO, COM ESTABELECIMENTO DE PRAZO (CRONOGRAMA) PARA O FIM DA ANÁLISE.

ABERTURA: O Secretário Executivo Márcio Freitas Martins abriu a reunião agradecendo a presença de todos, informou que em 27 de abril de 2023, foi criado Grupo técnico composto pelos membros: Ivan Furtado de Oliveira, Presidente do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada; Luiz Henrique Gonçalves, Gestor Contábil do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada; Bruna Franco de Siqueira, Gestora de Engenharia e Projetosdo Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada; Cesar Augusto Wanderley de Oliveira, Assessor Técnico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada; Paula Ramos de Souza, Assessora Técnica do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada; Thayana Michela dos Santos Afonso Pinheiro, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada; Daniel Pereira Rocha, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, com o objetivo de desenvolver os meios necessários para a celebração do acordo de cooperação técnica entre o Município de Porto Velho e Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades – IPGC, objetivando a realização de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para implantação, gestão, operação, manutenção, exploração e expansão dos serviços públicos cemiteriais do município de porto velho e distritos, conforme deliberação do conselho gestor ocorrida dia 26.04.2023 e segundo os critérios objetivos e às necessidades do município de Porto Velho. Reiterou que os estudos precisam ser analisados na íntegra e com brevidade, tendo em vista que após análise e emissão de parecer pelo CGP, pela aprovação, ou não, dos estudos técnico e econômico-financeiro é que a empresa vais nos apresentar o caderno jurídico com todas as minutas para que seja analisado,foi pedido pela empresa que fosse dessa forma, porque seria mais fácil fazer as alterações, caso haja necessidade, para posterior anotações no caderno jurídico, sendo um rito deles. Explanou acerca da necessidade de dar andamento a questão cemiterial. O grupo coordenará com a participação de todos os membros, a análise final e emissão de relatório será de responsabilidade de todos os membros,

que deverão a partir da próxima semana emitir um relatório de pré análise, já sugerindo possíveis alterações e caso não haja, que se faça as explicações dos cadernos, especialmente quanto a viabilidade técnica e econômico-financeira, sendo que a preocupação deve ocorrer com base na DRE, que trás os índices econômicos, a análise técnica precisa ocorrer paripassu, elencou que a empresa apresentou estudo de viabilidade técnica e ambiental. O presidente Ivan Furtado de Oliveira pontuou que o IPGC, através do termo de cooperação técnica, dará suporte ao conselho em todos os momentos do estudo, incluindo a presentação aos órgão de controle, licitação e até a assinatura do contrato. Quanto ao ressarcimento da empresa, o Secretário executivo Márcio Freitas Martins explicou que será necessário chegar ao valor com base no aproveitamento dos estudos. A Gestora de Engenharia de Projetos Bruna Franco de Siqueira questionou será necessário anexar alguma tabela de pontuação juntamente com a análise, se terá algum critério dessa forma ou se cada gestor criará uma tabela própria. o Secretário executivo Márcio Freitas Martins opinou que apesar de ser um termo de cooperação técnica pode ser utilizada a mesma tabela que foi usada nos PMIs anteriores, para avaliação e pontuação. O Assessor técnico Guilherme Marcel Gaiotto Jaquini explanou que sob seu ponto de vista o não envio do caderno jurídico se dá por depender da análise técnica e econômica de viabilidade, visto que se comprovada viabilidade apenas para a sede do Município de Porto Velho, o tipo de concessão é comum, caso mantenha-se os Distritos e seja economicamente inviável a empresa poderá sugerir uma PPP patrocinada, depende da análise do material já encaminhado. Quanto a pontuação, como não há critérios pré definidos, sob seu ponto de vista não há necessidade de utilizar as tabelas de pontuação já usadas em outros PMIs, a aprovação dos estudos e planilhamento de custos ficam a encargo da empresa serem demonstrados para na licitação incluir o ressarcimento desses estudos. Os membros deliberaram e decidiram pela análise técnica com emissão de parecer semanal. O Secretário Executivo, Márcio Freitas Martins finalizou a reunião, agradecendo a presença de todos os participantes e encerrando os trabalhos da octingentésima quinquagésima reunião do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada do município de Porto Velho - RO, às Dezenove horas e trinta minutos, onde eu, Márcio Freitas Martins lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelos demais membros.

Porto Velho, 01 de novembro de 2023.

IVAN FURTADO DE OLIVEIRA
Presidente do CGP/PVH

DIEGO ANDRADE LAGE
Vice Presidente do CGP/PVH

MÁRCIO FREITAS MARTINS
Secretário Executivo do CGP/PVH

BRUNA FRANCO DE SIQUEIRA
Gestora de Engenharia de Projetos do CGP/PVH

FABRICIO GRISI MÉDICI JURADO
Gestor Jurídico do CGP/PVH

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES
Gestor Contábil do CGP/PVH

ROSINEIDE KEMPIM
Gestora de Gestão e Contratos do CGP/PVH

PAULA RAMOS DE SOUZA
Assessora Técnica do Conselho Gestor do CGP/PVH

CÉSAR AUGUSTO WANDERLEY OLIVEIRA
Assessor Técnico do Conselho Gestor do CGP/PVH

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Assessor Técnico do Conselho Gestor do CGP/PVH

THAYANA MICHELA DOS SANTOS AFONSO PINHEIRO
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

DANIEL PEREIRA ROCHA
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

MARCELO MELO BARROSO
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:5E47B8A6

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
ATA DA (851) OCTINGENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO.

MEMBROS PARTICIPANTES: Ivan Furtado de Oliveira, Presidente do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Diego Andrade Lage, Vice-Presidente Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Márcio Freitas Martins, Secretário-Executivo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Fabricio Grisi Médici Jurado, Gestor Jurídico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Bruna Franco de Siqueira, Gestora de Engenharia de Projetos do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Luiz Henrique Gonçalves, Gestor Contábil do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Rosineide Kempim, Gestora de Gestão e Contratos do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Paula Ramos de Souza, Assessora Técnica do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Guilherme Marcel Gaiotto Jaquini, Assessor Técnico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, César Augusto Wanderley Oliveira, Assessor Técnico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Thayana Michela dos Santos Afonso Pinheiro, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada Daniel Pereira Rocha, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Marcelo Melo Barroso, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada.

PAUTA: 1. DELIBERAÇÃO ACERCA DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE AS INDAGAÇÕES DO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA LOBO & RIZZO E TCE AO MODELO TÉCNICO.

ABERTURA: O Secretário Executivo Márcio Freitas Martins abriu a reunião agradecendo a presença de todos, informou que conforme deliberação do dia 01 de novembro de 2023 os membros devem apresentar as contribuições necessárias. Com a palavra a gestora de engenharia de projetos Bruna Franco de Siqueira explanou que trata-se de Sugestões de Contribuição – Consulta Pública Nº 001/2018 - Concessão dos Serviços Públicos para a Prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário no Município de Porto Velho / RO. Pontuou que quanto a dúvida do Tribunal de Contas, no que tange a esclarecer se as versões dos estudos técnicos, econômico-financeiros e jurídicos encaminhados são definitivas ou se ainda pretende promover alguma alteração, salientou que é importante o conselho especificar junto à BRK Ambiental, se as informações elencadas (escritório Lobo & Rizzo) serão revisadas de acordo com os respectivos cadernos técnicos e se essa revisão possui exponencial relevância. Outra dúvida levantada diz respeito a justificar, na modelagem técnica, a adoção de taxa de
desconto de 8% para atualização dos custos envolvidos na construção do sistema de esgotamento sanitário; A Gestora de Engenharia explanou que é pertinente apresentar as variáveis para a composição do desconto de 8%. A Gestora pontuou ainda que quanto a solicitação de esclarecimento, a respeito da possibilidade de transferência de obras sob responsabilidade do Estado de Rondônia, se foram analisados e mitigados todos os riscos envolvidos, especialmente no que se refere à indeterminação dos valores a serem despendidos pelo futuro concessionário para conclusão das obras e seu impacto sobre os estudos de viabilidade, se há interesse nesse procedimento e se há tratativas a esse respeito com os governos estadual e federal e com a Caixa Econômica Federal, opinou que é pertinente constar no estudo

sobre a possibilidade da não conclusão das obras do PAC e seu respectivo impacto ao
futuro concessionário /Prefeitura de Porto Velho. O Presidente Ivan Furtado de Oliveira esclareceu que as questões avaliadas demonstram que alguns pontos necessitam de esclarecimentos maiores. Os membros deliberaram e decidiram conduzir as questões junto ao corpo técnico da BRK Ambiental, afim de atualizar essas informações com maior brevidade. O Secretário Executivo, Márcio Freitas Martins finalizou a reunião, agradecendo a presença de todos os participantes e encerrando os trabalhos da octingentésima quinquagésima primeira reunião do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada do município de Porto Velho -RO, às Dezenove horas e trinta minutos, onde eu, Márcio Freitas Martins lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelos demais membros.

Porto Velho, 07 de novembro de 2023.

IVAN FURTADO DE OLIVEIRA
Presidente do CGP/PVH

DIEGO ANDRADE LAGE
Vice Presidente do CGP/PVH

MÁRCIO FREITAS MARTINS
Secretário Executivo do CGP/PVH

BRUNA FRANCO DE SIQUEIRA
Gestora de Engenharia de Projetos do CGP/PVH

FABRICIO GRISI MÉDICI JURADO
Gestor Jurídico do CGP/PVH

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES
Gestor Contábil do CGP/PVH

ROSINEIDE KEMPIM
Gestora de Gestão e Contratos do CGP/PVH

PAULA RAMOS DE SOUZA
Assessora Técnica do Conselho Gestor do CGP/PVH

CÉSAR AUGUSTO WANDERLEY OLIVEIRA
Assessor Técnico do Conselho Gestor do CGP/PVH

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Assessor Técnico do Conselho Gestor do CGP/PVH

THAYANA MICHELA DOS SANTOS AFONSO PINHEIRO
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

DANIEL PEREIRA ROCHA
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

MARCELO MELO BARROSO
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:B518450B

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
ATA DA (852) OCTINGENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO.

MEMBROS PARTICIPANTES: Ivan Furtado de Oliveira, Presidente do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Diego Andrade Lage, Vice-Presidente Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Márcio Freitas Martins, Secretário-Executivo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Fabricio Grisi Médici Jurado, Gestor Jurídico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Bruna Franco de Siqueira, Gestora de Engenharia de Projetos do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Luiz Henrique Gonçalves, Gestor Contábil do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Rosineide Kempim, Gestora de Gestão e Contratos do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Paula Ramos de Souza, Assessora Técnica do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Guilherme Marcel Gaiotto Jaquini, Assessor Técnico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, César Augusto Wanderley Oliveira, Assessor Técnico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Thayana Michela dos Santos Afonso Pinheiro, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada Daniel Pereira Rocha, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Marcelo Melo Barroso, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada.

PAUTA: 1. DELIBERAÇÃO ACERCA DO LEVANTAMENTO DE OFÍCIO ENCAMINHADOS À CAERD POR MEIO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO.

ABERTURA: O Secretário Executivo Márcio Freitas Martins abriu a reunião agradecendo a presença de todos, informou que trata-se de levantamento acerca dos ofício encaminhados à CAERD por meio da comissão de fiscalização que visam subsidiar a ADI da Lei Complementar 1200/2023. O Presidente Ivan Furtado de Oliveira explanou que as tratativas com a CAERD vem ocorrendo por parte do Município de Porto Velho desde 2019 e diante da total omissão e descaso da companhia, ocorreu a criação Comissão Técnica, nomeada pelo Decreto nº 16.808, de 22 de julho de 2020 que teve por objetivo a fiscalização e acompanhamento do contrato de Programa, nos termos do Processo nº 05.00069/2009, autos em que a companhia novamente silenciou ao interesse público e ao próprio Contrato nº 112/PGM/2009. O levantamento junto à comissão de fiscalização demonstrou que no dia 02/08/2018 foi recebido na CAERD o Ofício n°. 001/C0MS. DE FlSCALIZAÇÃO/2019, utilizando da cláusula 248, requereU, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, informações alusivas à operação, manutenção e planejamento desta Companhia para o sistema de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto do município de Porto,Velho, sendo elas: OPERAÇÃO: 1. Qual o período de intermitência entre abastecimento nos setores abastecidos pelo sistema R. F2 e Pantanal, 2. Percentual de perda de água do S.A.A.: 3. Percentual de atendimento com abastecimento de água dos últimos 5 anos 4. Quais medidas operacionais foram aplicadas pela Companhia nos últimos 05 anos para mitigação de perdas no Sistema, e qual a evolução do percentual de perda neste período,- 5. Percentual de atendimento com coleta e tratamento de esgoto dos clientes ativos operado pela Companhia; 6. Percentual da população urbana da cidade de Porto Velho atendido pelo S.A.A.; 7. Apresentar as outorgas de operação dos sistemas independentes que possuem captação profunda; 8. Qual o planejamento para a finalização das obras de S.A.A. do PAC, e qual o prazo previsto para término; EXPANSÃO: Investimentos com recursos próprios da concessionária no S.A.A. e S.E.S. no distrito sede do município de Porto Velho; 2. Investimentos com recursos próprios da concessionária no S.A.A. e S.E.S nos distritos do município de Porto V&ho; 3. Obras ou programas de expansão para o S.A.A. e S.E.S. estabelecidos pela concessionária nos últimos 05 anos:. 4. Na existência de planos de expansão, qual o percentual executado; 5. Obras do PAC: Evolução (%) dos contratos no período de janeiro de 2017 até o presente momento; ADMINISTRATIVO / COMERCIAL 1. Balanço patrimonial dos ultimos; 05 anos com despesas e receitas individualizadas para o Município de Porto Velho; 2. Contabilidade regulatória (Apresentar por centro de custo); 3. Índice (%) de inadimplência ios usuários ativos do S.A.A; 4. Monitorarnento do índice (%) de satisfação dos usuários com os serviços :4 prestados pela companhia; 5. Apresentar a última repactuação do contrato. O Secretário Executivo Márcio Freitas Martins esclareceu que a Companhia manteve-se inerte, motivo pelo qual em abril de 2021 foi notificada a CAERD, por intermédio da Comissão de Fiscalização, nos termos do Decreto n° 17.174 de 24 de fevereiro de. 2021, e Cláusula 24.8, do Contrato n° 112/PGM!2009, considerando as três comunicações anteriores datadas em 02 de agosto de 2019, 21 dê agosto de 2019 e 20 de agosto de 2020, no qual requisitavam

esclarecimentos/adequações sobre 18 (dezoito) pontos cruciais para averiguação do cumprimento do Contrato de Programa. O Gestor Jurídico Fabricio Grisi Médici Jurado explanou que diante das inadimplências às cláusulas do contrato instaurou-se processo administrativo de apuração, o qual foi comunicado à CAERD com a exata especificação dos eventuais descumprimentos contratuais, sendo-lhe concedido prazo, que contou com. mais de 20 (vinte) meses da primeira comunicação para a correção de falhas e transgressões detectadas, sem que a notificada tenha encaminhado qualquer tipo de comunicação. Em que pese o contraditório ter sido assegurado nestes quase dois anos de silêncio da empresa, nos termos da Clausula Vigésima Segunda do Contrato do Contrato n° 112/PGMI2009 C/C §20 do art 38, da Lei no 8 987/95, notificou a Companhia de Águas e Esgoto do Estado de Rondônia - CAERD, já qualificada no Contrato n° 112/PGM/2009 a demonstrar a correção das falhas e transgressões detectadas,: nó prazo de 5 (Cinco) dias, sob pena de abertura do processo administrativo de inadimplência encaminhamento para aplicação da penalidade 4. Foi informado que ..os autos do Processo Administrativo n° 02.0040.5-000/2019 (comunicação do descumprimento) encontram-se a disposição para vista do interessado, no setor jurídico do Conselho Gestor de Parceria Publico Privada das 8h s 14h. Os membros deliberaram e decidiram encaminhar os oficios à Procuradoria Geral do Município visando subsidiar a ADI supracitada O Secretário Executivo, Márcio Freitas Martins finalizou a reunião, agradecendo a presença de todos os participantes e encerrando os trabalhos da octingentésima quinquagésima segunda reunião do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada do município de Porto Velho -RO, às Dezenove horas e trinta minutos, onde eu, Márcio Freitas Martins lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelos demais membros.

Porto Velho, 09 de novembro de 2023.

IVAN FURTADO DE OLIVEIRA
Presidente do CGP/PVH

DIEGO ANDRADE LAGE
Vice Presidente do CGP/PVH

MÁRCIO FREITAS MARTINS
Secretário Executivo do CGP/PVH

BRUNA FRANCO DE SIQUEIRA
Gestora de Engenharia de Projetos do CGP/PVH

FABRICIO GRISI MÉDICI JURADO
Gestor Jurídico do CGP/PVH

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES
Gestor Contábil do CGP/PVH

ROSINEIDE KEMPIM
Gestora de Gestão e Contratos do CGP/PVH

PAULA RAMOS DE SOUZA
Assessora Técnica do Conselho Gestor do CGP/PVH

CÉSAR AUGUSTO WANDERLEY OLIVEIRA
Assessor Técnico do Conselho Gestor do CGP/PVH

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Assessor Técnico do Conselho Gestor do CGP/PVH

THAYANA MICHELA DOS SANTOS AFONSO PINHEIRO
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

DANIEL PEREIRA ROCHA
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

MARCELO MELO BARROSO
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:C89B71A7

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
ATA DA (853º) OCTINGENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO.

MEMBROS PARTICIPANTES: Ivan Furtado de Oliveira, Presidente do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Diego Andrade Lage, Vice-Presidente Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Márcio Freitas Martins, Secretário-Executivo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Fabricio Grisi Médici Jurado, Gestor Jurídico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Bruna Franco de Siqueira, Gestora de Engenharia de Projetos do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Luiz Henrique Gonçalves, Gestor Contábil do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Rosineide Kempim, Gestora de Gestão e Contratos do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Paula Ramos de Souza, Assessora Técnica do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Guilherme Marcel Gaiotto Jaquini, Assessor Técnico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, César Augusto Wanderley Oliveira, Assessor Técnico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Thayana Michela dos Santos Afonso Pinheiro, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada Daniel Pereira Rocha, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Marcelo Melo Barroso, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada.

PAUTA: 1. DELIBERAÇÃO ACERCA DA DM Nº 0146/2023/GCFCS/TCE-RO QUE VERSA SOBRE OS ESTUDOS DE MODELAGEM TÉCNICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA E JURÍDICA DESENVOLVIDOS PELA EMPRESA BRK AMBIENTAL NO ÂMBITO DO PMI 001/2018, DEFLAGRADO PELO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO PARA A EXPANSÃO, READEQUAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO DA ÁREA URBANA E DISTRITAL DA CAPITAL.

ABERTURA: O Secretário Executivo Márcio Freitas Martins abriu a reunião agradecendo a presença de todos, informou que trata-se de reunião para tratativas acerca das justificativas ao TCE sobre a DM nº 0146/2023/GCFCS/TCE-RO que versa sobre os Estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica desenvolvidos pela empresa BRK Ambiental no âmbito do PMI 001/2018, deflagrado pelo município de Porto Velho para a expansão, readequação, operação e manutenção do sistema de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário da área urbana e distrital da capital. Relembrou que esse assunto foi previamente discutido, onde ficou deliberado que a BRK Ambiental seria oficiada para contribuir, visto que boa parte das informações, inclusive das justificativas é encargo da empresa. Com a palavra o assessor técnico César Augusto Wanderley oliveira explanou que grande parte dos quesitos formulados pelo TCE necessitam ser respondidos pela BRK Ambiental posto que foram decisões que definiram a modelagem usada como referência ara fazer a pontuação. Elencou ainda que muitos tópicos são repetitivos. Sobre o Jurídico, o Conselho deve se ater aos tópicos que envolvem a agência reguladora, da documentação (atas, etc). O Secretário Executivo Márcio Freitas Martins se manifestou a favor desse entendimento e pontuou que o Conselho pode fornecer todo material que foi gerado a partir da publicação do PMI nº 001/2018, bem como a justificativa acerca do valor para ressarcimento dos estudos. A Gestora de Engenharia de Projetos Bruna Franco de Siqueira, explanou sobre o questionamento do TCE quanto a uma possível alteração, esclarecendo que alterações acontecerão, posto que há contribuições recebidas pela Iguá Saneamento que estão sendo compilados para encaminhamento à BRK Ambiental e alterações nos estudos, sugeriu ainda a juntada de

ofícios entre o Conselho, a Caixa Econômica Federal e a CAERD que versam sobre obras do PAC. O Gestor contábil Luiz Henrique Gonçalves sugeriu que seja informado ao TCE que serão feitas adequações aos estudos considerando os apontamentos e sugestões recebidas, requerer arquivamento dos autos e publicar o edital já com as alterações para posterior resposta a questionamentos que possam surgir dos órgãos de controle externo. O assessor técnico César Augusto Wanderley Oliveira pontuou a necessidade de oficiar a BRK Ambiental para que seja esclarecido pontos que versam sobre escolhas e particularidades que são próprias da empresa, explanou que a empresa precisa defender sua modelagem. Os membros deliberaram e decidiram oficiar imediatamente a Empresa BRK Ambiental para que se manifeste acerca dos questionamentos do TCE/RO. O Secretário Executivo, Márcio Freitas Martins finalizou a reunião, agradecendo a presença de todos os participantes e encerrando os trabalhos da octingentésima quinquagésima terceira reunião do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada do município de Porto Velho - RO, às Dezenove horas e trinta minutos, onde eu, Márcio Freitas Martins lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelos demais membros.

Porto Velho, 10 de novembro de 2023.

IVAN FURTADO DE OLIVEIRA
Presidente do CGP/PVH

DIEGO ANDRADE LAGE
Vice Presidente do CGP/PVH

MÁRCIO FREITAS MARTINS
Secretário Executivo do CGP/PVH

BRUNA FRANCO DE SIQUEIRA
Gestora de Engenharia de Projetos do CGP/PVH

FABRICIO GRISI MÉDICI JURADO
Gestor Jurídico do CGP/PVH

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES
Gestor Contábil do CGP/PVH

ROSINEIDE KEMPIM
Gestora de Gestão e Contratos do CGP/PVH

PAULA RAMOS DE SOUZA
Assessora Técnica do Conselho Gestor do CGP/PVH

CÉSAR AUGUSTO WANDERLEY OLIVEIRA
Assessor Técnico do Conselho Gestor do CGP/PVH

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Assessor Técnico do Conselho Gestor do CGP/PVH

THAYANA MICHELA DOS SANTOS AFONSO PINHEIRO
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

DANIEL PEREIRA ROCHA
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

MARCELO MELO BARROSO
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:A042F556

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
ATA DA (854) OCTINGENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

MEMBROS PARTICIPANTES: Ivan Furtado de Oliveira, Presidente do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Diego Andrade Lage, Vice-Presidente Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Márcio Freitas Martins, Secretário-Executivo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Fabricio Grisi Médici Jurado, Gestor Jurídico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Bruna Franco de Siqueira, Gestora de Engenharia de Projetos do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Luiz Henrique Gonçalves, Gestor Contábil do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Rosineide Kempim, Gestora de Gestão e Contratos do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Paula Ramos de Souza, Assessora Técnica do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Guilherme Marcel Gaiotto Jaquini, Assessor Técnico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, César Augusto Wanderley Oliveira, Assessor Técnico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Thayana Michela dos Santos Afonso Pinheiro, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada Daniel Pereira Rocha, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Marcelo Melo Barroso, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada.

PAUTA: 1. DELIBERAÇÃO ACERCA DA APRESENTAÇÃO DA ANÁLISE DO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA PARA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS CEMITERIAIS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – RO.

ABERTURA: O Secretário Executivo Márcio Freitas Martins abriu a reunião agradecendo a presença de todos, informou que trata-se de reunião para análise da apresentação da análise do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica para concessão dos serviços cemiteriais públicos do município de Porto Velho – RO. Com a palavra a Gestora de Engenharia de projetos Bruna Franco de Siqueira explanou que trata-se de avaliação do documento enviado pelo IPGC – Análise do modelo técnico. Passou a pontuar da seguinte forma: Pg.14 – 2º, Sobre a informação populacional em Porto Velho em 2022 – O IBGE aponta uma população de 460.434 pessoas, apresentando uma divergência sobre o valor informado no estudo. Apesar de ser uma diferença muito pequena, solicita-se a compatibilização do dado diante de futuros questionamentos em auditorias de órgão de controle. Pg.19 – 1º paragrafo, sobre a informação de atendimento com o serviço de esgotamento sanitário, o município de Porto Velho apresenta um atendimento de Coleta de 34,58% (SNIS 2021) apresentando uma divergência sobre o valor informado no estudo. solicita-se a compatibilização do dado. O dado pode ser aferido em: http://appsnis.mdr.gov.br/indicadores/web/agua_esgoto/mapa-esgoto/?d=11002
05. Pg.27 – 2º paragrafo, no referido item, há informação de que o forro é de "gesso PVC". Esclarece que é importante solicitar esclarecimento quanto a correta especificação. Pg.24 – 2º paragrafo, não foi informado sobre a regularização dos jazigos existentes, conforme evidenciado no texto sobre os "aspectos existentes", onde há indícios de construção desordenada entre os acessos aos jazigos. Explanou que é importante que a empresa esclareça quanto às intervenções sobre o problema exposto. Quanto a tabela 02, não foi mencionado sobre a regularização ambiental da área, também não houve menção sobre a readequação dos jazigos irregulares (conforme evidenciado no 4º parágrafo da página 29), elencou que o Conselho deve solicitar que a empresa faça o detalhamento de como o estudo irá atender a problemática ambiental atual, bem como a apresentação do projeto de intervenções em formato pdf para melhor entendimento das propostas. Além disso, a complementação do detalhamento com a inserção de áreas e cotas para possibilitar a aferição dos valores atribuídos nas tabelas 1 e 2. O Presidente Ivan Furtado de Oliveira elencou que no Memorial Descritivo, nas páginas 26 a 27, onde apresenta as alterações no cemitério Jardim dos Inocentes e nas páginas 32 a 33, onde apresenta as Alterações no Cemitério Santo Antônio, percebeu ausência de maiores detalhes sobre as camadas de acabamento das estruturas. A Gestora de Engenharia de projetos Bruna Franco de Siqueira sugeriu que seja solicitado à empresa um croqui base do SINAPI onde demonstra as camadas de acabamentos utilizadas para este tipo de edificação, tal como a adoção do CUB ou TCPO. Para fins de garantia do adequado conhecimento do projeto e

precificação dos investimentos a serem realizados, sugeriu também solicitar que a empresa estruture melhor as tabelas de alterações nos dois cemitérios existente no distrito sede da capital. Alguns dos serviços apresentados nas páginas onde fora realizado o diagnóstico, apresentam dissonância ao expressado nas tabelas 1 e 2. A título de exemplo, no croqui apresentado na página 31 onde apresenta a previsão de "asfaltamento e readequação de área de estacionamento"; não possui a devida quantificação do serviço mencionado na tabela 02. Sugere detalhar a tabelas com as informações descritas em projeto. Identificando as áreas e o tipo de acabamento. A Gestora esclareceu ainda que considerando as tabelas apresentadas. Há itens nos quais não foram apresentados detalhamentos sobre o dimensionamento do objeto. A título de exemplo, fora apresentada a previsão de construção de um ossuário para ambos os cemitérios do distrito sede da capital, e dos distritos, no entanto, não houve a apresentação de um estudo sobre a capacidade dessa edificação. Apresentar dimensionamento das construções novas e existentes devido a necessidade de modelar e precificar a necessidade atual do município. Quanto as Pg. 70 – Figura 31, sugeriu solicitar a apresentação do projeto arquitetônico em formato pdf. e/ou dwg. para melhor entendimento da proposta (planta baixa, cortes, fachadas, planta de implantação – conforme prevê Instrução Normativa N. 54/2017/TCE-RO para Anteprojetos/ Projeto básico. Visando atender as condições mínimas de apresentação de projeto, julga importante requerer também a apresentação do estudo de demanda para a implantação do cemitério parque (incluindo a construção do ossuário), além da representação gráfica com a quantidade de jazigos a ser implantada. O Secretário Executivo Márcio Freitas Martins pontuou que em breve análise econômico Financeira observou que o item 6.1.2 que trata do capex, não apresentou as planilhas constantes no item 6.1.2 – página 76 em formado Excel, com todas as composições, referências de custo, códigos, memoriais, e demais decomposições de custos utilizada para atribuir os investimentos da modelagem, sugeriu que seja solicitado, bem como o encaminhamento da modelagem técnica, a planilha de quantitativos e de orçamentos que trata o opex. Os membros deliberaram e decidiram oficiar a empresa Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades – IPGC, o envio das considerações técnicas aqui elencadas para que o instituto possa providenciar os ajustes necessários para que então tenhamos uma análise mais fluida do objeto. O Secretário Executivo, Márcio Freitas Martins finalizou a reunião, agradecendo a presença de todos os participantes e encerrando os trabalhos da octingentésima quinquagésima quarta reunião do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada do município de Porto Velho -RO, às Dezenove horas e trinta minutos, onde eu, Márcio Freitas Martins lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelos demais membros.

Porto Velho, 13 de novembro de 2023.

IVAN FURTADO DE OLIVEIRA
Presidente do CGP/PVH

DIEGO ANDRADE LAGE
Vice Presidente do CGP/PVH

MÁRCIO FREITAS MARTINS
Secretário Executivo do CGP/PVH

BRUNA FRANCO DE SIQUEIRA
Gestora de Engenharia de Projetos do CGP/PVH

FABRICIO GRISI MÉDICI JURADO
Gestor Jurídico do CGP/PVH

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES
Gestor Contábil do CGP/PVH

ROSINEIDE KEMPIM
Gestora de Gestão e Contratos do CGP/PVH

PAULA RAMOS DE SOUZA
Assessora Técnica do Conselho Gestor do CGP/PVH

CÉSAR AUGUSTO WANDERLEY OLIVEIRA
Assessor Técnico do Conselho Gestor do CGP/PVH

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Assessor Técnico do Conselho Gestor do CGP/PVH

THAYANA MICHELA DOS SANTOS AFONSO PINHEIRO
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

DANIEL PEREIRA ROCHA
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

MARCELO MELO BARROSO
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:9D953DC9

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
ATA DA (855) OCTINGENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO.

MEMBROS PARTICIPANTES: Ivan Furtado de Oliveira, Presidente do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Diego Andrade Lage, Vice-Presidente Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Márcio Freitas Martins, Secretário-Executivo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Fabricio Grisi Médici Jurado, Gestor Jurídico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Bruna Franco de Siqueira, Gestora de Engenharia de Projetos do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Luiz Henrique Gonçalves, Gestor Contábil do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Rosineide Kempim, Gestora de Gestão e Contratos do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Paula Ramos de Souza, Assessora Técnica do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Guilherme Marcel Gaiotto Jaquini, Assessor Técnico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, César Augusto Wanderley Oliveira, Assessor Técnico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Thayana Michela dos Santos Afonso Pinheiro, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada Daniel Pereira Rocha, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Marcelo Melo Barroso, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada.

PAUTA: 1. DELIBERAÇÃO ACERCA DA AUSÊNCIA DE RESPOSTA DA EMPRESA BRK AMBIENTAL, SOBRE DM Nº 0146/2023/GCFCS/TCE-RO QUE VERSA SOBRE OS ESTUDOS DE MODELAGEM TÉCNICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA E JURÍDICA DESENVOLVIDOS PELA EMPRESA BRK AMBIENTAL NO ÂMBITO DO PMI 001/2018, DEFLAGRADO PELO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO PARA A EXPANSÃO, READEQUAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO DA ÁREA URBANA E DISTRITAL DA CAPITAL.

ABERTURA: O Secretário Executivo Márcio Freitas Martins abriu a reunião agradecendo a presença de todos, relembrou que a última reunião sobre esse tema ficou deliberada a elaboração de ofício à BRK Ambiental, para que alguns questionamentos fossem respondidos, no entanto não obtivemos resposta. Elencou que essa ausência de resposta pode ser tomada como uma negativa. Explanou que o Conselho terá que trabalhar na resposta, dentro daquilo que for possível. Ato contínuo, compartilhou o documento recebido do TCE/RO com os demais membros para que seja alinhado o que será respondido e o que o conselho não conseguirá responder. Enfatizou que um dos itens versa sobre estrutura tarifária adotado nos estudos, que nos estudos originais era de 2018, mas foi feito um reajuste, com base nos estudos da BRK, a fim de que corrigidos os valores de

investimentos, capex e também o opex, desse viabilidade econômico—financeira nos moldes que foram apresentados, com outorga mínima de cento e vinte milhões, dentre outros requisitos. Explicou que está de posse da resolução 070 da AGERO, datada de maio de 2023 que autorizou reajuste da estrutura tarifária da CAERD, algo em torno de 70% (setenta por cento) para águas e a coleta de esgotos mais 70% (setenta por cento). Em síntese, para que seja dado esse reajuste, precisaria ter sido apresentado à AGERO toda documentação que o Conselho vem solicitando à CAERD desde de 2018. Elencou que o ajuste tarifário feito pela atual concessionária é bem maior do que aquele previsto nos estudos da BRK Ambiental, que dará viabilidade Econômico-Financeira maior para a estruturação dos estudos. Acerca dos itens 4.1 e 4.1.32 o Conselho precisa informar se a versão dos estudos recebida pelo TCE é definitiva ou se ela vai sofrer algum tipo de alteração. Explanou que os estudos entregues em 2019 sofreram essa última atualização, entregue ao conselho em abril de 2023, portanto não tem mais de 18 meses conforme questionamento do TCE. Quanto a utilização de sugestões dadas pelo público em geral, nas audiências 1 e 2 não foram recebidas contribuições e sim posteriormente quando os estudos estava em revisão. Esclareceu que alguns itens como, atas de audiências, relatórios técnicos, serão tranquilos de encaminhar, pontuou que tudo está no portal da transparência. Acerca do encaminhamento detalhado de ressarcimento do autor e dos estudos máximo e aprovados, incluindo planilhas e memórias de cálculos pertinentes, elencou que não foi apresentada essa documentação pela BRK Ambiental. O Assessor técnico Guilherme Marcel Gaiotto Jaquini explanou que se recorda de possuir um processo físico que poderá ser scaneado e encaminhado, pontuou que observa que está acontecendo uma confusão, visto que esta fase de comprovação do custo para elaboração dos estudos ocorre após a provação, como o conselho aprovou, colocou em consulta pública, pediu correção, mas a empresa não foi notificada a apresentar a planilha de custos para elaboração dos estudos. Esclareceu que muitas informações por parte da empresa, da elaboração do projeto, são informações estratégicas da própria empresa. O Assessor Técnico César Augusto Wanderley Oliveira sugeriu que o Conselho requeira ao TCE que a empresa BRK Ambiental seja inserida no polo passivo a fim de esclarecer esses pontos que o Conselho não tem as informações, pontuou ainda que muitos itens são parte da estratégia de negócio da BRK Ambiental e são arquivos que não influenciam no julgamento de viabilidade da modelagem. O Secretário executivo votou em concordância com o assessor técnico César. O Assessor técnico Guilherme Marcel Gaiotto Jaquini discursou que no edital do PMI consta como obrigação da empresa que ela entregue toda documentação de forma física e em formato digital, considerando que a empresa fez a atualização dos estudos que ela mesmo entregou o assessor sugeriu que a empresa seja notificada a apresentar essas informações sobre as planilhas e informações mais detalhadas. O Presidente Ivan Furtado de Oliveira manifestou-se contra colocar a empresa no polo passivo, posto que o edital não está na praça e o processo tem apenas cunho instrutivo e colaborativo do TCE, análise prévia é vedada pelo STF. O Gestor Jurídico Fabricio Grisi Médici Jurado acompanhou o voto do Presidente e pontuou que a empresa terá dificuldades em abrir algumas planilhas por conta do compliance da empresa. Os membros deliberaram e decidiram reunir-se novamente para deliberar alguns pontos técnicos e decidir a melhor estratégia. O secretário Executivo Márcio Freitas Martins finalizou a reunião, agradecendo a presença de todos os participantes e encerrando os trabalhos da octingentésima quinquagésima quinta reunião do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada do município de Porto Velho -RO, às Dezenove horas e trinta minutos, onde eu, Márcio Freitas Martins lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelos demais membros.

Porto Velho, 16 de novembro de 2023.

IVAN FURTADO DE OLIVEIRA
Presidente do CGP/PVH

DIEGO ANDRADE LAGE
Vice Presidente do CGP/PVH

MÁRCIO FREITAS MARTINS
Secretário Executivo do CGP/PVH

BRUNA FRANCO DE SIQUEIRA
Gestora de Engenharia de Projetos do CGP/PVH

FABRICIO GRISI MÉDICI JURADO
Gestor Jurídico do CGP/PVH

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES
Gestor Contábil do CGP/PVH

ROSINEIDE KEMPIM
Gestora de Gestão e Contratos do CGP/PVH

PAULA RAMOS DE SOUZA
Assessora Técnica do Conselho Gestor do CGP/PVH

CÉSAR AUGUSTO WANDERLEY OLIVEIRA
Assessor Técnico do Conselho Gestor do CGP/PVH

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Assessor Técnico do Conselho Gestor do CGP/PVH

THAYANA MICHELA DOS SANTOS AFONSO PINHEIRO
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

DANIEL PEREIRA ROCHA
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

MARCELO MELO BARROSO
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:31FC1598

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
ATA DA (856) OCTINGENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO.

MEMBROS PARTICIPANTES: Ivan Furtado de Oliveira, Presidente do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Diego Andrade Lage, Vice-Presidente Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Márcio Freitas Martins, Secretário-Executivo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Fabricio Grisi Médici Jurado, Gestor Jurídico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Bruna Franco de Siqueira, Gestora de Engenharia de Projetos do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Luiz Henrique Gonçalves, Gestor Contábil do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Rosineide Kempim, Gestora de Gestão e Contratos do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Paula Ramos de Souza, Assessora Técnica do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Guilherme Marcel Gaiotto Jaquini, Assessor Técnico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, César Augusto Wanderley Oliveira, Assessor Técnico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Thayana Michela dos Santos Afonso Pinheiro, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada Daniel Pereira Rocha, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Marcelo Melo Barroso, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada.

PAUTA: 1. DELIBERAÇÃO ACERCA DA SOLICITAÇÃO DE REUNIÃO COM O TRIBUNAL DE CONTAS, SOBRE DM Nº 0146/2023/GCFCS/TCE-RO QUE VERSA SOBRE OS ESTUDOS DE MODELAGEM TÉCNICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA E JURÍDICA DESENVOLVIDOS PELA EMPRESA BRK AMBIENTAL NO ÂMBITO DO PMI 001/2018, DEFLAGRADO PELO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO PARA A EXPANSÃO,

READEQUAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO DA ÁREA URBANA E DISTRITAL DA CAPITAL.

ABERTURA: O Secretário Executivo Márcio Freitas Martins abriu a reunião agradecendo a presença de todos, esclareceu que na última reunião foi discutido alguns pontos objeto de questionamento do TCE/RO, sendo que alguns pontos o Conselho terá condições de responder e outros não, visto que são informações que fazem parte de estratégias da empresa BRK Ambiental. Dos itens B5 ao B9 a Gestora de Engenharia de Projetos Bruna Franco de Siqueira explanou que as informações que versem sobre justificativa de taxas não estão disponíveis dentro do modelo, sugeriu que seja feita uma pesquisa e posterior apresentação de justificativa teórica, pontuando as vantagens de adoção de um sistema ao invés de outro. O Apoio administrativo Marcelo Melo Barroso explanou que não há fundamentação sobre o tema dentro do estudo. O Secretário executivo Márcio Freitas Martins explanou acerca de alguns questionamentos complexos que demandam o auxílio da BRK Ambiental de forma imprescindível, elencou ainda que mesmo a empresa que futuramente for contratada, só conseguirá fazer esses levantamentos com a cooperação da BRK. Acerca do item que trata da questão da estrutura tarifária, o secretário Executivo esclareceu novamente que não foi utilizado o INCC, a atualização com base na nova estrutura tarifária, aprovada pela AGERO em 2023 será tranquilo de resolver. A atualização solicitada da modelagem econômico-financeira, assim que inserida a recita gerada a partir da nova tarifa, a taxa interna de retorno, os índices financeiros vão subir. Pontuou que já havia viabilidade com base no reajuste constante nos estudos. Sobre a composição de estrutura tarifária elencou que só quem pode informar é quem fez os cálculos atuais de reajuste, que é de 70% (setenta por cento), no caso a AGERO. As estimativas de demanda, todas foram feitas com base em projeção matemática, tendo vista que seria tratada de uma população X, que pelo último censo fez decrescer ao invés de crescer. Sugeriu pedir alongamento de prazo ao TCE para tentar levantar as informações em tempo hábil. Sobre o item b13 que solicita informar na planilha a composição dos custos e despesas que ponderados e multiplicados resultaram nas despesas anuais indicadas, explanou que indicar os custos com o tratamento de água implicaria em calcular antecipadamente todo o custo com levantamento de produtos químicos e mão de obra utilizada, as horas de mão de obra utilizada, dentre outros. O Apoio administrativo Marcelo Melo Barroso explicou que na prática costuma se utilizar curvas de aproximação para fazer essa decomposição, pois o cenário é imponderado. Os membros deliberaram e decidiram solicitar uma reunião junto ao TCE para dirimir algumas dúvidas e esclarecer alguns pontos. O secretário Executivo Márcio Freitas Martins finalizou a reunião, agradecendo a presença de todos os participantes e encerrando os trabalhos da octingentésima quinquagésima sexta reunião do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada do município de Porto Velho - RO, às Dezenove horas e trinta minutos, onde eu, Márcio Freitas Martins lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelos demais membros.

Porto Velho, 20 de novembro de 2023.

IVAN FURTADO DE OLIVEIRA
Presidente do CGP/PVH

DIEGO ANDRADE LAGE
Vice Presidente do CGP/PVH

MÁRCIO FREITAS MARTINS
Secretário Executivo do CGP/PVH

BRUNA FRANCO DE SIQUEIRA
Gestora de Engenharia de Projetos do CGP/PVH

FABRICIO GRISI MÉDICI JURADO
Gestor Jurídico do CGP/PVH

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES
Gestor Contábil do CGP/PVH

ROSINEIDE KEMPIM
Gestora de Gestão e Contratos do CGP/PVH

PAULA RAMOS DE SOUZA
Assessora Técnica do Conselho Gestor do CGP/PVH

CÉSAR AUGUSTO WANDERLEY OLIVEIRA
Assessor Técnico do Conselho Gestor do CGP/PVH

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Assessor Técnico do Conselho Gestor do CGP/PVH

THAYANA MICHELA DOS SANTOS AFONSO PINHEIRO
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

DANIEL PEREIRA ROCHA
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

MARCELO MELO BARROSO
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:E9058D88

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
ATA DA (857) OCTINGENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO.

MEMBROS PARTICIPANTES: Ivan Furtado de Oliveira, Presidente do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Diego Andrade Lage, Vice-Presidente Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Márcio Freitas Martins, Secretário-Executivo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Fabricio Grisi Médici Jurado, Gestor Jurídico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Bruna Franco de Siqueira, Gestora de Engenharia de Projetos do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Luiz Henrique Gonçalves, Gestor Contábil do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Rosineide Kempim, Gestora de Gestão e Contratos do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Paula Ramos de Souza, Assessora Técnica do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Guilherme Marcel Gaiotto Jaquini, Assessor Técnico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, César Augusto Wanderley Oliveira, Assessor Técnico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Thayana Michela dos Santos Afonso Pinheiro, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada Daniel Pereira Rocha, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Marcelo Melo Barroso, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada.

PAUTA: 1. DELIBERAÇÃO ACERCA DA SOLICITAÇÃO DE JUSTIFICATIVAS AO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE CIDADES – IPGC NO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA PARA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS CEMITERIAIS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – RO.

ABERTURA: O Secretário Executivo Márcio Freitas Martins abriu a reunião agradecendo a presença de todos, esclareceu que o Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades – IPGC é o responsável pela elaboração dos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica para concessão dos serviços cemiteriais públicos do município de Porto Velho – RO. Elencou que após análise técnica foi constatado alguns pontos que carecem de maiores esclarecimentos, conforme reunião anterior foi discutido pontos de ordem técnicas que deveriam ser encaminhados ao instituto. O Presidente Ivan Furtado de Oliveira esclareceu que conforme consta na Lei complementar nº 592, de 23 de dezembro de 2015, é responsabilidade do Conselho gestor de Parceria Público-privada aprovar os resultados dos estudos técnicos e a modelagem dos projetos de parcerias público-privadas, para tanto é

necessário que os estudos sejam apresentados de forma clara. Elencou ainda que a avaliação e a seleção dos projetos, estudos, levantamentos e investigações apresentados serão realizadas por comissão integrada pelos membros do CGP/PVH, e que caso os projetos, estudos, levantamentos ou investigações apresentados necessitem de maiores detalhamentos ou correções, a Secretaria-Executiva do CGP/PVH abrirá prazo para reapresentação. O Gestor Jurídico Fabrício Grisi Médici Jurado explanou que na última reunião ficou acordado que para o maior proveito o envio das considerações técnicas ao Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades – IPGC, para que o instituto possa providenciar os ajustes necessários para que então tenhamos uma análise mais fluida do objeto. Visando o esclarecimento de pontos de cunha econômico-financeiro o Secretário Márcio Freitas Martins solicitou que seja incluído na solicitação os seguintes pontos: Justificar a ausência da TMA (taxa mínima de atratividade) para o cálculo VPL (valor Presente líquido), o indicador mostra se determinado investimento é viável para o negócio e trará um bom retorno, para isso, ele traz os fluxos de caixa à data zero e soma ao capital inicial usando a Taxa Mínima de Atratividade (TMA) como desconto. Questionado para que serviria o VPL, o secretário Executivo explicou que no mundo contábil, o método do valor atual sinaliza se a empresa deve realizar determinado projeto. Para chegar à conclusão, são considerados o investimento inicial, o prazo da iniciativa, o fluxo de caixa e o retorno esperado para o período. Sugeriu solicitar também para a empresa justificar ROIC (retorno de capital investido) negativo no 19º ano de concessão (-18,92%), bem como justificar na modelagem econômico-financeira, a assertiva de que o projeto é adequado em relação às taxas de retorno médias praticadas pelo mercado do setor, trazendo dados e informações que comprovem essa assertiva. Os membros deliberaram e acataram as sugestões do secretário executivo. O secretário Executivo Márcio Freitas Martins finalizou a reunião, agradecendo a presença de todos os participantes e encerrando os trabalhos da octingentésima quinquagésima sétima reunião do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada do município de Porto Velho -RO, às Dezenove horas e trinta minutos, onde eu, Márcio Freitas Martins lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelos demais membros.

Porto Velho, 22 de novembro de 2023.

IVAN FURTADO DE OLIVEIRA
Presidente do CGP/PVH

DIEGO ANDRADE LAGE
Vice Presidente do CGP/PVH

MÁRCIO FREITAS MARTINS
Secretário Executivo do CGP/PVH

BRUNA FRANCO DE SIQUEIRA
Gestora de Engenharia de Projetos do CGP/PVH

FABRICIO GRISI MÉDICI JURADO
Gestor Jurídico do CGP/PVH

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES
Gestor Contábil do CGP/PVH

ROSINEIDE KEMPIM
Gestora de Gestão e Contratos do CGP/PVH

PAULA RAMOS DE SOUZA
Assessora Técnica do Conselho Gestor do CGP/PVH

CÉSAR AUGUSTO WANDERLEY OLIVEIRA
Assessor Técnico do Conselho Gestor do CGP/PVH

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Assessor Técnico do Conselho Gestor do CGP/PVH

THAYANA MICHELA DOS SANTOS AFONSO PINHEIRO
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

DANIEL PEREIRA ROCHA
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

MARCELO MELO BARROSO
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:22A3A9CB

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
ATA DA (858) OCTINGENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO.

MEMBROS PARTICIPANTES: Ivan Furtado de Oliveira, Presidente do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Diego Andrade Lage, Vice-Presidente Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Márcio Freitas Martins, Secretário-Executivo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Fabricio Grisi Médici Jurado, Gestor Jurídico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Bruna Franco de Siqueira, Gestora de Engenharia de Projetos do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Luiz Henrique Gonçalves, Gestor Contábil do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Rosineide Kempim, Gestora de Gestão e Contratos do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Paula Ramos de Souza, Assessora Técnica do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Guilherme Marcel Gaiotto Jaquini, Assessor Técnico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, César Augusto Wanderley Oliveira, Assessor Técnico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Thayana Michela dos Santos Afonso Pinheiro, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada Daniel Pereira Rocha, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Marcelo Melo Barroso, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada.

PAUTA: 1. DELIBERAÇÃO ACERCA DO OFÍCIO Nº 110/2023/SPMA/PGM, QUE VERSA SOBRE SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES ACERCA DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA GESTÃO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS DISTRITOS E MUNICÍPIO DE PORTO VELHO.

ABERTURA: O Secretário Executivo Márcio Freitas Martins abriu a reunião agradecendo a presença de todos, esclareceu que a demanda supracitada foi encaminhada ao Conselho por meio do Ofício 2994/2023/ASTEC/SGG. Informou ainda que se trata de solicitações de informações acerca da contratação de empresa na gestão de esgoto sanitário, para subsidiar o Processo nº. 0181417-26.2002.8.22.0001, Ação Civil Pública, que move o Ministério Público do Estado de Rondônia em face do Município de Porto Velho e outros, em que encontra-se em fase de cumprimento de sentença, pretendendo a regularização do sistema de esgoto e saneamento do Parque Buritis e reparação de dano ambiental e danos materiais e morais dos consumidores. O Presidente Ivan Furtado de Oliveira discursou que as questões que envolvem águas e esgotos são de total responsabilidade da atual concessionária, Companhia de águas e Esgotos de Rondônia – CAERD, por conta do Contrato de Programa nº 112 e que sob seu ponto de vista o Município não pode ser responsabilizado pelos atos cometidos por ela, pontuou ainda que o Conselho tem exaurido forças na busca por uma nova modelagem que atenda às necessidades do Município de Porto Velho. O Gestor Jurídico Fabrício Grisi Médici Jurado informou que a ação supracitada traz a problemática sobre a construção de uma ETE no loteamento Parque dos Buritis, cuja responsabilidade contratual é da CAERD, elencou ainda que as ações previstas no contrato de Programa entre o Município de Porto Velho e CAERD foram descumpridas conforme processo administrativo nº 02.00405/2018 e 02.00286/2021 que versam sobre apuração de inadimplência contratual do termo de concessão n° 1121PGM12009, celebrado entre o município de Porto Velho/RO e a Empresa Companhia de Águas e Esgotos do Estado de Rondônia – CAERD. O

Secretário Executivo Márcio Freitas Martins solicitou que os membros façam a leitura do processo que será disponibilizado por e-mail e tragam suas contribuições na próxima reunião. Os membros deliberaram e comprometeram-se a trazer na reunião que ocorrerá no dia 28/11/2023 as sugestões e contribuições que visam subsidiar a resposta à Procuradoria Geral do Município-PGM. O secretário Executivo Márcio Freitas Martins finalizou a reunião, agradecendo a presença de todos os participantes e encerrando os trabalhos da octingentésima quinquagésima oitava reunião do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada do município de Porto Velho - RO, às Dezenove horas e trinta minutos, onde eu, Márcio Freitas Martins lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelos demais membros.

Porto Velho, 24 de novembro de 2023.

IVAN FURTADO DE OLIVEIRA
Presidente do CGP/PVH

DIEGO ANDRADE LAGE
Vice Presidente do CGP/PVH

MÁRCIO FREITAS MARTINS
Secretário Executivo do CGP/PVH

BRUNA FRANCO DE SIQUEIRA
Gestora de Engenharia de Projetos do CGP/PVH

FABRICIO GRISI MÉDICI JURADO
Gestor Jurídico do CGP/PVH

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES
Gestor Contábil do CGP/PVH

ROSINEIDE KEMPIM
Gestora de Gestão e Contratos do CGP/PVH

PAULA RAMOS DE SOUZA
Assessora Técnica do Conselho Gestor do CGP/PVH

CÉSAR AUGUSTO WANDERLEY OLIVEIRA
Assessor Técnico do Conselho Gestor do CGP/PVH

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Assessor Técnico do Conselho Gestor do CGP/PVH

THAYANA MICHELA DOS SANTOS AFONSO PINHEIRO
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

DANIEL PEREIRA ROCHA
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

MARCELO MELO BARROSO
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:DE1AC650

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
ATA DA (859) OCTINGENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO.

MEMBROS PARTICIPANTES: Ivan Furtado de Oliveira, Presidente do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Diego Andrade Lage, Vice-Presidente Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Márcio Freitas Martins, Secretário-Executivo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público Privada, Fabricio Grisi Médici Jurado, Gestor Jurídico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Bruna Franco de Siqueira, Gestora de Engenharia de Projetos do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Luiz Henrique Gonçalves, Gestor Contábil do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Rosineide Kempim, Gestora de Gestão e Contratos do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Paula Ramos de Souza, Assessora Técnica do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Guilherme Marcel Gaiotto Jaquini, Assessor Técnico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, César Augusto Wanderley Oliveira, Assessor Técnico do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Thayana Michela dos Santos Afonso Pinheiro, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada Daniel Pereira Rocha, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada, Marcelo Melo Barroso, Suporte Administrativo do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada.

PAUTA: 1. DELIBERAÇÃO ACERCA DA RESPOSTA AO OFÍCIO 2994/2023/ASTEC/SGG, QUE VERSA SOBRE SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES ACERCA DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA GESTÃO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS DISTRITOS E MUNICÍPIO DE PORTO VELHO.

ABERTURA: O Secretário Executivo Márcio Freitas Martins abriu a reunião agradecendo a presença de todos, esclareceu que trata-se de deliberação conforme reunião ocorrida no dia 24.11 2023, para subsidiar o Processo nº. 0181417-26.2002.8.22.0001, Ação Civil Pública, que move o Ministério Público do Estado de Rondônia em face do Município de Porto Velho e outros, cuja pretensão é a regularização do sistema de esgoto e saneamento do Parque Buritis e reparação de dano ambiental e danos materiais e morais dos consumidores. O Presidente Ivan Furtado de Oliveira após ouvir breves considerações dos membros acerca da celeuma, explanou que deve ser informado a douta procuradoria que por força do contrato de programa firmado entre o Município de Porto Velho e a Companhia de águas e esgotos de Rondônia – CAERD, a gestão dos serviços de saneamento básico, o que inclui fornecimento de água potável e o esgotamento sanitário não somente do Parque dos Buritis, mas de todo o Município, incluindo a sede e demais Distritos, é da referida companhia. O Secretário executivo Márcio Freitas Martins pontuou também que de toda forma, a PMPV vem buscando alternativas afim de contratar uma nova concessionária. Atualmente, os estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica, estão em fase final de elaboração do edital, o qual será publicado no devido prazo legal para que ocorra a licitação e contratação de uma nova empresa que fará a gestão, expansão, readequação, operação e manutenção do sistema de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário da área urbana e distrital da capital. Os membros deliberaram e as sugestões apresentadas pelo Presidente e Pelo secretário Executivo e decidiram oficiar a Procuradoria Geral do Munício por meio da ASTEC/SGG acerca do posicionamento do Conselho frente a demanda. O secretário Executivo Márcio Freitas Martins finalizou a reunião, agradecendo a presença de todos os participantes e encerrando os trabalhos da octingentésima quinquagésima nona reunião do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada do município de Porto Velho -RO, às Dezenove horas e trinta minutos, onde eu, Márcio Freitas Martins lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelos demais membros.

Porto Velho, 28 de novembro de 2023.

IVAN FURTADO DE OLIVEIRA
Presidente do CGP/PVH

DIEGO ANDRADE LAGE
Vice Presidente do CGP/PVH

MÁRCIO FREITAS MARTINS
Secretário Executivo do CGP/PVH

BRUNA FRANCO DE SIQUEIRA
Gestora de Engenharia de Projetos do CGP/PVH

FABRICIO GRISI MÉDICI JURADO
Gestor Jurídico do CGP/PVH

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES
Gestor Contábil do CGP/PVH

ROSINEIDE KEMPIM
Gestora de Gestão e Contratos do CGP/PVH

PAULA RAMOS DE SOUZA
Assessora Técnica do Conselho Gestor do CGP/PVH

CÉSAR AUGUSTO WANDERLEY OLIVEIRA
Assessor Técnico do Conselho Gestor do CGP/PVH

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Assessor Técnico do Conselho Gestor do CGP/PVH

THAYANA MICHELA DOS SANTOS AFONSO PINHEIRO
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

DANIEL PEREIRA ROCHA
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

MARCELO MELO BARROSO
Suporte Administrativo do Conselho Gestor do CGP/PVH

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:7EE30A4F

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 11.166/I, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

RESOLVE:

Exonerar, os servidores abaixo relacionados, do Cargo em Comissão, da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, a partir de 1º de dezembro de 2023.

MARIA GLEYCIELY MORAES CHAVES SOUZA	GERENTE DA DIVISÃO DE ACOLHIMENTO E REINSERÇÃO NO TRABALHO	CC-11
LEIDA DE SOUZA CARDOSO	GERENTE DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE SAÚDE	CC-11
TONY ANDREW PADILHA DA SILVA	CHEFE DE APOIO	CC-6

HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:DD472A48

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 11.167/I, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

RESOLVE:

Nomear, os servidores abaixo relacionados, para exercer o Cargo em Comissão, da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, a partir de 1º de dezembro de 2023.

JEFERSON ANDRADE DE FREITAS	GERENTE DA DIVISÃO DE ACOLHIMENTO E REINSERÇÃO NO TRABALHO	CC-11
TONY ANDREW PADILHA DA SILVA	GERENTE DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE SAÚDE	CC-11
JESSICA ANDRADE DE FREITAS	CHEFE DE APOIO	CC-6

HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:FD621368

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 19.598, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre a substituição de Conselheiro Tutelar do Município de Porto Velho.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e tendo em vista o que consta no Proc. 00600-00047917/2023-02-e.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, pelo período de 01/12/2023 a 30/12/2023, **ARLINDO SOUZA MONTEIRO** – 9º Suplente do Conselho Tutelar de Porto Velho, em substituição a Luiz Inácio Guedes Coelho – Conselheiro Titular do IV Conselho Tutelar de Porto Velho, em função de gozo de férias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:591EED6A

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 19.597, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e tendo em vista o que consta no Proc. 00600-00002055/2023-81-e.

RESOLVE:

ARBITRAR E CONCEDER à Secretária Municipal de Saúde – SEMUSA, **ELIANA PASINI**, cadastro nº 59883, 1 (uma) diária, no valor unitário de R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), e ½ (meia) diária no valor unitário de R$ 600,00 (seiscentos reais), e adicional de deslocamento nos termos do Art. 10 do Dec. 17.353/2021, no valor unitário de R$ 600,00 (seiscentos reais),no período de 1º/12/2023 à 02/12/2023, para o seu deslocamento a cidade de São Paulo (SP), objetivando participar do 1º Encontro HUBCRIE.

HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:96E26C6C

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
DECRETO Nº 19.599, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre o recesso administrativo durante as festividades do Natal e do Ano Novo, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 18.730, de 26de dezembro de 2022, que estabeleceu o calendário de feriados e pontos facultativos do Poder Executivo Municipal no exercício de 2023, destacando-se o feriado nacional em 25 de dezembro (segunda-feira) em razão do Natal.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o Recesso Administrativo, no período de 26 de dezembro de 2023 a 05 de janeiro de 2024, cujos órgãos deverão funcionar em Regime de Plantão, conforme escala determinada pelo Titular de cada Órgão.

Parágrafo único. As repartições abaixo relacionadas, organizarão turnos para revezamento, de forma que não tenha a interrupção da continuidade dos serviços prestados:

I – Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, que fazem atendimento médico ambulatorial e de Urgência e Emergência;

II – Secretaria Municipal de Saneamento e Serviços Básicos – SEMUSB, que operam na limpeza pública;

III – Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação – SEMOB, que operam nos serviços de drenagem, asfalto e tapa buraco;

IV – Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAGRIC, que realizam o serviço de inspeção animal; e

V – Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes – SEMTRAN, que realiza a fiscalização e segurança do trânsito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o Decreto nº 19.576, de 23 de novembro de 2023.

HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:3F5974D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 1410/DICAS/DGP/GAB/SEMAD 27 DE NOVEMBRO DE 2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DOMUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023.
CONSIDERANDO o Art. 100, da Lei Complementar nº 385, de 01/07/2010, publicada no D.O.M nº 3.786, de 01/07/2010,

CONSIDERANDO o Art. 154, § 1º, do Decreto nº 11.824, de 18/10/2010, publicado no D.O.M nº 3.871, de 01/11/2010, resolve:

CONCEDER 01 (um) mês de **LICENÇA PRÊMIO,** a servidora **MARIA ALAIDE MONTEIRO PINTO**, Cadastro nº 197857, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, do Quadro Pessoal deste Município, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**, conforme e-DOC 44F32868, e-DOC 02B0B735, e-DOC 619B40DA.

Anexo Único

Lustro	Período Aquisitivo	Período a Usufruir
4º	08/12/2018 a 06/12/2023	06/12/2023 a 04/01/2024

PAULO CÉSAR BERGAMIN
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:EF6380C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 1411/DICAS/DGP/GAB/SEMAD 27 DE NOVEMBRO DE 2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DOMUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023.

CONSIDERANDO o Art. 1º, § 1º, da Lei Complementar n º 658, de 22/03/2017, publicada no D.O.M n º 5417 de 22/03/2017, alterada pela Lei Complementar nº 757 de 11/03/2019, publicada no D.O.M.E.R Nº 2414 de 12/03/2019, Lei Complementar nº 786 de 31/10/2019, publicada no D.O.M.E.R nº 2579 de 01/11/2019, Lei Complementar nº 800 de 20/12/2019, publicada no D.O.M.E.R nº 2614, de 23/12/2019, Lei Complementar nº 812 de 19/02/2020, publicada no D.O.M.E.R nº 2656 de 21/02/2020 e Lei Complementar nº 840 de 25/01/2021 de publicada no D.O.M.E.R nº 2912 de 26/02/2021 - prorrogada por meio da Lei Complementar nº 949 de 31/08/2023, publicada no D.O.M.E.R nº 3551 de 01/09/2023, resolve:

CONCEDER o Auxilio de Atividade de Mutirão Especial para as atividades em vias públicas, no valor de R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), a servidora constante no Anexo Único desta Portaria, do Quadro de Pessoal do Município, lotada na **Secretaria Municipal de Administração - SEMAD**, a partir de **01/12/2023,** conforme e-DOC 2102EDC8, e-DOC 7D889A44

Anexo Único

Cadastro	Nome	Cargo
241985	ALBANIZA ROLIM TEIXEIRA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS

PAULO CÉSAR BERGAMIN
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:2EA3F997

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 1412/DICAS/DGP/GAB/SEMAD 27 DE NOVEMBRO DE 2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DOMUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023.

CONSIDERANDO o Art. 1º, § 1º, da Lei Complementar n º 658, de 22/03/2017, publicada no D.O.M n º 5417 de 22/03/2017, alterada pela Lei Complementar nº 757 de 11/03/2019, publicada no D.O.M.E.R Nº 2414 de 12/03/2019, Lei Complementar nº 786 de 31/10/2019, publicada no D.O.M.E.R nº 2579 de 01/11/2019, Lei Complementar nº 800 de 20/12/2019, publicada no D.O.M.E.R nº 2614, de 23/12/2019, Lei Complementar nº 812 de 19/02/2020, publicada no D.O.M.E.R nº 2656 de 21/02/2020 e Lei Complementar nº 840 de 25/01/2021 de publicada no D.O.M.E.R nº 2912 de 26/02/2021 - prorrogada por meio da Lei Complementar nº 949 de 31/08/2023, publicada no D.O.M.E.R nº 3551 de 01/09/2023, resolve:

CONCEDER o Auxilio de Atividade de Mutirão Especial para as atividades em vias públicas, no valor de R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), ao servidor constante no Anexo Único desta Portaria, do Quadro de Pessoal do Município, lotado na **Secretaria Municipal de SAgricultura e Pecuária e Abastecimento - SEMAGRIC**, a partir de **01/12/2023,** conforme e-DOC 42DA00B4, e-DOC 36ACDB78, e-DOC B97D35B2

Anexo Único

Cadastro	Nome	Cargo
1001778	SELMO DOS SANTOS MARQUES	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS

PAULO CÉSAR BERGAMIN
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:A8937400

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 1413/DICAS/DGP/GAB/SEMAD 27 DE NOVEMBRO DE 2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DOMUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023.
CONSIDERANDO o Art. 1º, § 1º, da Lei Complementar n º 658, de 22/03/2017, publicada no D.O.M n º 5417 de 22/03/2017, alterada pela Lei Complementar nº 757 de 11/03/2019, publicada no D.O.M.E.R Nº 2414 de 12/03/2019, Lei Complementar nº 786 de 31/10/2019, publicada no D.O.M.E.R nº 2579 de 01/11/2019, Lei Complementar nº 800 de 20/12/2019, publicada no D.O.M.E.R nº 2614, de 23/12/2019, Lei Complementar nº 812 de 19/02/2020, publicada no D.O.M.E.R nº 2656 de 21/02/2020 e Lei Complementar nº 840 de 25/01/2021 de publicada no D.O.M.E.R nº 2912 de 26/02/2021 - prorrogada por meio da Lei Complementar nº 949 de 31/08/2023, publicada no D.O.M.E.R nº 3551 de 01/09/2023, resolve:
CONCEDER o Auxilio de Atividade de Mutirão Especial para as atividades em vias públicas, no valor de R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), ao servidor constante no Anexo Único desta Portaria, do Quadro de Pessoal do Município, lotado na **Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária e Abastecimento - SEMAGRIC**, a partir de **01/12/2023,** conforme e-DOC 1075BF92,e-DOC 3471638F,e-DOC 7EA48BB2.

Anexo Único

Cadastro	Nome	Cargo
92718	WILSON MAMEDIO DA SILVA	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS

PAULO CÉSAR BERGAMIN
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:5EC1ADB3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 1414/DICAS/DGP/GAB/SEMAD 27 DE NOVEMBRO DE 2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023.

CONSIDERANDO o Art. 23, § 3º, da Lei Complementar n° 385, de 01/07/2010, Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, publicado no D.O.M. nº 3.786, de 01/07/2010, alterado pelo Art. 3º da Lei Complementar nº 430 de 13/09/2011, publicada no D.O.M nº 4.082 de 13/09/2011.

CONSIDERANDO o Art. 38 § 2º, e 116 (redação alterada pela Lei Complementar nº 430 de 13/09/2011, publicada no D.O.M nº 4.082 de 13/09/2011, inciso I, II e § 1º Lei Complementar n° 385, de 01.07.2010, Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, publicado no D.O.M. nº 3.786, de 01.07.2010.

CONSIDERANDO o Art 86, §§ 1º e 2º do Decreto nº 11.824, de 18.10.2010, publicada no D.O.M nº 3.871, de 01.11.2010.

CONSIDERANDO o Parecer nº 360/SPT/PGM/2020 de 17/12/2020 anexo ao Oficio nº 003/GAB/PGM/2021, de 06/01/2021 e Memorando Circular nº 002/DGP/SEMAD, de 18/01/2021 , resolve:

Art. 1º - CESSAR A CEDENCIA , da servidora **FANNY ROBERTO DA SILVA**, Cadastro nº 183170, ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, do Quadro de Pessoal do Município, lotada na **Secretaria Municipal de Administração/SEMAD**, para o **Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - TRE/RO**, partir de **24/11/2023**, conforme e-DOC 847C025D, e-DOC 101DC595, e-DOC 286A2E5C, e-DOC D86C88FE, e-DOC 7011CD1D.

Art 2º LOCALIZAR a servidora na Coordenadoria de Saúde Ocupacioanal - CSO, da **Secretaria Municipal de Administração/SEMAD** a partir de **24/11/2023**, conforme eDOC 286A2E5C.

PAULO CÉSAR BERGAMIN
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:19B6EEAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 1415/DICAS/DGP/GAB/SEMAD 27 DE NOVEMBRO DE 2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023.

CONSIDERANDO o Art 43, §§ 1º 2º e 3º da Lei Complementar nº 385, de 01.07.2010, publicada no D.O.M nº 3.786 de 01/07/2010.

CONSIDERANDO o Art. 38 §§ 1º, 2º, 3º e 4º, do Decreto nº 11.824 de 18.10.2010, publicado o D.O.M nº 3.871 de 01/11/2010, resolve:

DESIGNAR ao servidor **YOUSSEF HIJAZI ZAGLHOUT**, Cadastro nº 1005453, para exercer , o Cargo em Comissão de ASSESSOR ESPECIAL TÉCNICO JURÍDICO. CC-18, da **Procuradoria Geral do Município – PGM**, em substituição ao titular **ANTONIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO**, Cadastro nº 105462, no período de 16/08/2023 a 04/09/2023 por motivo de Licença Paternidade e de 05/09/2023 a14/09/2023 - por motivo de férias, conforme e-DOC 508E1BAD, e-DOC 2E7D5DEE,e-DOC 5DCCB26F,e-DOC 0A0DA6E6.

PAULO CÉSAR BERGAMIN
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:C4B8BCF0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 1416/DICAS/DGP/GAB/SEMAD 27 DE NOVEMBRO DE 2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023.

CONSIDERANDO o Art 43, §§ 1º 2º e 3º da Lei Complementar nº 385, de 01.07.2010, publicada no D.O.M nº 3.786 de 01/07/2010.

CONSIDERANDO o Art. 38 §§ 1º, 2º, 3º e 4º, do Decreto nº 11.824 de 18.10.2010, publicado o D.O.M nº 3.871 de 01/11/2010, resolve:

DESIGNAR ao servidor **ISRAEL COELHO DA SILVA**, Cadastro nº 1003668, para exercer no período de **21/09/2023 a 20/10/2023**, o Cargo em Comissão de ASSESSOR TÉCNICO ADMINISTRATIVO CC-13 , da **Superintendência Municipal de Licitações – SML**, em substituição a titular **MICHELE DE ARAUJO SILVA**, Cadastro nº 1002355, por motivo de Licença Médica no mesmo período, conforme e-DOC DC46E2A8, e-DOC 5DCCB26F, e-DOC 0E426394, e-DOC 02AC95D9.

PAULO CÉSAR BERGAMIN
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:A84C3215

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 1417/DICAS/DGP/GAB/SEMAD 27 DE NOVEMBRO DE 2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023.

CONSIDERANDO o art. 41, inciso I, da Lei Complementar nº 385, de 01.07.2010, publicada no D.O.M nº 3.786, de 01.07.2010, resolve:

Art. 1º REMOVER, no interesse da Administração, o servidor **FRANCISCO ORLEILSON MUNIZ DA SILVA**, Cadastro nº 167115, ocupante do cargo de GARI, do Quadro de Pessoal do Município, da **Superintendência Municipal de Integração Distrital – SMD**, para a **Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária e Abastecimento - SEMAGRIC**, a partir de **23/11/2023**, conforme e-DOC F9DC0D32,e-DOC 5AAFB524, e-DOC F4CB4F83, eDOC 5AAFB524.

Art. 2º DISPENSAR qualquer Adicional de Incentivo destinado a local de trabalho ou lotação anterior.

PAULO CÉSAR BERGAMIN
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:F47B469B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 1418/DICAS/DGP/GAB/SEMAD 27 DE NOVEMBRO DE 2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023.

CONSIDERANDO o art. 41, inciso I, da Lei Complementar nº 385, de 01.07.2010, publicada no D.O.M nº 3.786, de 01.07.2010, resolve:

Art. 1º REMOVER, no interesse da Administração, o servidor **MARCELO SILVA BARROS**, Cadastro nº 272310, ocupante do cargo de OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS, do Quadro de Pessoal do Município, da **Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação – SEMOB**, para a **Secretaria Municipal de Saneamento e Serviços Básicos - SEMUSB**, a partir de **20/11/2023**, conforme e-DOC CB767D82,e-DOC 5FDC4B65, e-DOC 3563DFA9e-DOC 65CB12A0 .

Art. 2º DISPENSAR qualquer Adicional de Incentivo destinado a local de trabalho ou lotação anterior.

PAULO CÉSAR BERGAMIN
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:FEFBDB9F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE COMPARECIMENTO Nº 28/2023 16 DE NOVEMBRO DE 2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023, resolve:

Nº 28/2023 - SOLICITAR O COMPARECIMENTO da servidora **LLITSIA MORENO PEREIRA** Cadastro nº 180985, ocupante do cargo de PROFESSOR, lotada na **Secretaria Municipal de Educação - SEMED**, no Departamento de Gestão de Pessoas da **Secretaria Municipal de Administração - SEMAD**, sito a Rua Duque de Caxias, nº 186, Bairro: Arigolândia, CEP 76.801-006, no Município de Porto Velho, no horário das 08h às 14h, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste no Diário Oficial do Município, para tratar de assuntos de seu interesse, conforme processo nº 00600-00017487/2023.

PAULO CÉSAR BERGAMIN
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:823B6817

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE COMPARECIMENTO Nº 29/2023 22 DE NOVEMBRO DE 2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023, resolve:

Nº 29/2023 - SOLICITAR O COMPARECIMENTO da servidora **ROSAURA DA SILVA GUARATE**, Cadastro nº 115776, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVICOS SOCIAIS, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**, no Departamento de Gestão de Pessoas da **Secretaria Municipal de Administração - SEMAD**, sito a Rua Duque de Caxias, nº 186, Bairro: Arigolândia, CEP 76.801-006, no Município de Porto Velho, no horário das 08h às 14h, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da publicação deste no Diário Oficial do Município, para tratar de assuntos de seu interesse, conforme processo nº 00600-00046300/2023.

PAULO CÉSAR BERGAMIN
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:62ACB156

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE COMPARECIMENTO Nº 30/2023 22 DE NOVEMBRO DE 2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023, resolve:

Nº 30/2023 - SOLICITAR O COMPARECIMENTO da servidora **ZEMMA ELVA RIVEROS OCHOA**, Cadastro nº 247694, ocupante do cargo de ESPECIALISTA EM EDUCACAO, lotada na **Secretaria Municipal de Educação - SEMED**, no Departamento de Gestão de Pessoas da **Secretaria Municipal de Administração - SEMAD**, sito a Rua Duque de Caxias, nº 186, Bairro: Arigolândia, CEP 76.801-006, no Município de Porto Velho, no horário das 08h às 14h, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da publicação deste no Diário Oficial do Município, para tratar de assuntos de seu interesse, conforme processo nº 00600-00046802/2023.

PAULO CÉSAR BERGAMIN
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:45BCCA62

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - SEMASF
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

1- Considerando que foi firmado o Termo de Colaboração n.° 002/PGM/2023 para Acolhimento Institucional na modalidade Casa de Passagem para o público imigrante com a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais - ADRA, conforme Processo Físico n° 12.00404/2021 e Processo Eletrônico nº 00600-00016109/2023-95.
Resolve Homologar a referida prestação de contas dos meses de maio a setembro de 2023, em que foi feito Controle de Execução Orçamentária – CEO nº. 143/2023, do Empenho Orçamentário nº: 005636, Elemento de Despesa 3.3.5043, Fonte 1.500 no valor de ***R$ 174.106,18 (cento e setenta e quatro mil cento e seis reais e dezoito centavos), creditado em conta bancária nº 1026186 agência 0102 Banco do Brasil no dia 19.09.2023,*** e sendo em uma única parcela**,** e liberando o segundo (ID D4CB1EA5-e), em nome da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais - ADRA, na Agência 102-3 conta Corrente 102618-6.
2- Considerando o Controle Execução Orçamentária de nº 143/2023; conforme se extrai da Prestação de Contas referente ao período de maio a setembro de 2023, verificou-se que foi gasto o montante de ***R$ 172.877,31 (cento e setenta e dois mil oitocentos e setenta e sete reais e trinta e um centavos) (cento e sessenta mil setecentos reais)***, restando um saldo remanescente de ***R$ 174.106,18 (cento e setenta e quatro mil cento e seis reais e dezoito centavos)(cento e setenta e quatro mil cento e seis reais e dezoito centavos),*** em reserva de saldo de nº 5636, para liquidação do referido contrato (ID E313A07F-**e**).
3- Considerando o Controle Execução Orçamentária de nº 143/2023, Pelo Subempenho da Nota de Empenho n° em epigrafe, destacamos que foi liquidado o valor de ***172.877,31 (cento e setenta e dois mil oitocentos e setenta e sete reais e trinta e um centavos)***, referente a última parcela do Termo de Colaboração em comento, sendo creditada conforme descrito acima.
4- Considerando DESPACHO N.º 1387/2023/DTR/SUREM/SEMFAZ, foi remetido ao DTR/SEMFAZ para emissão que se faz necessária o devido Extrato da Conta Corrente (8CAB200F-e), para que seja emitido a DAM no valor de 1.228,87 (mil duzentos e vinte e oito reais e oitenta e sete centavos) para posterior encerramento de conta e demais procedimentos referente a homologação da prestação de contas final do
termo de fomento supracitado para fins de Devolução de recurso remanescente;
5- Registrar no histórico da guia que o lançamento foi realizado nos termos do Processo
00600-00016109/2023-95-e, referente ao Termo de Fomento n° 002/PGM/2023que foi remetido ao alguns valores de despesas posterior ainda terão que ser lançadas visto que, devido a demora nos repasses algumas despesas como gastos de manutenção e contributivas vem sendo custeadas pela sede da Instituição, **CNPJ nº. 17.206.150/0001-59**, com isso, será preciso fazer um encontro de contas para ajustes posteriores.
6- Conforme se depreende do Ofício n° 086/2023/ADRA-RO, de 28/04/2023 (767475AF-e), temos que a Casa de Passagem Esperança (ADRA), apresentou a prestação de contas referente ao período de maio a setembro de 2023.
7- Destarte que, conclui-se através do Relatório de Prestação de Serviços (ECDD9BCB-e), em que versa sobre a análise da eficácia e efetividade do cumprimento do objeto, bem como a análise da prestação de serviços prestados a população, e da análise documental do Processo 0600.00016109/2023-95-e da visita técnica, foi possível observar que o objeto da parceria está sendo cumprido de acordo com o constante no Plano de Trabalho, de modo a atender substancialmente ao estabelecido no Termo de Colaboração nº 001/PGM/2021 e na Lei nº 13.019/2014.
8- Sendo assim, realizada análise da documentação constante no processo em epigrafe conclui-se pela regularidade parcial do cumprimento do objeto, pelo qual ***HOMOLOGO*** a prestação de contas do referido deste convênio.

CLAUDINALDO LEÃO DA ROCHA
Secretário Municipal de Assistência Social e da Família Decreto nº 6183/I

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:BA72AE77

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - SEMASF
PORTARIA Nº 277/2023/DA/GAB/SEMASF

Porto Velho-RO, 29 de novembro de 2023

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA DA PREFEITURA DE PORTO VELHO**, no uso das suas atribuições legais conforme art. 4º, do Decreto nº 15.683/19, de 05 de fevereiro de 2019, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 2.391, de 06.02.2019 e Lei Municipal nº 2.572, de 11 de março de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 2.414, de 12.03.2019.

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos administrativos instituída pelo art. 67, parágrafos 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993, publicada no D.O.U. nº 116 do dia 21.06.1993, combinado com o art. 73.

R E S O L V E:

DESIGNAR, os servidores abaixo para compor a Comissão de Recebimento e Fiscalização de Aquisição de VEÍCULO TIPO PICK UP para contemplar com o fito de atendimento a Emenda Parlamentar n° 202340920010, Ministério da Cidadania - Associação de Pais e Amigos do Autista de Rondônia AMA/RO, Adesão via Carona Ata de Registro de Preços 026/2022-SEAGRI/DF - Processo Licitatório n° 00070-00000619/2022-87 - Pregão Eletrônico n° 08/2022 – SEAGRI/DF.

Processo: 00600-00029710/2023-48
Objeto: Aquisição de VEÍCULO TIPO PICK UP adesão via Carona Ata de Registro de Preços 026/2022-SEAGRI/DF - Processo Licitatório n° 00070-00000619/2022-87 - Pregão Eletrônico n° 08/2022-SEAGRI/DF.

NOME	MATRÍCULA
Daniella Lopes Favaro Martussi	1004759
Edilei do Socorro Pedreira de Souza	304593
Mirian Silva dos Santos	1001536

Dê Ciência,
Publique-se e cumpra.

CLAUDINALDO LEÃO DA ROCHA
Secretário Municipal de Assistência Social e da Família/SEMASF

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:63070ABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
EDITAL Nº 012/2023/CTPGSU/CONCIDADE

CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ TÉCNICO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO SOLO URBANO/CONCIDADE

O Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano, por meio de sua Coordenação, em conformidade com o Art. 38, Subseção III, Seção IV, Capítulo III, do Regimento Interno do Conselho Municipal da Cidade, convoca seus integrantes para reunião ordinária no dia 07 de dezembro de 2023 às 09 horas, que será realizada na Sala

de Situação da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG, para tratar das seguintes pautas:

ORDEM DO DIA

- Leitura do Edital de Convocação;
- Aprovação da ata de reunião do dia 11/10/2023;
- Retrospectiva 2023 e programação para 2024;
- Assuntos gerais.

JOSÉ CANTÍDIO PINTO
Coordenador do Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano

JAIR MELCHIOR BRUXEL
Coordenador Adjunto do Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:2D5EB582

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, MOBILIDADE E TRANSPORTE - SEMTRAN
PORTARIA Nº 36/2023/ASTEC/SEMTRAN

PORTARIA Nº 36/2023/ASTEC/SEMTRAN

> "NOMEAR servidores para compor a Comissão de Gestão e Fiscalização do contrato de adesão para prestação de serviços especializados de tecnologia da informação, firmado com o SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO, oriundo do processo administrativo n.º 00600-00014603/2022-34-e."

A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSITO, MOBILIDADE E TRANSPORTES – SEMTRAN, na pessoa do seu Secretário Municipal, com fulcro Lei Complementar Municipal nº 648 de 06 de janeiro de 2017 e no Decreto Municipal nº 15.919 de 10 de junho de 2019, que lhe conferem o pleno exercício de autoridade sobre Transporte, Mobilidade e Trânsito no Município de Porto Velho, com todas as definições e autorizações legais, as quais lhe conferem poderes sobre esta Secretaria.

RESOLVE:

Art. 1° – NOMEAR o servidor Tiago Augusto Eguchi Teixeira, Matrícula 108284, como Gestor do Contrato de adesão para prestação de serviços especializados de tecnologia da informação (e-DOC 5529A49A), oriundo do processo administrativo n.º 00600-00014603/2022-34-e.

Art. 2º – NOMEAR os servidores **Caio Fernando B. de Sousa**, **Matrícula n° 1005503**, **David Pereira da Hora, Matrícula n° 106353** e **Joelmir Silva Gomes, Matrícula n° 72174**, como Fiscais do Contrato de adesão para prestação de serviços especializados de tecnologia da informação (e-DOC 5529A49A), oriundo do processo administrativo n.º 00600-00014603/2022-34-e.

Art. 3° – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. REVOGA-SE nesse ato a seguinte portaria: **PORTARIA Nº 33/2023/ASTEC/SEMTRAN –** publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 20/11/2023. Edição 3603, bem com as demais disposições em contrário.

Porto Velho, 24 de novembro de 2023.

ANDERSON DA SILVA PEREIRA
Secretário Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:0E03D51A

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, MOBILIDADE E TRANSPORTE - SEMTRAN
TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº22/2023/SEMTRAN

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 22/2023/SEMTRAN
Termo de Autorização para exploração do Serviço de Transportes Individual de passageiros com uso de motocicletas de Aluguel-Mototáxi no Município de Porto Velho, celebrado pelo Município de Porto Velho, através da Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes – SEMTRAN, em favor do Sr. MÁRCIO ALVES DOMINGUES.

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 05.903.125/0001-45, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, MOBILIDADE E TRANSPORTES – SEMTRAN, com endereço na Av. Amazonas, nº. 698, entre as ruas Brasília e Getúlio Vargas, no bairro Santa Bárbara, neste ato representada pelo Ilustríssimo Secretário Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes, Sr. ANDERSON DA SILVA PEREIRA, no uso da competência que lhe é conferida pelo Art. 7º, inciso XXI, e Art. 19, §1º, ambos da Lei Orgânica do Município de Porto Velho, resolve AUTORIZAR o Sr MÁRCIO ALVES DOMINGUES, brasileiro, casado, portador do RG n.º 700.723SESDEC/RO e CPF n.º 680.720.742-53, residente na Rua Rosalina Gomes n° 9080, Bairro São Francisco, na cidade de Porto Velho, neste ato denominado AUTORIZADO, a explorar o serviço de transporte individual de passageiros com uso de motocicletas de Aluguel - Mototáxi, de acordo com a Lei n.º 1.856 de 22 de dezembro de 2009, além das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Constitui objeto do presente, a Autorização Administrativa Municipal – AMM-0034 que explorará o serviço de transporte individual de passageiros com uso de motocicletas de Aluguel – Mototáxi, na cidade de Porto Velho durante o período descrito neste termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES:

Este Termo de Autorização reger-se-á pelo Decreto nº 11.553, de 14 de janeiro de 2010, o qual regulamenta o Serviço de Transporte Individual de Passageiro com o uso de Motocicleta de Aluguel – Mototáxi, além de outras normas e legislações pertinentes. Fica ciente a Autorizada da Ação ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade, que tramita no Supremo Tribunal Federal -STF sob o número 5377.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO:

A Autorização Administrativa Municipal para exploração serviço de transporte individual de passageiros com uso de motocicletas de Aluguel – Mototáxi, na cidade de Porto Velho, nos termos do artigo 9º, do Decreto nº 11.553, de 14 de janeiro de 2010, será de 05 (cinco) tendo como início da vigência a data de 16/11/2023 e seu término a data de 30/04/2028. A não renovação do presente Termo, no prazo de 30 (trinta) dias após o término da vigência, acarretará no cancelamento da Autorização Administrativa objeto do presente.

CLÁUSULA QUARTA – DO IMPEDIMENTO PARA TRANSFERÊNCIA

A Autorização Administrativa a que se refere o presente Termo só poderá ser transferida após decorridos 2 (dois) anos de efetiva prestação do serviço pelo permissionário titular, ressalvados os casos de morte ou invalidez.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho – RO, para dirimir eventuais litígios resultantes do presente Termo de Autorização para

exploração do serviço de transporte individual de passageiros com uso de motocicletas de Aluguel – Mototáxi na cidade de Porto Velho, com renúncia a qualquer outra função por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO:

Após as assinaturas deste Termo de Autorização, a SEMTRAN providenciará a publicação do mesmo ou de resumo, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia - AROM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE:

O AUTORIZADO, ao assinar o presente Termo, anuirá com as normas estabelecidas pelo Município de Porto Velho, no que concerne a respectiva autorização do serviço de transporte individual de passageiros com uso de motocicletas de Aluguel – Mototáxi.

E por estarem de acordo, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e validade.

Porto Velho – RO, 29 de Novembro de 2023.

ANDERSON DA SILVA PEREIRA
Secretário Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes

MÁRCIO ALVES DOMINGUES
Autorizatário – CPF: 680.720.742-53

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:238E9C8C

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS - SGP
ATAS DO PREGÃO ELET. Nº 097/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 097/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE – SRPP Nº 044/2023

Aos 20 dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três (2023), o **MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, inscrito no CNPJ sob n. 05.903.125/0001-45, com sede à Rua Praça João Nicolleti, Nº 826 - Centro - nesta capital, neste ato representada pela Superintendente Municipal de Gestão dos Gastos Públicos, **Valéria Jovânia da Silva**, inscrita no CPF sob o nº 409.721.272-91, **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e de outro a empresa:

BRVO DISTRIBUIDORA EIRELI, inscrita no CNPJ sob n. 30.273.846/0001-66**,** representada neste ato pelo Sr. **THIAGO TAURA CHERBISK**, CPF sob n. 047.776.399-59, AVENIDA REPÚBLICA ARGENTINA, 1237, SALA 305, ANDAR 03, COND. TODAY'S OFFICE ED. ÁGUA VERDE. CURITIBA – PR, CEP: 80620-010. Adjudicatária dos **ITENS 06, 17, 18, 36, 51, 53 e 54** no valor **R$ 1.736.109,29 (um milhão, setecentos e trinta e seis mil, cento e nove reais e vinte e nove centavos).**

firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no processo **02.00223/2022** e homologada referente o Pregão nº 097/2023, SRPP N°044/2023 que tem como objeto o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (ÓLEO LUBRIFICANTE, FLUÍDO, GRAXA), visando atender as necessidades da Administração Pública Direta e Indireta, inclusive Autarquias e Fundações no âmbito do Município de Porto Velho, pelo prazo de 12 (doze) meses**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nos **Anexos I e II deste Edital,** as quais deverão ser, minuciosamente, observadas pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas, nos termos da lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e os decretos municipais nº 16.687/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia de 18.05.2020 e nº 15.402/2018 e suas alterações, consoante as seguintes cláusulas e condições.

1. OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (ÓLEO LUBRIFICANTE, FLUÍDO, GRAXA), visando atender as necessidades da Administração Pública Direta e Indireta no âmbito do Município de Porto Velho, pelo prazo de 12 (doze) meses**, conforme descrições e preços constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 097/2023/SML/PVH,** para o **REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE Nº 044/2023/SML/PVH.**

2. VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá prazo de validade de até **12 (doze) meses**, contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM), em conformidade com a legislação vigente.

2.2. Durante o prazo de vigência desta Ata, a Administração não será obrigada a contratar os BENS referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. A Administração poderá, ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à(s) empresa(s), neste caso, o contraditório e ampla defesa.

3. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e, respeitada, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e nos Decretos Municipais nº16.687/2020 e 15.402/2018 e suas alterações.

3.2. Caberá à Contratada da Ata de Registro de Preços e ao Município, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, anteriormente assumidas.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento)**dos quantitativos dos **itens/lotes** registrados nesta Ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, nos termos do **Decreto Municipal nº 15.598 de 09.11.2018, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – (AROM) nº 2338 de 21.11.2018.**

3.3.1. O Quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada itens/lotes registrado nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.4. Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar o objeto ora registrado dos fornecedores constante da Ata de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

4. DA ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE

4.1. Os registro constantes do Sistema de Registro de Preços Permanente serão objeto de atualização, conforme prazos previstos em edital, por tempo não superior a 12 (doze) meses nas seguintes hipóteses:

a) Adequação dos preços registros aos de mercado;

b) Inclusão de novos itens e de novos beneficiários;
c) Alteração do quantitativo previsto.

4.2. A inclusão de novos itens e de novos beneficiários, bem como as alterações quantitativas, no curso do Sistema de registro de Preços Permanente – SRPP, deverão observar procedimento licitatório próprio e, ainda:

a) O ramo de atividade pertinente dos beneficiários;
b) A Ata de Registro de Preços resultante deste procedimento licitatório deverá integrar o SRPP;
c) O término do prazo de vigência desta ARP deverá ser compatível com as demais Atas integrantes do SRPP.

4.3. A atualização do Sistema de Registro de Preços Permanente será precedida de nova licitação, observados os seguintes critérios:

4.3.1. Pode ser realizada nos mesmos autos ou em autos apartados, instruídos com base no mesmo edital inicial e nas respectivas atas vigentes;

4.3.2. A mesma publicidade, mesmos critérios de cotação de preços, de habilitação e prazo para apresentação de propostas conferidas à licitação que precedeu o registro de preços inicial;

4.3.3. A Administração Pública poderá convidar, por meio eletrônico, todos os cadastrados e os licitantes do certame inicial;

4.3.4. A Administração deverá previamente consultar o atual beneficiário do ITEM/LOTE, para verificar o interesse de manutenção do registro, mediante apresentação de nova proposta no prazo estabelecido;

4.3.5. Na hipótese de concordância do beneficiário do ITEM/LOTE, o preço atualmente registrado será considerado como preço máximo para efeito de formulação de proposta para o respectivo ITEM/LOTE;

4.3.6. Em caso de discordância ou ausência de resposta pelo beneficiário e não ocorrendo alguma das condições previstas no art. 22, incisos I e II, do Decreto nº 15.402.2018, de 22.08.2018, a Administração poderá utilizar o preço registrado como valor de referência para a licitação.

4.4. No procedimento da nova sessão observar-se-ão as regras específicas da modalidade pregão.

4.5. Na hipótese de estabelecimento de preço máximo, na forma do item 4.3.5, será observado ainda:

I. A desclassificação, prévia das propostas de preços superiores ao preço máximo estabelecido;
II. A ausência de propostas de preços com valor inferior ao preço máximo estabelecido para determinado ITEM/LOTE, fator que sinalizará que os preços registrados s encontram dentro da realidade mercadológica, situação em que, após a habilitação, será publicada nova Ata;

4.6. Não havendo proposta para determinado ITEM/LOTE, e não configura a hipótese do paragrafo anterior, este será excluído do SRPP, e deverá observar, para sua reinclusão, o previdto no art. 31 do Decreto nº 15.402.2018, de 22.08.2018.

4.7. Os novos registro de preços, itens e quantitativos passarão a integrar o respectivo SRPP, com a inclusão no catálogo de produtos e serviços.

5. REVISÃO DE PREÇOS – REDUÇÃO

5.1. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador convocar o fornecedor para uma negociação, com vistas à redução de preços, podendo ocorrer o seguinte:

I. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
II. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado deverá observar primeiramente o cadastro reserva, não existindo, deverá ser observada a classificação original.

5.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
II. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.2.1. Não havendo êxito nas negociações, bem como, não incidindo a hipótese prevista no inciso II, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item/lote da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.3. Na hipótese prevista nos itens **5.2** e **5.2.1**, será excepcionalmente admitida a revisão de preços, quando tratar-se de produtos cujo preço médio de mercado for obtido em tabelas oficiais publicamente reconhecidas ou de preços regulamentados pelo poder público, depois de cumprido o disposto no inciso II do item **5.2.**

5.3.1. A revisão de preços prevista no item **5.3**, poderá ser efetivada mediante requerimento do detentor da ARP, que deverá fazê-lo antes do pedido de fornecimento e, deverá instruir o pedido com a documentação probatória de majoração do preço do mercado e a oneração de custos, devendo ser obedecido os seguintes procedimentos:

I. Cabe ao fornecedor protocolar junto ao órgão gerenciador, Requerimento solicitando a revisão de Preços devidamente justificado e instruído com documentos capazes de evidenciar o surgimento de uma onerosidade excessiva em relação às obrigações inicialmente assumidas, produzida pelo aumento no custo do bem ou serviço no mercado atual, valendo-se de, por exemplo, notas fiscais antigas e recentes, lista de preços de fabricantes, comprovantes de transporte de mercadorias, dentre outros pertinentes, a juízo do órgão gerenciador, ou ainda, tabelas Oficias ou atos de emanados do Poder Público que comprovem a onerosidade.

II. Após a entrega de documentos por parte do fornecedor, conforme disposto no inciso I, o órgão gerenciador através da Divisão de Reequilíbrio e Análise de Preços, realizará ampla pesquisa de marcado junto, a no mínimo 3 (três) fornecedores do ramo da atividade, moldes do que dispõe o inciso I do Art. 6º deste Decreto Municipal nº 15.402/2018, bem como com a conferência das documentações, com vistas a verificação da ocorrência da majoração alegada pelo detentor da ARP.
5.4. O Requerimento de Revisão de preços será apreciado pela Divisão de Controle de Reequilíbrio e Análise de Preços, e posteriormente submetido à Superintendente Municipal de Gestão de Gastos Públicos – SGP, para eventual homologação.

5.5. É vedado ao Detentor do Registro interromper o fornecimento dos produtos enquanto aguarda o trâmite dos pedidos de Revisão de Preços, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no ato convocatório, na Ata de Registro e na legislação pertinente.
5.6. Confirmada a veracidade das alegações do fornecedor e deferido, por decisão do Órgão Gerenciador, a Revisão de Preços requerida, deverá ser providenciada a **publicação da alteração** da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM), para fins de validade do novo preço registrado.

5.7. No caso de indeferimento do Pedido de Revisão, poderá o Órgão Gerenciador liberar o Detentor da Ata do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, mediante decisão fundamentada.

5.8. Se liberado o primeiro Detentor da Ata, poderá Órgão Gerenciador providenciar a convocação dos detentores remanescentes, respeitada a ordem classificatória do cadastro de reserva ou ordem de classificação original subsidiariamente, para fins de negociação dos preços registrados.

6. INALTERABILIDADE DO OBJETO

6.1. É vedado o recebimento de produtos que possuam marca ou características diversas das constantes na Ata de Registro de Preços e na proposta, bem como descaracterize, de qualquer forma, o objeto licitado.

7. **CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

I. Descumprir disposições da respectiva Ata de Registro de Preços, do edital ou das leis aplicáveis ao caso;

II. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. Restar frustrada a negociação de preços, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. Tiver deferida sua solicitação de cancelamento, nos termos do art. 25 do Decreto Municipal nº 15.402/2018;

V. Estiver presentes razões de interesse público.

7.2. O cancelamento do Registro deverá ser formalizado pelo Órgão Gerenciador, mediante decisão fundamentada, ressalvada, em qualquer caso, a aplicação das sanções definidas em lei.

7.3. O fornecedor poderá solicitar ao Órgão Gerenciador, mediante requerimento devidamente instruído, o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, capaz de comprometer a perfeita execução contratual.

7.4. Conforme recomende a situação, poderá o Órgão Gerenciador realizar as diligências que entender necessárias para a verificação da ocorrência do fato alegado pelo fornecedor como ensejador da solicitação de cancelamento.

7.5. O cancelamento do registro, se deferido, somente terá validade após a publicação no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia, sendo, desta forma, vedada a interrupção no fornecimento dos produtos cuja requisição, empenho ou documento similar tenha sido despachado antes dessa data.

8. CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO

8.1. Serão fornecedoras do objeto desta licitação, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as Empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar.

8.2. O fornecedor poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Órgão Gerenciador da Ata do registro de Preços.

8.3. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

8.4. Os produtos, desta ATA deverão ser entregues acompanhados de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho.

8.5. O fornecedor da Ata de Registro de Preços, ficará obrigado, quando for o caso, a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços**, mesmo se a entrega for prevista para data posterior ao vencimento da mesma.**

8.6. Em cada fornecimento, se a quantidade e/ou qualidade do material entregue não corresponder ao exigido no Edital e na Ata de Registro de Preços, a Contratada será chamada para, dentro do prazo máximo de 10 (dez) corridos, fazer a devida substituição, ou completar o total, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, e/ou rescisão da Ata, a critério da Autoridade Competente.

9. DO LOCAL, DA FORMA DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

9.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

10. DO PAGAMENTO

10.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

11. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATADA E CONTRATANTE

11.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente instrumento, serão aplicadas as penalidades previstas nas Leis 10.520/02, 12.846/2013 e 8.666/93. As sanções administrativas, serão aplicadas, observando sempre a garantia da ampla defesa e o contraditório, e ainda:

12.1.1. Conforme advertências e multas constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Fica a Contratada ciente que a assinatura desta Ata implica na aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes.

13.2. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Municipal nº 15.402/2018, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas, complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

13.3. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais, o anexo do **Edital de Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 097/2023/SML/PVH** e a proposta da Contratada.

13.4. Os Preços Registrados: em anexo dessa ata.

Fica eleito o foro do Município de Porto Velho para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E, por estarem de acordo. lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Porto Velho 20 de novembro de 2023

VALÉRIA JOVÂNIA DA SILVA
Superintendente

LIDIANE SALES GAMA MORAIS
Pregoeira

THIAGO TAURA CHERBISK
CPF: 047.776.399-59
Brvo Distribuidora Eireli

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:BF81FA90

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML/SEMAD
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº008/2023/SML/PVH

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°00600-00036871/2023-98-e

Torna-se público que a Superintendência Municipal de Licitações – SML, por meio da Agente de Contratação designada pela Portaria nº 002 de 27 de julho de 2023, realizará DISPENSA ELETRÔNICA Nº 008/2023, com critério de julgamento MENOR PREÇO, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável. **DATA DA SESSÃO:05/12/2023. HORÁRIO DA FASE DE LANCES:** 09:00 as 15:00 (horário de Brasília)**LOCAL:** https://www.gov.br/compras/pt-br **UASG: 925172** – Superintendência Municipal de Licitações – SML. **VALOR ESTIMADO: MENOR VALOR ORÇADO: R$ 2.123,84 (Dois mil e cento e vinte e três reais e oitenta e quatro centavos)**. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO - Reagente Ferrover para análise de Ferro (Fe) Reagente em pó embalado em sachês individuais de alumínio. visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS**A. OUTRAS INFORMAÇÕES:** Junto à Superintendência Municipal de Licitações, localizada na Av. Carlos Gomes, 2776, 2º Andar, Bairro São Cristóvão, CEP 76.804.022 – Porto Velho/RO, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, de 8h às 14h(horário local de RO). E-mail: equipe.licitacao07@portovelho.ro.gov.br.

Porto Velho, 29 de novembro de 2023

MARCUS FELLIPO GOMES LEAL
Agente de Contratação – SML

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:7CA778DD

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML/SEMAD
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº009/2023/SML/PVH

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 00600-0009056/2023-56-e

Torna-se público que a Superintendência Municipal de Licitações – SML, por meio da Agente de Contratação designada pela Portaria nº 002 de 27 de julho de 2023, realizará DISPENSA ELETRÔNICA Nº 009/2023, com critério de julgamento MENOR PREÇO, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável. **DATA DA SESSÃO:05/12/2023. HORÁRIO DA FASE DE LANCES:** 09:00 as 15:00 (horário de Brasília)**LOCAL:** https://www.gov.br/compras/pt-br **UASG: 925172** – Superintendência Municipal de Licitações – SML. **VALOR ESTIMADO: R$ 55.281,31 (Cinquenta e cinco mil, duzentos e oitenta e um reais e trinta e um centavos).**. **OBJETO: Contratação de empresa especializada em confecção de material gráfico e entrega de materiais de consumo e materiais permanentes, para a execução dos Projetos "Varal Literário", "Clube de Leitura Curumins", "Gincana Literária", "Comemoração dos 50 Anos de Criação da BMFM" e "É Tempo de Inclusão", promovidos pela Biblioteca Municipal Francisco Meirelles (BMFM), por meio da Secretaria Municipal de Educação - SEMED. OUTRAS INFORMAÇÕES:** Junto à Superintendência Municipal de Licitações, localizada na Av. Carlos Gomes, 2776, 2º Andar, Bairro São Cristóvão, CEP 76.804.022 – Porto Velho/RO, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, de 8h às 14h(horário local de RO). E-mail: pregoes.sml@gmail.com.

Porto Velho, 29 de novembro de 2023

VÂNIA RODRIGUES
Agente de Contratação – SML

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:D338F4C8

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML/SEMAD
RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº135/2023/SML/PVH

A Superintendência Municipal de Licitações da Prefeitura do Município de Porto Velho, TORNA PÚBLICA a realização do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 135/2023/SML/PVH**, do tipo MENOR PREÇO, deflagrado no Processo nº **00600-00011717/2023-11-e**, cujo objeto é **Aquisição de Material Permanente (Terminais de Autoatendimento – TOTEM DE SENHA), visando a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Fazenda (SEMFAZ),** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nos **Anexos I e II deste Edital**. **ABERTURA DAS PROPOSTAS: 13/12/2023** às 09h30min (hora do DF). ENDEREÇO ELETRÔNICO: **www.comprasgovernamentais.gov.br,** UASG: 925172.
OUTRAS INFORMAÇÕES: Junto à Equipe de Pregão 06, na Superintendência Municipal de Licitações, localizada na Av. Carlos Gomes, 2776, 2º Andar, Bairro São Cristóvão, CEP 76.804.022 – Porto Velho/RO, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, de 8h às 14h(horário local de RO). E-mail: pregoes.sml@gmail.com. Telefone (69) 3901-3639/3069.
VALOR ESTIMADO: **R$ 63.526,66 (Sessenta e três mil, quinhentos e vinte e seis reais, sessenta e seis centavos).**

Porto Velho-RO 29 de novembro de 2023.

VÂNIA RODRIGUES
Pregoeira/SML

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:06DF37C7

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 231/2023

DECRETO Nº 231/GABINETE/2023

Regulamenta o enquadramento dos servidores efetivos aos novos Planos de Cargos, Carreira e Salários do Município de Presidente Médici - Rondônia.

O Prefeito do Municipal de Presidente Médici-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos legais pertinentes:

Considerando as disposições estabelecidas pelas Leis Complementares nº 003/2022, 004/2022 e 005/2022, que instituem o novo Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) para os servidores efetivos do município;

Considerando a necessidade de estabelecer diretrizes e procedimentos claros para o enquadramento dos servidores no referido PCCS, conforme Artigos nº 37 e 38 da Lei Complementar nº 003/2022 (PCCS - Saúde), Artigos nº 46 e 47 da Lei Complementar nº 004/2022 (PCCS - Geral) e os Artigos n° 46 e 47 da Lei Complementar n° 005/2022 (PCCS - Educação);

Considerando a necessidade de estabelecer critérios específicos para a concessão da progressão dos servidores municipais, previstos nas Leis Complementares nº 003/2022, 004/2022 e 005/2022, bem como as disposições da Lei Federal 173/2020, relacionada ao enfrentamento da pandemia de Covid-19;

Considerando as disposições contidas na Emenda Constitucional nº 103/2019 e nos artigos 38, inc. IV e 40, inc. III da Lei Complementar n° 002/2022, bem como nos artigos 32, inc. XII da Lei Complementar 003/2022, 31, inc. XII da Lei Complementar 004/2022 e 38, inc. XII da Lei Complementar 005/2022, que tratam da aposentadoria dos servidores públicos municipais;

Considerando ainda que o novo Plano de Carreira estabeleceu critérios específicos para o enquadramento dos servidores efetivos do quadro de pessoal municipal:

DECRETA:

Art.1º Fica regulamentado o processo de enquadramento dos servidores efetivos do quadro funcional do Município de Presidente Médici - Rondônia aos novos Planos de Cargos, Carreira e Salários, nos termos dos Artigos nº 37 e 38 da Lei Complementar nº 003/2022 (PCCS - Saúde), Artigos nº 46 e 47 da Lei Complementar nº 004/2022 (PCCS - Geral) e os Artigos n° 46 e 47 da Lei Complementar n° 005/2022 (PCCS - Educação).

Art. 2º Para o enquadramento, serão considerados os critérios estabelecidos nas respectivas Leis Complementares, conforme segue:

1. Critérios de Enquadramento: Ao vencimento básico atualizado de cada servidor, serão adicionados os valores referentes ao 'anuênio', à 'incorporação ao vencimento base e outras gratificações percebidas em decorrência da vida profissional do servidor. Esses critérios serão utilizados para classificação no início da carreira dentro do novo PCCS.
a.Vencimento básico do mês anterior acrescido dos valores:
·Anuênio;
·Gratificação de sala Multisseriada;
·Gratificação por desempenho de função previstas nas Leis Municipais1347/07 e 1420/08;
·Gratificação por desempenho previstas naLei 930/02 e Lei 1407/08;
·Gratificação de Desempenho Lei 1399/2008;
·Incorporação ao Vencimento Base (%);
·Incorporação ao Vencimento Básico;
·Gratificação Lei 1578/2010;
·Gratificação ESF/PACS prevista Lei 2075/2017;
·Gratificação prevista na Lei 2076/2017;
·Gratificação PACS prevista na Lei 2075/2017.

2. Diferenças Individuais: Considerando que cada servidor possui uma história funcional própria, o vencimento básico será diferenciado para cada um, levando em consideração o tempo de serviço e os direitos adquiridos até o momento do enquadramento ao novo plano, bem como a aplicação da Progressão Horizontal de maneira retroativa a data do inicio da carreira.

Art.3º Os servidores que foram transpostos do Regime Celetista para o Regime Estatutário, faram jus a retroatividade da Progressão Horizontal a data da vigência da Lei Municipal 669/1.998, publicada no dia 19/05/1998.
Art. 247 Ficam submetidos ao regime jurídico instituído por lei, na qualidade de servidores públicos, os servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, exceto os contratados por prazo determinado cujos contratos não poderão ser prorrogados após o vencimento do prazo de prorrogação.
§ 1º - Os ocupantes de cargos, empregos e funções nos Poderes Legislativo e Executivo, que ingressarem mediante Concurso Público Municipal, ficam automaticamente enquadrado no Regime instituído por esta lei, independentemente de novo concurso.
§ 2º - As funções de confiança exercida por pessoas não integrantes de tabela permanente do órgão ou entidade onde têm exercício ficam transformados em cargos de comissão e mantidos, enquanto não for implantado o plano de cargos no órgão ou entidades na forma da lei.
§ 3º Resolvido o contrato de trabalho com a transferência do servidor do regime da CLT para o Estatutário em decorrência desta lei, assiste lhe o direito de movimentar a conta vinculado ao FGTS.

Arti. 4°Considerando a necessidade de estabelecer critérios específicos para a concessão da progressão dos servidores municipais, previstos nas Leis Complementares nº 003/2022, 004/2022 e 005/2022, bem como as disposições da Lei Federal 173/2020, relacionada ao enfrentamento da pandemia de Covid-19, ficam estabelecidas as seguintes exceções:

1. Suspensão temporária por situações específicas em consonância com o disposto na Lei Federal 173/2020, durante o período de enfrentamento à pandemia de Covid-19, nos seguintes termos:

Art. 8º Na hipótese de que trata oart. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:
I - conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública;
II - criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;
III - alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
IV - admitir ou contratar pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia, de direção e de assessoramento que não acarretem aumento de despesa, as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, as contratações temporárias de que trata oinciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, as contratações de temporários para prestação de serviço militar e as contratações de alunos de órgãos de formação de militares;(Vide)
V - realizar concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV;(Vide)
VI - criar ou majorar auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade;
VII - criar despesa obrigatória de caráter continuado, ressalvado o disposto nos §§ 1º e 2º;
VIII - adotar medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), observada a preservação do poder aquisitivo referida noinciso IV do caput do art. 7º da Constituição Federal;
IX - contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.
§ 1º O disposto nos incisos II, IV, VII e VIII docaputdeste artigo não se aplica a medidas de combate à calamidade pública referida nocaputcuja vigência e efeitos não ultrapassem a sua duração.
§ 2º O disposto no inciso VII docaputnão se aplica em caso de prévia compensação mediante aumento de receita ou redução de despesa, observado que:
I - em se tratando de despesa obrigatória de caráter continuado, assim compreendida aquela que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por período superior a 2 (dois) exercícios, as medidas de compensação deverão ser permanentes; e
II - não implementada a prévia compensação, a lei ou o ato será ineficaz enquanto não regularizado o vício, sem prejuízo de eventual ação direta de inconstitucionalidade.
§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual poderão conter dispositivos e autorizações que versem sobre as vedações previstas neste artigo, desde que seus efeitos somente sejam implementados após o fim do prazo fixado, sendo vedada qualquer cláusula de retroatividade.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica ao direito de opção assegurado naLei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, bem como aos respectivos atos de transposição e de enquadramento.
§ 5º O disposto no inciso VI docaputdeste artigo não se aplica aos profissionais de saúde e de assistência social, desde que relacionado a medidas de combate à calamidade pública referida nocaputcuja vigência e efeitos não ultrapassem a sua duração.
§ 6º (VETADO).
§ 7º O disposto nos incisos IV e V docaputdeste artigo não se aplica aos cargos de direção e funções previstos nasLeis nos13.634, de 20 de março de 2018,13.635, de 20 de março de 2018,13.637, de 20 de março de 2018,13.651, de 11 de abril de 2018, e13.856, de 8 de julho de 2019, e ao quadro permanente de que trata aLei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011.(Incluído pela Lei Complementar nº 180, de 2021)
§ 8º O disposto no inciso IX do**caput**deste artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares da área de saúde e da segurança pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado que:(Incluído pela Lei Complementar nº 191, de 2022)
I - para os servidores especificados neste parágrafo, os entes federados ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de realizar o pagamento de novos blocos aquisitivos, cujos períodos tenham sido completados durante o tempo previsto no**caput**deste artigo, de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço;(Incluído pela Lei Complementar nº 191, de 2022)
II - os novos blocos aquisitivos dos direitos especificados no inciso I deste parágrafo não geram direito ao pagamento de atrasados, no período especificado;(Incluído pela Lei Complementar nº 191, de 2022)
III - não haverá prejuízo no cômputo do período aquisitivo dos direitos previstos no inciso I deste parágrafo;(Incluído pela Lei Complementar nº 191, de 2022)
IV - o pagamento a que se refere o inciso I deste parágrafo retornará em 1º de janeiro de 2022.

1. O servidor perderá o direito à progressão prevista nos referidos artigos das Leis Complementares caso não cumpra com os critérios estabelecidos, inclusive no que tange ao desempenho profissional e requisitos temporais determinados para a progressão, avaliadas de acordo com os dispositivos das Leis Complementares nº 003/2022 (Artigo 32 e 33), nº 004 (Artigo 31 e 32) e 005/2022 (Artigo 37 e 38), nos seguintes casos:
I - afastar-se do cargo por prisão judicial, por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias;
II - sofrer penalidade de suspensão;
III - faltar ao serviço sem justificativa, por prazo igual ou superior a 5 (cinco) dias, contínuos ou não;
IV - afastar-se do cargo por licença para tratar de assuntos particulares, sem vencimentos, por prazo superior a 30 (trinta) dias;
V - afastar-se para prestar serviço militar, por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias;
VI - permanecer em licença para tratamento de saúde, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, contínuos ou não;
VII - permanecer em licença para tratamento de doença em pessoa da família, por período superior a 3 (três) meses;
VIII - afastar-se para o exercício de mandato eletivo, por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias;
IX - afastar-se para o exercício de mandato classista, por prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias;
X - ficar à disposição de órgão público não vinculado ao Município, sem ônus para a origem, por período igual ou superior a 30 (trinta) dias;
XI - for inativado;
XII - ficar em disponibilidade.

Art. 5°Considerando as disposições contidas na Emenda Constitucional nº 103/2019 e na Lei Complementar n° 002/2022, bem como na Lei Complementar 003/2022, 004/2022 e 005/2022, no que tratam da aposentadoria dos servidores públicos municipais, para a concessão da progressão horizontal, fica estabelecido o seguinte:

1. Os servidores que se aposentaram antes da Vigência da Emenda Constitucional 103/2019, deverão ser declarados inativos a partir da data da concessão do benefício previdenciário, momento em que se encerra o direito à progressão horizontal.

2. Os servidores que se aposentaram após a vigência da Emenda Constitucional 103/2019, terão direito à progressão horizontal até a data da concessão do benefício previdenciário, momento em que será declarado a inatividade e, consequentemente o cargo deverá ser declarado vacante.
a) Os prazos e processos referentes à declaração de cargos vagos e exoneração dos servidores aposentados serão conduzidos de acordo com os dispositivos legais e procedimentos estabelecidos na legislação pertinente.

Art. 6º Este Decreto em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Paço Municipal José Cunha e Silva Junior 29 de novembro de 2023.

***SERGIO DA SILVA CEZAR* –**
Procurador Geral do Município.

***THIAGO IVAN COSTA DOS SANTOS* –**
Secretário Municipal de Governo

***EDILSON FERREIRA DE ALENCAR* –**
Prefeito do Município

Publicado por:
Gerlinda Prochnow
Código Identificador:16224523

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE COMUNICAÇÃO N. 01/2023

EDITAL DE COMUNICADO Nº 001/2023

A Prefeitura Municipal de Presidente Médici/RO, com sede na Avenida São João Batista, nº 1613, Centro, através do (a) do seu Departamento de Recursos Humanos - DRH, por meio deste edital, torna público a informação aos servidores municipaissobre a regulamentação e correção do enquadramento de acordo com os critérios estabelecidos no novo Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS), observando que:

Considerando as disposições das Leis Complementares nº 003, 004 e 005/2022, que instituem o PCCS para os servidores efetivos do município,

Considerando que todos os servidores já foram comunicados das reduções nos vencimentos básicos decorrentesdas exceções estipuladas nas Leis nº 003/2022, 004/2022 e 005/2022, que tratam de afastamentos, licenças, mandatos eletivos, entre outros.

Considerando a necessidade de estabelecer diretrizes claras para o enquadramento dos servidores nesse novo plano e estabelece os critérios e procedimentos a serem seguidos para a devida correção dos vencimentos dos servidores.

Considerando que já está em tramite as correções necessárias na implantação da Reforma Administrativa.

O referido Edital, publicado no Diário Oficial do Município, normatiza:

1. A correção do enquadramento dos servidores públicos municipais baseia-se nos critérios estabelecidos nas Leis Complementares correspondentes aos diversos setores municipais.

2. Os critérios adotados para o enquadramento, considerando a soma do vencimento básico atualizado de cada servidor aos valores de 'anuênio', 'incorporação ao vencimento base' e outras gratificações relacionadas à trajetória profissional de cada servidor, para classificação no início da carreira no novo PCCS.

3. A diferenciação nos vencimentos básicos de cada servidor, baseando-se no histórico funcional próprio de cada um, contemplando

tempo de serviço e direitos adquiridos até o momento do enquadramento no novo plano.

4. As exceções para a concessão da progressão dos servidores municipais.

5. Quanto aos critérios referentes a progressão horizontal e inatividade dos servidores públicos municipais aposentados antes e após a emenda constitucional nº 103/2019.

Os servidores poderão acessar o inteiro teor do Decreto Municipal n° 231/GABINETE/2023, publicado no Diário Oficial do Município e Portal da Transparência, para verificar os detalhes e procedimentos a serem seguidos para o enquadramento ao novo PCCS.

Ressalta-se a importância da leitura atenta do Decreto, a fim de compreender todas as disposições e procedimentos realizados para a correção do enquadramento ao novo Plano de Cargos, Carreira e Salários.

A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos ficará responsável:

a.orientar e conduzir os servidores no processo de enquadramento, garantindo o cumprimento dos critérios estabelecidos no referido Decreto e nas Leis Complementares pertinentes;

b.Disponibilizar a ficha individual contendo o detalhamento dos valores referentes a implantação da Reforma Administrativa.

Presidente Médici - Rondônia, 29 de novembro de 2023.

SANDRO SILVA SECORUN –
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Gerlinda Prochnow
Código Identificador:823840A5

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2023

PROCESSO Nº. 1868/GLOBAL/2023

A Prefeitura Municipal de Primavera de Rondônia, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeados por força das disposições contidas no Decreto Nº 2912/GP/2023, torna público que se encontra autorizada, a realização da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o Nº 045/2023, do tipo "menor preço POR ITEM com beneficio regional para os itens que comtemplam o art.48,inciso I da leicomplementar123, de 2006, Lei Municipal 791/GP/2016 de 11 de outubro de 2016 e decreto 1441/GP/2017, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme descrito no Edital e seus anexos em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, com o Decreto Municipal nº 634/GP/2008 e subsidiariamente, com a Lei Federal nº 8.666/93, com a Lei Complementar n° 123/2006, Lei Municipal 791/GP/2016, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e demais legislações vigentes pertinentes ao objeto.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.**1868/GLOBAL/2023.**
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕS DE BOTIJOES E RECARGAS DE GAS DE COZINHA DE 13KG - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.
VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO: R$: 41.110,90 (Quarenta e um mil cento e dez reais e noventa centavos);

DATA DE ABERTURA: 18/12/2023, às 14h30min (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)
ENDEREÇO ELETRÔNICO: **www.licitanet.com.br.**

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através da Pregoeira e equipe de apoio.
EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado, e, ainda, no site **www.primavera.ro.gov.br**. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pela Pregoeira e Equipe de Apoio, na Prefeitura Municipal de Primavera de Rondônia, sito a Rua Jonas Antônio de Souza – n° 1466 – Bairro: Centro, em Primavera de Rondônia/RO - CEP: 76.976-000, Telefone: (69) 3446-1140 no horário das 07h30min às 13h30min.
DA RETIRADA: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico acima mencionado.

Primavera de Rondônia/RO, 29 de novembro de 2023

RENATA DE A. GONCHOROWISKI
Pregoeira

Publicado por:
Beatriz Nicolaeiwski Ramalho
Código Identificador:AC9553AB

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2023

PROCESSO Nº. 1793/GLOBAL/2023

A Prefeitura Municipal de Primavera de Rondônia, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeados por força das disposições contidas no Decreto Nº 2912/GP/2023, torna público que se encontra autorizada, a realização da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o Nº 046/2023, do tipo "menor preço POR ITEM com beneficio regional para os itens que comtemplam o art.48,inciso I da leicomplementar123, de 2006, Lei Municipal 791/GP/2016 de 11 de outubro de 2016 e decreto 1441/GP/2017, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme descrito no Edital e seus anexos em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, com o Decreto Municipal nº 634/GP/2008 e subsidiariamente, com a Lei Federal nº 8.666/93, com a Lei Complementar n° 123/2006, Lei Municipal 791/GP/2016, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e demais legislações vigentes pertinentes ao objeto.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.**1793/GLOBAL/2023.**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE OFICINEIROS POR MEIO EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM OFICINAS DE DIVERSAS MODALIDADES PARA ATENDER AO MUNICIPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA. - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO: R$: 78.205,70 (Setenta e oito mil duzentos e cinco reais e setenta centavos);

DATA DE ABERTURA: 19/12/2023, às 09h30min (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)
ENDEREÇO ELETRÔNICO: **www.licitanet.com.br.**

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através da Pregoeira e equipe de apoio.
EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado, e, ainda, no site **www.primavera.ro.gov.br**. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pela Pregoeira e Equipe de Apoio, na Prefeitura Municipal de Primavera de Rondônia, sito a Rua Jonas Antônio de Souza – n° 1466 – Bairro: Centro, em Primavera de Rondônia/RO - CEP: 76.976-000, Telefone: (69) 3446-1140 no horário das 07h30min às 13h30min.
DA RETIRADA: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico acima mencionado.

Primavera de Rondônia/RO, 29 de novembro de 2023

RENATA DE A. GONCHOROWISKI
Pregoeira

Publicado por:
Beatriz Nicolaeiwski Ramalho
Código Identificador:1067E0D7

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 1265/GP/2023

DISPÕE SOBRE O USO DO COLAR DE GIRASSOL COMO INSTRUMENTO FACULTATIVO AUXILIAR DE ORIENTAÇÃO PARA IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS OCULTAS NO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA.

O Prefeito do Município de Primavera de Rondônia – RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:
L E I

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre o uso do colar de girassol, como instrumento auxiliar de orientação e colaborativo, para que terceiros possam identificar pessoas com deficiências ocultas, no âmbito do município de Primavera de Rondônia – RO.
Art. 2° - Os termos utilizados para aplicação na presente lei devem ser definidos da seguinte forma:
I - Pessoa com deficiência oculta: aquela cuja deficiência não é identificada de maneira imediata, por não ser fisicamente evidente;
II - Colar de girassol: faixa estreita de tecido ou material equivalente, na cor verde, estampada com desenhos de girassóis.
Art. 3° - A utilização do colar de girassol é facultativo aos indivíduos que tenham deficiências ocultas, bem como a seus acompanhantes e atendentes pessoais.
Parágrafo único. O uso de colar de girassol não constitui fator condicionante para o gozo de direitos assegurados à pessoa com deficiência, bem como não é prova acerca da deficiência.
Art. 4° - A aquisição do colar, por ser de uso facultativo, deve ser feito pela própria pessoa que deseja fazer sua utilização.
Art. 5° - Os estabelecimentos públicos e privados devem orientar seus funcionários e colaboradores quanto ao uso do colar de girassol para identificação de pessoas com deficiências ocultas.
Art. 6° - Aplicam-se ao disposto nesta Lei, no que couber e não for incompatível, as disposições da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
Art. 7° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Primavera de Rondônia, 29 de novembro de 2023.

EDUARDO BERTOLETTI SIVIERO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlene Herbst Kruger
Código Identificador:04A1702B

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 1266/GP/2023

INSTITUI O MÊS DE NOVEMBRO COMO "NOVEMBRINHO AZUL", NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Primavera de Rondônia – RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:
L E I

Art. 1°. Fica instituída no município de Primavera de Rondônia, no mês de novembro, a campanha de saúde do "Novembrinho Azul", em consonância com a Lei federal nº 14.694/2023, como período para conscientização sobre a saúde dos meninos de até 15 (quinze) anos e para reforçar a prevenção de doenças que estão ligadas à saúde sexual e reprodutiva
Art. 2º. São objetivos desta Lei:
I – A promoção de discussões acerca das medidas de prevenção, para meninos de até 15 (quinze) anos, de condições que sejam fatores de risco de doenças na vida adulta, nos termos desta lei;
II – A realização de campanhas de conscientização, com distribuição de material informativo, sobre a importância de:
a) investigação de quadros de dor testicular e do aumento de volume escrotal;
b) vacina contra o papiloma vírus humano (Human Papillomavirus - HPV) e demais doenças no calendário vacinal;
c) diagnóstico e tratamento precoces de condições que sejam fatores de risco para doenças na vida adulta, nos termos desta lei;
III – Promover a sensibilização da gestão local do Sistema Único de Saúde (SUS) acerca da importância da eficiente disponibilização, a meninos de até 15 (quinze) anos, de serviços e procedimentos ligados à prevenção de condições que sejam fatores de risco para doenças na vida adulta;
IV – Promover a formação e a capacitação contínuas dos profissionais de saúde que lidam com meninos de até 15 (quinze) anos;
V – Desenvolver campanhas educativas e informativas sobre a importância da adoção de hábitos saudáveis para a prevenção de doenças;
VI – Informar sobre os tratamentos psicológicos e médicos disponíveis no sistema de saúde.
Art. 3º. O Poder Público municipal poderá firmar convênios e parcerias com entidades ou instituições públicas ou privadas para a realização de eventos e atividades que visem à divulgação de informações sob o tema e a proposta desta lei.
Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Primavera de Rondônia, 29 de novembro de 2023.

EDUARDO BERTOLETTI SIVIERO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlene Herbst Kruger
Código Identificador:8BB5E765

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS REFERENTE AO 1º SEMESTRE DE 2023

A Prefeitura Municipal de Primavera de Rondônia, através de seu representante legal o Senhor Prefeito Municipal, EDUARDO BERTOLETTI SIVIERO, convida as entidades de classe, associações civis comunitárias e munícipes em geral para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS REFERENTE AO 1º SEMESTRE DE 2023**, que será realizada no dia **06 de dezembro de 2023, a partir das 08:00 horas**, no **AUDITORIO DA CAMARA MUNICIPAL** no endereço Avenida Jorge Teixeira, S/N, bairro Centro, de Primavera de Rondônia, CEP: 76976-000.

PARTICIPE!!!

Primavera de Rondônia-RO, 29 de novembro de 2023.

EDUARDO BERTOLETTI SIVIERO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Pereira de Jesus
Código Identificador:C632609E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 545/GP/2023.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA – RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Lei 1011/GP/2021 e amparadas pela

Legislação Municipal vigente, e tendo em vista o que consta no Processo n. º 1968-1/SEMAP/2023.

RESOLVE:

Art. 1.º Arbitrar e conceder, 02 (duas) diárias no valor unitário de R$ 70,00 (setenta reais) perfazendo um valor de R$ 140,00 (cento e quarenta) em favor do servidor mencionado abaixo, que se deslocará até a cidade de Cerejeiras – RO, no dia 30/11/2023, conforme consta no memo. Nº 270/SEMAP/2023, para **buscar um veículo doado pela Polícia Federal a Secretaria Municipal,** conforme convite em anexo o deslocamento será com veículo oficial da SEMAP.

Marcelo Araújo Pereira, motorista, CPF; *.820. ***-91**
R$ 70,00 (setenta reais);

Ricardo Pereira Pina, Operador de Máquina, CPF. *.980. ***-61**
R$ 70,00 (setenta reais);

Art. 2.ºO prazo máximo para prestação de contas é de dez dias após o retorno o mesmo.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Primavera de Rondônia/RO, aos 28 dias do mês de novembro de 2023.

Registre-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

EDUARDO BERTOLETTI SIVIERO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlene Herbst Kruger
Código Identificador:06A5411C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 2914/GP/2023.

EMENTA: DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO QUALITATIVA DO ORÇAMENTO VIGENTE ATRAVÉS DE **TRANSFERÊNCIA,** DE DOTAÇÕES CONFORME PRECEITUA O ART. 167, VI, CF.

O Prefeito do Município de Primavera de Rondônia – RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela **Lei 1170/GP/2022**, de 14/09/2022.

DECRETA:

Artigo 1° Fica autorizado a **TRANSFERÊNCIA**, das dotações abaixo, aprovadas na Lei Orçamentária Anual do exercício vigente, conforme preceitua as reformulações administrativas constantes no Artigo 167, VI da Constituição Federal, que trata da transposição, remanejamento e transferências de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, no valor de **R$ 5.400,00** (cinco mil e quatrocentos reais)**.**

	Ficha	*Classificação Orçamentária*	*Categoria Econômica*	*Destinação de Recursos*	*Valor*
Credito	7	01.031.0001.2001	4.4.90.52.00	0.1.500.0000	
Recurso	1	01.031.0001.1001	4.4.90.51.00	0.1.500.0000	5.000,00
Credito	7	01.031.0001.2001	4.4.90.52.00	0.1.500.0000	
Recurso	4	01.031.0001.2001	3.3.90.33.00	0.1.500.0000	400,00

	Total	**5.400,00**

Artigo 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Primavera de Rondônia, RO, 29 de novembro de 2023.

EDUARDO BERTOLETTI SIVIERO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlene Herbst Kruger
Código Identificador:57889D9B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2915/GP/2023

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR RECURSO VINCULADO CONFORME ART. 43 § 1º ITEM III DA LEI 4.320/64, NA LEI Nº 1194/2022 (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2023) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Primavera de Rondônia – RO, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1260/GP/2023 de 28/11/2023.

DECRETA:

Artigo 1º Fica aberto no corrente exercício o **Crédito Adicional Especial Por Recurso Vinculado** no Orçamento do Município, no valor de **R$ 100.000,00 (cem mil reais)**, destinados a seguinte dotação orçamentária.

Suplementação		
02.00	Poder Executivo	
02.07.02	Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura	
27.812.0016	Convênios p/ Educação	
27.812.0016.1244	Aquisição Materiais Esportivos - EP	
3.3.90.30.00.00	**Material de Consumo**	**100.000,00**
Total da suplementação		**100.000,00**

Artigo 2º Para cobertura do referido crédito aberto no artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de ***CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR RECURSOS VINCULADOS***, em conformidade com o disposto no Art. 43 § 1º inciso II da lei 4.320/64, a fonte de recursos 0.1.706.3110 – Transferências da União de Emendas Parlamentares Individuais, vinculado a SEMEC, Banco do Brasil agencia 1181-9 conta corrente 56.681-0.

Artigo 3° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Primavera de Rondônia, 29 de novembro de 2023.

EDUARDO BERTOLETTI SIVIERO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlene Herbst Kruger
Código Identificador:23B36295

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2916/GP/2023

*ABRE **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR RECURSO VINCULADO** CONFORME ART. 43 § 1º ITEM III DA LEI 4.320/64, NA LEI Nº 1194/2022 (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2023) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

O Prefeito do Município de Primavera de Rondônia – RO, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1261/GP/2023 de 28/11/2023.

DECRETA:
Artigo 1º Fica aberto no corrente exercício o **Crédito Adicional Especial Por Recurso Vinculado** no Orçamento do Município, no valor de **R$ 131.238,00 (cento e trinta e um mil duzentos e trinta e oito reais)**, destinados a seguinte dotação orçamentária.

Suplementação		
02.00	Poder Executivo	
02.05.00	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	
26.782.0023	Convênios para Obras	
26.782.0023.1243	Manutenção da Frota - EP	
3.3.90.39.00.00	**Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica**	**98.257,00**
Total da suplementação		**98.257,00**

Suplementação		
02.00	Poder Executivo	
02.05.00	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	
26.782.0023	Convênios para Obras	
26.782.0023.1245	Trator Cortador de Grama - EP	
4.4.90.52.00.00	**Equipamento e Material Permanente**	**32.981,00**
Total da suplementação		**32.981,00**

Artigo 2º Para cobertura do referido crédito aberto no artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de ***CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR RECURSOS VINCULADOS***, em conformidade com o disposto no Art. 43 § 1º inciso II da lei 4.320/64, a fonte de recursos 0.1.706.3110 – Transferências da União de Emendas Parlamentares Individuais, vinculado a Obras, Banco do Brasil agencia 1181-9 conta corrente 56.681-0.

Artigo 3° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Primavera de Rondônia, 29 de novembro de 2023.

EDUARDO BERTOLETTI SIVIERO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlene Herbst Kruger
Código Identificador:A4553E23

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2917/GP/2023

*ABRE **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR RECURSO VINCULADO** CONFORME ART. 43 § 1º ITEM III DA LEI 4.320/64, NA LEI Nº 1194/2022 (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2023) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

O Prefeito do Município de Primavera de Rondônia – RO, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1262/GP/2023 de 28/11/2023.

DECRETA:

Artigo 1º Fica aberto no corrente exercício o **Crédito Adicional Especial Por Recurso Vinculado** no Orçamento do Município, no valor de **R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais)**, destinados a seguinte dotação orçamentária.

Suplementação		
02.00	Poder Executivo	
02.06.02	Secretaria Municipal de Saúde	
10.301.0025	Convênios p/ Semsau	
10.301.0025.1246	Equipamentos Laboratoriais - EP	
4.4.90.52.00	**Equipamentos e Materiais Permanente**	**140.000,00**
Total da suplementação		**140.000,00**

Artigo 2º Para cobertura do referido crédito aberto no artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de ***CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR RECURSOS VINCULADOS***, em conformidade com o disposto no Art. 43 § 1º inciso II da lei 4.320/64, a fonte de recursos 0.1.706.3110 – Transferências da União de Emendas Parlamentares Individuais, vinculado a Saúde, Banco do Brasil agencia 1181-9 conta corrente 56.681-0.

Artigo 3° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Primavera de Rondônia, 29 de novembro de 2023.

EDUARDO BERTOLETTI SIVIERO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlene Herbst Kruger
Código Identificador:94A1BB26

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2918/GP/2023

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR RECURSO VINCULADO CONFORME ART. 43 § 1º ITEM III DA LEI 4.320/64, NA LEI Nº 1194/2022 (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2023) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Primavera de Rondônia – RO, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1263/GP/2023 de 28/11/2023.

DECRETA:

Artigo 1º Fica aberto no corrente exercício o **Crédito Adicional Especial Por Recurso Vinculado** no Orçamento do Município, no valor de **R$ 100.000,00 (cem mil reais)**, destinados a seguinte dotação orçamentária.

Suplementação		
02.00	Poder Executivo	
02.05.00	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	
26.782.0023	Convênios para Obras	
26.782.0023.1243	Manut Serviços Rurais - EP	
3.3.90.39.00.00	**Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica**	**100.000,00**
Total da suplementação		**100.000,00**

Artigo 2º Para cobertura do referido crédito aberto no artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de ***CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR RECURSOS VINCULADOS***, em conformidade com o disposto no Art. 43 § 1º inciso II da lei 4.320/64, a fonte de recursos 0.1.706.3110 – Transferências da União de Emendas Parlamentares Individuais, vinculado a Obras, Banco do Brasil agencia 1181-9 conta corrente 56.681-0.

Artigo 3° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Primavera de Rondônia, 29 de novembro de 2023.

EDUARDO BERTOLETTI SIVIERO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlene Herbst Kruger
Código Identificador:F1A0BA32

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA Nº 085/SEMSAU/2023.

PORTARIA Nº 085/SEMSAU/2023.

O ORDENADOR DE DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Município de Primavera de Rondônia/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo **Decreto nº 2319/2021**, e tendo em vista o que consta nos Autos do requerimento de férias **SEMSAU/2023**.

RESOLVE:

Art. 1º - conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor **DEOSDETE PRIMIOS,** matricula 0083, período aquisitivo 02/04/2021 a 01/04/2022, **período de gozo 02/01/2024 A 31/01/2024.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, a partir de sua publicação.

Secretaria Municipal de Saúde, Primavera de Rondônia/RO, aos 29 dias do mês de novembro de 2023.

Registre-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

UELINTON RICARDO DA SILVA
Ordenador de Despesas – SEMSAU
Portaria Nº 066/GP/2022.
Decreto Nº 2319/2021

Publicado por:
Uelinton Ricardo da Silva
Código Identificador:CD8F4673

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA Nº 084/SEMSAU/2023.

PORTARIA Nº 084/SEMSAU/2023.

O ORDENADOR DE DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Município de Primavera de Rondônia/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo **Decreto nº 2319/2021**, e tendo em vista o que consta nos Autos do requerimento de férias **SEMSAU/2023**.

RESOLVE:

Art. 1º - conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor **ISMAEL SUTERO DOS SANTOS,** matricula 0583, período aquisitivo 01/04/2022 a 31/03/2023, **período de gozo 02/01/2024 A 31/01/2024.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, a partir de sua publicação.

Secretaria Municipal de Saúde, Primavera de Rondônia/RO, aos 29 dias do mês de novembro de 2023.

Registre-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

UELINTON RICARDO DA SILVA
Ordenador de Despesas – SEMSAU
Portaria Nº 066/GP/2022.
Decreto Nº 2319/2021

Publicado por:
Uelinton Ricardo da Silva
Código Identificador:DB94F41E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA Nº 083/SEMSAU/2023.

PORTARIA Nº 083/SEMSAU/2023.

O ORDENADOR DE DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Município de Primavera de Rondônia/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 2319/2021, e tendo em vista o que consta nos Autos do requerimento de férias SEMSAU/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora LUCIANA APARECIDA TEODORO BATISTA, matricula 0126, período aquisitivo 24/08/2021 a 23/08/2022, período de gozo 02/01/2024 A 31/01/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, a partir de sua publicação.

Secretaria Municipal de Saúde, Primavera de Rondônia/RO, aos 29 dias do mês de novembro de 2023.

Registre-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

UELINTON RICARDO DA SILVA
Ordenador de Despesas – SEMSAU
Portaria Nº 066/GP/2022.
Decreto Nº 2319/2021

Publicado por:
Uelinton Ricardo da Silva
Código Identificador:E18875AB

SEMEC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E CULTURA
PORTARIA Nº 050/SEMEC/2023

Portaria nº 050/SEMEC/2023.

O ordenador de Despesas da SEMEC, do Município de Primavera de Rondônia/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto N° **2319/2021**, em especial a Lei Complementar n°003/GP/2021 e Processo 1554/2023.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder a Senhora GRAZIELA VENCIONEK CARLINSKI, portadora do CPF: ***.858.***-41, do cargo Efetivo de ZELADOR (A) / LAVADEIRA (O) - 40 HORAS, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, Licença por motivo de doença de pessoa da Família (Filho) (a) pelo prazo de 60 (sessenta) dias, iniciando o período no dia 30/11/2023 sem remuneração integral do cargo, com base no Art. 084 da Lei Complementar 003/GP/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, a partir de sua publicação.

Secretaria Municipal de Educação, Primavera de Rondônia/RO, aos 29 dias do mês de Novembro de 2023.

Registre-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

ANTONIO CARLOS DA SILVA
Secretário da SEMEC
Ordenador de Despesas
Portaria N°285/GP/2022

Publicado por:
Amanda Barbosa Nogueira
Código Identificador:F25FF402

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2023
PROCESSO Nº 120/2023

RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2023
PROCESSO Nº 120/2023

OBJETO: Contratação de instituição sem fins lucrativos para realização de serviços técnicos especializados para planejamento, organização, divulgação e execução de Concurso Público para a Prefeitura Municipal de Rio Crespo - RO, incluindo todo o material envolvido, para preenchimento de vagas existentes no Plano de Cargos e Carreiras do Município, em obediência à legislação vigente, consoante às condições estabelecidas neste Termo de Referência.

DA EMPRESA: INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTAO E PESQUISA - IBGP
CNPJ Nº: 13.761.170/0001-30

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	Contratação de instituição sem fins lucrativos para realização de serviços técnicos especializados para planejamento, organização, divulgação e execução de Concurso Público para a Prefeitura Municipal de Rio Crespo - RO, incluindo todo o material envolvido, para preenchimento de vagas existentes no Plano de Cargos e Carreiras do Município, em obediência à legislação vigente, consoante às condições estabelecidas neste Termo de Referência	SERV.	01	200.000,00	200.000,00
VALOR GLOBAL					**R$ 200.000,00**

Do Valor Geral: A presente contratação tem o valor global de **R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais).**

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

Rio Crespo/RO, 29 de novembro de 2023.

EVANDRO EPIFÂNIO DE FARIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Pereira Soares
Código Identificador:DD802007

DEPARTAMENTO DE PREGÃO
AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2023

AVISO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2023
A Prefeitura Municipal de Rio Crespo - RO, Pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 63.761.977/0001-41, com sede à Av. Joaquim Pedro Sobrinho, nº. 1040, Centro, Rio Crespo /RO, através da pregoeira designada pelo Decreto 4610/GP/2022 autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, torna pública a abertura do certame licitatório EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através do site www.licitanet.com.br, com a finalidade de selecionar propostas vantajosas para, a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. Com a finalidade de atender a Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Rio Crespo/RO, conforme Termo de Referência Anexo I do presente Edital. O certame será regido pelas disposições da Lei Federal 10.520/02, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar 123/06 alterada pela LC 147/14, da Lei Federal 8.666/93, DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023 Decretos Municipais nº 672/2009, nº 1175/2016 (no que couber), e demais legislações aplicadas à matéria, naquilo que não contrarie este edital e seus anexos.
Por meio da Plataforma Licitanet - www.licitanet.com.br.;
Processo Eletrônico nº 507/2023
Data de Abertura: 14/12/2023
Horario: Ás 10:00hs – Horario de Brasília
Valor Global: R$ 46.036,05 (Quarenta e seis mil, trinta e seis reais e cinco centavos).
OBS: As informações complementares sobre o elemento do Pregão Eletrônico e demais esclarecimentos, encontram-se à disposição dos interessados através dos sites www.licitanet.com.br, Portal da Transparência www.riocrespo.ro.gov.br Telefones: (69) 3539-2017 ou via e-mail: licitacaoriocrespo@gmail.com.

Rio Crespo-RO., 24 de novembro de 2023.

RENATA NUNES ROMÃO
Agente de Contratação
Portaria Nº 4730/2023

Publicado por:
Renata Nunes Romão
Código Identificador:7907E406

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 593/2023.

"Dispõe sobre a concessão de licença prêmio a servidor (a) municipal".

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura; com fundamento no artigo 139 da Lei Complementar nº. 003/2004 e considerando o contido no Processo nº. **4511/2018,** fls. 22 a 25.

R E S O L V E:
Art. 1º - **CONCEDER** "Licença-Prêmio por assiduidade" ao (a) Servidor (a) Municipal **KAREN DAYANE RIBEIRO DE AVILA PEREIRA**, Matrícula – **6718,** cargo de **ASSISTENTE TÉCNICO DE EDUCACAO BÁSICA 40H**, Portador (a) da Carteira de Identidade RG nº. XXX455 SESDEC/RO e do CPF nº. XXX.226.472-XX, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC. (EMEIEF. CORA CORALINA).

Art. 2º - A licença prêmio que trata esta portaria corresponde ao 2º quinquênio: **23.04.2017 a 22.04.2022** convertida em usufruto no período de **01.12.2023 a 28.02.2024.**

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data, com seus efeitos a partir de 01 de dezembro de 2023.

Rolim de Moura, 27 de novembro de 2023.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:31C2A620

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 592/2023

"*Dispõe sobre a Renovação de Permuta, de acordo com Lei Complementar nº. 230/2016".*
ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura, considerando o contido no Processo Administrativo nº 96/2021 fls. 23 a 29.
R E S O L V E:
Art. 1º - RENOVAR a Permuta do (a) Servidor (a) Público (a) Municipal **MARLENE FERNANDES DE OLIVEIRA – Mat. 4255,** Ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO 40H, Lotado atualmente na Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC.
Art. 2º - A Renovação da Permuta será entre o (a) Servidor (a) **MARLENE FERNANDES DE OLIVEIRA,** Servidor (a) do quadro efetivo do Município de Rolim de Moura - RO, e o (a) Servidor (a) Municipal **IVONE DE OLIVEIRA PIOL**, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO 40 horas, do quadro de servidores do Município de Alto Alegre dos Parecis – RO, ficando o ônus para o ente cedente Municipal, correspondente ao período de 01/01/2024 a 31/12/2024.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, com seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2024.

Rolim de Moura, 27 de novembro de 2023.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:116E3341

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 594/2023.

"Dispõe sobre dispensa de cumprimento de 50% da carga horária"

O Prefeito do Município de Rolim de Moura, senhor **ALDAIR JULIO PEREIRA**, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura; e considerando o contido no Processo Eletrônico nº **4541/2023**, conforme o disposto na L.C. 003/2004 Art. 119.

R E S O L V E:

Art. 1º **CONCEDER** "Dispensa do cumprimento de 50% da Carga Horária" ao (a) Servidor (a) Municipal **MARLY ORCINO BOECHAT MOREIRA** (SERVICOS GERAIS 40H) Matricula – **6487**, Portador (a) da Carteira de Identidade RG nº XXX698 SESDC/RO e do CPF nº XXX.803.262-XX, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS.

Art. 2º A servidora beneficiada deverá retornar para nova avaliação da Junta Médica Municipal no período de 06 (seis meses), de acordo com laudo pericial.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor nesta data, com seus efeitos a partir de 01 de dezembro de 2023.

Rolim de Moura, 28 de setembro de 2023.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:A2060304

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 595/2023.

"Dispõe sobre a Alteração da Comissão Fiscalizadora para procedimentos de análise e prestação de contas da Lei nº 195/2022 – Paulo Gustavo, de 08 de julho de 2022, regulamentada pelo Decreto nº 11.525/2022".

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura; e considerando o contido no memorando nº 145/GAB/SEMEC/2023.

RESOLVE:
Art. 1º - **ALTERAR** a Comissão Fiscalizadora para procedimentos de análise e prestação de contas da Lei nº 195/2022 – Paulo Gustavo, de 08 de julho de 2022, regulamentada pelo Decreto nº 11.525/2022.

Art. 2º - A comissão será composta pelos seguintes membros:

Presidente: FABRICIO VIEIRA RAMOS – Matr. 3987
Membros: FRANKLIN BRUNO GUBERT QUERES – Matr. 3952
RITA DE CASSIA GARCIA – Matr. 6095
LUCAS MESSIAS MARCOS – Matr. 6483
TIAGO ANDERSON SANT 'ANA SILVA – Matr. 6443

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos na data de 24 de novembro de 2023, revogando a Portaria nº 559/2023.

Rolim de Moura, 28 de novembro de 2023.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:6BC3F106

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 596/2023

"*Dispõe sobre a Renovação de Permuta, de acordo com Lei Complementar nº. 230/2016".*

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura, considerando o contido no Processo Administrativo nº 451/2019 fls. 30 a 33.
R E S O L V E:

Art. 1º - RENOVAR A Permuta do Servidor Público Municipal **CLAUDECIR PINHEIRO DA SILVA – Mat. 137,** Ocupante do cargo de VIGIA 40H, Lotado atualmente na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA (HOSP. MUN. AMÉLIO J. DA SILVA).
Art. 2º - A Renovação da Permuta será entre o Servidor **CLAUDECIR PINHEIRO DA SILVA,** Servidor do quadro de servidores efetivos do Município de Rolim de Moura - RO, e o Servidor Municipal **ANTONIO CARLOS FERNANDES DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de Vigia 40 horas, do quadro de servidores do Município de Alto Alegre dos Parecis – RO, ficando o ônus para o Ente cedente Municipal, correspondente ao período de 01/01/2024 a 31/12/2024.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, com seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2024.

Rolim de Moura, 29 de novembro de 2024.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:23274D96

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 591/2023.

"Dispõe Sobre a Designação do Servidor Como Fiscal de Contrato de nº 114/2023 referente ao processo administrativo nº 3229/2023, cujo objeto é contratação de empresa especializada em implantação de iluminação no distrito de Nova Estrela - Ro."

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura; e considerando o contido no Memorando nº 466/SETOR DE FROTAS/SEMOSP/2023.

RESOLVE:

Art. - 1º **DESIGNAR** o (a) senhor (a) **ROBERTO CARLOS LOPES**, Matrícula **7001**, portador da Carteira de Identidade RG nº XXXX72802 SESDEC/RO e CPF: XXX.475.682-XX. Como Fiscal de Contrato de nº 114/2023 referente ao processo administrativo nº 3229/2023, cujo objeto é contratação de empresa especializada em implantação de iluminação no distrito de Nova Estrela - Ro.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições contrárias.

Rolim de Moura, 27 de novembro de 2023.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:493E9C59

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 121/2023
ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2023

O departamento de licitações do Município de Rolim de Moura - RO torna público para conhecimento dos interessados, **AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**, modalidade "**PREGÃO ELETRÔNICO**", tipo "**MENOR PREÇO**" por "**ITEM**", modo de disputa "**ABERTO**", concernente a **FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Valor estimado R$ 89.047,89 (Oitenta e nove mil, e quarenta e sete reais e oitenta e nove centavos).** Abertura da sessão dia 18 de Dezembro de 2023 às 09:00 horas (horário de Brasília), o portal gerenciador desta licitação será o LICITANET (www.licitanet.com.br). Da autorização: Processo Administrativo Nº

3450-2023. As informações complementares sobre esta licitação poderão ser obtidas pelos interessados, no horário das 07:30 às 13:30 horas horário de Rondônia, de segunda à sexta-feira na Av. João Pessoa 4478 - centro ou pelo telefone n.º (69) 3442-3100, e também no Portal Transparência do município de Rolim de Moura, no site eletrônico www.rolimdemoura.ro.gov.br.
Rolim de Moura, 29 de Novembro de 2023.

GILDO LIMANA
Portaria 134/2023
Pregoeiro

Publicado por:
Gildo Limana
Código Identificador:4188C81F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2023

Processo: 32/2023
Dispensa: 36/2023

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO DE (01) UM CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA PESSOA JURÍDICA, COM O OBJETIVO DE RENOVAR UM CERTIFICADO JÁ EXISTENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA AGÊNCIA REGULADORA DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA/RO.

Fornecedor: GFA CONTABILIDADE LTDA
CNPJ/CPF: 08.815.108/0001-44
Valor Total: R$ 155,00

Substrato legal de dispensa de licitação: Artigo 24, Incisos II, da Lei 8.666/93.

Valor Total a ser adjudicado e homologado: R$ 155,00

ROLIM DE MOURA,29 de novembro de 2023.

TIAGO MICHAEL CALIANI
Superintendente - AGERROM

Publicado por:
Gildo Limana
Código Identificador:7222C9DA

PODER LEGISLATIVO
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 043/2023

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº: 043/2023.
PROCESSO Nº: 144/2023.
FORNECEDOR: Solimões Transportes de Passageiros e Cargas Eireli, CNPJ/MF nº 07.549.414/0002-02.
OBJETO: Aquisição de passagens rodoviárias para servidores do Poder Legislativo.
VALOR R$: R$ 1.347,21 (um mil e trezentos e quarenta e sete reais e vinte e um centavos).
CLASS. ORÇAMENTÁRIA: 01.001.01.033.0020.2.164/33.90.33.00.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, Caput da Lei nº 8.666/93.
DATA: 30 de novembro de 2023.
ORDENADOR: Cidinei Furtunato - Presidente.

Publicado por:
Celso Pires
Código Identificador:678B16D0

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI COMPLEMENTAR Nº 329/2023

"Altera os requisitos para provimento do Cargo de Diretor de Imprensa e Relações Públicas, de que trata o Anexo IV da Lei Complementar nº 315/2022".

O PrefeitO DO MUNICÍPIO de Rolim de Moura, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 65, I, da Constituição do Município.

Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:
LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1° Fica alterado os requisitos para provimento do Cargo de Diretor de Imprensa e Relações Públicas, de que trata o Anexo IV da Lei Complementar nº 315/2022.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rolim de Moura/RO, 29 de novembro de 2023.

ALDAIR JÚLIO PEREIRA
Prefeito do Município de Rolim de Moura

ANEXO IV
ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EFETIVOS, DOS CARGOS EFETIVOS EM EXTINÇÃO E DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS LC 315/22)

DIRETOR DE IMPRENSA E RELAÇÕES PÚBLICAS
DESCRIÇÃO: Supervisionar e coordenar todas as atividades relativas à divulgação das realizações e dos atos do Legislativo, nos âmbitos internos e externos da Casa;
REQUISITOS PARA PROVIMENTO: Formação nível médio, conhecimento especifico na área, com inscrição na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), que habilite a exercer a atividade de jornalismo.
ATRIBUIÇÕES: Zelar pela boa imagem do Poder e de seus representantes, e passar à comunidade, por intermédio da informação, a transparência das ações desenvolvidas pelos Vereadores;
Responsabilizar-se pela guarda e conservação dos bens patrimoniais locados na respectiva Diretoria para uso das atividades por ela desenvolvidas;
Organizar e coordenar as transmissões ao vivo das sessões, eventos e debates realizados no Plenário, bem como supervisionar as suas respectivas reprises nos canais de TV conveniados com a Câmara;
Editar e montar o jornal do Legislativo, com a publicação impressa dos atos diversos da Câmara, e outras matérias consideradas de interesse do
Legislativo;
Providenciar o envio de outros atos oficiais da Câmara que exijam sua publicação em jornais que circulam no Município;
Transmitir em tempo real das sessões e demais atividades do Plenário, e manter atualizadas as informações fornecidas pela mídia virtual via Internet;
Atender os Vereadores em suas necessidades de comunicação interna e externa, no que se refere às gravações de áudio e vídeo e fotografias, dentro das condições técnicas e operacionais oferecidas pela Diretoria;
Organizar e apresentar os eventos (títulos, homenagens, debates, etc), solicitados pela Presidência, bem com confeccionar e enviar os respectivos convites;
Manter a imprensa informada sobre projetos e demais atividades de Plenário, sugerindo pautas interessantes através de contatos pessoais, releases, telefone e e-mail, bem com facilitar o acesso de repórteres aos Vereadores e vice-versa;
Produzir e apresentar material informativo das atividades da Câmara, mostrando, através de reportagens, o trabalho desenvolvido pelos Vereadores dentro e fora do Plenário;
Exercer quaisquer atividades afins ou compatíveis com as atribuições do cargo.

Publicado por:
Luciani Fernandes
Código Identificador:028D276F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
TERMO ADITIVO N° 119/2023

TERMO ADITIVO N° 119/2023

Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 078/2022 do Processo nº 1413/2022 que entre si celebram **O MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA,** e do outro lado à empresa **J G FROM HOME SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.**

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, o **MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA – RO,** pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 04.394.805/0001-18, com sede no prédio da Prefeitura Municipal, sito à Av. João Pessoa n.º 4478, por seu representante legal, por seu representante legal Senhor **ALDAIR JÚLIO PEREIRA,** brasileiro, separado judicialmente, portador da Cédula de Identidade Civil RG 254.262 SSP/RO, inscrito no CPF sob n° 271.990.452-04, residente e domiciliado na Av. Cuiabá, n° 4903, bairro Centro, na cidade de Rolim de Moura/RO, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e do outro lado**,** a **J G FROM HOME SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 40.603.653/001-80, com sede e foro à Rua Carlos Boero, n° 3477, sala 3, bairro Costa e Silva, na cidade de Porto Velho/RO, por seu representante legal, Senhor **GEIFERSON SANTOS DO NASCIMENTO**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) n° 05775804973, inscrito no CPF n° 010.428.532-07, residente e domiciliado na Av. Amazonas, n° 3435, bairro Agenor de Carvalho, Porto Velho/RO, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, celebram o presente Termo aditivo, conforme cláusulas abaixo relacionadas.

1.DO OBJETO: Prorrogação de prazo contratual e de execução referente ao Contrato nº 078/2022 que tem por objeto "Aquisição de material esportivo e contratação de empresa, associação ou entidade especializada em arbitragem para prestação de serviços na modalidade futebol de campo e futsal", do processo n° 1413/2022.

2.DO PRAZO CONTRATUAL: O prazo contratual estabelecido na cláusula segunda do Contrato nº 078/2022 será prorrogado por 6 (seis) meses, contados a partir de **26/12/2023**, vencendo em **26/06/2024.**

3.DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução/entrega estabelecido na cláusula terceira do Contrato nº 078/2022 será prorrogado por 5 (cinco) meses, contados a partir de **26/11/2023**, vencendo em **26/05/2024**.

4.DA RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas e são aqui integralmente ratificadas as demais cláusulas e condições do **Contrato nº 078/2022**, em tudo o quanto não conflitarem com as alterações introduzidas no presente termo, e em especial a não responsabilização do município em multa contratual em caso de rescisão antecipada por conclusão de procedimento licitatório para contratação equivalente.

5.DA PUBLICAÇÃO: Para sua eficácia legal, o presente Aditivo será publicado obedecendo ao estabelecido em Lei.

Assim ajustadas, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que produzam um só efeito legal.

Rolim de Moura/RO, 24 de novembro de 2023.

ALDAIR JÚLIO PEREIRA
Prefeito do Município de Rolim de Moura

Publicado por:
Estefani Maria da Silva Prado
Código Identificador:3B2F1FF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 016 / 2023

RESOLUÇÃO N° 016 / 2023 Rolim de Moura, 29 de novembro de 2023

A presente resolução dispõe sobre a Aprovação da Renovação do Registro da ASSOCIAÇÃO
DE ENSINO MUSICAL ARTÍSTICOS – PREPARARTE.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ROLIM DE MOURA-RONDÔNIA, usando as atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3353/2017, confome **Reunião Ordinária nº 170 CMAS/RM, pauta nº05**, realizada no dia 16 de novembro de 2023, publicada no Diário Oficial dos Municipios do Estado de Rondônia no dia 22/11/2023, em análise do referido pedido.

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar a Renovação de Registro da Associação de Ensino Musical Artístico – PREPARARTE, conforme ATA nº 170, dia dezesseis de novembro de 2023 e registrado no **Dário Oficial** dia 22/11/2023, conforme todos os membros presentes votaram favorável par a renovação do registro nº 026- livro nº B2 folha 18

Rolim de Moura, 29 de novembro de 2023

ANGÉLICA VITAL HENRIQUE
Presidente – CMAM/RO

Publicado por:
Elinaldo Bispo
Código Identificador:440E7F0B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO 3659/2023

Interessado: Secretaria Municipal de Administração e Outros

Através do presente, homologa ***o Pregão Eletrônico nº*****107/2023**, *do processo licitatório* ***nº 3659/2023*** *de* Formalização de ata de registro de preços para futura e eventual aquisição e recarga de toner, para o atendimento das necessidades das diversas secretarias que compõem a administração municipal, tendo como vencedoras as empresas abaixo relacionadas.

Empresas vencedoras:

Martelli Comercio e Serviços Ltda
CNPJ: 15.749.688/0001-84
Valor: *R$* 4.895,00 (Quatro Mil e Oitocentos e Noventa e Cinco Reais).

V. C. da Rocha Distribuidora
CNPJ: 05.808.979/0001-42
Valor: *R$* 16.872,00 (Dezesseis Mil, Oitocentos e Setenta e Dois Reais).

NBB Com. de Equipamentos de Informática Ltda – ME
CNPJ: 10.820.186/0001-89
Valor: 25.776,60 (Vinte Cinco Mil, Setecentos e Setenta e Seis Reais e Sessenta Centavos).

DHZ Comércio de Suprimentos Ltda
CNPJ: 20.402.517/0001-14
Valor: 19.914,60 (Dezenove Mil, Novecentos e Quatorze Reais e Sessenta Centavos).

Papelaria Teixeira Ltda. – EPP
CNPJ: 04.925.681/0001-50
Valor: 124.692,90 (Cento e Vinte Quatro Mil, Seiscentos e Noventa e Dois Reais e Noventa Centavos).

C. H. C. Milhomens Tecnologia Ltda
CNPJ: 42.584.277/0001-59
Valor: 460.782,30 (Quatrocentos e Sessenta Mil, Setecentos e Oitenta e Dois Reais e Trinta Centavos).

MSI Comercio e Serviços Ltda
CNPJ: 42.448.644/0001-97
Valor: 29.764,20 (Vinte Nove Mil, Setecentos e Sessenta e Quatro Reais e Vinte Centavos).

Rolim de Moura, 29 de Novembro de 2023.

ALDAIR JÚLIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Pereira da Silva
Código Identificador:FE5171D5

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO Nº 2535/2023 DE 28/11/2023

Decreto nº 2535/2023 de 28/11/2023
Ementa: Abre Crédito Especial por **Recurso Vinculado** e dá outras providências.

O Prefeito do município de SAO FELIPE D'OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1283/2023 de 28/11/2023.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 448.000,00 (quatrocentos e quarenta e oito mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE AGRICULTURA
08.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE AGRICULTURA
08.001.20.606.0015.1.339. C.C 56.629-2 CONVENIO ESTADUAL Nº CNV/265/SEAGRI/PGE/2023
AQUIS DE TRATOR AGRÍCOLA

181 - 4.4.90.52.00.00 17010000

EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

448.000,00

Total Suplementação: 448.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Recursos Vinculados;

Receita:2.4.2.2.01.01.00.00000000 Fonte: 0

Total da Receita

448.000,00
448.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SAO FELIPE D'OESTE , Estado de Rondônia, em 28/11/2023.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:7E395028

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO Nº 2536/2023 DE 28/11/2023

Decreto nº 2536/2023 de 28/11/2023
Ementa: Abre Crédito Especial por **Anulação de Dotação** e dá outras providências.

O Prefeito do município de SAO FELIPE D'OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1284/2023 de 28/11/2023.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 500,00 (quinhentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE AGRICULTURA
08.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE AGRICULTURA
08.001.20.606.0015.1.339. C.C 56.629-2 CONVENIO ESTADUAL Nº CNV/265/SEAGRI/PGE/2023
AQUIS DE TRATOR AGRÍCOLA

181 - 4.4.90.52.00.00 17010000

EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

500,00

Total Suplementação: 500,00
Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.
Redução
03.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA
03.001.00.000.0000.0.000. GABINTE DA SEMAF
03.001.99.999.9999.9.999. RESERVA DE CONTINGENCIA

42 - 9.9.99.99.00.00 15000000

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 500,00
Total Redução: 500,00
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

SAO FELIPE D'OESTE , Estado de Rondônia, em 28/11/2023.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:DB4A76FA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO Nº 2537/2023 DE 28/11/2023

Decreto nº 2537/2023 de 28/11/2023
Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por **Superávit Financeiro** e dá outras providências.

O Prefeito do município de SAO FELIPE D OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1285/2023 de 28/11/2023.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 6.096,36 (seis mil e noventa e seis reais e trinta e seis centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA DE SAUDE	
05.001.10.301.0013.2.032.	MANUTENCAO DA FARMACIA BASICAFB SUS	
80 - 3.3.90.32.00.00 26000020	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	6.096,36
	Total Suplementação:	**6.096,36**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SAO FELIPE D OESTE , Estado de Rondônia, em 28/11/2023.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:1D1C172F

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO Nº 2538/2023 DE 28/11/2023

Decreto nº 2538/2023 de 28/11/2023
Ementa: Abre Crédito Especial por **Superávit Financeiro** e dá outras providências.

O Prefeito do município de SAO FELIPE D OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1286/2023 de 28/11/2023.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 29.088,00 (vinte e nove mil e oitenta e oito reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE SAUDE
05.001.00.000.0000.0.000. GABINETE DA SECRETARIA DE SAUDE
05.001.10.301.0017.1.340. Incentivo Financeiro da APS Conforme Portaria nº GM/MS/ 377/ 2022 -
Pós-Covid

81 - 3.3.90.30.00.00 26020000

MATERIAL DE CONSUMO 29.088,00
Total Suplementação: 29.088,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SAO FELIPE D OESTE , Estado de Rondônia, em 28/11/2023.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:C96E59B8

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO Nº 2539/2023 DE 28/11/2023

Decreto nº 2539/2023 de 28/11/2023
Ementa: Abre Crédito Especial por **Recurso Vinculado** e dá outras providências.

O Prefeito do município de SAO FELIPE D'OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1287/2023 de 28/11/2023.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 2.000.000,00 (dois milhões reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
06.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA DE OBRAS	
06.001.15.451.0008.1.341.	CONVÊNIO PLATAFORMA + BRASIL nº 937088/2022 026885/2022 CONSTRUÇÃO DE PRAÇA	PROPOSTA

182 - 4.4.90.51.00.00 17000000

OBRAS E INSTALAÇÕES 2.000.000,00
Total Suplementação: 2.000.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Recursos Vinculados;

Receita:2.4.1.4.01.01.00.00000000 Fonte: 0

Total da Receita

2.000.000,00
2.000.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SAO FELIPE D'OESTE , Estado de Rondônia, em 28/11/2023.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:C7E85919

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO Nº 2540/2023 DE 28/11/2023

Decreto nº 2540/2023 de 28/11/2023
Ementa: Abre Crédito Especial por **Recurso Vinculado** e dá outras providências.

O Prefeito do município de SAO FELIPE D OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1288/2023 de 28/11/2023.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 100.000,00 (cem mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE SAUDE
05.001.00.000.0000.0.000. GABINETE DA SECRETARIA DE SAUDE
05.001.10.301.0013.1.342. INCREMENTO TEMP. AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE APS FNS
PROP. nº 36000503178202300 - PORT. GM/MS 798/23

82 - 3.3.90.30.00.00 16000019	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
83 - 3.3.90.39.00.00 16000019	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
	Total Suplementação:	**100.000,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Recursos Vinculados;

Receita:1.7.1.3.50.11.07.00000000 Fonte: 0

Total da Receita

100.000,00
100.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SAO FELIPE D OESTE , Estado de Rondônia, em 28/11/2023.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:82CB1FB7

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 52/2023
PROCESSO Nº 916/2023

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº 52/2023
PROCESSO nº 916/2023

A PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SAO FELIPE D OESTE-RO, através do Pregoeiro nomeado por meio do Decreto Municipal nº. 2462/2023, no exercício das atribuições que lhe são conferidas da sua designação e pelo Decreto 560/2009, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Licitação com sessão eletrônico do tipo: MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 19 de dezembro de 2023 às 10:00h (horário de Brasília), no sítio https://licitanet.com.br/, cujo OBJETO; **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESPORTIVOS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO - SEMECE, TRANSFERÊNCIA ESPECIAL - EMENDA PARLAMENTAR 202226330005 - PROGRAMA 09032022.**
APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DISPUTAS E LANCES.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **A Partir do dia 06/12/2023.**

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: **A partir do dia 19 de dezembro de 2023 às 09:59 horas**.

(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **dia 19 de dezembro de 2023 às 10:00 horas.**

(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)
FIM DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: **dia 19 de dezembro de 2023, às 10:05 horas.**

(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **dia 19 de dezembro de 2023, às 10:10 horas.**
(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 38.939,82 (trinta e oito mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e dois centavos).

Consulta e retirada das 07h:00min. às 12h:00min. Das 14h:00 as 17h:00(horário de Rondônia), de segunda a sexta-feira, na Sede da prefeitura Municipal, ou, gratuitamente nos endereços www.saofelipe.ro.gov.br ou www.licitanet.com.br Outras informações através do telefone: (69) 3445-1102 ou email cpl@saofelipe.ro.gov.br.

São Felipe D'Oeste, dia 29 de novembro de 2023.

SILMAR RODRIGUES DA SILVA
Pregoeiro
Portaria007/GAP/2023

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:236E5755

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 53/2023
PROCESSO Nº 1207/CPL/2023

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº 53/2023
PROCESSO nº 1207/CPL/2023

A PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SAO FELIPE D OESTE-RO, através do Pregoeiro nomeado por meio da Portaria Municipal nº. 007/2023, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Licitação com sessão eletrônico do tipo: MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 20 de dezembro às 10:00h (horário de Brasília), no sítio https://licitanet.com.br/, cujo OBJETO; **Aquisição de Material Permanente, sendo produtos destinado a manutenção dos prédios Municipal onde encontra-se instalado a Prefeitura Municipal tais como, MICROCOMPUTADOR, NOBREAK, AR CONDICIONADO, FOGÃO, FREEZER HORIZONTAL, CADEIRA PRESIDENTE, MESA PÉ GAVETEIRO, Maquina de lavar roupa, Liquidificador Industrial de alta rotação, Forno eletrico, Aparelho de TV Smart Led, para atender as Secretarias da Prefeitura Municipal de São Felipe D´Oeste - RO.**

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DISPUTAS E LANCES.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **A Partir do dia 06/12/2023.**

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: **A partir do dia 20 de dezembro de 2023 às 09:59 horas**.
(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **Dia dia 20 de dezembro , às 10:00 horas.**
(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

FIM DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: **Dia dia 20 de dezembro , às 10:05 horas.**
(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **Dia dia 20 de dezembro , às 10:10 horas.**
(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br
VALOR TOTAL ESTIMADO: VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 20.570,00 (vinte mil, quinhentos e setenta reais).

Consulta e retirada das 07h:00min. às 13h:00min das 14:00 as 17:00 horas. (horário de Rondônia), de segunda a sexta-feira, na Sede da prefeitura Municipal, ou, gratuitamente nos endereços www.saofelipe.ro.gov.br ou www.licitanet.com.br Outras informações através do telefone: (69) 3445-1102 ou email cpl@saofelipe.ro.gov.br.

São Felipe D'Oeste, dia 29 de novembro de 2023.

SILMAR RODRIGUES DA SILVA
Pregoeiro
Portaria 007/2023

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:C5DA8158

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 54/2023
PROCESSO Nº 1103/CPL/2023.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº 54/2023
PROCESSO nº 1103/CPL/2023.

A PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SAO FELIPE D OESTE-RO, através do Pregoeiro nomeado por meio da Portaria Municipal nº. 007/2023, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Licitação com sessão eletrônico do tipo: MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 21 de dezembro às 10:00h (horário de Brasília), no sítio https://licitanet.com.br/, cujo OBJETO; **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA (ÓRGÃO DE IMPRENSA ESCRITA) DESTINADO A DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E EXTRAS OFICIAIS, INFORMATIVOS, TAIS COMO DECRETO, PORTARIAS, LEIS, EDITAIS, EXTRATOS DE CONTRATOS MINUTA E EXTRATO, AVISOS, EM FIM TODOS OS ATOS NECESSÁRIOS PARA PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E INFORMATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.**

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DISPUTAS E LANCES.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **A Partir do dia 06/12/2023.**

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: **A partir do dia 21 de dezembro de 2023 às 09:59 horas**.
(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **Dia dia 21 de dezembro , às 10:00 horas.**
(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

FIM DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: **Dia dia 21 de dezembro , às 10:05 horas.**
(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **Dia 21 de dezembro , às 10:10 horas.**
(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br
VALOR TOTAL ESTIMADO: VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 87.000,00 (oitenta e sete mil).

Consulta e retirada das 07h:00min. às 13h:00min das 14:00 as 17:00 horas. (horário de Rondônia), de segunda a sexta-feira, na Sede da prefeitura Municipal, ou, gratuitamente nos endereços www.saofelipe.ro.gov.br ou www.licitanet.com.br Outras informações através do telefone: (69) 3445-1102 ou email cpl@saofelipe.ro.gov.br.

São Felipe D'Oeste, dia 29 de novembro de 2023.

SILMAR RODRIGUES DA SILVA
Pregoeiro
Portaria 007/2023

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:E6C89A0D

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇO Nº 141/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RO
Pregão Eletrônico

AVISO DO EDITAL DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico/Registro de preço nº 141/2023

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé Estado de Rondônia, Localizada na Av. Brasil, Bairro Cidade Alta, através da Equipe do Pregão Eletrônico, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará, na forma do disposto da Lei 10.520/2002, subsidiada pela Lei 8.666/93, licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico/Registro de Preço** do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, tendo como objeto **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ELETRICOS PARA REPAROS NAS ILUMINAÇÕES DAS QUADRAS E CAMPOS DO MUNICIPIO.** Logo, para atender as necessidades da Secretaria Municipal Educação, Esporte Cultura e Lazer.

a) AUTORIZAÇÃO: Processo Administrativo Nº 1761-1/2023
b) FONTE DE RECURSOS: PROPRIO.
c) ABERTURA: 15/12/2023 as 09h00 horas (horário de Brasília).
d) VALOR ORÇADO: R$ 113.317,80.
e) LOCAL: No endereço eletrônico web www.licitanet.com.br.

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na Sala da Comissão Permanente de Licitação em dias úteis, das 07h00minhrs às 13h00minhrs, endereço supracitado, e no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

São Francisco do Guaporé/RO, 29 de novembro de 2023.

MAIKK NEGRI
Pregoeiro Oficial
Portaria nº 196/2023

Publicado por:
Vandirlau Barboza Alves Filho
Código Identificador:BECA2887

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

ASSESSORIA JURIDICA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATUAL PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1188/2021 CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 046/2021 CONTRATADO: DALBERTO CONSULTORIA & ASSESSORIA CNPJ: 20.275.382/0001-73

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATUAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1188/2021
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 046/2021
CONTRATADO: DALBERTO CONSULTORIA & ASSESSORIA
CNPJ: 20.275.382/0001-73

Objeto: Fica aditivado o valor do contrato **0046/2021**, conforme autorização expressa nos autos do Processo Administrativo nº. **1188/2021** e Justificativa de Responsável Técnico Memorando 676/2023/SEMED/SMG, especificado no referido processo; abrangendo a Secretaria Municipal de Educação.
Do prazo:
Fica aditivado em **12 (doze) meses** o prazo para prestação dos serviços objeto deste contrato, a contar do dia 29 de novembro de 2023 até 29 de novembro de 2024.
Do valor: O valor do presente instrumento Contratual, é de R$ **R$ 68.016,00** (sessenta e oito mil e dezesseis reais) de acordo com os valores especificados na Proposta. Os preços contratuais não estão sujeitos a reajustes

São Miguel do Guaporé/RO, 28 de novembro de 2023.

Publicado por:
Lindaiana Scalabrim Lapazini
Código Identificador:611EDF23

ASSESSORIA JURIDICA
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATUAL PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1554/2019 CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 242/2020 CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA - CIMCERO CNPJ: 02.049.227/0001

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATUAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1554/2019
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 242/2020
CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA - CIMCERO
CNPJ: 02.049.227/0001-57

Objeto: Fica aditivado o prazo e valor do contrato 242/2020, conforme autorização expressa nos autos do Processo Administrativo nº. 1554/2019.

Do Prazo: O prazo aditivado é de 12 (doze) meses, conforme especificado em anexo ao processo.

Do Valor: O valor aditivado é de R$ 247.380,00 (duzentos e quarenta e sete mil e trezentos e oitenta reais), conforme especificado em anexo ao processo.

São Miguel do Guaporé/RO, 29 de novembro de 2023.

Publicado por:
Lindaiana Scalabrim Lapazini
Código Identificador:3E261646

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, através do seu Presidente Remy Cardoso Xavier, torna público o processo administrativo n.º 085/2023, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em consultoria e assessoria contábil para realizar os serviços de contabilidade, acompanhar sistemas de gerenciamento, assinar balanços e demais trabalhos vinculados aos sistemas adotados pela Câmara Municipal junto a prefeitura, Tribunal de Contas e demais órgãos de controle em favor da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, através de profissionais habilitados, com base no art. 25, Inc II, da Lei 8.666/93 em favor de **CONEXÃO CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA.**, inscrita no **CNPJ sob o n.º 50.866.504/0001-67**, no valor de **R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).**

São Miguel do Guaporé, 29 de novembro de 2023.

REMY CARDOSO XAVIER
Presidente /CMSMG

Publicado por:
Beatriz Teló Dos Santos
Código Identificador:4519B527

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal **Remy Cardoso Xavier,** torna pública a **HOMOLOGAÇÃO** do o seguinte processo:
PROCESSO N.º. 085/2023 – Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO.
Modalidade de Licitação: Inexigibilidade
OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de contabilidade, acompanhar sistemas de gerenciamento, assinar balanços e demais trabalhos vinculados aos sistemas adotados pela Câmara Municipal junto a prefeitura, Tribunal de Contas e demais órgãos de controle em favor da Câmara Municipal
EMPRESA VENCEDORA: CONEXÃO CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA., inscrita no **CNPJ sob o n.º 50.866.504/0001-67, com Rua Maracatiara, 1.956 – Planalto – São Miguel do Guaporé/RO**.
VALOR GLOBAL: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

São Miguel do Guaporé, 29 de novembro de 2023.

REMY CARDOSO XAVIER
Presidente/CMSMG

Publicado por:
Beatriz Teló Dos Santos
Código Identificador:1C87500C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
LEI 1903 2023 SAUDE

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
CNPJ N. 84.580.224/0001- 00
LEI N.º 1.903/2023.
Em, 28 de novembro de 2023.

REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº1.896/2023, E AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR ANULAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE CONFORME ART. 7º, 41 E 42, DA LEI 4.320/64 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Projeto de Lei n.º 140/2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS-RO, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe o artigo 41, inciso II c/c inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal **APROVOU** e ela **SANCIONA** a seguinte;
L E I:
Art. 1º - Fica criada a Funcional Programática e Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento Vigente, conforme a seguir:

SUPLEMENTAÇÃO	
SUPLEMENTAR	
REDUZIDO DA FICHA	26
02.005	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERINGUEIRAS
02.005.10.302.0009.2.020	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA ATENDIMENTO HOSPITALAR E AMBULATORIAL 15%
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
VALOR TOTAL	**R$ 220.000,00**
SUPLEMENTAR	
REDUZIDO DA FICHA	19
02.005	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERINGUEIRAS
02.005.10.302.0009.2.020	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA ATENDIMENTO HOSPITALAR E AMBULATORIAL 15%
3.1.91.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
VALOR TOTAL	**R$ 242.000,00**

Art. 2º - Para cobertura do referido crédito fica utilizado recurso proveniente de Anulação Parcial e/ou Total da dotação, em consonância com disposto no art. 43, § 1° inciso III da Lei 4.320/64, conforme discriminado na Funcional Programática abaixo:

ANULAÇÃO	
REDUZIR	
REDUZIDO DA FICHA	18
02.005	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERINGUEIRAS
02.005.10.302.0009.2.020	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA ATENDIMENTO HOSPITALAR E AMBULATORIAL 15%
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RETITUIÇÕES TRABALHISTAS
VALOR TOTAL	**R$ 220.000,00**
REDUZIR	
REDUZIDO DA FICHA	17
02.005	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERINGUEIRAS
02.005.10.302.0009.2.020	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA ATENDIMENTO HOSPITALAR E AMBULATORIAL 15%
3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
VALOR TOTAL	**R$ 242.000,00**

Art. 3º - Fica alterado parcialmente no Plano Plurianual - PPA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício orçamentário vigente.
Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário ou incompatíveis, em especial a Lei Municipal Nº 1.896/2023.

Seringueiras – RO, 28 de novembro 2023.

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:B8F53A81

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
LEI Nº.1.900/2023.

LEI Nº.1.900/2023.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.845/2023, QUE TRATA DA HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO – IPMS, CONFORME DIRETRIZES EMANADAS PELA PORTARIA MPS Nº. 402/2008, PORTARIA MPAS Nº 464/2018 E SUAS ALTERAÇÕES.

Projeto de Lei nº.135/2023.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em especial o que prevê a Portaria nº 464 de 19 de novembro de 2018 e Artigos 6º e 7º da Instrução Normativa nº 7 de 21 de dezembro de 2018, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal APROVOU e Ele SANCIONA a seguinte;

LEI:

Art. 1º - O artigo 2º, da Lei Municipal nº 1.845/2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - O déficit mencionado no caput do artigo anterior será amortizado em 32 (trinta e dois) anos a contar da publicação desta lei, o qual será amortizado através de Aporte Financeiro para cobertura de déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência - RPPS, conforme plano de amortização apurado a cada ano por avaliações atuariais.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário em especial o artigo 2º da Lei Municipal nº 1.845/2023.

Seringueiras – RO, 28 de novembro de 2023.

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:E267E257

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
LEI Nº 1.902/2023.

LEI Nº 1.902/2023. Em, 28 de novembro de 2023.

DISPÕE SOBRE REFORMULAÇÃO ADMINISTRATIVA AO ORÇAMENTO VIGENTE POR MEIO DE TRANSPOSIÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Projeto de Lei nº 139/2023

O Prefeito Municipal de Seringueiras, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, dentre outros dispositivos legais aplicáveis à espécie. Faz saber que a Câmara Municipal de Seringueiras, Estado de Rondônia, APROVOU e o Prefeito SANCIONA a seguinte;

LEI:
Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente municipal uma REFORMULAÇAO ADMINISTRATIVA por meio de TRANSPOSIÇÃO, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).

Suplementação
02.000.00.000.0000.0.000. EXECUTIVO MUNICIPAL 02.008.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS PÚBLICOS 02.008.26.122.0006.2.039. MANUTENÇÃO DA SEMOSP 3.3.90.93.00.00 15000000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES R$ 26.000,00

Total Suplementação: R$ 26.000,00

Art. 2º - Para cobertura do referido crédito fica utilizado recurso proveniente de Anulação Parcial e/ou Total da dotação especificada abaixo, em conformidade com Reformulações Administrativas do art. 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988.

Redução

02.000.00.000.0000.0.000. EXECUTIVO MUNICIPAL 02.002.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO 02.002.99.999.9999.9.999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA 9.9.99.99.00.00 15000000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA R$ 26.000,00

Total Redução: R$ 26.000,00

Art. 3º- Fica alterado parcialmente no Plano Plurianual - PPA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício orçamentário vigente

Art. 4º - Este Projeto de Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Seringueiras – RO, 28 de novembro de 2023.

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:6F5E3621

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PARECER DE APROVAÇÃO DO PROJETO POLITICO PEDAGOGICO ESCOLA PRINCESA ISABEL SERINGUEIRAS RO

Assunto: Aprovação do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Princesa Isabel.			
Interessada: Secretaria Municipal de Educação			**Município:** Seringueiras/RO
Relatora: Rosiley Emiliano Covre			
Processo nº13/CME/2023 de 30/08/2023	**Parecer nº 10/CME/2023**	**Câmara de Educação Básica**	**Aprovação 31/10/2023**

I - INFORMAÇÕES GERAIS
A Secretaria Municipal de Educação encaminhou a este Conselho Municipal de Educação o ofício Nº 246/SEMEC/2023, de 30/08/2023 o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Princesa Isabel, para análise e aprovação, que deu origem ao Processo nº 13/CME/2023 em 30/08/2023.
II – RELATÓRIO E ENTENDIMENTO
A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Princesa Isabel, integrada ao Sistema Municipal de Ensino, oferece a modalidade de Educação Especial e as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais, foi reestruturado conforme as exigências da LDBEN, PNE, PME, ECA, CF, Resolução Nº 07/CME/2020 e Resolução Nº 08/CME/2020, que estabelece as diretrizes para a etapa da educação básica no município. O Projeto Político Pedagógico caracteriza identidade institucional, distinguindo suas característica e estabelecendo as políticas pedagógicas e administrativas, assumindo a função de compromisso institucional que a mantenedora e a escola assume com os educandos, um elemento orientador e facilitador das práticas pedagógicas na busca da construção de uma sociedade e de uma escola pública democrática de qualidade, tendo como compromisso garantir a todos os estudantes um ensino de qualidade, a formação de cidadãos capazes de intervir

positivamente na realidade em que estão inseridos, fundamentado nos princípios de igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade e valorização do magistério, defendendo um modelo de sociedade mais democrática, justa e solidária. Na visão estratégica tem como valores oferecer serviço de qualidade, respeito às diferenças, honestidade no cumprimento aos compromissos com tarefa de educar. A avaliação é trabalhada através de um processo contínuo e cumulativo, contextualizado por toda a comunidade escolar, sendo realizadas práticas avaliativas, diagnósticas, investigativas, participativas, levando em consideração o estudante como toda sua bagagem cultural e as diferenças individuais.
O controle da frequência deve ser feito de acordo com o que pede a Lei, onde o estudante só poderá ser promovido se tiver a frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento de presença. A comunidade escolar busca a vivência do princípio da gestão participativa, procurando estimular as pessoas em suas novas ideias e em sua criatividade, tendo liberdade para manifestar suas opiniões, assim como desempenhar seus papéis. Todos os níveis da organização procuram estar abertos às críticas e sugestões, informando, debatendo, motivando, orientando os sujeitos da escola e promovendo o trabalho em equipe.

III - VOTO DA RELATORA:
Cumpre-me por fim, após a análise do documento, entendendo adequada a estruturação deste Projeto Político Pedagógico, sou de parecer favorável à sua aprovação, haja vista a importância da sua implementação na escola. Cabe ressaltar que deve-se atentar ao cumprimento na íntegra deste P.P.P. ora analisado, pois o mesmo apresenta-se de forma clara e objetiva quanto a execução e andamento das atividades no ambiente escolar bem como os projetos pretendidos a desenvolver durante o ano letivo escolar, pelo que o submeto à Câmara de Básica de Educação

Rosiley Emiliano Covre
Conselheira Relatora

IV - CONCLUSÃO E DECISÃO DA CÂMARA BÁSICA DE EDUCAÇÃO
A Câmara de Acompanhamento da Educação Básica enviou o voto da relatora, e encaminha o presente Parecer nº 10/CME/2023 à apreciação do pleno.
Sala de sessões Plenárias, Conselho Municipal de Educação de Seringueiras, em 19 de outubro de 2023.

Rosiley Emiliano Covre
Conselheira Relatora

Ana Rosa Cortes
Conselheira presidente

V - DECISÃO DO CONSELHO PLENO

O Conselho Pleno orienta a Secretaria Municipal de Educação e as Unidade de Ensino envolvidas a considerar os pontos observados neste documento e aprovou a Decisão da Câmara na sede do CME-Seringueiras, sala das Sessões, localizado na Avenida Jorge Teixeira, 935, na sessão do dia de 31outubro de 2023.

MARIA ALEXANDRA DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho
Municipal de Educação

CRISLLAINY THAINA BINI
Conselheira

ANA ROSA CORTES
Conselheira

JOSIANE ARAÚJO O. BATISTA
Conselheira

Rosiley Emiliano Covre
Conselheira

Publicado por:
Uanderson Alves Dos Reis
Código Identificador:32E91144

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
DECRETO Nº 213/2023

Decreto nº 213/2023 Seringueiras, 28 de setembro de 2023.

"REGULAMENTA O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ÀS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS, no uso de suas atribuições legais mais o que dispõe o artigo 6º, da Lei Federal nº 11.947/2009, Resoluções do FNDE Nº 06/2020 e 002/2023, atendendo aos princípios de conveniência, necessidade e oportunidade do serviço público, faz saber que expede o seguinte

DECRETO:

Art. 1º - Fica a Secretaria Municipal de Educação, através da Secretaria Municipal de fazenda, autorizada a proceder à transferência automática de recursos financeiros oriundos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, bem como o valor da complementação para alimentação escolar do Município, às Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo Único – O valor a ser repassado a cada Escola, será o resultado da soma dos valores a serem repassados a cada aluno atendido, seguindo a formula definida no artigo 47, da Resolução FNDE nº 006/2020 alterada pela Resolução CD/FNDE nº 002/2023, acrescido do valor da complementar pelo Município, com os seguintes os seguintes valores:

a) para os estudantes no Ensino Fundamental:

a.1 - R$ 0,50 (cinquenta centavos) PNAE;
a.2 - R$ 1,20 (um real e vinte centavos) complementação do Município.

b) para estudantes matriculados na pré-escola, exceto para aqueles matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos;

b.1 R$ R$ 0,72 (setenta e dois centavos) PNAE;
b.2 R$ 1,20 (um real e vinte centavos) complementação do Município.

c) para os estudantes matriculados em escolas de tempo integral com permanência mínima de 7h na escola ou em atividades escolares, de acordo com o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep; e

c.1 - R$ 1,37 (um real e trinta e sete centavos) PNAE;
c.2 - R$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) complementação do Município.

d) para os estudantes matriculados em creches, inclusive as localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos.

d.1 R$ 1,37 (um real e trinta e sete centavos) PNAE;
d.2 R$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) complementação do Município.

Art. 2º – A transferência será efetuada por meio de depósito em conta especificada, aberta com a finalidade de receber os recursos financeiros da alimentação escolar.

Art. 3° - A direção da Escola será responsável pela gestão da conta e suas prestações de conta, junto a Associação de Pais e Professores e ao Conselho Municipal de Alimentação Escolar e, será supervisionada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4° - Os processos de prestação de contas, correspondentes ao repasse dos recursos financeiros às Unidades executoras e às direções de Escolas serão instruídos com:

Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
Extrato da conta corrente;
Prova de aplicação dos recursos;
Notas fiscais dos produtos adquiridos;
Certificado de recebimento do material adquirido;
Cópias das cotações de preços utilizadas para compra do produto (no mínimo três).

Parágrafo Único – Será ainda atendido para efeito de prestação de contas dos recursos o disposto no artigo 58 e seguintes, da Resolução FNDE nº 006/2020, bem como o previsto na Lei Federal nº 11.947/2009.

Art. 5° - Compete a Secretaria Municipal de Educação a comunicar o FNDE, a adoção do procedimento previsto neste Decreto, informando a Razão Social e o número do CNPJ da Escola recebedora dos recursos, a cada exercício.

Art. 6º - Para cada repasse de recurso financeiro a Secretaria Municipal de Fazenda providenciará a publicação dos repasses de recursos, através da imprensa oficial do Município, o qual constará no mínimo:

I – número do processo que deu origem ao repasse;
II – valor do repasse;
III – nome da escola beneficiada;
IV – número do CNPJ da unidade recebedora.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Fazenda e a Secretaria Municipal de Educação, ficam autorizadas a expedir instruções normativas conjuntas, para disciplinar à aplicação deste Decreto.

Art. 8º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições que lhe forem contrárias ou incompatíveis.

Gabinete do Prefeito.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:C6C4A90B

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PARECER DE APROVAÇÃO DO PROJETO POLITICO PEDAGOGICO ESCOLA PINÓQUIO SERINGUEIRAS RO

Assunto: Aprovação do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Pinóquio.			
Interessada: E.M.E.I.E.F Pinóquio		**Município:** Seringueiras/RO	
Relatora: Ana Rosa Cortes			
Processo nº 12	**Parecer nº 09/CME/2023**	**Câmara de Educação Básica**	**Aprovação 31/10/2023**

I - INFORMAÇÕES GERAIS
A Secretaria Municipal de Educação de Seringueiras, encaminhou a este Conselho Municipal de Educação, ofício Nº 245/SEMEC/2023, de 30/08/2023 no qual solicitando parecer do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal deEducação Infantil e Ensino Fundamental Pinóquio, para análise e aprovação, que deu origem ao Processo nº 12/CME/2023 em 30/08/2023.

II – RELATÓRIO E ENTENDIMENTO
A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Pinóquio, integrada ao Sistema Municipal de Ensino, oferece a modalidade de Educação Especial e as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais, foi reestruturado conforme as exigências da LDBEN, PNE, PME, ECA, CF, Resolução Nº 07/CME/2020 e Resolução Nº 08/CME/2020, que estabelece as diretrizes para a etapa da educação básica no município. O Projeto Político Pedagógico caracteriza identidade institucional, distinguindo sua característica e estabelecendo as políticas pedagógicas e administrativas, assumindo a função de compromisso institucional que a mantenedora e a escola assume com os educandos, um elemento orientador e facilitador das práticas pedagógicas na busca da construção de uma sociedade e de uma escola pública democrática de qualidade, tendo como compromisso garantir a todos os estudantes um ensino de qualidade, a formação de cidadãos capazes de intervir positivamente na realidade em que estão inseridos, fundamentado nos princípios de igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade e valorização do magistério, defendendo um modelo de sociedade mais democrática, justa e solidária. Na visão estratégica tem como valores oferecer serviço de qualidade, respeito às diferenças, honestidade no cumprimento aos compromissos com tarefa de educar. A avaliação é trabalhada através de um processo contínuo e cumulativo, contextualizado por toda a comunidade escolar, sendo realizadas práticas avaliativas, diagnósticas, investigativas, participativas, levando em consideração o estudante como toda sua bagagem cultural e as diferenças individuais.
O controle da frequência deve ser feito de acordo com o que pede a Lei, onde o estudante só poderá ser promovido se tiver a frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento de presença. A comunidade escolar busca a vivência do princípio da gestão participativa, procurando estimular as pessoas em suas novas ideias e em sua criatividade, tendo liberdade para manifestar suas opiniões, assim como desempenhar seus papéis. Todos os níveis da organização procuram estar abertos às críticas e sugestões, informando, debatendo, motivando, orientando os sujeitos da escola e promovendo o trabalho em equipe.

III - VOTO DA RELATORA:
Após a análise do documento, o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Pinóquio da Rede Pública do Município Seringueiras- RO, sou de parecer favorável à sua aprovação, haja vista a importância da sua implementação na escola. Cabe ressaltar que deve-se atentar ao cumprimento na íntegra deste P.P.P. ora analisado, pois o mesmo apresenta-se de forma clara e objetiva quanto a execução e andamento das atividades no ambiente escolar bem como os projetos pretendidos a desenvolver durante o ano letivo escolar.

ANA ROSA CORTES
Relatora

IV - CONCLUSÃO E DECISÃO DA CÂMARA BÁSICA DE EDUCAÇÃO
A Câmara Básica de Educação acompanhou o voto da relatora, e aprovou o Parecer 09/CME/2023. Encaminha para apreciação e aprovação do conselho pleno.
Sala de sessões Plenárias, Conselho Municipal de Educação de Seringueiras, em 19 deoutubro de 2023.

ANA ROSA CORTES
Conselheira Relatora

ROSILEY EMILIANO COVRE
Conselheira

V - DECISÃO DO CONSELHO PLENO

O Conselho Pleno orienta a Secretaria Municipal de Educação e as Unidade de Ensino envolvidas a considerar os pontos observados neste documento e aprovou a Decisão da Câmara na sede do CME-Seringueiras, sala das Sessões, localizado na Avenida Jorge Teixeira, 935, na sessão do dia 31 de outubro de 2023.

MARIA ALEXANDRA DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho
Municipal de Educação

ANA ROSA CORTES
Conselheira

CRISLLAINY THAINA BINI
Conselheira

JOSIANE ARAUJO OLIVEIRA BATISTA
Conselheira

ROSILEY EMILIANO COVRE
Conselheira

Publicado por:
Uanderson Alves Dos Reis
Código Identificador:C2222268

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
DECRETO Nº 213/2023

Decreto nº 213/2023 Seringueiras, 28 de setembro de 2023.

"REGULAMENTA O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ÀS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS, no uso de suas atribuições legais mais o que dispõe o artigo 6º, da Lei Federal nº 11.947/2009, Resoluções do FNDE Nº 06/2020 e 002/2023, atendendo aos princípios de conveniência, necessidade e oportunidade do serviço público, faz saber que expede o seguinte

DECRETO:

Art. 1º - Fica a Secretaria Municipal de Educação, através da Secretaria Municipal de fazenda, autorizada a proceder à transferência automática de recursos financeiros oriundos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, bem como o valor da complementação para alimentação escolar do Município, às Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo Único – O valor a ser repassado a cada Escola, será o resultado da soma dos valores a serem repassados a cada aluno atendido, seguindo a formula definida no artigo 47, da Resolução FNDE nº 006/2020 alterada pela Resolução CD/FNDE nº 002/2023, acrescido do valor da complementar pelo Município, com os seguintes os seguintes valores:

a) para os estudantes no Ensino Fundamental:

a.1 - R$ 0,50 (cinquenta centavos) PNAE;
a.2 - R$ 1,20 (um real e vinte centavos) complementação do Município.

b) para estudantes matriculados na pré-escola, exceto para aqueles matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos;

b.1 R$ R$ 0,72 (setenta e dois centavos) PNAE;
b.2 R$ 1,20 (um real e vinte centavos) complementação do Município.

c) para os estudantes matriculados em escolas de tempo integral com permanência mínima de 7h na escola ou em atividades escolares, de acordo com o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep; e

c.1 - R$ 1,37 (um real e trinta e sete centavos) PNAE;
c.2 - R$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) complementação do Município.

d) para os estudantes matriculados em creches, inclusive as localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos.

d.1 R$ 1,37 (um real e trinta e sete centavos) PNAE;
d.2 R$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) complementação do Município.

Art. 2º – A transferência será efetuada por meio de depósito em conta especificada, aberta com a finalidade de receber os recursos financeiros da alimentação escolar.

Art. 3° - A direção da Escola será responsável pela gestão da conta e suas prestações de conta, junto a Associação de Pais e Professores e ao Conselho Municipal de Alimentação Escolar e, será supervisionada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4° - Os processos de prestação de contas, correspondentes ao repasse dos recursos financeiros às Unidades executoras e às direções de Escolas serão instruídos com:

Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
Extrato da conta corrente;
Prova de aplicação dos recursos;
Notas fiscais dos produtos adquiridos;
Certificado de recebimento do material adquirido;
Cópias das cotações de preços utilizadas para compra do produto (no mínimo três).

Parágrafo Único – Será ainda atendido para efeito de prestação de contas dos recursos o disposto no artigo 58 e seguintes, da Resolução FNDE nº 006/2020, bem como o previsto na Lei Federal nº 11.947/2009.

Art. 5° - Compete a Secretaria Municipal de Educação a comunicar o FNDE, a adoção do procedimento previsto neste Decreto, informando a Razão Social e o número do CNPJ da Escola recebedora dos recursos, a cada exercício.

Art. 6º - Para cada repasse de recurso financeiro a Secretaria Municipal de Fazenda providenciará a publicação dos repasses de recursos, através da imprensa oficial do Município, o qual constará no mínimo:

I – número do processo que deu origem ao repasse;
II – valor do repasse;
III – nome da escola beneficiada;
IV – número do CNPJ da unidade recebedora.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Fazenda e a Secretaria Municipal de Educação, ficam autorizadas a expedir instruções normativas conjuntas, para disciplinar à aplicação deste Decreto.

Art. 8º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições que lhe forem contrárias ou incompatíveis.

Gabinete do Prefeito.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:11586D6F

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
DECRETO Nº 212/GAB/PMS/2023

DECRETO Nº 212/GAB/PMS/2023 Em, 28/11/2023.

"Autoriza a cessão da Servidora Municipal, ao Estado de Rondônia".
ARMANDO BERNARDO DA SILVA, Prefeito do Município de Seringueiras, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei, e

Considerando atestado de vaga expedido pelo Chefe do Executivo do Estado de Rondônia, e

Considerando o disposto na Lei municipal nº. 048, de 27 de setembro de 1994 a qual institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos em seu artigo 115, § 1º e 2º onde prevê a cedência de servidores.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica **AUTORIZADA** A RENOVAÇÃO DE CENDÊNCIA da servidora **LUSIANNE APARECIDA BARCELOS,** agente administrativo, do quadro efetivo do Município de Seringueiras, ao Estado de Rondônia onde ira exercer suas atividades laborativas no Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, no período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º - O ônus da presente cessão será suportado pelo Governo do Estado de Rondônia.

Art. 3º - Fica a servidora ciente de que havendo necessidade será convocada para assumir suas atividades no quadro de origem.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seringueiras-RO, aos 28 dias do mês de novembro de 2023.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:A0B4CF93

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
DECRETO Nº 210/GAB/PMS/2023

DECRETO Nº 210/GAB/PMS/2023 Em, 28/112023.

"Autoriza a prorrogação da cessão do Servidor Municipal, Paulo Cesar Basílio, ao Estado de Rondônia".
ARMANDO BERNARDO DA SILVA, Prefeito do Município de Seringueiras, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei, e

Considerando Oficio de expedido pelo Chefe do Executivo do Estado de Rondônia, e

Considerando o disposto na Lei municipal nº. 048, de 27 de setembro de 1994 a qual institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos em seu artigo 115, § 1º e 2º onde prevê a cedência de servidores.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica **AUTORIZADA** A PRORROGAÇÃO DE CEDÊNCIA do servidor **PAULO CESAR BASILIO,** Agente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal dessa Prefeitura, para continuar a exercer suas atividades laborativas no DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia, no período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º - O ônus da presente cessão será suportado pelo Estado de Rondônia.

Art. 3º - Fica o servidor ciente de que havendo necessidade será convocado para assumir suas atividades no quadro de origem.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seringueiras-RO, aos 28 dias do mês de novembro de 2023.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:AC47597F

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA Nº. 352/GAB/PMS/2023

PORTARIA Nº. 352/GAB/PMS/2023 Seringueiras, 27/11/2023.

"ARMANDO BERNARDO DA SILVA, Prefeito Municipal de Seringueiras – RO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei".

RESOLVE:
Art. 1° - EXONERAR o Servidor **ANTONIO APARECIDO FERREIRA,** portador do CPF 409.344.542-72 e Cédula de Identidade RG 558916 SSP/RO, do cargo que ocupa como **Diretor da Escola Municipal de Ensino Fundamental José do Patrocínio,** nomeado conforme **Portaria nº 058/GAB/PMS/2017.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cientifique-se;

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:01FE4C3C

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA Nº. 353/GAB/PMS/2023

PORTARIA Nº. 353/GAB/PMS/2023 Seringueiras, 27/11/2023.

"ARMANDO BERNARDO DA SILVA, Prefeito Municipal de Seringueiras – RO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei".

RESOLVE:
Art. 1° - EXONERAR o Servidor **PEDRO AUGUSTO MARTINEZ MIANI,** portador do CPF 289.375.668-93 e Cédula de Identidade RG 28839639 SSP/SP, do cargo que ocupa como **Diretor da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Infantil Pinóquio,** nomeado conforme **Portaria nº 050/GAB/PMS/2023.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cientifique-se;

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:264F0723

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA Nº. 354/GAB/PMS/2023

PORTARIA Nº. 354/GAB/PMS/2023 Seringueiras, 27/11/2023.

"ARMANDO BERNARDO DA SILVA, Prefeito Municipal de Seringueiras – RO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei".

RESOLVE:
Art. 1° - EXONERAR a Servidora **ROSILEY EMILIANO COUVRE,** portadora do CPF 611.490.552-00e Cédula de Identidade RG 580616 SESDC/SP, do cargo que ocupa como **Diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Infantil Venceslau Brás,** nomeada conforme **Portaria nº 045/GAB/PMS/2022.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cientifique-se;

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:A70B3119

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PARECER DE APROVAÇÃO DO PROJETO POLITICO PEDAGOGICO ESCOLA JOSÉ DO PATROCINIO SERINGUEIRAS RO

Assunto: Aprovação do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Tempo Integral de Educação Infantil e Ensino Fundamental José do Patrocínio			
Interessada: E.M.T.I.E.I.E.F José do Patrocínio		**Município:** Seringueiras/RO	
Relatora: Crisllainy Thaina Bini			
Processo nº14/CME/2023	**Parecer nº 11/CME/2023**	**Câmara de Regularização escolar**	**Aprovação 31/10/2023**

I - INFORMAÇÕES GERAIS
A Secretaria Municipal de Educação de Seringueiras SEMEC, encaminhou a este Conselho Municipal de Educação, por meio do ofício Nº 247/SEMEC/2023, de 30/08/2023 o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Tempo Integral de Educação Infantil e Ensino Fundamental José do Patrocínio, para análise e aprovação, que deu origem ao Processo nº 14/CME/2023.

II – RELATÓRIO E ENTENDIMENTO
A Escola Municipal de Tempo Integral de Educação Infantil e Ensino Fundamental José do Patrocínio, integrada ao Sistema Municipal de Ensino, oferece a modalidade de Educação Especial e as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais em Tempo Integral, foi reestruturado conforme as exigências da LDBEN, PNE, PME, ECA, CF, Resolução Nº 07/CME/2020 e Resolução Nº 08/CME/2020, que estabelece as diretrizes para a etapa da educação básica no município. O Projeto Político Pedagógico caracteriza a identidade institucional, distinguindo suas características e estabelecendo as políticas pedagógicas e administrativas, assumindo a função de compromisso institucional que a mantenedora e a escola assumem com os educandos, sendo um elemento orientador e facilitador das práticas pedagógicas na busca da construção de uma sociedade e de uma escola pública democrática de qualidade, tendo como compromisso garantir a todos os estudantes um ensino de qualidade, a formação de cidadãos capazes de intervir positivamente na realidade em que estão inseridos, fundamentado nos princípios de igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade e valorização do magistério, defendendo um modelo de sociedade mais democrática, justa e solidária. Na visão estratégica tem como valores oferecer serviço de qualidade, respeito às diferenças, honestidade no cumprimento aos compromissos com tarefa de educar, além de: "Ser um ser inovador de aprendizagem integral, que educa, para a cidadania global, com uma gestão colaborativa e sustentável".
O processo de avaliação segundo o que dispõe o PPP:
" Consiste em um processo contínuo tendo caráter diagnóstico e formativo e além disso, deve ser visto como um procedimento indissociável da prática pedagógica, para analisar não só a apreensão e compreensão de conhecimento/ aprendizagens dos estudantes mas também suas dificuldades para pensar em possibilidades de intervenção pedagógica intencional". (PPP, p.24. 2023)
Sendo portanto realizadas práticas avaliativas, diagnósticas, investigativas, participativas, levando em consideração o estudante como toda sua bagagem cultural e as diferenças individuais.

III - VOTO DA RELATORA:
Após a análise do documento, o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Tempo Integral de Educação Infantil e Ensino Fundamental José do Patrocínio da Rede Pública do Município Seringueiras- RO, sou de parecer favorável à sua aprovação, haja vista a importância da sua implementação na escola. Cabe ressaltar que deve-se atentar ao cumprimento na íntegra deste P.P.P. ora analisado, pois o mesmo apresenta-se de forma clara e objetiva quanto a execução e andamento das atividades no ambiente escolar seja da base comum e da base diversificada bem como os projetos pretendidos e suas oficinas a desenvolver durante o ano letivo escolar.

CRISLLAINY THAINA BINI
Relatora

IV - CONCLUSÃO E DECISÃO DA CÂMARA DE REGULAMENTAÇÃO ESCOLAR
A Câmara de Regulamentação Escolar acompanhou o voto da relatora, e aprovou o Parecer 11/CME/2023.
Sala de sessões Plenárias, Conselho Municipal de Educação de Seringueiras,em 10 de outubro de 2023.

CRISLLAINY THAINA BINI
Conselheira Relatora

JOSIANE ARAÚJO OLIVEIRA BATISTA
Conselheira presidente

V - DECISÃO DO CONSELHO PLENO

O Conselho Pleno orienta a Secretaria Municipal de Educação e as Unidades de Ensino envolvidas a considerar os pontos observados neste documento e aprovou a decisão da Câmara na sede do CME-Seringueiras, sala das Sessões, localizado na Avenida Jorge

Teixeira, 935, na sessãodo dia 31 de outubro de 2023.

MARIA ALEXANDRA DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho
Municipal de Educação

ANA ROSA CORTES
Conselheira

CRISLLAINY THAINA BINI
Conselheira

JOSIANE ARAÚJO OLIVEIRA BATISTA
Conselheira

ROSILEY EMILIANO COVRE
Conselheira

Publicado por:
Uanderson Alves Dos Reis
Código Identificador:FD271D65

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA Nº. 355/GAB/PMS/2023

PORTARIA Nº. 355/GAB/PMS/2023 Seringueiras, 27/11/2023.

"ARMANDO BERNARDO DA SILVA, Prefeito Municipal de Seringueiras – RO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei".

RESOLVE:
Art. 1° - EXONERAR a Servidora **ROSILEY EMILIANO COUVRE,** portadora do CPF 611.490.552-00e Cédula de Identidade RG 580616 SESDC/RO, do cargo que ocupa como **Diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Infantil Venceslau Brás,** nomeada conforme **Portaria nº 045/GAB/PMS/2022.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cientifique-se;

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:8E5630E2

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA Nº. 356/GAB/PMS/2023

PORTARIA Nº. 356/GAB/PMS/2023 Seringueiras, 27/11/2023.

"ARMANDO BERNARDO DA SILVA, Prefeito Municipal de Seringueiras – RO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei".

RESOLVE:
Art. 1° - EXONERAR a Servidora **MARIA ALEXANDRA OLIVEIRA,** portadora do CPF 936.711.052-91 e Cédula de Identidade RG 989125 SESDC/RO, do cargo que ocupa como **Diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Infantil Princesa Isabel,** nomeada conforme **Portaria nº 048/GAB/PMS/2022.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cientifique-se;

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:30F45903

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PARECER DE APROVAÇÃO DO PROJETO POLITICO PEDAGOGICO ESCOLA VENCESLAU BRÁS SERINGUEIRAS RO

Assunto: Aprovação do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Venceslau Brás			
Interessada: E.M.E.I.E.FVenceslau Brás		**Município:** Seringueiras/RO	
Relatora: Josiane Araújo Oliveira Batista			
Processo nº15/CME/2023	**Parecer nº 12/CME/2023**	**Câmara de Regularização escolar**	**Aprovação 31/10/2023**

I - INFORMAÇÕES GERAIS
A Secretaria Municipal de Educação de Seringueiras SEMEC, encaminhou a este Conselho Municipal de Educação, por meio do ofício Nº 248/SEMEC/2023, de 30/08/2023 o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Venceslau Brás, para análise e aprovação, que deu origem ao processo nº 15/CME/2023.

II – RELATÓRIO E ENTENDIMENTO
A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Venceslau Brás, integrada ao Sistema Municipal de Ensino, oferece a modalidade de Educação Especial e as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais, foi reestruturado conforme as exigências da LDBEN, PNE, PME, ECA, CF, Resolução Nº 07/CME/2020 e Resolução Nº 08/CME/2020, que estabelece as diretrizes para a etapa da educação básica no município. O Projeto Político Pedagógico caracteriza a identidade institucional, distinguindo suas característica e estabelecendo as políticas pedagógicas e administrativas, assumindo a função de compromisso institucional que a mantenedora e a escola assume com os educandos, sendo um elemento orientador e facilitador das práticas pedagógicas na busca da construção de uma sociedade e de uma escola pública democrática de qualidade, tendo como compromisso garantir a todos os estudantes um ensino de qualidade, a formação de cidadãos capazes de intervir positivamente na realidade em que estão inseridos, fundamentado nos princípios de igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade e valorização do magistério, defendendo um modelo de sociedade mais democrática, justa e solidária. Neste contexto, o documento não se reduz à dimensão pedagógica, nem muito menos ao conjunto de projetos e planos isolados de cada professor e cada setor. Assim o Projeto Político Pedagógico deve ser construindo/formalizado seguindo parâmetros reguladores, uma vez que de acordo com o documento:
O projeto como um tempo, obedece a um roteiro, a saber: diagnóstico, concepções teóricas, priorização das necessidades, plano de trabalho de cada setor, projeto da escola e avaliação. Constam em anexo: calendário escolar, plano de trabalho de cada setor, projeto da escola, planos curriculares por ano e disciplina, e quadro de lotação dos servidores que atuam na escola.(PPP, p.02, 2023).

Dessa forma, o documento deve ser construído de forma coletiva, uma vez que dele emanam as necessidades e prioridades de cada instituição, a fim de delinear o fazer pedagógico ao longo do ano letivo.

III - VOTO DA RELATORA:
Após a análise do documento, o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Venceslau Brás da Rede Pública do Município Seringueiras- RO, sou de parecer favorável à sua aprovação, haja vista a importância da sua implementação na escola. Cabe ressaltar que deve-se atentar ao cumprimento na íntegra deste P.P.P. ora analisado, pois o mesmo apresenta-se de forma clara e objetiva quanto a execução e andamento das atividades no ambiente escolar seja da base comum e da base diversificada bem como os projetos pretendidos e suas oficinas a desenvolver durante o ano letivo escolar.

JOSIANE ARAÚJO OLIVEIRA BATISTA
Relatora

IV - CONCLUSÃO E DECISÃO DA CÂMARA DE REGULAMENTAÇÃO ESCOLAR
A Câmara de Regulamentação Escolar acompanhou o voto da relatora, e aprovou o Parecer 12/CME/2023, e encaminha para apreciação do conselho pleno na sala de sessões Plenárias do Conselho Municipal de Educação de Seringueiras,em 19 de outubro de 2023.
.

JOSIANE ARAÚJO OLIVEIRA BATISTA
Conselheira Relatora

CRISLLAINY THAINA BINI
Conselheira

V - DECISÃO DO CONSELHO PLENO

O Conselho Pleno orienta a Secretaria Municipal de Educação e as Unidades de Ensino envolvidas a considerar os pontos observados neste documento e aprovou a Decisão da Câmara na sede do CME-Seringueiras, sala das Sessões, localizado na Avenida Jorge Teixeira, 935, na sessãodo dia 31 de outubro de 2023.

MARIA ALEXANDRA DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho
Municipal de Educação

ANA ROSA CORTES
Conselheira

CRISLLAINY THAINA BINI
Conselheira

JOSIANE ARAUJO OLIVEIRA BATISTA
Conselheira

ROSILEY EMILIANO COVRE
Conselheira

Publicado por:
Uanderson Alves Dos Reis
Código Identificador:FFD6C24F

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA Nº. 356/GAB/PMS/2023

PORTARIA Nº. 356/GAB/PMS/2023 Seringueiras, 27/11/2023.

"ARMANDO BERNARDO DA SILVA, Prefeito Municipal de Seringueiras – RO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei".

RESOLVE:
Art. 1° - NOMEAR o Servidor **ANTONIO APARECIDO FERREIRA,** portador do CPF 409.344.542-72 e Cédula de Identidade RG 558916 SSP/RO, para ocupar o cargo de **Diretor da Escola Municipal de Ensino Fundamental José do Patrocínio**, conforme o processo seletivo de diretores da gestão democrática, regido pelo edital numero nº 002/2023**..**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cientifique-se;

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:A9CCE071

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA Nº. 357/GAB/PMS/2023

PORTARIA Nº. 357/GAB/PMS/2023 Seringueiras, 27/11/2023.

"ARMANDO BERNARDO DA SILVA, Prefeito Municipal de Seringueiras – RO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei".

RESOLVE:
Art. 1° - NOMEAR o Servidor **PEDRO AUGUSTO MARTINEZ MIANI,** portador do CPF 289.375.668-93 e Cédula de Identidade RG 28839639 SSP/SP, para ocupar o cargo de **Diretor da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Infantil Pinóquio**, conforme o processo seletivo de diretores da gestão democrática, regido pelo edital numero nº 002/2023**..**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cientifique-se;

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:DE43DADF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA Nº. 358/GAB/PMS/2023

PORTARIA Nº. 358/GAB/PMS/2023 Seringueiras, 27/11/2023.

"ARMANDO BERNARDO DA SILVA, Prefeito Municipal de Seringueiras – RO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei".

RESOLVE:
Art. 1° - NOMEAR a Servidora **ROSILEY EMILIANO COUVRE,** portadora do CPF 611.490.552-00e Cédula de Identidade RG 580616 SESDC/SP, para ocupar o cargo de **Diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Infantil Venceslau Brás**, conforme o processo seletivo de diretores da gestão democrática, regido pelo edital numero nº 002/2023**..**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cientifique-se;

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:243ACC3B

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA Nº. 359/GAB/PMS/2023

PORTARIA Nº. 359/GAB/PMS/2023 Seringueiras, 27/11/2023.

"ARMANDO BERNARDO DA SILVA, Prefeito Municipal de Seringueiras – RO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei".

RESOLVE:
Art. 1° - NOMEAR a Servidora **MARIA ALEXANDRA OLIVEIRA,** portadora do CPF 936.711.052-91 e Cédula de Identidade RG 989125 SESDC/RO, para ocupar o cargo de **Diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Infantil Princesa Isabel,** conforme o processo seletivo de diretores da gestão democrática, regido pelo edital numero nº 002/2023**..**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cientifique-se;

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:30AECD3D

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 79/CPL/2023

REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL - SEMTRAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 783/SEMTRAS/2023.
O VALOR TOTAL PREVISTO: R$ 5.078,60 (CINCO MIL E SETENTA E OITO REAIS E SESSENTA CENTAVOS).

A Prefeitura Municipal de Seringueiras, com sede na Avenida Marechal Rondon, nº 984, Centro, Seringueiras-RO, através de seu Pregoeiro Oficial, **TORNA PÚBLICO** que realizará Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICA**, tipo de **EXECUÇÃO INDIRETA**, que será julgada pelo **MENOR PREÇO ITEM.**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA CASA DE ABRIGO DO MENOR, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SERINGUEIRAS/RO. CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS CONTIDAS NESTE EDITAL E ANEXO I TERMO DE REFERENCIA.

DATA PARA CADASTRO DE PROPOSTAS A PARTIR: **das 08h00min do dia 30/11/2023.**
INICIO DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES: **a partir das 10h00min, horário de Brasília/DF, do dia 12/12/2023.**
Todas as informações oficiais pertinentes o presente certame poderá ser acessadas nos sites: http://www.seringueiras.ro.gov.br/> Portal de Transparência > Licitações (http://transparencia.seringueiras.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes) e local www.licitanet.com.br. Maiores informações através do telefone (0xx)-69-3623-2693/2694 ou pelo e-mail cplseringueiras@gmail.com.

Seringueiras - RO, 28 de Novembro de 2023.

SÉRGIO VILMAR KNONER
Coordenador da Central de Compras
Port.n°.156/GAB/PMS/2023

Publicado por:
Euzania Cristina da Silva Santos
Código Identificador:D9FA0FA2

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 76/CPL/2023

REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICO - SEMOSP.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 664/SEMOSP/2023.
O VALOR TOTAL PREVISTO: R$ 11.532,18(ONZE MIL E QUINHENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E DEZOITO CENTAVOS).

A Prefeitura Municipal de Seringueiras, com sede na Avenida Marechal Rondon, nº 984, Centro, Seringueiras-RO, através de seu Pregoeiro Oficial, **TORNA PÚBLICO** que realizará Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICA**, tipo de **EXECUÇÃO INDIRETA**, que será julgada pelo **MENOR PREÇO ITEM. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, TAIS COMO, CIMENTO, PREGO E CAL VIRGEM, SOLICITADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS . CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS CONTIDAS NESTE EDITAL E ANEXO I DESTE TERMO DE REFERENCIA.**

DATA PARA CADASTRO DE PROPOSTAS A PARTIR: **das 08h00min do dia 30/11/2023.**
INICIO DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES: **a partir das 09h00min, horário de Brasília/DF, do dia 12/12/2023.**
Todas as informações oficiais pertinentes o presente certame poderá ser acessadas nos sites: http://www.seringueiras.ro.gov.br/> Portal de Transparência > Licitações (http://transparencia.seringueiras.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes) e local www.licitanet.com.br. Maiores informações através do telefone (0xx)-69-3623-2693/2694 ou pelo e-mail cplseringueiras@gmail.com.

Seringueiras - RO, 28 de Novembro de 2023.

SÉRGIO VILMAR KNONER
Coordenador da Central de Compras
Port.n°.156/gab/pms/2023

Publicado por:
Euzania Cristina da Silva Santos
Código Identificador:EBA90F37

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1228/GAB/2023 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

"**Dispõe sobre adequação do PPA e LDO e Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito especial por Excesso de arrecadação e superávit do exercício anterior, no valor de R$51.503,98 (cinquenta e um mil, quinhentos e três reais e noventa e oito centavos).**

O **Prefeito do Município de Teixeirópolis,** Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Teixeirópolis, Estado de Rondônia aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei.
L E I:
Art. 1º - Fica o Chefe do poder Executivo Municipal autorizado a abrir credito especial no **PPA** por excesso de arrecadação e superávit financeiro do exercício anterior, no valor de **R$51.503,98 (cinquenta e um mil, quinhentos e três reais e noventa e oito centavos),** nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964**,** conforme classificação funcional programática e valores constantes abaixo:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.04.02 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO

02.04.02.13.392.0007.2096 LEI PAULO GUSTAVO			R$51.503,98
NATUREZA	DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA	VALOR – R$	DESTINAÇÃO
3.3.90.39	Outros Serv. De terc. Pessoa Juridica	51.503,98	0.1.700.0000

Art. 2º - Fica Autorizado a abrir credito especial na **LDO e LOA** por excesso de arrecadação e superávit financeiro do exercício anterior, no valor de **R$51.503,98 (cinquenta e um mil, quinhentos e três reais e noventa e oito centavos)** no Orçamento Vigente, conforme classificação funcional programática a seguir:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.04.02 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO

02.04.02.13.392.0007.2096 LEI PAULO GUSTAVO			R$51.503,98
NATUREZA	DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA	VALOR – R$	DESTINAÇÃO
3.3.90.39	Outros Serv. De terc. Pessoa Juridica	51.503,98	0.1.700.0000

Art. 3º. Para cobertura do presente Crédito os recursos serão oriundos de fontes do Governo Federal através do Programa de Incentivo a Cultura Lei Paulo Gustavo.

Art. 4º. Os Créditos que trata a presente lei serão abertos por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, utilizando como fontes de recursos os elementos, conforme estabelece o art. 42, c/c 46 da Lei 4.320/64.

Art. 5º. Esta Lei entra vigor na data de sua publicação

ANTÔNIO ZOTESSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luíza Barboza Teixeira de Assis
Código Identificador:0196D275

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO

Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico Nº: 60/CPL/2023
Edital Nº: 75/CPL/2023

Processo Administrativo nº **GI – 580/2023**

A Prefeitura Municipal de Teixeirópolis – RO, através do Pregoeiro nomeado pelo Decreto Municipal nº **010/GAB/2021 de 13 de Janeiro de 2021**, torna público que realizará a Licitação na modalidade. **Pregão Eletrônico**, tipo Menor Preço e será julgado Menor Preço **por ITEM,** nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, Decretos Federais nº 3.555/00 n°5.450/05 e n°10.024/19, decretos Municipais nº083/GP/07, n°189/GAB/2017 e 092/GAB/2020, de 07 de julho de 2020, e a lei geral municipal 729 de 11/07/2013, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, também a lei complementar nº 123/2006, combinando com a lei complementar nº 147/2014 Para atender a Secretaria Municipal de Agricultura, Infraestrutura e Meio Ambiente - SAIMA. Objeto: **Contratação de empresa para aquisição de material de consumo (lâmpadas, relesfoto e outros) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Infraestrutura e Meio Ambiente - SAIMA do município de Teixeirópolis-RO.** Estimado no valor total de **R$ 21.471,82 (Vinte e um mil quatrocentos e setenta e um reais e oitenta e dois centavos).** Processo administrativo **nº GI –580/2023,** será realizada no dia **13/12/2023**, com início às **10h00min** horário de Brasília – DF, local **www.licitanet.com.br.** Informações complementares: O edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site supracitado ou na sala de licitações da prefeitura municipal de Teixeirópolis - RO, situada à Av. Afonso Pena, n° 2280, Centro, de segunda à sexta feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07h00min às 13h00min, ou pelo site **www.teixeiropolis.ro.gov.br**, para maiores informações através do telefone (69) 3465-1112.

Teixeirópolis/RO, 29 de Novembro de 2023.

JEAN VIEIRA DE ARAÚJO
Agente de Contratação
Portaria n° 036/GAB/2022 de 28/12/2022

Publicado por:
Jean Vieira de Araujo
Código Identificador:184D397A

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADESÃO

Processo nº 579/2023

O Prefeito Municipal de Teixeirópolis/RO, Sr. **ANTONIO ZOTESSO,** no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que, considerando as informações e documentos contidos no processo administrativo supracitado, vem pelo presente instrumento fazer adesão à Ata de Registro de Preço 06/2023, originária do Pregão Eletrônico nº 1/2023, processo administrativo 11814/2022 realizada pela Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno/RO com objetivo de Aquisição de material de consumo Sacolas de Ráfia.

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR R$
MAXIRAFIA INDUSTRIA IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO DE EMBALAGENS LTDA	41.767.338/0001-50	R$ 6.750,00

Teixeirópolis/RO, em 29 de novembro de 2023.

ANTONIO ZOTESSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luíza Barboza Teixeira de Assis
Código Identificador:C033CEA0

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA

ERRATA Nº 001 REFERENTE AO PROCESSO GI – 573/2023.

Processos Administrativos GI – 573/2023.

Objeto:
Contratação de empresa para prestação de serviços (locação de som, palco e iluminação, tendas e outros) para as festividades e eventos a serem realizados no Município de Teixeirópolis/RO.

Publicado em: 29/08/2023.

NO AVISO DE LICITAÇÃO E EDITAL,

ONDE SE LÊ: **"Contratação de empresa para prestação de serviços (locação de som, palco e iluminação, tendas e outros) para as festividades e eventos a serem realizados no Município de Teixeirópolis/RO."**

LEIA-SE: **"Contratação de empresa para prestação de serviços pelo Sistema de Registro de Preço – SRP (locação de som, palco e iluminação, tendas e outros) para as festividades e eventos a serem realizados no Município de Teixeirópolis/RO."**

NO AVISO DE LICITAÇÃO,

ONDE SE LÊ: **"Aviso de Licitação**
Pregão Eletrônico Retificado Nº: 55/CPL/2023
Edital Nº: 70/CPL/2023"

LEIA-SE: **"Aviso de Licitação**
Pregão Eletrônico Nº: 55/CPL/2023
Edital Retificado Nº: 70/CPL/2023"

Os demais pontos e itens ficam inalterados.

TEIXEIRÓPOLIS- RO, 29 de Novembro de 2023.

JEAN VIEIRA DE ARAÚJO
Agente de Contratação
Decreto nº 036/GAB/2022 de 28/12/2022

Publicado por:
Jean Vieira de Araujo
Código Identificador:681C53CD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 183/GAB/2023, DE, 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATAS APROVADAS NO 3º PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO - 2023".

O Prefeito Municipal de Teixeirópolis/RO, **ANTONIO ZOTESSO,** no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe na Lei Complementar nº 002/2010, que "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Teixeirópolis",

Considerando os resultados do 3º Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Pessoal por Prazo Determinado - 2023 através do Processo Administrativo GII-057/2023, por força do Edital nº 001/2023.

RESOLVE:
Art. 1° Convocar as seguintes candidatas aprovadas no 3º Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Pessoal por Prazo Determinado - 2023 para comparecerem ao Núcleo de Recursos Humanos, no prazo de **02** (**dois**) **dias úteis**, no horário das 07h00min às 13h00min, munido de todos os documentos relacionados no Edital de nº 001/2023 em seu **item 16.2:**

Nome do Candidato	Cargo	Classificação
Sandely Soares de Souza	Farmacêutico	5º
Larissa Paganini Izé Prudêncio	Farmacêutico	6º

Art. 2° Será contratada a candidata por ordem de classificação que entregar toda a documentação no prazo supra referenciado, sendo que somente 01 (uma) será contratada.

Art. 3º Os casos omissos serão decididos pela Secretaria Municipal de Planejamento, Administração, Fazenda e Esporte, e em grau de recurso ao Prefeito Municipal.

Art. 4° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Teixeirópolis/RO, 29 de novembro de 2023.

ANTONIO ZOTESSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luíza Barboza Teixeira de Assis
Código Identificador:22646742

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO

Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico Nº: 061/CPL/2023
Edital Nº: 076/CPL/2023

Processo Administrativo nº **GI –586/2023**
A Prefeitura Municipal de Teixeirópolis – RO, através do Pregoeiro nomeado pelo Decreto Municipal nº **010/GAB/2021 de 13 de Janeiro de 2021**, torna público que realizará a Licitação na modalidade. **Pregão Eletrônico**, tipo Menor Preço e será julgado Menor Preço **por ITEM**, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, Decretos Federais nº 3.555/00 n°5.450/05 e n°10.024/19, decretos Municipais nº083/GP/07, n°189/GAB/2017 e 092/GAB/2020, de 07 de julho de 2020, e a lei geral municipal 729 de 11/07/2013, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, também a lei complementar nº 123/2006, combinando com a lei complementar nº 147/2014. Solicitado pelas seguintes secretarias: Secretaria Municipal de Planejamento, Administração, Fazenda e Esporte – **SEMPLAFE**, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo – **SEMECT,** pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho – **SEMAST,** Secretaria Municipal de Saúde – **SEMSAU**. Objeto: **Contratação de empresa para prestação de serviço por meio do Sistema de Registro de Preço – SRP (limpeza de fossas negras) para atender as demandas das seguintes secretarias: SEMPLAFE, SEMSAU SEMAST, SEMECT.** Estimado no valor **R$ 263.557,80 (duzentos e sessenta e três mil e quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos).** Processos administrativos **nº GI – 586/2023,** será realizada no dia **13/12/2023**, com início às **11h00min** horário de Brasília – DF, local **www.licitanet.com.br.** Informações complementares: O edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site supracitado ou na sala de licitações da prefeitura municipal de Teixeirópolis - RO, situada à Av. Afonso Pena, n° 2280, Centro, de segunda à sexta feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07h00min às 13h00min, ou pelo site **www.teixeiropolis.ro.gov.br**, para maiores informações através do telefone (69) 3465-1112.

Teixeirópolis/RO, 29 de Novembro de 2023.

JEAN VIEIRA DE ARAÚJO
Agente de Contratação
Portaria n° 036/GAB/2022 de 28/12/2022

Publicado por:
Jean Vieira de Araujo
Código Identificador:DE6D2659

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADESÃO

Processo nº 585/2023

O Prefeito Municipal de Teixeirópolis/RO, Sr. **ANTONIO ZOTESSO,** no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que, considerando as informações e documentos contidos no processo administrativo supracitado, vem pelo presente instrumento fazer adesão à Ata de Registro de Preço 007/2023, originária do Pregão Eletrônico nº 056/2022, processo administrativo 1247/2022/URUPÁ-RO realizada pela Prefeitura Municipal de URUPÁ/RO com objetivo de Contratação de empresa para prestação de serviço (hora maquina).

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR R$
TRANSMAC LOCAÇÕES LTDA	46.172.470/0001-33	R$ 24.500,00

Teixeirópolis/RO, em 29 de novembro de 2023.

ANTONIO ZOTESSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luíza Barboza Teixeira de Assis
Código Identificador:378F4EA7

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 061/2023 - SUPEL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 922/2023 - SEMUSA

MODO DE DISPUTA ABERTO

O Município de Theobroma – RO, por meio da Superintendência Municipal de Licitações - SUPEL torna público aos interessados e a quem possa interessar que será realizada a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** nos termos nos termos da Lei nº 10.520/020, Decreto Federal nº 10.024/2019, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, LEI COMPLEMENTAR 123/2006 ALTERAÇÕES POSTERIORES, LEI MUNICIPAL 535/2016 E Decreto Municipal 3101/GP/2020. Objeto**: Registro de Preços visando à futura e eventual Aquisição de Materiais de Gráficos. No Valor de R$ 379.319,18 (Trezentos e Setenta e Nove Mil e Trezentos e Dezenove Reais e Dezoito Centavos).** Data para abertura de propostas e início da sessão de disputa: a partir das **09:00** horas horário de Brasília – DF do dia **12/12/2023,** local www.licitanet.com.br. Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site supracitado e podendo ser solicitado por e-mail; **cpltheobroma2019@hotmail.com;** no site do município; www.theobroma.ro.gov.br, pelo link: https://transparencia.theobroma.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes e em publicações da SUPEL, ou na SUPEL – Superintendência Municipal de Licitações da Prefeitura Municipal de Theobroma - RO, sito à Av. 13 Fevereiro nº 1341, Centro, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07h00min às 13h00min, para maiores informações através do telefone (69) 3523-1140.

Theobroma/RO, Em 29 de Novembro de 2023.

RODRIGO DA SILVA SANTOS
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Ranielly Hell Raasch
Código Identificador:11D3C59D

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N. 344/2023

DECRETO N. 344/2023 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Dispõe sobre cedência do servidor Sr. FRED RODRIGUES BATISTA para o Município de Cacoal/RO."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUPÁ/RO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.
CONSIDERANDO o permissivo disposto no art. 58 da Lei Municipal n. 692, de 18 de dezembro de 2015, que autoriza a prática de cessão de servidores para outras esferas de governo.
CONSIDERANDO o ofício n. 563/2023 – PMC/GAB, de 22 de novembro de 2023, de serventia do Excelentíssimo Sr. Adailton Antunes Ferreira, Prefeito do Município de Cacoal/RO, que solicita cedência do servidor abaixo qualificado com ônus para a Prefeitura de Cacoal/RO, devidamente autorizado pelo Chefe do Poder Executivo

deste Município de Urupá, conforme Despacho de autorização ID.104225 referente ao processo eletrônico n. 1327/2021.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida cedência para o Município de Cacoal/RO, do servidor **Sr. FRED RODRIGUES BATISTA**, matrícula n. 5134, investido no cargo de Técnico de Gestão Pública - Técnico Administrativo, carga horária de 40h semanais, pelo período de **01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024,** com ônus integral para a Prefeitura do Município de Cacoal/RO.

Art. 2º A presente cedência será de ônus total para a Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste/RO, ou seja: Remuneração mensal, férias, 1/3 de férias, 13º salário, licença prêmio, integral ou proporcional ao período que ficar em cedência.

Parágrafo Único: O presente instrumento poderá ser revogado a critério do chefe do poder Executivo, independentemente do prazo previsto no Art. 1º, caso o Município necessite dos serviços do servidor supracitado.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, **com eficácia a partir de 1º de janeiro de 2024**.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Publique-se na forma da Lei.

(Assinado Eletronicamente)
CÉLIO DE JESUS LANG
Prefeito do Município de Urupá-RO

Publicado por:
Denise Alves da Silva Abreu
Código Identificador:0EAA60B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONCESSÃO DE DIÁRIA - SERVIDORA MARIA DAS DORES RIBEIRO DOS ANJOS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
CNPJ: 21.346.637/0001-04
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIAS

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DO PROPOSTO				
Unidade/Órgão Requisitante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPA				
Proponente (Dirigente/Chefe Imediato) CELIO DE JESUS LANG			**Cargo/Função/Matrícula** PREFEITO	
Beneficiário (Quem vai receber as diárias) MARIA DAS DORES RIBEIRO DOS ANJOS			**Cargo/Função/Matrícula** - Matr.: 58122	
CPF 221.227.702-44	**Identidade** 245871 SSP/RO	**Banco**	**Agência**	**Conta Corrente**

DADOS DA VIAGEM

Destino	**Meio de Transporte**	**Data de Início**	**Data de Retorno**
PORTO VELHO/RO		29/11/2023	01/12/2023
Motivo da Viagem: SENHOR PREFEITO, APÓS ANÁLISE DA CONTROLADORIA GERAL, SOLICITO AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE DESPESAS, COM CONCESSÃO DE 1,5 (UMA) DIÁRIA E MEIA EM FAVOR DA SERVIDORA MARIA DAS DORES RIBEIRO DOS ANJOS LOTADA NESTA SECRETARIA NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, VINCULADO AO ÓRGÃO GESTOR, QUE ESTARÁ SAINDO NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2023 PARA PARTICIPANDO NOS DIAS 30 DE NOVEMBRO E DIA 01 DE DEZEMBRO DE 2023 DA 3ª CAPACITAÇÃO DO PROGRAMA MULHER PROTEGIDA DO ESTADO DE RONDÔNIA EM PORTO VELHO/RO, RESSALTAMOS QUE HAVERÁ ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM CUSTEADA PELA SEAS, ASSIM SE JUSTIFICA ESTA DIÁRIA.			
Proponente: CELIO DE JESUS LANG Data: / / PREFEITO			

CÁLCULO DAS DIÁRIAS

Quantidade	**Valor Unitário**	**Valor Total**	**Desconto**	**Valor Líquido**
1,5	511,38	767,07	0,00	767,07

Publicado por:
Debora Espelino Ferreira
Código Identificador:E9884E08

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 026/2023 PROCESSO Nº 435/2023

A Prefeitura Municipal de Vale do Anari – RO, através do Pregoeiro, nomeado pela portaria nº 2810/GP/2023, torna público aos interessados e a quem possa interessar que será realizada a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, nos termos da Lei nº 10.520/020, Decreto Federal nº 10.024/2005 aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores e os artigos 42, 43, 44, 45, 46 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar 147/2014 Decreto Municipal. Tendo como Objeto**: Registro de preço para aquisição de material permanente (mobiliário mediante ampliação de metas do termo de convenio nº 135/PGE-2022 (60.984-6), Para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte SEMECE do Município de Vale do Anari/RO.** Valor estimado **R$ 281.856,73 (duzentos e oitenta e um mil e oitocentos e cinquenta seis reais e setenta e três centavos)**, conforme Processo Administrativo sob o nº. **435/202**3. Data para cadastro de proposta: a partir do dia **30 de Novembro 2023, às 10:00**. Data para abertura de propostas e início da sessão de disputa: a partir de **12 de Dezembro 2023, às 10:00.** Horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br. Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site supracitado e na Sala da CPL – Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Vale do Anari - RO, sito à Av. Capitão Silvio de Farias nº 4571, Centro, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07h30min às 13h30min. e através do site www.valedoanari.ro.gov.br link: licitações, pregões eletrônicos.

Vale do Anari, 29 de Novembro de 2023

JHONATA ROCHA MARTINS DOS SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Rozenir Dos Santos Lima
Código Identificador:3BF3063B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE - GABINETE TERMO DE HOMOLOGAÇAO PREGAO 25-2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito do Município de Vale do Anari, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, baseados nos valores Adjudicados pelo Pregoeiro e mediante o Parecer Jurídico, resolve:

01 – **HOMOLOGAR** nos termos do Art. 43, Inciso VI da Lei Federal nº: 8.666/93 e posteriores alterações e Art. 4º, Inciso XXI da Lei Federal nº: 10.520/2002, a presente Licitação nestes termos:

Processo Nrº : 421/2023
Licitação Nrº : 25/2023
Modalidade : Pregão:
Data Homologação : 29/11/2023
Objeto Homologado : Registro de Preço para Contratação de Empresa Jornalística para Publicações dos atos oficiais, como Balancetes, Editais de Licitação, Atas de Registro de Preços, Pedido de Licença Ambiental e outros Atos Oficiais de interesse do município, em jornal de grande circulação diária no Estado de Rondônia, conforme legislação vigente.

A) Fornecedor declarado vencedor após realização do certame licitatório.

Fornecedor: EMPRESA JORNALISTICA C. P. DE RONDONIA LTDA
CNPJ/CPF: 84.748.656/0001-87
Valor Total Homologado e adjudicado- R$ 78.000,00

Autorizar a emissão da(s) notas de empenho(s), liquidação(ões) e pagamento(s) correspondente(s), na forma da Lei.

Vale do Anari, 29 de novembro de 2023.

ANILDO ALBERTON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleicia de Oliveira Souza
Código Identificador:09B25E5C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 9077

DECRETO Nº 9077 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

NOMEIA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Vale do Paraíso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO o interesse da administração pública;

CONSIDERANDO o Memorando nº 21/CI/2023;

CONSIDERANDO oMemorando nº409/GAB/2023.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear Comissão de Tomada de Contas Especial, composta pelos seguintes membros:

Presidente: Mauro Usanovih
Secretária: Valéria Neiva Batista
Membros: Greidson Moabe Carvalho de Souza
Auricelia da Silva
Keliane Rocha de Oliveira

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

POLIANA DE MORAES SILVA GASQUI PERRETA
Prefeita Muncipal

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:FA419082

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 9080

DECRETO Nº 9080 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

AUTORIZA O PAGAMENTO DE TRABALHO EM REGIME SUPLEMENTAR PARA PROFESSORA DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Vale do Paraíso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e,

Considerando o disposto no processo administrativo nº 1-1549/2023.

R E S O L V E:

Art. 1º. Autorizar o pagamento de 44 horas trabalhadas em regime suplementar à servidora Vanessa Pereira Vilas Novas, Nível Superior, pois a mesma prestou serviços na Escola Centro de Educação Infantil Pequeno Paraíso durante o período vespertino na turma do Pré I C, nos dias 16, 17, 18, 19, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31 de Outubro de 2023, cobrindo a professora Evanusa de Oliveira que se encontra readaptada.

Art. 2º.Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias em especial o Decreto nº 9064 de 24 de Novembro de 2023.

POLIANA DE MORAES SILVA GASQUI PERRETA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:95731C0F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 7213

PORTARIA Nº 7213 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA EM FAVOR DA SERVIDORA GILMARA FERNANDES DE OLIVEIRA FIOROTTI**,**E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Vale do Paraíso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e

Considerando o processo administrativo nº 1-1538/2023.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de auxílio-doença em favor da servidoraGilmara Fernandes de Oliveira Fiorotti, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo ocupando a função de Agente de Serviços Diversos, a partir de 08 de Novembro de 2023 a 15 de Janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de Novembro de 2023.

POLIANA DE MORAES SILVA GASQUI PERRETA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:B32C18F2

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 7214

PORTARIA Nº 7214 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA EM FAVOR DA SERVIDORA MARIA DA GLORIA OLIVEIRA DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Vale do Paraíso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e nos termos da Lei Municipal nº. 1325 de 20 de dezembro de 2019 e suas alterações.

Considerando o processo administrativo nº. 1-730/2023.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de auxílio-doença em favor da servidora Maria da Gloria Oliveira da Silva, contratada para exercer o cargo de Professora Nível Superior 25 horas, a partir de 31 de Outubro de 2023 a 15 de Janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 31 de Outubro de 2023.

POLIANA DE MORAES SILVA GASQUI PERRETA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:BB167F60

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO POR COMPETÊNCIA PARA ESCOLHA DE DIRETORES E VICE- DIRETORES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO POR COMPETÊNCIA PARA ESCOLHA DE DIRETORES E VICE- DIRETORES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Nos termos do Edital nº 001/2023 - SEMECE, a Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso - Rondônia, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo - SEMECE e a Comissão de acompanhamento do Processo Seletivo por Competência para a escolha de Diretores e Vice-Diretores escolares da rede municipal de ensino, torna pública a***HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL.***

CARGO DE DIRETOR E VICE-DIRETOR

Nº	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO	ESCOLA	OBSERVAÇÃO
01	MARIA GORETE LIMA	APROVADA	CEI PEQUENO PARAÍSO	_____

Vale do Paraíso - Rondônia, 28 de novembro de 2023.

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:701FBBD9

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 104/2023

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 104/2023

TERMO ADITIVOAO CONTRATO Nº152/2022

PROCESSO: 1-1198/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO/RO

CONTRATADA:P. CEZAR PORTORACHI ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

DATA DA CELEBRAÇÃO:29/11/2023

OBJETO:O presente contrato tem por objeto o aditivo de serviços no convênio 393/PGE/2022, para reforma do Centro Educacional Professora Maria Matilde, nos seguintes objetos: ADMINISTRAÇÃO E NR-18, SERVIÇOS PRELIMINARES, PISOS, ALVENARIA, ESQUADRIAS / FERRAGENS / VIDROS, PINTURAS, INSTALAÇÃO HIDROSANITÁRIA, METÁLICOS, conforme detalhamento na planilha de ID 402039.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais e que não conflitem com o presente Termo.

INTERVENIENTE:SEMECE

Vale do Paraíso/RO, 29 de Novembro de 2023

POLIANA DE MORAES SILVA GASQUI PERRETA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:6799C9ED

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RESUMO DE CONTRATO CONTRATO Nº: 139/2023

RESUMO DE CONTRATO

Contrato nº:139/2023

Processo nº:1-1506/2023

Contratante:PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAISO/RO

Contratado:GOVFÁCIL GESTÃO & TECNOLOGIA LTDA

Objeto: Define-se como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APLICATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE OBRIGAÇÕES ESTADUAIS E FEDERAIS ATRAVÉS DE DEMONSTRATIVOS DE ÍNDICES DA SAÚDE, EDUCAÇÃO, FUNDEB E FOLHA DE PAGAMENTO E INDICADORES GERENCIAIS NAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO, SAÚDE, INVESTIMENTO, DÍVIDAS E RECEITAS.

Vigência:PARÁGRAFO ÚNICO: Define-se como VIGÊNCIA CONTRATUAL, o prazo será de 12 (meses) podendo ser prorrogado a critério da Administração.

Valor Total: Pela execução dos serviços de que trata a cláusula primeira supra, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, EM PARCELA ÚNICA, o valor deR$ 5.000,00 (cinco mil reais)com direito de até três licenças de usuário.

Data de Assinatura:28/11/2023

Interveniente:GABINETE

Vale do Paraíso/RO, 29 de Novembro de 2023

POLIANA DE MORAES SILVA GASQUI PERRETA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:DB00274E

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
HOMOLOGA AS FÉRIAS DA SERVIDORA JOCIANE LECHETA CORREIA

HOMOLOGAÇÃO
Férias Adquiridas

A Prefeita Municipal de Vale do Paraíso, no uso das atribuições legais que são conferidas no Art. 60 da Lei 24 de 01 de janeiro de 1993, Homologa as férias da servidora Jociane Lecheta Correia, matrícula nº 3097, do processo administrativo nº. 1-1560/2023, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, a partir de 20 de Dezembro de 2023 a 18 de Janeiro de 2024.

Vale do Paraíso - RO, 29 de Dezembro de 2023

Homologo de acordo com a data certificada pelo sistema.

POLIANA DE MORAES SILVA GASQUI PERRETA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:BE58AFD4

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RESUMO DO DISTRATO Nº 11/2023

RESUMO DO DISTRATO Nº 11/2023

DISTRATOAO CONTRATONº86/2023

PROCESSO:1-831/2023

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO/RO

CONTRATADA:THEOBROMA CLIMATIZAÇÃO AR CONDICIONADO LTDA

DATA DA CELEBRAÇÃO:28/11/2023

OBJETO:Rescindir e suprimir R$ 21.046,00 (vinte e um mil e quarenta e seis reais)do contrato de nº 86/2023 que teve por objeto a aquisição de produtos oriunda da ATA REGISTRO DE PREÇOS, do processo nº 1-1062/SRP/22 com validade de 12 meses, para futura e eventual Manutenção Preventiva e Corretiva, Limpeza, Instalações, Desinstalações, Reinstalações e Aquisição de Peças para Reposições nos Aparelhos de Ares Condicionados Split e de Janela, Bebedouros de Coluna e Garrafão, Freezers e Geladeiras, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo - SEMECE do município de Vale do Paraíso/RO.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais e que não conflitem com o presente distrato.

INTERVENIENTE:SEMECE

Vale do Paraíso/RO, 29 de Novembro de 2023

POLIANA DE MORAES SILVA GASQUI PERRETA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:C3441773

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
AVISO DE DEVOLUÇÃO DE SALDO REMANESCENTE POR ANULAÇÃO DE RENDIMENTOS DO CONVÊNIO Nº021/2023/PGE/DER-RO

AVISO DE DEVOLUÇÃO DE SALDOREMANESCENTE POR ANULAÇÃO DE RENDIMENTOS DOCONVÊNIO nº021/2023/PGE/DER-RO
PROCESSO ELETRÔNICO Nº1536/2023 CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO/RO OBJETO:Devolução de saldoremanescente por anulação de rendimentosreferente aoConvênio nº021/2023/PGE/DER-RO,que tem por objeto aAquisição de uma Camionete tipo Pickup.VALOR TOTAL R$ 4.325,39 (quatro mil, trezentos e vinte e cinco reais e trinta e nove centavos) INTERVENIENTE:Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP Vale do Paraíso/RO, 17 de novembro de 2023

POLIANA DE MORAES SILVA GASQUE PERRETA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:474CB94D

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 9083

DECRETONº 9083 DE 29 NOVEMBRO DE 2023

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VALE DE PARAÍSO/RO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A**PREFEITA MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO/RO**, Sr.ª Poliana de Moraes Silva Gasqui Perreta, no uso das atribuições legais asi conferidas pelo artigo 113, incisos IV da Lei Orgânica do Município de Vale do Paraíso e,

CONSIDERANDO o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 10.502/2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 11556/2023, que institui a Política Nacional de Alfabetização, com parceria do Município com o Tribunal de Contas de Rondônia, para o desenvolvimento do PAIC, Programa de Alfabetização na Idade Certa, que proporcionou a implementação de todas as ações necessária ao desenvolvimento das ações que compõem uma política de alfabetização, quais sejam, formação, material, monitoramento, acompanhamento, plano de gestão e avaliação externa.

D E C R E T A:
Capítulo I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização, que tratará do acompanhamento do Ciclo de Alfabetização, por meio da qual o município de Vale do Paraíso/RO,em colaboração com o Estado e o Governo Federal, implementará ações voltadas à promoção da alfabetização, com a finalidade de garantir que os estudantes sejam alfabetizados até o 2º ano e contem com ações de recomposição de aprendizagem até o 5º ano do Ensino Fundamental.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto considera-se:
I - alfabetização - desenvolvimento das habilidades de leitura, compreensão e produção autônoma da escrita em um sistema alfabético;
II - consciência fonêmica - conhecimento consciente das menores unidades fonológicas da fala e a habilidade de manipulá-las intencionalmente;
III - consciência fonológica - conhecimento consciente dos sons das palavras, dissociando-as do seu significado e de segmentar as palavras nos sons que as constituem, no caso, as sílabas;
IV - fluência em leitura oral - capacidade de ler com precisão, velocidade e prosódia;
V - literacia - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a prática social da leitura, da escrita e da oralidade (letramento);
VI - literacia familiar - conjunto de práticas e experiências de letramento manifestadas no ambiente familiar;
VII- literacia emergente - conjunto de práticas e experiências de letramento que se manifestam naturalmente antes da escolarização formal;
VIII - numeracia - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a matemática que trabalham, estimulam e estruturam o raciocínio lógico;
IX - educação não formal - designação dos processos de ensino e aprendizagem que ocorrem fora dos sistemas regulares de ensino; e
X - multiletramento - prática de leitura e produção de textos construídos a partir de diferentes linguagens (sonoras, visuais, escritas, corporais e digitais) e que, por isso, exigem letramentos diversificados.

Capítulo II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 3ºSão princípios da Política Municipal de Alfabetização:
I - adesão voluntária a programas e ações do Ministério da Educação;

II- fundamentação de programas e ações voltadas à alfabetização no âmbito da rede municipal de ensino;
III - ênfase no ensino de seis componentes essenciais para a alfabetização:
a) consciência fonêmica e fonológica;
b) fluência em leitura oral;
c) desenvolvimento de vocabulário;
d) compreensão de textos;
e) produção autônoma de texto;
f) prática social da leitura e da escrita; e
g) aquisição da estrutura ortográfica e das notações léxicas.
IV- integração entre as práticas pedagógicas de literacia, numeracia e multiletramentos;
V - reconhecimento de que o desenvolvimento integral da criança pressupõe a inter-relação e a interdependência dos domínios físico, socioemocional, cognitivo e cultural da linguagem, da literacia e da numeracia;
VI - aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática como instrumento de superação de vulnerabilidades sociais e condição para o exercício pleno da cidadania;
VII - igualdade de oportunidades educacionais;
VIII- reconhecimento da prática social como um dos agentes potencializadores do processo de alfabetização; e
IX - valorização e desenvolvimento de programas de formação continuada de professores alfabetizadores.

Art. 4ºSão objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I - elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização, da literacia e da numeracia, sobretudo nos primeiros anos do ensino fundamental, por meio de abordagens cientificamente fundamentadas;
II - contribuir para a consecução das Metas 5 e 9 do Plano Nacional de Educação de que trata o Anexo à Lei nº 13.005/2014;
III - implementar programas e ações voltadas à alfabetização no âmbito da rede municipal de ensino;
IV - assegurar o direito à alfabetização a fim de promover a cidadania e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do município de Vale do Paraíso /RO;
V - oportunizar o oferecimento de tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo;
VI - fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização;
VII- desenvolver metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação;
VIII- selecionar e ampliar a aquisição de tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças estudantes, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos;
IX - impactar positivamente a aprendizagem no decorrer de toda a trajetória educacional, em suas diferentes etapas e níveis;
X - divulgar as experiências e produções em alfabetização e letramento desenvolvidas nas salas de aula;
XI - assegurar,no Projeto Político Pedagógico das unidades escolares,os componentes pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças estudantes;
XII - promover, anualmente, a avaliação Externa da alfabetização das crianças estudantes, bem como estimular as escolas a criarem os respectivos instrumentos de monitoramento e avaliação, considerando a realidade de cada comunidade escolar, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todas as crianças estudantes até o final do terceiro ano do ensino fundamental; e

Capítulo III
DAS DIRETRIZES

Art. 5º Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:
I - priorização da alfabetização:
a) Perfil de saída do 1º ano
Participar de situações de interações orais (rodas de conversa, rodas de leitura, rodas de estudo etc.), ouvindo com atenção, formulando perguntas e fazendo comentários sobre o tema tratado.
Ao final do 1º ano a criança deve ser ter o conhecimento do alfabeto e da mecânica da escrita/leitura; consiga codificar e decodificar os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras); desenvolver consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras); conhecer o alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas); estabelecer relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua;

b) Para isso, o estudante precisa dominar o seguinte conjunto de habilidades:
Compreender diferenças entre escrita e outras formas gráficas (outros sistemas de representação);
Conhecer o alfabeto;
Dominar as relações entre letras e seus sons;
Conhecer a natureza alfabética do nosso sistema de escrita;
Dominar as relações entre grafemas e fonemas;
Dominar as convenções gráficas (letras maiúsculas, minúsculas e cursiva);
Saber decodificar palavras e textos escritos;
Saber ler, reconhecendo as palavras;
Ampliar a sacada do olhar para porções maiores de texto que meras palavras, desenvolvendo fluência e rapidez de leitura (fatiamento);
diferenciar desenhos/grafismos (símbolos) de grafemas/letras (signos);
desenvolver a capacidade de reconhecimento global de palavras (que chamamos de leitura incidental, como é o caso da leitura de logomarcas em rótulos), que será depois responsável pela fluência na leitura;
construir o conhecimento do alfabeto da língua em questão;
perceber quais sons se deve representar na escrita e como;
construir a relação fonema-grafema: a percepção de que as letras estão representando certos sons da fala em contextos precisos;
perceber a sílaba em sua variedade como contexto fonológico desta representação.

c) Perfil de saída do 2º ano
No 2º ano, os estudantes devem ser capazes de planejar a fala, adequando-a a diferentes interlocutores em situações comunicativas do cotidiano escolar (exposição oral e rodas em geral) com maior e menor formalidade. Deverão ser capazes de ler, interpretare escrever com autonomia.Escrever bilhetes e cartas, em meio impresso e digital - e-mail, mensagem em rede social. Devem também ler, com autonomia e fluência, textos curtos, com tema e vocabulário adequados à sua faixa etária, silenciosamente e em voz alta.
Decodificação. Fluência leitora. Domínio da escrita em palavras formadas por sílabas do tipo consoante/vogal, domínio de sílabas complexas.

d) Habilidades que devem ter sido dominadas:
Dominar as convenções gráficas (letras maiúsculas, minúsculas e cursiva);
Conhecer o alfabeto;
Compreender a natureza alfabética do sistema de escrita;
Dominar a relação entre grafema e fonema;
Saber decodificar palavras e textos escritos;
Saber ler, reconhecendo globalmente as palavras;
Ampliar a sacada do olhar para porções maiores que o texto que meras palavras, desenvolvendo assim fluência e rapidez de leitura;
diferenciar desenhos/grafismos (símbolos) de grafemas/letras (signos);
desenvolver a capacidade de reconhecimento global de palavras (que chamamos de leitura incidental, como é o caso da leitura de logomarcas em rótulos), que será depois responsável pela fluência na leitura;
construir o conhecimento do alfabeto da língua em questão;
perceber quais sons se deve representar na escrita e como;

construir a relação fonema-grafema: a percepção de que as letras estãorepresentandocertos sons da fala em contextos precisos;
perceber a sílaba em sua variedade como contexto fonológico desta representação.

e) Perfil de saída do 3º ano
No 3º ano, o estudante deve completar o processo de alfabetização se apropriando da ortografização, conforme definições da própria Base Nacional Comum Curricular. Se apoderar da variação das letras para um som /s/ s, c, ç, x, ss, sc, z, xc; /j/ g, j; /z/ x, s, z; de vários sons para uma letra: s - /s/ e /z/; z - /s/, /z/; x - /s/, /z/, //, /ks/ e assim por diante; e até nenhum som para uma letra h, além de vogais abertas, fechadas e nasalizadas (a/ã; e/é; o/ó/õ); ter compreendido o SEA e o seu funcionamento e consolidação desse processo, de modo que a criança possa ler e produzir, com autonomia, textos de gêneros distintos como, por exemplo, poemas, histórias, relatos pessoais, dentre outros; ter compreensão em leitura e ser capaz de fazer produção de texto oral e escrito.

f) Habilidades que devem ter sido dominadas:
Saber ler, reconhecendo globalmente as palavras;
Ampliar a sacada do olhar para porções maiores de texto que meras palavras, desenvolvendo assim fluência e rapidez de leitura (fatiamento);
Ter compreensão do SEA e o seu funcionamento;
Apropria-se da variedade de língua oral falada e da língua escrita;
Apropria-se das relações fono-ortográficas que apresentam relação regular direta entre fonema e grafema;
Apropria-se das relações entre a variedade de língua oral falada e a língua escrita (perspectiva sociolinguística);
Apropria-se dos tipos de relações fono-ortográficas do português do Brasil e da estrutura da sílaba do português do Brasil (perspectiva fonológica);
Dominar à leitura fluente e à escrita;
Produzir, com autonomia, textos de gêneros distintos como, por exemplo, poemas, histórias, relatos pessoais, dentre outros.
II - incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral e da literacia emergente na educação infantil;
III - integração de práticas motoras, musicalização, expressão dramática e outras formas artísticas ao desenvolvimento de habilidades fundamentais para a alfabetização;
IV - participação das famílias no processo de alfabetização por meio de ações de cooperação e integração entre a comunidade escolar;
V - estímulo aos hábitos de leitura e escrita e à apreciação literária por meio de ações que os integrem à prática cotidiana das famílias, escolas, bibliotecas e de outras instituições educacionais, com vistas à formação de uma educação literária;
VI - respeito e suporte às particularidades da alfabetização nas diferentes modalidades especializadas de educação;
VII - incentivo à identificação precoce de dificuldades de aprendizagem de leitura, de escrita e de matemática, inclusive dos transtornos específicos de aprendizagem; e
VIII - valorização do professor alfabetizador.

Capítulo IV
DO PÚBLICO-ALVO

Art. 6ºA Política Municipal de Alfabetização tem por público-alvo:
I - crianças no Pré ÌI;
II-estudantes do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental devidamente matriculados nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino.
III acompanhamento de estudantes 4º e 5º ano que apresentam níveis insatisfatórios de alfabetização;

Art. 7ºSão agentes envolvidos na Política Municipal de Alfabetização:
I - professores da educação infantil (Pré II);
II - professores atuantes nas turmas de primeiro a terceiro ano do ensino fundamental;
III - professores das diferentes modalidades especializadas de educação;
IV - demais professores da educação básica;
V - gestores escolares;
VI - dirigentes de redes públicas de ensino;
VII - instituições de ensino;
VIII - famílias; e

Capítulo V
DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 8ºA Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio de programas e ações que incluam:
I - orientações curriculares e estabelecimento de metas claras e objetivas para a educação infantil (Pré II) e para os anos do 1º ao 3º ano do ensino fundamenta I;
II - capacitação de professores de educação infantil (Pré II), e para os professores do 1º ao 3º ano;
III - seleção e/ou produção de materiais didático-pedagógicos para a alfabetização, literacia e numeracia, com promoção de capacitação de professores para o uso desses materiais;
IV -reforçopara alunos que não tenham sido plenamente alfabetizados nos anos iniciais do ensino fundamental ou que apresentem dificuldades de aprendizagem de leitura, escrita e matemática;
V - promoção de práticas de literacia familiar;
VI - ênfase no ensino de conhecimentos linguísticos e de metodologia de ensino de língua portuguesa e matemática em programas de formação continuada de professores da educação infantil (Pré II) e de professores de 1º ao 3º ano;
VII - promoção de mecanismos de certificação de professores alfabetizadores;
VIII - formação de gestores educacionais para dar suporte pedagógico aos professores da educação infantil, aos professores alfabetizadores do ensino fundamental I e aos alunos;
IX- elaboração e de instrumentos de avaliação ediagnóstico externo;
Adquirir instrumentosde avaliação ediagnóstico externo;
X - organização e aplicação de avaliação externa de larga escala nasturmas de primeiro ao quinto anodo ensino fundamental nas unidades municipais de ensino;
XI - criação daComissão Municipal de Alfabetização, que deverá ser composta por representantes dos seguintes segmentos:
a) professores alfabetizadores atuantes em turmas de primeiro a terceiro ano do ensino fundamental de escolas públicas;
b) professores atuantes nas turmas de Pré II em instituições públicas;
c) técnicos da Secretaria Municipal de Educação de Vale do Paraíso/RO;
d)especialistas em assuntos educacionais atuantes em instituições públicas do município e ou outros municípios;
e) gestores educacionais atuantes em instituições públicas ensino fundamental I;

Parágrafo Único. A Comissão Municipal de Alfabetização atuará conforme regimento próprio com ações alinhadas à Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Vale do Paraíso/RO.

Capítulo VI
DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 9º Constituem mecanismos de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização:
I - monitoramento e avaliação de eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações implementados por meio de instrumentos criados pela Comissão Municipal de Alfabetização;
II análise de relatórios de acompanhamento emitidos pelaComissãoMunicipal de Alfabetização;
III- Avaliações externas e monitoramento utilizando os instrumentais do PAIC.
IV - incentivo à difusão tempestiva de análises devolutivas de avaliações externas e ao seu uso nos processos de ensino e de aprendizagem;
V - desenvolvimento de indicadores municipais para avaliar a eficácia escolar na alfabetização, que priorizem a fluência em leitura oral e proficiência em escrita e matemática;

Capítulo VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º Compete à Secretaria Municipal da Educação e Esportes de Vale do Paraíso/ROa coordenação pedagógica,das ações decorrentes desta Política Municipal de Alfabetização.

Art. 11º Compete à Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Vale do Paraíso/RO, juntamente aComissão Municipal de Alfabetização, acompanhar e monitorar a execução desta Política Municipal de Alfabetização, dá suporte e assistências as unidades escolares não apresentarem objetivo proposto.

Art. 12º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vale do Paraíso/RO,29de Novembro de 2023

POLIANA DE MORAES SILVA GASQUI PERRETA
Prefeita Municipal

LINK DOS ANEXOS PARA DOWNLOUD:
https://transparencia.valedoparaiso.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/download.php?id_doc=021450&extencao=PDF

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:7DBE2160

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PUBLICAÇÃO DE DESPESAS DE PROCESSO 2-910/2023

PUBLICAÇÃO DE DESPESAS DE PROCESSO

Da: SecretariaMunicipal deSaúde -SEMSAU

Assunto:Processo Filhote do Processo mãe 2-561/2022/SRP, Ata de Registro de Preço n° 09/2022/ARP, Pregão Eletrônico n° 78/CPL/2022, para Aquisição deM edicamentos da Atenção Básica e Hospitalar, para atender as necessidades desta Secretaria Municipal de Saúde.

PROCESSO Nº 2-910/2023
CONTRATANTE:FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VALE DO PARAÍSO
CONTRATADO:BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ:26.089.337/0001-00
ITENS DA ATA:51, 69, 96 e 131.
Valor:R$3.454,00(Três mil quatrocentos e cinqüenta e quatroreais)
INTERVENIENTE:SEMSAU

POLIANA DE MORAES SILVA GASQUI PERRETA
Prefeita Municipal

IESTEFANO CARNEIRO DOS SANTOS
Secretario de Saúde
Portaria N° 7177 de 13/09/2023

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:B441F1A5

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PUBLICAÇÃO DE DESPESAS DE PROCESSO CORRIGIDO
Nº 2-909/2023

PUBLICAÇÃO DE DESPESAS DE PROCESSO CORRIGIDO

Da: SecretariaMunicipal deSaúde -SEMSAU

Assunto:Processo Filhote do Processo mãe 2-228/2022/SRP, Ata de Registro de Preço n° 068/2022/ARP, Pregão Eletrônico n° 059/CPL/2022 para Aquisição de Insumos e equipamentos não Relacionados, para atender as necessidades desta Secretaria Municipal de Saúde.

PROCESSO Nº 2-909/2023
CONTRATANTE:FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VALE DO PARAÍSO
CONTRATADO:VERSATILLY ORTOPEDICOS LTDA
CNPJ:27.580.236/0002-81
ITENS DA ATA:01, 103, 104, 105, 110, 119, 120 e 121.
Valor:R$1.894,18(Mil oitocentos e noventa e quatro reais e dezoito centavos)
INTERVENIENTE:SEMSAU

POLIANA DE MORAES SILVA GASQUI PERRETA
Prefeita Municipal

IESTEFANO CARNEIRO DOS SANTOS
Secretario de Saúde
Portaria N° 7177 de 13/09/2023

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:50B25C2F

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE

PODER EXECUTIVO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2023 – LPG AUDIOVISUAL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023 – AUDIOVISUAL
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) - AUDIOVISUAL
A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA, visando mitigar os efeitos da pandemia da Covid-19 ao setor cultural, torna público o presente edital de Chamamento Público para Iniciativas Artísticas e Culturais, com inscrições abertas de 27 de novembro a 3 de dezembro de 2023, em conformidade com o artigo 6º da Lei Complementar nº195/2022, nesse identificada como LEI PAULO GUSTAVO, regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.525/2023.
Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.
A Lei Paulo Gustavo viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.
É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.

As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do Município de Alta Floresta D'Oeste. Deste modo, a Secretaria Municipal de Esporte e Cultura torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022, no Decreto 11.525/2023 e no Decreto 11.453/2023.
Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

OBJETO

O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais de AUDIOVISUAL para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de Alta Floresta D'Oeste.

VALORES

O valor total disponibilizado para este Edital é de R$ 148.675,51 (cento e quarenta e oito mil seiscentos e setenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) dividido entre as categorias de apoio descritas no Anexo I deste edital.

A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

33.90.36.00.00 e 33.90.39.00.00.

Este edital poderá ser suplementado, caso haja interesse público e disponibilidade orçamentária suficiente.

QUEM PODE SE INSCREVER

Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente no Município de Alta Floresta D'Oeste há pelo menos um ano e que tenha atuado na área cultural de no mínimo 01 (um) ano comprovada por meio de portfólio cultural.

Serão contemplados neste edital

Pessoas físicas maiores de 18 (dezoito) anos domiciliadas no Município de Alta Floresta D'Oeste;

Pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos domiciliadas no Município de Alta Floresta D'Oeste, que tenham seus objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades culturais;

Que apresentem a documentação exigida neste Edital.

O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto.

O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, direção, produção, coordenação, gestão artística ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

O Anexo I deve ser consultado para fins de verificação das condições de participação de todos os proponentes.

QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:

– Tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

– Sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e

III - Sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.

Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1

A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem III do item 4.1.

COTAS

Ficam garantidas cotas étnicas-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções:

no mínimo 20% das vagas para pessoas negras (pretas e pardas); e

no mínimo 10% das vagas para pessoas indígenas.

Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a auto declaração étnico-racial de que trata o Anexo VII.

Para fins de verificação da auto declaração, serão realizados os seguintes procedimentos complementares:

I - Procedimento de heteroidentificação; II - Solicitação de carta consubstanciada;

III - outras estratégias com vistas a garantir que as cotas sejam destinadas a pessoas negras (pretas e pardas).

As pessoas jurídicas podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

– Pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;

– Pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural;

– Pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas; e

– Outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.

As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima.

PRAZO PARA SE INSCREVER

Para se inscrever no Edital, o proponente deve encaminhar toda documentação obrigatória relatada no item 7, entre os dias 27 de novembro à 03 de dezembro de 2023 (até as 23h59).

COMO SE INSCREVER

O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.2 através do E-mail: paulogustavo@altafloresta.ro.gov.br.
O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:

Pessoa Física:
Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
Portfólio de comprovação de ações culturais;
Currículo do proponente;
Documentos pessoais do proponente CPF e RG;
Mini currículo dos integrantes do projeto;
Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

Pessoa Jurídica com ou sem fins lucrativos:
Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
Portfólio de comprovação de ações culturais;
Currículo do proponente;
Ato constitutivo, ou estatuto, ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, bem como ata de eleição e posse da atual diretoria;
Comprovante de situação cadastral ativa, junto à Receita Federal (CNPJ). Nota Importante: Atenção, pois este documento é diferente da Certidão Negativa de Tributos Federais;
CARTA COLETIVA DE ANUÊNCIA (ANEXO VII) indicando o proponente do projeto como representante do respectivo grupo ou coletivo, assinada pelos integrantes;
Comprovante de endereço atualizado pessoa Jurídica, carta coletiva de anuência será dispensada quando o nome empresarial ou fantasia, nome da associação, razão social representarem de forma clara a denominação do coletivo ou grupo representado.
Cópia da cédula de identidade civil do representante legal;
Cópia do CPF do representante legal (caso não conste no documento de identidade);
Mini currículo dos integrantes do projeto;
Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto, devendo estar os mesmo totalmente legíveis.
Cada Proponente poderá concorrer neste edital com, no máximo 1 (um) projeto por categoria indicada no anexo I e poderá ser contemplado com no máximo 1 (um) projeto por categoria indicada no anexo I.
Caso haja mais de uma inscrição do (a) mesmo (a) Proponente, será considerada somente a última inscrição efetuada.
Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 30 de setembro de 2024.
O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação.
As inscrições deste edital são gratuitas.
As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS
O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Formulário de Inscrição, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.

A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.
A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado, sendo aceitos como referência valores do SALICNET do Ministério da Cultura.
A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 12.8.
O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.

ACESSIBILIDADE
Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
- No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

- No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
- no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e

colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
- Adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
- Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
- medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais; IV - Contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - Oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiencia.
Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
- For inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual; ou
- Quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
Para projetos cujo objeto seja a produção audiovisual, consideram-se integralmente cumpridas as medidas de acessibilidade de que trata o subitem II do item 9.4 quando a produção contemplar legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.

O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

CONTRAPARTIDA
Os agentes culturais contemplados neste edital deverão realizar contrapartida social a ser pactuada com a Administração Pública, incluída obrigatoriamente a realização de exibições gratuitas dos conteúdos selecionados, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade.
- A realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e
- Sempre que possível, exibições com interação popular por meio da internet ou exibições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.
As **contrapartidas deverão ser informadas no Formulário de Inscrição** e devem ser executadas até 30 de setembro de 2024.

ETAPAS DO EDITAL
A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:
- Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e
- Habilitação: fase de análise dos documentos de habilitação do proponente, descritos no tópico 14.

ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS
Entende-se por **"Analise de mérito cultural"** a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.
A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por: 01 (um) membro indicado pela Câmara de Vereadores, 01 (um) membro indicado pelo Ministério Público, 01 (um) membro da Secretaria Municipal de Esporte e Cultura 01 (um) membro da Secretaria Municipal de Educação, preferencialmente da área de artes e 01 (um) membro da Coordenadoria Regional de Educação – CRE-AFO, da Secretaria de Estado da Educação.
I - No caso do não comparecimento ou Indicação por uma das entidades Cabe a Secretaria Municipal de Esporte e Cultura, realizar o convite aos respectivos substitutos, e o devido registro em ata.
A Comissão de Seleção será coordenada por Cremida Francisca da Silva
Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:
- Tenham interesse direto na matéria;
– Tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
- estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.
O membro da comissão que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo III.
Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à comissão de seleção;
Os recursos de que tratam o item 12.8 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será divulgado no diário oficial do município (AROM ou Equivalente), na página da prefeitura e nas redes sociais do município.

REMANEJAMENTO DOS RECURSOS
Caso todas a vagas disponibilizadas não forem preenchidas, os recursos poderão ser remanejados para os demais, conforme as seguintes regras:
Caso o número de classificados seja inferior ao mínimo previsto neste edital, os valores serão redistribuídos para as propostas aprovadas na mesma categoria.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão à critério da Comissão ser redistribuidos às propostas aprovadas, na fase resultado da análise de mérito, ficando a liberação condicionada à apresentação da planilha orçamentária atualizada pelo proponente até a assinatura do termo de execução cultural.

ETAPA DE HABILITAÇÃO

Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, **no prazo de 3 dias,** apresentar os seguintes documentos, conforme sua natureza jurídica:

PESSOA FÍSICA

- Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
- Certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria Municipal de Fazenda;

II - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

IV - Comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

14.2.1.1 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:

I - Pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense; II - Pertencentes a população nômade ou itinerante; ou

III - que se encontrem em situação de rua.

PESSOA JURÍDICA

- Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- Atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
- certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
- Certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- certidões negativas de débitos estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria Municipal de Fazenda;
- Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
- CRF/FGTS;
- certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.

Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e especifico destinado a comissão de seleção.

Os recursos de trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.

Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial.

O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pela Secretaria Municipal de Esporte e Cultura contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

Com a aprovação da habilitação o preponente terá até a assinatura do termo de execução cultural para criar uma conta especifica para o recebimento dos recursos;

Após a abertura o contemplado deverá apresentar os dados da conta bancária para a Secretaria Municipal de Esporte e Cultura;

Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único até 31 de dezembro de 2023.

A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.

O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural entre os dias 20 e 21 de dezembro sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do Município de Alta Floresta D'Oeste, de acordo com os materiais disponibilizados pela Secretaria Municipal de Esporte e Cultura.

O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto Federal 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas as exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, podendo ser pedido relatório de execução financeira nos casos em que a comissão de prestação de contas acharem necessários, conforme documento constante no Anexo V. O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 31 de outubro de 2024.

DOS PRAZOS

Publicação do Edital	27 de novembro
Prazo de inscrição	27/11 a 03/12/2023
Analise do Mérito	04 a 06 de dezembro
Divulgação Avaliação Mérito	07 de dezembro
Prazo de Recurso	08 a 10 de dezembro
Divulgação Aptos - Habilitação	11 dezembro
Prazo de Habilitação	12 a 14 de dezembro
Resultado Habilitação	15 de dezembro
Prazo de Recurso da Habilitação	16 a 18 de dezembro
Analise dos recursos	19 de dezembro
Divulgação do resultado final	19 de dezembro
Assinar o termo de execução	20 a 21 de dezembro

Repasse dos recursos	22 a 31 de dezembro
Prazo final para execução do projeto	31 de outubro de 2024
Prazo final para prestação de contas	30 de novembro de 2024

DISPOSIÇÕES FINAIS
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos as publicações no diário oficial do município e nas mídias sociais oficiais.
O preponente deve atentar-se para a incidência de impostos sobre seus rendimentos;
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site da AROM e na página oficial da prefeitura.
Demais informações podem ser obtidas pessoalmente na Secretaria Municipal de Esporte e Cultura - SEMEC
Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da comissão de elaboração de editais e prestação de contas, bem como passíveis de análise pela procuradoria municipal;
Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na análise do mérito e/ou desclassificação do proponente pela SEMEC.
O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando o município de Alta Floresta D'Oeste de qualquer responsabilidade civil ou penal.
O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.

A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 21 de dezembro de 2023 (assinatura do termo de execução).
Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I – Categorias de apoio;
Anexo II – Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho; Anexo III – Critérios de seleção;
Anexo IV – Termo de Execução Cultural;
Anexo V – Relatório de Execução do Objeto;
Anexo VI – Declarações étnico-racial, Deficiência e Minoria;
Anexo VII – Carta Coletiva de Anuência;
EDSON MANOEL DA ANUNCIAÇÃO
Secretário Municipal de Esporte e Cultura

ANEXO I
CATEGORIAS DE APOIO - AUDIOVISUAL

RECURSOS DO EDITAL
O presente edital possui valor total de R$ 148.675,51 (cento e quarenta e oito mil seiscentos e setenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) distribuídos da seguinte forma:
Até R$ 110.676,25 (cento e dez mil seiscentos e setenta e seis reais e vinte e cinco centavos) para apoio a pessoas físicas ou jurídicas com ou sem fins lucrativos para a produção de obras audiovisuais, de curta-metragem; videoclipes musicais, média-metragem.

Até R$ 25.298,02 (vinte e cinco mil duzentos e noventa e oito reais e dois centavos) para apoio a agentes culturais pessoas físicas que desejam apresentar propostas de Cinema de Rua

Até R$ 12.701,24 (doze mil setecentos e um reais e vinte e quatro centavos) para formação em audiovisual para profissionais, estudantes e interessados na área audiovisual;

DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS
Inciso I do art. 6º da LPG: apoio a produção de obras audiovisuais, de curta-metragem, videoclipe musical e média-metragem

Produção de curtas-metragens:
Para este edital, refere-se ao apoio concedido à produção de **curta- metragem** com duração de até **15 minutos**, de **[ficção, documentário, animação etc.]**.

Produção de videoclipes:
Para este edital, refere-se ao apoio concedido à produção de videoclipe de **artistas locais** com duração de **3 a 10 minutos**.
O fomento à produção de videoclipes envolve o suporte para a criação e produção de vídeos musicais, geralmente para fins de divulgação de artistas e suas músicas. Isso pode incluir recursos financeiros para a contratação de diretores, equipes de produção, locações, equipamentos, pós-produção e distribuição. O objetivo é impulsionar a produção de videoclipes criativos e de qualidade, estimulando a colaboração entre a música e o audiovisual.

Produção de média-metragem:
Para este edital, refere-se ao apoio concedido à produção de **média- metragem** produções com duração de **30 até 70 minutos**, de **[ficção, documentário, animação, etc.]**.

Inciso II do art. 6º da LPG: apoio à realização de ação de Cinema Itinerante ou Cinema de Rua

Apoio à realização de ação de Cinema de Rua:
Para este edital, **cinema de rua** é um serviço de exibição aberta ao público de obras audiovisuais para fruição coletiva em espaços abertos, em locais públicos, de modo gratuito, estando disponíveis duas categorias distintas para execução: uma abrangendo as áreas urbana e rural outra exclusivamente em comunidades tradicionais (aldeias, terra indígena, áreas com remanescentes de quilombo).
Inciso III do art. 6º da LPG: apoio à realização de ação de Formação Audiovisual ou de Apoio a Cineclubes
Apoio à realização de ação de Formação Audiovisual

Neste edital, a **Formação Audiovisual** refere-se ao apoio concedido para o desenvolvimento de **oficinas** voltadas para profissionais, estudantes e interessados na área audiovisual, inclusive aos aprovados/concorrentes do presente edital – público alvo. Esse tipo de fomento tem como objetivo promover o aprimoramento das habilidades técnicas, criativas e gerenciais dos profissionais, bem como estimular a formação de novos talentos.
A **Formação Audiovisual** deverá ser oferecida de forma gratuita aos participantes.
Deverá ser apresentado:
- Detalhamento da metodologia de mediação/formação; e
- Apresentação do currículo desejado dos profissionais mediadores/formadores.

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

	VAGAS				VALORES	
Categoria	**Ampla Concorrência**	**Cotas Pessoas Negras**	**Cotas Indígenas**	**Total de Vagas**	**Máximo por Projeto**	**Total da Categoria**
CURTA METRAGEM (Animação, Obra de Ficção e Documentário- Até 15 min) Inciso I LPG – Apoio a produção de obra audiovisual	**1**	**1**	**1**	**3**	**R$ 10.225,41**	**R$ 30.676,23**
VIDEOCLIPE MUSICAL (Videoclipes musicais de 3 até 10 min) Inciso I LPG – Apoio a produção de obra audiovisual	**5**	**2**	**1**	**8**	**R$ 5.000,00**	**R$ 40.000,00**
MÉDIA METRAGEM (Documentários, Obra de Ficção ou Animação – De 20 a 70 min) Inciso I LPG – Apoio a produção de obra audiovisual –	**1**	**-**	**-**	**1**	**R$ 40.000,00**	**R$ 40.000,00**
CINEMA DE RUA COMUNIDADE URBANA E RURAL Inciso II LPG – Apoio ao Cinema de Rua	**1**	**-**	**-**	**1**	**R$ 15.000,00**	**R$ 15.000,00**
CINEMA DE RUA COMUNIDADES TRADICIONAIS Inciso II LPG – Apoio ao Cinema de Rua –	**1**	**-**	**-**	**1**	**R$ 10.298,02**	**R$ 10.298,02**
FORMAÇÃO EM AUDIOVISUAL – Oficinas, Capacitações, Formações e Qualificações nas áreas de Gestão, Coleta, Produção Acessibilidade e Letramento Inciso III Ação de Formação Audiovisual	**1**	**1**	**1**	**3**	**R$ 4.233,74**	**R$ 12.701,24**

ANEXO II
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
DADOS DO PROPONENTE
Proponente é pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa Física
( ) Pessoa Jurídica

PARA PESSOA FÍSICA:
Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Você reside em quais dessas áreas?
( ) Zona urbana central
( ) Zona urbana periférica
( ) Zona rural
( ) Área de vulnerabilidade social
( ) Unidades habitacionais
( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)
( ) Comunidades quilombolas (terra titulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares)
( ) Áreas atingidas por barragem
( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

Pertence a alguma comunidade tradicional?

( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas

( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
( ) Garantia-Safra
( ) Seguro-Defeso
( ) Outro

Vai concorrer às cotas?
( ) Sim ( ) Não

Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Produtor(a)
( ) Gestor(a)

( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s
PARA PESSOA JURÍDICA:
Razão Social:
Nome fantasia: CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:
Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária
( ) Não informar
Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena
Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual

( ) Múltipla
( ) Visual
Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo

DADOS DO PROJETO Nome do Projeto:

Escolha a categoria a que vai concorrer:

Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Porque ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto
(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.)
Metas

(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)
Perfil do público a ser atingido pelo projeto
(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Qual o perfil do público do seu projeto? (Ex.: crianças, idosos, jovens, pessoas com deficiência, etc)

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de pessoas com deficiência)
Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;

( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra_____

Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado
Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.

Previsão do período de execução do projeto
Data de início:

Data final:

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do Profissional/Empresa	Função no Projeto	CPF/CNPJ	Pessoa Negra	Pessoa Indígena	Pessoa com Deficiência
Nome de Exemplo	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade Geral	Etapa	Descrição	Início	Fim
Comunicação	Pré-Produção	Divulgação do Clipe Musical	01/02/2024	30/02/2024

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto tanto para a comunidade quanto para transparencia da proposta. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Contrapartida
Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?

(Informe se o projeto prevê apoios financeiro tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.
Deve haver a indicação do parâmetro de preço utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc).

Descrição do Item	Justificativa	Unidade de Medida	Valor Unitário	Quantidade	Valor Total	Referência de Preço
Cinegrafista	Profissional Necessário para gravação	Serviço	R$ 2.000	1	R$ 2.000	Salicnet – Oficina/workshop/seminário Audiovisual – Brasília – Fotografia Artística –

						Serviço

DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS
Encaminhe junto a esse formulário os seguintes documentos:
RG ou Documento de Identidade
CPF do proponente

Currículo do proponente

Mini currículo dos integrantes do projeto

ANEXO III
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL
A comissão de seleção atribuirá notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto -**A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	10
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município de Alta Floresta D'Oeste.** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do município de **Alta Floresta D'Oeste**.	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto -**considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto -**A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto -**A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas -**A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente -**Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10
H	**Contrapartida -**Será avaliado o interesse público da execução da contrapartida proposta pelo agente cultural	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação Máxima**
I	Pessoas físicas pertencentes a minorias: pessoas negras, indígenas, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5
J	Proponentes com deficiência	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		10 PONTOS

-

PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação Máxima**
K	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas	5
L	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		10 PONTOS

A pontuação final de cada candidatura será por **média das notas atribuídas individualmente por cada membro**.
Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, **o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado** do Edital.
Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios, de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o proponente.

Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: G, B e C, respectivamente.

Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir: Será utilizado como critério de desempate o preponente de maior idade.
Serão considerados aptos os projetos **que receberem nota final igual ou superior a 50 pontos.**
Serão desclassificados os projetos que:
- Receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
- Apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº _____/2023 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº _____/2023, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

PARTES

O Município de Alta Floresta D'Oeste, neste ato representado Secretário Municipal de Esporte e Cultura, Senhor(a) Edson Manoel da Anunciação, e o (a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

PROCEDIMENTO

Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [VALOR DO TERMO] (valor por extenso).

Serão transferidos à conta corrente do(a) AGENTE CULTURAL, no banco [BANCO DO BRASIL / CAIXA ECONOMICA FEDERAL / SICOOB /CREDISIS /SICREDI OU BANCO DIGITAL REGULADO PELO SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL], Agência [INDICAR AGÊNCIA LOCAL], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

OBRIGAÇÕES

São obrigações do/da Secretaria Municipal de Esporte e Cultura:

transferir os recursos ao (a)AGENTE CULTURAL;

orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;

zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:

executar a ação cultural aprovada;

aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;

manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta aberta para o Termo de Execução Cultural;

facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

prestar informações à Secretaria Municipal de Esporte e Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 31 de outubro de 2024;

atender a qualquer solicitação regular feita pela Secretaria Municipal de Esporte e Cultura a contar do recebimento da notificação;

divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;

não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

executar a contrapartida conforme pactuado.

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.

A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:

- Apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e
- Análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.

O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:

- Comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
- Conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- Ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, inclusive links de materiais disponibilizados online, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:

- Encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
- Recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

- Determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
- Solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou

- aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
- Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
- Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, **30** (trinta dias), contado do recebimento da notificação.
O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
I - Aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - Reprovação da prestação de informações, parcial ou total.

Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - Devolução parcial ou integral dos recursos ao erário; II - Apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
- Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e
- Alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

TITULARIDADE DE BENS

Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição desde que comprovada a continuidade do projeto por no mínimo 3 anos, com comprovação por meio de relatório; ou
Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada será doado para uma instituição cultural sem fins lucrativos mediante comprovante de doação anexado ao estatuto da referida associação.
Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - Extinto por decurso de prazo;
- Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
violação da legislação aplicável;
cometimento de falhas reiteradas na execução;
má administração de recursos públicos;
constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de **10 (dez)** dias da abertura de vista do processo.
Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

SANÇÕES

11.1. Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.

A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.

A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

A execução será acompanhada pela Secretaria Municipal de Esporte e Cultura;
A qualquer momento poderá ser solicitado relatório de informações sobre a execução do projeto;
Os comtemplados deverão dar visibilidade na execução dos projetos, citando sempre a Secretaria Municipal de Esporte e Cultura e o Ministério da Cultura por meio da Lei Paulo Gustavo.

VIGÊNCIA

A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de até 31 de outubro de 2024, podendo ser prorrogado conforme orientações do ministério da cultura;

PUBLICAÇÃO

O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no diário oficial do município, na página oficial da prefeitura e nas redes sociais do departamento de cultura (Facebook e Instagram)

FORO

Fica eleito o Foro da Secretaria Municipal de Esporte e Cultura - SEMEC para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

ALTA FLORESTA D'OESTE, 22 DE DEZEMBRO DE 2023

Pelo órgão:

EDSON MANOEL DA ANUNCIAÇÃO
Secretário Municipal de Esporte e Cultura

Pelo Agente Cultural:
NOME DO AGENTE CULTURAL
CPF DO AGENTE CULTURAL

ANEXO V
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

RESULTADOS DO PROJETO

Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

Cumprimento das Metas
Metas integralmente cumpridas:

META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida] Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
Justificativa para o não cumprimento integral: [explique porque parte da meta não foi cumprida]
Metas não cumpridas (se houver)
Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
Justificativa para o não cumprimento: [explique porque a meta não foi cumprida]

PRODUTOS GERADOS

A execução do projeto gerou algum produto? Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não
Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.

( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele…
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

EQUIPE DO PROJETO
Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do Profissional/Empresa	Função no Projeto	CPF/CNPJ	Pessoa Negra ?	Pessoa Indígena?	Pessoa com Deficiência?
João da Silva	Cineasta	12345678910	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não

LOCAIS DE REALIZAÇÃO
De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( ) 1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):
Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( ) YouTube
( ) Instagram/IGTV
( ) Facebook
( ) TikTok
( ) Google Meet, Zoom etc.
( ) Outros: _____

Informe aqui os links dessas plataformas:

___
___

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( ) 1. Fixas, sempre no mesmo local.
( ) 2. Itinerantes, em diferentes locais.
( ) 3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

Em que município (localidades, distritos, povoados) o projeto aconteceu?

___
___

Em que área do município o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( ) Zona urbana central.
( ) Zona urbana periférica.
( ) Zona rural.
( ) Área de vulnerabilidade social.
( ) Unidades habitacionais.
( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( ) Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( ) Áreas atingidas por barragem.
( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( ) Equipamento cultural público municipal.
( ) Equipamento cultural público estadual.
( ) Espaço cultural independente.
( ) Escola.
( ) Praça.
( ) Rua.
( ) Parque.
( ) Outros _____

DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

CONTRAPARTIDA
Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.

TÓPICOS ADICIONAIS

Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.

Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO VI
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____,
CPF nº_____, RG nº_____, DECLARO para fins de participação no Edital _____ que sou_____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

AUTODECLARAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Eu,
portador do RG nº e
inscrito(a) no CPF sob o nº_, declaro que, conforme CID n°_, constante no laudo médico em anexo, possuo a(s) seguinte(s) deficiência(s):
Deficiência física Deficiência física (Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções – Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004).
Deficiência física Deficiência auditiva (Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz. - Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)

Deficiência física Deficiência visual (Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores – Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004).
Deficiência física Deficiência Intelectual (Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização dos recursos da comunidade; e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer; h) trabalho – Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004).
Deficiência física Deficiência múltipla (Associação de duas ou mais deficiências – Redação dada pelo Decreto nº 5.296/2004, art. 5º, §1º).

Deficiência física Transtorno do Espectro Autista (A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. É aquela com síndrome clínica caracterizada por: a) deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e das interações sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; b) padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos – cf. Lei nº 12.764/2012). O laudo médico com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, atesta a espécie e grau da deficiência.

Alta Floresta D'Oeste, de de 2023.

Assinatura do (a) declarante

DECLARAÇÃO DE PERTECIMENTO A MINORIAS

Eu,
, CPF nº_, RG nº_, DECLARO para fins de participação no Edital _____ que sou (informar qual minoria pertence).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VII
CARTA COLETIVA DE ANUÊNCIA

Nós, membros do grupo coletivo_____
_____
declaramos anuência à inscrição ora apresentada para participação no Edital_____Para tanto, indicamos o(a) Sr(a)_____, RG:_____, CPF:_____, como nosso(a) representante e responsável pela apresentação de projeto para fins de prova junto à Secretaria Municipal de Esporte e Cultura de Alta Floresta D'Oeste. O grupo/coletivo está ciente de que o(a) representante acima indicado(a) será o(a) responsável pelo projeto e pelo recebimento do recurso a ser pago pelo referido edital no caso do projeto ser contemplado. O coletivo/grupo é composto pelos membros abaixo listados:

Alta Floresta D'Oeste,_____de de 2023.

MEMBRO 1
NOME:
RG:
CPF :
ENDEREÇO:
TELEFONE PARA CONTATO: ( )
ASSINATURA:

MEMBRO 2
NOME:
RG:
CPF :
ENDEREÇO:
TELEFONE PARA CONTATO: ( )
ASSINATURA:

MEMBRO 3
NOME:
RG:
CPF :
ENDEREÇO:
TELEFONE PARA CONTATO: ( )
ASSINATURA:

MEMBRO 4
NOME:
RG:
CPF :
ENDEREÇO:

TELEFONE PARA CONTATO: ( )
ASSINATURA:

LISTAR OUTROS MEMBROS SE FOR O CASO

PUBLICADO NO PORTAL MUNICIPAL www.altafloresta.ro.gov.br aos 27 de novembro de 2023

Publicado por:
Anderson de Paula Guizolfe
Código Identificador:0383EE79

PODER EXECUTIVO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2023 - LPG DEMAIS ÁREAS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2023
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – DEMAIS ÁREAS
A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA, visando mitigar os efeitos da pandemia da Covid-19 ao setor cultural, torna público o presente edital de Chamamento Público para Iniciativas Artísticas e Culturais, com inscrições abertas de 27 de novembro a 3 de dezembro de 2023, em conformidade com o artigo 6º da Lei Complementar nº195/2022, nesse identificada como LEI PAULO GUSTAVO, regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.525/2023.
Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.
A Lei Paulo Gustavo viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.
É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.

As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do Município de Alta Floresta D'Oeste. Deste modo, a Secretaria Municipal de Esporte e Cultura torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022, no Decreto 11.525/2023 e no Decreto 11.453/2023.
Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

OBJETO
O objeto deste Edital é a seleção de projetos "DAS DEMAIS ÁREAS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS" para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de Alta Floresta D'Oeste.
VALORES
O valor total disponibilizado para este Edital é de R$ 60.226,43 (sessenta mil duzentos e vinte e seis reais e quarenta e três centavos) dividido entre as categorias de apoio descritas no Anexo I deste edital.
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:
33.90.36.00.00 e 33.90.39.00.00.
Este edital poderá ser suplementado, caso haja interesse público e disponibilidade orçamentária suficiente.

QUEM PODE SE INSCREVER
Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente no Município de Alta Floresta D'Oeste há pelo menos um ano e que tenha atuado na área cultural de no mínimo 01 (um) ano comprovada por meio de portfólio cultural.
Serão contemplados neste edital
Pessoas físicas maiores de 18 (dezoito) anos domiciliadas no Município de Alta Floresta D'Oeste;
Pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos domiciliadas no Município de Alta Floresta D'Oeste, que tenham seus objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades culturais;
Que apresentem a documentação exigida neste Edital.
O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto.
O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, direção, produção, coordenação, gestão artística ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.
O Anexo I deve ser consultado para fins de verificação das condições de participação de todos os proponentes.

QUEM NÃO PODE SE INSCREVER
Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:
– Tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;
– Sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - Sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.

Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1
A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem III do item 4.1.
COTAS
Ficam garantidas cotas étnicas-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções:
no mínimo 20% das vagas para pessoas negras (pretas e pardas); e

no mínimo 10% das vagas para pessoas indígenas.
Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a auto declaração étnico-racial de que trata o Anexo VII.
Para fins de verificação da auto declaração, serão realizados os seguintes procedimentos complementares:
I - Procedimento de heteroidentificação; II - Solicitação de carta consubstanciada;
III - outras estratégias com vistas a garantir que as cotas sejam destinadas a pessoas negras (pretas e pardas).
As pessoas jurídicas podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
– Pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
– Pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural;
– Pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas; e
– Outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.
As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima.

PRAZO PARA SE INSCREVER
Para se inscrever no Edital, o proponente deve encaminhar toda documentação obrigatória relatada no item 7, entre os dias 27 de novembro à 03 de dezembro de 2023 (até as 23h59).

COMO SE INSCREVER

O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.2 através do E-mail: paulogustavo@altafloresta.ro.gov.br.
O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:

Pessoa Física:
Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
Portfólio de comprovação de ações culturais;
Currículo do proponente;
Documentos pessoais do proponente CPF e RG;
Mini currículo dos integrantes do projeto;
Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

Pessoa Jurídica com ou sem fins lucrativos:
Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
Portfólio de comprovação de ações culturais;
Currículo do proponente;
Ato constitutivo, ou estatuto, ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, bem como ata de eleição e posse da atual diretoria;
Comprovante de situação cadastral ativa, junto à Receita Federal (CNPJ). Nota Importante: Atenção, pois este documento é diferente da Certidão Negativa de Tributos Federais;
CARTA COLETIVA DE ANUÊNCIA (ANEXO VII) indicando o proponente do projeto como representante do respectivo grupo ou coletivo, assinada pelos integrantes;
Comprovante de endereço atualizado pessoa Jurídica, carta coletiva de anuência será dispensada quando o nome empresarial ou fantasia, nome da associação, razão social representarem de forma clara a denominação do coletivo ou grupo representado.
Cópia da cédula de identidade civil do representante legal;
Cópia do CPF do representante legal (caso não conste no documento de identidade);
Mini currículo dos integrantes do projeto;
Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto, devendo estar os mesmo totalmente legíveis.
Cada Proponente poderá concorrer neste edital com, no máximo 1 (um) projeto por categoria indicada no anexo I e poderá ser contemplado com no máximo 1 (um) projeto por categoria indicada no anexo I.
Caso haja mais de uma inscrição do (a) mesmo (a) Proponente, será considerada somente a última inscrição efetuada.
Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 30 de setembro de 2024.
O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação.

As inscrições deste edital são gratuitas.
As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS
O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Formulário de Inscrição, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.

A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.
A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado, sendo aceitos como referência valores do SALICNET do Ministério da Cultura.
A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 12.8.
O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.

ACESSIBILIDADE
Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
- No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

- No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
- no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
- Adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
- Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
- medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais; IV - Contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - Oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiencia.
Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
- For inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual; ou
- Quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
Para projetos cujo objeto seja a produção audiovisual, consideram-se integralmente cumpridas as medidas de acessibilidade de que trata o subitem II do item 9.4 quando a produção contemplar legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.

O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

CONTRAPARTIDA
Os agentes culturais contemplados neste edital deverão realizar contrapartida social a ser pactuada com a Administração Pública, incluída obrigatoriamente a realização de exibições gratuitas dos conteúdos selecionados, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade.
- A realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e
- Sempre que possível, exibições com interação popular por meio da internet ou exibições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.
As **contrapartidas deverão ser informadas no Formulário de Inscrição** e devem ser executadas até 30 de setembro de 2024.

ETAPAS DO EDITAL
A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:
- Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e
- Habilitação: fase de análise dos documentos de habilitação do proponente, descritos no tópico 14.

ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS
Entende-se por **"Analise de mérito cultural"** a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.

Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.
A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por: 01 (um) membro indicado pela Câmara de Vereadores, 01 (um) membro indicado pelo Ministério Público, 01 (um) membro da Secretaria Municipal de Esporte e Cultura 01 (um) membro da Secretaria Municipal de Educação, preferencialmente da área de artes e 01 (um) membro da Coordenadoria Regional de Educação – CRE-AFO, da Secretaria de Estado da Educação.
I - No caso do não comparecimento ou Indicação por uma das entidades Cabe a Secretaria Municipal de Esporte e Cultura, realizar o convite aos respectivos substitutos, e o devido registro em ata.

A Comissão de Seleção será coordenada por Cremida Francisca da Silva
Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:
- Tenham interesse direto na matéria;
– Tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
- estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.
O membro da comissão que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo III.
Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à comissão de seleção;
Os recursos de que tratam o item 12.8 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será divulgado no diário oficial do município (AROM ou Equivalente), na página da prefeitura e nas redes sociais do município.

REMANEJAMENTO DOS RECURSOS
Caso todas a vagas disponibilizadas não forem preenchidas, os recursos poderão ser remanejados para os demais, conforme as seguintes regras:
Caso o número de classificados seja inferior ao mínimo previsto neste edital, os valores serão redistribuídos para as propostas aprovadas na mesma categoria.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão à critério da Comissão ser redistribuidos às propostas aprovadas, na fase resultado da análise de mérito, ficando a liberação condicionada à apresentação da planilha orçamentária atualizada pelo proponente até a assinatura do termo de execução cultural.
I - Caso não haja manifestação do proponente os valores não serão creditados à proposta.

ETAPA DE HABILITAÇÃO
Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, **no prazo de 3 dias,** apresentar os seguintes documentos, conforme sua natureza jurídica:
PESSOA FÍSICA
- Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
- Certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria Municipal de Fazenda;
II - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
IV - Comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.
14.2.1.1 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - Pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense; II - Pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
III - que se encontrem em situação de rua.
PESSOA JURÍDICA

- Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- Atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
- certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
- Certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- certidões negativas de débitos estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria Municipal de Fazenda;
- Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
- CRF/FGTS;
- certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e especifico destinado a comissão de seleção.
Os recursos de trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial.
O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pela Secretaria Municipal de Esporte e Cultura contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
Com a aprovação da habilitação o preponente terá até a assinatura do termo de execução cultural para criar uma conta especifica para o recebimento dos recursos;

Após a abertura o contemplado deverá apresentar os dados da conta bancária para a Secretaria Municipal de Esporte e Cultura;
Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único até 31 de dezembro de 2023.
A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural entre os dias 20 e 21 de dezembro sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS
Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do Município de Alta Floresta D'Oeste, de acordo com os materiais disponibilizados pela Secretaria Municipal de Esporte e Cultura.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS
Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto Federal 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas as exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.
O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, podendo ser pedido relatório de execução financeira nos casos em que a comissão de prestação de contas acharem necessários, conforme documento constante no Anexo V. O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 31 de outubro de 2024.
DOS PRAZOS

Publicação do Edital	27 de novembro
Prazo de inscrição	27/11 a 03/12/2023
Analise do Mérito	04 a 06 de dezembro
Divulgação Avaliação Mérito	07 de dezembro
Prazo de Recurso	08 a 10 de dezembro
Divulgação Aptos - Habilitação	11 dezembro
Prazo de Habilitação	12 a 14 de dezembro
Resultado Habilitação	15 de dezembro
Prazo de Recurso da Habilitação	16 a 18 de dezembro
Analise dos recursos	19 de dezembro
Divulgação do resultado final	19 de dezembro
Assinar o termo de execução	20 a 21 de dezembro
Repasse dos recursos	22 a 31 de dezembro
Prazo final para execução do projeto	31 de outubro de 2024
Prazo final para prestação de contas	30 de novembro de 2024

DISPOSIÇÕES FINAIS
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos as publicações no diário oficial do município e nas mídias sociais oficiais.
O preponente deve atentar-se para a incidência de impostos sobre seus rendimentos;
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site da AROM e na página oficial da prefeitura.
Demais informações podem ser obtidas pessoalmente na Secretaria Municipal de Esporte e Cultura - SEMEC
Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da comissão de elaboração de editais e prestação de contas, bem como passíveis de análise pela procuradoria municipal;
Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na análise do mérito e/ou desclassificação do proponente pela SEMEC.
O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando o município de Alta Floresta D'Oeste de qualquer responsabilidade civil ou penal.
O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.

A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 21 de dezembro de 2023 (assinatura do termo de execução).
Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I – Categorias de apoio;
Anexo II – Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho; Anexo III – Critérios de seleção;
Anexo IV – Termo de Execução Cultural;
Anexo V – Relatório de Execução do Objeto;
Anexo VI – Declarações étnico-racial, Deficiência e Minoria;
Anexo VII – Carta Coletiva de Anuência;
EDSON MANOEL DA ANUNCIAÇÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA

ANEXO I
CATEGORIAS DE APOIO
"DAS DEMAIS ÁREAS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

RECURSOS DO EDITAL

O presente edital possui valor total de **R$ 60.226,43** (sessenta mil duzentos e vinte e seis reais e quarenta e três centavos distribuídos da seguinte forma:
Até **R$ 30.000** (trinta mil reais) para apoio a pessoas físicas ou jurídicas com ou sem fins lucrativos para a produção, organização, execução de Festival de Música ou Dança a nível municipal;

Até **R$ 20.000** (vinte mil reais) para apoio a agentes culturais pessoas físicas ou jurídicas com ou sem fins lucrativos para a realização de Oficinas e Cursos nas áreas da
Dança, Teatro, Música, Fanfarras, Artesanato, Artes Plásticas e Literatura;

Até **R$ 10.226,43** (dez mil duzentos e vinte e seis reais e quarenta e tres centavos) para apoio a publicações literárias de autores e proponetes do município.;

DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS
Pode se escrever neste edital todas as categorias e segmentos culturais do município, abaixo estão alguns exemplos:

2.1 Festival de Música e Dança
Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área de música e dança de maneira ampla, incluindo os diversos gêneros musicais e estilos locais e regionais.
Os projetos podem ter como objeto:
I – Realização de Festival Piloto que atenda ao fortalecimento da cultura e dos artistas locais, valorizando a identidade plural e inclusiva em praça pública e com extensa divulgação do potencial cultural municipal.
II - Realização de Festival já tradicional com histórico de relevância para o município, com abertura ao público e extensa divulgação do potencial cultural municipal.
2.2 **Oficinas, Cursos e Capacitações**

2.2.1 - Dança
Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área de dança, em qualquer modalidade, a exemplo de: dança contemporânea; danças urbanas; danças populares e tradicionais; dança moderna; dança clássica, entre outras, exceto zumba.
Os projetos devem ter como objeto:
I – No mínimo 8 aulas para as Ações de qualificação, formação, tais como realização de oficinas, cursos, ações educativas; ou
II - No Mínimo 2 (duas) apresentações preparadas e executadas para a população municipal, preferencialmente para públicos mais carentes (escolas, creches, praça pública, comunidades indígenas, comunidades quilombolas, população menos favorecida)

2.2.2 - Música
Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área de música, envolvendo a criação, difusão e acesso de uma maneira ampla, incluindo os diversos gêneros musicais e estilos.
Os projetos podem ter como objeto:
I – No mínimo 08 aulas para as Formação musical: ações de qualificação, formação, tais como realização de oficinas, cursos, ações educativas; ou
II - No Mínimo 2 (duas) apresentações preparadas e executadas para a população municipal, preferencialmente para públicos mais carentes (escolas, creches, praça pública, comunidades indígenas, comunidades quilombolas, população menos favorecida)

2.2.3 - Teatro
Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área de artes cênicas (teatro), incluindo teatro infanto juvenil, teatro musical, entre outros.
Os projetos podem ter como objeto:
I - No mínimo 04 aulas para as Ações de capacitação, formação e qualificação tais como oficinas, cursos, ações educativas; ou
II - No Mínimo 2 (duas) apresentações preparadas e executadas para a população municipal, preferencialmente para públicos mais carentes (escolas, creches, praça pública, comunidades indígenas, comunidades quilombolas, população menos favorecida)

2.2.4 - Artesanato
Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área de artesanato, que compreende a produção artesanal de objetos, obras e bens.
Os projetos podem ter como objeto:
I – No mínimo 06 aulas para as ações de qualificação, formação, tais como realização de oficinas, cursos, ações educativas; ou
II - No Mínimo 2 (duas) apresentações preparadas e executadas para a população municipal, preferencialmente para públicos mais carentes (escolas, creches, praça pública, comunidades indígenas, comunidades quilombolas, população menos favorecida)

2.2.5 - Artes Plásticas e Visuais
Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área de artes plásticas e visuais nas linguagens do desenho, pintura, escultura, gravura, objeto, instalação, intervenção urbana, performance, arte computacional ou outras linguagens do campo da arte contemporânea atual.
Os projetos podem ter como objeto:
I – No mínimo 6 aulas para as ações de qualificação, formação, tais como realização de oficinas, cursos, ações educativas; ou
II - No Mínimo 2 (duas) apresentações preparadas e executadas para a população municipal, preferencialmente para públicos mais carentes (escolas, creches, praça pública, comunidades indígenas, comunidades quilombolas, população menos favorecida)

2.2.6 - Literatura
Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área da leitura, escrita e oralidade.
Os projetos podem ter como objeto:
– Publicação de textos inéditos, em diversos gêneros e/ou formatos;
– Republicação de textos já produzidos por autores locais;

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

	VAGAS				VALORES	
Categoria	**Ampla Concorrência**	**Cotas Pessoas Negras**	**Cotas Indígenas**	**Total de Vagas**	**Máximo por Projeto**	**Total da Categoria**
Festival Municipal de Musica/Dança Artigo 8º	**1**	**-**	**-**	**1**	**R$ 30.000**	**R$ 30.000**
Oficinas e Cursos (Dança/ Teatro/ Música / Fanfarras / Artesanato / Artes Plásticas / Literatura) Artigo 8º	**3**	**1**	**1**	**5**	**R$ 4.000,00**	**R$ 20.000,00**
Publicação Literária Artigo 8º	**1**	**1**	**1**	**3**	**R$ 3.408,81**	**R$ 10.226,43**

ANEXO II
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
DADOS DO PROPONENTE
Proponente é pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa Física
( ) Pessoa Jurídica

PARA PESSOA FÍSICA:
Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Você reside em quais dessas áreas?
( ) Zona urbana central
( ) Zona urbana periférica
( ) Zona rural
( ) Área de vulnerabilidade social
( ) Unidades habitacionais
( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)
( ) Comunidades quilombolas (terra titulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares)
( ) Áreas atingidas por barragem
( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

Pertence a alguma comunidade tradicional?

( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional
Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva

( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
( ) Garantia-Safra
( ) Seguro-Defeso
( ) Outro

Vai concorrer às cotas?
( ) Sim ( ) Não

Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Produtor(a)
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s

PARA PESSOA JURÍDICA:
Razão Social:
Nome fantasia: CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:

Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária
( ) Não informar

Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena

Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim

( ) Não
Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual

( ) Múltipla
( ) Visual
Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo

DADOS DO PROJETO Nome do Projeto:

Escolha a categoria a que vai concorrer:

Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Porque ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto
(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.)
Metas

(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)
Perfil do público a ser atingido pelo projeto
(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Qual o perfil do público do seu projeto? (Ex.: crianças, idosos, jovens, pessoas com deficiência, etc)

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de pessoas com deficiência)
Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra_____

Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado

Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.

Previsão do período de execução do projeto
Data de início:

Data final:

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do Profissional/Empresa	Função no Projeto	CPF/CNPJ	Pessoa Negra	Pessoa Indígena	Pessoa com Deficiência
Nome de Exemplo	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade Geral	Etapa	Descrição	Início	Fim
Comunicação	Pré-Produção	Divulgação do Clipe Musical	01/02/2024	30/02/2024

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto tanto para a comunidade quanto para transparencia da proposta. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Contrapartida
Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?

(Informe se o projeto prevê apoios financeiro tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.
Deve haver a indicação do parâmetro de preço utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc).

Descrição do Item	Justificativa	Unidade de Medida	Valor Unitário	Quantidade	Valor Total	Referência de Preço
Cinegrafista	Profissional Necessário para gravação	Serviço	R$ 2.000	1	R$ 2.000	Salicnet – Oficina/workshop/seminário Audiovisual – Brasília – Fotografia Artística – Serviço

DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS
Encaminhe junto a esse formulário os seguintes documentos:
RG ou Documento de Identidade
CPF do proponente

Currículo do proponente

Mini currículo dos integrantes do projeto
ANEXO III
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL
A comissão de seleção atribuirá notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto** -A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	10
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município de Alta Floresta D'Oeste.** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do município de **Alta Floresta D'Oeste**.	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** -considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto** -A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** -A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas** -A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente** -Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10

H	**Contrapartida** -Será avaliado o interesse público da execução da contrapartida proposta pelo agente cultural	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação Máxima**
I	Pessoas físicas pertencentes a minorias: pessoas negras, indígenas, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5
J	Proponentes com deficiência	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		10 PONTOS

-

PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação Máxima**
K	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas	5
L	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		10 PONTOS

A pontuação final de cada candidatura será por **média das notas atribuídas individualmente por cada membro**.
Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, **o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado** do Edital.
Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios, de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o proponente.

Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: G, B e C, respectivamente.

Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir: Será utilizado como critério de desempate o preponente de maior idade.
Serão considerados aptos os projetos **que receberem nota final igual ou superior a 50 pontos.**
Serão desclassificados os projetos que:
- Receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
- Apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº _____/2023 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº _____/2023, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

PARTES
O Município de Alta Floresta D'Oeste, neste ato representado Secretário Municipal de Esporte e Cultura, Senhor(a) Edson Manoel da Anunciação, e o (a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:
PROCEDIMENTO
Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].
RECURSOS FINANCEIROS
Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [VALOR DO TERMO] (valor por extenso).
Serão transferidos à conta corrente do(a) AGENTE CULTURAL, no banco [BANCO DO BRASIL / CAIXA ECONOMICA FEDERAL / SICOOB /CREDISIS /SICREDI OU BANCO DIGITAL REGULADO PELO SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL], Agência [INDICAR AGÊNCIA LOCAL], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.
APLICAÇÃO DOS RECURSOS
Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

OBRIGAÇÕES

São obrigações do/da Secretaria Municipal de Esporte e Cultura:
transferir os recursos ao (a)AGENTE CULTURAL;
orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
executar a ação cultural aprovada;

aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;
manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta aberta para o Termo de Execução Cultural;
facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
prestar informações à Secretaria Municipal de Esporte e Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 31 de outubro de 2024;
atender a qualquer solicitação regular feita pela Secretaria Municipal de Esporte e Cultura a contar do recebimento da notificação;
divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;
não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
executar a contrapartida conforme pactuado.

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES
O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
- Apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e
- Análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
- Comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
- Conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- Ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, inclusive links de materiais disponibilizados online, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
- Encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
- Recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
- Determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
- Solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
- aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
- Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
- Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, **30** (trinta dias), contado do recebimento da notificação.
O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
I - Aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - Reprovação da prestação de informações, parcial ou total.

Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - Devolução parcial ou integral dos recursos ao erário; II - Apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.
ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
- Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e
- Alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.

A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

TITULARIDADE DE BENS

Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição desde que comprovada a continuidade do projeto por no mínimo 3 anos, com comprovação por meio de relatório; ou
Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada será doado para uma instituição cultural sem fins lucrativos mediante comprovante de doação anexado ao estatuto da referida associação.
Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - Extinto por decurso de prazo;
- Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
violação da legislação aplicável;
cometimento de falhas reiteradas na execução;
má administração de recursos públicos;
constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de **10 (dez)** dias da abertura de vista do processo.
Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

SANÇÕES

11.1. Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.

A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

A execução será acompanhada pela Secretaria Municipal de Esporte e Cultura;
A qualquer momento poderá ser solicitado relatório de informações sobre a execução do projeto;
Os comtemplados deverão dar visibilidade na execução dos projetos, citando sempre a Secretaria Municipal de Esporte e Cultura e o Ministério da Cultura por meio da Lei Paulo Gustavo.

VIGÊNCIA

A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de até 31 de outubro de 2024, podendo ser prorrogado conforme orientações do ministério da cultura;

PUBLICAÇÃO

O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no diário oficial do município, na página oficial da prefeitura e nas redes sociais do departamento de cultura (Facebook e Instagram)

FORO

Fica eleito o Foro da Secretaria Municipal de Esporte e Cultura - SEMEC para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

ALTA FLORESTA D'OESTE, 22 DE DEZEMBRO DE 2023

Pelo órgão:

EDSON MANOEL DA ANUNCIAÇÃO
Secretário Municipal de Esporte e Cultura

Pelo Agente Cultural:
NOME DO AGENTE CULTURAL
CPF DO AGENTE CULTURAL

ANEXO V
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

RESULTADOS DO PROJETO
Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

Cumprimento das Metas
Metas integralmente cumpridas:

META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida] Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
Justificativa para o não cumprimento integral: [explique porque parte da meta não foi cumprida]
Metas não cumpridas (se houver)
Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
Justificativa para o não cumprimento: [explique porque a meta não foi cumprida]

PRODUTOS GERADOS
A execução do projeto gerou algum produto? Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não
Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele…
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

EQUIPE DO PROJETO
Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do Profissional/Empresa	Função no Projeto	CPF/CNPJ	Pessoa Negra ?	Pessoa Indígena?	Pessoa com Deficiência?
João da Silva	Cineasta	12345678910	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não

LOCAIS DE REALIZAÇÃO
De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( ) 1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):
Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( ) YouTube
( ) Instagram/IGTV
( ) Facebook
( ) TikTok
( ) Google Meet, Zoom etc.
( ) Outros: _____

Informe aqui os links dessas plataformas:

___
___

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( ) 1. Fixas, sempre no mesmo local.
( ) 2. Itinerantes, em diferentes locais.
( ) 3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

Em que município (localidades, distritos, povoados) o projeto aconteceu?

___
___

Em que área do município o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( ) Zona urbana central.
( ) Zona urbana periférica.
( ) Zona rural.
( ) Área de vulnerabilidade social.
( ) Unidades habitacionais.
( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( ) Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( ) Áreas atingidas por barragem.
( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( ) Equipamento cultural público municipal.
( ) Equipamento cultural público estadual.
( ) Espaço cultural independente.
( ) Escola.
( ) Praça.
( ) Rua.
( ) Parque.
( ) Outros _____

DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

CONTRAPARTIDA
Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.

TÓPICOS ADICIONAIS

Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.

Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO VI
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____,
CPF nº_____, RG nº_____, DECLARO para fins de participação no Edital _____ que sou_____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

AUTODECLARAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Eu,
portador do RG nº e
inscrito(a) no CPF sob o nº_, declaro que, conforme CID n°_, constante no laudo médico em anexo, possuo a(s) seguinte(s) deficiência(s):

◯ Deficiência física Deficiência física (Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções – Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004).

□ Deficiência física Deficiência auditiva (Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz. - Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)

□ Deficiência física Deficiência visual (Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores – Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004).

◯ Deficiência física Deficiência Intelectual (Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização dos recursos da comunidade; e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer; h) trabalho – Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004).

◯ Deficiência física Deficiência múltipla (Associação de duas ou mais deficiências – Redação dada pelo Decreto nº 5.296/2004, art. 5º, §1º).

□ Deficiência física Transtorno do Espectro Autista (A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. É aquela com síndrome clínica caracterizada por: a) deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e das interações sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; b) padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos – cf. Lei nº 12.764/2012). O laudo médico com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, atesta a espécie e grau da deficiência.

Alta Floresta D'Oeste, de de 2023.

Assinatura do (a) declarante

DECLARAÇÃO DE PERTECIMENTO A MINORIAS

Eu,
, CPF nº_, RG nº_, DECLARO para fins de participação no Edital _____ que sou (informar qual minoria pertence).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VII
CARTA COLETIVA DE ANUÊNCIA

Nós, membros do grupo coletivo_____
_____

declaramos anuência à inscrição ora apresentada para participação no Edital_____Para tanto, indicamos o(a) Sr(a)_____, RG:_____, CPF:_____, como nosso(a) representante e responsável pela apresentação de projeto para fins de prova junto à Secretaria Municipal de Esporte e Cultura de Alta Floresta D'Oeste. O grupo/coletivo está ciente de que o(a) representante acima indicado(a) será o(a) responsável pelo projeto e pelo recebimento do recurso a ser pago pelo referido edital no caso do projeto ser contemplado. O coletivo/grupo é composto pelos membros abaixo listados:

Alta Floresta D'Oeste,_____de de 2023.

MEMBRO 1
NOME:
RG:
CPF :
ENDEREÇO:
TELEFONE PARA CONTATO: ( )
ASSINATURA:

MEMBRO 2
NOME:
RG:
CPF :
ENDEREÇO:
TELEFONE PARA CONTATO: ( )
ASSINATURA:

MEMBRO 3
NOME:
RG:
CPF :
ENDEREÇO:
TELEFONE PARA CONTATO: ( )
ASSINATURA:

MEMBRO 4
NOME:
RG:
CPF :
ENDEREÇO:
TELEFONE PARA CONTATO: ( )
ASSINATURA:

LISTAR OUTROS MEMBROS SE FOR O CASO

EDITAL PUBLICADO EM www.altafloresta.ro.gov.br aos 27 de novembro de 2023

Publicado por:
Anderson de Paula Guizolfe
Código Identificador:695B593D

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 349/2023

DECRETO Nº 349/2023

ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DENAIR PEDRO DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS EM EXERCÍCIO, ESTADO DE RONDÔNIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES.

D E C R E T A

ART. 1º. FICA ABERTO NO ORÇAMENTO VIGENTE, O CRÉDITO ADICIONAL ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R$ 29.992,10 (VINTE E NOVE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E DEZ CENTAVOS), O CRÉDITO ABERTO NA FORMA DO ARTIGO SERÁ COBERTO COM RECURSOS DE PERMUTA, CONFORME SEGUE:

ESPECIFICAÇÃO			**FH**	**D.R.**	**TOTAL R$**
ENTIDADE	**02.00.00**	**PODER EXECUTIVO**			
UNIDADE	**02.10.00**	**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**			
FUNC. PROG.	10.3010018.1085	INCREMENTO PAB CUSTEIO - EXERC. ANT.			
CRÉDITO	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	340	0.2.600.0000	805,22
RECURSO	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	341	0.2.600.0000	805,22

		TOTAL DA AÇÃO		R$	805,22
FUNC. PROG.	10.3010018.2081	GESTÃO DE APOIO APS DESEMPENHO - FEDERAL			
CRÉDITO	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	274	0.1.600.0000	54,30
RECURSO	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	273	0.1.600.0000	35,30
RECURSO	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	275	0.1.600.0000	19,00
		TOTAL DA AÇÃO		R$	54,30
FUNC. PROG.	10.3010018.2082	GESTÃO DE APOIO APS PONDERADA - FEDERAL			
CRÉDITO	3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	279	0.1.600.0000	50,74
RECURSO	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	277	0.1.600.0000	50,74
		TOTAL DA AÇÃO		R$	50,74
FUNC. PROG.	10.3010018.2083	GESTÃO DE APOIO APS ESTRATÉGICA - FEDERAL			
CRÉDITO	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	282	0.1.600.0000	210,47
RECURSO	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	281	0.1.600.0000	32,93
RECURSO	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	283	0.1.600.0000	177,54
		TOTAL DA AÇÃO		R$	210,47
FUNC. PROG.	10.3010018.2098	CO-FINANCIAMENTO RES. 491/2021/SESAU-CIB			
CRÉDITO	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	358	0.2.621.0000	112,80
RECURSO	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	359	0.2.621.0000	112,80
		TOTAL DA AÇÃO		R$	112,80
FUNC. PROG.	10.3010018.2104	CO-FINANCIAMENTO RES. 641/2022/SESAU-CIB			
CRÉDITO	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	360	0.1.621.0000	80,71
RECURSO	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	361	0.1.621.0000	80,71
		TOTAL DA AÇÃO		R$	80,71
FUNC. PROG.	10.3010018.2107	CO-FINANCIAMENTO RES. 69/23/SESAU-CIB/2023			
CRÉDITO	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	416	0.1.621.0000	7.000,00
RECURSO	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	417	0.1.621.0000	7.000,00
		TOTAL DA AÇÃO		R$	7.000,00
FUNC. PROG.	10.3010018.2098	GESTÃO DO HPP ANA NERI - ESTADUAL			
CRÉDITO	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	297	0.1.632.0000	11.374,97
RECURSO	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	296	0.1.632.0000	10.000,00
RECURSO	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	298	0.1.632.0000	1.374,97
		TOTAL DA AÇÃO		R$	11.374,97
FUNC. PROG.	10.3050020.2092	GESTÃO DE APOIO - VIG. EM SAÚDE			
CRÉDITO	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	305	0.1.600.0000	7.302,89
RECURSO	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	304	0.1.600.0000	3.302,89
RECURSO	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	307	0.1.600.0000	4.000,00
TOTAL DA AÇÃO				R$	7.302,89
TOTAL DO CRÉDITO.				**R$**	**26.992,10**

ART. 2º. OS CRÉDITOS ABERTOS NESTE DECRETO OBEDECERÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 43 DA 4.320/64 E AUTORIZADA PELA LEI Nº 1625/GP, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2022.

ART. 3º. ESTE DECRETO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART. 4º. REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:77359697

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO
RESOLUÇÃO NORMATIVA AMR Nº 02/2023

RESOLUÇÃO NORMATIVA AMR Nº 02/2023

Homologa o reajuste das tarifas dos serviços de água e esgotamento sanitário prestados pela Concessionária Águas de Ariquemes Saneamentos SPE LTDA e fixa outras providências

A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES - RO,nas atribuições que lhe conferem o art. 6º, Vda Lei municipaln° 1.784 de08 de julho de 2013, atendendo aDecisão Colegiada 01/AMR/2023 (ID 1983733), constante no Processo Eletrônico nº 9-23494/2023;

CONSIDERANDOos termos da Lei Federal nº 11.445/2007 a qual estabelece as diretrizes para Saneamento Básico;
CONSIDERANDOa Lei Municipal nº 1.658/2011 a qual institui a Política Municipal de Saneamento Básico;
CONSIDERANDOa Lei Municipal n° 1.784/2013, que institui a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Ariquemes - AMR e dá outras providências;
CONSIDERANDOque o poder regulatório da Agência Reguladora será exercido com a finalidade última de atender o interesse público, mediante normatização, planejamento, acompanhamento e controle dos serviços públicos submetidos a sua competência conforme artigo, 2°, §1° da Lei 1784/2013;
CONSIDERANDOos termos do Contrato n° 194/2016 (Concessão de Água e Esgoto), mais especificamente a cláusula 16°;
CONSIDERANDOque foram obedecidos os trâmites necessário com a formalização do pedido(ID 1876800)(ID 1876801), Parecer Jurídico 1124/PGM(ID 1926474), análise pelo Comitê Técnico AMR(ID 1939068)(ID 1981112)e Diretoria Executiva ;

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar o resultado de**2,59%**(dois vírgula cinquenta e nove por cento), referente ao Reajuste Tarifário Anual dos serviços de Água e Esgoto, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução;
Art. 2º.O índice utilizado para o reajuste é o IGPM nos termos da cláusula 16º do Contrato 194/2016, conforme cálculos apresentado no Processo Eletrônico 9-23494/2023.
Art. 3º.A concessionária deverá dar ampla divulgação aos usuários do valor tarifário revisado, mediante publicação em jornal de grande circulação no âmbito da área territorial da concessão, e deve observar uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias para efetiva aplicação da tarifa atualizada nas faturas dos usuários.
Art. 4º. Tabela de Estrutura Tarifária com valores corrigidos, esta disponível no Anexo I(ID 1990980) desta Resolução.
Art. 5º. Os trâmites de apuração deste Reajuste Tarifário encontram-se no Processo Administrativo 9-23494/2023, bem como esta Resolução estará disponível no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia - AROM.
Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Ariquemes - RO, 28 de novembro de 2023

MARCO AURÉLIO SOARES FERNANDES
Diretor-Presidente AMR
Decreto 19.279/PMA/2022

ANEXO I

ESTRUTURATARIFÁRIADEÁGUAEESGOTO				
CATEGORIAS	CLASSESDECONSUMO		TARIFAS	
	CÓDIGO	FAIXA (m³/mês.econ.)	ÁGUA (R$/m³)	ESGOTOS (R$/m³)
SOCIAL	InstituídaemDez/2017	até10	2,7748	1,1875
	InstituídaemDez/2017	de 10 a 15	2,7748	1,1875
	InstituídaemDez/2017	de 15 a 20	2,7748	1,1875
	InstituídaemDez/2017	de 20 a 25	7,7306	3,3079
	InstituídaemDez/2017	de 25 a 30	8,8575	3,8047
	InstituídaemDez/2017	de 30 a 50	10,6265	4,5681
	InstituídaemDez/2017	acima 50	12,7349	5,4890
RESIDENCIAL	R.1	0 a 10	5,3193	2,2901
	R.2	11 a 15	5,8646	2,5324
	R.3	16 a 20	6,4583	2,7748
	R.4	21 a 25	7,7306	3,3079
	R.5	26 a 30	8,8575	3,8047
	R.6	31 a 50	10,6265	4,5681
	R.7	Acima de 50	12,7349	5,4890
COMERCIAL1	C.1	0 a 10	6,4583	2,7748
	C.2	11 a 20	10,3721	4,4833
	C.3	21 a 50	14,3585	6,1796
	C.4	Acima de 50	16,3215	7,0157
COMERCIAL2	C.1	0 a 10	8,6515	3,7199
	C.2	11 a 20	10,3721	4,4833
	C.3	21 a 50	14,3585	6,1796
	C.4	Acima de 50	16,3215	7,0157
PÚBLICA	P.1	0 a 10	5,3193	2,2901
	P.2	11 a 50	6,4583	2,7748
	P.3	Acima de 50	12,7349	5,4890
INDUSTRIAL	I.1	0 a 10	12,8924	5,5495
	I.2	11 a 50	13,4498	5,7798
	I.3	Acima de 50	13,5952	5,8403

Publicado por:
Marco Aurelio Soares Fernandes
Código Identificador:BC8DC6F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 20402/2023 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

LEI Nº 2.702, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022

ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTECRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO VALOR DE R$ 2.342.000,00 (DOIS MILHÕES E TREZENTOS E QUARENTA E DOIS MIL REAIS) EM FAVOR DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica;

CONSIDERANDOa necessidade de abertura de Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com aLei 2702 de 29/12/2022 (ID 1327617) publicada no dia 30/12/2022, edição 3380a no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, artigo 6º, inciso II e Lei Federal 4.320/64 art. 41, inciso I e art. 43 §1°, inciso II;

CONSIDERANDOser da essência da administração, quando necessário, proceder às regulamentações de créditos de natureza Suplementar, levando em consideração o cumprimento da Legislação que respalda a espécie;

CONSIDERANDOo teor do Processo Administrativo nº 1-20703/2023-Memorando 1046 de 27/11/2023 (ID 1983710)os quais justificam o pleito.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente,Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor de**R$ 2.342.000,00 (dois milhões e trezentos e quarenta e dois mil reais)**no exercício financeiro de 2023, em favor da Secretaria Municipal de Educação-SEMED, conforme abaixo distribuído:

Órgão: 02-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Unidade: 07-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED				
Projeto/Atividade: 3001-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMED				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR**
SUPLEMENTAR	148	02.07.12.361.0006.3001	3.1.90.11.00-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	2.300.000,00
SUPLEMENTAR	150	02.07.12.361.0006.3001	3.1.90.16.00-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	20.000,00
SUPLEMENTAR	153	02.07.12.361.0006.3001	3.1.91.13.00-CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
SUPLEMENTAR	162	02.07.12.361.0006.3001	3.3.90.93.00-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12.000,00
Fonte: 1.500.1001 - Recursos do Exercício Corrente - Recursos não vinculado de impostos - Impostos da Manutenção e Desenvolvimento de Ensino.				
TOTAL GERAL SUPLEMENTAÇÃO				**2.342.000,00**

Parágrafo Único-O Crédito aberto na forma do artigo primeiro será coberto com recursos resultante do Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios, considerando a tendência do exercício, em conformidade com o Artigo 43, §3º da Lei Federal nº 4320/64 eMemória de Cálculo Excesso de Arrecadação de 28/11/2023 (ID 1989529)eMemória de Cálculo Excesso de Arrecadação de 28/11/2023 (ID 1989533)e conforme a fonte de recurso detalhada abaixo:

Excesso de Arrecadação	**2.342.000,00**
Fonte de Recurso	
1.500-Recursos do Exercício Corrente-Recursos não Vinculados de Impostos	2.342.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º Publique se.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 45ª de emancipação político-administrativo.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 28/11/2023 às 14:31, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1989623**e o código verificador**0AA7955D**.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:74A25257

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 20403/2023 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

LEI Nº 2.702, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022

ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTECRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO VALOR DE R$ 4.583.784,97 (QUATRO MILHÕES E QUINHENTOS E OITENTA E TRÊS MIL E SETECENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS) EM FAVOR DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSAU.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica;

CONSIDERANDOa necessidade de abertura de Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com aLei 2702 de 29/12/2022 (ID 1327617) publicada no dia 30/12/2022, edição 3380a no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, artigo 6º, inciso II e Lei Federal 4.320/64 art. 41, inciso I e art. 43 §1°, inciso II e §3º;

CONSIDERANDOser da essência da administração, quando necessário, proceder às regulamentações de créditos de natureza Suplementar, levando em consideração o cumprimento da Legislação que respalda a espécie;

CONSIDERANDOo teor do Processo Administrativo nº 1-26707/2023-Memorando 160 de 27/11/2023 (ID 1985022), Processo Administrativo nº 1-19945/2023-Memorando 158 de 27/11/2023 (ID 1984072), Processo Administrativo nº 26834/2023-Memorando 161 de 27/11/2023 (ID 1986538),Processo Administrativo nº 26855/2023-Memorando 162 de 27/11/2023 (ID 1986686)e Processo Administrativo nº 23834/2023-Memorando 167 de 28/11/2023 (ID 1987452)os quais justificam o pleito.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente,Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor de**R$4.583.784,97 (quatro milhões e quinhentos e oitenta e três mil e setecentos e oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos)**no exercício financeiro de 2023, em favor da Secretaria Municipal de Saúde-SEMSAU, conforme abaixo distribuído:

Órgão: 02-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Unidade: 08-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSAU				
Projeto/Atividade: 2513-ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEX AMB E HOSPITALAR MAC				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR**
SUPLEMENTAR	374	02.08.10.302.0037.2513	3.1.90.11.00-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	1.254.351,83
SUPLEMENTAR	388	02.08.10.302.0037.2513	3.3.90.48.00-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	89.000,00
Fonte: 1.600 - Recursos do Exercício Corrente- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.				
SUPLEMENTAR	372	02.08.10.302.0037.2513	3.1.90.04.00-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1.628.000,00
SUPLEMENTAR	375	02.08.10.302.0037.2513	3.1.90.11.00-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	49.000,00
SUPLEMENTAR	1087	02.08.10.302.0037.2513	3.1.90.13.00-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	60.000,00
SUPLEMENTAR	1088	02.08.10.302.0037.2513	3.1.90.16.00-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	126.000,00
Fonte: 1.621 - Recursos do Exercício Corrente-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual.				
Projeto/Atividade: 2519-SERV DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA-SAMU				
SUPLEMENTAR	390	02.08.10.302.0037.2519	3.1.90.11.00-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	24.000,00
SUPLEMENTAR	392	02.08.10.302.0037.2519	3.1.90.16.00-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	5.000,00
SUPLEMENTAR	399	02.08.10.302.0037.2519	3.3.90.48.00-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	20.000,00
Fonte: 1.600 - Recursos do Exercício Corrente- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.				
Projeto/Atividade: 2526-AÇÕES DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO EM SAÚDE				
SUPLEMENTAR	403	02.08.10.305.0036.2526	3.1.90.11.00-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	106.433,14
Fonte: 1.600 - Recursos do Exercício Corrente- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.				
Projeto/Atividade: 2501-MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA				
SUPLEMENTAR	313	02.08.10.122.0039.2501	3.1.90.11.00-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	1.222.000,00
Fonte: 1.500.1002-Recursos do Exercício Corrente-Recursos não Vinculados de Impostos-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde.				
TOTAL GERAL SUPLEMENTAÇÃO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO				**4.583.784,97**

Parágrafo Único-O Crédito aberto na forma do artigo primeiro será coberto com recursos resultante do Excesso de Arrecadação considerando a Tendência do Exercício, em conformidade com o Artigo 43, §3º da Lei Federal nº 4.320/64, proveniente de Transferências do SUS-MAC/MAC ESTADO/SAMU/VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO EM SAÚDE e de Recursos Próprios comprovado através daMemória de Cálculo Excesso de Arrecadação de 28/11/2023 (ID 1989529)eMemória de Cálculo Excesso de Arrecadação de 28/11/2023 (ID 1989533)e códigos de fontes de recursos STN/TCE detalhadas abaixo:

Excesso de Arrecadação	**4.583.784,97**
Fonte de Recurso	
1.500-Recursos do Exercício Corrente-Recursos não Vinculados de Impostos	1.222.000,00
1.600-Recursos do Exercício Corrente-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.	1.498.784,97
1.621 - Recursos do Exercício Corrente-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual.	1.863.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º Publique se.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 45ª de emancipação político-administrativo.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 28/11/2023 às 19:20, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1989784**e o código verificador**F8655609**.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:81785B1F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 20407/2023 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

LEI Nº 2.702, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022

ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTECRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO VALOR DE R$ 59.377,67 (CINQUENTA E NOVE MIL E TREZENTOS E SETENTA E SETE REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS) EM FAVOR DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-SEMPOG.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica;

CONSIDERANDOa necessidade de abertura de Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com aLei 2702 de 29/12/2022 (ID 1327617)publicada no dia 30/12/2022, edição 3380a no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia eLei Promulgação 2702 de 28/02/2023 (ID 1438440)publicada no dia 01/03/2023, edição 3422 no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, artigo 6º, inciso III e Lei Federal 4.320/64 art. 41, inciso I e art. 43 §1°, inciso III;

CONSIDERANDOser da essência da administração, quando necessário, proceder às regulamentações de créditos de natureza Suplementar, levando em consideração o cumprimento da Legislação que respalda a espécie;

CONSIDERANDOo teor do Processo Administrativo nº 1-21890/2023-Memorando 874 de 24/11/2023 (ID 1981768), os quais justificam o pleito.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente,Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação no valor de**R$ 59.377,67 (cinquenta e nove mil e trezentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos)**no exercício financeiro de 2023, em favor da unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão-SEMPOG, conforme abaixo distribuído:

Órgão: 02-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Unidade: 06-SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-SEMPOG				
Projeto/Atividade: 2012-MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR**
SUPLEMENTAR	101	02.06.04.122.0005.2012	3.1.91.13.00-CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	28.929,67
SUPLEMENTAR	111	02.06.04.122.0005.2012	3.3.90.48.00-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	30.448,00
ANULAÇÃO	107	02.06.04.122.0005.2012	3.3.90.36.00-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	- 59.377,67
Fonte: 1.500-Recursos do Exercício Corrente - Recursos não vinculado de impostos				
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO				**59.377,67**
TOTAL ANULAÇÃO				**- 59.377,67**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º Publique se.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 45ª de emancipação político-administrativo.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 28/11/2023 às 19:20, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1990990**e o código verificador**9DB70987**.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:7AFF2096

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 20408/2023 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023

LEI Nº 2.702, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022

ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTECRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO VALOR DE R$ 1.796.751,93 (UM MILHÃO, SETECENTOS E NOVENTA E SEIS MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E NOVENTA E TRÊS CENTAVOS) EM FAVOR DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE-SEMSAU.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica;

CONSIDERANDOa necessidade de abertura de Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com aLei 2702 de 29/12/2022 (ID 1327617) publicada no dia 30/12/2022, edição 3380a no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia eLei Promulgação 2702 de 28/02/2023 (ID 1438440)publicada no dia 01/03/2023, edição 3422 no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, artigo 6º, inciso III e Lei Federal 4.320/64 art. 41, inciso I e art. 43 §1°, inciso III;

CONSIDERANDOser da essência da administração, quando necessário, proceder às regulamentações de créditos de natureza Suplementar, levando em consideração o cumprimento da Legislação que respalda a espécie;

CONSIDERANDOo teor do Processo Administrativo nº 1-26949/2023-Memorando 169 de 28/11/2023 (ID 1991079), os quais justificam o pleito.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente,Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação no valor de**R$1.796.751,93 (um milhão, setecentos e noventa e seis mil, setecentos e cinquenta e um reais e noventa e três centavos)**no exercício financeiro de 2023, em favor da unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde-SEMSAU, conforme abaixo distribuído:

Poder: 02-EXECUTIVO-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Unidade: 08-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSAU				
Projeto/Atividade: 2501-MANUTENCAO E COORDENACAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA				
TIPO	**FICHA**	**DOTAÇÃO**	**DESPESA**	**VALOR**
SUPLEMENTAR	1075	02.008.10.122.0039.2501	3.1.90.04-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	26.000,00
SUPLEMENTAR	313	02.008.10.122.0039.2501	3.1.90.11-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	600.783,88

SUPLEMENTAR	314	02.008.10.122.0039.2501	3.1.90.13-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	518.000,00
SUPLEMENTAR	315	02.008.10.122.0039.2501	3.1.90.16-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	63.000,00
SUPLEMENTAR	316	02.008.10.122.0039.2501	3.1.90.94-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	26.000,00
SUPLEMENTAR	317	02.008.10.122.0039.2501	3.1.91.13-CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	28.000,00
Projeto/Atividade: 2506-PROGRAMA DE AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE ACS				
SUPLEMENTAR	343	02.008.10.301.0035.2506	3.1.90.11-Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	133.418,41
SUPLEMENTAR	346	02.008.10.301.0035.2506	3.1.91.13-Contribuições Patronais	42.580,63
Projeto/Atividade: 2507-ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE PAB				
SUPLEMENTAR	349	02.008.10.301.0035.2507	3.1.90.04-Contratação por Tempo Determinado	287.000,00
SUPLEMENTAR	355	02.008.10.301.0035.2507	3.1.91.13-Contribuições Patronais	30.000,00
Projeto/Atividade: 2526-AÇÕES DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO EM SAÚDE				
SUPLEMENTAR	402	02.008.10.305.0036.2526	3.1.90.11-Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	30.681,54
SUPLEMENTAR	405	02.008.10.305.0036.2526	3.1.91.13-Contribuições Patronais	11.287,47
Projeto/Atividade: 2501-MANUTENCAO E COORDENACAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA				
ANULAÇÃO	319	02.008.10.122.0039.2501	3.3.71.70-Rateio pela Participação em Consórcio Público	-6.000,00
ANULAÇÃO	323	02.008.10.122.0039.2501	3.3.90.33-Passagens e Despesas com Locomoção	-20.000,00
ANULAÇÃO	326	02.008.10.122.0039.2501	3.3.90.39-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	- 1.210.987,06
Projeto/Atividade: 2504-CUMPRIR DETERMINACOES JUDICIAIS				
ANULAÇÃO	334	02.008.10.122.0039.2504	3.3.90.30-Material de Consumo	-11.520,24
ANULAÇÃO	335	02.008.10.122.0039.2504	3.3.90.33-Passagens e Despesas com Locomoção	-12.186,13
ANULAÇÃO	336	02.008.10.122.0039.2504	3.3.90.39-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-573,24
Projeto/Atividade: 2505-MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO DE SAUDE				
ANULAÇÃO	337	02.008.10.122.0039.2505	3.3.90.14-Diárias - Civil	-5.000,00
ANULAÇÃO	338	02.008.10.122.0039.2505	3.3.90.30-Material de Consumo	-10.000,00
ANULAÇÃO	339	02.008.10.122.0039.2505	3.3.90.33-Passagens e Despesas com Locomoção	-5.000,00
ANULAÇÃO	340	02.008.10.122.0039.2505	3.3.90.39-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-5.000,00
Projeto/Atividade: 1200-INVESTIMENTO NA REDE DE SERVICOS PUBLICOS DE SAUDE - APS				
ANULAÇÃO	341	02.008.10.301.0035.1200	4.4.90.51-Obras e Instalações	-92.160,41
ANULAÇÃO	342	02.008.10.301.0035.1200	4.4.90.52-Equipamentos e Material Permanente	-25.264,11
Projeto/Atividade: 1203-INVESTIMENTO NA REDE DE SERVICOS PUBLICOS DE SAUDE - MAC				
ANULAÇÃO	368	02.008.10.302.0037.1203	4.4.90.51-Obras e Instalações	-150.000,00
ANULAÇÃO	369	02.008.10.302.0037.1203	4.4.90.52-Equipamentos e Material Permanente	-146.171,92
Fonte: 1.500-1002-Recursos do Exercício Corrente-Recursos não Vinculados de Impostos-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde.				
Projeto/Atividade: 2502-PARCELAMENTO DE DÍVIDAS E ENCARGOS DA SECRETARIA				
ANULAÇÃO	415	02.008.28.843.0039.2502	3.2.90.21-Juros sobre a Dívida por Contrato	-40.283,41
ANULAÇÃO	416	02.008.28.843.0039.2502	3.2.90.22-Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	-23.620,71
ANULAÇÃO	417	02.008.28.843.0039.2502	4.6.90.71-Principal da Dívida Contratual Resgatado	-32.984,70
Fonte: 1.500-Recursos do Exercício Corrente-Recursos não Vinculados de Impostos.				
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				**1.796.751,93**
TOTAL DE ANULAÇÃO				**- 1.796.751,93**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º Publique se.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 45ª de emancipação político-administrativo.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 29/11/2023 às 10:08, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1991443**e o código verificador**36FF12D2**.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:ED76628A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 20410/2023 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023

LEI Nº 2.720, DE 04 DE ABRIL DE 2023

ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R$66.371,11 (SESSENTA E SEIS MIL, TREZENTOS E SETENTA E UM REAIS E ONZE CENTAVOS)EM FAVOR DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSAU.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica;

CONSIDERANDOa necessidade de incluir no orçamento vigente os recursos autorizados pelo Artigo 3º, Inciso I, Alínea C daLei 2720 de 04/04/2023 (ID 1514517), publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 10 de abril de 2023, edição 3449;

CONSIDERANDOa Lei 4.320/1964, artigos 41, inciso II e 43, §1º, inciso III;

CONSIDERANDOo teor do Processo Administrativo nº 2666/2023-Memorando 170 de 28/11/2023 (ID 1991082)os quais justificam o pleito.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente, Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação no valor de**R$ 66.371,11 (sessenta e seis mil, trezentos e setenta e um reais e onze centavos)**no exercício financeiro de 2023, em favor da Secretaria Municipal de Saúde-SEMSAU, conforme abaixo distribuído:

Poder:EXECUTIVO- PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Unidade: 08-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSAU				
Projeto/Atividade: 2501-MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR**
ESPECIAL	834	02.008.10.122.0039.2501	3.3.91.97.00-APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	66.371,11
ANULAÇÃO	326	02.008.10.122.0039.2501	3.3.90.39.00-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	- 66.371,11
Fonte:1.500-1002-Recursos do Exercício Corrente-Recursos não Vinculados de Impostos-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde.				
TOTAL DE CRÉDITO ESPECIAL				**66.371,11**
TOTAL DE ANULAÇÃO				**- 66.371,11**

Parágrafo Único-Para dar cobertura ao disposto no artigo primeiro, serão utilizados recursos provenientes da Anulação de Dotação da própria unidade orçamentária, visando à adequação ao contido naLei 2698 de 22/12/2022 (ID 1317631)eDecreto 19473 de 20/01/2023 (ID 1361422).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º Publique se.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 45ª de emancipação político-administrativo.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 29/11/2023 às 10:08, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1991679**e o código verificador**71D616B7**.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:D56CA47D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 891/2023

ALTERA A DISCRIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA RELATIVOS À ABERTURA DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023, RESPEITADOS O ESTABELECIDO NA LEI Nº 2702 DE 29/12/2022 (LEIORÇAMENTÁRIA ANUAL 2023) EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSAU.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARIQUEMES,no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto naLei 2702 de 29/12/2022 (ID 1327617)que aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2023.

RESOLVE:

Art. Fica alterada a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados pelo Quadro de Detalhamento da Despesa- QDD anexo doDecreto 19461 de 13/01/2023 (ID 1347392)publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 18/01/2023 edição 3393 respeitado o artigo 41 e 44 da Lei Municipal nº 2.666, de 28 de julho de 2022 - LDO/2023, bem como, autorizado no artigo 10º e Parágrafo Único da Lei nº 2702 de 29 de dezembro de 2022-LOA/2023, conforme Processo Administrativo nº 1-4937/2023-Memorando 165 de 28/11/2023 (ID 1987354), e abaixo distribuído:

Poder: 02-EXECUTIVO-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES-PMA				
Unidade: 08-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSAU				
Projeto/Atividade: 2501-MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA				
ALTERAÇÃO DE ELEMENTO	**FICHA**	**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**	**ELEMENTO DE DESPESA**	**VALOR**
ACRÉSCIMO	325	02.08.10.122.0039.2501	3.3.90.**36**.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	98.841,60
REDUÇÃO	326		3.3.90.**39**.00-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	-98.841,60
Fonte: 1.500-1002-Recursos do Exercício Corrente-Recursos não Vinculados de Impostos-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde.				
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO				**98.841,60**
TOTAL DA REDUÇÃO				**-98.841,60**

Art. 2ºA alteração introduzida pela presente Portaria não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, tendo em vista que o Orçamento vigente foi enviado ao legislativo até nível de modalidade conforme o artigo 19, inciso II da Lei Municipal nº 2.666, de 28 de julho de 2022 - LDO/2023.

Art. 3ºO Setor de Orçamento da Prefeitura Municipal providenciará os registros relativos ao cumprimento dos termos desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Ariquemes, 28 de novembro de 2023.

CARLA GONÇALVES REZENDE

Prefeita do Município de Ariquemes/RO
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 28/11/2023 às 19:20, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1990889**e o código verificador**B711A804**.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:C63E3CE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 20414/2023 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023

LEI Nº 2.717, DE 21 DE MARÇO DE 2023

ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R$ 840.767,55 (OITOCENTOS E QUARENTA MIL E SETECENTOS E SESSENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS) EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-SEMPOG.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica;

CONSIDERANDOa necessidade de incluir no orçamento vigente os recursos autorizados pelo Artigo 5º, Inciso I, Alínea C daLei 2717 de 21/03/2023 (ID 1480563), publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 27 de março de 2023, edição 3440;

CONSIDERANDOa Lei 4.320/1964, artigos 41, inciso II e 43, §1º, inciso III;

CONSIDERANDOo teor do Processo Administrativo nº 5213/2023-Memorando 866 de 23/11/2023 (ID 1976478)eMemorando 867 de 23/11/2023 (ID 1976536), os quais justificam o pleito.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente, Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação no valor de**R$ 840.767,55 (oitocentos e quarenta mil e setecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos)**no exercício financeiro de 2023, em favor da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão-SEMPOG, conforme abaixo distribuído:

Órgão: 02-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Unidade: 06-SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-SEMPOG				
Projeto/Atividade: 1707-CONVÊNIO Nº 904995/2020-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REDE E TELECOMUNICAÇÃO				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR**
ESPECIAL	1090	02.06.04.126.0005.1707	4.4.90.52.00-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	410.041,15
Fonte: 6.2.500-Contrapartida de convênios-Recursos de Exercícios Anteriores-Recursos não Vinculados de Impostos				
Projeto/Atividade: 1704-CONVÊNIO Nº 916418/2021-PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIA URBANA COM DRENAGEM				
ESPECIAL	809	02.06.15.451.0005.1704	4.4.90.51.00-OBRAS E INSTALAÇÕES	430.726,40
Fonte: 6.2.500-Contrapartida de convênios-Recursos de Exercícios Anteriores-Recursos não Vinculados de Impostos				
Projeto/Atividade: 1701-CONVÊNIO Nº 501/2022-CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO COM PISTA DE CAMINHADA NA AVENIDA TABAPOÃ				
ANULAÇÃO	817	02.06.15.451.0005.1701	4.4.90.51.00-OBRAS E INSTALAÇÕES	- 32.696,40
Fonte: 6.2.500-Contrapartida de convênios-Recursos de Exercícios Anteriores-Recursos não Vinculados de Impostos				
Projeto/Atividade: 1702-CONVÊNIO Nº 937166/2022-PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIA URBANA COM DREBAGEM E CALÇADAS				
ANULAÇÃO	811	02.06.15.451.0005.1702	4.4.90.51.00-OBRAS E INSTALAÇÕES	- 7.908,17
Fonte: 6.2.500-Contrapartida de convênios-Recursos de Exercícios Anteriores-Recursos não Vinculados de Impostos				
Projeto/Atividade: 1705-CONVÊNIO 011/2021/DER-RO PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM EM BLOQUETES				
ANULAÇÃO	813	02.06.15.451.0005.1705	4.4.90.51.00-OBRAS E INSTALAÇÕES	- 4.315,48
Fonte: 6.2.500-Contrapartida de convênios-Recursos de Exercícios Anteriores-Recursos não Vinculados de Impostos				
Projeto/Atividade: 1708-CONVÊNIO Nº 026/2022-REVITALIZAÇÃO DOS ESPAÇO ALTERNATIVO DA AVENIDA CAPITÃO SILVIO				
ANULAÇÃO	815	02.06.15.451.0005.1708	4.4.90.51.00-OBRAS E INSTALAÇÕES	- 795.847,50
Fonte: 6.2.500-Contrapartida de convênios-Recursos de Exercícios Anteriores-Recursos não Vinculados de Impostos				
TOTAL CRÉDITO ESPECIAL				**840.767,55**
TOTAL ANULAÇÃO				**- 840.767,55**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º Publique se.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 45ª de emancipação político-administrativo.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 29/11/2023 às 12:59, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**1993956**e o código verificador**D38B4EF0**.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:E7AEF81B

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 064/SML/2023/14.133/2021 PROCESSO N.º 7160/SEMDES/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 064/SML/2023/14.133/2021
PROCESSO N.º 7160/SEMDES/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 106/2023/PREGAO/SML/PMA-GSRP

Aos 29 dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 2.166, nesta cidade de Ariquemes-RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal 19.359 de 21 de Dezembro de 2022, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao PREGÃO ELETRÔNICO nº.106/SML/2023, em virtude de deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pela Excelentíssima Senhora Prefeita, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações dos Anexos I do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I - DO OBJETO
O objeto da presente ata é o Registro de Preço para o fornecimento, nas condições estabelecidas no edital,para futura e eventual aquisição de tecidos, aviamentos e materiais para artesanato e decoração part I, para atender a todas as Secretarias Municipais do Município de Ariquemes/RO, por um período de 12 meses

1.EMPRESA: NM CONFECCOES LTDA - CNPJ: 03.835.661/0001-25
TEL: (35) 3622-4866 E-MAIL: NMCONFECCOES.ITAJUBA@OUTLOOK.COM.
ENDEREÇO: RUA DOUTOR HOFFMANN, Nº. 220, SALA 202, BAIRRO MORRO CHIC ITAJUBÁ - MINAS GERIAS, CEP: 37.500-086.
NOME DO REPRESENTANTE: NAKHLE GEORGES AL MEALLEM, INSCRITO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA CPF/MF SOB O Nº. xxx.920.406-xx RG SOB O Nº. xxx959xx RNE DF.
DETENTORA DO ITEM (S): 1, 2, 3, 9, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46 E 47.

PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA (S) EMPRESA (S) DETENTORA (S)

ITEM	QNT.	UND.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	V. UNIT
1	05	Und.	**Adesivo Uso Geral 20g** Aplicação: Colagem De Porcelana, Metal, Borracha, Couro, Made Características Adicionais: Colagem Instantânea Apresentação: Líquido Incolor Composição: À Base De Polietrafluoretileno	TEK BOND	R$ 16,46
2	10	Unid.	**Agulha Máquina Costura** Material: Aço Niquelado Aplicação: Máquina Industrial Tipo: Funda E Reta Tamanho: Nº 12	PONTO PLUS	R$ 1,76
3	10	Unid.	**Agulha Máquina**Costura Material: Aço Niquelado Tipo: Dvx63 Tamanho: Nº 14	PONTO PLUS	R$ 1,49
9	03	Unid.	**Barbante Algodão**Acabamento Superficial: Crú Quantidade Fios: 4 Un	EUROMA	R$ 20,91
23	32	Umid.	**Cola Permanente Para Tecido Apresentação**: Com No Mínimo 200 Gramas	TEK BOND	R$ 20,91
25	05	Unid.	**Elástico Vestuário Material:** Algodão Comprimento: 100 M Cor: Branca Largura: 4 A 30 Mm	SÃO JOSÉ	R$ 21,38
26	05	Unid.	**Fita Material:** Cetim Comprimento: 10 M Cor: Amarela Largura: 3 M	NAJAR	R$ 4,52
27	05	Unid.	**Fita Material:** Cetim Comprimento: 10 M Cor: Rosa Largura: 3 M	NAJAR	R$ 3,41
28	05	Unid.	**Fita Material:** Cetim Comprimento: 10 M Cor: Vermelha Largura: 3 M	NAJAR	R$ 4,11
29	05	Unid.	**Fita Material:** Cetim Comprimento:10m Cor: Azul Claro Largura: 3 M	NAJAR	R$ 3,98
30	05	Unid.	**Fita Material:** Cetim Comprimento:10m Cor: Branca Largura: 3 M	NAJAR	4,45
31	08	Unid.	**Fita Material:** Cetim Comprimento:10m Cor: Verde Largura: 3 M	NAJAR	R$ 3,24
36	01	Unid.	**Linha Costura** Material: 100% Algodão Comprimento: 1.500 M Cor: Amarelo Claro Número: 120	RESISTENTE	R$ 4,26
37	06	Unid.	**Linha Costura Material:** 100% Poliéster Comprimento: 5000 M Cor: Verde Escuro Número: 120	BONFIO	R$ 13,83
38	01	Unid.	**Linha Costura** Material: 100% Poliéster Cor: Vermelho Vivo Número: 120 Comprimento Mínimo: 1500 Metros	BONFIO	R$ 5,55
39	01	Unid.	**Linha Costura Material:** 100% Poliéster Cor: Vermelho Vivo Número: 120 Comprimento Mínimo: 1500 Metros	BONFIO	R$ 5,00
40	25	Unid.	**Linha Costura Material:** Poliéster Comprimento: 1.828 M Cor: Branca Número: 120	DINNER	R$ 6,96
41	06	Unid.	**Linha Costura Material:** Poliéster Comprimento: 1.828 M Cor: Preta Número: 120	DINNER	R$ 6,34
42	06	Unid.	**Linha Costura Material:** Poliéster Comprimento: 1.828 M Cor: Verde Escuro Número: 120	DINNER	R$ 5,91
45	07	Unid.	**Óleo Lubrificante.Uso: Máquina De Costura Industrial Apresentação:** Líquido Viscoso Viscosidade: Vg 10 Origem: Mineral	OKACHI	R$ 7,93
46	01	Unid.	**Olho Móvel Tamanho 10 Mm Quantidade:**Pacote Com 100 Unidades Características Adicionais: Sem Pestana	MERITA	R$ 7,74
47	01	Unid.	**Olho Móvel, Tamanho 20 Mm Quantidade:**Pacote Com 100 Unidades Características Adicionais: Sem Pestana	MERITA	R$14,63

CLÁUSULA II - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
2.1.O órgão gerenciador será a Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP da Prefeitura Municipal de Ariquemes.

2.2. Caberá à Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente, conforme art. 66, § 1º, do Decreto municipal 19.359/22.
2.3. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições previstas no art. 67 e 68 do Decreto municipal 19.359/22.
2.4.São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

CLÁUSULA III - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, as secretarias municipais da prefeitura de Ariquemes que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
3.2 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anteriornão poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
3.3O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.
3.4 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.
3.5 As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
3.6Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
4.1O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) mesescontados o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia
4.1.1 Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
4.1.2 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
4.1.2.1O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.
4.2A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.
4.3 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
4.3.1 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
a) Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.
b)A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
c)O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
d)A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.
4.4É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n. º 14.133, de 2021.
4.5 Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA V - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
I -for liberado;
II -descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
III -não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV -sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
V -não aceitar o preço revisado pela Administração.
5.2A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I -pelo decurso do prazo de vigência;
II -pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III -por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
IV -por razões de interesse público, devidamente justificadas.
5.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa

CLÁUSULA VI - DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.
6.2A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.
6.3A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.

6.4A impugnação deverá ser endereçada ao Gerente de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: registrodepreco.pma@gmail.com (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gerente de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), pelos telefones (069) 3516-2021 e 3516 -2020) ou ainda, protocolado o original junto a Prefeitura Municipal de Ariquemes, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, nº 2.166 Setor Institucional em Ariquemes/RO CEP: 76.872-854.
6.5 Ao receber a impugnação, o Gerente de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.
6.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gerente de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.
6.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.
6.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.
6.9 Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
6.10 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

CLÁUSULA VII - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO
7.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
7.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
7.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.2.2A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
7.2.3A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.
7.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
I -a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
II -a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
III -seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;
IV -seja realizado ampla pesquisa de mercado;
V -seja feito negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.
7.3.1A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
7.3.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
7.3.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
7.3.4 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
7.3.5 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.3.6 Liberado o fornecedor na forma do item 7.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
7.3.7 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
7.3.8Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.
7.3.9 Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
8.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente ordenador de despesa, conforme consta na Cláusula IX Da Dotação Orçamentária.
8.2 Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
8.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA IX - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a)der causa à inexecução parcial do contrato;
b)der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c)der causa à inexecução total do contrato;
d)ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e)apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f)praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g)comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h)praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
i)Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.
9.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I- Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II - Multa:
1.moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
2.moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
2.1O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3.compensatória de 15 % (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
III- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d e i do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
IV- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g, e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d e i que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.3A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
9.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
9.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
9.5A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no**caput**e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
9.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a)a natureza e a gravidade da infração cometida;
b)as peculiaridades do caso concreto;
c)as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d)os danos que dela provierem para o Contratante;
f)a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
9.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
9.8A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.9O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
9.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022

CLÁUSULA X - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
10.1 Conforme artigos 72, § 4º e seus incisos do Decreto municipal 19.359/22, o cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.
10.2 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:
10.2.1O registro a que se refere o item 9.2 deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no § 4º do caput, nos incisos II, IV e V do art. 79, no inciso III do art.80, e no art. 81, do Decreto municipal 19.359/22;
10.2.2 Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 9.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

10.2.3A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 9.2, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

CLÁUSULA XI - DAS CONDIÇÕES GERAIS
11.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.

CLÁUSULA XII - DAS INFORMAÇÕES GERAIS
12.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (0xx69) 3516-2021 com a servidora Bruna Ribeiro Almeida ou na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada no Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 2º piso, na Avenida Tancredo Neves, Nº. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1 Integram esta Ata o Edital de Pregão Eletrônico Nº.0106/SML/2023, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do Processo nº.**7160/SEMDES/2023.**
13.2A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico Nº. 0106/2023/PREGAO/SML/PMA, pela Excelentíssima Senhora Prefeita.

Órgão Gerenciador
BRUNA RIBEIRO ALMEIDA
Presidente da Com. de Gerenciamento do Sistema de Registro de Preços

Publicado por:
Bruna Ribeiro Almeida
Código Identificador:4BBDF04E

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 14.226, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

ALTERA O DECRETO nº. 13.600 DE 18 DE ABRIL DE 2023 O QUAL NOMEOU A COMISSÃO ESPECIAL DE LEVANTAMENTO, LOCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO FINANCEIRO DOS BENS MÓVEIS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Buritis, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

DECRETA

Artigo 1º. Alterar o Decreto nº. 13600 de 18 de abril de 2023, o qual nomeou a Comissão Especial de Levantamento, Localização e Avaliação Físico Financeiro dos Bens Móveis da Prefeitura do Município de Buritis.

Onde se lê:

Servidor	Representatividade
Douglas Mafra Soares - Presidente	Almoxarifado Central
Huelliton de Oliveira Rocha	Almoxarifado Central
Quemoel da Costa – membro	Almoxarifado Central
Silvia Helena Faria – membro	Controladoria
Katiane Paulina Rodrigues	SEMPLAN

Leia-se:

Servidor	Representatividade
Eliosmar de Souza- Presidente	Almoxarifado Central
Huelliton de Oliveira Rocha	Almoxarifado Central
Quemoel da Costa – membro	Almoxarifado Central
Silvia Helena Faria – membro	Controladoria

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Buritis, 28 de novembro de 2023.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda Dias Ferreira
Código Identificador:89F9A63E

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
PORTARIA Nº: 828/FMS/NFP/2023

PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.092.714/0001-28
PORTARIA nº: 828/FMS/NFP/2023

"Dispõe sobre a concessão de diárias"

O Ordenador de Despesa do Fundo Municipal de Saude do Municipio de Cacoal, no uso das atribuições legais, e no que dispõe os artigos 103 a 110 e 302 da Lei 2.735/PMC/2010, regulamentado pelo Decreto nº 6.811/PMC/2018.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder a diária abaixo especificada:

Proposto/Beneficiário:			**Cargo/Função/Matrícula**	
CARLOS MAGNO SANTANA			MECÂNICO VEÍCULOS LEVES - Matr.:	
CPF	**Identidade**	**Banco**	**Agência**	**Conta Corrente**
162.216.302-82	971693/SESDC/RO	1	1179-7	8814-5
DADOS DA VIAGEM				
Destino	**Data de Início**		**Data de Retorno**	
PORTO VELHO	27/11/2023		28/11/2023	
Finalidade: Despesa com diárias a designar em favor do servidor Carlos Magno Santana, considerando a necessidade de se deslocar até a cidade de Porto Velho/RO,com intuito de levar pacientes e acompanhantes para realizar consulta médica em UNIDADE DE SAÚDE NEFRON. Valor R$ 180,00, conforme disponibilidade de saldo orçamentário no reduzido 134, solicitação de despesa 4845/2023, Processo 11019/2023. Justificativa: Mem. nº 656/SEMUSA/TRANSPORTE/2023 Período do deslocamento: 27/11/2023 até 28/11/2023 Meio de transporte: Veículo Oficial HB20 Placa QTI-1E02.				
ARBITRAR E CONCEDER				
Quantidade	**Valor Unitário**	**Valor Total**	**Desconto**	**Valor Líquido**
1,0	180,00	180,00	0,00	180,00

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogandas as disposições em contrário.

27/11/2023

DAISY BRUNA FREITAS DE SANTANA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:6957F6BC

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
PORTARIA Nº: 96/GABINETE/2023

PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.092.714/0001-28
PORTARIA nº: 96/GABINETE/2023
"Dispõe sobre a concessão de diárias"

O Ordenador de Despesa da Prefeitura Municipal do Municipio de Cacoal, no uso das atribuições legais, e no que dispõe os artigos 103 a 110 e 302 da Lei 2.735/PMC/2010, regulamentado pelo Decreto nº 6.811/PMC/2018.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder a diária abaixo especificada:

Proposto/Beneficiário:		**Cargo/Função/Matrícula**		
CLAUDIO MARCIO RODRIGUES ANDRADE		MOTORISTA -Matr.: 9052		
CPF	**Identidade**	**Banco**	**Agência**	**Conta Corrente**
024.587.717-77	955624/SPTCI / ES			
DADOS DA VIAGEM				
Destino		**Data de Início**	**Data de Retorno**	
Vilhena		28/11/2023	29/11/2023	
Finalidade:O SERVIDORACIMAMENCIONADO, SE DESLOCARÁ PARAO MUNICÍPIO DE VILHENAA FIM DE CONDUZIR O VEÍCULO CAMINHÃO IRRIGADOR TIPO PIPAVW/23.230 CRM 6X2, PLACA SLG 3A49, COM O PROPÓSITO DE REALIZAR REVISÃO OBRIGATÓRIA NO MESMO. QUANTIDADE: 1 e ½ (UMA E MEIA) DIÁRIAS DENTRO DO ESTADO VALOR UNITARIO R$ 360,00 - TOTALIZANDO R$ 540,00(QUINHENTOS E QUARENTA REAIS) SAIDA DIA 28/11/2023 RETORNO 29/11/2023 SOLICITAÇÃO DE DESPESA6258/2023 MEIO DE TRANSPORTE: VEÍCULO OFICIAL, CAMINHÃO IRRIGADOR TIPO PIPAVW/23.230 CRM 6X2, PLACA SLG 3A49				

ARBITRAR E CONCEDER

Quantidade	**Valor Unitário**	**Valor Total**	**Desconto**	**Valor**
1,5	360,00	540,00	0,00	540,00

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogandas as disposições em contrário.

28/11/2023

ADAILTON ANTUNES FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:C64FB975

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
PORTARIA Nº: 848/FMS/NFP/2023

PODER EXECUTIVO
CNPJ: 04.092.714/0001-28
PORTARIA nº: 848/FMS/NFP/2023

"Dispõe sobre a concessão de diárias"

O Ordenador de Despesa do Fundo Municipal de Saude do Municipio de Cacoal, no uso das atribuições legais, e no que dispõe os artigos 103 a 110 e 302 da Lei 2.735/PMC/2010, regulamentado pelo Decreto nº 6.811/PMC/2018.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder a diária abaixo especificada:

Proposto/Beneficiário:			**Cargo/Função/Matrícula**	
ALEX CARDOSO SILVA			MOTORISTA DE VIATURAS PESADAS	
CPF	**Identidade**	**Banco**	**Agência**	**Conta Corrente**
953.817.832-72	001047970/SESDC/RO	104	1823	756756122-1
DADOS DA VIAGEM				
Destino	**Data de Início**		**Data de Retorno**	
PORTO VELHO	28/11/2023		29/11/2023	
Finalidade: Despesa com diárias a designar em favor do servidor Alex Cardoso Silva, considerando a necessidade de se deslocar até a cidade de Porto Velho/RO, com intuito de buscar o ônibus que estava apreendido na PRF. O servidor ira pela empresa Eucatur, retorna conduzindo o ônibus. Valor R$ 540,00, conforme disponibilidade de saldo orçamentário no reduzido 134, solicitação de despesa 5153/2023, Processo 10472/2023. Justificativa: Memorando nº 660/SEMUSA/TRANSPORTE/2023 Período do deslocamento: 28/11/2023 até 29/11/2023 Meio de transporte: Veículo Oficial Placa OHM 7214				
ARBITRAR E CONCEDER				
Quantidade	**Valor Unitário**	**Valor Total**	**Desconto**	**Valor Líquido**
1,5	360,00	540,00	0,00	540,00

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogandas as disposições em contrário.

28/11/2023

DAISY BRUNA FREITAS DE SANTANA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:8FD8AFB1

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
DECRETO Nº 9.532/PMC/2023

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE CACOAL, no uso das atribuições legais, em especial o que dispõe o art. 41 e 42 da Lei 4.320/64 e art. 7º, §2º da Lei 5.148/PMC/2022.
Considerando a necessidade de ajustar o orçamento da Procuradoria Geral do Município - PGM, buscando manter o equilíbrio orçamentário/financeiro e cumprir com suas obrigações legais.

Em atenção ao Memorando n. 321/CJ/PGM/2023, da Coordenadoria do Contencioso Judicial, o qual solicita a abertura de Processo Administrativo para o pagamento da despesa com Honorários Periciais, conforme decisão judicial prolatada no Processo Judicial de n. 7012969-49.2022.8.22.0007.
Desta forma, em cumprimento a decisão judicial e considerando que o saldo atual não será suficiente para cumprir a demanda acima citada, faz-se necessário a realização de reformulação orçamentária tendo como objetivo atender e viabilizar o pagamento da respectiva despesa.
Vale salientar que o Chefe do Poder Executivo, assim como corpo técnico atua em busca de assegurar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000 e na execução de ações de forma planejada e transparente, em busca de prevenir os riscos e manter equilíbrio das contas públicas, contudo faz-se necessário a realização de ajustes orçamentários buscando proporcionar a população cacoalense os direitos garantidos por meio da Constituição Federal como ao acesso à educação, saúde e assistência social, mantendo assim o andamento das ações e cumprimento da legalidade quanto aos direitos de servidores e prestadores de serviços.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento municipal um **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**, nas dotações abaixo discriminadas no valor de **R$ 1.994,91 (mil, novecentos e noventa e quatro reais e noventa e um centavos).**

A				**B**			
A CRIAR/ SUPLEMENTAR				**A REDUZIR/VINCULAR**			
Fich	Cód	Especificação	Valor (R$)	Fich	Cód	Especificação	Valor (R$)
05		**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**		**05**		**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**	
05.001. 02.061.0000.2.195		**CUMPRIMENTO DAS SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO - PGM**		**05.001. 02.061.0000.2.195**		**CUMPRIMENTO DAS SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO - PGM**	
1.500.0000		Recursos não Vinculados de Impostos - Exercício Corrente		1.500.0000		Recursos não Vinculados de Impostos - Exercício Corrente	
35	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.994,91	36	3.3.90.91.00	Sentenças Judiciais	1.994,91

TOTAL	**R$ 1.994,91**

Art. 2º Para cobertura do referido crédito será utilizado recurso proveniente de **anulação parcial da dotação**especificada na coluna B, em consonância com disposto **no art. 43, § 1° inciso III da Lei 4.320/64**.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cacoal/RO, 24 de novembro de 2023.

[Assinado Digitalmente]
ADAILTON ANTUNES FERREIRA
Prefeito

[Assinado Digitalmente]
DEBORAH MAY DUMPIERRE
Procuradora-geral do Município
OAB/RO N. 4372

Publicado por:
Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:44366658

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
DECRETO Nº 9.533/PMC/2023

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE CACOAL, no uso das atribuições legais, em especial o que dispõe o art. 41 e 42 da Lei 4.320/64 e art. 7º, §2º da Lei 5.148/PMC/2022.
Considerando a necessidade de dar continuidade aos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Administração – SEMAD.
Considerando a necessidade de cobrir despesas no elemento de despesa 3.3.90.30.00 – Material de Consumo, para aquisição de um equipamento de repetição de sinal de telefonia, no distrito de Divinópolis, em substituição ao antigo visto que tem apresentado problemas recorrentes devido ao desgaste sofrido pelo tempo de uso e sua obsolência.
Tendo em vista que as constantes interrupções no fornecimento no sinal de celular têm deixado os moradores da referida comunidade, incomunicável, comprometendo a comunicação básica entre os residentes, empresas e serviços públicos instalados no local, o qual é assegurado por lei.
Considerando que para cobertura da referida despesa, as metas serão adequadas a disponibilidade orçamentária, visando atender de melhor forma as demandas da Secretaria.
Vale salientar que o Chefe do Poder Executivo, assim como o corpo técnico atua em busca de assegurar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000 e na execução de ações de forma planejada e transparente, em busca de prevenir os riscos e manter o equilíbrio das contas públicas, contudo, faz-se necessário a realização de ajustes orçamentários buscando proporcionar a população cacoalense os direitos garantidos por meio da Constituição Federal, mantendo assim o andamento das ações e cumprimento da legalidade.

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto no orçamento municipal um **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**, nas dotações abaixo discriminadas no valor de **R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).**

A				**B**			
	A SUPLEMENTAR			A REDUZIR			
Ficha	*Cód.*	*Especificação*	*Valor (R$)*	*Ficha*	*Cód.*	*Especificação*	*Valor (R$)*
04		Secretaria Municipal de Administração - SEMAD		04		Secretaria Municipal de Administração - SEMAD	
04.001. 04.122.0002.2.013		GESTÃO ADMINISTRATIVA SEMAD		04.001. 04.122.0002.2.013		GESTÃO ADMINISTRATIVA SEMAD	
1.500.0000		Recursos não Vinculados de Impostos - Exercício Corrente		1.500.0000		Recursos não Vinculados de Impostos - Exercício Corrente	
18	3.3.90.30.00	Material de Consumo	25.000,00	20	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	25.000,00
Total Geral			25.000,00	*Total Geral*			25.000,00

Art. 2º Para cobertura do referido crédito será utilizado recurso proveniente de **anulação parcial da dotação**especificada na coluna B, em consonância com disposto **no art. 43, § 1° inciso III da Lei 4.320/64**.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cacoal/RO, 27 de novembro de 2023.

[Assinado Digitalmente]
ADAILTON ANTUNES FERREIRA
Prefeito

[Assinado Digitalmente]
DEBORAH MAY DUMPIERRE
Procuradora-Geral do Município
OAB/RO N. 4372

Publicado por:
Kelly Samara Duarte da Rosa
Código Identificador:0194FFE1

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÀGUA E ESGOSTO DE CACOAL
PORTARIA N°120/SAAE/2023

"Dispõe sobre a concessão de diárias"

O Presidente do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal, no uso das atribuições legais, e no que dispõe os artigos 57 da Lei 2.716/PMC/2010, e alterada pela Lei 3621/PMC/16 regulamentado pelo Ato Normativo 006/SAAE/2020.
Resolve:
Art.1° Conceder a diária abaixo especificada:

Proposto/Beneficiário: Paulo Roberto Rodrigues		Cargo/Função: Chefe de Seção de Contabilidade Matrícula: 230
Dados da viagem		
Origem: Cacoal/RO	Data de início	Data de retorno
Destino: Vilhena/RO	29/11/2023.	29/11/2023

Motivo da Viagem: Considerando a necessidade de obter informações com relação à cobrança, contabilização e evidenciação da dívida ativa, referente ao Resíduos Sólidos que esta instituição faz cobrança e repasse do valor a Prefeitura Municipal de Cacoal, a Gerência de Arrecadação na pessoa do Servidor Rodrigo Luiz Damiani, a Diretoria Financeira do SAAE, na pessoa do servidor Ademilson Marques da Silva e a Contadoria, na pessoa do servidor Paulo Roberto Rodrigues, resolvem, com o intuito de dirimir as dúvidas inerentes aos fatos supracitados, se dirigir ao município de Vilhena – RO, para, junto aos órgãos competentes e responsáveis pela gestão dos resíduos sólidos daquele município, receber instruções de como proceder com esse impasse.

Meio de transporte: veículo oficial do SAAE.

Arbitrar e conceder

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
01	R$ 60,00	R$ 60,00	0,00	R$ 60,00

Art.2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cacoal – RO, 29 de novembro de 2023.

Assinado eletronicamente
NELSON RODRIGUES DE LIMA
Presidente Interino do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal
Decreto 9.113/PMC/2022

Publicado por:
Dagnara Santana Magalhaes
Código Identificador:67F9118A

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA
COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Campo Novo de Rondônia

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA ABRIU PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO PARA ATENDER ESTE PODER LEGISLATIVO, COM AS ESPECIFICAÇÕES ABAIXO. AS EMPRESAS QUE MANIFESTAR INTERESSE EM PARTICIPAR DA COTAÇÃO DESTES ITENS DEVE ENVIAR SUAS PROPOSTAS ATE O DIA 01/12/2023 ATRAVÉS DO EMAIL ELETRONICO CAMARACAMPONOVORO@GMAIL.COM SEGUE O ANEXO DA COTAÇÃO:

COTAÇÃO DE PREÇOS À FIRMA:					
Solicitamos cotar os itens abaixo:					
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID.**	**QUANT.**	**V. UNIT.**	**V TOTAL**
01	Placa do ar condicionado de 48 mil BTUS	Unid.	01		
02	DPS 175 kv para proteção contra raio	Unid.	04		
03	Disjuntor tripolar 100 amperes	Unid.	01		
04	Recarga de gás do ar condicionado de 48 mil BTUS	Unid.	01		
05	Recarga de gás do ar condicionado de 12 mil BTUS	Unid.	08		
06	Troca de capacitor do compressor de 40 uf.	Unid.	04		
07	Troca do motor ventilador da condensadora de ar de 12 mil BTUS.	Unid.	02		
08	Troca de capacitor do ventilador da condensadora de 2.5 uf.	Unid.	03		
Valor da proposta					
Validade da proposta_____					
Prazo de entrega_____					
28/12/2023					

Publicado por:
Adriana Bolgenhagen
Código Identificador:C0CD282A

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0113/2023/PMCNR.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/PMCNR-CPL/2023.
PROCESSO ADMINISTRATIVO GERENCIADOR Nº 02124/2023.
SECRETARIA GESTORA: SEMUSA.
PREGÃO TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

Aos dias 28 do mês de Novembro do ano de dois mil e vinte e três, o **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO,** inscrito no CNPJ sob o no 63.762.033/0001-99 e a empresa abaixo qualificada na **Cláusula II,** nos termos do art. 15 Lei Federal nº 8.666/1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal nº 8.883/1994, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 7.892/2013, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº 033/2023/CPL/PMCNR-RO,** em virtude de deliberação da(o) Pregoeira(o), e da homologação do procedimento pela(o) Ilustríssima(o) Senhora(o) Secretária(o) Municipal da pasta gerenciadora, firmam a presente ata para registrar os preços ofertados pela empresa para fornecimento dos objetos conforme especificações do Anexo 01 do Edital de Pregão respectivo e a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. Os registros de preços no âmbito do Município de Campo Novo de Rondônia reger-se-á pelo Decreto Federal 7.892/2013.
2. O registro de preços terá vigência de até **12 (Doze) meses**, vedada qualquer prorrogação que ultrapasse esse prazo, fixado no art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993.
3. Será permitido o aditamento dos quantitativos dos contratos oriundos da Ata de Registro de Preços em favor do órgão ou entidade beneficiário originalmente, porém limitado a 25%, calculados sobre o valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/1993.
4. São permitidas aquisições ou contratações adicionais por órgãos não participantes da licitação que não exceda, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo dos itens consignados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
4.1. Serão permitidas aquisições ou contratações adicionais (caronas), por qualquer órgão da Administração ou Secretarias Municipais representantes deste Registro, no município de Campo Novo de Rondônia.

CLÁUSULA II – DO OBJETO
O objeto da presente Ata de Registro de Preços visa **Eventual e Futura Aquisição de MEDICAMENTOS INJETÁVEIS e OUTROS que compõe a Tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, conforme edital,** conforme especificações técnicas e condições complementares descritas no Edital de **Pregão Eletrônico nº 033/2023/CPL/PMCNR-RO** e seus anexos, cujos elementos a integra. Os serviços a serem realizados no estimado para contratação deverá ser considerada em termos aproximados, observando a determinação contida no art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, apenas quanto aos acréscimos. A existência de preços registrados não obriga o Município de Campo Novo de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe facultada a realização de licitações específicas para aquisição do objeto, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

RAZÃO SOCIAL/FORNECEDOR:INPHARMA HOSPITALAR LTDA. **CNPJ** 43.607.262/0001-21. **TEL**: (45) 9-9921-7639. **END.:** Rua das Camélias, nº 230, Toledo, Paraná, CEP 85902-460. **E-MAIL:** licitacaoinpharma@hotmail.com. **Representante:** Jean Carlos Petry. CPF ***086.81***. RG **515***/SESP/PR.

VENCEDOR DOS ITENS:

Item	Quant.	Class.	Descrição	Marca	Modelo	Valor Unitário	Valor Total
1	300,00	Ampola	Amicacina Sulfato 250 Mg/Ml Sol Inj Amp Vd Inc X 2 Ml (Bem Hosp)	Teuto	Amicacina Sulf 250 Mg/Ml Amp 2 Ml	R$ 7,00	R$ 2.100,00
8	3.000,00	Ampola	Cimetidina 150 Mg/Ml Sol Inj Amp Vd Amb X 2 Ml (EmbHosp)	Hypofarma	Hycimet 150mg 2ml	R$ 1,45	R$ 4.350,00
33	200,00	Ampola	Sulfato De Atropina 0,25mg/Ml Sol Inj Amp Plas Trans X 1ml (Emb Hosp)	Farmace	Atrofarma	R$ 1,26	R$ 252,00
36	500,00	Ampola	Sulfato De Gentamicina 40 Mg/Ml Sol Inj Amp Vd Inc X 1ml (Emb Hosp)	Santisa	Gentamicin 40mg/Ml 1ml	R$ 1,70	R$ 850,00
37	100,00	Ampola	Sulfato De Terbutalina 5mg/Ml Sol Inj [Amp Vd Amb X 1ml (Emb Hosp)	Hipolabor	Terbutalina 0,5mg/Ml 1ml	R$ 3,65	R$ 365,00
Total R$ 7.917,00							

Item 04 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICA/QUANTIDADES do Termo de Referência do Edital. (ID 271267)

CLÁUSULA III – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS
1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá a validade de **12 meses**, contado da data da assinatura, conforme previsto no § 3º, do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/1993.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio, os objetos referidos na Cláusula II, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no § 4º, do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA IV – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O gerenciamento da presente ata caberá a Secretária da pasta gerenciadora representativa, sendo Secretaria Municipal de Saúde, Sr.ª Edimara da Silva.

CLÁUSULA V – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. É vedada a utilização desta Ata pelos demais órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, salvo após autorização expressa da Administração desta Corte.

2. A Adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações da Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia, consolidadas no Decreto Federal nº 7.892/2013.
3. Os pedidos de adesão deverão observar o atendimento prévio aos regulamentos acima mencionados, e encaminhados a cada Secretaria.

CLÁUSULA VI – DO PREÇO
1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado no certame e estabelecido na Cláusula II deste instrumento.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata será observada a compatibilidade dos preços registrados com aqueles praticados no mercado, conforme especificações técnicas e condições constantes do Edital Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA VII – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA RECEBIMENTO E CONTROLE
1. Em cada contratação, o prazo de entrega do objeto será de forma **PARCIAL**, **de acordo com as necessidades e solicitações da secretaria,** após envio/informativo de nota de empenho, via e-mail, impresso ou mesmo telefone/WhatsApp, em **prazo de ATÉ 15 (quinze) dias, nos locais/endereços determinados,** podendo esse prazo ser prorrogado por uma única vez desde que devidamente justificado e acolhida esta pela Administração Publica, contado a partir do contato feito pelo gestor da Ata de Registro de Preços. Considerando o Termo de Referencia **TODO item 06** visto em processo para licitação do Edital de Pregão Eletrônico **nº 033/PMCNR-CPL/2023.(ID 271267)**
2. A FORNECEDORA obriga-se a fornecer o objeto desta, em conformidade com as especificações descritas no Termo de referência e vinculadas à proposta por ela apresentada, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
3. Os serviços/os produtos a serem prestados/entregues deverão estar no ato, apropriados para o devido uso. Os serviços/os produtos a serem prestados/entregues prestados deverão ser realizados de acordo com solicitação da Secretaria Administrativa. A Administração se reserva o direito de devolver, no todo ou em parte, os produtos/questionar os serviços, que não atenderem ao que ficou estabelecido no edital e nesta ARP e/ou que não estejam adequados.
4. Caso haja interrupção ou atraso no fornecimento dos serviços solicitados, a FORNECEDORA entregará justificativa escrita em até 24 horas contadas do prazo de entrega constante do item 1 desta cláusula. A justificativa será analisada pela Administração que tomará as providências necessárias para adequação do fornecimento, sob pena de multa e outras penalidades possíveis.
5. Os serviços/os produtos a serem prestados/entregues serão somente à pessoa credenciada pela Administração, que procederá a conferência com base no pedido escrito. Caso o objeto da entrega esteja de acordo com o pedido, a nota fiscal será atestada.
6. A FORNECEDORA não poderá receber e/ou enviar para recebimento requisições rasuradas, posto que as mesmas não serão aceitas para efeito de pagamento.
7. Em caso de dúvida sobre a autenticidade dos materiais, a FORNECEDORA se compromete a arcar com os custos dos testes de originalidade de equipamentos, a serem realizados nos laboratórios dos Próprios fabricantes, ou não sendo possível, em outro escolhido de comum acordo entre as partes.
8. Todas as despesas relativas às prestações de serviços/entrega dos materiais fora da sede da empresa tais como fretes e/ou transportes, alimentação, hospedagem, correrão à custa exclusivamente da FORNECEDORA.
9. A conferência e o acompanhamento dos serviços ficarão sob responsabilidade do Secretário(a) ou servidor(a) que o mesmo designar para tal função.
10. Os serviços deverão ser fornecidos mediante Nota Fiscal Eletrônica – modelo 55, Certidão Negativa de Débitos Relativos a Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (INSS), e Certificado de Regularidade do FGTS (CRF). A Nota Fiscal Eletrônica e as Certidões deverão estar dentro dos seus respectivos prazos de validade.

CLÁUSULA VIII – DO PAGAMENTO
1. Nas contratações decorrentes deste registro, o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pelo licitante vencedor em sua proposta de preços, no prazo máximo de ate **30 (trinta) dias úteis** após o recebimento definitivo do objeto atestado pelo setor competente mediante a apresentação da fatura/nota fiscal.

CLÁUSULA IX – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
1. A Ata de Registro de Preços será formalizada nos termos do edital de Pregão Eletrônico **nº 033/2023/CPL/PMCNR-RO**.
2. A licitante VENCEDORA fica obrigada a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega delas decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
3. Se o fornecimento não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a FORNECEDORA será intimada à sua substituição **imediatamente**.
4. As faturas deverão ser entregues com a devida comprovação de manutenção das condições habilitarias previstas no certame, na forma exigida pelo edital de licitação.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade do licitante vencedor.
6. **O licitante vencedor declara haver levado em conta na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre o fornecimento, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente**.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada contratação decorrente da presente Ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão Eletrônico **nº 033/2023/CPL/PMCNR-RO**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual recusa no recebimento não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a FORNECEDORA da aplicação das penalidades previstas no Art. 87, da Lei Federal n.º 8.666/1993.
9. A FORNECEDORA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos contratos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA X – DAS PENALIDADES
1. No caso de atraso injustificado, execução parcial ou inexecução do compromisso assumido com a Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia, a FORNECEDORA desta Ata ficará sujeito às penalidades previstas no item 15 do Edital de Pregão Eletrônico **nº 033/2023/CPL/PMCNR-RO**, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvado os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida prévia e ampla defesa, às cominações previstas no edital.

CLÁUSULA XI – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços informados pelo licitante vencedor em sua proposta serão fixos e irreajustáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

1.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA XII – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. O recebimento do objeto mediante aposição de "atesto" na fatura/nota fiscal far-se-á nos prazos e condições estabelecidos no edital de licitação que precedeu o presente registro, em consonância com o art. 73, II da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA XIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:
1.1. **Pela Administração**, quando:
1.1.1. O licitante VENCEDOR não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
1.1.2. O licitante VENCEDOR der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços;
1.1.3. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, sendo frustrada a negociação para redução dos preços avençados;
1.1.4. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.
1.2. **Pelo licitante vencedor** quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
1.2.1. A solicitação para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades mencionadas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido;
2. A comunicação do cancelamento do preço registrado pela Administração será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que originaram esta Ata;
2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do licitante vencedor, a comunicação será feita por publicação na AROM, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

CLÁUSULA XIV – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. A contratação do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada pela **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA - Gerenciadora.**

CLÁUSULA XV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o edital de Pregão Eletrônico **nº 033/2023/CPL/PMCNR-RO**, a proposta das empresas vencedoras que esta subscreve.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico nº **033/2023/CPL/PMCNR-RO**, pela(o) Ilustríssima(o) Senhora(o) Secretária(o) Municipal da pasta gerenciadora, do Município de Campo Novo de Rondônia.

Campo Novo de Rondônia, 28 de Novembro de 2023.

RAZÃO SOCIAL/FORNECEDOR: *INPHARMA HOSPITALAR LTDA - 43.607.262/0001-21.*

EDIMARA DA SILVA.
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Karen Alves Dos Santos Queiroz
Código Identificador:B816F5E6

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 310-19.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 310/19.

DAS PARTES:

- MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA.
-PÚBLICA SERVIÇOS LTDA.

DAS ALTERAÇÕES: Ficam alterada pelo presente a cláusula quarta, quinta e sexta do Contrato nº. 310/2019.

DO VALORR$. 283.500,00**(duzentos e oitenta e três mil, quinhentos reais), com adicional no percentual de 17,778% (dezessete vírgula setenta e sete oito por cento), que corresponde ao valor de R$.50.400,00(cinquenta mil quatrocentos reais) do valor inicial do contrato. Perfazendo o total deR$.333.900,00(trezentos e trinta e três mil novecentos reais)**, devido à necessidade da inclusão da Câmara Municipal, com fundamento nos dispositivos acima citados.

DO PRAZO: 12 (doze)meses, contados de do término do 3º. Termo Aditivo, ou seja, 02/12/2023 término previsto para 02/12/2024, conforme autorização nos autos do Proc. Adm. nº.2315/19.

DA DOTAÇÃO ORÇAMNETÁRIA:
EXERCÍCIO 2023

02.03.01.**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA SEMFAZ**
04.123.0021.2005.0000 -**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMFAZ**
3.3.90.40.00-**SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICACAO PJ**
NO VALOR DE R$.23.625,00 (VINTE E TRÊS MIL SEISCENTOS E VINTE E CINCO REAIS)
NOTA DE EMPENHO Nº. 3572, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023.

01.01.01. PODER LEGISLATIVO CAMARA MUNICÍPAL
01.031.0001.2001.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS
3.3.90.40.00-**SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICACAO PJ**
NO VALOR DE 4.200,00 (QUATRO MIL E DUZENTOS REAIS)

RESERVA ORÇAMENTARIA EXERCICIO MUNICÌPIO EXERCICIO 2024

Unidade Orçamentária: 02.03.01 Recursos Livres/LIVRE			
Funcional: 04.123.0021.2005.0000			
EXERCÍCIO DE 2023		EXERCÍCIO DE 2024	
Elemento de Despesa	Valor	Elemento de Despesa	Valor
3.3.90.40.06 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação Locação de Software	R$ 23.625,00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação Locação de Software	R$ 259.875,00
TOTAL RESERVADO 2022	R$ 23.625,00	TOTAL RESERVADO 2023	R$ 259.875,00

RESERVA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CÂMARA MUNICIPAL EXERCÍCIO 2024

Unidade Orçamentária: 01.01.01 Câmara Municipal			
Funcional: 01.001.01.031.0001.2.001 Manutenção das Atividades Legislativas.			
EXERCÍCIO DE 2023		EXERCÍCIO DE 2024	
Elemento de Despesa	Valor	Elemento de Despesa	Valor
3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação Pessoa Jurídica	R$ 4.200,00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação Pessoa Jurídica.	R$ 46.200,00
TOTAL RESERVADO 2022	R$ 4.200,00	TOTAL RESERVADO 2023	R$ 46.200,00

DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem em vigor e inalteradas todas as demais cláusulas do Contrato nº. 310/19, não expressamente modificadas por este Termo Aditivo.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:nº. 2315/19.SEMFAZ.

DATA DA ASSINATURA DO TERMO:22 de novembro de 2022.

Chupinguaia - RO, 22 de novembro de 2023.

IDIONE TERESINHA PIZZATO
Procuradora Geral do Município

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**IDIONE TERESINHA PIZZATO**,**PROCURADOR GERAL**, em 23/11/2023 às 06:55, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**461572**e o código verificador**5271F8A0**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	IDIONE TERESINHA PIZZATO	***.848.050-**	23/11/2023 06:56

Publicado por:
Katiucia Paula da Silva
Código Identificador:9E93F039

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2023 - RELAÇÃO DA INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS (AS) DEFERIDOS/ INDEFERIDOS E INDEFERIDOS E RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DE TÍTULOS.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2023

A Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste - Rondônia, através da Secretaria Municipal de Educação, por intermédio da Comissão designada, conforme Portaria nº 076, de 21 de agosto de 2023, torna pública a relação da inscrição dos candidatos deferidos e indeferidos e resultados das avaliações de títulos no Processo Seletivo nº 002/2023, para a composição do banco de Gestores Escolares (Diretor e Vice-Diretor).

Relação da inscrição dos candidatos (as) deferidos/ indeferidos e indeferidos e resultados das avaliações de títulos.
Imprimir

Cargo:Diretor- Local:SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMEDTotal Inscrito:6						
Seq	**Inscrição**	**Nascimento**	**Nome**	**CPF**	**Situação da inscrição**	**Resultado das Avaliações de títulos**
1	12-1-1/2023	04/08/1972	Ana Maria Lessa de Castro	xxx.494.332-xx	Indeferida	---
2	12-1-3/2023	30/09/1980	Eleni Rodrigues silva	xxx.076.002-xx	Deferida	22
3	12-1-2/2023	24/11/1981	Leila Chrystalina Trindade	xxx.351.332-xx	Deferida	31
4	12-1-4/2023	11/12/1983	Maria Cristina Solidera Rossi	xxx.458.762-xx	Deferida	18
5	12-1-5/2023	30/08/1977	Raimundo Nonato Pereira dos Santos	xxx.903.482-xx	Deferida	29

6	12-1-6/2023	25/04/1980	Marilda da Cruz Paiva Vieira	xxx.108.582-xx	Deferida	18

Cargo:Vice-Diretor- Local:SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMEDTotal Inscrito:3						
Seq	**Inscrição**	**Nascimento**	**Nome**	**CPF**	**Situação**	**Resultado das Avaliações de títulos**
1	12-2-2/2023	20/09/1965	Lindonete de Paula	xxx.051.892-xx	Deferida	44
2	12-2-1/2023	30/05/1982	Lilian Biavatti da Silva	xxx.256.712-xx	Deferida	26
3	12-2-3/2023	30/10/1988	Rosilaine Rodrigues de Miranda Silva	xxx.674.882-xx	Deferida	44

VALDICÉIA DE CÁSSIA DA SILVA BALBINOT
Presidente da Comissão

PATRÍCIA DE SÁ COSTA
Secretária da Comissão

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 –CEP 76.993-000
Emailgabprefcol@hotmail.com/Sitewww.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO

Documento assinado eletronicamente por**Valdiceia de Cassia da Silva Balbinot**,**MEMBRO DA COMISSÃO**, em 29/11/2023 às 08:09, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 095 de 29/04/2020.
Documento assinado eletronicamente por**Patricia de Sá Costa**,**MEMBRO DA COMISSÃO**, em 29/11/2023 às 08:13, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 095 de 29/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.coloradodooeste.ro.gov.br, informando o ID**307377**e o código verificador**7A526092**.

Publicado por:
Robson Pereira da Silva
Código Identificador:97205EF1

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 035/2023 – PUBLICAÇÃO DO 2º TRIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSAU; SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SEMAF; SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS; SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO – SEMECD, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS – SEMOSP.
EXTRATO DE ATA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 035/2023
PROCESSO N.º 173/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 025/SRP/2023

Aos 29 dias do mês de Maio do ano de dois mil e vinte três, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 15 Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal nº. 8.883/94, Lei Federal 10.520/02, **Decreto Municipal nº. 078** de 10 de julho de 2009 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 025/2023,** em virtude de deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:
CLÁUSULA I – DO OBJETO
1. O objeto da presente ata é o registro de preços para o fornecimento, nas condições estabelecidas no edital, objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA (GLP) 13 KG, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETÁRIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM-RO, por um período de 12 (doze) meses,** conforme preços, condições e especificações constantes no Edital e Termo de Referência, decorrentes do certame relativo ao **Pregão Eletrônico Nº. 025/2023**, cujos elementos a integram.
2. A quantidade estimada de entrega deverá ser considerada em termos aproximados, observado a determinação contida no art. 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93, apenas quanto aos acréscimos.
3. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **ADAIL ALVES DE MIRANDA LTDA.**
C.N.P.J.: 41.347.054/0001-49, TEL/FAX: (69) 3582-2659
ENDEREÇO: RUA JACAMIM – SETRO 01 – CUJUBIM – RO.
CEP: 76.864-000
NOME DO REPRESENTANTE: ADAIL ALVES DE MIRANDA.

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
02	Botija de Gás Liquefeito de Petróleo GLP, Material Chapa de Aço, capacidade de armazenamento de 13KG	**AMAZONGAS**	**UN**	**02**	**R$ 140,00**	**ADAIL ALVES DE MIRANDA LTDA.**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.
1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, contado da data de sua publicação no Diário Oficial, conforme previsto no § 3º, do art. 15 da Lei Federal 8.666/93.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no § 4º, do art. 15 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Administração e Gerenciamento da presente Ata, caberá à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO
1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a previsão do inc. III, § 3º, do art. 15 da Lei 8.666/93.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO
1. A entrega dos produtos se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias participantes do Registro de Preços, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a solicitação.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO
Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigesimo) dia do mês subsequente, a contar da data em for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital de Pregão em referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas no Art. 87, da Lei nº. 8.666/93.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Art. 7º, Lei 10.520/2002).
(Incisos XVII, XVIII, XIX e XX do Art. 11; Art. 86, 87 e 88 Lei 8.666/93).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-Advertência;
II- **multa moratória** de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;
III- **multa compensatória** de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze)
IV-**declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir.

9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:
-ensejar o retardamento da execução do objeto deste termo de referência;
- não mantiver a proposta, injustificadamente;
- comportar-se de modo inidôneo
- fizer declaração falsa;
-cometer fraude fiscal;
-falhar ou fraudar na execução do contrato.
9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo IV da Lei de Licitações e Contratos – 8.666/1993.
9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços informados pela licitante vencedora em sua proposta serão fixos e irreajustáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
1.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos previstos no art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto.

CLÁUSULA XI – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Os materiais objeto da presente ata serão entregues no almoxarifado da Prefeitura Municipal de Cujubim, nos termos e condições fixados no edital e no contrato, e serão recebidos pelo setor competente, consoante o disposto no art. 15 da Lei Federal nº. 8666/93 e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA XII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:
1.1. pela Administração, quando:
1.1.1. as licitantes vencedoras não cumprirem as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
1.1.2. a(s) licitante(s) vencedora(s) não retirar (em) a nota de empenho ou assinar(em) o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua(s) justificativa(s);
1.1.3. a(s) licitante(s) vencedora(s) der (em) causa a rescisão administrativa de contrato decorrente da presente ata de registro de preços;
1.1.4. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
1.1.5. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
1.2. pela(s) licitante(s) vencedora(s), quando mediante solicitação por escrito, comprovar (em) estar impossibilitada(s) de cumprir as exigências desta ata de registro de preços;
1.2.1. a solicitação para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades mencionadas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.
2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, pela administração, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que originaram esta Ata.
2.1. no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da(s) licitante(s) vencedora(s), a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos município, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

CLÁUSULA XIII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias Municipais desta Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital de **Pregão Eletrônico Nº 025/2023**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 173/2023**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 025/2023**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 29 de Maio de 2023.

CLAUDINEI PELIZZON
Gerente do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(S) Vencedora(S) Do Certame

Adail Alves De Miranda LTDA.
C.N.P.J.: 41.347.054/0001-49
Representante:
ADAIL ALVES DE MIRANDA.

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:B9A91683

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 036/2023 – PUBLICAÇÃO DO 2º TRIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSAU; SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SEMAF; SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS; SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO – SEMECD, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS – SEMOSP.
EXTRATO DE ATA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 036/2023
PROCESSO N.º 173/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 025/SRP/2023

Aos 29 dias do mês de Maio do ano de dois mil e vinte três, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 15 Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal nº. 8.883/94, Lei Federal 10.520/02, **Decreto Municipal nº. 078** de 10 de julho de 2009 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 025/2023,** em virtude de deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. O objeto da presente ata é o registro de preços para o fornecimento, nas condições estabelecidas no edital, objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA (GLP) 13 KG, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETÁRIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM-RO, por um período de 12 (doze) meses,** conforme preços, condições e especificações constantes no Edital e Termo de Referência, decorrentes do certame relativo ao **Pregão Eletrônico Nº. 025/2023**, cujos elementos a integram.
2. A quantidade estimada de entrega deverá ser considerada em termos aproximados, observado a determinação contida no art. 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93, apenas quanto aos acréscimos.
3. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **R. P. FAGUNDES REPRESENTAÇÕES LTDA.**
C.N.P.J.: 40.880.035/0001-87, TEL/FAX: (69) 3582-2055
ENDEREÇO: AV. GALO DA SERRA, Nº 2168, CUJUBIM – RO.
CEP: 76.864-000
EMAIL: fagundesaltair2022@gmail.com
NOME DO REPRESENTANTE: ALTAIR FAGUNDES.

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
01	Carga de Gás Liquefeito de Petróleo GLP de 13 Kg.**(AMPLA CONCORRÊNCIA)**	**AMAZONGAS**	**UN**	**572**	**R$ 113,00**	**R. P. FAGUNDES REPRESENTAÇÕES LTDA.**
03	Carga de Gás Liquefeito de Petróleo GLP de 13 Kg.**(RESERVA DE COTA ITEM 01)**	**AMAZONGAS**	**UN**	**190**	**R$ 113,00**	**R. P. FAGUNDES REPRESENTAÇÕES LTDA.**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.

1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, contado da data de sua publicação no Diário Oficial, conforme previsto no § 3º, do art. 15 da Lei Federal 8.666/93.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no § 4º, do art. 15 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A Administração e Gerenciamento da presente Ata, caberá à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO

1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a previsão do inc. III, § 3º, do art. 15 da Lei 8.666/93.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO
1. A entrega dos produtos se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias participantes do Registro de Preços, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a solicitação.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO
Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigesimo) dia do mês subsequente, a contar da data em for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital de Pregão em referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas no Art. 87, da Lei nº. 8.666/93.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Art. 7º, Lei 10.520/2002).
(Incisos XVII, XVIII, XIX e XX do Art. 11; Art. 86, 87 e 88 Lei 8.666/93).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-Advertência;
II- **multa moratória** de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;
III- **multa compensatória** de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze)
IV-**declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir.
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:
-ensejar o retardamento da execução do objeto deste termo de referência;
- não mantiver a proposta, injustificadamente;
- comportar-se de modo inidôneo
- fizer declaração falsa;
-cometer fraude fiscal;
-falhar ou fraudar na execução do contrato.
9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo IV da Lei de Licitações e Contratos – 8.666/1993.
9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1. Os preços informados pela licitante vencedora em sua proposta serão fixos e irreajustáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
1.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos previstos no art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto.

CLÁUSULA XI – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Os materiais objeto da presente ata serão entregues no almoxarifado da Prefeitura Municipal de Cujubim, nos termos e condições fixados no edital e no contrato, e serão recebidos pelo setor competente, consoante o disposto no art. 15 da Lei Federal nº. 8666/93 e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA XII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:
1.1. pela Administração, quando:
1.1.1. as licitantes vencedoras não cumprirem as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
1.1.2. a(s) licitante(s) vencedora(s) não retirar (em) a nota de empenho ou assinar(em) o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua(s) justificativa(s);
1.1.3. a(s) licitante(s) vencedora(s) der (em) causa a rescisão administrativa de contrato decorrente da presente ata de registro de preços;
1.1.4. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
1.1.5. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
1.2. pela(s) licitante(s) vencedora(s), quando mediante solicitação por escrito, comprovar (em) estar impossibilitada(s) de cumprir as exigências desta ata de registro de preços;
1.2.1. a solicitação para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades mencionadas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.
2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, pela administração, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que originaram esta Ata.
2.1. no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da(s) licitante(s) vencedora(s), a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos município, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

CLÁUSULA XIII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias Municipais desta Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital de **Pregão Eletrônico Nº 025/2023**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 173/2023**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 025/2023**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 29 de Maio de 2023.

CLAUDINEI PELIZZON
Gerente do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(S) Vencedora(S) Do Certame

R. P. Fagundes Representações LTDA.
C.N.P.J.: 40.880.035/0001-87
Representante:
ALTAIR FAGUNDES.

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:47E4FB42

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N. º 15.183/GAB-PREF/2023 GUAJARÁ-MIRIM (RO), 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre a nomeação do Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

RAISSA DA SILVA PAES, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia o uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

D E C R E T O

Art. 1º. Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas para comporem a nova composição dos conselheiros do **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, sendo elas:

Representação Governamental - SEMTAS	**Função**
Lucineide Viriato Dantas	Titular
Eliziane França Moreira silvino	Suplente
Representação Governamental- SEMFAZ	**Função**
Raimundo Nonato dos Santos Braga	Titular
Vacância	Suplente
Representação Governamental- SEMED	**Função**
Tania Santana Portugal	Titular
Elma Janet Bormann Braga	Suplente
Representação Governamental- SAÚDE	**Função**
Rosangela da Silva	Titular
Maxsuellen leite silva	Suplente
Representação Governamental- COMPLA	**Função**
Alexandra Flores Rodrigues	Titular
Sandriely Moraes de Melo	Suplente
Representação Sociedade Civil CENTRO DESPERTAR	**Função**
Mateus Pereira Nogueira	Titular
Altemar do Nascimento Carvalho	Suplente
Representação Sociedade Civil - ASDEFIG	**Função**
Maria Floriza Gomes Pantoja	Titular
Maria de Lourdes de Carvalho	Suplente
Representação Sociedade Civil – CORDEFIG	**Função**
Elizeu Carmo e Silva	Titular
Augusto Aparecido Fernandes Lopes	Suplente
Representação Sociedade Civil – Associação ser Mulher	**Função**
Iris Rodrigues Duran	Titular
Lucila Socorro de Olivera	Suplente
Representação Sociedade Civil – Pestalozzi	**Função**
Lilimar Lemos de Moura	Titular
Jusceline Saraiva dos Santos	Suplente
Lucineide Viriato Dantas	Presidente
Lilimar Lemos de Moura	Vice Presidente

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, em especial o **DECRETO N. º 15.177/GAB-PREF/2023**, publique-se.

Palácio Pérola do Mamoré, 20 de novembro de 2023.

RAISSA DA SILVA PAES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Adriana de Souza Nascimento da Silva
Código Identificador:F5E2760E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 15.182–GAB.PREF/2023

DA SILVA PAES,PREFEITA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia, usando de suas prerrogativas e atribuições, contidas no artigo 58 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o que consta na Lei nº 2.537-GAB.PREF/2022, Artigo 9º parágrafo 1º.
D E C R E T A

Art. 1º- Art. 1º. Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL CMPC:

I - Representantes Sociedade Civil	
a)Segmento de Artes Visuais (Pintura, gravura, desenho, escultura, cerâmica, arquitetura)	
Titular	Helena Lima Mendonça
Suplente	Darianne Karoline D. Cavalcante
b)Segmento de Artes Cênicas (Teatro,dança, música)	
Titular	Thaiz Rodrigues Lucksis
Suplente	Caio Oliveira Guimarães
c)Segmento de Artesanato	
Titular	Rosa Solani Fernandes Lima
Suplente	Ricardo Gama Pereira
d)Segmento de Cultura Popular (Carnaval, boi-bumbá, quadrilha e outros)	
Titular	Camila Prado de Afonso Miranda
Suplente	Girlene Cuentro Lucas
e)Segmento de Cultura da Diversidade Cultural, Cultura Afro, Cultura indígena, comunidades estrangeiras, Cultura LGBTQIAPN+	
Titular	Leivilson da Conceição Rocha
Suplente	Rafaella Fernandes da Cruz
f)Segmento de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura	
Titular	Auxiliadora dos Santos Pinto
Suplente	Fábio Robson Casara Cavalcante
g)Segmento de Audiovisual	
Titular	Golda Kelly de Souza Barros
Suplente	Niki Laudo Rodrigues Castro

II Representantes do Poder público:	
a)Secrertaria /Municipal de Cultura, Esporte eTurismo	
Titular	Ricardo Lira Maia
Suplente	Paulo Jorge Gomes dos Santos

b)Instituto Federal de Rondônia	
Titular	Geane da Silva Tavares
Suplente	Carlos Eduardo Sousa da Fonseca
c)Regional Casa Civil	
Titular	Artaxerxes Andrade Santos
Suplente	Eliete Costa Correia Gomes
d)SEMTAS	
Titular	Ozana Gomes Videira Reis
Suplente	Cleomilda Paula da Cruz
e)PGM	
Titular	Ane de Albuquerque Duran
Suplente	Pedro Paulo Valeriano
f)Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	
Titular	John Kennedy Nunes Mourão
Suplente	Paulo Henrique Araújo Lobo
g)Universidade Federal de Rondônia - UNIR	
Titular	Ariel Argobe da Costa Brasil
Suplente	Zuila Guimarães Cova dos Santos

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Palácio Pérola do Mamoré, 22 de novembro de 2023.

RAISSA DA SILVA PAES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Adriana de Souza Nascimento da Silva
Código Identificador:AFBC75E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ANEXO 1 RREO - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 5º BIMESTRE DE 2023

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL							
PERIODO: Janeiro a outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro							
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1							
RECEITAS	PREVIS ÃO INICIA L	PREVISÃ O ATUALIZA DA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZA R (a- c)
			BIMESTRE % (b)	(b/a)	JAN A OUT (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (I)	144.527.879,91	149.394.389,77	23.286.983,38	15,59	125.570.689,12	84,05	23.823.700,65
RECEITAS CORRENTES	144.282.924,91	148.239.689,77	23.215.294,38	15,66	124.315.402,93	83,86	23.924.286,84
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	10.872.739,98	10.872.739,98	2.418.338,06	22,24	12.614.056,30	116,0 2	-1.741.316,32
Impostos	9.534.204,48	9.534.204,48	2.101.306,25	22,04	10.762.132,64	112,8 8	-1.227.928,16
Taxas	1.338.535,50	1.338.535,50	317.031,81	23,68	1.851.923,66	138,3 5	-513.388,16
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	10.379.314,15	10.379.314,15	1.776.664,13	17,12	7.390.132,91	71,20	2.989.181,24
Contribuições Sociais	7.273.160,97	7.273.160,97	1.123.291,73	15,44	4.471.273,37	61,48	2.801.887,60
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	3.106.153,18	3.106.153,18	653.372,40	21,03	2.918.859,54	93,97	187.293,64
RECEITA PATRIMONIAL	6.619.945,40	6.619.945,40	1.466.777,95	22,16	11.919.278,16	180,0 5	-5.299.332,76
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	29.181,78	29.181,78	5.637,99	19,32	18.663,29	63,96	10.518,49
Valores Mobiliários	6.590.763,62	6.590.763,62	1.461.139,96	22,17	11.900.614,87	180,5 7	-5.309.851,25
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	116.222.705,38	120.179.470,24	17.494.303,91	14,56	92.111.089,86	76,64	28.068.380,38
Transferências da União e de suas Entidades	52.162.212,24	54.111.748,21	8.556.925,08	15,81	42.813.629,45	79,12	11.298.118,76
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	38.888.398,80	40.268.083,28	5.232.422,70	12,99	28.560.799,53	70,93	11.707.283,75
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	5.142,86	5.142,86	0,00	0,00	0,00	0,00	5.142,86
Transferências de Outras Instituições Públicas	25.166.951,48	25.794.495,89	3.704.256,61	14,36	20.716.357,09	80,31	5.078.138,80
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	699,52	0,00	20.303,79	0,00	-20.303,79
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	188.220,00	188.220,00	59.210,33	31,46	280.845,70	149,2 1	-92.625,70
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	1.047,04	0,00	5.685,36	0,00	-5.685,36
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	185.000,00	185.000,00	58.163,29	31,44	273.145,02	147,6 5	-88.145,02
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	3.220,00	3.220,00	0,00	0,00	2.015,32	62,59	1.204,68
RECEITAS DE CAPITAL	244.955,00	1.154.700,00	71.689,00	6,21	1.255.286,19	108,7 1	-100.586,19
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	178.910,19	0,00	-178.910,19
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	178.910,19	0,00	-178.910,19
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	244.955,00	1.154.700,00	71.689,00	6,21	1.076.376,00	93,22	78.324,00
Transferências da União e de suas Entidades	244.955,00	654.700,00	71.689,00	10,95	576.376,00	88,04	78.324,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	100,0 0	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.898.902,82	7.898.902,82	2.098.990,42	26,57	9.473.327,09	119,9 3	-1.574.424,27

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZAD A (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO % A REALIZA R (a- c)
			BIMESTRE % (b)	(b/a)	JAN A OUT (c)	(c/a)	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	152.426.782,73	157.293.292,59	25.385.973,80	16,14	135.044.016,21	85,85	22.249.276,38
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV) DÉFICIT (VI)	152.426.782,73	157.293.292,59	25.385.973,80	16,14	135.044.016,21 0,00	85,85	22.249.276,38
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	152.426.782,73	157.293.292,59	25.385.973,80	16,14	135.044.016,21	85,85	22.249.276,38
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	19.801.176,82			19.801.176,82		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		19.801.176,82			19.801.176,82		

DESPESAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EMRESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)
			BIMESTRE	JAN A OUT (f)		BIMESTRE	JAN A OUT (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	132.329.577,00	171.315.605,83	22.448.480,73	115.140.348,66	56.175.257,17	21.741.056,62	97.599.414,78	73.716.191,05	94.987.696,33	0,00
DESPESAS CORRENTES	121.591.266,35	141.174.409,32	19.114.666,27	104.534.336,42	36.640.072,90	20.473.278,21	93.153.042,53	48.021.366,79	90.860.034,20	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	76.609.455,55	85.991.078,92	13.798.195,85	65.303.985,49	20.687.093,43	14.081.769,93	65.240.107,24	20.750.971,68	63.760.236,06	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	119.500,00	119.500,00	15.856,34	68.643,24	50.856,76	15.856,34	68.643,24	50.856,76	68.643,24	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	44.862.310,80	55.063.830,40	5.300.614,08	39.161.707,69	15.902.122,71	6.375.651,94	27.844.292,05	27.219.538,35	27.031.154,90	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	44.862.310,80	55.063.830,40	5.300.614,08	39.161.707,69	15.902.122,71	6.375.651,94	27.844.292,05	27.219.538,35	27.031.154,90	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	10.088.310,65	30.014.996,51	3.333.814,46	10.606.012,24	19.408.984,27	1.267.778,41	4.446.372,25	25.568.624,26	4.127.662,13	0,00
INVESTIMENTOS	5.862.472,41	25.789.158,27	2.948.958,34	8.228.853,40	17.560.304,87	833.457,99	2.118.677,81	23.670.480,46	1.799.967,69	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.378.000,00	1.378.000,00	0,00	0,00	1.378.000,00	0,00	0,00	1.378.000,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.847.838,24	2.847.838,24	384.856,12	2.377.158,84	470.679,40	434.320,42	2.327.694,44	520.143,80	2.327.694,44	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	650.000,00	126.200,00	0,00	0,00	126.200,00	0,00	0,00	126.200,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	12.306.116,04	12.816.437,83	975.208,58	10.915.755,45	1.900.682,38	1.955.666,74	9.290.081,09	3.526.356,74	8.991.886,36	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	144.635.693,04	184.132.043,66	23.423.689,31	126.056.104,11	58.075.939,55	23.696.723,36	106.889.495,87	77.242.547,79	103.979.582,69	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	144.635.693,04	184.132.043,66	23.423.689,31	126.056.104,11	58.075.939,55	23.696.723,36	106.889.495,87	77.242.547,79	103.979.582,69	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				8.987.912,10			28.154.520,34		31.064.433,52	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	144.635.693,04	184.132.043,66	23.423.689,31	135.044.016,21		23.696.723,36	135.044.016,21		135.044.016,21	0,00
RESERVA DO RPPS	7.791.089,69	7.541.089,69			7.541.089,69			7.541.089,69		

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVIS ÃO INICIAL	PREVISÃ O ATUALIZA DA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a- c)
			BIMESTRE % (b)	(b/a)	JAN A OUT (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.898.902,82	7.898.902,82	2.098.990,42	26,57	9.473.327,09	119,9 3	-1.574.424,27
RECEITAS CORRENTES	7.898.902,82	7.898.902,82	2.098.990,42	26,57	9.473.327,09	119,9 3	-1.574.424,27
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	3.811.095,74	3.811.095,74	1.303.728,59	34,21	5.645.537,94	148,1 3	-1.834.442,20
Contribuições Sociais	3.811.095,74	3.811.095,74	1.303.728,59	34,21	5.645.537,94	148,1 3	-1.834.442,20
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.087.807,08	4.087.807,08	795.261,83	19,45	3.827.789,15	93,64	260.017,93
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes	4.087.807,08	4.087.807,08	795.261,83	19,45	3.827.789,15	93,64	260.017,93
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAC AO INICIA L (d)	DOTAÇÃ O ATUALIZA DA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPES AS PAGAS ATÉ O BIMESTR E (j)	INSCRITAS EMRESTOS A PAGAR NÃO PROCESSAD OS² (k)
			BIMESTRE	JAN A OUT (f)		BIMESTRE	JAN A OUT (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	12.306.116,04	12.816.437,83	975.208,58	10.915.755,45	1.900.682,38	1.955.666,74	9.290.081,09	3.526.356,74	8.991.886,36	0,00
DESPESAS CORRENTES	10.736.219,53	11.246.541,32	975.208,58	9.345.858,94	1.900.682,38	1.766.187,50	8.163.422,59	3.083.118,73	7.865.227,86	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.807.939,73	6.318.261,52	975.208,58	4.432.686,80	1.885.574,72	975.921,69	4.432.423,56	1.885.837,96	4.134.228,83	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	18.000,00	18.000,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.910.279,80	4.910.279,80	0,00	4.895.172,14	15.107,66	790.265,81	3.730.999,03	1.179.280,77	3.730.999,03	0,00

DESPESAS DE CAPITAL	1.569.896,51	1.569.896,51	0,00	1.569.896,51	0,00	189.479,24	1.126.658,50	443.238,01	1.126.658,50	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.569.896,51	1.569.896,51	0,00	1.569.896,51	0,00	189.479,24	1.126.658,50	443.238,01	1.126.658,50	0,00

Publicado por:
Mayara Farel Mesquita Braga
Código Identificador:935F477A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ANEXO 2 RREO - EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO 5º BIMESTRE DE 2023

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZA DA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRIT AS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES SADOS (f)
			BIMEST RE	JAN A OUT (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A OUT (d)	% (d/tota l d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	132.329.577,00	171.315.605, 83	22.448.48 0,73	115.140.34 8,66	91,34	56.175.257, 17	21.741.05 6,62	97.599.414, 78	91, 31	73.716.191,0 5	0,00
Legislativa	5.640.069,74	5.847.069,74	926.99 9,50	5.290.962,9 4	4,20	556.106,80	952.64 3,33	5.197.677, 23	4,8 6	649.392,51	0,00
Ação Legislativa	5.640.069,74	5.847.069 ,74	926.999,50	5.290.962, 94	4,20	556.106,8 0	952.643,3 3	5.197.677, 23	4,86	649.392 ,51	0,00
Judiciária	5.903.049,00	7.759.117 1.315.241,9 ,32	2	6.963.543, 27	5,52	795.574,0 5	1.347.404, 35	6.943.603, 84	6,50	815.513 ,48	0,00
Ação Judiciária	215.000,00	515.000,0 0	41.993,44	446.177,47	0,35	68.822,53	54.147,81	446.177,07	0,42	68.822, 93	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	5.688.049,00	7.244.117 ,32	1.273.248,4 8	6.517.365, 80	5,17	726.751,5 2	1.293.256, 54	6.497.426, 77	6,08	746.690 ,55	0,00
Administração	32.460.526,70	31.243.75 8,38	3.556.618,5 6	23.846.633 ,53	18,92	7.397.124 ,85	4.041.835, 45	19.052.633 ,25	17,82	12.191. 125,13	0,00
Planejamento e Orçamento	726.750,00	796.750,0 0	18.451,00	374.775,15	0,30	421.974,8 5	43.354,60	54.896,08	0,05	741.853 ,92	0,00
Controle Interno	100.000,02	65.000,02	0,00	787,50	0,00	64.212,52	0,00	787,50	0,00	64.212, 52	0,00
Administração Geral	31.602.276,68	30.350.50 8,36	3.538.167,5 6	23.470.550 ,88	18,62	6.879.957 ,48	3.998.480, 85	18.996.429 ,67	17,77	11.354. 078,69	0,00
Demais Subfunções	31.500,00	31.500,00	0,00	520,00	0,00	30.980,00	0,00	520,00	0,00	30.980, 00	0,00
Segurança Pública	0,00	823.069,6 2	0,00	681.824,91	0,54	141.244,7 1	40.056,96	40.056,96	0,04	783.012 ,66	0,00
Demais Subfunções	0,00	823.069,6 2	0,00	681.824,91	0,54	141.244,7 1	40.056,96	40.056,96	0,04	783.012 ,66	0,00
Assistência Social	4.043.543,11	5.224.079 ,22	623.701,67	3.049.513, 93	2,42	2.174.565 ,29	563.712,6 3	2.628.649, 32	2,46	2.595.4 29,90	0,00
Assistência ao Idoso	120.000,00	120.000,0 0	27.058,45	71.737,13	0,06	48.262,87	16.778,01	39.116,43	0,04	80.883, 57	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	675.861,50	1.101.557 ,03	151.854,66	659.244,66	0,52	442.312,3 7	140.129,2 8	564.989,03	0,53	536.568 ,00	0,00
Assistência Comunitária	835.529,33	1.556.836 ,31	137.920,96	541.556,02	0,43	1.015.280 ,29	87.670,09	284.675,83	0,27	1.272.1 60,48	0,00
Administração Geral	2.412.152,28	2.445.685 ,88	306.867,60	1.776.976, 12	1,41	668.709,7 6	319.135,2 5	1.739.868, 03	1,63	705.817 ,85	0,00
Previdência Social	10.881.000,00	11.131.00 0,00	1.727.639,5 8	8.990.282, 37	7,13	2.140.717 ,63	1.779.035, 06	8.940.635, 41	8,36	2.190.3 64,59	0,00
Previdência do Regime Estatutário	9.430.000,00	9.680.000 ,00	1.605.119,2 3	8.051.363, 41	6,39	1.628.636 ,59	1.605.119, 23	8.051.363, 41	7,53	1.628.6 36,59	0,00
Administração Geral	1.451.000,00	1.451.000 ,00	122.520,35	938.918,96	0,74	512.081,0 4	173.915,8 3	889.272,00	0,83	561.728 ,00	0,00
Saúde	41.492.838,02	62.637.82 0,72	8.229.454,2 3	39.788.710 ,81	31,56	22.849.10 9,91	8.254.987, 07	32.092.708 ,86	30,02	30.545. 111,86	0,00
Atenção Básica	10.518.368,02	18.217.06 5,50	2.914.780,2 1	10.423.494 ,17	8,27	7.793.571 ,33	2.070.356, 95	7.112.389, 87	6,65	11.104. 675,63	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.300.000,00	22.620.06 4,25	1.982.318,7 8	14.819.854 ,55	11,76	7.800.209 ,70	2.266.250, 73	11.148.243 ,05	10,43	11.471. 821,20	0,00
Vigilância Epidemiológica	1.029.400,00	1.468.015 ,57	189.911,42	876.010,82	0,69	592.004,7 5	207.137,3 3	723.222,19	0,68	744.793 ,38	0,00
Administração Geral	19.645.070,00	20.332.67 5,40	3.142.443,8 2	13.669.351 ,27	10,84	6.663.324 ,13	3.711.242, 06	13.108.853 ,75	12,26	7.223.8 21,65	0,00
Educação	30.943.550,43	35.487.42 6,32	4.864.406,2 7	24.362.211 ,31	19,33	11.125.21 5,01	4.505.041, 77	22.157.913 ,32	20,73	13.329. 513,00	0,00
Ensino Fundamental	15.178.200,43	18.123.92 2,75	2.714.070,6 9	13.490.880 ,83	10,70	4.633.041 ,92	2.419.377, 79	12.659.016 ,72	11,84	5.464.9 06,03	0,00
Educação Infantil	8.227.000,00	8.758.265 ,78	854.343,31	5.018.497, 09	3,98	3.739.768 ,69	866.782,5 8	4.638.225, 58	4,34	4.120.0 40,20	0,00
Educação de Jovens e Adultos	69.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	415.000,00	365.000,0 0	26.874,30	143.496,13	0,11	221.503,8 7	27.503,64	143.109,13	0,13	221.890 ,87	0,00
Educação Básica	550.000,00	1.639.629 ,66	286.367,90	1.148.605, 26	0,91	491.024,4 0	288.796,3 0	593.841,08	0,56	1.045.7 88,58	0,00
Administração Geral	5.913.000,00	5.903.177 ,92	832.033,72	3.950.842, 62	3,13	1.952.335 ,30	793.935,3 6	3.801.175, 57	3,56	2.102.0 02,35	0,00
Demais Subfunções	591.350,00	697.430,2 1	150.716,35	609.889,38	0,48	87.540,83	108.646,1 0	322.545,24	0,30	374.884 ,97	0,00
Cultura	200.000,00	893.730,7 6	154.800,00	360.796,59	0,29	532.934,1 7	249.800,0 0	360.796,59	0,34	532.934 ,17	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	100.000,0 0	100.000,00	100.000,00	0,08	0,00	100.000,0 0	100.000,00	0,09	0,00	0,00
Administração Geral	200.000,00	793.730,7 6	54.800,00	260.796,59	0,21	532.934,1 7	149.800,0 0	260.796,59	0,24	532.934 ,17	0,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZ ADA (a)	BIMEST RE	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a- b)	BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITA S EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESS ADOS (f)
				JAN A OUT (b)	% (b/tota l b)			JAN A OUT (d)	% (d/tota l d)		
Urbanismo	0,00	8.967.333, 75	353.07 9,00	1.109.32 9,00	0,88	7.858.00 4,75	0,00	178.200,0 0	0,17	8.789.13 3,75	0,00
INFRA- ESTRUTURA URBANA	0,00	8.967.333,75	353.079,00	1.109.329, 00	0,88	7.858.004 ,75	0,00	178.200,00	0,17	8.789. 133,7 5	0,00
Gestão Ambiental	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.00 0,00	0,00
Preservação e Conservação	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.00 0,00	0,00

Ambiental											
Agricultura	0,00	360.000,00	0,00	0,00	0,00	360.000,0 0	0,00	0,00	0,00	360.0 00,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	360.000,00	0,00	0,00	0,00	360.000,0 0	0,00	0,00	0,00	360.0 00,00	0,00
Transporte	100.000,00	550.000,00	446.540,00	446.540,00	0,35	103.460,0 0	6.540,00	6.540,00	0,01	543.4 60,00	0,00
TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	500.000,00	440.000,00	440.000,00	0,35	60.000,00	0,00	0,00	0,00	500.0 00,00	0,00
Administração Geral	100.000,00	50.000,00	6.540,00	6.540,00	0,01	43.460,00	6.540,00	6.540,00	0,01	43.46 0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	0,20	0,00	0,00	0,00	0,00	250.0 00,00	0,00
LASER	0,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	0,20	0,00	0,00	0,00	0,00	250.0 00,00	0,00
Reserva de Contingência	650.000,00	126.200,00	0,00	0,00	0,00	126.200,0 0	0,00	0,00	0,00	126.2 00,00	0,00
Demais Subfunções	650.000,00	126.200,00	0,00	0,00	0,00	126.200,0 0	0,00	0,00	0,00	126.2 00,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	12.306.116,04	12.816.437,8 3	975.208,58	10.915.755 ,45	8,66	1.900.682 ,38	1.955.666,7 4	9.290.081, 09	8,69	3.526. 356,7 4	0,00
Legislativa	528.939,73	421.939,73	32.086,32	301.516,69	0,24	120.423,0 4	32.086,32	231.367,01	0,22	190.5 72,72	0,00
Ação Legislativa	528.939,73	421.939,73	32.086,32	301.516,69	0,24	120.423,0 4	32.086,32	231.367,01	0,22	190.5 72,72	0,00
Administração	3.103.790,07	3.103.790,07	126.897,88	2.948.330, 39	2,34	155.459,6 8	437.359,38	2.366.110, 12	2,21	737.6 79,95	0,00
Administração Geral	3.103.790,07	3.103.790,07	126.897,88	2.948.330, 39	2,34	155.459,6 8	437.359,38	2.366.110, 12	2,21	737.6 79,95	0,00
Assistência Social	329.017,28	346.511,12	25.548,02	317.415,49	0,25	29.095,63	56.203,41	302.316,56	0,28	44.19 4,56	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	18.000,00	29.543,84	4.197,11	21.013,54	0,02	8.530,30	4.197,11	21.013,54	0,02	8.530, 30	0,00
Assistência Comunitária	12.000,00	17.950,00	0,00	0,00	0,00	17.950,00	0,00	0,00	0,00	17.95 0,00	0,00
Administração Geral	299.017,28	299.017,28	21.350,91	296.401,95	0,24	2.615,33	52.006,30	281.303,02	0,26	17.71 4,26	0,00
Previdência Social	19.600,00	19.600,00	0,00	16.198,50	0,01	3.401,50	0,00	16.198,50	0,02	3.401, 50	0,00
Administração Geral	19.600,00	19.600,00	0,00	16.198,50	0,01	3.401,50	0,00	16.198,50	0,02	3.401, 50	0,00
Saúde	2.606.222,72	3.294.222,72	345.990,24	2.467.056, 32	1,96	827.166,4 0	547.740,47	2.165.237, 40	2,03	1.128. 985,3 2	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	550.000,00	0,00	49.431,02	0,04	500.568,9 8	0,00	49.431,02	0,05	500.5 68,98	0,00
Administração Geral	2.606.222,72	2.744.222,72	345.990,24	2.417.625, 30	1,92	326.597,4 2	547.740,47	2.115.806, 38	1,98	628.4 16,34	0,00
Educação	5.718.546,24	5.630.374,19	444.686,12	4.865.238, 06	3,86	765.136,1 3	882.277,16	4.208.851, 50	3,94	1.421. 522,6 9	0,00
Ensino Fundamental	1.668.000,00	1.639.827,95	261.777,72	1.324.603, 69	1,05	315.224,2 6	261.777,72	1.324.603, 69	1,24	315.2 24,26	0,00
Educação Infantil	890.000,00	890.000,00	107.544,82	561.020,29	0,45	328.979,7 1	107.544,82	561.020,29	0,52	328.9 79,71	0,00
Educação Especial	35.000,00	35.000,00	4.212,16	20.949,43	0,02	14.050,57	4.212,16	20.949,43	0,02	14.05 0,57	0,00
Administração Geral	3.125.546,24	3.065.546,24	71.151,42	2.958.664, 65	2,35	106.881,5 9	508.742,46	2.302.278, 09	2,15	763.2 68,15	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	144.635.693,04	184.132.043, 66	23.423.689 ,31	126.056.10 4,11	100, 00	58.075.93 9,55	23.696.723, 36	106.889.49 5,87	100,00 77.24	2.547, 79	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇ ÃO INICIAL	DOTAÇ ÃO ATUALIZ ADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALD O (c) = (a- b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITA S EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESS ADOS (f)
			BIMEST RE	JAN A OUT (b)	% (b/tota l b)		BIMEST RE	JAN A OUT (d)	% (d/tota l d)		
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:											
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;											
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.											

Publicado por:
Mayara Farel Mesquita Braga
Código Identificador:314390D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ANEXO 4 RREO - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS 5º BIMESTRE DE 2023

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS		
PERIODO: Janeiro a outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro		
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADASATÉ O BIMESTRE (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	17.171.089,69	15.845.348,88
Receita de Contribuições dos Segurados	9.084.256,71	3.966.847,70
Ativo	9.084.256,71	3.966.847,70
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	2.000.000,00	5.085.714,24
Ativo	2.000.000,00	5.085.714,24
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.999.025,90	3.380.454,41
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	1.999.025,90	3.380.454,41
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	4.087.807,08	3.412.332,53
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	4.087.807,08	3.412.332,53
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	13.083.282,61	12.433.016,35

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZAD A (c)	DESPESAS EMPENHADASATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADASATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGASATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOSNO EXERCÍCIO (g)
Benefícios	9.630.000,00	7.249.139,99	7.249.139,99	7.249.139,99	0,00
Aposentadorias	8.350.000,00	6.304.392,66	6.304.392,66	6.304.392,66	0,00
Pensões por Morte	1.280.000,00	944.747,33	944.747,33	944.747,33	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	9.630.000,00	7.249.139,99	7.249.139,99	7.249.139,99	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)	3.453.282,61	5.183.876,36	5.183.876,36	5.183.876,36	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	7.791.089,69
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	1.867.061,25
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e equivalente de Caixa	7.066.119,16
Investimentos e Aplicações	27.910.478,33
Outros bens e direitos	422.917.593,52

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADASATÉ O BIMESTRE (b)
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADA SATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO SNO EXERCÍCIO (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCÍARIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM	SALDO
REPARTIÇÃO)	ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	26.685,18
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADASATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas Correntes	1.520.600,00	3.038.450,86
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃOP RPPS (XII)	1.520.600,00	3.038.450,86

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADASATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGASATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOSNO EXERCÍCIO (g)
Despesas Correntes (XIII)	1.450.600,00	887.030,28	815.877,87	805.817,41	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	845.000,00	522.477,87	521.122,04	521.122,04	0,00
Demais Despesas Correntes	605.600,00	364.552,41	294.755,83	284.695,37	0,00
Despesas de Capital (XIV)	70.000,00	16.573,00	16.573,00	16.573,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII) + (XIV)	1.520.600,00	903.603,28	832.450,87	822.390,41	0,00

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII-XV)	0,00	2.134.847,58	2.205.999,99	2.216.060,45	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	43.134,45
Investimentos e Aplicações	214.221,72
Outros Bens e Direitos	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIO MANTIDOS PELO TESOURO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADASATÉ O BIMESTRE (b)
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZAD A (c)	DESPESAS EMPENHADASATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADASATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOSNO EXERCÍCIO (g)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:					
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;					
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.					

Publicado por:
Mayara Farel Mesquita Braga
Código Identificador:4CFCB4BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ANEXO 6 RREO - RESULTADO PRIMÁRIO 5º BIMESTRE DE 2023

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVODOS RESULTADOS PRIMÁRIOENOMINAL		
ORÇAMENTOFISCALEDA SEGURIDADESOCIAL		
PERIODO: Janeiro a outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a) Jan a out/2023
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	137.446.902,90	113.204.003,82
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.872.739,98	12.614.056,30
IPTU	4.351.832,96	1.866.926,94
ISS	985.765,12	3.679.173,18
ITBI	781.056,24	997.945,29
IRRF	3.009.211,06	4.218.087,23
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.744.874,60	1.851.923,66
Contribuições	3.106.153,18	2.918.859,54
Receita Patrimonial	3.100.319,50	5.279.152,42
Aplicações Financeiras (II)	3.071.137,72	5.260.462,45
Outras Receitas Patrimoniais	29.181,78	18.689,97
Transferências Correntes	120.179.470,24	92.111.089,86
Cota Parte do FPM	29.487.846,68	24.348.515,41
Cota Parte do ICMS	35.565.434,95	23.057.282,82
Cota Parte do IPVA	2.925.069,91	3.891.406,83
Cota Parte do ITR	8.527,68	24.854,44
Transferências da LC 61/1989	1.892,58	90.503,01
Transferencias do FUNDEB	24.986.951,48	19.946.892,07
Outras Transferências Correntes	27.203.746,96	20.751.635,28
Demais Receitas Correntes	188.220,00	280.845,70
Outras Receitas Financeiras (III)	1.320,00	528,00
Receitas Correntes Restantes	186.900,00	280.317,70
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	134.374.445,18	107.943.013,37
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	15.172.063,79	13.944.600,46
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	3.519.625,90	6.640.125,74
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	1.154.700,00	1.255.286,19
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	178.910,19
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	178.910,19
Transferências de Capital	1.154.700,00	1.076.376,00

Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	1.154.700,00	1.076.376,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	1.154.700,00	1.255.286,19
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	150.701.208,97	123.142.900,02

RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	135.529.145,18	109.198.299,56

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	141.340.350,64	104.890.287,49	92.376.204,21	89.785.211,61	1.208.356,96	11.652.073,01	11.646.430,85
Pessoal e Encargos Sociais	81.834.340,44	61.117.717,71	61.053.576,22	59.275.510,31	657.734,15	69.385,75	69.385,75
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	137.500,00	86.643,24	68.643,24	68.643,24	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	59.368.510,20	43.685.926,54	31.253.984,75	30.441.058,06	550.622,81	11.582.687,26	11.577.045,10
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	59.368.510,20	43.685.926,54	31.253.984,75	30.441.058,06	550.622,81	11.582.687,26	11.577.045,10
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	141.202.850,64	104.803.644,25	92.307.560,97	89.716.568,37	1.208.356,96	11.652.073,01	11.646.430,85
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	11.080.600,00	8.989.907,87	8.940.260,91	8.940.050,45	0,00	1.756,00	1.756,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	31.514.893,02	12.159.335,75	5.556.457,75	5.237.747,63	341.519,18	16.382.069,04	16.382.069,04
Investimentos	25.719.158,27	8.212.280,40	2.102.104,81	1.783.394,69	341.519,18	16.382.069,04	16.382.069,04
Inversões Financeiras	1.378.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.378.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	4.417.734,75	3.947.055,35	3.454.352,94	3.454.352,94	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XX	27.097.158,27	8.212.280,40	2.102.104,81	1.783.394,69	341.519,18	16.382.069,04	16.382.069,04
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	126.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	70.000,00	16.573,00	16.573,00	16.573,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	179.576.808,91	122.022.405,52	103.366.499,69	100.456.586,51	1.549.876,14	28.035.898,05	28.030.255,89
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	168.426.208,91	113.015.924,65	94.409.665,78	91.499.963,06	1.549.876,14	28.034.142,05	28.028.499,89
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							-6.893.818,52
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]							-11.880.039,53

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
META FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	5.497.993,15
JUROS NOMINAIS	Jan a out/2023
	VALOR INCORRIDO
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (Exceto RPPS) (XXXVI)	5.260.462,45
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (Exceto RPPS) (XXXVII)	2.117,23
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	-6.621.694,31
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	156.234,60

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2022 (a)	Jan a out/2023 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	106.022.674,17	106.806.614,11
DEDUÇÕES (XL)	64.616.912,57	56.055.383,91
Disponibilidade de Caixa	64.609.759,26	56.048.230,60
Disponibilidade de Caixa Bruta	67.854.765,33	58.101.473,88
(-)Restos a Pagar Processados (XLI)	2.573.972,12	1.003.713,43
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	671.033,95	1.049.529,85
Demais Haveres Financeiros	7.153,31	7.153,31
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	41.405.761,60	50.751.230,20
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		-9.345.468,60

AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a out/2023
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-1.570.258,69
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	-10.915.727,29
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	-16.174.072,51
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	19.515.522,82
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	19.515.522,82
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	7.791.089,69

Publicado por:
Mayara Farel Mesquita Braga
Código Identificador:2F5ABC07

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ANEXO 8 RREO - RECEITAS E DESPESAS COM MDE 5º BIMESTRE DE 2023

MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVODAS RECEITASE DESPESASCOMMANUTENÇÃOE DESENVOLVIMENTODO ENSINO- MDE- MUNICÍPIOS		
ORÇAMENTOFISCALE DA SEGURIDADESOCIAL		
PERIODO: Janeiro a outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro		
RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)		
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (Art. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A OUT
1- RECEITA DE IMPOSTOS	9.127.865,38	10.762.132,64
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	4.351.832,96	1.866.926,94
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	781.056,24	997.945,29
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	985.765,12	3.679.173,18
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	3.009.211,06	4.218.087,23
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	84.391.971,64	63.789.258,19
2.1- Cota-Parte FPM	36.267.947,16	29.958.500,25
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea B	33.900.502,39	29.579.821,39
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea D e E	2.367.444,77	378.678,86
2.2- Cota-Parte ICMS	44.456.793,68	28.821.603,25
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	2.365,73	113.128,77
2.4- Cota-Parte ITR	8.527,68	30.577,78
2.5- Cota-Parte IPVA	3.656.337,39	4.865.448,14
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	93.519.837,02	74.551.390,83
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	16.403.199,84	12.376.695,68
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) +	6.975.053,88	5.955.731,84
(2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))		

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADASJAN A OUT
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	25.014.389,59	20.292.562,31
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	25.014.389,59	20.292.562,31
6.1.1- Principal	24.986.951,48	19.946.892,07
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	27.438,11	345.670,24
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1- Principal	0,00	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)	8.583.751,64	7.570.196,39

R ECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	2.107.803,94
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	783.526,90
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	1.324.277,04
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	22.400.366,25

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZA DA (c)	DESPESAS EMPENHADASJAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADASJAN A OUT (e)	DESPESAS PAGASJAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	27.101.060,93	19.210.690,20	19.033.650,23	18.999.717,47	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	21.083.535,29	17.534.280,82	17.534.280,82	17.505.682,06	0,00
10.1.1- Educação Infantil	7.140.000,00	4.722.247,71	4.722.247,71	4.721.578,27	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	13.708.535,29	12.648.603,89	12.648.603,89	12.620.674,57	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	235.000,00	163.429,22	163.429,22	163.429,22	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	6.017.525,64	1.676.409,38	1.499.369,41	1.494.035,41	0,00
10.2.1- Educação Infantil	1.895.671,34	382.335,61	259.168,34	256.501,34	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	3.496.854,30	872.957,12	819.084,42	816.417,42	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	550.000,00	421.116,65	421.116,65	421.116,65	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (e)	DESPESAS PAGAS JAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOSA PAGAR NÃO PROC. (sem disponibilidade de caixa) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUP. AO TOTAL DAS RECEITAS RECEB. NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	19.210.690,20	19.033.650,23	18.999.717,47	0,00	0,00	0,00

RECEBIDAS NO EXERCÍCIO						
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	19.210.690,20	19.033.650,23	18.999.717,47	0,00	0,00	0,00
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA	17.534.280,82	17.534.280,82	17.505.682,06	0,00	0,00	0,00

EDUCAÇÃO BÁSICA						
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓSDEDUÇÕES (l)	% APLICADO10 (m)
15- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	14.204.793,62	17.534.280,82	17.534.280,82	86,41
16- Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máx. de 10% de Superávit)3	VALOR MÁX. PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCED. AO MÁX. PERMIT.(q)	% NÃO APLICADO (r)
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	2.029.256,23	1.258.912,08	1.258.912,08	0,00	6,2

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	Valor de Superávit Permitido no Exercício Anterior (s)	Valor não Aplicado No Exercício Anterior (t)	Valor de Superávit Aplicado até o 1º Quadrimestre (u)	Valor AplicadoApós o 1º Quadrimestre (v)	Valor Total de Sup. Não Aplicado Até o Final do Exercício (w)	Valor aplicado até o 1º Quadrimestre que Integrará o Limite Constituciona l (x)
19- Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB	2.107.103, 84	0,00	0,00	0,00	2.107.103, 84	0,00
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.107.103, 84	0,00	0,00	0,00	2.107.103, 84	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZAD A (c)	DESPESAS EMPENHADASJAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADASJAN A OUT (e)	DESPESAS PAGASJAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	10.631.129,44	7.834.557,65	6.721.187,30	6.720.893,45	0,00
20.1- Educação Infantil	612.594,44	474.934,06	217.829,82	217.829,82	0,00
20.2- Ensino Fundamental	959.810,84	449.099,98	399.274,48	399.274,48	0,00
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	90.000,00	1.016,34	629,34	629,34	0,00
20.5- Administração Geral	8.968.724,16	6.909.507,27	6.103.453,66	6.103.159,81	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADASJAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADASJAN A OUT (e)	DESPESAS PAGASJAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	37.732.190,3 7	27.045.247,85	25.754.837,53	25.720.610,92	0,00
21.1- Educação Infantil	9.898.265,78	5.706.809,96	5.326.538,45	5.323.202,01	0,00
21.1.1- Creche	2.868.104,00	1.769.486,27	1.769.486,27	1.769.486,27	0,00
21.1.2- Pré-Escola	7.030.161,78	3.937.323,69	3.557.052,18	3.553.715,74	0,00
21.2- Ensino Fundamental	27.833.924,5 9	21.338.437,89	20.428.299,08	20.397.408,91	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR	
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)		6.721.187,30
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)		12.376.695,68
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)		0,00
25- VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL = L19.1(x)		0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4		0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L3		96.936,95
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 + 25 - 26 - 27)		19.000.946,03

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	18.637.847,71	18.637.847,71	18.637.847,71

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	1.893.540,10	1.570.169,40	1.570.169,17	96.936,95	226.433,98
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	988.417,13	732.235,73	732.235,50	34.195,66	221.985,97

30.2- Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	905.122,97	837.933,67	837.933,67	62.741,29	4.448,01
30.3- Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	940.900,00	1.015.305,94
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	940.900,00	1.015.305,94
31.1.1- Salário-Educação	530.000,00	502.034,91
31.1.2- PDDE	0,00	876,48
31.1.3- PNAE	360.900,00	402.541,03
31.1.4- PNATE	50.000,00	109.430,12
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	423,40
31.2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADASJAN A OUT	DESPESAS LIQUIDADASJAN A OUT	DESPESAS PAGAS JAN A OUT	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	3.385.610,14	2.182.201,52	611.927,29	611.927,29	0,00
32.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2- Ensino Fundamental	1.598.550,27	844.823,53	116.657,62	116.657,62	0,00
32.3- Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- Outras	1.787.059,87	1.337.377,99	495.269,67	495.269,67	0,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADASJAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADASJAN A OUT (e)	DESPESAS PAGASJAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	41.117.800,51	29.227.449,37	26.366.764,82	26.332.538,21	0,00
33.1- Despesas Correntes	36.168.157,88	28.562.263,09	26.286.435,24	26.252.208,63	0,00
33.1.1- Pessoal Ativo	25.448.713,21	21.459.359,22	21.459.199,90	21.430.307,29	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	175.592,00	166.212,00	154.938,00	154.938,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	10.543.852,67	6.936.691,87	4.672.297,34	4.666.963,34	0,00
33.2- Despesas de Capital	5.049.642,63	665.186,28	80.329,58	80.329,58	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	5.049.642,63	665.186,28	80.329,58	80.329,58	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (aj)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	3.012.926,91	584.937,22
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	20.292.562,31	502.034,91
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	19.837.651,14	426.705,77
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	3.467.838,08	660.266,36
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	3.467.838,08	660.266,36

1) Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.
2) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
3) 3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediantеabertura de crédito adicional." utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
6) As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.
7) Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.
8) Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.
9) Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).
10) Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.

Publicado por:
Mayara Farel Mesquita Braga
Código Identificador:43245B8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ANEXO 9 RREO - RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL - 5º BIMESTRE DE 2023

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL			
PERIODO: Janeiro a outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A OUT (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d- e)
DESPESAS DE CAPITAL	31.594.893,02	11.993.644,60	19.601.248,42
Investimentos	25.799.158,27	8.068.711,26	17.730.447,01
Inversões Financeiras	1.378.000,00	0,00	1.378.000,00
Amortização da Dívida	4.417.734,75	3.924.933,34	492.801,41

(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	31.594.893,02	11.993.644,60	19.601.248,42
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	31.594.893, 02	11.993.644,60	19.601.248, 42
	<(d - a)>	<(e - b)>	<(f - c)>
Notas:			
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>			
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:			
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;			
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.			

Publicado por:
Mayara Farel Mesquita Braga
Código Identificador:BDEF0162

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ANEXO 11 RREO - RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS 5º BIMESTRE DE 2023

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS			
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL			
PERIODO: Janeiro a outubro			
RREO – ANEXO 11(LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			
	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS (B)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	178.910,19	-178.910,19
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	178.910,19	-178.910,19
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (D) (e)	DESPESAS EMPENHADA S	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO (g) PROCESSAD OS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR	SALDO (h) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO APLICAR	**2022 (i)**	**2023 (j) = (Ib – (IIf+ IIg))**	**SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)**
VALOR (III)	678.200,05	678.200,05	678.200,05
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:			
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art.63 da Lei 4.320/64;			

Publicado por:
Mayara Farel Mesquita Braga
Código Identificador:DF2D6C98

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ANEXO 12 RREO - RECEITAS E DESPESAS COM ASPS 5º BIMESTRE DE 2023

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL				
PERIODO: Janeiro a outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro				
RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	9.127.865,38	9.127.865,38	10.350.459,65	113,39
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	4.351.832,96	4.351.832,96	1.856.400,28	42,66
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	781.056,24	781.056,24	994.737,41	127,36
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	985.765,12	985.765,12	3.626.992,88	367,94
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	3.009.211,06	3.009.211,06	3.872.329,08	128,68
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	82.024.526,87	82.024.526,87	61.446.136,75	74,91
Cota-Parte FPM	33.900.502,39	33.900.502,39	28.627.296,22	84,45
Cota-Parte ITR	8.527,68	8.527,68	29.969,58	351,44
Cota-Parte IPVA	3.656.337,39	3.656.337,39	4.786.974,06	130,92
Cota-Parte ICMS	44.456.793,68	44.456.793,68	27.888.768,12	62,73
Cota-Parte IPI-Exportação	2.365,73	2.365,73	113.128,77	4.781,98
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	91.152.392,25	91.152.392,25	71.796.596,40	78,77

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

espesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	21.045.070,00	20.752.067,35	12.330.791,34	59,42	11.615.289,63	55,97	10.801.961,19	52,05	0,00
Despesas Correntes	20.989.570,00	20.401.567,35	12.312.891,35	60,35	11.597.389,64	56,85	10.784.061,20	52,86	0,00
Despesas de Capital	55.500,00	350.500,00	17.899,99	5,11	17.899,99	5,11	17.899,99	5,11	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	21.045.070,00	20.752.067,35	12.330.791,34	59,42	11.615.289,63	55,97	10.801.961,19	52,05	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas (e) (f)	Despesas Pagas
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	12.330.791,34	11.615.289,63	10.801.961,19
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	12.330.791,34	11.615.289,63	10.801.961,19
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	0,00	10.769.489,46	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	0,00	845.800,17	0,00
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)		16,18	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFOME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**				
	Saldo Inicial (no Exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo inicial = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2022 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercíci o (p)	RPNP Inscritos Indevidament e no no Exercício sem Disponibilida de Financei ra q =(XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicad além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2019 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (no Exercicio atual) (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	21.637.925,73	23.166.278,78	15.456.902,16	66,72
Proveniente da União	21.637.925,73	23.166.278,78	15.082.274,71	65,10
Proveniente dos Estados	0,00	0,00	374.627,45	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	21.637.925,73	23.166.278,78	15.456.902,16	66,72

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZA DA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	DESPESAS PAGAS ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	10.518.368,02	18.217.065,50	9.610.296,64	52,75	6.328.684,73	34,74	6.054.787,95	33,24	0,00
Despesas Correntes	10.291.413,02	10.988.789,75	6.303.068,77	57,36	5.419.369,95	49,32	5.344.905,83	48,64	0,00
Despesas de Capital	226.955,00	7.228.275,75	3.307.227,87	45,75	909.314,78	12,58	709.882,12	9,82	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	10.200.000,00	23.070.064,25	14.233.341,45	61,70	10.426.824,93	45,20	10.211.281,14	44,26	0,00
Despesas Correntes	10.200.000,00	22.484.673,25	13.947.687,45	62,03	10.141.170,93	45,10	9.925.627,14	44,14	0,00
Despesas de Capital	0,00	585.391,00	285.654,00	48,80	285.654,00	48,80	285.654,00	48,80	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	1.029.400,00	1.468.015,57	814.709,44	55,50	645.029,91	43,94	632.592,41	43,09	0,00
Despesas Correntes	1.011.400,00	1.400.015,57	813.929,44	58,14	645.029,91	46,07	632.592,41	45,18	0,00
Despesas de Capital	18.000,00	68.000,00	780,00	1,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	1.206.222,72	2.324.830,77	1.206.222,72	51,88	804.148,48	34,59	804.148,48	34,59	0,00
Despesas Correntes	1.206.222,72	2.324.830,77	1.206.222,72	51,88	804.148,48	34,59	804.148,48	34,59	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = XXXVII + XXXVIII) (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI +	22.953.990,74	45.079.976,09	25.864.570,25	57,37	18.204.688,05	40,38	17.702.809,98	39,27	0,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZA DA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	DESPESAS PAGAS ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	10.518.368,02	18.217.065,50	9.610.296,64	52,75	6.328.684,73	34,74	6.054.787,95	33,24	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	10.200.000,00	23.070.064,25	14.233.341,45	61,70	10.426.824,93	45,20	10.211.281,14	44,26	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	1.029.400,00	1.468.015,57	814.709,44	55,50	645.029,91	43,94	632.592,41	43,09	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	22.251.292,72	23.076.898,12	13.537.014,06	58,66	12.419.438,11	53,82	11.606.109,67	50,29	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	43.999.060,74	65.832.043,44	38.195.361,59	58,02	29.819.977,68	45,30	28.504.771,17	43,30	0,00
1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.									
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".									
3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".									
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012									
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012									
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].									
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre									

Publicado por:
Mayara Farel Mesquita Braga
Código Identificador:FA140692

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ANEXO 13 RREO - PARCERIA PÚBLICO PRIVADAS 5º BIMESTRE DE 2023

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
PERIODO: Janeiro a outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro				
RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)				
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFEUADOS EM 2023 NO BIMESTRE (d)	REGISTROS EFEUADOS EM 2023 JAN A OUT (c)	SALDO TOTAL (b)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Mayara Farel Mesquita Braga
Código Identificador:4C104431

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ANEXO 14 RREO - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO 5º BIMESTRE DE 2023

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
PERIODO: Janeiro a outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro	
LRF, Art. 48 – Anexo 14	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	-
Previsão Inicial	152.426.782,73
Previsão Atualizada	157.293.292,59
Receitas Realizadas	135.023.712,42
Déficit Orçamentário	0,0-0
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	19.801.176,8-2
	-
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre-
	-
DESPESAS	-
Dotação Inicial	137.395.220,63
Créditos Adicionais	19.569.664,76
Dotação Atualizada	156.964.885,39
	-
Despesas Empenhadas	117.827.250,71
Despesas Liquidadas	104.770.818,06
Despesas Pagas	102.179.615,00
Superávit Orçamentário	30.252.894,36
	-
	-
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	115.168.925,66
Despesas Liquidadas	94.616.448,31
	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	0,00
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	0,00
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com	0,00
Pessoal	
RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	--
	--
Receitas Previdenciárias Realizadas	12.433.016,35
Despesas Previdenciárias Empenhadas	7.249.139,99
Despesas Previdenciárias Liquidadas	7.249.139,99
Despesas Previdenciárias Pagas	7.249.139,99
Resultado Previdenciário	5.183.876,36
	--
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	-
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,0-0
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (A)	Resultado Apurado até o Bimestre (B)	% em Relação à Meta (B/A)
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha	5.497.993,15	3.644.422,23	66,29
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	156.234,60	11.824.138,1 6	7.568,19

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.575.934,96	27.517,61	1.547.342,7 3	1.001.074,62
Poder Executivo	2.575.934,96	27.517,61	1.547.342,7 3	1.001.074,62
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	37.773.836,10	782.208,60	26.598.778, 13	10.392.849,3 7

Poder Executivo	37.716.544,80	782.208,60	26.541.486, 83	10.392.849,3 7
Poder Legislativo	57.291,30	0,00	57.291,30	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	40.349.771,06	809.726,21	28.146.120, 86	11.393.923,9 9

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar Bimestre	% Aplicado até o
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	19.000.946,03	25,00	25,49
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	17.534.280,82	70,00	86,41
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	11.993.644,60	19.601.248,42
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	178.910,19	-178.910,19
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar Bimestre	% Aplicado até o
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	11.615.289,63	15,00	16,18
EXECUTADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS			

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (%)	0,00

Publicado por:
Mayara Farel Mesquita Braga
Código Identificador:251E824B

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D´ OESTE

CONTABILIDADE
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	JAN A OUT (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A OUT (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	133.032.543,62	201.139.156,72	28.068.508,92	149.097.389,95	94,87	52.041.766,77	27.141.883,09	121.116.564,88	94,65	80.022.591,84	0,00
Legislativa	5.138.508,35	4.817.508,35	747.468,70	3.601.674,41	2,29	1.215.833,94	865.621,96	3.422.001,04	2,67	1.395.507,31	0,00
Ação Legislativa	5.138.508,35	4.817.508,35	747.468,70	3.601.674,41	2,29	1.215.833,94	865.621,96	3.422.001,04	2,67	1.395.507,31	0,00
Administração	18.314.075,50	21.313.187,65	2.713.791,64	17.222.041,57	10,96	4.091.146,08	3.459.809,99	15.357.316,25	12,00	5.955.871,40	0,00
Administração Geral	15.915.920,06	18.664.554,01	2.428.941,30	14.851.676,00	9,45	3.812.878,01	2.901.359,63	13.350.502,21	10,43	5.314.051,80	0,00
Demais Subfunções	2.398.155,44	2.648.633,64	284.850,34	2.370.365,57	1,51	278.268,07	558.450,36	2.006.814,04	1,57	641.819,60	0,00
Assistência Social	3.239.620,59	4.701.176,13	484.068,94	3.491.916,89	2,22	1.209.259,24	745.550,31	3.203.006,96	2,50	1.498.169,17	0,00
Assistência ao Idoso	0,00	20.000,00	-78,38	19.737,70	0,01	262,30	-78,38	19.737,70	0,02	262,30	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	5.100,01	17.182,68	0,00	5.023,46	0,00	12.159,22	2.854,00	5.023,46	0,00	12.159,22	0,00
Assistência Comunitária	3.234.520,58	4.383.993,45	484.147,32	3.198.440,73	2,04	1.185.552,72	742.774,69	2.909.530,80	2,27	1.474.462,65	0,00
Administração Geral	0,00	280.000,00	0,00	268.715,00	0,17	11.285,00	0,00	268.715,00	0,21	11.285,00	0,00
Previdência Social	7.160.672,61	8.086.552,76	1.143.424,84	6.046.952,39	3,85	2.039.600,37	1.199.898,04	5.802.055,73	4,53	2.284.497,03	0,00
Previdência do Regime Estatutário	6.465.000,00	6.465.000,00	942.752,00	4.826.481,07	3,07	1.638.518,93	942.752,00	4.826.481,07	3,77	1.638.518,93	0,00
Administração Geral	695.672,61	1.621.552,76	200.672,84	1.220.471,32	0,78	401.081,44	257.146,04	975.574,66	0,76	645.978,10	0,00
Saúde	25.992.425,08	46.214.194,53	4.464.894,23	32.060.987,12	20,40	14.153.207,41	6.772.747,81	29.508.293,53	23,06	16.705.901,00	0,00
Atenção Básica	6.449.626,56	9.125.005,03	849.372,95	7.202.514,36	4,58	1.922.490,67	1.155.295,16	6.578.520,14	5,14	2.546.484,89	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.064.515,56	14.817.054,08	293.804,67	4.829.520,22	3,07	9.987.533,86	496.614,60	4.521.290,81	3,53	10.295.763,27	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	348.740,07	897.173,33	469.429,17	838.057,65	0,53	59.115,68	156.341,93	335.576,15	0,26	561.597,18	0,00
Vigilância em Saúde	599.568,56	804.220,94	44.867,88	691.460,82	0,44	112.760,12	7.643,80	598.934,25	0,47	205.286,69	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	47.504,00	0,00	0,00	0,00	47.504,00	0,00	0,00	0,00	47.504,00	0,00
Administração Geral	15.529.974,33	20.523.237,15	2.807.419,56	18.499.434,07	11,77	2.023.803,08	4.956.852,32	17.473.972,18	13,65	3.049.264,97	0,00
Educação	45.008.012,04	56.923.479,16	6.310.502,67	48.555.079,74	30,90	8.368.399,42	10.251.418,27	41.474.857,97	32,41	15.448.621,19	0,00
Ensino Fundamental	37.748.140,62	46.511.185,61	4.668.923,50	39.500.647,46	25,13	7.010.538,15	8.134.671,38	33.172.493,48	25,92	13.338.692,13	0,00
Educação Infantil	5.415.418,12	7.505.547,76	1.047.234,15	6.809.645,56	4,33	695.902,20	1.504.705,99	6.099.040,07	4,77	1.406.507,69	0,00
Educação Especial	409.809,62	714.409,62	136.456,23	696.334,28	0,44	18.075,34	136.456,23	696.334,28	0,54	18.075,34	0,00
Administração Geral	91.297,24	841.297,24	197.156,29	650.456,46	0,41	190.840,78	197.156,29	650.456,46	0,51	190.840,78	0,00
Demais Subfunções	1.343.346,44	1.351.038,93	260.732,50	897.995,98	0,57	453.042,95	278.428,38	856.533,68	0,67	494.505,25	0,00
Urbanismo	6.418.249,30	24.261.038,69	9.784.118,05	19.926.726,02	12,68	4.334.312,67	1.787.299,09	7.579.868,47	5,92	16.681.170,22	0,00
Infra-Estrutura Urbana	0,00	14.017.336,23	9.755.641,85	11.595.162,90	7,38	2.422.173,33	0,00	390.275,67	0,30	13.627.060,56	0,00
Serviços Urbanos	6.418.249,30	10.243.702,46	28.476,20	8.331.563,12	5,30	1.912.139,34	1.787.299,09	7.189.592,80	5,62	3.054.109,66	0,00
Habitação	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
Habitação Urbana	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
Gestão Ambiental	1.387.690,62	1.313.030,62	105.014,38	669.656,97	0,43	643.373,65	127.688,81	610.963,75	0,48	702.066,87	0,00

Preservação e Conservação Ambiental	670.704,62	601.044,62	1.400,00	120.087,72	0,08	480.956,90	24.988,80	89.402,35	0,07	511.642,27	0,00
Administração Geral	716.986,00	711.986,00	103.614,38	549.569,25	0,35	162.416,75	102.700,01	521.561,40	0,41	190.424,60	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	JAN A OUT (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A OUT (d)	% (d/total d)		
Agricultura	2.179.073,92	3.592.546,77	118.707,81	1.711.195,90	1,09	1.881.350,87	214.815,94	1.472.775,76	1,15	2.119.771,01	0,00
Extensão Rural	110.000,00	1.834.472,85	0,00	555.696,62	0,35	1.278.776,23	4.430,76	425.687,74	0,33	1.408.785,11	0,00
Promoção da Produção Agropecuaria	680.000,00	650.000,00	4.413,68	374.325,75	0,24	275.674,25	78.236,89	314.882,95	0,25	335.117,05	0,00
Administração Geral	1.389.073,92	1.108.073,92	114.294,13	781.173,53	0,50	326.900,39	132.148,29	732.205,07	0,57	375.868,85	0,00
Comunicações	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Administração Geral	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Transporte	6.289.740,32	20.159.470,77	2.176.348,67	14.319.671,51	9,11	5.839.799,26	1.505.698,59	11.558.922,44	9,03	8.600.548,33	0,00
Transporte Rodoviário	6.289.740,32	20.159.470,77	2.176.348,67	14.319.671,51	9,11	5.839.799,26	1.505.698,59	11.558.922,44	9,03	8.600.548,33	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	95.000,00	75.000,00	20.168,99	41.487,43	0,03	33.512,57	0,00	21.318,44	0,02	53.681,56	0,00
Administração Geral	95.000,00	75.000,00	20.168,99	41.487,43	0,03	33.512,57	0,00	21.318,44	0,02	53.681,56	0,00
Encargos Especiais	1.450.000,00	1.450.000,00	0,00	1.450.000,00	0,92	0,00	211.334,28	1.105.184,54	0,86	344.815,46	0,00
Outros Encargos Especiais	1.450.000,00	1.450.000,00	0,00	1.450.000,00	0,92	0,00	211.334,28	1.105.184,54	0,86	344.815,46	0,00
Reserva de Contingência	10.299.475,29	8.171.971,29	0,00	0,00	0,00	8.171.971,29	0,00	0,00	0,00	8.171.971,29	0,00
Demais Subfunções	10.299.475,29	8.171.971,29	0,00	0,00	0,00	8.171.971,29	0,00	0,00	0,00	8.171.971,29	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.855.400,85	8.587.890,51	959.100,45	8.058.472,74	5,13	529.417,77	1.050.088,31	6.852.008,84	5,35	1.735.881,67	0,00
Legislativa	290.000,00	296.000,00	29.437,76	170.731,96	0,11	125.268,04	29.437,76	170.731,96	0,13	125.268,04	0,00
Ação Legislativa	290.000,00	296.000,00	29.437,76	170.731,96	0,11	125.268,04	29.437,76	170.731,96	0,13	125.268,04	0,00
Administração	5.137.945,73	4.968.035,39	253.547,26	4.792.100,07	3,05	175.935,32	330.045,12	3.589.664,01	2,81	1.378.371,38	0,00
Administração Geral	4.406.415,29	4.105.844,95	111.136,20	3.929.909,63	2,50	175.935,32	189.253,10	2.904.395,17	2,27	1.201.449,78	0,00
Demais Subfunções	731.530,44	862.190,44	142.411,06	862.190,44	0,55	0,00	140.792,02	685.268,84	0,54	176.921,60	0,00
Assistência Social	191.000,00	194.000,00	19.481,63	172.568,98	0,11	21.431,02	33.971,63	168.977,73	0,13	25.022,27	0,00
Assistência Comunitária	191.000,00	194.000,00	19.481,63	172.568,98	0,11	21.431,02	33.971,63	168.977,73	0,13	25.022,27	0,00
Previdência Social	20.000,00	54.000,00	6.203,40	42.077,20	0,03	11.922,80	6.203,40	42.077,20	0,03	11.922,80	0,00
Administração Geral	20.000,00	54.000,00	6.203,40	42.077,20	0,03	11.922,80	6.203,40	42.077,20	0,03	11.922,80	0,00
Saúde	996.290,56	816.390,56	198.499,91	807.035,09	0,51	9.355,47	198.499,91	806.598,50	0,63	9.792,06	0,00
Atenção Básica	80.000,00	80.000,00	12.746,68	78.769,35	0,05	1.230,65	12.746,68	78.769,35	0,06	1.230,65	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	81.290,56	81.290,56	7.479,27	74.023,61	0,05	7.266,95	7.479,27	74.023,61	0,06	7.266,95	0,00
Vigilância em Saúde	10.000,00	16.000,00	636,28	15.229,75	0,01	770,25	636,28	15.229,75	0,01	770,25	0,00
Administração Geral	825.000,00	639.100,00	177.637,68	639.012,38	0,41	87,62	177.637,68	638.575,79	0,50	524,21	0,00
Educação	2.150.164,56	2.194.764,56	441.021,09	2.027.678,34	1,29	167.086,22	441.021,09	2.027.678,34	1,58	167.086,22	0,00
Ensino Fundamental	1.554.254,56	1.551.254,56	304.183,42	1.402.036,14	0,89	149.218,42	304.183,42	1.402.036,14	1,10	149.218,42	0,00
Educação Infantil	547.510,00	565.510,00	119.720,63	550.115,27	0,35	15.394,73	119.720,63	550.115,27	0,43	15.394,73	0,00
Educação Especial	48.400,00	78.000,00	17.117,04	75.526,93	0,05	2.473,07	17.117,04	75.526,93	0,06	2.473,07	0,00
Gestão Ambiental	35.000,00	44.700,00	7.780,28	32.953,38	0,02	11.746,62	7.780,28	32.953,38	0,03	11.746,62	0,00
Administração Geral	35.000,00	44.700,00	7.780,28	32.953,38	0,02	11.746,62	7.780,28	32.953,38	0,03	11.746,62	0,00
Agricultura	35.000,00	20.000,00	3.129,12	13.327,72	0,01	6.672,28	3.129,12	13.327,72	0,01	6.672,28	0,00
Administração Geral	35.000,00	20.000,00	3.129,12	13.327,72	0,01	6.672,28	3.129,12	13.327,72	0,01	6.672,28	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	JAN A OUT (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A OUT (d)	% (d/total d)		
TOTAL (III) = (I + II)	141.887.944,47	209.727.047,23	29.027.609,37	157.155.862,69	100,00	52.571.184,54	28.191.971,40	127.968.573,72	100,00	81.758.473,51	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GILBERTO BONES DE CARVALHO 469.701.772-20 CONTADOR - CRC/RO 007119/0-3	***PAULO HENRIQUE DOS SANTOS*** 562.574.309-68 PREFEITO	***RENATO RODRIGUES DA COSTA*** 574.763.149-72 CONTROLADOR GERAL

Publicado por:
Gilberto Bones de Carvalho
Código Identificador:712A2444

CONTABILIDADE
ANEXO 4 - DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS		
PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro		
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)		R$ 1
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	14.478.765,88	15.519.987,89
Receita de Contribuições dos Segurados	2.979.085,00	3.315.845,55
Ativo	2.971.180,48	3.187.828,33
Inativo	0,00	102.694,65
Pensionista	7.904,52	25.322,57
Receita de Contribuições Patronais	7.113.747,21	3.320.900,77
Ativo	7.113.747,21	3.320.900,77
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	4.331.418,76	6.071.367,11
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	4.331.418,76	6.071.367,11

Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	54.514,91	2.811.874,46
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	2.763.330,81
Demais Receitas Correntes	54.514,91	48.543,65
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	14.478.765,88	12.756.657,08

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Benefícios	6.165.000,00	4.816.458,25	4.816.458,25	4.816.458,25	0,00
Aposentadorias	4.865.000,00	3.864.289,34	3.864.289,34	3.864.289,34	0,00
Pensões por Morte	1.300.000,00	952.168,91	952.168,91	952.168,91	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	6.165.000,00	4.816.458,25	4.816.458,25	4.816.458,25	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)	8.313.765,88	7.940.198,83	7.940.198,83	7.940.198,83	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	2.838.856,10
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.144.841,25
Investimentos e Aplicações	73.729.996,97
Outros Bens e Direitos	130.253.023,73

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCÍARIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS					APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras					0,00
Recursos para Formação de Reserva					0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)					SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa					0,00
Investimentos e Aplicações					3.287.075,79
Outros Bens e Direitos					0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas Correntes	715.672,61	1.047.075,98

TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃOP RPPS (XII)	715.672,61	1.047.075,98

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas Correntes (XIII)	1.364.450,33	997.434,07	917.637,08	910.459,62	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	765.652,32	561.368,59	561.368,59	556.405,13	0,00
Demais Despesas Correntes	598.798,01	436.065,48	356.268,49	354.054,49	0,00
Despesas de Capital (XIV)	311.102,43	265.114,45	100.014,78	100.014,78	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII) + (XIV)	1.675.552,76	1.262.548,52	1.017.651,86	1.010.474,40	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII-XV)	-959.880,15	-215.472,54	29.424,12	36.601,58	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL				
Caixa e Equivalentes de Caixa	661.602,39				
Investimentos e Aplicações	0,00				
Outros Bens e Direitos	0,00				
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIO MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)				RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Contribuições dos Servidores	0,00				0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00				0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00				0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GILBERTO BONES DE CARVALHO	***PAULO HENRIQUE DOS SANTOS***		***RENATO RODRIGUES DA COSTA***		
469.701.772-20	562.574.309-68		574.763.149-72		
Contador - CRC/RO 007119/0-3	Prefeito		Controlador Geral		
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.					
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:					
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;					
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.					

Publicado por:
Gilberto Bones de Carvalho
Código Identificador:36748BB9

CONTABILIDADE
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

PREF. MUNIC DE MACHADINHO D´OESTE		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
PERIODO: Janeiro a Dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		R$ 1
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a) Jan a Dez/2023
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	125.121.966,42	113.927.191,68
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.088.566,84	13.689.159,06
IPTU	2.576.126,71	2.562.015,69
ISS	3.455.770,77	4.154.687,92
ITBI	1.535.063,54	1.250.100,70
IRRF	3.538.324,65	2.984.282,60
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.983.281,17	2.738.072,15
Contribuições	1.665.750,25	1.726.979,74
Receita Patrimonial	2.352.498,03	4.023.688,44
Aplicações Financeiras (II)	2.352.498,03	4.023.482,96
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	205,48
Transferências Correntes	107.767.190,46	94.221.964,41
Cota Parte do FPM	29.728.502,61	23.545.217,12
Cota Parte do ICMS	24.745.531,88	19.106.139,42
Cota Parte do IPVA	2.747.036,27	2.812.290,49
Cota Parte do ITR	14.117,74	218.265,30
Transferências da LC 61/1989	112.005,85	73.605,60
Transferencias do FUNDEB	26.568.324,16	22.454.564,27
Outras Transferências Correntes	23.851.671,95	26.011.882,21
Demais Receitas Correntes	247.960,84	265.400,03
Outras Receitas Financeiras (III)	1.429,32	2.142,56
Receitas Correntes Restantes	246.531,52	263.257,47
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	122.768.039,07	109.901.566,16
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	10.863.019,73	10.411.024,07
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	4.331.418,76	6.156.048,92
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	5.071.607,65	9.738.908,50
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	5.071.607,65	9.738.908,50

Convênios	5.071.607,65	8.082.067,84
Outras Transferências de Capital	0,00	1.656.840,66
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	5.071.607,65	9.738.908,50
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	138.702.666,45	130.051.498,73
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	127.839.646,72	119.640.474,66

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	142.067.255,37	126.378.342,59	117.145.776,28	109.869.546,69	1.155.728,51	3.396.287,53	3.396.287,53
Pessoal e Encargos Sociais	59.872.607,15	54.818.309,28	54.655.135,96	49.393.888,15	167.888,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	1.033.977,35	991.660,00	836.947,78	834.834,24	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	81.160.670,87	70.568.373,31	61.653.692,54	59.640.824,30	987.840,51	3.396.287,53	3.396.287,53
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	81.160.670,87	70.568.373,31	61.653.692,54	59.640.824,30	987.840,51	3.396.287,53	3.396.287,53
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	141.033.278,02	125.386.682,59	116.308.828,50	109.034.712,45	1.155.728,51	3.396.287,53	3.396.287,53
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	7.829.450,33	6.423.173,85	6.310.990,48	5.773.125,62	5.310,50	2.808,80	2.808,80
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	57.877.997,79	40.636.312,88	16.341.836,12	16.284.601,31	430.836,01	6.976.438,28	6.969.742,28
Investimentos	56.325.711,91	39.131.702,81	14.920.095,01	14.910.536,01	430.836,01	6.976.438,28	6.969.742,28
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	1.552.285,88	1.504.610,07	1.421.741,11	1.374.065,30	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)] 56.325.711,91		39.131.702,81	14.920.095,01	14.910.536,01	430.836,01	6.976.438,28	6.969.742,28
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	8.171.971,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	311.102,43	265.114,45	164.732,58	164.732,58	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	213.671.513,98	171.206.673,70	137.704.646,57	129.883.106,66	1.591.875,02	10.375.534,61	10.368.838,61
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	205.530.961,22	164.518.385,40	131.228.923,51	123.945.248,46	1.586.564,52	10.372.725,81	10.366.029,81
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							-11.792.321,56
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]							-16.257.368,13

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	545.470,80
JUROS NOMINAIS	Jan a Dez/2023
	VALOR INCORRIDO
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (Exceto RPPS) (XXXVI)	3.978.074,22
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	-12.279.293,91
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	827.362,48

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2022 (a)	Jan a Dez/2023 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	10.212.007,69	8.920.318,45
DEDUÇÕES (XL)	51.175.409,24	40.114.139,56
Disponibilidade de Caixa	50.299.075,53	39.237.805,85
Disponibilidade de Caixa Bruta	51.913.136,65	39.821.438,09
(-)Restos a Pagar Processados (XLI)	1.599.506,87	103.662,12
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	14.554,25	479.970,12
Demais Haveres Financeiros	876.333,71	876.333,71
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-40.963.401,55	-31.193.821,11
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		-9.769.580,44
AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a Dez/2023	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-1.495.844,75	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	-11.265.425,19	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	-15.243.499,41	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	32.221.656,83	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	32.221.656,83	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	
GILBERTO BONES DE CARVALHO	***PAULO HENRIQUE DOS SANTOS***	***RENATO RODRIGUES DA COSTA***
469.701.772-20	562.574.309-68	574.763.149-72
Contador - CRC/RO 007119/0-3	Prefeito	Controlador Geral

Publicado por:
Gilberto Bones de Carvalho
Código Identificador:989CEDF7

CONTABILIDADE

ANEXO 8 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro		
RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)		R$ 1
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (Art. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A OUT
1- RECEITA DE IMPOSTOS	11.105.285,67	10.951.086,91
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	2.576.126,71	2.562.015,69
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	1.535.063,54	1.250.100,70
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	3.455.770,77	4.154.687,92
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	3.538.324,65	2.984.282,60
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	69.370.173,35	54.269.914,58
2.1- Cota-Parte FPM	35.599.317,17	26.961.915,66
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea B	33.354.072,80	25.244.198,24
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea D e E	2.245.244,37	1.717.717,42
2.2- Cota-Parte ICMS	30.181.914,85	23.171.254,10
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	140.007,31	92.007,02
2.4- Cota-Parte ITR	15.138,68	261.817,06
2.5- Cota-Parte IPVA	3.433.795,34	3.515.363,37
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	267.557,37
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	80.475.459,02	65.221.001,49
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	12.022.979,00	10.510.439,13
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	6.693.878,96	5.794.810,94
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A OUT
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	26.881.849,62	20.995.049,09
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	26.881.849,62	20.799.076,56
6.1.1- Principal	26.568.324,16	20.691.608,53
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	313.525,46	107.468,03
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	195.972,53
6.4.1- Principal	0,00	189.414,95
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	6.557,58
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)	14.545.345,16	10.181.169,40

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	650.477,92
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	591.668,08
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	58.809,84
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	21.645.527,01

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (e)	DESPESAS PAGAS JAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	27.532.327,54	23.190.318,38	21.523.929,05	21.199.592,70	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	19.930.132,62	19.053.547,60	19.053.547,60	18.729.211,25	0,00
10.1.1- Educação Infantil	5.610.921,94	5.387.550,73	5.387.550,73	5.305.361,78	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	13.541.401,06	12.907.244,86	12.907.244,86	12.677.182,49	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	777.809,62	758.752,01	758.752,01	746.666,98	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	7.602.194,92	4.136.770,78	2.470.381,45	2.470.381,45	0,00
10.2.1- Educação Infantil	180.466,18	124.537,90	124.537,90	124.537,90	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	7.407.128,74	3.999.123,68	2.332.734,35	2.332.734,35	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	14.600,00	13.109,20	13.109,20	13.109,20	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT	DESPESAS PAGAS JAN A OUT	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUP. AO TOTAL

	(d)	(e)	(f)	PROCESSADOS (g)	PROC. (sem disponibilidade de caixa) (h)	DAS RECEITAS RECEB. NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	22.539.978,01	20.873.588,68	20.549.252,33	0,00	0,00	0,00
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	22.539.978,01	20.873.588,68	20.549.252,33	0,00	0,00	74.512,12
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	19.053.547,60	19.053.547,60	18.729.211,25	0,00	0,00	0,00
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO10 (m)
15- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	14.559.353,59	19.053.547,60	19.053.547,60	91,61
16- Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máx. de 10% de Superávit)3	VALOR MÁX. PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCED. AO MÁX. PERMIT.(q)	% NÃO APLICADO (r)
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	2.099.504,91	121.460,41	121.460,41	0,00	0,58

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	Valor de Superávit Permitido no Exercício Anterior (s)	Valor não Aplicado No Exercício Anterior (t)	Valor de Superávit Aplicado até o 1º Quadrimestre (u)	Valor Aplicado Após o 1º Quadrimestre (v)	Valor Total de Sup. Não Aplicado Até o Final do Exercício (w)	Valor aplicado até o 1º Quadrimestre que Integrará o Limite Constitucional (x)
19- Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB	2.443.725,11	650.477,92	0,00	650.340,37	1.793.384,74	0,00
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.443.725,11	650.477,92	0,00	650.340,37	1.793.384,74	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (e)	DESPESAS PAGAS JAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	9.972.562,99	8.938.008,86	7.557.338,64	7.029.682,20	0,00
20.1- Educação Infantil	854.465,83	727.945,04	666.836,94	240.321,73	0,00
20.2- Ensino Fundamental	9.118.097,16	8.210.063,82	6.890.501,70	6.789.360,47	0,00
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (e)	DESPESAS PAGAS JAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	37.504.890,53	32.128.327,24	29.081.267,69	28.229.274,90	0,00
21.1- Educação Infantil	6.645.853,95	6.240.033,67	6.178.925,57	5.670.221,41	0,00
21.1.1- Creche	2.807.576,90	2.576.954,29	2.554.501,21	2.105.293,88	0,00
21.1.2- Pré-Escola	3.838.277,05	3.663.079,38	3.624.424,36	3.564.927,53	0,00
21.2- Ensino Fundamental	30.859.036,58	25.888.293,57	22.902.342,12	22.559.053,49	0,00
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					7.557.338,64
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					10.510.439,13
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					0,00
25- VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL = L19.1(x)					0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4					0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))					22.979,87
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 + 25 - 26 - 27)					18.044.797,90

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5			VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			16.305.250,37	18.044.797,90	27,67
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	454.735,18	431.755,31	426.795,16	22.979,87	4.960,15
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	399.035,86	376.055,99	376.055,99	22.979,87	0,00
30.2- Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	55.699,32	55.699,32	50.739,17	0,00	4.960,15
30.3- Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS

	(a)	Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	10.568.004,14	13.687.466,90
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	1.765.696,33	1.195.097,16
31.1.1- Salário-Educação	646.534,94	457.897,91
31.1.2- PDDE	8.856,09	4.139,80
31.1.3- PNAE	647.386,44	385.563,47
31.1.4- PNATE	462.918,86	281.615,29
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	65.880,69
31.2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	8.802.307,81	12.492.369,74
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (e)	DESPESAS PAGAS JAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	21.613.353,19	18.454.430,84	14.421.268,62	14.388.242,90	0,00
32.1- Educação Infantil	1.425.203,81	1.119.727,16	470.229,77	443.865,23	0,00
32.2- Ensino Fundamental	17.995.813,21	15.786.251,24	12.444.048,71	12.437.387,53	0,00
32.3- Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- Outras	2.192.336,17	1.548.452,44	1.506.990,14	1.506.990,14	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (e)	DESPESAS PAGAS JAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	59.118.243,72	50.582.758,08	43.502.536,31	42.617.517,80	0,00
33.1- Despesas Correntes	52.886.730,26	47.005.381,09	41.580.244,58	41.106.725,70	0,00
33.1.1- Pessoal Ativo	22.039.635,62	20.607.849,23	20.607.849,23	20.268.148,89	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	1.378.412,52	1.087.797,08	1.064.730,90	1.064.730,90	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	29.468.682,12	25.309.734,78	19.907.664,45	19.773.845,91	0,00
33.2- Despesas de Capital	6.221.513,46	3.577.376,99	1.922.291,73	1.510.792,10	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	6.221.513,46	3.577.376,99	1.922.291,73	1.510.792,10	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (aj)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	706.177,24	47.561,30
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	20.995.049,09	457.897,91
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	21.250.331,87	289.454,83
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	450.894,46	216.004,38
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	11,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	450.894,46	215.993,38
GILBERTO BONES DE CARVALHO	***PAULO HENRIQUE DOS SANTOS***	***RENATO RODRIGUES DA COSTA***
469.701.772-20	562.574.309-68	574.763.149-72
Contador - CRC/RO 007119/0-3	Prefeito	Controlador Geral
1) Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.		
2) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.		
3) 3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional." utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."		
4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.		
5) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.		
6) As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.		
7) Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.		
8) Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.		
9) Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).		
10) Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.		

Publicado por:
Gilberto Bones de Carvalho
Código Identificador:C359AAD4

CONTABILIDADE
ANEXO 9 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL			
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL			
PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			R$ 1
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A OUT (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	54.761.734,06	32.074.463,64	22.687.270,42
Investimentos	53.213.048,18	30.603.453,57	22.609.594,61
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00

Amortização da Dívida	1.548.685,88	1.471.010,07	77.675,81
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	54.761.734,06	32.074.463,64	22.687.270,42
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	54.761.734,06	32.074.463,64	22.687.270,42
	<(d - a)>	<(e - b)>	<(f - c)>
GILBERTO BONES DE CARVALHO	***PAULO HENRIQUE DOS SANTOS***	***RENATO RODRIGUES DA COSTA***	
469.701.772-20	562.574.309-68	574.763.149-72	
Contador - Crc/Ro 007119/0-3	Prefeito	Controlador Geral	
Notas:			
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>			
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:			
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;			
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.			

Publicado por:
Gilberto Bones de Carvalho
Código Identificador:BCB787E7

CONTABILIDADE
ANEXO 11 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS							
PERIODO: Janeiro a Outubro							
RREO – ANEXO 11(LRF, art. 53, § 1º, inciso III)							R$ 1
RECEITAS					PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)					0,00	428,30	-428,30
Receita de Alienação de Bens Móveis					0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis					0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis					0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras					0,00	428,30	-428,30
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO APLICAR					2022 (i)	2023 (j) = (Ib – (IIf+ IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)					4.822,93	428,30	5.251,23
GILBERTO BONES DE CARVALHO	***PAULO HENRIQUE DOS SANTOS***			***RENATO RODRIGUES DA COSTA***			
469.701.772-20	562.574.309-68			574.763.149-72			
Contador - CRC/RO 007119/0-3	Prefeito			Controlador Geral			
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:							
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;							
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.							

Publicado por:
Gilberto Bones de Carvalho
Código Identificador:CF81E8FF

CONTABILIDADE
ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL				
PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro				
RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)				R$ 1
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	11.105.285,67	11.105.285,67	10.951.086,91	98,61
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	2.576.126,71	2.576.126,71	2.562.015,69	99,45
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.535.063,54	1.535.063,54	1.250.100,70	81,44
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.455.770,77	3.455.770,77	4.154.687,92	120,22
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	3.538.324,65	3.538.324,65	2.984.282,60	84,34
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	67.124.928,98	67.124.928,98	52.552.197,16	78,29
Cota-Parte FPM	33.354.072,80	33.354.072,80	25.244.198,24	75,69
Cota-Parte ITR	15.138,68	15.138,68	261.817,06	1.729,46
Cota-Parte IPVA	3.433.795,34	3.433.795,34	3.515.363,37	102,38
Cota-Parte ICMS	30.181.914,85	30.181.914,85	23.171.254,10	76,77
Cota-Parte IPI-Exportação	140.007,31	140.007,31	92.007,02	65,72
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	267.557,37	0,00

TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	78.230.214,65	78.230.214,65	63.503.284,07	81,17

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	341.806,08	444.806,08	444.800,22	100,00	441.886,14	99,34	441.886,14	99,34	0,00
Despesas Correntes	341.806,08	444.806,08	444.800,22	100,00	441.886,14	99,34	441.886,14	99,34	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	16.304.974,33	16.201.974,33	14.175.246,74	87,49	13.153.770,10	81,19	12.959.434,76	79,99	0,00
Despesas Correntes	15.489.974,33	15.300.244,33	13.455.717,14	87,94	12.905.242,23	84,35	12.710.906,89	83,08	0,00
Despesas de Capital	815.000,00	901.730,00	719.529,60	79,79	248.527,87	27,56	248.527,87	27,56	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	16.646.780,41	17.146.780,41	14.620.046,96	85,26	13.595.656,24	79,29	13.401.320,90	78,16	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas (e)	Despesas Pagas (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	14.620.046,96	13.595.656,24	13.401.320,90
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	14.620.046,96	13.595.656,24	13.401.320,90
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 20% (Lei Orgânica Municipal)	0,00	12.700.656,81	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	0,00	0,00	0,00
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)		21,41	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFOME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no Exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo inicial = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2022 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2019 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (no Exercicio atual) (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100

RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	10.241.935,23	10.429.391,23	9.323.865,47	89,40
Proveniente da União	10.210.003,95	10.397.459,95	9.043.356,43	86,98
Proveniente dos Estados	31.931,28	31.931,28	280.509,04	878,48
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	10.241.935,23	10.429.391,23	9.323.865,47	89,40

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	6.187.820,48	8.760.198,95	6.836.483,49	78,04	6.215.403,35	70,95	5.921.337,14	67,59	0,00
Despesas Correntes	6.187.820,48	8.072.536,95	6.641.394,14	82,27	6.025.339,00	74,64	5.732.630,79	71,01	0,00
Despesas de Capital	0,00	687.662,00	195.089,35	28,37	190.064,35	27,64	188.706,35	27,44	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	3.145.806,12	14.398.344,64	4.903.543,83	34,06	4.595.314,42	31,92	4.505.303,95	31,29	0,00
Despesas Correntes	3.115.806,12	4.371.673,88	3.745.741,59	85,68	3.444.962,18	78,80	3.370.726,60	77,10	0,00
Despesas de Capital	30.000,00	10.026.670,76	1.157.802,24	11,55	1.150.352,24	11,47	1.134.577,35	11,32	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	348.740,07	897.173,33	838.057,65	93,41	335.576,15	37,40	224.165,06	24,99	0,00
Despesas Correntes	348.740,07	829.840,33	782.085,45	94,25	279.603,95	33,69	168.192,86	20,27	0,00
Despesas de Capital	0,00	67.333,00	55.972,20	83,13	55.972,20	83,13	55.972,20	83,13	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	609.568,56	820.220,94	706.690,57	86,16	614.164,00	74,88	609.166,74	74,27	0,00
Despesas Correntes	609.568,56	820.220,94	706.690,57	86,16	614.164,00	74,88	609.166,74	74,27	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	47.504,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	47.504,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	4.910.362,82	4.906.778,04	99,93	4.906.756,20	99,93	4.906.756,20	99,93	0,00
Despesas Correntes	0,00	4.910.362,82	4.906.778,04	99,93	4.906.756,20	99,93	4.906.756,20	99,93	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	10.291.935,23	29.833.804,68	18.191.553,58	60,98	16.667.214,12	55,87	16.166.729,09	54,19	0,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	6.529.626,56	9.205.005,03	7.281.283,71	79,10	6.657.289,49	72,32	6.363.223,28	69,13	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	3.145.806,12	14.898.344,64	4.903.543,83	32,91	4.595.314,42	30,84	4.505.303,95	30,24	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	348.740,07	897.173,33	838.057,65	93,41	335.576,15	37,40	224.165,06	24,99	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	609.568,56	820.220,94	706.690,57	86,16	614.164,00	74,88	609.166,74	74,27	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	47.504,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	16.304.974,33	21.112.337,15	19.082.024,78	90,38	18.060.526,30	85,54	17.866.190,96	84,62	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	26.938.715,64	46.980.585,09	32.811.600,54	69,84	30.262.870,36	64,42	29.568.049,99	62,94	0,00
1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.									
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".									
3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".									
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012									
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012									
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].									
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre									

GILBERTO BONES DE CARVALHO	***PAULO HENRIQUE DOS SANTOS***	***RENATO RODRIGUES DA COSTA***
469.701.772-20	562.574.309-68	574.763.149-72
Contador - CRC/RO 007119/0-3	Prefeito	Controlador Geral

Publicado por:
Gilberto Bones de Carvalho
Código Identificador:A422E40E

CONTABILIDADE
ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro				
RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)				R$ 1
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFEUADOS EM 2023		SALDO TOTAL (b)
		NO BIMESTRE (d)	JAN A OUT (c)	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros Passivos	0,00	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES	**0,00**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL	**0,00**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GILBERTO BONES DE CARVALHO		***PAULO HENRIQUE DOS SANTOS***					***RENATO RODRIGUES DA COSTA***				
469.701.772-20		562.574.309-68					574.763.149-72				
Contador - Crc/Ro 007119/0-3		Prefeito					Controlador Geral				

Publicado por:
Gilberto Bones de Carvalho
Código Identificador:75ACD5D6

CONTABILIDADE
ANEXO 14 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro			
LRF, Art. 48 – Anexo 14	R$ 1		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre		
RECEITAS	-		
Previsão Inicial	141.887.944,47		
Previsão Atualizada	145.388.012,56		
Receitas Realizadas	134.258.319,73		
Déficit Orçamentário	0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	32.221.656,83		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre		
DESPESAS	-		
Dotação Inicial	141.887.944,47		
Créditos Adicionais	67.839.102,76		
Dotação Atualizada	209.727.047,23		
Despesas Empenhadas	157.155.862,69		
Despesas Liquidadas	127.968.573,72		
Despesas Pagas	125.168.795,74		
Superávit Orçamentário	6.289.746,01		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas	157.155.862,69		
Despesas Liquidadas	127.968.573,72		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida	131.376.421,17		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	130.788.965,17		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	129.082.325,17		
RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	-		
Receitas Previdenciárias Realizadas	12.756.657,08		
Despesas Previdenciárias Empenhadas	4.816.458,25		
Despesas Previdenciárias Liquidadas	4.816.458,25		
Despesas Previdenciárias Pagas	4.816.458,25		
Resultado Previdenciário	7.940.198,83		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	-		
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00		
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00		
Resultado Previdenciário	0,00		
RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha	545.470,80	-15.455.406,52	-2.833,41
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	827.362,48	-9.769.580,44	-1.180,81

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.605.214,21	396,84	1.591.875,02	12.942,35
Poder Executivo	1.605.214,21	396,84	1.591.875,02	12.942,35
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	12.283.329,75	714.401,98	10.284.696,88	1.284.230,89

Poder Executivo	12.073.444,75	714.401,98	10.074.811,88	1.284.230,89
Poder Legislativo	209.885,00	0,00	209.885,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	13.888.543,96	714.798,82	11.876.571,90	1.297.173,24

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 27% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	18.044.797,90	25,00	27,67
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	19.053.547,60	70,00	91,61
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	32.074.463,64	22.687.270,42
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	428,30	-428,30
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	13.595.656,24	20,50	21,41

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

GILBERTO BONES DE CARVALHO	***PAULO HENRIQUE DOS SANTOS***	***RENATO RODRIGUES DA COSTA***
469.701.772-20	562.574.309-68	574.763.149-72
CONTADOR - CRC/RO 007119/0-3	PREFEITO	CONTROLADOR GERAL

Publicado por:
Gilberto Bones de Carvalho
Código Identificador:0FCA95A0

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
AS ETAPAS PREVISTAS PARA A EXECUÇÃO DO PROCESSO SELETIVO OBJETO DESTE EDITAL Nº. 001/2023

ANEXO III

DO CRONOGRAMA

As etapas previstas para a execução do Processo Seletivo objeto deste Edital nº. 001/2023 sofreu algumas alterações devido ano letivo estar no final e não conseguimos organizar a comissão para realizar as provas objetiva e discursiva, e serão realizadas nas datas descritas abaixo:

Período de inscrição dos candidatos – Primeira Etapa	**16/10 à 28/10/2023**
Analise das Inscrições	**30 e 31/10/2023**
Publicação do Resultado Preliminar das Inscrições	**01/11/2023**
Recursos	**03 e 06/11/2023**
Avaliação dos Recursos	**07/11/2023**
Publicação do Resultado Final das Inscrições (Primeira Etapa)	**08/11/2023**
Realização da Provas de conhecimento objetivo e discursivo.	**04/12/2023**
Publicação do Resultado Preliminar da Segunda Etapa	**05/12/2023**
Recursos	**06/12/2023**
Publicação do Resultado Final (Segunda Etapa)	**07/12/2023**
Analise dos Títulos – Terceira Etapa	**08/12/2023**
Publicação do Resultado Preliminar da Terceira Etapa	**11/12/2023**
Recursos	**12/11/2023**
Publicação do Resultado Final (Terceira Etapa)	**13/12/2023**
Entrevista – Quarta Etapa	**14/12/2023**
Publicação do Resultado Preliminarl (Quarta Etapa)	**15/12/2023**
Recursos	**18/12/2023**
Publicação do Resultado Final (Quarta Etapa)	**19/12/2023**

VALDIRENE INÁCIO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 5.183/PMMA/2023

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:25E8E543

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1366/2023

DE 29 DE NOVEMBRO 2023.

"Autoriza o Poder Executivo abrir no orçamento vigente crédito adicional Suplementar, proveniente de anulação de dotação orçamentária, e dá outras Providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA, ESTADO DE RONDÔNIA,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo abrir no orçamento vigente, crédito adicional especial por anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 938.064,91 (novecentos e trinta e oito mil, sessenta e quatro reais e noventa e um centavos), nas Unidades Orçamentárias a seguir, de acordo com o art. 43º da Lei nº 4.320/64, Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.250 de 20 de dezembro de 2022) distribuída às seguintes dotações:

Suplementação (+).....R$ 938.064,91

02 - Poder Executivo
02.01.00 - Secretaria Municipal de Governo
04.122.0002.2002 – Desenvolvimento das Atividades do Gabinete do Prefeito
3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 81.258,80
3.1.90.13 – Obrigações Patronais..... R$ 54.936,86 F.R.: 01500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

02 - Poder Executivo
02.03.00 - Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento 04.122.0004.2006 – Desenvolvimento das Atividades da SEMAFP
3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 152.000,00
3.1.90.13 – Obrigações Patronais..... R$ 67.953,27 F.R.: 01500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

02 - Poder Executivo
02.03.00 - Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento 04.123.0000.0001 – Contribuição do PASEP
3.3.90.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas..... R$ 24.000,00
F.R.: 01500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

02 - Poder Executivo
02.03.00 - Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento 28.841.0000.0002 – Parcelamento da Dívida junto ao INSS
3.2.90.21 – Juros Sobre a Dívida por Contrato..... R$ 300,00
4.6.90.21 – Principal da Dívida Contratual..... R$ 1.600,00
F.R.: 01500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

02 - Poder Executivo
02.04.00 - Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte
12.361.0005.2009 – Desenvolvimento das Atividades de Apoio Administrativo da Educação
3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 420.000,00
3.1.90.13 – Obrigações Patronais..... R$ 59.332,64

02 - Poder Executivo
02.06.00 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo
20.606.0008.2028 – Operacionalização das Atividades Administrativas - SEMMAAGRIT
4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente..... R$ 36.683,34
F.R.: 01500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

02 - Poder Executivo
02.08.00 - Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social
08.244.0011.2043 – Desenvolvimento das Atividades Administrativas - SEMTAS
3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 40.000,00
F.R.: 01500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

Art. 2º O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de anulação de dotação orçamentária, fonte de recursos 01.500, Recursos do Exercício Corrente - Recursos não Vinculados de Impostos, fonte de recursos STN (MSC) 1.500.

Anulação (-): ..... R$ 938.064,91

02 - Poder Executivo
02.03.00 - Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento 99.999.9999.9999 – Reserva de Contingência
9.9.99.99 – Reserva de Contingência..... R$ 398.048,93
F.R.: 01500 - Recursos não Vinculados de Impostos

02 - Poder Executivo
02.03.00 - Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento 28.841.0000.0004 – Parcelamento da Dívida - PASEP
4.6.90.71 – Principal da Dívida Contratual..... R$ 24.000,00 F.R.: 01500 - Recursos não Vinculados de Impostos

02 - Poder Executivo
02.04.00 - Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte
12.361.0005.2010 – Desenvolvimento das Atividades de Ensino Fundamental R. Próprio.

3.3.90.30 – Material de Consumo..... R$ 599,21
F.R.: 01500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

02 - Poder Executivo
02.04.00 - Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte
12.365.0005.2011 – Desenvolvimento das Atividades de Ensino Infantil R. Próprio.
3.3.90.30 – Material de Consumo..... R$ 315,12
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica..... R$ 14.510,26
4.4.90.51 – Obras e Instalações ..... R$ 120.000,00
4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente..... R$ 10.991,77
F.R.: 01500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

02 - Poder Executivo
02.04.00 - Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte
12.361.0005.2013 – Desenvolvimento das Atividades de Ensino Fundamental R. Próprio.
3.3.90.30 – Material de Consumo..... R$ 32.543,08
F.R.: 01500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

02 - Poder Executivo
02.04.00 - Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte 13.392.0006.2021 – Desenvolvimento das Atividades da Difusão Cultural
3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 17.800,00
3.1.90.13 – Obrigações Patronais..... R$ 4.000,00
3.1.91.13 – Contribuições Patronais..... R$ 1.000,00
3.3.90.30 – Material de Consumo..... R$ 3.064,00
3.3.90.31 – Premiações Cult., Artistícas, Cient. Desportivas e Outras..... R$ 1.000,00
3.3.90.32 – Material, Bem ou Serviços para Distribuição Gratuita..... R$ 48.000,00
3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física..... R$ 1.000,00
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica..... R$ 94.512,87 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente..... R$ 45.184,59
F.R.: 01500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

02 - Poder Executivo
02.04.00 - Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte
27.812.0006.2022 – Desenvolvimento das Atividades Esportivas e de Lazer do Município.
3.1.91.13 – Contribuições Patronais..... R$ 1.000,00
3.3.50.43 – Subvenções Sociais ..... R$ 5.000,00
3.3.90.14 – Diárias Civil..... R$ 3.249,44
3.3.90.30 – Material de Consumo..... R$ 7.150,34
3.3.90.31 – Premiações Cult., Artistícas, Cient. Desportivas e Outras..... R$ 5.000,00
3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física.... R$ 1.000,00
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.... R$ 24.412,19
4.4.90.51 – Obras e Instalações..... R$ 17.500,00
4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente..... R$ 20.499,77
F.R.: 01500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

02 - Poder Executivo
02.06.00 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo.
20.606.0008.1039 – CV para Aquisição de Dois Microtratores e uma Colhedora de Milho
4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente..... R$ 36.683,34
F.R.: 01500 - Recursos não Vinculados de Impostos

Art. 3º Faz parte desta Lei Anexo I - Memória de cálculo.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I MEMÓRIA DE CÁLCULO
Anulação de dotação orçamentária

P.A	Elemento de Despesa	Fonte	Valor a Reduzir	Valor a Adicionar
0002.2002	3.1.90.11	01.500	-	R$ 81.258,80
0002.2002	3.1.90.13	01.500	-	R$ 54.936,86
0004.2006	3.1.90.11	01.500	-	R$ 152.000,00
0004.2006	3.1.90.13	01.500	-	R$ 67.953,27
0000.0002	3.2.90.21	01.500	-	R$ 300,00
0000.0002	4.6.90.71	01.500	-	R$ 1.600,00
0011.2043	3.1.90.11	01.500	-	R$ 40.000,00
9999.9999	9.9.99.99	01.500	R$ 398.048,93	-
0000.0001	3.3.90.47	01.500		R$ 24.000,00
0000.0004	4.6.90.71	01.500	R$ 24.000,00	-

0005.2009	3.1.90.11	01.500	-	R$ 420.000,00
0005.2009	3.1.90.13	01.500	-	R$ 59.332,64
0005.2010	3.3.90.30	01.500	R$ 559,21	-
0005.2011	3.3.90.30	01.500	R$ 315,12	-
0005.2011	3.3.90.39	01.500	R$ 14.510,26	-
0005.2011	4.4.90.52	01.500	R$ 120.000,00	-
0005.2013	3.3.90.30	01.500	R$ 32.543,08	-

0006.2021	3.1.90.11	01.500	R$ 17.800,00	-
0006.2021	3.1.90.13	01.500	R$ 4.000,00	-
0006.2021	3.1.91.13	01.500	R$ 1.000,00	-
0006.2021	3.3.90.30	01.500	R$ 3.064,00	-
0006.2021	3.3.90.31	01.500	R$ 1.000,00	-
0006.2021	3.3.90.32	01.500	R$ 48.000,00	-
0006.2021	3.3.90.36	01.500	R$ 1.000,00	-
0006.2021	3.3.90.39	01.500	R$ 94.512,87	-
0006.2021	4.4.90.52	01.500	R$ 45.184,59	-
0006.2022	3.1.91.13	01.500	R$ 1.000,00	-
0006.2022	3.3.50.43	01.500	R$ 5.000,00	-
0006.2022	3.3.90.14	01.500	R$ 3.249,44	-
0006.2022	3.3.90.30	01.500	R$ 7.150,34	-
0006.2022	3.3.90.31	01.500	R$ 5.000,00	-
0006.2022	3.3.90.36	01.500	R$ 1.000,00	-
0006.2022	3.3.90.36	01.500	R$ 24.412,19	-
0006.2022	4.4.90.51	01.500	R$ 17.500,00	-
0006.2022	4.4.90.52	01.500	R$ 20.499,77	
0008.2028	4.4.90.52	01.500	-	R$ 36.683,34
0008.1039	4.4.90.52	01.500	R$ 36.683,34	-

Mirante da Serra – RO, 29 de novembro de 2023.

EVALDO DUARTE ANTÔNIO
Prefeito Municipal
(Documento Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Milton Caetano da Silva
Código Identificador:11006C3C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3447/2023

de 29 de novembro de 2023.

"Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, nos moldes da Lei 1366/2023 de 29 de novembro de 2023, e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei 1366 de 29 de novembro de 2023, considerando os fundamentos que dispõe a Lei Federal 4320/64 e Lei Complementar 101/2000;

DECRETA

Art. 1º. Fica Autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual, com anulação e suplementação de dotação no valor de ***R$ 898.064,91 (oitocentos e noventa e oito mil, sessenta e quatro reais e noventa e um centavos)***, conforme classificação funcional, programática e econômica a seguir:

CÓDIGO	HISTÓRICO	VALOR
02.00	EXECUTIVO	
02.01.00	**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**	
04.122.0002.2002	*DESENVOLVIMENTO DAS ATIV. DO GABINETE DO PREFEITO*	
3.1.90.11 - 16	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	81.258,80
3.1.90.30 - 17	Obrigações Patronais	54.936,86
02.03.00	**SECRETARIA MUN. DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO**	
04.122.0004.2006	*DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE SEMAFP*	
3.1.90.11 - 43	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	152.000,00
3.1.90.13 - 44	Obrigações Patronais	67.953,27
28.841.0000.0002	*PARCELAMENTO DA DÍVIDA JUNTO AO INSS*	
3.2.90.21 - 61	Juros sobre a Dívida por Contrato	300,00
4.6.90.21 - 62	Principal da Dívida Contratual	1.600,00
04.123.0000.0001	*CONTRIBUIÇÃO DO PASEP*	
3.3.90.47 - 60	Obrigações Tributárias e Contributivas	24.000,00
02.04.00	**SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE**	
12.361.0005.2009	*DESENVOLVIMENTO DAS ATIV. APOIO ADM. DA EDUCAÇÃO*	
3.1.90.11 - 71	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	420.000,00
3.1.90.13 - 72	Obrigações Patronais	59.332,64
02.06.00	**SECRETARIA MUN. DE MEIO AMB. AGRICULTURA E TURISMO**	
20.606.0008.2028	*OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIV. ADM. SEMMAAGRIT*	
4.4.90.52 - 84	Equipamentos e Material Permanente	36.683,34
	TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL	**898.064,91**

Art. 2º. Para dar cobertura Orçamentária e Financeira ao Crédito Adicional Suplementar citado no artigo anterior, dar-se-á através de anulação financeira no Orçamento Vigente na forma que segue, no valor de ***R$ 898.064,91 (oitocentos e noventa e oito mil, sessenta e quatro reis e noventa e um centavos)***:

CÓDIGO	HISTÓRICO	VALOR
02.00	EXECUTIVO	
02.03.00	**SECRETARIA MUN. DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO**	
99.999.9999.9999	*RESERVA DE CONTINGÊNCIA*	
9.9.99.99 - 70	Reserva de Contingência	384.042,17
28.841.0000.0004	*PARCELAMENTO DA DÍVIDA – PASEP*	
4.6.90.71 - 65	Principal de Dívida Contratual	24.000,00
02.04.00	**SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE**	
12.361.0005.2010	*DESENVOLVIMENTO DAS ATIV. DE ENSINO FUNDAMENTAL – R.P*	
3.3.90.30 - 85	Material de Consumo	599,21

12.365.0005.2011	*DESENVOLVIMENTO DAS ATIV. DE ENSINO INFANTIL – R.P*	
3.3.90.30 - 113	Material de Consumo	315,12
3.3.90.39 - 114	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	14.510,26
4.4.90.51 - 115	Obras e Instalações	94.006,76
4.4.90.52 - 116	Equipamentos e Material Permanente	10.991,77
12.361.0005.2013	*ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – R. PRÓPRIO*	
3.3.90.30 - 89	Material de Consumo	32.543,08
13.392.0006.2021	*DESENVOLVIMENTO DAS ATIV. DA DIFUSÃO CULTURAL*	
3.1.90.11 - 120	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	17.800,00
3.1.90.13 - 121	Obrigações Patronais	4.000,00
3.1.91.13 - 122	Contribuições Patronais	1.000,00
3.3.90.30 - 123	Material de Consumo	3.064,00
3.3.90.31 - 124	Premiações Cult., Artísticas, Ceint. Desportivas e Outras	1.000,00
3.3.90.32 - 125	Material, Bem ou Serviços para Distribuição Gratuita	48.000,00
3.3.90.36 - 126	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	1.000,00
3.3.90.39 - 127	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	94.512,87
4.4.90.52 - 128	Equipamentos e Material Permanente	45.184,59
27.812.0006.2022	*DESENVOLVIMENTO DAS ATIV. ESPORT. E DE LAZER MUNICÍPIO*	
3.1.91.13 - 131	Contribuições Patronais	1.000,00
3.3.50.43 - 132	Subvenções Sociais	5.000,00
3.3.90.14 - 133	Diárias Civil	3.249,44
3.3.90.30 - 134	Material de Consumo	7.150,34
3.3.90.31 - 135	Premiações Cult., Artísticas, Ceint. Desportivas e Outras	5.000,00
3.3.90.36 - 136	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	1.000,00
3.3.90.39 - 137	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	24.412,19
4.4.90.51 - 138	Obras e Instalações	17.500,00
4.4.90.52 - 139	Equipamentos e Material Permanente	20.499,77
02.06.00	**SECRETARIA MUN. DE MEIO AMB. AGRICULTURA E TURISMO**	
20.606.0008.1039	*CV PARA AQUISIÇÃO DE DOIS MICROTRATORES COLHED MILHO*	
4.4.90.52 - 321	Equipamentos e Material Permanente	36.683,34
	TOTAL DA ANULAÇÃO	**898.064,91**

Art. 3º - Em decorrência do disposto nos artigos anteriores e das necessidades apresentadas fica alterado o detalhamento da programação financeira e orçamentária aprovado para o exercício de 2023.
Art. 4º. Este Decreto entra vigor na data de sua publicação;

EVALDO DUARTE ANTÔNIO
Prefeito Municipal
(Documento Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Milton Caetano da Silva
Código Identificador:AD37E7DC

SEMSAU
CONCESSÃO DE DIÁRIA

(Unidade Orçamentária ou Administrativa)

PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº 138/2023

PROPONENTE:

Nome:	**IZAQUE FORLIN CAROLINO VIEIRA**
Cargo, Função ou Emprego:	**SEC. MUN. SAUDE**

PROPOSTA:

Nome:	**IZAQUE FORLIN CAROLINO VIEIRA**				
Cargo, Função, Emprego:	SEC. MUN. SAUDE			Mat.	**2632**
Símbolo, Nível, Vencimento ou Salário:		**********			
Carteira de identidade nº	**106.1684**	Expedida por:	**SSP/RO**		

LOCAL E SERVIÇO A SER EXECUTADO:

Para que possa deslocar-se à cidade de Ji- Paraná dia 05 de Dezembro de 2023, para participar da 11ª Reunião Ordinária da CIR- Comissão Intergestora Regional, que acontecerá na Gerência Regional de Saúde.

PERÍODO DE AFASTAMENTO:

Saída em	**05/12/2023**	Chegada em	**05/12/2023**	Nº de Dias	**01 S/pernoite**

PERCURSO:

MEIO DE TRANSPORTE	LOCALIDADE	
	DE	**PARA**
VEICULO OFICIAL	**MIRANTE DA SERRA**	**JI-PARANÁ**

VALOR DAS DIÁRIAS

Valor de Referência= R$ 36,47

Nível Referente equivalência	**10**	Percentual	**50%**	R$	**182,35**

	LOCALIDADE	Nº DIAS	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
	JI-PARANÁ	**01**	182,35	**182,35**
			TOTAL R$	**182,35**

Em	**28/11/2023**		**IZAQUE FORLIN CAROLINO VIEIRA** **SEC. MUN. SAUDE**

Publicado por:
Marli Rodrigues Silva
Código Identificador:9D5E524C

SEMSAU
CONCESSÃO DE DIÁRIA

(Unidade Orçamentária ou Administrativa)

PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº 137/2023

PROPONENTE:

Nome:	**IZAQUE FORLIN CAROLINO VIEIRA**
Cargo, Função ou Emprego:	**SEC. MUN. SAUDE**

PROPOSTA:

Nome:	**MAGDIEL DE SOUZA JACINTO**			
Cargo, Função, Emprego:	FARMACEUTICO		Mat.	**2595**
Símbolo, Nível, Vencimento ou Salário:		**********		
Carteira de identidade nº	591.915	Expedida por:		**SSP/RO**

LOCAL E SERVIÇO A SER EXECUTADO:

Para que o servidor acima mencionado possa deslocar-se a cidade de Porto Velho nos dias 07,08 de Dezembro de 2023, para participar do I Congresso Rondoniense de Assistência Farmaceutica-CORAF.23, Oficina de Construção de Carta Proposta para Política Estadual de Assistência Farmacêutica de Rondônia, através da Associação do Curso de Pós Graduação em Medicina e Saúde, com o apoio cientifico da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia-SESAU, que acontecerá no Hotel Golden Tulip.

PERÍODO DE AFASTAMENTO:

Saída em	**06/12/2023**	Chegada em	**08/12/2023**	Nº de Dias	**02 C/pernoite**

PERCURSO:

MEIO DE TRANSPORTE VEICULO OFICIAL	LOCALIDADE	
	DE	**PARA**
	MIRANTE DA SERRA	**PORTO VELHO**

VALOR DAS DIÁRIAS

Valor de Referência= R$ 36,47

Nível Referente equivalência		**08**	Percentual	**100%**	R$	**291,76**
LOCALIDADE	Nº DIAS	VALOR UNITÁRIO			TOTAL	
PORTO VELHO	**02**	291,76			**583,52**	
		TOTAL R$			**583,52**	

Em **28/11/2023**

IZAQUE FORLIN CAROLINO VIEIRA
Sec. Mun. Saude

Publicado por:
Marli Rodrigues Silva
Código Identificador:08EDDF8C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 99/PMNBO/2023

PROCESSO Nº 2053/2023

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RO
CONTRATADA: CONSTRUTORA PARAÍSO LTDA

DO OBJETO
O objeto do presente Contrato é:

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	REFORMA DA SALA DE VACINA NO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D´OESTE	1	R$ 515.363,99	R$ 515.363,99

São partes integrantes do presente Contrato, independente de sua transcrição, a proposta do CONTRATADO, conforme especificações técnicas e condições descritas o no Edital de Tomada de Preços nº 05/2023 e seus Anexos, partes integrantes do presente Contrato, juntamente com a proposta da Contratada e os demais elementos presentes no Processo Administrativo nº 2053/2023.

DO VALOR

O valor global da despesa com a execução do presente contrato importa em **R$ 515.363,99 (Quinhentos e quinze mil trezentos e sessenta e três reais e noventa e nove centavos).**

DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado em favor da (s) empresas (s) por meio de depósito em conta corrente, através de Ordem Bancária, após a apresentação da Nota Fiscal, em que deverão ser em conformidade como boletim de Medição em até 30 dias após a autorização do órgão fiscalizador juntamente com o Relatório de fotográfico e diário de obra.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

A despesa decorrente de eventual contratação correrá por conta dos recursos consignados ao próprio Município de Nova Brasilândia D'Oeste na seguinte funcional programática:

Órgão	**02.**	**Fundo Municipal de Saúde**
Unidade Orçamentária	**02.006.**	**Secretaria Municipal de Saúde**
Prog. Trabalho	**10.302.0002.1.616**	**Convênio Ampliação de Atenção Básica Sala de Vacina**
Elemento Despesa	**4.4.90.51.00.00**	**Obras e Instalações**
Fonte de Recurso	**20130036**	**Convênios do União – Saúde**

Nota de Empenho n° 1385/2023.

DA VIGÊNCIA

A vigência inicial do contrato será de 360 (Trezentos e sessenta) dias consecutivos, contado da data de sua assinatura pelas partes, podendo ser prorrogada nos termos do art. 57, §1º da Lei nº 8.666/93.

DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 99/2023 anexado ao processo administrativo 2053/2023.

DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Nova Brasilândia D'Oeste, para dirimir as dúvidas ou omissões oriundas do presente Contrato que não possam ser dirimidas administrativamente, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

DATA: 29.11.2023.

Publicado por:
Liliane Caitano da Silva
Código Identificador:890452EF

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

ASSESSORIA CONTÁBIL
RREO 5 BIMESTRE 2023 - ANEXO 01

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL							
PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro							
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R$ 1
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			BIMESTRE (b)	% (b/a)	JAN A OUT (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	37.305.187,33	37.305.187,33	8.237.392,17	22,08	40.813.346,27	109,40	-3.508.158,94
RECEITAS CORRENTES	37.305.187,33	37.305.187,33	7.089.463,71	19,00	35.854.902,48	96,11	1.450.284,85
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	2.155.497,97	2.155.497,97	761.244,85	35,32	3.107.139,69	144,15	-951.641,72
MELHORIA							
Impostos	2.106.100,00	2.106.100,00	624.678,08	29,66	2.562.982,74	121,69	-456.882,74
Taxas	49.397,97	49.397,97	136.566,77	276,46	544.156,951.101,58		-494.758,98
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	2.829.359,57	2.829.359,57	1.091.009,97	38,56	3.689.812,26	130,41	-860.452,69
Contribuições Sociais	2.757.359,57	2.757.359,57	1.046.726,41	37,96	3.507.560,32	127,21	-750.200,75
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	72.000,00	72.000,00	44.283,56	61,50	182.251,94	253,13	-110.251,94
Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	1.983.086,18	1.983.086,18	141.946,26	7,16	3.390.328,20	170,96	-1.407.242,02
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	1.983.086,18	1.983.086,18	141.946,26	7,16	3.390.328,20	170,96	-1.407.242,02
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte							

Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.337.243,61	30.337.243,61	5.093.688,69	16,79	25.653.981,55	84,56	4.683.262,06
Transferências da União e de suas Entidades	12.023.243,61	12.023.243,61	2.110.688,99	17,56	10.497.827,46	87,31	1.525.416,15
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de	12.814.000,00	12.814.000,00	2.202.536,32	17,19	10.784.860,79	84,16	2.029.139,21
suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	5.500.000,00	5.500.000,00	780.463,38	14,19	4.371.293,30	79,48	1.128.706,70
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	1.573,94	0,00	13.640,78	0,00	-13.640,78
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	40,24	0,00	594,79	0,00	-594,79
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	1.386,64	0,00	12.995,40	0,00	-12.995,40
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	147,06	0,00	50,59	0,00	-50,59
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	1.147.928,46	0,00	4.958.443,79	0,00	-4.958.443,79
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	1.147.928,46	0,00	4.958.443,79	0,00	-4.958.443,79
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	251.237,98	0,00	3.844.074,20	0,00	-3.844.074,20
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de	0,00	0,00	896.690,48	0,00	1.114.369,59	0,00	-1.114.369,59
suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	143.000,00	143.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	37.448.187,33	37.448.187,33	8.237.392,17	22,00	40.813.346,27	108,99	-3.365.158,94
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			BIMESTRE (b)	% (b/a)	JAN A OUT (c)	% (c/a)	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	37.448.187,33	37.448.187,33	8.237.392,17	22,00	40.813.346,27	108,99	-3.365.158,94
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	37.448.187,33	37.448.187,33	8.237.392,17	22,00	40.813.346,27	108,99	-3.365.158,94
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	3.602.430,59			3.602.430,59		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		3.602.430,59			3.602.430,59		

DESPESAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[2] (k)
			BIMESTRE	JAN A OUT (f)		BIMESTRE	JAN A OUT (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	34.216.816,09	43.157.511,13	4.186.098,79	31.495.327,49	11.662.183,64	4.305.198,10	29.129.286,69	14.028.224,44	28.859.075,71	0,00
DESPESAS CORRENTES	31.519.580,78	35.930.722,55	3.499.300,81	28.099.827,95	7.830.894,60	3.820.945,77	26.475.224,74	9.455.497,81	26.207.813,76	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.699.864,29	22.092.017,43	2.141.393,25	17.631.319,92	4.460.697,51	2.137.354,42	17.620.468,04	4.471.549,39	17.576.910,57	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.818.716,49	13.837.705,12	1.357.907,56	10.468.508,03	3.369.197,09	1.683.591,35	8.854.756,70	4.982.948,42	8.630.903,19	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	8.818.716,49	13.837.705,12	1.357.907,56	10.468.508,03	3.369.197,09	1.683.591,35	8.854.756,70	4.982.948,42	8.630.903,19	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.249.235,31	7.178.788,58	686.797,98	3.395.499,54	3.783.289,04	484.252,33	2.654.061,95	4.524.726,63	2.651.261,95	0,00
INVESTIMENTOS	879.235,31	5.763.486,58	633.116,92	2.038.753,57	3.724.733,01	233.860,24	1.388.618,83	4.374.867,75	1.385.818,83	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.370.000,00	1.415.302,00	53.681,06	1.356.745,97	58.556,03	250.392,09	1.265.443,12	149.858,88	1.265.443,12	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	448.000,00	48.000,00	0,00	0,00	48.000,00	0,00	0,00	48.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.776.925,49	2.076.038,42	215.793,70	1.961.434,41	114.604,01	214.995,09	1.960.218,31	115.820,11	1.535.490,29	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	35.993.741,58	45.233.549,55	4.401.892,49	33.456.761,90	11.776.787,65	4.520.193,19	31.089.505,00	14.144.044,55	30.394.566,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	35.993.741,58	45.233.549,55	4.401.892,49	33.456.761,90	11.776.787,65	4.520.193,19	31.089.505,00	14.144.044,55	30.394.566,00	0,00

SUPERÁVIT (XIII)				7.356.584,37			9.723.841,27		10.418.780,27	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	35.993.741,58	45.233.549,55	4.401.892,49	40.813.346,27		4.520.193,19	40.813.346,27		40.813.346,27	0,00
RESERVA DO RPPS	1.454.445,75	1.454.445,75			1.454.445,75			1.454.445,75		

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			BIMESTRE (b)	% (b/a)	JAN A OUT (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	143.000,00	143.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143.000,00
RECEITAS CORRENTES	143.000,00	143.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143.000,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MELHORIA							
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	143.000,00	143.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143.000,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	143.000,00	143.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143.000,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Público							
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[2] (k)
			BIMESTRE	JAN A OUT (f)		BIMESTRE	JAN A OUT (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.776.925,49	2.076.038,42	215.793,70	1.961.434,41	114.604,01	214.995,09	1.960.218,31	115.820,11	1.535.490,29	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.776.925,49	2.076.038,42	215.793,70	1.961.434,41	114.604,01	214.995,09	1.960.218,31	115.820,11	1.535.490,29	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.656.925,49	2.064.340,42	215.793,70	1.961.434,41	102.906,01	214.995,09	1.960.218,31	104.122,11	1.535.490,29	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	120.000,00	11.698,00	0,00	0,00	11.698,00	0,00	0,00	11.698,00	0,00	0,00

DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Fabiano de Lima
Código Identificador:C5FDE655

ASSESSORIA CONTÁBIL
RREO 5 BIMESTRE 2023 - ANEXO 04

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS		
PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro		
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)	R$ 1	
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	3.598.359,57	5.510.483,90
Receita de Contribuições dos Segurados	2.752.359,57	999.847,55
Ativo	2.752.359,57	999.847,55
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	5.000,00	1.756.812,30
Ativo	5.000,00	1.756.812,30
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	841.000,00	2.753.824,05
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	841.000,00	2.753.824,05
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	3.598.359,57	5.510.483,90

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Benefícios	1.500.000,00	1.016.478,55	1.016.478,55	1.016.478,55	0,00
Aposentadorias	1.150.000,00	700.829,18	700.829,18	700.829,18	0,00
Pensões por Morte	350.000,00	315.649,37	315.649,37	315.649,37	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	645.000,00	378.476,73	324.906,38	321.945,38	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	645.000,00	378.476,73	324.906,38	321.945,38	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	2.145.000,00	1.394.955,28	1.341.384,93	1.338.423,93	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)	1.453.359,57	4.115.528,62	4.169.098,97	4.172.059,97	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
VALOR	0,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
VALOR	1.454.445,75	
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS	
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	
Outros Aportes para o RPPS	0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL	
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.022.880,06	
Investimentos e Aplicações	0,00	
Outros Bens e Direitos	32.047.493,68	
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00

Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCÍARIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	
Recursos para Formação de Reserva	0,00	
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	SALDO ATUAL	
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	
Investimentos e Aplicações	106.114,78	
Outros Bens e Direitos	0,00	
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas Correntes	143.000,00	83.775,61
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃOP RPPS (XII)	143.000,00	83.775,61

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII) + (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII-XV)	143.000,00	83.775,61	83.775,61	83.775,61	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL	
Caixa e Equivalentes de Caixa	151,42	
Investimentos e Aplicações	0,00	
Outros Bens e Direitos	0,00	
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIO MANTIDOS PELO TESOURO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Contribuições dos Servidores	0,00	667.124,86
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	667.124,86

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)	0,00	667.124,86	667.124,86	667.124,86	0,00
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.					
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:					
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;					
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.					

Publicado por:
Fabiano de Lima
Código Identificador:884D554A

ASSESSORIA CONTÁBIL
RREO 5 BIMESTRE 2023 - ANEXO 06

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		R$ 1
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)

		Jan a Out/2023
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	33.706.827,76	30.260.642,97
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.155.497,97	3.107.139,69
IPTU	266.600,00	268.890,23
ISS	365.000,00	703.591,58
ITBI	602.500,00	552.337,47
IRRF	0,00	1.038.163,46
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	921.397,97	544.156,95
Contribuições	72.000,00	849.376,80
Receita Patrimonial	1.142.086,18	636.504,15
Aplicações Financeiras (II)	1.142.086,18	636.504,15
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	30.337.243,61	25.653.981,55
Cota Parte do FPM	9.401.106,80	7.304.358,94
Cota Parte do ICMS	10.199.000,00	7.888.669,54
Cota Parte do IPVA	1.000.000,00	1.004.162,89
Cota Parte do ITR	54.400,00	190.891,78
Transferências da LC 61/1989	32.000,00	31.095,31
Transferencias do FUNDEB	5.500.000,00	4.339.715,38
Outras Transferências Correntes	4.150.736,81	4.895.087,71
Demais Receitas Correntes	0,00	13.640,78
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	0,00	13.640,78
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	32.564.741,58	29.624.138,82
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	2.900.359,57	2.840.435,46
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	841.000,00	2.753.824,05
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	0,00	4.958.443,79
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	4.958.443,79
Convênios	0,00	1.512.429,19
Outras Transferências de Capital	0,00	3.446.014,60
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	0,00	4.958.443,79
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	35.465.101,15	37.423.018,07
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	32.564.741,58	34.582.582,61

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	35.801.760,97	28.650.677,08	27.078.428,12	26.389.250,12	532.554,99	114.134,39	114.134,39
Pessoal e Encargos Sociais	22.261.357,85	18.359.723,48	18.347.655,50	17.880.231,01	132.585,35	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	13.539.403,12	10.290.953,60	8.730.772,62	8.509.019,11	399.969,64	114.134,39	114.134,39
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	13.539.403,12	10.290.953,60	8.730.772,62	8.509.019,11	399.969,64	114.134,39	114.134,39
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	35.800.760,97	28.650.677,08	27.078.428,12	26.389.250,12	532.554,99	114.134,39	114.134,39
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	2.205.000,00	1.410.585,28	1.357.014,93	1.354.053,93	2.557,74	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	7.068.788,58	3.311.994,96	2.570.557,37	2.567.757,37	24.268,20	3.426.931,56	3.426.931,56
Investimentos	5.728.486,58	2.028.153,57	1.378.018,83	1.375.218,83	24.268,20	3.426.931,56	3.426.931,56
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	1.340.302,00	1.283.841,39	1.192.538,54	1.192.538,54	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	5.728.486,58	2.028.153,57	1.378.018,83	1.375.218,83	24.268,20	3.426.931,56	3.426.931,56
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	48.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	35.000,00	10.600,00	10.600,00	10.600,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	75.000,00	72.904,58	72.904,58	72.904,58	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	43.817.247,55	32.100.015,93	29.824.061,88	29.129.122,88	559.380,93	3.541.065,95	3.541.065,95
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	41.577.247,55	30.678.830,65	28.456.446,95	27.764.468,95	556.823,19	3.541.065,95	3.541.065,95
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							4.193.448,31
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]							2.720.224,52

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	888.239,60
JUROS NOMINAIS	Jan a Out/2023
	VALOR INCORRIDO
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (Exceto RPPS) (XXXVI)	0,00
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	2.720.224,52
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2022 (a)	Jan a Out/2023 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XL)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-)Restos a Pagar Processados (XLI)	563.412,81	6.461,63
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.479,79	16.314,19
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		0,00

AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a Out/2023
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-556.951,18
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	-556.951,18
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	-556.951,18
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.187.107,22
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	3.187.107,22
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	1.454.445,75

Publicado por:
Fabiano de Lima
Código Identificador:F17873FA

ASSESSORIA CONTÁBIL
RREO 5 BIMESTRE 2023 - ANEXO 08

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro		
RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)	R$ 1	
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (Art. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A OUT
1- RECEITA DE IMPOSTOS	1.234.100,00	2.562.982,74
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	266.600,00	268.890,23
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	602.500,00	552.337,47
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	365.000,00	703.591,58
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	0,00	1.038.163,46
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	24.689.000,00	20.540.914,40
2.1- Cota-Parte FPM	11.636.000,00	8.987.305,23
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea B	10.889.578,00	8.414.732,76
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea D e E	746.422,00	572.572,47
2.2- Cota-Parte ICMS	11.799.000,00	9.874.054,43
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	40.000,00	38.869,15
2.4- Cota-Parte ITR	64.000,00	238.614,60
2.5- Cota-Parte IPVA	1.150.000,00	1.374.163,41
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	27.907,58
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	25.923.100,00	23.103.897,14
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	4.002.493,20	4.099.409,87
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	1.692.259,40	1.782.305,90
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A OUT
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	5.500.000,00	4.318.189,35
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.500.000,00	4.318.189,35
6.1.1- Principal	5.500.000,00	4.304.625,11
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	13.564,24
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1- Principal	0,00	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)	1.497.506,80	205.215,24

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	8.076,82
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	8.076,82
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	4.326.266,17

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (e)	DESPESAS PAGAS JAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	6.153.530,53	4.960.990,15	4.940.097,37	4.779.306,36	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.788.050,05	3.838.534,88	3.838.534,88	3.719.299,34	0,00
10.1.1- Educação Infantil	1.171.000,00	1.169.096,41	1.169.096,41	1.133.532,13	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	3.617.050,05	2.669.438,47	2.669.438,47	2.585.767,21	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	1.365.480,48	1.122.455,27	1.101.562,49	1.060.007,02	0,00
10.2.1- Educação Infantil	310.050,00	165.152,53	151.952,53	137.112,60	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	1.055.430,48	957.302,74	949.609,96	922.894,42	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (e)	DESPESAS PAGAS JAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (sem disponibilidade de caixa) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUP. AO TOTAL DAS RECEITAS RECEB. NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	4.960.990,15	4.940.097,37	4.779.306,36	0,00	0,00	621.908,02
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	4.960.990,15	4.940.097,37	4.779.306,36	0,00	0,00	621.908,02
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.838.534,88	3.838.534,88	3.719.299,34	0,00	0,00	0,00
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO10 (m)
15- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	3.022.732,54	3.838.534,88	3.838.534,88	88,89
16- Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máx. de 10% de Superávit)3	VALOR MÁX. PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCED. AO MÁX. PERMIT.(q)	% NÃO APLICADO (r)
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	431.818,93	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	Valor de Superávit Permitido no Exercício Anterior (s)	Valor não Aplicado No Exercício Anterior (t)	Valor de Superávit Aplicado até o 1º Quadrimestre (u)	Valor Aplicado Após o 1º Quadrimestre (v)	Valor Total de Sup. Não Aplicado Até o Final do Exercício (w)	Valor aplicado até o 1º Quadrimestre que Integrará o Limite Constitucional (x)
19- Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (e)	DESPESAS PAGAS JAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	3.673.329,35	3.318.968,88	3.123.265,05	3.055.686,02	0,00
20.1- Educação Infantil	390.621,49	381.396,72	353.168,79	323.850,59	0,00
20.2- Ensino Fundamental	3.282.707,86	2.937.572,16	2.770.096,26	2.731.835,43	0,00
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (e)	DESPESAS PAGAS JAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)

21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	9.827.859,88	8.279.959,03	8.063.362,42	7.834.992,38	0,00
21.1- Educação Infantil	1.871.671,49	1.715.645,66	1.674.217,73	1.594.495,32	0,00
21.1.1- Creche	395.000,00	255.399,76	242.199,76	212.881,56	0,00
21.1.2- Pré-Escola	1.476.671,49	1.460.245,90	1.432.017,97	1.381.613,76	0,00
21.2- Ensino Fundamental	7.956.188,39	6.564.313,37	6.389.144,69	6.240.497,06	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	3.123.265,05
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	4.099.409,87
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25- VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL = L19.1(x)	0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 + 25 - 26 - 27)	7.222.674,92

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)			VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	5.775.974,29			7.222.674,92	31,26
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	76.150,85	68.288,78	68.288,78	0,00	7.862,07
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	35.173,70	27.311,63	27.311,63	0,00	7.862,07
30.2- Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	40.977,15	40.977,15	40.977,15	0,00	0,00
30.3- Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.755.000,00	3.379.632,50
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	355.000,00	1.676.338,06
31.1.1- Salário-Educação	120.000,00	99.786,25
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	140.000,00	126.458,24
31.1.4- PNATE	95.000,00	66.752,15
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	1.383.341,42
31.2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.400.000,00	1.703.294,44
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (e)	DESPESAS PAGAS JAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	2.976.290,75	2.023.840,83	1.636.690,39	1.612.620,39	0,00
32.1- Educação Infantil	369.344,26	55.191,50	55.191,50	55.191,50	0,00
32.2- Ensino Fundamental	2.606.946,49	1.968.649,33	1.581.498,89	1.557.428,89	0,00
32.3- Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (e)	DESPESAS PAGAS JAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	12.803.150,63	10.303.799,86	9.700.052,81	9.447.612,77	0,00
33.1- Despesas Correntes	12.312.985,05	9.949.093,66	9.550.671,61	9.298.231,57	0,00
33.1.1- Pessoal Ativo	8.379.795,49	6.741.083,07	6.737.063,76	6.522.182,39	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	3.931.189,56	3.208.010,59	2.813.607,85	2.776.049,18	0,00
33.2- Despesas de Capital	476.365,58	354.706,20	149.381,20	149.381,20	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	476.365,58	354.706,20	149.381,20	149.381,20	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (aj)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	49.053,97	1.147,23
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	4.318.189,35	99.786,25
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	4.820.283,51	54.044,88
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	-453.040,19	46.888,60
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	92.414,23	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	283.013,83	392,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	-643.639,79	46.496,60

1) Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.

2) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

3) 3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional." utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."

4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6) As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7) Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.

8) Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

9) Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).

10) Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.

Publicado por:
Fabiano de Lima
Código Identificador:D4C905A1

ASSESSORIA CONTÁBIL
RREO 5 BIMESTRE 2023 - ANEXO 09

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL			
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL			
PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			R$ 1
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A OUT (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	7.178.788,58	3.395.499,54	3.783.289,04
Investimentos	5.763.486,58	2.038.753,57	3.724.733,01
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.415.302,00	1.356.745,97	58.556,03
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	7.178.788,58	3.395.499,54	3.783.289,04
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	7.178.788,58	3.395.499,54	3.783.289,04
	<(d - a)>	<(e - b)>	<(f - c)>
Notas:			
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>			
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:			
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;			
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.			

Publicado por:
Fabiano de Lima
Código Identificador:8CD21BAE

ASSESSORIA CONTÁBIL
RREO 5 BIMESTRE 2023 - ANEXO 11

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS							
PERIODO: Janeiro a Outubro							
RREO – ANEXO 11(LRF, art. 53, § 1º, inciso III)							R$ 1
RECEITAS					PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)					0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Móveis					0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis					0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis					0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras					0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO APLICAR					2022 (i)	2023 (j) = (Ib – (IIf+ IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)					0,00	0,00	0,00
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:							
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;							
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.							

Publicado por:
Fabiano de Lima
Código Identificador:7A9D95F0

ASSESSORIA CONTÁBIL
RREO 5 BIMESTRE 2023 - ANEXO 12

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.234.100,00	1.234.100,00	2.562.982,74	207,68
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	266.600,00	266.600,00	268.890,23	100,86
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	602.500,00	602.500,00	552.337,47	91,67
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	365.000,00	365.000,00	703.591,58	192,76
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	0,00	0,00	1.038.163,46	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	23.942.578,00	23.942.578,00	19.968.341,93	83,40
Cota-Parte FPM	10.889.578,00	10.889.578,00	8.414.732,76	77,27
Cota-Parte ITR	64.000,00	64.000,00	238.614,60	372,84
Cota-Parte IPVA	1.150.000,00	1.150.000,00	1.374.163,41	119,49
Cota-Parte ICMS	11.799.000,00	11.799.000,00	9.874.054,43	83,69
Cota-Parte IPI-Exportação	40.000,00	40.000,00	38.869,15	97,17
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	27.907,58	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	25.176.678,00	25.176.678,00	22.531.324,67	89,49

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	1.127.550,00	1.129.336,68	1.126.703,01	99,77	1.123.977,56	99,53	1.034.366,19	91,59	0,00
Despesas Correntes	1.127.550,00	1.129.336,68	1.126.703,01	99,77	1.123.977,56	99,53	1.034.366,19	91,59	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	3.276.506,25	3.380.806,25	3.377.072,59	99,89	3.375.362,59	99,84	3.295.711,43	97,48	0,00
Despesas Correntes	3.276.506,25	3.380.806,25	3.377.072,59	99,89	3.375.362,59	99,84	3.295.711,43	97,48	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	32.150,00	32.150,00	30.677,20	95,42	24.726,75	76,91	22.312,75	69,40	0,00
Despesas Correntes	32.150,00	32.150,00	30.677,20	95,42	24.726,75	76,91	22.312,75	69,40	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	311.001,00	313.001,00	205.014,74	65,50	204.256,06	65,26	198.273,78	63,35	0,00
Despesas Correntes	311.001,00	313.001,00	205.014,74	65,50	204.256,06	65,26	198.273,78	63,35	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	4.747.207,25	4.855.293,93	4.739.467,54	97,61	4.728.322,96	97,38	4.550.664,15	93,73	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas (e)	Despesas Pagas (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	4.739.467,54	4.728.322,96	4.550.664,15
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	4.739.467,54	4.728.322,96	4.550.664,15
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	0,00	3.379.698,70	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	0,00	1.348.624,26	0,00
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)		20,99	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFOME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no Exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo inicial = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2022 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2019 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (no Exercicio atual) (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	1.876.736,81	1.876.736,81	3.556.015,86	189,48
Proveniente da União	1.840.736,81	1.840.736,81	3.400.405,95	184,73
Proveniente dos Estados	36.000,00	36.000,00	155.609,91	432,25
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	1.876.736,81	1.876.736,81	3.556.015,86	189,48

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.231.551,01	4.175.944,48	2.395.470,32	57,36	2.229.221,87	53,38	2.199.780,67	52,68	0,00
Despesas Correntes	1.231.549,01	2.257.942,48	2.025.675,32	89,71	1.866.576,87	82,67	1.839.935,67	81,49	0,00
Despesas de Capital	2,00	1.918.002,00	369.795,00	19,28	362.645,00	18,91	359.845,00	18,76	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	421.735,80	754.392,52	745.427,21	98,81	674.183,77	89,37	656.546,94	87,03	0,00
Despesas Correntes	421.733,80	754.390,52	745.427,21	98,81	674.183,77	89,37	656.546,94	87,03	0,00
Despesas de Capital	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	96.450,00	238.026,67	146.260,95	61,45	138.333,20	58,12	129.387,40	54,36	0,00
Despesas Correntes	96.450,00	238.026,67	146.260,95	61,45	138.333,20	58,12	129.387,40	54,36	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	10.000,00	4.696,96	46,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	10.000,00	4.696,96	46,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	130.000,00	170.140,00	120.519,07	70,84	120.518,24	70,83	120.518,24	70,83	0,00
Despesas Correntes	130.000,00	170.140,00	120.519,07	70,84	120.518,24	70,83	120.518,24	70,83	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.879.736,81	5.348.503,67	3.412.374,51	63,80	3.162.257,08	59,12	3.106.233,25	58,08	0,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	2.359.101,01	5.305.281,16	3.522.173,33	66,39	3.353.199,43	63,20	3.234.146,86	60,96	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	3.698.242,05	4.135.198,77	4.122.499,80	99,69	4.049.546,36	97,93	3.952.258,37	95,58	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	128.600,00	270.176,67	176.938,15	65,49	163.059,95	60,35	151.700,15	56,15	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	10.000,00	4.696,96	46,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	130.000,00	170.140,00	120.519,07	70,84	120.518,24	70,83	120.518,24	70,83	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	311.001,00	313.001,00	205.014,74	65,50	204.256,06	65,26	198.273,78	63,35	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	6.626.944,06	10.203.797,60	8.151.842,05	79,89	7.890.580,04	77,33	7.656.897,40	75,04	0,00
1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.									
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".									
3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".									
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012									
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012									
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].									
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre									

Publicado por:
Fabiano de Lima
Código Identificador:E9A0F507

ASSESSORIA CONTÁBIL
RREO 5 BIMESTRE 2023 - ANEXO 13

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro				
RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)				R$ 1
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFEUADOS EM 2023		
		NO BIMESTRE (d)	JAN A OUT (c)	SALDO TOTAL (b)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Fabiano de Lima
Código Identificador:79F2427E

ASSESSORIA CONTÁBIL
RREO 5 BIMESTRE 2023 - ANEXO 14

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro	
LRF, Art. 48 – Anexo 14	R$ 1
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	-
Previsão Inicial	37.448.187,33
Previsão Atualizada	37.448.187,33
Receitas Realizadas	40.813.346,27
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	3.602.430,59
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS	-
Dotação Inicial	37.448.187,33
Créditos Adicionais	9.239.807,97
Dotação Atualizada	46.687.995,30
Despesas Empenhadas	33.456.761,90
Despesas Liquidadas	31.089.505,00
Despesas Pagas	30.394.566,00
Superávit Orçamentário	9.723.841,27
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	33.456.761,90
Despesas Liquidadas	31.089.505,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	35.296.239,10
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	34.746.239,10
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	34.746.239,10
RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	-
Receitas Previdenciárias Realizadas	5.510.483,90
Despesas Previdenciárias Empenhadas	1.394.955,28
Despesas Previdenciárias Liquidadas	1.341.384,93
Despesas Previdenciárias Pagas	1.338.423,93
Resultado Previdenciário	4.169.098,97
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	-
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha	888.239,60	2.720.224,52	306,25
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	0,00	0,00

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	566.852,55	1.009,99	559.380,93	6.461,63
Poder Executivo	566.852,55	1.009,99	559.380,93	6.461,63
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	7.807.696,04	187.430,29	3.541.065,95	4.079.199,80
Poder Executivo	7.807.696,04	187.430,29	3.541.065,95	4.079.199,80
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	8.374.548,59	188.440,28	4.100.446,88	4.085.661,43

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	7.222.674,92	25,00	31,26
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	3.838.534,88	70,00	88,89
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito		0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida		3.395.499,54	3.783.289,04
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	4.728.322,96	15,00	20,99
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		

Publicado por:
Fabiano de Lima
Código Identificador:3F11770F

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM
PORTARIA N.º 593/2023

Porto Velho, 27 de novembro de 2023.

O Diretor-Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º. Alínea "g" do Decreto nº. 4.123, de 18 de outubro de 1990;

Resolve,

Arbitrar e conceder diárias ao servidor para participação no **Prática no Sistema de Compras do Governo Federal – gov.br/compras (pregão e concorrência eletrônica)**, que se realizará na cidade de Foz do Iguaçu/PR, nos dias 11 a 13 de dezembro de 2023.

NOME	CPF	CARGO/ FUNÇÃO	DESTINO	QTD	Vlr. Und. R$	Vlr.Total R$
Daniel Orlando Dantas da Silva	787.***.***-15	Agente de Contratação	Foz do Iguaçu/PR	**5** ½	R$ 1.000,00 R$ 500,00	R$ 5.500,00
			Auxílio Deslocamento	½	R$ 500,00	R$ 500,00
Total=				**R$: 6.000,00**		

Diárias concedidas, conforme Decreto Municipal nº. 17.353, de 09 de junho de 2021.

Dê-se ciência, Publique-se e
Cumpra-se.

(assinado eletronicamente)
IVAN FURTADO DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:124AA190

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM
PORTARIA N.º 594/2023

Porto Velho, 27 de novembro de 2023.

O Diretor-Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º. Alínea "g" do Decreto nº. 4.123, de 18 de outubro de 1990;

Resolve,

Arbitrar e conceder diárias ao servidor para participação no **Prática no Sistema de Compras do Governo Federal – gov.br/compras (pregão e concorrência eletrônica)**, que se realizará na cidade de Foz do Iguaçu/PR, nos dias 11 a 13 de dezembro de 2023.

NOME	CPF	CARGO/ FUNÇÃO	DESTINO	QTD	Vlr. Und. R$	Vlr.Total R$
Queila Israel da Silva	780.***.***-53	Gestor de Atos e Procedimentos Licitatórios	Foz do Iguaçu/PR	**5 ½**	R$ 1.000,00 R$ 500,00	R$ 5.500,00 R$ 500,00
			Auxílio Deslocamento	½	R$ 500,00	
Total=				**R$: 6.000,00**		

Diárias concedidas, conforme Decreto Municipal nº. 17.353, de 09 de junho de 2021.

Dê-se ciência, Publique-se e
Cumpra-se.

(assinado eletronicamente)
IVAN FURTADO DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:154E117D

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
PORTARIA Nº 092/SGG/2023. PORTO VELHO – RO, 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

O SECRETÁRIO GERAL DE GOVERNO, usando das atribuições legais que lhe é conferida, no artigo 7º inciso III do decreto 15.025 de janeiro de 2018, e tendo em vista o que consta no **Processo nº.** 00600-00035428/2023-08-**e**

R E S O L V E:

TORNAR VÁLIDA, a viagem que concedeu, **½ (meia) diária ao servidor: Francisco das Chagas Braga de Oliveira, matrícula: 296716, Assessor Militar. Que se deslocou ao Município Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia, por ocasião de compromissos de agenda naquele município: (Sessão Itinerante Extraordinária da ALE. A viagem foi realizada por via terrestre, e o veículo particular utilizado: TOYOTA SW4, placa: QTE0J43, motorista servidor: FRANCISCO DAS CHAGAS BRAGA DE OLIVEIRA, matrícula: 296716. No período de 24 de agosto de 2023.**

Servidor	Cadastro	RG	Cargo/Função	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Francisco das Chagas Braga de Oliveira	296716	RG: 777.221 SSP/RO	Assessor Militar	½	R$ 200,00	R$ 100,00

FABRICIO GRISI MÉDICI JURADO
Secretário Geral de Governo

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:8B52B987

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
PORTARIA Nº 0114/SGG/2023. PORTO VELHO – RO, 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

O SECRETÁRIO GERAL DE GOVERNO, usando das atribuições legais que lhe é conferida, no artigo 7º inciso III do decreto 15.025 de janeiro de 2018, e tendo em vista o que consta no **Processo nº 00048375/2023-87-e.**
R E S O L V E:
ARBITRAR E CONCEDER, 03 e ½ (três e meia) diárias ao servidor: Denis Luna Paiva, Cadastro:186727, Motorista. Para participar da 29º Projeto Tenda da Família Cidadã, no Distrito de Rio Pardo, Rondônia. Conforme Oficio nº 0487/2023/GAB/SEMASF. O deslocamento será realizado por meio terrestre, veículo oficial: Fiat Mobi, Placa: RSUOJ39. Condutor: Denis Luna Paiva, Cadastro:186727, Motorista. No período de: 01/12/2023 à 04/12/2023.

Servidor	Cadastro	RG	Cargo/Função	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Denis Luna Paiva	**186727**	**695144 SESDEC/RO**	**Motorista**	03 e ½	RS 150,00	R$ 525,00

FABRICIO GRISI MÉDICI JURADO
Secretário Geral de Governo

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:8880E539

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - SEMASF
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - CMDPD

Homologação das inscrições das entidades do Processo Eleitoral da representação da Sociedade Civil no Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência para compor o Biênio 2023/2025 conforme o Edital n°01/CMDPD de 13/11/2023.

Representantes de organizações, entidades e/ou instituição:								
Ordem	**Nome da Entidade**	**Ofício dirigido ao presidente**	**Estatuto Social**	**Ata de Eleição e Posse da Diretoria**	**Copia do Documento CPF/CNPJ**	**Comprovante de Endereço**	**Plano de trabalho 2023**	**Resultado**
01	Associação Pestalozzi	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Deferido
02	Associação Wesleyana de Ação Socail-AWAS	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Deferido
03	Associação de Pais e Amigos do CENE-APACENE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Deferido
04	Associação Rondoniense de Ostomizados-AROS	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Deferido
05	Federação Rondoniense-FROPE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Deferido
06	Rondônia Clube Paraolimpico-RCP	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Deferido
07	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Deferido

Porto Velho, 27 de novembro de 2023.

Assinatura dos membros da Comissão Eleitoral:

ALBA MIRIAN ROCHA DA SILVA

HELAINE TRAJANO DE OLIVEIRA

SOLANGE ATAIDE SILVA SOUZ

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:3A3C80B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - SEMASF
PORTARIA Nº276/GAB/SEMASF/2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA DE PORTO VELHO – SEMASF, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo nº **00600-00048338/2023-79-e**

RESOLVE:
Arbitrar e conceder: 02 e ½ (duas e meia) diárias em favor dos servidores abaixo relacionados, para custear as despesas com o deslocamento ao distrito de Abunã, tendo como objetivo da viagem realizar o transporte dos idosos que participarão do encerramento das atividades do ano de 2023 no Centro de Convivência do Idoso – CCI de Porto Velho, no período de **13 a 15/12/2023**, por meio de transporte terrestre em veículo oficial modelo Micro-ônibus, Placa NDQ-9015. Conforme informações constantes no ofício interno nº38/DML/SEMASF/2023 de 24/11/2023.

NOME	**CAD.**	**CARGO/FUNÇÃO**	**DESTINO**	**QT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
PABLO VENÂNCIO PIMENTEL	84310	Motorista	Abunã	02 e ½ (duas e meia)	R$150,00	**R$ 375,00**
KAYAN CÉSAR TRAVAIN BELMIRO	1005117	Gerente de Divisão/Apoio			R$200,00	**R$ 500,00**
TOTAL	**R$**					**875,00**

Porto Velho, 29 de novembro de 2023.

(assinado eletronicamente)
CLAUDINALDO LEÃO DA ROCHA
Secretário Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF
Dec.6.183/I

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:D0D83C0C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 333/2023/DIACAS/SEMED

Portaria nº 333/2023/SEMED Porto Velho, 28 de Setembro de 2023.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº. 00600-00037743/2023-61-E

RESOLVE

Arbitrar e conceder: 8,5 (oito e meia) diárias ao servidor abaixo relacionado, por ter que se deslocar até as escolas do eixo da BR 364, por meio de transporte terrestre oficial, para transportar professores e alunos para a EMEF Maria Casaroto Abati. **Nos períodos de 03, 06, e 07/10/2023, 09, 13 e 14/10/2023, 16, 20 e 21/10/2023, 23, 27 e 28/10/2023 e 30/10/2023**. Conforme solicitação constante no Ofício Interno Nº 106/2023/DITO/DA/GAB/SEMED, de 11 de Setembro de 2023.

NOME	**CADASTRO**	**CARGO FUNÇÃO**	**DESTINO**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
Rodrigo Bentes da Costa	282666	Motorista	Escolas: MARIA CASAROTO ABATI	8 ½	150,00	1.275,00
TOTAL						**R$ 1.275,00**

GLÁUCIA LOPES NEGREIROS
Secretária Municipal de Educação
Decreto Nº 6.184/I de 31 de Dezembro de 2021

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:94C98783

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
ANEXO VIII - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
2023 - 5º Bimestre		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$ 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	**351.174.975,00**	**320.117.473,09**
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	47.218.582,00	41.364.369,19
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	26.052.411,00	16.461.609,88
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	189.057.322,00	172.110.690,65
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	88.846.660,00	90.180.803,37
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**911.667.833,00**	**719.246.078,14**
2.1 - Cota-Parte FPM	439.658.671,00	337.650.006,64
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	408.240.951,00	317.689.048,56
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e	31.417.720,00	19.960.958,08
2.2 - Cota-Parte ICMS	387.183.040,00	287.691.078,33
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	1.658.440,00	1.142.246,09
2.4 - Cota-Parte ITR	1.373.531,00	2.026.456,77
2.5 - Cota-Parte IPVA	78.990.311,00	86.141.676,88
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	2.803.840,00	1.272.948,80
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		3.321.664,63
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**1.262.842.808,00**	**1.039.363.551,23**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**175.489.254,00**	**139.602.417,75**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)	**140.316.447,40**	**120.238.453,55**

FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**323.958.160,00**	**261.109.666,88**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	323.958.160,00	258.757.494,39
6.1.1- Principal	319.671.430,00	255.804.601,24
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	4.286.730,00	2.952.893,15
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF		
6.2.1- Principal		
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT		
6.3.1- Principal		
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR		2.352.172,49
6.4.1- Principal		2.271.652,22
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		80.520,27
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)[1]	**144.182.176,00**	**116.202.183,49**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**VALOR**	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**21.694.918,53**	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	9.879.814,90	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	11.815.103,63	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**282.804.585,41**	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB - (Por Subfunção) 6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**337.649.998,39**	**310.640.915,93**	**265.815.797,97**	**263.707.924,52**	**44.825.117,96**
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	252.365.760,02	246.230.249,78	218.308.690,47	218.308.234,97	27.921.559,31
10.1.1 - Educação Infantil	42.033.405,46	40.959.895,27	40.521.389,70	40.521.389,70	438.505,57
10.1.2- Ensino Fundamental	210.332.354,56	205.270.354,51	177.787.300,77	177.786.845,27	27.483.053,74
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.1.4- Educação Especial					
10.1.5- Administração Geral					
10.2- OUTRAS DESPESAS	85.284.238,37	64.410.666,15	47.507.107,50	45.399.689,55	16.903.558,65
10.2.1- Educação Infantil	8.046.347,81	4.033.983,22	2.438.008,75	2.382.118,75	1.595.974,47
10.2.2- Ensino Fundamental	77.237.890,56	60.376.682,93	45.069.098,75	43.017.570,80	15.307.584,18
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.2.4- Educação Especial					
10.2.5- Administração Geral					
10.2.6- Transporte (Escolar)					
10.2.7- Outras					

	INDICADORES DESPESAS	**DO FUNDEB DESPESAS**	**DESPESAS PAGAS**	**INSCRITAS EM RESTOS A**	**INSCRITAS EM RESTOS A**	**DESPESAS LIQUIDADAS**

	EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	Até o Bimestre (f)	PAGAR (g)	PAGAR (h)	/ (i)
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO						
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	303.994.387,00	262.421.780,98	260.313.907,53	41.572.606,02		1.312.114,10
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	303.994.387,00	262.421.780,98	260.313.907,53	41.572.606,02		3.664.286,59
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR						
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	242.865.320,79	214.943.761,48	214.943.305,98	27.921.559,31		
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL						
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL						

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	181.130.246,07	214.943.761,48	214.943.761,48	83,07
16 - PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL				
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL				

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR DE SUPERÁVIT (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS (p)	VALOR NÃO APLICADO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	26.110.966,69	2.352.172,49	2.352.172,49	0,00	0,90

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL (v)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE APLICADO (x) (w)	VALOR NÃO
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	**29.628.181,74**	**9.879.814,90**	**0,00**	**0,00**	**3.394.016,99**	**6.485.797,91**
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	29.628.181,74	9.879.814,90	0,00	0,00	3.394.016,99	6.485.797,91
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	**154.310.041,73**	**142.346.554,47**	**123.835.300,30**	**123.020.668,27**	**18.511.254,17**
20.1- Educação Infantil	13.310.731,57	10.661.219,25	8.634.747,76	8.590.699,10	2.026.471,49
20.2- Ensino Fundamental	140.999.310,16	131.685.335,22	115.200.552,54	114.429.969,17	16.484.782,68
20.3- Educação de Jovens e Adultos					
20.4- Educação Especial					
20.5- Administração Geral					
20.6- Transporte (Escolar)					
20.7- Outras					

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	**491.960.040,12**	**452.987.470,40**	**389.651.098,27**	**386.728.592,79**	**63.336.372,13**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	63.390.484,84	55.655.097,74	51.594.146,21	51.494.207,55	4.060.951,53
21.1.1- Creche	13.247.883,81	11.398.395,44	10.832.826,42	10.780.183,80	565.569,02
21.1.2- Pré-escola	50.142.601,03	44.256.702,30	40.761.319,79	40.714.023,75	3.495.382,51
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	428.569.555,28	397.332.372,66	338.056.952,06	335.234.385,24	59.275.420,60
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL				**VALOR**	
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)				123.835.300,30	
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)				139.602.417,75	
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					
25- VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL = L19.1(x)					
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4					
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))				785.306,04	
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 + 25 - 26 - 27)				**262.652.412,01**	

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	259.840.887,81	262.652.412,01	25,27

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**15.424.517,80**	**13.217.489,69**	**12.886.242,18**	**785.306,04**	**1.752.969,58**
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	8.792.391,53	6.945.318,97	7.083.994,09	660.635,31	1.047.762,13

30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	6.632.126,27	6.272.170,72	5.802.248,09	124.670,73	705.207,45
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)				-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**47.422.783,00**	**48.036.808,40**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	25.405.470,00	15.264.457,93
31.1.1 - Salário-Educação	5.994.450,00	6.636.885,63
31.1.2 - PDDE	17.860,00	31.863,17
31.1.3 - PNAE	5.156.000,00	5.274.618,28
31.1.4 - PNATE	208.560,00	169.268,28
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	14.028.600,00	3.151.822,57
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	15.610.160,00	15.274.595,26
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	6.407.153,00	15.427.993,13
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		2.069.762,08

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO - (Por Subfunção)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**113.101.713,13**	**50.680.514,64**	**32.428.210,79**	**31.145.225,48**	**18.252.303,85**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	34.824.761,99	10.835.575,38	8.699.483,15	8.231.270,24	2.136.092,23
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	77.706.289,14	39.563.317,26	23.492.417,64	22.677.645,24	16.070.899,62
32.3- ENSINO MÉDIO					
32.4- ENSINO SUPERIOR	570.662,00	281.622,00	236.310,00	236.310,00	45.312,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL					
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL					
32.8- OUTRAS					

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**618.536.567,87**	**511.110.422,17**	**427.324.552,14**	**423.118.181,35**	**83.785.870,03**
33.1- Despesas Correntes	565.451.721,52	495.508.550,11	422.019.309,90	418.510.096,78	73.489.240,21
33.1.1- Pessoal Ativo	362.539.760,24	333.129.145,73	292.080.367,59	292.079.852,09	41.048.778,14
33.1.2- Pessoal Inativo					
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	39.708.850,26	31.673.424,57	29.872.364,96	29.549.308,02	1.801.059,61
33.1.4- Outras Despesas Correntes	163.203.111,02	130.705.979,81	100.066.577,35	96.880.936,67	30.639.402,46
33.2- Despesas de Capital	53.084.846,35	15.601.872,06	5.305.242,24	4.608.084,57	10.296.629,82
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.2.2- Outras Despesas de Capital	53.084.846,35	15.601.872,06	5.305.242,24	4.608.084,57	10.296.629,82

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	28.327.044,80	10.142.669,62
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	261.109.666,88	6.636.885,63
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	269.510.172,61	5.404.307,82
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	19.926.539,07	11.375.247,43
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	19.926.539,07	11.375.247,43

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:965303C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
RREO XII - SÁUDE

Relatório Resumido da Execução Orçamentária				
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde				
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
Janeiro a Outubro 2023/Meses Janeiro-Outubro				
RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**351.174.975,00**	**351.554.975,00**	**322.668.773,46**	**91,78**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	47.218.582,00	47.218.582,00	43.256.937,04	91,61
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	26.052.411,00	26.052.411,00	16.421.149,23	63,03
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	189.057.322,00	189.437.322,00	173.282.306,89	91,47
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	88.846.660,00	88.846.660,00	89.708.380,30	100,97
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**877.446.273,00**	**877.446.273,00**	**737.814.329,77**	**84,09**
Cota-Parte FPM	408.240.951,00	408.240.951,00	353.309.209,70	86,54
Cota-Parte ITR	1.373.531,00	1.373.531,00	2.026.456,77	147,54
Cota-Parte IPVA	78.990.311,00	78.990.311,00	86.905.065,59	110,02
Cota-Parte ICMS	387.183.040,00	387.183.040,00	291.109.686,99	75,19
Cota-Parte IPI-Exportação	1.658.440,00	1.658.440,00	1.142.246,09	68,87
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-	-	3.321.664,63	-
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	1.228.621.248,00	1.229.001.248,00	1.060.483.103,23	86,29

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	9.920.000,00	11.920.000,00	11.224.166,29	94,16	11.224.166,29	94,16	11.222.846,29	94,15
Despesas Correntes	9.920.000,00	11.920.000,00	11.224.166,29	94,16	11.224.166,29	94,16	11.222.846,29	94,15
Despesas de Capital								
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	4.910.000,00	5.310.000,00	4.301.235,75	81,00	4.301.235,75	81,00	4.301.235,75	81,00
Despesas Correntes	4.910.000,00	5.310.000,00	4.301.235,75	81,00	4.301.235,75	81,00	4.301.235,75	81,00
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	298.218.605,00	295.818.605,00	246.057.620,41	83,18	242.068.221,88	81,83	242.068.221,88	81,83
Despesas Correntes	296.573.605,00	294.173.605,00	244.490.568,25	83,11	241.687.628,94	82,16	241.687.628,94	82,16
Despesas de Capital	1.645.000,00	1.645.000,00	1.567.052,16	95,26	380.592,94	23,14	380.592,94	23,14
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	313.048.605,00	313.048.605,00	261.583.022,45	83,56	257.593.623,92	82,29	257.592.303,92	82,29

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	261.583.022,45	257.593.623,92	257.592.303,92
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)[1]	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)[3]	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)[2]	-	-	-
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	261.583.022,45	257.593.623,92	257.592.303,92
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			159.072.465,48
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			159.072.465,48
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	-	98.521.158,44	98.519.838,44
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	-		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	-	24,29	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)1 (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo final = XIXd)	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em 2022 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	-	-	-	-	-

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2023	159.072.465,48	257.593.623,92	98.521.158,44	-	-	-	-	-	-	98.521.158,44
Empenhos de 2022	183.175.761,54	258.505.603,38	75.329.841,84	604.781,87	-	-	586.769,71	-	-	75.329.841,84
Empenhos de 2021	158.581.547,85	224.719.852,14	66.138.304,29	62.229,08	-	-	47.235,00	-	14.994,08	66.123.310,21
Empenhos de 2020	128.208.996,85	198.096.340,30	69.887.343,45	769.484,38	-	-	297.237,48	-	472.246,90	69.415.096,55
Empenhos de 2019 e anteriores	128.911.805,75	182.044.897,14	53.133.091,39	-	-	-	-	-	-	53.133.091,39
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										-

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)1 (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas	
		(x)	(y)	(z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	-	-	-	-	-

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	128.469.819,00	146.454.500,00	124.907.622,51	85,29
Proveniente da União	124.733.679,00	142.718.360,00	119.133.548,19	83,47
Proveniente dos Estados	3.736.140,00	3.736.140,00	5.124.547,57	137,16

Proveniente de outros Municípios	-	-	-	-
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS (XXX)	-	-	649.526,75	-
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	128.469.819,00	146.454.500,00	124.907.622,51	85,29

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	40.192.858,00	61.674.039,65	38.031.035,90	61,66	29.735.586,47	48,21	29.724.574,15	48,20
Despesas Correntes	37.992.858,00	56.091.557,12	36.606.889,14	65,26	28.692.495,57	51,15	28.681.483,25	51,13
Despesas de Capital	2.200.000,00	5.582.482,53	1.424.146,76	25,51	1.043.090,90	18,69	1.043.090,90	18,69
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	46.203.655,00	52.978.083,04	42.181.721,58	79,62	33.007.607,29	62,30	32.348.180,36	61,06
Despesas Correntes	44.509.655,00	49.455.232,04	40.582.807,88	82,06	31.507.291,14	63,71	30.847.864,21	62,38
Despesas de Capital	1.694.000,00	3.522.851,00	1.598.913,70	45,39	1.500.316,15	42,59	1.500.316,15	42,59
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	8.885.000,00	20.125.473,44	15.961.619,74	79,31	13.571.222,06	67,43	13.536.219,16	67,26
Despesas Correntes	8.585.000,00	14.119.914,02	11.330.998,40	80,25	8.940.600,72	63,32	8.905.597,82	63,07
Despesas de Capital	300.000,00	6.005.559,42	4.630.621,34	77,11	4.630.621,34	77,11	4.630.621,34	77,11
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	500.000,00	500.000,00	196.416,08	39,28	136.951,42	27,39	136.951,42	27,39
Despesas Correntes	300.000,00	300.000,00	178.851,50	59,62	120.492,34	40,16	120.492,34	40,16
Despesas de Capital	200.000,00	200.000,00	17.564,58	8,78	16.459,08	8,23	16.459,08	8,23
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	8.981.000,00	13.023.019,79	7.183.752,34	55,16	6.013.116,99	46,17	6.009.249,23	46,14
Despesas Correntes	8.481.000,00	12.473.019,79	7.097.732,22	56,90	5.936.300,87	47,59	5.932.433,11	47,56
Despesas de Capital	500.000,00	550.000,00	86.020,12	15,64	76.816,12	13,97	76.816,12	13,97
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	56.408.209,00	63.885.808,34	36.700.657,15	57,45	29.091.584,21	45,54	29.002.384,21	45,40
Despesas Correntes	42.832.181,00	49.281.913,10	32.535.720,40	66,02	26.691.748,46	54,16	26.672.248,46	54,12
Despesas de Capital	13.576.028,00	14.603.895,24	4.164.936,75	28,52	2.399.835,75	16,43	2.330.135,75	15,96
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII+ XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	161.170.722,00	212.186.424,26	140.255.202,79	66,10	111.556.068,44	52,57	110.757.558,53	52,20
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	50.112.858,00	73.594.039,65	49.255.202,19	66,93	40.959.752,76	55,66	40.947.420,44	55,64
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	46.203.655,00	52.978.083,04	42.181.721,58	79,62	33.007.607,29	62,30	32.348.180,36	61,06
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	8.885.000,00	20.125.473,44	15.961.619,74	79,31	13.571.222,06	67,43	13.536.219,16	67,26
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	500.000,00	500.000,00	196.416,08	39,28	136.951,42	27,39	136.951,42	27,39
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	13.891.000,00	18.333.019,79	11.484.988,09	62,65	10.314.352,74	56,26	10.310.484,98	56,24
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	354.626.814,00	359.704.413,34	282.758.277,56	78,61	271.159.806,09	75,38	271.070.606,09	75,36
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	474.219.327,00	525.235.029,26	401.838.225,24	76,51	369.149.692,36	70,28	368.349.862,45	70,13

Publicado por:
Júlia Roberta Melgar Pereira
Código Identificador:96093C99

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
DECRETO N.° 19.594, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

Movimenta Créditos Orçamentários do Orçamento Anual do Município de Porto Velho por Remanejamento de Recursos.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, observado o Inciso VI, Artigo 167 da Constituição Federal de 1988, amparado pelo Artigo 6º da Lei nº 2.998, de 19 de dezembro de 2022, a fim de proceder às adequações orçamentárias no exercício 2022, e

Considerando a Lei nº. 2.898, de 16 de Dezembro de 2021, que autoriza a concessão de subsídio tarifário ao transporte público coletivo urbano de passageiros no Município de Porto Velho;

Considerando o Ofício n° 409/DEA/GAB/SEMTRAN/2023, de 06 de novembro de 2023, pelo qual a Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transporte – SEMTRAN, solicita a suplementação para cobertura orçamentária do Subsídio Tarifário do Transporte Coletivo Urbano do Município de Porto Velho,

D E C R E T A

Art. 1º – Fica alterado o Orçamento Anual do Município de Porto Velho por meio de remanejamento de recursos orçamentários no valor de R$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais).

Art. 2º - Os remanejamentos são decorrentes da repriorização das ações de governo e resultantes das realocações de recursos no âmbito das ações programáticas de um órgão para o outro ou de uma unidade orçamentária para outra, conforme disposto no inciso XV do Artigo 6º da Lei nº 2.946, de 30 de junho de 2022 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, na sequência detalhada:

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG						
05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG						
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESFERA**	**NATUREZA DA DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**REMANEJA R$**	**REALOCA R$**
05.01.99.999.999.9.999	Reserva de contingência	FIS	9.9.99.99	1.500	3.800.000,00	-
SUBTOTAL					**3.800.000,00**	-
14.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, MOBILIDADE E TRANSPORTES - SEMTRAN						
14.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, MOBILIDADE E TRANSPORTES - SEMTRAN						
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESFERA**	**NATUREZA DA DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**REMANEJA R$**	**REALOCA R$**

14.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	FIS	3.3.60.45	1.500	-	3.800.000,00
SUBTOTAL					**3.800.000,00**	**3.800.000,00**
TOTAL					**3.800.000,00**	**3.800.000,00**

Art. 3º – Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 18.721, de 19 de dezembro de 2022 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 18.722, de 19 de dezembro de 2022.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito do Município

LUIZ GUILHERME ERSE DA SILVA
Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

JOÃO ALTAIR CAETANO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Fazenda

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral Adjunto

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:BC1F1E3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
DECRETO N.° 19.595, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

Movimenta Créditos Orçamentários do Orçamento Anual do Município de Porto Velho por Remanejamento de Recursos.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, observado o Inciso VI, Artigo 167 da Constituição Federal de 1988, amparado pelo Artigo 6º da Lei n.º 2.998, de 19 de dezembro de 2022, a fim de proceder às adequações orçamentárias no exercício 2022;

Considerando o Ofício n.° 244-2023/DA/SGG, de 23 de outubro de 2023, pelo qual a Secretaria Geral de Governo - SGG, solicita a suplementação de recursos para cobertura de despesas com Contrato n.° 059/PGM/2020 - Contratação de Empresa Especialiada em Serviços de Publicidade e Propaganda,

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica alterado o Orçamento Anual do Município de Porto Velho por meio de remanejamento de recursos orçamentários no valor de R$ 1.350.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta mil reais).

Art. 2º - Os remanejamentos são decorrentes da repriorização das ações de governo e resultantes das realocações de recursos no âmbito das ações programáticas de um órgão para o outro ou de uma unidade orçamentária para outra, conforme disposto no inciso XV do Artigo 6º da Lei nº 2.946, de 30 de junho de 2022 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, na sequência detalhada:

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG						
05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG						
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESFERA**	**NATUREZA DE DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**REMANEJA R$**	**REALOCA R$**
05.01.99.999.999.9.999	Reserva de contingência	FIS	9.9.99.99	1.500	1.350.000,00	-
SUBTOTAL					**1.350.000,00**	-
02.00 – SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG						
02.01 – SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG						
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESFERA**	**NATUREZA DE DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**REMANEJA R$**	**REALOCA R$**
02.01.04.122.007.2.809	Publicidade Institucional e Legal de Informações de Interesse Social	FIS	3.3.90.39	1.500	-	1.350.000,00
SUBTOTAL					**1.350.000,00**	**1.350.000,00**
TOTAL					**1.350.000,00**	**1.350.000,00**

Art. 3º – Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 18.721, de 19 de dezembro de 2022 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 18.722, de 19 de dezembro de 2022.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito do Município

LUIZ GUILHERME ERSE DA SILVA
Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

JOÃO ALTAIR CAETANO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Fazenda

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral Adjunto

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:D6939DB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
DECRETO N.° 19.590, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023.

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

Republicação

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 2.998, de 19 de dezembro de 2022, a fim de proceder as adequações orçamentárias no exercício 2023, e

Considerando a Portaria n.° 886, de 18 de maio de 2023 do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS, que estabelece diretrizes e procedimentos para execução de despesas extraordinárias em ações e serviços do SUAS, autorizadas na Lei Orçamentária Anual de 2023 (Federal) e com base no art. 8º da Emenda Constitucional n.° 126, de 21 de dezembro de 2022;

Considerando o Ofício n.º 75/2023/DFMAS/DGSUAS/SEMASF, de 20 de novembro de 2023, pelo qual a Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família - SEMASF, solicita suplementação orçamentária referente a execução de despesas extraordinárias em ações e serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

Considerando o Excesso de Arrecadação para o exercício financeiro de 2023 de acordo com o art. 43 § 3° da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964,

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais).

Art. 2º – Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de Excesso de Arrecadação, provenientes da Fonte de Recursos 1.660 – Recursos do Exercício Corrente – Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, consignados no orçamento, conforme detalhado na sequência:

12.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - SEMASF					
12.33 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS					
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESFERA**	**NATUREZA DE DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**SUPLEMENTA R$**
12.33.08.244.324.2.976	Gestão do Sistema Único de Assistência Social	SEG	3.3.50.43	1.660	1.400.000,00
SUBTOTAL					**1.400.000,00**
TOTAL					**1.400.000,00**

Art. 3º – Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 18.721, de 19 de dezembro de 2022 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto n.º 18.722, de 19 de dezembro de 2022.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito do Município

LUIZ GUILHERME ERSE DA SILVA
Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

JOÃO ALTAIR CAETANO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Fazenda

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral Adjunto

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:779429DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
PORTARIA Nº 175/SEMUSB/2023

PORTARIA Nº 175/SEMUSB/2023
Porto Velho, 29 de novembro de 2023.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E SERVIÇOS BÁSICOS no uso de suas atribuições legais que foram delegadas, conforme atribuição que lhe é conferida no disposto na Lei Complementar nº 648, de 06 de janeiro de 2017, com a nova redação dada pela Lei

Complementar nº 833, de 25 de fevereiro de 2022 e Lei Complementar nº 907, de 07 de julho de 2022 e tendo em vista o **Processo Nº. 00600-00048445/2023-05.**

RESOLVE:

CONCEDER E ARBITRAR, a concessão de 02 (duas) diárias aos servidores abaixo relacionados, sendo ½ (meia) diária ao dia, onde os mesmos se deslocarão ao aterro sanitário de Jirau localizado no distrito de Nova Mutum Paraná, a fim de verificar o funcionamento dos maquinários e os serviços realizados de acoplamento dos lixos nas células. O deslocamento será realizado por meio de veículo oficial caminhonete NISSAN FRONTIER, placa QTG4J34, conduzido pelo servidor Alex Santos Pereira. **No período de 11, 15, 18 e 21/12/2023.**

N.º	SERVIDOR	CADASTRO	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO	QTD	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	Alex Santos Pereira	242577	Gari	11/12/2023 15/12/2023 18/12/2023 21/12/2023	2	R$150,00	R$ 300,00
02	Fernanda Renata de Albuquerque Viana	1005512	Gerente de Divisão	11/12/2023 15/12/2023 18/12/2023 21/12/2023	2	R$200,00	R$ 400,00
03	Gentil Gomes de Castro Filho	632580	Diretor do Departamento	11/12/2023 15/12/2023 18/12/2023 21/12/2023	2	R$200,00	R$ 400,00
04	Ronney Riça de Souza	1005580	Gerente de Divisão	11/12/2023 15/12/2023 18/12/2023 21/12/2023	2	R$200,00	R$ 400,00

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se

CLEBERSON PAULO PACHECO
Secretário Municipal de Saneamento e Serviços Básicos
SEMUSB

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:C84DB551

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
PORTARIA Nº 174/SEMUSB/2023

PORTARIA Nº 174/SEMUSB/2023
Porto Velho, 29 de novembro de 2023.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E SERVIÇOS BÁSICOS no uso de suas atribuições legais que foram delegadas, conforme atribuição que lhe é conferida no disposto na Lei Complementar nº 648, de 06 de janeiro de 2017, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 833, de 25 de fevereiro de 2022 e Lei Complementar nº 907, de 07 de julho de 2022 e tendo em vista o **Processo Nº 00600-00048373/2023-98.**

RESOLVE:

TORNAR VÁLIDA, a concessão de 07(sete) diárias aos servidores abaixo relacionados, sendo ½ (meia) diária ao dia, onde os mesmos deslocaram-se ao aterro sanitário de Jirau localizado no distrito de Nova Mutum Paraná, a fim de realizar os serviços de acondicionamento de lixo e manutenção das células. O deslocamento foi realizado por meio de veículo oficial L-200 TRITON, placa NDH3I06, conduzido pelo servidor Francisco Fernandes Laiola. **No período de 06 à 10/11/2023, 13 à 14/11/2023, 16 à 17/11/2023 e 20 à 24/11/2023.**

Nº	SERVIDOR	CADASTRO	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO	QTD	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	Francisco Rodrigues da Silva	169278	Gari	06/11/2023 07/11/2023 08/11/2023 09/11/2023 10/11/2023 13/11/2023 14/11/2023 16/11/2023 17/11/2023 20/11/2023 21/11/2023 22/11/2023 23/11/2023 24/11/2023	7	R$150,00	R$ 1.050,00
02	Francisco Fernandes Loiola	166711	Gari	06/11/2023 07/11/2023 08/11/2023 09/11/2023 10/11/2023 13/11/2023 14/11/2023 16/11/2023 17/11/2023 20/11/2023 21/11/2023 22/11/2023 23/11/2023 24/11/2023	7	R$150,00	R$ 1.050,00

03	Rone Venâncio da Silva	166521	Gari	06/11/2023 07/11/2023 08/11/2023 09/11/2023 10/11/2023 13/11/2023 14/11/2023 16/11/2023 17/11/2023 20/11/2023 21/11/2023 22/11/2023 23/11/2023 24/11/2023	7	R$150,00	R$ 1.050,00

Publique-se,
Registre-se
Cumpra-se

CLEBERSON PAULO PACHECO
Secretário Municipal de Saneamento e Serviços Básicos
SEMUSB

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:AF2AD269

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 11/2023/DIGEAS/DA/SEMUSA

TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 11/2023/DIGEAS/DA/SEMUSA

IDENTIFICAÇÃO	
Unidade Orçamentária: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO VELHO - SEMUSA	**Projeto/Atividade/Operação Especial** **Projeto Atividade:** 08.31.10.122.336.2.674 – Manutenção da Política de Gestão do Trabalho e Educação Permanente. **Elemento de Despesa:** 3.3.90.39 – Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica **Fonte:** 17090000 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS OU SERVIÇOS

Quant.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
02 vagas	Inscrição de servidores, "ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE BALANCETES E BALANÇOS E ELABORAÇÃO DE SUAS NOTAS EXPLICATIVAS: ASPECTOS GERAIS E ESPECÍFICOS DE ACORDO COM O MCASP DA STN", que acontecerá nos dias 29 e 30 de novembro e 01 de dezembro de 2023, na cidade de Porto Velho/RO, oferecido pela M. K. CURSOS E GESTAO PUBLICA LTDA., conforme detalhamento deste Termo de Referência. Ministrado por Professor: Me. Francisco Glauber Lima Mota. Carga Horária 24 horas	R$2.190,00	R$4.380,00

TOTAL: R$4.380,00 (quatro mil trezentos e oitenta reais).

JUSTIFICATIVA

A presente justificativa, extraída dos Documentos de Formalização de Demanda e-DOC C33316FA e visa motivar a contratação pretendida nos autos, em atendimento ao que preceitua a legislação aplicável.
Importante consignar que a justificativa da necessidade e quantidade estimada no processo, em razão de consumo, foram elaboradas pelo Divisão de Demonstrativos e Prestação de Contas – DDPC/SEMUSA o qual detém conhecimento e informações pertinentes para a correta instrução processual na fase de planejamento.
Ademais, a demanda e atendimentos são atribuições inerentes ao Departamento Demandante, uma vez que somente este possui conhecimento técnico e prático acerca do objeto e dos serviços sob sua responsabilidade que demandam a utilização do objeto que se pretende adquirir.
Justificativa da Divisão de Demonstrativos e Prestação de Contas – DDPC/SEMUSA
A participação das servidoras no curso "ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE BALANCETES E BALANÇOS E ELABORAÇÃO DE SUAS NOTAS EXPLICATIVAS: ASPECTOS GERAIS E ESPECÍFICOS DE ACORDO COM O MCASP DA STN" justifica-se, em primeiro lugar, pela necessidade de capacitação em razão da complexidade dos Balancetes e Balanços e das atualizações contínuas das normas contábeis.
A elaboração e interpretação de Balancetes e Balanços são processos complexos que requerem conhecimento técnico específico e a falta de habilidades adequadas pode levar ao cometimento de erros na elaboração e interpretação desses documentos, comprometendo a transparência e a precisão das informações financeiras do Município.
Destaca-se também, que as normas e procedimentos contábeis estão em constante evolução, portanto, é fundamental que os servidores que trabalham diretamente nesta área, estejam atualizados com as últimas diretrizes e regulamentos para garantir a conformidade e a precisão na Prestação de Contas.
Em segundo lugar, destacamos o cumprimento das obrigações legais, onde podemos mencionar a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e a Transparência e Prestação de Contas.
A LRF estabelece regras estritas para a gestão fiscal responsável e transparente e a capacitação em análise e interpretação de Balancetes e Balanços é fundamental para cumprir as obrigações previstas na LRF. Além disso, a Prestação de Contas é uma obrigação legal para os órgãos públicos e a capacitação em elaboração de notas explicativas ajuda a fornecer informações claras e compreensíveis sobre as finanças municipais, promovendo a transparência e o cumprimento das normas legais.
Em terceiro lugar, salientamos os benefícios para a Administração Pública Municipal, dentre eles, melhoria na tomada de decisões, redução de erros e irregularidades e maior credibilidade da Administração Pública. Servidores capacitados são capazes de analisar as contas públicas municipais de forma mais precisa, o que, por sua vez, facilita a tomada de decisões.
Além do mais, a capacitação adequada reduz a probabilidade de erros na elaboração de relatórios financeiros e das Demonstrações Contábeis, bem como a ocorrência de irregularidades financeiras que possam prejudicar a administração pública. Ademais, a transparência e a conformidade contábil fortalecem a credibilidade da Administração Municipal junto à população e aos órgãos fiscalizadores.
Portanto, a participação das servidoras no curso em questão é essencial para garantir a eficiência, a legalidade e a transparência na gestão financeira do Município, contribuindo para uma Administração Pública mais eficaz e responsável.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO
Quanto a justificativa de compatibilidade do preço com os praticados no mercado, o entendimento da jurisprudência é que não se podem comparar preços de serviço singular com serviços não singulares. Daí porque não foi realizada cotação de preços junto a outros potenciais prestadores dos serviços demandados, para justificar que os preços contratados estão compatíveis com os praticados no mercado, eis que tal prática se mostra incompatível com a hipótese de inexigibilidade de licitação, caracterizada pela inviabilidade de competição (Acórdão 2.280/2019 – TCU 1ª Turma).
A justificativa do preço é feita, portanto, em consonância com o entendimento que consta do Acórdão nº 819/2005 – TCU Plenário, no sentido de que o preço deverá estar compatível com aqueles que o próprio contratado prática junto a outros órgãos, nestes termos: "9.1.3. quando contratar a realização de cursos, palestras, apresentações, shows, espetáculos ou eventos similares, demonstre, a título de justificativa de preços, que o fornecedor cobra igual ou similar preço de outros com quem contrata para evento de mesmo porte (...). Outro paradigma de boa prática que se utiliza, a propósito, é a seguinte orientação da Advocacia Geral da União: "É obrigatória a justificativa de preço na inexigibilidade de licitação, que deverá ser realizada mediante a comparação da proposta apresentada com preços praticados pela futura contratada junto a outros órgãos públicos ou pessoas privadas." (Orientação Normativa AGU nº 17/09).
Nesse passo, a empresa M. K. CURSOS E GESTAO PUBLICA LTDA (22.755.309/0001- 24) está ofertando o curso com valores mais vantajosos para a SEMUSA do que os preços que ela própria pratica no mercado, conforme demonstra a comprovação os prospectos e a proposta anexa aos autos.

JUSTIFICATIVA RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO
De acordo a Letra "f" do Inciso III do Art. 74 da Lei nº 14.133/21, a capacitação profissional desenvolvida pela M. K. CURSOS E GESTAO PUBLICA LTDA (22.755.309/0001-24), enquadra no conceito de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.
Do entendimento do TCU quanto as contratações de cursos abertos, extrai-se um trecho da Decisão nº 439/1998 – Plenário que considera que esses cursos de capacitação se contrata por Inexigibilidade de Licitação, nestes termos: "O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator,
DECIDE: 1. considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram- se na hipótese de inexigibilidade de licitação (...)".
No que tange a notória especialização temos que associar a singularidade que reside na pessoa física (instrutores) e a know how da pessoa física, onde requer-se:
a) experiência de ambos;
b) domínio do assunto por parte do professor;
c) didática por parte do processor e infraestrutura por parte da contratada (AVA);
d) experiência e habilidade na condução de grupos, frequentemente heterogêneos inclusive no que se refere à formação profissional;
e) capacidade de comunicação.
Nessa toada é importante reforçar que os professores da M. K. CURSOS E GESTAO PUBLICA LTDA (22.755.309/0001-24) possuem a notória especialização desejada, um corpo técnico com expertise em gestão

administrativa, gestão pública, gestão de processos e outros conhecimentos correlatos; tudo a demonstrar ampla capacidade de execução e o perfeito atendimento de demandas da SEMUSA.
FORNECEDOR
RAZÃO SOCIAL: M. K. CURSOS E GESTAO PUBLICA LTDA. **CNPJ:** 22.755.309/0001-24. **CONCORDÂNCIA DO FORNECEDOR:** Proposta Comercial. **DATA:** 20/10/2023 Peça nº 06.
PARECER JURÍDICO
PARECER JURÍDICO Nº. 182/2023/COORDENADORIAJURÍDICA/PGM/SEMUSA. **DATA:** 27/11/2023 Peça º 29. **FUNDAMENTO LEGAL:** Alínea "f" do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021.

O ordenador de despesa torna público, com base nas informações apresentadas acima, que ratifica a contratação por dispensa ou inexigibilidade.

Porto Velho/RO, 28 de novembro de 2023.

ELIANA PASINI
Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA

Documento assinado digitalmente.Acesse https://epmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC 0A0991F4

Assinado por Eliana Pasini - Secretária Municipal da Saúde - Em: 28/11/2023, 12:03:12

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:2A83CDC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
PORTARIA Nº 234/DA/GAB/SEMUSA

Portaria Nº 234/DA/GAB/SEMUSA Porto Velho, 29 de novembro de 2023

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 25 de fevereiro de 2022:
RESOLVE:

1º Art. Conceder e arbitrar 1 (Uma diária) ao servidor(a) abaixo relacionado, com destino a São Paulo/SP, com o objetivo de Participar do 1° Encontro HUBCRIE. Por meio de transporte AÉREO. No período de 01/12/2023 A 02/12/2023. Processo Administrativo Nº00600-00047750/2023-71-e.

Nome Do Servidor	Mat.	Cargo/ Função	Destino	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Elizeth Gomes Pinto	171415	Coord de Imunização	São Paulo /SP	1 Diária	R$ 1000,00	R$ 1000,00

2º Art. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência,
publique-se e
cumpra-se.

ELIANA PASINI
Secretária Municipal de Saúde

Documento assinado digitalmente.Acesse https://epmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC C66611F4

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:D8D74DE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
PORTARIA Nº 233/DA/GAB/SEMUSA

Portaria Nº 233/DA/GAB/SEMUSA Porto Velho, 28 de novembro de 2023

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 25 de fevereiro de 2022:

RESOLVE:

1º Art. Conceder e arbitrar 1,5 (Uma diária e meia) e auxílio deslocamento ao servidor(a) abaixo relacionado, com destino a São Paulo/SP, com o objetivo de Participar do 1° Encontro HUBCRIE. Por meio de transporte AÉREO. No período de 01/12/2023 A 02/12/2023. Processo Administrativo Nº00600-00002055/2023-81-e.

Nome Do Servidor	Mat.	Cargo/ Função	Destino	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Eliana Pasini	59883	Secretária Municipal da Saúde	São Paulo / SP	1,5 Diárias	R$ 1200,00	R$ 2400,00
				Aux. Desl.	R$ 600,00	

2º Art. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência,
publique-se e

cumpra-se.

ELIANA PASINI
Secretária Municipal de Saúde

Documento assinado digitalmente.Acesse https://epmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC FC050F2D

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:E88A1DBF

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS - SGP
EXTRATO DA ATA N° 044/2023

EXTRATO DA ATA DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE N° 044/2023
DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 097/2023

Conforme regulamentado pela Lei Complementar nº 689 de 31 de outubro de 2017, a qual altera e acrescenta competências atribuídas a esta Superintendência Municipal de Gestão de Gastos Públicos - SGP pela Lei Complementar nº 652 de 03 de março de 2017, e conforme Termo de Homologação publicado pela Superintendência Municipal de Licitações – SML no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – Ano XIV, nº 3578 de 11.10.2023, torna público o **Sistema de Registro de Preços Permanente - SRPP nº 044/2023** – **Pregão Eletrônico nº 097/2023 - UASG: nº 925172 – Processo n° 02.00223/2022**, Objeto Registro de Preços Permanente para eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (ÓLEO LUBRIFICANTE, FLUÍDO, GRAXA),** conforme especificado no Edital e seus anexos.

PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA – COTA PRINCIPAL						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
1. ÓLEO, LUBRIFICANTE, MULTIVISCOSO, SAE 15W-40, CERTIFICAÇÃO CONFORME NORMA API COM NÍVEL DE ADITIVO API-CG-4 OU SUPERIOR, PARA MOTORES A DIESEL. **EMBALAGEM: CONTENDO 1 LITRO,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	11.655	FORTLUB	R$ 18,60	R$ 216.783,00	**EMPRESA:** PETRANORTE COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI **CNPJ:** 84.708.445/0001-10 **ENDEREÇO:** RUA DA BEIRA-E N°4840- FLORESTA, PORTO VELHO - RO **CEP**: 76.806-640 **RESPONSÁVEL**: WILLY CELIO SCHULZE **CPF:** 163.002.202-06
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS – COTA DE ATÉ 25%						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
2. ÓLEO, LUBRIFICANTE, MULTIVISCOSO, SAE 15W-40, CERTIFICAÇÃO CONFORME NORMA API COM NÍVEL DE ADITIVO API-CG-4 OU SUPERIOR, PARA MOTORES A DIESEL. **EMBALAGEM: CONTENDO 1 LITRO**, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	2.805	UNI-MULTIMAX TURBO	R$ 18,89	R$ 52.986,45	**EMPRESA:** CLEDIANE DA SILVA DESMOREST **CNPJ:** 49.806.158/0001-42 **ENDEREÇO:** RUA ANA CAUCAIA, N° 5869, BAIRRO: LAGOINHA, PORTO VELHO - RO **CEP**: 76.829-712 **RESPONSÁVEL**: CLEDIANE DA SILVA DESMOREST **CPF:** 000.792.292-20
EXCLUSIVO PARA ME/EPP						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
3. ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO, DESENVOLVIDO ESPECIALMENTE PARA MOTORES DIESEL TURBINADO OU ASPIRADO, COM E SEM INJEÇÃO ELETRÔNICA, CUJAS CARACTERÍSTICAS DE OPERAÇÃO IMPÕEM AO ÓLEO CONDIÇÕES DE SERVIÇO EXTREMAMENTE SEVERAS, TAIS COMO: ELEVADAS TEMPERATURAS DE OPERAÇÃO E ALTO CISALHAMENTO. **EMBALAGEM: CONTENDO 1 LITRO** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR, MARCADO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE. SAE 15W40; API CF4; ACEA E 2.	LITRO	96	FORTLUB	R$ 20,00	R$ 1.920,00	**EMPRESA:** PETRANORTE COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI **CNPJ:** 84.708.445/0001-10 **ENDEREÇO:** RUA DA BEIRA-E N°4840- FLORESTA, PORTO VELHO - RO **CEP**: 76.806-640 **RESPONSÁVEL**: WILLY CELIO SCHULZE **CPF:** 163.002.202-06
4. ÓLEO, LUBRIFICANTE, MULTIVISCOSO, 100% SINTETICO, SAE 5W-30, CERTIFICAÇÃO CONFORME NORMA API COM NÍVEL DE ADITIVO SL OU SUPERIOR, PARA MOTORES A GASOLINA, ÁLCOOL E GNV. **EMBALAGEM: CONTENDO 1 LITRO,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	312	VR LUB	R$ 20,25	R$ 6.318,00	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67
5. ÓLEO LUBRIFICANTE SINTÉTICO, MULTIVISCOSO DE CLASSE MUNDIAL PARA OS MOTORES DIESEL TURBINADOS COM OU SEM INJEÇÃO	LITRO	500	UNI-MULTIMAX PRO SYNTH	R$ 31,95	R$ 15.975,00	**EMPRESA:** CLEDIANE DA SILVA DESMOREST **CNPJ:** 49.806.158/0001-42 **ENDEREÇO:** RUA ANA CAUCAIA, N° 5869, BAIRRO: LAGOINHA, PORTO VELHO - RO **CEP**: 76.829-712 **RESPONSÁVEL**: CLEDIANE DA SILVA DESMOREST **CPF:** 000.792.292-20

ELETRÔNICA E OS NATURALMENTE ASPIRADOS. LUBRIFICANTE DE BASE 100% SINTÉTICA, MULTIVISCOSO DE ALTA PERFORMANCE, RECOMENDADO PARA MOTOR DIESEL DE SERVIÇO PESADO E OPERANDO EM CONDIÇÕES DE ALTA SEVERIDADE. ANÁLISES TÍPICAS; ASPECTO D-098 LÍMPIDO, PESO ESPECÍFICO A 15ºC D-1298 0,870, VISCOSIDADE, CST A 100ºC D-445 14,5, I.V. (ÍNDICE DE VISCOSIDADE) D-2270 141, PONTO DE FULGOR VAC, ºC D-092 220, T.B.N., MGKOH/G D-2896 15,0, PONTO DE FLUIDEZ, ºC D-97 -40, ESPUMA A 24ºC, CC/S D-892 TRAÇO/0, CLASSIFICAÇÃO SAE - 10W 40; API CI-4; ACEA E5. **EMBALAGEM: CONTENDO 1 LITRO,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.						

PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA – COTA PRINCIPAL

ITEM/OBJETO	UNIDADE	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	DETENTORA
6. ÓLEO 2 TEMPOS PARA MOTORES TIPO ROÇADEIRAS, MOTOSSERRA, CLASSIFICAÇÃO TC-W3. **EMBALAGEM: CONTENDO 1 LITRO,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	2.905	MAXON 2T 30 TC JASO FB	R$ 34,42	R$ 99.990,10	**EMPRESA:** BRVO DISTRIBUIDORA EIRELI **CNPJ:** 30.273.846/0001-66 **ENDEREÇO:** AVENIDA REPÚBLICA ARGENTINA,N° 1237, SALA 305, ANDAR 03, COND. TODAY'S OFFICE ED. ÁGUA VERDE, CURITIBA - PR **CEP**: 80.620-010 **RESPONSÁVEL**: THIAGO TAURA CHERBISKI **CPF:** 047.776.399-59

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS – COTA DE ATÉ 25%

ITEM/OBJETO	UNIDADE	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	DETENTORA
7. ÓLEO 2 TEMPOS PARA MOTORES TIPO ROÇADEIRAS, MOTOSSERRA, CLASSIFICAÇÃO TC-W3. **EMBALAGEM: CONTENDO 1 LITRO,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	968	UNI NAUTIX API TC-W3	R$ 27,31	R$ 26.436,08	**EMPRESA:** CLEDIANE DA SILVA DESMOREST **CNPJ:** 49.806.158/0001-42 **ENDEREÇO:** RUA ANA CAUCAIA, N° 5869, BAIRRO: LAGOINHA, PORTO VELHO - RO **CEP**: 76.829-712 **RESPONSÁVEL**: CLEDIANE DA SILVA DESMOREST **CPF:** 000.792.292-20

EXCLUSIVO PARA ME/EPP

ITEM/OBJETO	UNIDADE	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	DETENTORA
8. ÓLEO LUBRIFICANTE 20W 40: PARA MOTORES A GASOLINA, ÁLCOOL OU GNV. CLASSIFICAÇÃO API-SF. **EMBALAGEM: CONTENDO 1 LITRO,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	125	LUST/LUST MAX SAE 20W50 API SL	R$ 27,19	R$ 3.398,75	**EMPRESA:** STORE DO BRASIL EIRELI – ME **CNPJ:** 13.990.0001-00 **ENDEREÇO:** AV. CANDIDO DE ABREU, N° 776, SALA 803 – CENTRO CÍVICO, CURITIBA - PR **CEP**: 80.530-000 **RESPONSÁVEL**: CAROLINA GONÇALVES PORTELA **CPF:** 009.662.529-50
9. ÓLEO, LUBRIFICANTE, AUTOMOTIVO, PARA MOTOR A GASOLINA, ÁLCOOL E GNV, SAE 20W50, MULTIVISCOSO, SEMI SINTÉTICO, NÍVEL DE ADITIVO SJ OU SUPERIOR. **EMBALAGEM COM 1 LITRO.** ROTULAGEM CONTENDO, NO MÍNIMO, CERTIFICAÇÃO API, NOME, NORMA, VOLUME E APLICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE, NUMERO DO REGISTRO NA ANP E NOME OU MARCA DO FABRICANTE.	LITRO	200	VR LUB	R$ 15,99	R$ 3.198,00	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67

PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA – COTA PRINCIPAL

ITEM/OBJETO	UNIDADE	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	DETENTORA
10. ÓLEO LUBRIFICANTE 140 PARA DIFERENCIAIS, CAIXA DE DIREÇÃO E TRANSMISSÃO, IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR, MARCADO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE API.GL-4. EMBALAGEM **CONTENDO 1 LITRO,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	5.903	FORTLUB	R$ 16,75	R$ 98.875,25	**EMPRESA:** PETRANORTE COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI **CNPJ:** 84.708.445/0001-10 **ENDEREÇO:** RUA DA BEIRA-E N°4840- FLORESTA, PORTO VELHO - RO **CEP**: 76.806-640 **RESPONSÁVEL**: WILLY CELIO SCHULZE **CPF:** 163.002.202-06

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS – COTA DE ATÉ 25%

ITEM/OBJETO	UNIDADE	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	DETENTORA
11. ÓLEO LUBRIFICANTE 140 PARA DIFERENCIAIS, CAIXA DE DIREÇÃO E TRANSMISSÃO, IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR, MARCADO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE	LITRO	1.967	VR LUB	R$ 18,73	R$ 36.841,91	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67

VALIDADE API.GL-4. **EMBALAGEM CONTENDO 1 LITRO**, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.						
EXCLUSIVO PARA ME/EPP						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
12. ÓLEO LUBRIFICANTE 140 PARA TRANSMISSÕES AUTOMOTIVAS DO TIPO EP, CLASSIFICAÇÃO API GL-5 QUE POSSUEM ADITIVOS, COM ENXOFRE E FÓSFORO, PROPORCIONANDO-LHES CAPACIDADE DE RESISTIR AOS ESFORÇOS E CARGAS DE CHOQUES ENCONTRADOS EM ENGRENAGENS HIPOIDAIS, QUE TENHA RESISTÊNCIA A OXIDAÇÃO, A FORMAÇÃO DE ESPUMA E FERRUGEM. **EMBALAGEM: CONTENDO 1 LITRO**, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	1.035	VR LUB	R$ 23,51	R$ 24.332,85	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67
PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA – COTA PRINCIPA						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
13. ÓLEO, LUBRIFICANTE, PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS QUE OPERAM EM CONDIÇÕES ELEVADAS DE PRESSÃO E TEMPERATURA, PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS DE ALTA PRESSÃO, CONTENDO ADITIVOS: ANTICORROSIVOS, ANTIESPUMANTE, ANTIDESGASTANTES, ANTIFERRUGEM, ANTIOXIDANTE E BAIXADOR DO PONTO DE FLUIDEZ, GRAU ISO 68. **EMBALAGEM: GALÃO CONTENDO 5 LITROS,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	GALÃO 05 LITROS	48.675	FORTLUB	R$ 60,40	R$ 2.939.970,00	**EMPRESA:** PETRANORTE COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI **CNPJ:** 84.708.445/0001-10 **ENDEREÇO:** RUA DA BEIRA-E N°4840- FLORESTA, PORTO VELHO - RO **CEP**: 76.806-640 **RESPONSÁVEL**: WILLY CELIO SCHULZE **CPF:** 163.002.202-06
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS – COTA DE ATÉ 25%						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
14. ÓLEO, LUBRIFICANTE, PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS QUE OPERAM EM CONDIÇÕES ELEVADAS DE PRESSÃO E TEMPERATURA, PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS DE ALTA PRESSÃO, CONTENDO ADITIVOS: ANTICORROSIVOS, ANTIESPUMANTE, ANTIDESGASTANTES, ANTIFERRUGEM, ANTIOXIDANTE E BAIXADOR DO PONTO DE FLUIDEZ, GRAU ISO 68. **EMBALAGEM: GALÃO CONTENDO 5 LITROS**, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	GALÃO 05 LITROS	625	VR LUB	R$ 85,46	R$ 53.412,50	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67
PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA – COTA PRINCIPAL						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
15. ÓLEO, LUBRIFICANTE, MONOVISCOSO, SAE 90, CERTIFICAÇÃO CONFORME NORMA API COM NÍVEL DE ADITIVO GL-4 OU SUPERIOR, PARA ENGRENAGENS (TRANSMISSÕES) DE VEÍCULOS. **EMBALAGEM: CONTENDO 1 LITRO**, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	3.173	UNIGEROL-API GL-4/SAE 90	R$ 17,95	R$ 56.955,35	**EMPRESA:** CLEDIANE DA SILVA DESMOREST **CNPJ:** 49.806.158/0001-42 **ENDEREÇO:** RUA ANA CAUCAIA, N° 5869, BAIRRO: LAGOINHA, PORTO VELHO - RO **CEP**: 76.829-712 **RESPONSÁVEL**: CLEDIANE DA SILVA DESMOREST **CPF:** 000.792.292-20
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS – COTA DE ATÉ 25%						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
16. ÓLEO, LUBRIFICANTE, MONOVISCOSO, SAE 90, CERTIFICAÇÃO CONFORME NORMA API COM NÍVEL DE ADITIVO GL-4 OU SUPERIOR, PARA ENGRENAGENS (TRANSMISSÕES) DE VEÍCULOS. **EMBALAGEM: CONTENDO 1 LITRO,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	1.057	UNIGEROL-API GL-4/SAE 90	R$ 17,95	R$ 18.973,15	**EMPRESA:** CLEDIANE DA SILVA DESMOREST **CNPJ:** 49.806.158/0001-42 **ENDEREÇO:** RUA ANA CAUCAIA, N° 5869, BAIRRO: LAGOINHA, PORTO VELHO - RO **CEP**: 76.829-712 **RESPONSÁVEL**: CLEDIANE DA SILVA DESMOREST **CPF:** 000.792.292-20
PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA – COTA PRINCIPAL						

ITEM/OBJETO	UNIDADE	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	DETENTORA
17. ÓLEO LUBRIFICANTE 2 TEMPOS PARA MOTORES DE POPA REFRIGERADOS A ÁGUA, QUE ATENDA A CLASSIFICAÇÃO TC-W3. EMBALAGEM: **CONTENDO 1 LITRO,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	2.138	MAXON 2T NAUTICO 30	R$ 36,24	R$ 77.481,12	**EMPRESA:** BRVO DISTRIBUIDORA EIRELI **CNPJ:** 30.273.846/0001-66 **ENDEREÇO:** AVENIDA REPÚBLICA ARGENTINA,N° 1237, SALA 305, ANDAR 03, COND. TODAY'S OFFICE ED. ÁGUA VERDE, CURITIBA - PR **CEP**: 80.620-010 **RESPONSÁVEL**: THIAGO TAURA CHERBISKI **CPF:** 047.776.399-59
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS – COTA DE ATÉ 25%						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
18. ÓLEO LUBRIFICANTE 2 TEMPOS PARA MOTORES DE POPA REFRIGERADOS A ÁGUA, QUE ATENDA A CLASSIFICAÇÃO TC-W3. **EMBALAGEM: CONTENDO 1 LITRO,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	712	MAXON 2T NAUTICO 30	R$ 36,24	R$ 25.802,88	**EMPRESA:** BRVO DISTRIBUIDORA EIRELI **CNPJ:** 30.273.846/0001-66 **ENDEREÇO:** AVENIDA REPÚBLICA ARGENTINA,N° 1237, SALA 305, ANDAR 03, COND. TODAY'S OFFICE ED. ÁGUA VERDE, CURITIBA - PR **CEP**: 80.620-010 **RESPONSÁVEL**: THIAGO TAURA CHERBISKI **CPF:** 047.776.399-59
PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA – COTA PRINCIPAL						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
19. ÓLEO TÉRMICO: PARA LUBRIFICAÇÃO DE CILINDROS DE MÁQUINAS A VAPOR SATURADO OU SUPERAQUECIDOS. **EMBALAGEM: GALÃO CONTENDO 20 LITROS**, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE. ESPECIFICAÇÃO 680.	GALÃO 20 LITROS	1.608	VR LUB	R$ 419,20	R$ 674.073,60	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS – COTA DE ATÉ 25%						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
20. ÓLEO TÉRMICO: PARA LUBRIFICAÇÃO DE CILINDROS DE MÁQUINAS A VAPOR SATURADO OU SUPERAQUECIDOS. **EMBALAGEM: GALÃO CONTENDO 20 LITROS,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE. ESPECIFICAÇÃO 680.	GALÃO 20 LITROS	92	VR LUB	R$ 419,20	R$ 38.566,40	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67
PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA – COTA PRINCIPAL						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
21. ÓLEO LUBRIFICANTE DE MÚLTIPLA APLICAÇÕES, PARA LUBRIFICAÇÃO DAS TRANSMISSÕES, DIFERENCIAIS, COMANDOS FINAIS, SISTEMAS HIDRÁULICOS, SISTEMA DE DIREÇÃO E FREIOS EM BANHO DE ÓLEO. GRAU SAE 10W30. **EMBALAGEM: GALÃO CONTENDO 20 LITROS,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	GALÃO 20 LITROS	5.808	VR LUB	R$ 334,80	R$ 1.944.518,40	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS – COTA DE ATÉ 25%						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
22. ÓLEO LUBRIFICANTE DE MÚLTIPLA APLICAÇÕES, PARA LUBRIFICAÇÃO DAS TRANSMISSÕES, DIFERENCIAIS, COMANDOS FINAIS, SISTEMAS HIDRÁULICOS, SISTEMA DE DIREÇÃO E FREIOS EM BANHO DE ÓLEO. GRAU SAE 10W30. **EMBALAGEM: GALÃO CONTENDO 20 LITROS,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	GALÃO 20 LITROS	125	VR LUB	R$ 334,80	R$ 41.850,00	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67
EXCLUSIVO PARA ME/EPP						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
23. ÓLEO HIDRÁULICO TIPO ATF PARA TRANSMISSÃO AUTOMÁTICAS, ATENDENDO A ESPECIFICAÇÃO TIPO A SUFIXO A (TASSA), RECOMENDADO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS E REDUTORES DE COR VERMELHA PARA IDENTIFICAR VAZAMENTOS, ADITIVOS ANTICORROSIVO, ANTIDESGASTE, ANTIESPUMANTE, ANTIFERRUGEM, ANTIOXIDANDE,	LITRO	2.780	VR LUB	R$ 17,98	R$ 49.984,40	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67

DISPERSANTE, ABAIXADOR DO PONTO DE FLUIDEZ, MELHORADOR DE ÍNDICE DE VISCOSIDADE E CORANTE VERMELHO, DENSIDADE @20/4(° C) – PONTO DE FULGOR (VA) (° C)- 198, PONTO DE FLUIDEZ (°C)- 48 VISCOSIDADE @40°C (CST)- 35,7 VISCOSIDADE @100° (CST)- 7,08 ÍNDICE DE VISCOSIDADE – 165. **EMBALAGEM CONTENDO 1 LITRO.**						
24. ÓLEO, LUBRIFICANTE, 10 W 40: PARA MOTORES DE A GASOLINA, ÁLCOOL OU GNV. CLASSIFICAÇÃO API-SF. **EMBALAGEM: CONTENDO 1 LITRO,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	350	FÓRMULA TECH-API SL/SAE 10W40	R$ 20,94	R$ 7.329,00	**EMPRESA:** CLEDIANE DA SILVA DESMOREST **CNPJ:** 49.806.158/0001-42 **ENDEREÇO:** RUA ANA CAUCAIA, N° 5869, BAIRRO: LAGOINHA, PORTO VELHO - RO **CEP**: 76.829-712 **RESPONSÁVEL**: CLEDIANE DA SILVA DESMOREST **CPF:** 000.792.292-20
25. ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO E SEMISSINTÉTICO PARA MOTORES 4 TEMPOS DE ALTA ROTAÇÃO E ELEVADA CILINDRADA DE MOTOCICLETAS. **EMBALAGEM CONTENDO 1 LITRO.**	LITRO	356	VR LUB	R$ 22,07	R$ 7.856,92	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67
26. ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO RECOMENDADO PARA MOTORES A GASOLINA, 4 TEMPOS ALTA ROTAÇÃO QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES SAE 20 W 50 API SF/CC. **EMBALAGEM CONTENDO 1 LITRO.**	LITRO	686	VR LUB	R$ 16,03	R$ 10.996,58	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67
PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA – COTA PRINCIPAL						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
27. ADITIVO ORGÂNICO PARA RADIADORES PARA MOTORES A GASOLINA, ÁLCOOL, GNV E DIESEL, QUE ATENDA AS NORMAS ABNT 13705 – ASTM D-3306, ASTM D-4985 E SAE J-1034. **EMBALAGEM CONTENDO 1 LITRO**, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	14.408	RADNAQ	R$ 21,86	R$ 314.958,88	**EMPRESA:** CLENEX COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI **CNPJ:** 18.707.234/0001-39 **ENDEREÇO:** RUA DRA. ANNEYDE DA ROCHA ESTEVES, N° 138 VILA ELIAS NIGRI – SÃO PAULO/SP **CEP**: 02.863-040 **RESPONSÁVEL**: CLEIDE APARECIDA DOS SANTOS FRAGA MIRANDA **CPF:** 127.634.308-64
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS – COTA DE ATÉ 25%						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
28. ADITIVO ORGÂNICO PARA RADIADORES PARA MOTORES A GASOLINA, ÁLCOOL, GNV E DIESEL, QUE ATENDA AS NORMAS ABNT 13705 – ASTM D-3306, ASTM D-4985 E SAE J-1034. **EMBALAGEM CONTENDO 1 LITRO,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	2.042	RADNAQ ORGANIC SINTETIC	R$ 25,30	R$ 51.662,60	**EMPRESA:** STORE DO BRASIL EIRELI – ME **CNPJ:** 13.990.0001-00 **ENDEREÇO:** AV. CANDIDO DE ABREU, N° 776, SALA 803 – CENTRO CÍVICO, CURITIBA - PR **CEP**: 80.530-000 **RESPONSÁVEL**: CAROLINA GONÇALVES PORTELA **CPF:** 009.662.529-50
PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA – COTA PRINCIPAL						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
29. GRAXA A BASE DE SABÃO DE LÍTIO CONTENDO 3% BISSULFETO DE MOLIBDÊNIO ALTAMENTE PURO QUE PROPORCIONA UMA EXCELENTE LUBRIFICAÇÃO, É ADEQUADA PARA LUBRIFICAÇÃO DE ROLAMENTOS SUJEITOS AS CARGAS MECÂNICAS EXTERNAS E DESGASTES TÉRMICOS, INCLUINDO MANCAIS DE ROLAMENTOS. GRAU NLGI 2. **EMBALAGEM: CONTENDO 1 KILO,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	KG	24.986	MARFAK	R$ 18,75	R$ 468.487,50	**EMPRESA:** PETRANORTE COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI **CNPJ:** 84.708.445/0001-10 **ENDEREÇO:** RUA DA BEIRA-E N°4840- FLORESTA, PORTO VELHO - RO **CEP**: 76.806-640 **RESPONSÁVEL**: WILLY CELIO SCHULZE **CPF:** 163.002.202-06
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS – COTA DE ATÉ 25%						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
30. GRAXA A BASE DE SABÃO DE LÍTIO CONTENDO 3% BISSULFETO DE MOLIBDÊNIO ALTAMENTE PURO QUE PROPORCIONA UMA EXCELENTE LUBRIFICAÇÃO, É ADEQUADA PARA LUBRIFICAÇÃO DE ROLAMENTOS SUJEITOS AS CARGAS MECÂNICAS EXTERNAS E DESGASTES TÉRMICOS, INCLUINDO MANCAIS DE ROLAMENTOS. GRAU NLGI 2. **EMBALAGEM: CONTENDO 1 KILO**, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE	KG	2.026	UNILIT BLUE GRAU NLGI 2	R$ 32,57	R$ 65.986,82	**EMPRESA:** CLEDIANE DA SILVA DESMOREST **CNPJ:** 49.806.158/0001-42 **ENDEREÇO:** RUA ANA CAUCAIA, N° 5869, BAIRRO: LAGOINHA, PORTO VELHO - RO **CEP**: 76.829-712 **RESPONSÁVEL**: CLEDIANE DA SILVA DESMOREST **CPF:** 000.792.292-20

FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.						
PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA – COTA PRINCIPAL						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
31. GRAXA A BASE DE SABÃO LÍTIO, ÓLEO BÁSICOS PARAFINEMOS E ADITIVO ANTIFERRUGEM E ANTIOXIDANTE PARA LUBRIFICAÇÃO DE ARTICULAÇÕES DE CHASSIS ALTAS TEMPERATURAS, NLGI 0,1,2,3. **EMBALAGEM: CONTENDO 1 KILO**, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	KG	22.178	EVORA	R$ 29,22	R$ 648.041,16	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS – COTA DE ATÉ 25%						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
32. GRAXA A BASE DE SABÃO LÍTIO, ÓLEO BÁSICOS PARAFINEMOS E ADITIVO ANTIFERRUGEM E ANTIOXIDANTE PARA LUBRIFICAÇÃO DE ARTICULAÇÕES DE CHASSIS ALTAS TEMPERATURAS, NLGI 0,1,2,3. **EMBALAGEM: CONTENDO 1 KILO,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	KG	1.872	EVORA	R$ 29,22	R$ 54.699,84	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67
PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA – COTA PRINCIPAL						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
33. FLUIDO PARA LIMPEZA RADIADOR QUE NÃO PREJUDICA ALUMÍNIO, FERRO, AÇO, BORRACHA, LATÃO E SOLDAS. **EMBALAGEM CONTENDO 1 LITRO,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	70.483	RADNAQ	R$ 9,78	R$ 689.323,74	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS – COTA DE ATÉ 25%						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
34. FLUIDO PARA LIMPEZA RADIADOR QUE NÃO PREJUDICA ALUMÍNIO, FERRO, AÇO, BORRACHA, LATÃO E SOLDAS. **EMBALAGEM CONTENDO 1 LITRO,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	3.679	RADNAQ	R$ 9,78	R$ 35.980,62	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67
EXCLUSIVO PARA ME/EPP						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
35. FLUIDO PARA FREIO SINTÉTICO, EXPRESSAMENTE FORMULADO PARA CIRCUITOS DE FREIOS A DISCO OU A TAMBOR, E PARA SISTEMAS DE CONTROLE DE EMBREAGEM. **EMBALAGEM: FRASCO 500ML**. DOT-4; SAE J 1703.	FRASCO 500 ML	1.584	VARGA	R$ 11,98	R$ 18.976,32	**EMPRESA:** PETRANORTE COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI **CNPJ:** 84.708.445/0001-10 **ENDEREÇO:** RUA DA BEIRA-E N°4840- FLORESTA, PORTO VELHO - RO **CEP**: 76.806-640 **RESPONSÁVEL**: WILLY CELIO SCHULZE **CPF:** 163.002.202-06
PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA – COTA PRINCIPAL						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
36. ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES HIDRÁULICOS HI-TECH 46LL COM ELEVADOS PODER DISPERSANTE PARA UM CONTROLE EFICAZ DOS FENÔMENOS DE ESPESSAMENTO DEVIDO A FULIGEM PRODUZIDA PELA COMBUSTÃO QIE É TÍPICA DE MOTORES DE BAIXA EMISSÃOES, MANTENDO ASSIM INALTERADAS AS PROPRIEDADES LUBRIFICANTES. **GALÃO CONTENDO 20 LITROS,** COM DATA DE FABRICAÇÃO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE.	GALÃO 20 LITROS	3.911	MAXON HIDRAULICO 46 AW	R$ 370,49	R$ 1.448.986,39	**EMPRESA:** BRVO DISTRIBUIDORA EIRELI **CNPJ:** 30.273.846/0001-66 **ENDEREÇO:** AVENIDA REPÚBLICA ARGENTINA,N° 1237, SALA 305, ANDAR 03, COND. TODAY'S OFFICE ED. ÁGUA VERDE, CURITIBA - PR **CEP**: 80.620-010 **RESPONSÁVEL**: THIAGO TAURA CHERBISKI **CPF:** 047.776.399-59
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS – COTA DE ATÉ 25%						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
37. ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES HIDRÁULICOS HI-TECH 46LL COM ELEVADOS PODER DISPERSANTE PARA UM CONTROLE EFICAZ DOS FENÔMENOS DE ESPESSAMENTO DEVIDO A FULIGEM PRODUZIDA	GALÃO DE 20 LITROS	89	LUST RUBI AW HLP 46-0/20	R$ 380,89	R$ 33.899,21	**EMPRESA:** STORE DO BRASIL EIRELI – ME **CNPJ:** 13.990.0001-00 **ENDEREÇO:** AV. CANDIDO DE ABREU, N° 776, SALA 803 – CENTRO CÍVICO, CURITIBA - PR **CEP**: 80.530-000 **RESPONSÁVEL**: CAROLINA GONÇALVES PORTELA **CPF:** 009.662.529-50

PELA COMBUSTÃO QIE É TÍPICA DE MOTORES DE BAIXA EMISSÃOES, MANTENDO ASSIM INALTERADAS AS PROPRIEDADES LUBRIFICANTES. GALÃO **CONTENDO 20 LITROS**, COM DATA DE FABRICAÇÃO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE.						
EXCLUSIVO PARA ME/EPP						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
38. ÓLEO, LUBRIFICANTE, MULTIVISCOSO, SEMI SINTÉTICO, SAE 5W-40, PARA MOTORES A DIESEL, ALCOOL OU GASOLINA. **EMBALAGEM: CONTENDO 1 LITRO**, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	276	FÓRMULA SYNTH-API SN 5W40	R$ 25,36	R$ 6.999,36	**EMPRESA:** CLEDIANE DA SILVA DESMOREST **CNPJ:** 49.806.158/0001-42 **ENDEREÇO:** RUA ANA CAUCAIA, N° 5869, BAIRRO: LAGOINHA, PORTO VELHO - RO **CEP**: 76.829-712 **RESPONSÁVEL**: CLEDIANE DA SILVA DESMOREST **CPF:** 000.792.292-20
PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA – COTA PRINCIPAL						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
39. ÓLEO, LUBRIFICANTE, PARA TRANSMISSAO MOTORES A DIESEL, 80W90. **EMBALAGEM: CONTENDO 1 LITRO,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	1.794	MULTIGEROL API GL-5	R$ 21,73	R$ 38.983,62	**EMPRESA:** CLEDIANE DA SILVA DESMOREST **CNPJ:** 49.806.158/0001-42 **ENDEREÇO:** RUA ANA CAUCAIA, N° 5869, BAIRRO: LAGOINHA, PORTO VELHO - RO **CEP**: 76.829-712 **RESPONSÁVEL**: CLEDIANE DA SILVA DESMOREST **CPF:** 000.792.292-20
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS – COTA DE ATÉ 25%						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
40. ÓLEO, LUBRIFICANTE, PARA TRANSMISSAO MOTORES A DIESEL, 80W90. **EMBALAGEM: CONTENDO 1 LITRO,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	598	MULTIGEROL API GL-5	R$ 21,73	R$ 12.994,54	**EMPRESA:** CLEDIANE DA SILVA DESMOREST **CNPJ:** 49.806.158/0001-42 **ENDEREÇO:** RUA ANA CAUCAIA, N° 5869, BAIRRO: LAGOINHA, PORTO VELHO - RO **CEP**: 76.829-712 **RESPONSÁVEL**: CLEDIANE DA SILVA DESMOREST **CPF:** 000.792.292-20
EXCLUSIVO PARA ME/EPP						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
41. ÓLEO, LUBRIFICANTE PARA DIFERENCIAL DIANTEIRO/TRASEIRO MOTORES A DIESEL 80W90. **EMBALAGEM: CONTENDO 1 LITRO,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	475	MULTIGEROL API GL-5	R$ 21,74	R$ 10.326,50	**EMPRESA:** CLEDIANE DA SILVA DESMOREST **CNPJ:** 49.806.158/0001-42 **ENDEREÇO:** RUA ANA CAUCAIA, N° 5869, BAIRRO: LAGOINHA, PORTO VELHO - RO **CEP**: 76.829-712 **RESPONSÁVEL**: CLEDIANE DA SILVA DESMOREST **CPF:** 000.792.292-20
PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA – COTA PRINCIPAL						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
42. ÓLEO, LUBRIFICANTE SISTEMA DE DIREÇÃO D3, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, **EMBALAGEM COM 1 LITRO**, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	2.700	LUST DH TIPO A-24/1	R$ 23,33	R$ 62.991,00	**EMPRESA:** STORE DO BRASIL EIRELI – ME **CNPJ:** 13.990.0001-00 **ENDEREÇO:** AV. CANDIDO DE ABREU, N° 776, SALA 803 – CENTRO CÍVICO, CURITIBA - PR **CEP**: 80.530-000 **RESPONSÁVEL**: CAROLINA GONÇALVES PORTELA **CPF:** 009.662.529-50
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS – COTA DE ATÉ 25%						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
43. ÓLEO, LUBRIFICANTE SISTEMA DE DIREÇÃO D3, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, **EMBALAGEM COM 1 LITRO**, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	900	LUST DH TIPO A-24/1	R$ 23,33	R$ 20.997,000	**EMPRESA:** STORE DO BRASIL EIRELI – ME **CNPJ:** 13.990.0001-00 **ENDEREÇO:** AV. CANDIDO DE ABREU, N° 776, SALA 803 – CENTRO CÍVICO, CURITIBA - PR **CEP**: 80.530-000 **RESPONSÁVEL**: CAROLINA GONÇALVES PORTELA **CPF:** 009.662.529-50
EXCLUSIVO PARA ME/EPP						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
44. FLUIDO PARA FREIO SINTÉTICO EXPRESSAMENTE FORMULADO PARA CIRCUITOS DE FREIO A DISCO OU A TAMBOR, E PARA SISTEMAS DE CONTROLE DE EMBREAGEM. **EMBALAGEM FRASCO 500ML**. DOT-3.	FRASCO 500 ML	2.480	VARGA	R$ 8,43	R$ 20.906,40	**EMPRESA:** PETRANORTE COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI **CNPJ:** 84.708.445/0001-10 **ENDEREÇO:** RUA DA BEIRA-E N°4840- FLORESTA, PORTO VELHO - RO **CEP**: 76.806-640 **RESPONSÁVEL**: WILLY CELIO SCHULZE **CPF:** 163.002.202-06
PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA – COTA PRINCIPAL						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
45. ÓLEO, LUBRIFICANTE, MULTIVISCOSO, SAE 15W-40, CERTIFICAÇÃO CONFORME NORMA API COM NÍVEL DE ADITIVO API-C14, SN OU SUPERIOR, PARA MOTORES A DIESEL. **EMBALAGEM: CONTENDO 1 LITRO,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO,	LITRO	1.903	DXLUB	R$ 19,10	R$ 36.347,30	**EMPRESA:** CURITIBA COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS E TINTAS LTDA EPP **CNPJ:** 47.270.248/0001-36 **ENDEREÇO:** RUA: RUA PADRE DEHON, N° 3300, BOQUEIRÃO, CURITIBA - PR **CEP**: 81.670-100 **RESPONSÁVEL**: JOSÉ SALÉSIO MUNIZ DO AMARAL **CPF:** 509.124.029-20

MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.						
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS – COTA DE ATÉ 25%						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
46. ÓLEO, LUBRIFICANTE, MULTIVISCOSO, SAE 15W-40, CERTIFICAÇÃO CONFORME NORMA API COM NÍVEL DE ADITIVO API-C14, SN OU SUPERIOR, PARA MOTORES A DIESEL. **EMBALAGEM: CONTENDO 1 LITRO,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	634	DXLUB	R$ 19,10	R$ 12.109,40	**EMPRESA:** CURITIBA COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS E TINTAS LTDA EPP **CNPJ:** 47.270.248/0001-36 **ENDEREÇO:** RUA: RUA PADRE DEHON, N° 3300, BOQUEIRÃO, CURITIBA - PR **CEP**: 81.670-100 **RESPONSÁVEL**: JOSÉ SALÉSIO MUNIZ DO AMARAL **CPF:** 509.124.029-20
EXCLUSIVO PARA ME/EPP						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
47. ÓLEO, LUBRIFICANTE, MULTIVISCOSO, 100% SINTÉTICO, SAE 5W-30, CERTIFICAÇÃO CONFORME NORMA API-C14, COM NÍVEL DE ADITIVO SN OU SUPERIOR, PARA MOTORES A GASOLINA, ÁLCOOL E GNV. **EMBALAGEM: CONTENDO 1 LITRO,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	1.829	IPIRANGA	R$ 27,75	R$ 50.754,75	**EMPRESA:** PETRANORTE COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI **CNPJ:** 84.708.445/0001-10 **ENDEREÇO:** RUA DA BEIRA-E N°4840- FLORESTA, PORTO VELHO - RO **CEP**: 76.806-640 **RESPONSÁVEL**: WILLY CELIO SCHULZE **CPF:** 163.002.202-06
48. ÓLEO LUBRIFICANTE, MULTIVISCOSO, 100% SINTÉTICO SAE 5W-40, CERTIFICAÇÃO CONFORME NORMA API COM NÍVEL ADITIVO SM OU SUPERIOR, PARA MOTORES A GASOLINA, ÁLCOOL E GNV. **EMBALAGEM. CONTENDO 1 LITRO**, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO. MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	14	VR LUB	R$ 24,28	R$ 339,92	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67
49. OLEO, LUBRIFICANTE, MULTIVISCOSO, SAE 5W-30 MOTOR A DIESEL, CERTIFICAÇÃO CONFORME NORMA ACEA C3 OU SUPERIOR E COM NIVEL DE ADITIVO API-SN OU SUPERIOR, PARA MOTORES A DIESEL. **EMBALAGEM: CONTENDO 1 LITRO,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇAO DO PRODUTO, MARCA DE FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	2.542	IPIRANGA	R$ 23,09	R$ 58.694,78	**EMPRESA:** PETRANORTE COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI **CNPJ:** 84.708.445/0001-10 **ENDEREÇO:** RUA DA BEIRA-E N°4840- FLORESTA, PORTO VELHO - RO **CEP**: 76.806-640 **RESPONSÁVEL**: WILLY CELIO SCHULZE **CPF:** 163.002.202-06
50. ÓLEO LUBRIFICANTE SINTÉTICO, 5W 30: PARA MOTORES A GASOLINA, ÁLCOOL FLEX OU GNV. CLASSIFICAÇÃO API-SN OU SUPERIOR **EMBALAGEM CONTENDO 1 LITRO**, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	908	VR LUB	R$ 23,10	R$ 20.974,80	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67
51. ÓLEO LUBRIFICANTE SEMISSINTÉTICO, 10W 40: PARA MOTORES A GASOLINA ÁLCOOL, FLEX OU GNV. CLASSIFICAÇÃO API-SN OU SUPERIOR **EMBALAGEM CONTENDO 1 LITRO,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DEVALIDADE.	LITRO	270	MAXON LONG LIFE 10W40	R$ 25,70	R$ 6.939,00	**EMPRESA:** BRVO DISTRIBUIDORA EIRELI **CNPJ:** 30.273.846/0001-66 **ENDEREÇO:** AVENIDA REPÚBLICA ARGENTINA,N° 1237, SALA 305, ANDAR 03, COND. TODAY'S OFFICE ED. ÁGUA VERDE, CURITIBA - PR **CEP**: 80.620-010 **RESPONSÁVEL**: THIAGO TAURA CHERBISKI **CPF:** 047.776.399-59
52. ÓLEO LUBRIFICANTE SEMISSINTÉTICO, 10W 40: PARA MOTORES A DIESEL. CLASSIFICAÇÃO API-CK4 OU SUPERIOR. **EMBALAGEM CONTENDO 20 LITROS**, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	GALÃO 20 LITROS	33	GT-OIL	R$ 701,96	R$ 23.164,68	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67
PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA – COTA PRINCIPAL						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
53. ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO. 15W 40: PARA MOTORES A DIESEL CLASSIFICAÇÃO API-CK4 OU SUPERIOR. **EMBALAGEM**	GALÃO 20 LITROS	99	MAXON RHINO PERFORM 15W40 CK4	R$ 582,65	R$ 57.682,35	**EMPRESA:** BRVO DISTRIBUIDORA EIRELI **CNPJ:** 30.273.846/0001-66 **ENDEREÇO:** AVENIDA REPÚBLICA ARGENTINA,N° 1237, SALA 305, ANDAR 03, COND. TODAY'S OFFICE ED. ÁGUA VERDE, CURITIBA - PR **CEP**: 80.620-010 **RESPONSÁVEL**: THIAGO TAURA CHERBISKI **CPF:**

CONTENDO 20 LITROS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.						047.776.399-59
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS – COTA DE ATÉ 25%						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
54. ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO. 15W 40: PARA MOTORES A DIESEL CLASSIFICAÇÃO API-CK4 OU SUPERIOR. **EMBALAGEM CONTENDO 20 LITROS,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	GALÃO 20 LITROS	33	MAXON RHINO PERFORM 15W40 CK4	R$ 582,65	R$ 19.227,45	**EMPRESA:** BRVO DISTRIBUIDORA EIRELI **CNPJ:** 30.273.846/0001-66 **ENDEREÇO:** AVENIDA REPÚBLICA ARGENTINA,N° 1237, SALA 305, ANDAR 03, COND. TODAY'S OFFICE ED. ÁGUA VERDE, CURITIBA - PR **CEP**: 80.620-010 **RESPONSÁVEL**: THIAGO TAURA CHERBISKI **CPF:** 047.776.399-59
EXCLUSIVO PARA ME/EPP						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
55. ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL MULTIVISCOSO, 20W50: PARA MOTORES GASOLINA, ÁLCOOL, FLEX OU GNV. CLASSIFICAÇÃO API-SN OU SUPERIOR. **EMBALAGEM CONTENDO 1 LITRO**, COM DADOS DEI IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	LITRO	318	VR LUB	R$ 16,02	R$ 5.094,36	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67
56. ÓLEO LUBRIFICANTE MONOVISCOSO SAE 90: PARA DIFERENCIAL CLASSIFICAÇÃO API GL-4. **EMBALAGEM CONTENDO 20 LITROS,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO. MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	GALÃO 20 LITROS	84	FORTLUB	R$ 238,65	R$ 20.046,60	**EMPRESA:** PETRANORTE COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI **CNPJ:** 84.708.445/0001-10 **ENDEREÇO:** RUA DA BEIRA-E N°4840- FLORESTA, PORTO VELHO - RO **CEP**: 76.806-640 **RESPONSÁVEL**: WILLY CELIO SCHULZE **CPF:** 163.002.202-06
PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA – COTA PRINCIPAL						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
57. ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL MULTIVISCOSO, 85W140: PARA MOTORES GASOLINA, ÁLCOOL, FLEX, GNV E DIESEL. CLASSIFICAÇÃO AP GL-5. **EMBALAGEM CONTENDO 20 LITROS.** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	GALÃO 20 LITROS	312	FORTLUB	R$ 321,14	R$ 100.195,68	**EMPRESA:** PETRANORTE COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI **CNPJ:** 84.708.445/0001-10 **ENDEREÇO:** RUA DA BEIRA-E N°4840- FLORESTA, PORTO VELHO - RO **CEP**: 76.806-640 **RESPONSÁVEL**: WILLY CELIO SCHULZE **CPF:** 163.002.202-06
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS – COTA DE ATÉ 25%						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
58. ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL MULTIVISCOSO, 85W140: PARA MOTORES GASOLINA, ÁLCOOL, FLEX, GNV E DIESEL. CLASSIFICAÇÃO AP GL-5. EMBALAGEM **CONTENDO 20 LITROS.** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	GALÃO 20 LITROS	104	VR LUB	R$ 394,18	R$ 40.994,72	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67
PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA – COTA PRINCIPAL						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
59. ÓLEO LUBRIFICANTE PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS HLPD ISO 68. PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS DE ALTA PRESSÃO, CONTENDO ADITIVOS DETERGENTES E DISPERSANTES. **EMBALAGEM CONTENDO 20 LITROS**, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	GALÃO 20 LITROS	276	VR LUB	R$ 349,15	R$ 96.365,40	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS – COTA DE ATÉ 25%						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
60. ÓLEO LUBRIFICANTE PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS HLPD ISO 68. PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS DE ALTA PRESSÃO, CONTENDO ADITIVOS DETERGENTES E DISPERSANTES. **EMBALAGEM CONTENDO 20 LITROS,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE	GALÃO 20 LITROS	92	VR LUB	R$ 349,15	R$ 32.121,80	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67

VALIDADE.						
EXCLUSIVO PARA ME/EPP						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
61. ÓLEO HIDRÁULICO 80W: TIPO ZF PARA TRANSMISSÃO MANUAL. CLASSIFICAÇÃO API GL-4. **EMBALAGEM CONTENDO 20 LITROS** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	GALÃO 20 LITROS	18	VR LUB	R$ 361,80	R$ 6.512,40	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67
PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA – COTA PRINCIPAL						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
62. FLUIDO ARREFECIMENTO ORGÂNICO,PRONTO PARA O USO, UNIVERSAL, PARA RADIADORES DE MOTORES A GASOLINA, ÁLCOOL E DIESEL. **EMBALAGEM CONTENDO 5 LITROS.** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	GALÃO 05 LITROS	842	RADNAQ	R$ 35,97	R$ 30.286,74	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS – COTA DE ATÉ 25%						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
63. FLUIDO ARREFECIMENTO ORGÂNICO,PRONTO PARA O USO, UNIVERSAL, PARA RADIADORES DE MOTORES A GASOLINA, ÁLCOOL E DIESEL. **EMBALAGEM CONTENDO 5 LITROS.** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	GALÃO 05 LITROS	280	RADNAQ	R$ 35,97	R$ 10.071,60	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67
EXCLUSIVO PARA ME/EPP						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
64. GRAXA A BASE DE SABÃO DE LÍTIO, ADEQUADA PARA LUBRIFICAÇÃO DE ROLAMENTOS SUJEITOS AS CARGAS MECÂNICAS EXTERNAS E MANCAIS DE DESGASTES TÉRMICOS, INCLUINDO ROLAMENTOS, GRAU NLGI 2. **EMBALAGEM CONTENDO 20 LITROS**, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LITROS MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	GALÃO 20 LITROS	9	EVORA	R$ 666,11	R$ 5.994,99	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67
PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA – COTA PRINCIPAL						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
65. GRAXA A BASE DE SABÃO DE LÍTIO, ADEQUADA PARA LUBRIFICAÇÃO DE ROLAMENTOS SUJEITOS AS CARGAS MECÂNICAS EXTERNAS E DESGASTES TÉRMICOS, INCLUINDO MANCAIS DE ROLAMENTOS, GRAU NLGI2. **EMBALAGEM GALÃO 20 KG,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LITROS MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	GALÃO 20 KG	930	IPIRANGA	R$ 376,23	R$ 349.893,90	**EMPRESA:** PETRANORTE COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI **CNPJ:** 84.708.445/0001-10 **ENDEREÇO:** RUA DA BEIRA-E N°4840- FLORESTA, PORTO VELHO - RO **CEP**: 76.806-640 **RESPONSÁVEL**: WILLY CELIO SCHULZE **CPF:** 163.002.202-06
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS – COTA DE ATÉ 25%						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
66. GRAXA A BASE DE SABÃO DE LÍTIO, ADEQUADA PARA LUBRIFICAÇÃO DE ROLAMENTOS SUJEITOS AS CARGAS MECÂNICAS EXTERNAS E DESGASTES TÉRMICOS, INCLUINDO MANCAIS DE ROLAMENTOS, GRAU NLGI2. **EMBALAGEM GALÃO 20 KG,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LITROS MARCA FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	GALÃO 20 LITROS	76	IPIRANGA	R$ 551,30	R$ 41.898,80	**EMPRESA:** PETRANORTE COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI **CNPJ:** 84.708.445/0001-10 **ENDEREÇO:** RUA DA BEIRA-E N°4840- FLORESTA, PORTO VELHO - RO **CEP**: 76.806-640 **RESPONSÁVEL**: WILLY CELIO SCHULZE **CPF:** 163.002.202-06
PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA – COTA PRINCIPAL						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
67. FLUIDO PARA FREIO SINTÉTICO, EXPRESSAMENTE FORMULADO PARA CIRCUITOS DE FREIOS A DISCO OU A TAMBOR, E PARA FRASCO DE SISTEMAS DE CONTROLE DE EMBREAGEM. **EMBALAGEM: FRASCO 500ML.** DOT-4; SAE J1703.	FRASCO DE 500 ML	1.131	RADNAQ	R$ 19,49	R$ 22.043,19	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS – COTA DE ATÉ 25%						

ITEM/OBJETO	UNIDADE	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	DETENTORA
68. FLUIDO PARA FREIO SINTÉTICO, EXPRESSAMENTE FORMULADO PARA CIRCUITOS DE FREIOS A DISCO OU A TAMBOR, E PARA FRASCO DE SISTEMAS DE CONTROLE DE EMBREAGEM. **EMBALAGEM: FRASCO 500ML.** DOT-4; SAE J1703.	FRASCO DE 500 ML	377	RADNAQ	R$ 19,49	R$ 7.347,73	**EMPRESA:** LUBE PACK COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 46.310.289/0001-46 **ENDEREÇO:** RUA SERGIPE, Nº 3993 - BAIRRO: CONJ. POLO COM. E IND. GIORDANO MESTRINELLI, CATANDUVA/SP **CEP**: 15.803-160 **RESPONSÁVEL**: PEDRO LORENÇO JORGE **CPF:** 389.054.328-67
PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA – COTA PRINCIPAL						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
69. ÓLEO LUBRIFICANTE 100% SINTÉTICO, 10W 40: PARA MOTORES A DIESEL. CLASSIFICAÇÃO API-CK4. **EMBALAGEM CONTENDO 20 LITROS,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	GALÃO 20 LITROS	150	FORTLUB	R$ 758,00	R$ 113.700,00	**EMPRESA:** PETRANORTE COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI **CNPJ:** 84.708.445/0001-10 **ENDEREÇO:** RUA DA BEIRA-E Nº4840- FLORESTA, PORTO VELHO - RO **CEP**: 76.806-640 **RESPONSÁVEL**: WILLY CELIO SCHULZE **CPF:** 163.002.202-06
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS – COTA DE ATÉ 25%						
ITEM/OBJETO	**UNIDADE**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**DETENTORA**
70. ÓLEO LUBRIFICANTE 100% SINTÉTICO, 10W 40: PARA MOTORES A DIESEL. CLASSIFICAÇÃO API-CK4. **EMBALAGEM CONTENDO 20 LITROS,** COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE OU PRAZO DE VALIDADE.	GALÃO 20 LITROS	50	IPIRANGA	R$ 758,00	R$ 37.900,00	**EMPRESA:** PETRANORTE COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI **CNPJ:** 84.708.445/0001-10 **ENDEREÇO:** RUA DA BEIRA-E Nº4840- FLORESTA, PORTO VELHO - RO **CEP**: 76.806-640 **RESPONSÁVEL**: WILLY CELIO SCHULZE **CPF:** 163.002.202-06

Porto Velho, 28 de novembro de 2023.

MARILIS CRISTINA HEIDRICH
Superintende Muncipal de Gestão de Gastos Públicos - SGP
Em substituição - Decreto n° 11, de 25 de OUTUBRO de 2023
Matrícula n° 1000891

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:16F183BA

SUPERINTÊNDENCIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DISTRITAL
PORTARIA Nº 249/SMD/PMPV/2023

PORTARIA Nº 249/SMD/PMPV/2023

Porto Velho –RO, 28 de Novembro de 2023.

O SUPERINTENDENTE MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DISTRITAL, usando das atribuições legais que lhe é conferida, e tendo em vista o que consta no **Processo nº 00600-00048276/2023-03-e.**

R E S O L V E:

TORNAR VÁLIDA, a concessão de 4 1⁄2 (quatro e meia) diárias aos servidores: **Cleverson Antunes**, Matrícula: 1005499, Cargo: Fiscal, **Raimundo Nonato Nogueira Silva**, Matrícula: 169955, Cargo: Fiscal. Para o deslocamento aos **Distrito de Nova Califórnia, Extrema, Abunã, Vila da Penha e Vista Alegre do Abunã**. Para verificar os gastos de combustíveis (gasolina), EPIs, materiais para roçadeiras, materiais de limpeza sendo eles urbanos e domésticos e bens patrimoniais servíveis e inservíveis, e a entrega do tombamento do veículo Fiat Uno placa NBW 2168, tombamento de nº 243693. O deslocamento foi realizado por meio de veículo oficial – Ford Ranger Branca, Placa: RSZ1D88, pertencente a SMD, conduzido pelo servidor Israel de Souza Pires. **No período de 23/10/2023 a 27/10/2023.**

Servidor	Cadastro	RG	Cargo/Função	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Cleverson Antunes	1005499	396286	Fiscal	4 ½	R$ 200,00	R$ 900,00
Raimundo Nonato Nogueira Silva	169955	445733 SSP/RO	Fiscal	4 ½	R$ 150,00	R$ 675,00

WELLEM ANTÔNIO PRESTES CAMPOS
Superintendente Municipal de Integração Distrital

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:067B787A

SUPERINTÊNDENCIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DISTRITAL
PORTARIA Nº 250/SMD/PMPV/2023

PORTARIA Nº 250/SMD/PMPV/2023

Porto Velho –RO, 28 de Novembro de 2023.

O SUPERINTENDENTE MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DISTRITAL, usando das atribuições legais que lhe é conferida, e tendo em vista o que consta no **Processo nº 00600-00048300/2023-04-e.**

R E S O L V E:

CONCEDER E ARBITRAR, a concessão de 8 (oito) diárias ao servidor: **Fabiano Barboza Câmara**, Matrícula: 1003113, Cargo: Superintendente Municipal Adjunto. Para o deslocamento aos **Distritos de Nova Califórnia e Extrema** com o intuito de acompanhar **nos dias 07 a 10/12/2023** o Vereador/Presidente da Câmara, Sr. Márcio Parcele para participar do evento esportivo que será realizado com a população dos Distritos e acompanhar o encerramento dos trabalhos na área rural em Extrema e Nova Califórnia **nos dias 12 a 16/12/2023**. O deslocamento será realizado por meio de veículo oficial – Ford Ranger Branca, Placa: RSZ1C58, pertencente à SMD, a ser conduzido pelo servidor Fabiano Barboza Câmara. **No período de 07 a 10/12/2023 e 12 a 16/12/2023.**

Servidor	Cadastro	RG	Cargo/Função	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Fabiano Barboza Câmara	1003113	765807 SESDEC/RO	Superintendente Adjunto	8	R$ 300,00	R$ 2.400,00

WELLEM ANTÔNIO PRESTES CAMPOS
Superintendente Municipal de Integração Distrital

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:69AA3B2D

SUPERINTÊNDENCIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DISTRITAL
PORTARIA Nº 252/SMD/PMPV/2023

PORTARIA Nº 252/SMD/PMPV/2023

Porto Velho –RO, 29 de Novembro de 2023.

O SUPERINTENDENTE MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DISTRITAL, usando das atribuições legais que lhe é conferida, e tendo em vista o que consta no **Processo nº 00600-00048359/2023-94-e**.

R E S O L V E:

CONCEDER E ARBITRAR, a concessão de 8 (oito) diárias ao servidor: **Heldeson Souza da Cunha**, Matrícula: 1005577. Para o deslocamento aos **Distritos de Nova Califórnia e Extrema** com o intuito de acompanhar **nos dias 07 a 10/12/202**3 o Superintendente Municipal Adjunto Fabiano Barboza Câmara e o Vereador/Presidente da Câmara, Sr. Márcio Parcele para participar do evento esportivo que será realizado com a população dos Distritos e acompanhar o encerramento dos trabalhos na área rural em Extrema e Nova Califórnia **nos dias 12 a 16/12/2023**. O deslocamento será realizado por meio de veículo oficial – Ford Ranger Branca, Placa: RSZ1C58, pertencente à SMD, a ser conduzido pelo servidor Heldeson Souza da Cunha. **No período de 07 a 10/12/2023 e 12 a 16/12/2023.**

Servidor	Cadastro	RG	Cargo/Função	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Heldeson Souza da Cunha	1005577	378055525 SSP/SP	Gerente de Divisão	8	R$ 200,00	R$ 1.600,00

WELLEM ANTÔNIO PRESTES CAMPOS
Superintendente Municipal de Integração Distrital

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:9C6F008E

SUPERINTÊNDENCIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DISTRITAL
PORTARIA Nº 251/SMD/PMPV/2023

PORTARIA Nº 251/SMD/PMPV/2023

Porto Velho –RO, 29 de Novembro de 2023.

O SUPERINTENDENTE MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DISTRITAL, usando das atribuições legais que lhe é conferida, e tendo em vista o que consta no **Processo nº 00600-00048367/2023-31-e.**

R E S O L V E:

CONCEDER E ARBITRAR, a concessão de 1 ½ (uma e meia) diárias aos servidores: **Wolmer Eliud Neves Junior**, Matrícula: 1000773, Cargo: Diretor do Departamento de Articulação Local, **Cleverson Antunes**, Matrícula: 1004602, Cargo: Gerente de Divisão, **Raimundo Nonato Nogueira Silva**, Matrícula: 169955, Cargo: Gari. Para o deslocamento ao **Distrito de Nova Mutum** com o intuito de acompanhar os serviços de recapeamento pela SMD, referente à operação (tapa buracos), nas principais avenidas do Distrito de Nova Mutum. **No período de 13 a 14/12/2023.**

Servidor	Cadastro	RG	Cargo/Função	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Wolmer Eliud Neves Junior	1000773	1601124	Diretor do Departamento de Articulação Local	1 ½	R$ 200,00	R$ 300,00
Cleverson Antunes	1004602	396286	Gerente de Divisão	1 ½	R$ 200,00	R$ 300,00
Raimundo Nonato Nogueira Silva	169955	445733	Gari	1 ½	R$ 150,00	R$ 225,00

WELLEM ANTÔNIO PRESTES CAMPOS
Superintendente Municipal de Integração Distrital

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:C4BA20E0

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E PESQUISA - SMTI
TERMO DE VALIDAÇÃO Nº02/2023/SMTI

ANEXO XXX DO DECRETO Nº 15. 403 de 22/08/2018
TERMO DE VALIDAÇÃO Nº 02/2023/SMTI

IDENTIFICAÇÃO: PROCESSO Nº 00600-00016510/2023-25-e	
Unidade Orçamentária: SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E PESQUISA - SMTI	**Projeto/Atividade/Operação Especial** 02.81.19.572.356.2.844 – Modernizar as Soluções e Ativos de TI 3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação Fonte do Recurso: 1.709 - Transferência da União referente a Compensação

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS OU SERVIÇOS			
Quant.	**Und.**	**Descrição**	**Valor**
50	LICENÇAS	LICENÇA/SUBSCRIÇÃO QUE SERÁ DE 12 MESES, COM DIREITO A LICENÇA FALLBACK APÓS OS 12 MESES DO PRODUTO YOUTRACK; SUPORTE AO RASTREIO DE PROJETOS E TAREFAS, BOARDS ÁGEIS, SPRINTS E LANÇAMENTOS; DEVERÁ SER FORNECIDO NA MODALIDADE SERVER VERSION; SUPORTE À IMPLEMENTAÇÃO DE BASE DE CONHECIMENTO, RELATÓRIOS, PAINÉIS E WORKFLOWS QUE AUXILIEM NO GERENCIAMENTO; SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO DE TRABALHO DE FORMA INTEGRADA ENTRE OS MEMBROS DA EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO; INTEGRAÇÃO COM AS IDES DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE.	R$ 16.357,00
TOTAL			R$ 16.357,00

JUSTIFICATIVA (causas)
A contratação de software de gestão e acompanhamento de desenvolvimento em TI se faz extremamente necessária em qualquer ambiente de desenvolvimento que possua vários players, em particular nos ambientes que utilizam da mão de obra de vários desenvolvedores simultâneos, bem como vários requerentes, como é o caso da Prefeitura de Porto Velho. Trata-se de uma das ações necessárias do Programa de governo 356 - SERVIÇOS INFORMATIZADOSdo P.P.A 2022-2025. Assim, dentre as metodologias de desenvolvimento, encontra-se o método Agile, que se trata de um conjunto de práticas e valores que visam entregar valor ao requerente de forma rápida e constante, através de processo iterativo e incremental. Tendo em vista que a prefeitura optou pela utilização desta metodologia, faz-se necessária a aquisição de software que utilize e obedeça os protocolos ditados pelo método, de modo a trazer maior eficiência no desenvolvimento de software pela equipe da Prefeitura de Porto Velho. Com base nas pesquisas junto ao mercado em empresas do ramo de atividade do objeto pretendido, excluindo a firma citada acima e aplicando a fórmula do Menor Preço, com fulcro no inciso III do Art. 4º da Portaria 005/2018/SML verificou-se portanto, que o menor valor total encontrado é da empresa PISONTEC COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ: 12.007.998/0001-35, de R$ 16.356,75 (DEZESSEIS MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS), configurando-se qual seja uma dispensa, elencada no inciso II do Art. 24 da Lei sob nº 8.666/93 o qual dispõe: “para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento)do limite previsto na alínea 'a', do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;”.

FORNECEDOR
RAZÃO SOCIAL: PISONTEC COM E SERVICOS EM TEC DA INFORMACÃO LTDA CNPJ: 12.007.998/0001-35

PARECER JURÍDICO
PARECER JURÍDICO Nº 660/SPACC/PGM/2023 DATA: 17 de novembro de 2023, PEÇA 46 FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II do Art. 24 da Lei sob nº 8.666/93

O ordenador de despesa torna público, com base nas informações apresentadas acima, que delibera pela contratação por dispensa.

Porto Velho/RO, 28, de novembro de 2023.

SAULO ROBERTO FARIA DO NASCIMENTO
Superintendente Municipal de Tecnologia da Informação e Pesquisa – SMTI

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:20B7505D

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2023 PROCESSO 120/2023

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2023

PROCESSO 120/2023

A Prefeitura Municipal de Rio Crespo/RO, Pessoa Jurídica de Direito Público, devidamente inscrita no CNPJ n.º 63.761.977/0001-41, com sede na Avenida Joaquim Pedro Sobrinho, 1040, Centro, CEP: 76.863-000, Rio Crespo/RO, porintermédioda **Comissão Permanente de Licitação**, designada pela **Portaria nº 4724/2023**, nas formas das disposições contidas no **Decreto nº 9.412/2018, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores**, torna público para conhecimento de todos, a Dispensa de Licitação, do tipo menor preço por item, conforme o que se segue.
OBJETO: Contratação de instituição sem fins lucrativos para realização de serviços técnicos especializados para planejamento, organização, divulgação e execução de Concurso Público para a Prefeitura Municipal de Rio Crespo - RO, incluindo todo o material envolvido, para preenchimento de vagas existentes no Plano de Cargos e Carreiras do Município, em obediência à legislação vigente, consoante às condições estabelecidas neste Termo de Referência.

DA EMPRESA: INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTAO E PESQUISA - IBGP
CNPJ Nº: 13.761.170/0001-30

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	Contratação de instituição sem fins lucrativos para realização de serviços técnicos especializados para planejamento, organização, divulgação e execução de Concurso Público para a Prefeitura Municipal de Rio Crespo - RO, incluindo todo o material envolvido, para preenchimento de vagas existentes no Plano de Cargos e Carreiras do Município, em obediência à legislação vigente, consoante às condições estabelecidas neste Termo de Referência	SERV.	01	200.000,00	200.000,00
VALOR GLOBAL					**R$ 200.000,00**

Valor total estimado para o serviço: **R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais).**

JUSTIFICATIVA: Considerando que a Administração Municipal em conformidade com o artigo 37 da Constituição Federal, bem como seus princípios basilares de uma eficiente Administração Pública, preconiza como princípios: o da legalidade, o da impessoalidade, o da moralidade, o da publicidade e o da eficiência. A realização do concurso público é necessária, tendo em vista o crescimento e o desenvolvimento do aparelho organizacional e funcional da Prefeitura, bem como a modernização organizacional e tecnológica, de forma a assegurar a eficácia das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal. Outro ponto importante é o crescimento e o desenvolvimento que vem ocorrendo no Município de Rio Crespo, sobretudo na década em curso, o que impõe a necessidade de que o aparelho orgânico-administrativo da Prefeitura seja continuamente modernizado e aperfeiçoado tecnologicamente para desempenhar com qualidade os serviços que, por determinação legal, devem ser prestados à sociedade. A Prefeitura é componente organizacional integrante do aparelho institucional do Município, com profundas atribuições constitucionais, sendo, portanto, determinante o seu contínuo e amplo aperfeiçoamento, com abrangência a sua estrutura organizacional e respectivo quadro funcional. As Leis Municipais n° 852/GAB/2019, n° 853/GAB/2019, n° 859/GAB/2019, 1071/2022 com suas respectivas alterações definem e quantificam os cargos de provimento efetivo, conforme Anexo I, dando absoluto amparo legal para que se possa dar efetividade ao objeto deste Termo de Referência. Considerando que o processo visa recrutar, selecionar e avaliar candidatos que sejam qualificados e habilitados para bem desempenhar suas funções e colaborar para o constante aperfeiçoamento dos serviços prestados pela Prefeitura Municipal de Rio Crespo - RO, procedendo à seleção de forma a atender aos requisitos para cada cargo, tendo como premissa o interesse público, torna-se necessário a abertura de processo para a contratação de instituição para prestação de serviços técnicos especializados visando a realização de Concurso Público para preenchimento das vagas que compõem o quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Rio Crespo – RO. E, para que a execução do Concurso ocorra de forma otimizada e atenda aos interesses da Prefeitura Municipal de Rio Crespo - RO faz-se necessária a contratação de instituição apta a atingir os objetivos almejados com confiabilidade, segurança e qualidade nos serviços prestados. As contratações procedidas pela Administração Pública dependem, na maioria dos casos, de prévia licitação. Porém, em situações excepcionais, a lei permite o afastamento da competição para efetuar-se uma contratação direta. Tal situação está prevista na Constituição da República, pelo art. 37, inciso XXI. A Administração Pública tem competência para gerir os certames; contudo, não detém condições técnicas para executá-lo; haja vista a necessidade de logística própria, estrutura, parque gráfico, sistema diversificado de atendimento ao candidato, dentre outras necessidades específicas para a execução do Concurso Público. Assim sendo, e considerando, ainda, que as atividades de planejamento, coordenação, supervisão, realização do Concurso Público, elaboração de questões de prova, fiscalização e avaliação de provas, julgamento de recursos e divulgação de resultado, não são inerentes às atribuições dos cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Rio Crespo - RO, a qual não possui maquinários, estrutura e pessoas habilitadas para desempenhar essas atividades, o que impede a realização direta do serviço, sendo possível a execução indireta dessas atividades, por meio da contratação de entidade promotora especializada na realização de concursos públicos e processos seletivos. Em regra, os contratos firmados pela Administração Pública são precedidos de processo licitatório, conforme preceitua no art. 37 inciso XXI, da Constituição Federal. Por outro lado, a Lei nº 8.666/1993 prevê situações em que a licitação é inviável ou dispensável, permitindo o afastamento da competição para se efetuar uma contratação direta para atendimento do interesse público, consoante ressalva do próprio texto constitucional: XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure a igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.” (Grifos nossos). Com efeito, a não adoção de licitação, como procedimento antecedente ao contrato, é possível sempre que houver uma hipótese legal que autorize. A Lei Federal n. º 8.666/93, em seu art. 2º, determina expressamente que a Administração Pública está obrigada a promover certame licitatório sempre que necessitar contratar serviços, adquirir bens etc. Essa é a regra geral. No entanto, as exceções à regra de licitar deverão ser expressamente contempladas em lei, e por essa razão a Lei Federal n. º 8.666/93, que disciplina a matéria de contratação com o Poder Público, previu expressamente quais as exceções: “Art. 24. É dispensável a licitação: (...) XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a CONTRATADA detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos”. A dispensa de licitação, com fundamento no artigo 24, inciso XIII da Lei Federal n. º 8.666/93, é possível quando for comprovado nexo entre o dispositivo, a natureza e a competência da instituição CONTRATADA e o objeto relativo ao ensino, à pesquisa ou ao desenvolvimento institucional, além de comprovadas a compatibilidade de custo cotado pela instituição com os preços correntes no mercado e sua capacidade de executar por si só o objeto. Também deve ser observada a reputação ético-profissional na estrita área para a qual será CONTRATADA. Nesse sentido é a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (grifo nosso): "Enfim, a contratação direta com base no art. 24, XIII, da Lei de Licitações, para ser considerada regular, não basta que a instituição CONTRATADA preencha os requisitos contidos no citado dispositivo legal, ou seja, ser brasileira, não possuir fins lucrativos, deter inquestionável reputação ético-profissional e ter como objetivo estatutário-regimental a pesquisa, o ensino ou o desenvolvimento institucional, há que observar também que o objeto do correspondente contrato guarde estrita correlação com o ensino, a pesquisa ou o desenvolvimento institucional, além de deter reputação ético-profissional na estrita área para a qual está sendo CONTRATADA." (TC 018743/96-0, Decisão 908/99, DOU de 17/12/99, p. 70) No mesmo sentido, encontra-se o enunciado da Súmula nº 287 do Tribunal de Contas da União: “É lícita a contratação de serviço de promoção de Concurso Público por meio de dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/1993, desde que sejam observados todos os requisitos previstos no referido dispositivo e demonstrado o nexo efetivo desse objeto com a natureza da instituição a ser CONTRATADA, além de comprovada a compatibilidade com os preços de mercado”. Ante o exposto e para atender à demanda da Prefeitura Municipal de Rio Crespo - RO, busca-se por uma instituição que realize o Concurso Público em questão com intuito de selecionar profissionais para desempenho de atividades públicas inerentes à Prefeitura Municipal de Rio Crespo - RO e garantir o desenvolvimento institucional necessário ao atendimento do interesse público no âmbito deste município. Para incidência desse dispositivo, a finalidade da instituição deverá abranger pesquisa, ensino e desenvolvimento institucional. Além disso, a instituição deve ter capacidade para realização do Concurso Público, envolvendo atividades de elaboração de editais e comunicados; divulgação do referido Processo; atendimento a candidatos e terceiros interessados (pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas); disponibilização de formulário eletrônico para inscrição online, via internet elaboração, aplicação e correção de provas objetivas, recebimento e análise de títulos (se houver); divulgação de resultados; análise de recursos, judiciais e administrativos; guarda de materiais utilizados e manutenção de sigilo e demais atividades acessórias. Cabe ressaltar o fato de que a contratação de instituição sem fins lucrativos para realização do Concurso Público por processo de dispensa de licitação visa sempre garantir a melhor proposta para a Administração Pública, tendo em vista os princípios da eficiência e economicidade. Justifica-se, portanto, a dispensa de licitação, tendo em vista que existe autorização legal para a contratação direta de instituição para realização do Concurso Público, desde que a instituição atenda aos requisitos constantes no artigo 24, XIII da Lei no 8.666/93, ou seja: ser brasileira, não ter fins lucrativos, apresentar inquestionável reputação ético-profissional e ter como objetivo estatutário-regimental a pesquisa, o ensino ou o desenvolvimento profissional.

Do Fundamento Legal: Dispensa de Licitação prevista no Art. 24, inciso XIII da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e demais alterações subsequentes

Rio Crespo/RO, 28 de novembro de 2023.

JÉSSICA PEREIRA SOARES
Sup. De Licitações E Contratos
Port. 4620/2022

Publicado por:
Jessica Pereira Soares
Código Identificador:E13C02D4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CHAMAMENTO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2023

AVISO DE CHAMAMENTO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2023

A Prefeitura Municipal de Rio Crespo/RO, Pessoa Jurídica de Direito Público, devidamente inscrita no CNPJ n.º 63.761.977/0001-41, com sede na Avenida Joaquim Pedro Sobrinho, 1040, Centro, CEP: 76.863-000, Rio Crespo/RO, porintermédioda **Comissão Permanente de Licitação,** designada pela Portaria nº 4724/2023, torna público o **CHAMAMENTO PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO**, nas formas das disposições contidas no **Decreto nº 9.412/2018, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores**, torna público para conhecimento de todos, que receberá Proposta Comercial junto com documentação, para fins de proceder com Dispensa de Licitação, do tipo menor preço por item.

Referência: Dispensa de Licitação nº 24/2023
Proc. Administrativo nº: 529/2023
Interessado: Secretaria Municipal de Obras e Transporte.
OBJETO: Faz-se necessário a contratação de empresa especializada no fornecimento de óleos lubrificantes, graxas e peças, para a manutenção dos veículos Pesados: MOTONIVELADORA 120K ANO 2014 DIESEL PLACA CAT 5879, MOTONIVELADORA GR 1803 BRI SKD PLACA PRC 6749, com a finalidade de atender a Secretaria Municipal de Obras e Transportes, a fim de mantê-los em condições ideais de funcionamento, garantindo o cumprimento de suas atividades.

TABELA DE ITENS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	Faca Lamina 13 Furos 3/4" Curvo Furo ¾.	PAR	04	1.800,00	7.200,00
02	Óleo Lubrificante Viscosidade ISO 68 Top Turbo Para Lubrificação De Sistemas Hidráulicos E Sistemas Circulatórios Que Operem Em Condições De Baixa Pressão E Temperatura (Abaixo De 1800 Rpm E Pressões Abaixo De 1500 Psi, Hlp - (Óleos Com Aditivos Protetivos À Corrosão, Oxidação E Desgaste), Aditivados De 1ª Linha (Homologado Por Montadoras). A Ser Entregue Em Embalagem De 20 Litros.	GALÃO	05	450,00	2.250,00
03	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR A DIESEL, SAE 15 W 40 API Top Turbo. Aditivados De 1ª Linha (Homologado Por Montadoras). A Ser Entregue Em Embalagem De 20 Litros.	GALÃO	05	550,00	2.750,00
04	Óleo Lubrificante Para Transmissao Automática Sae Multifuncional 10w30 Top Turbo Para Tratores Que Utilizam Um Unico Fluido Para Transmissao, Diferencial, Sistema Hidraulico E Freios Umidos. Garante Protecao Ao Desgaste De Engrenagens E Supressao De Ruido Dos Freios Umidos E Embreagens. Aditivados De 1ª Linha (Homologado Por Montadoras). A Ser Entregue Em Embalagem De 20 Litros.	GALÃO	03	600,00	1.800,00
05	Graxa Lubrificante- Balde 20kg - Graxa Lubrificante À Base De Sabão De Lítio, Para Múltiplas Aplicações Automotivas, Apresentando Características De Resistência À Oxidação E À Lavagem Por Água, Podendo Ser Empregada Em Ambientes Úmidos. Recomendada Para Lubrificação De Chassis, Rolamentos, Juntas Universais, Cubos De Roda E Pinos De Veículos Automotivos, Agrícolas E De Construção. Pode Ser Utilizada Entre As Temperaturas De 0 °C E 130 °C.	BALDE	03	600,00	1.800,00
VALOR GLOBAL					**R$ 15.800,00**

Valor total estimado para o serviço: **R$ 15.800,00 (Quinze mil, oitocentos reais).**

JUSTIFICATIVA PARA A DISPENSA DE LICITAÇÃO: A aquisição de óleos lubrificantes, graxas e peças, fazem-se necessário para a manutenção corretiva e preventiva dos maquinários da frota desta Secretaria SEMO. CONSIDERANDO Que os maquinários da frota devem ter constante manutenção preventiva e corretiva para que os mesmos estejam em pleno funcionamento para cumprir com as diversas funções que lhes são conferidos; CONSIDERANDO Que uma das obrigações da secretaria municipal é zelar pela plena manutenção de sua frota de seus maquinários visto que a degradação dos mesmos por falta de manutenção pode trazer ônus ao erário; CONSIDERANDO Que os maquinários que não estejam com sua manutenção em dia poderão trazer riscos eminentes durante a realização dos serviços. Diante do exposto reiteramos, ainda, que tal contratação se faz necessária com urgência uma vez que os serviços são de extrema necessidade para atender as demandas essenciais do Município, tendo em vista que os maquinários se encontram parados. Sendo assim, a Secretaria Municipal de Obras e Transportes opta pela modalidade de dispensa, que minimiza a questão de tempo e nos propõe a vantagem de menor preço.

CONSIDERANDO o Decreto nº 9.412/2018 atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Tendo como referência a modalidade Convite o valor de até R$ 176.000,00 (Cento e Setenta e Seis Mil Reais);

Do Fundamento Legal: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, e alterações posteriores.
Dessa forma, os interessados deverão adquirir o Projeto Básico/Termo de Referência e apresentar sua Proposta Comercial junto com a documentação exigida, na sede da Prefeitura Municipal de Rio Crespo/RO, no endereço acima indicado, destinados a CPL, de segunda à sexta-feira, em horário das 07h30min às 13h30min. O prazo de entrega da documentação será de 05 (cinco) dias a contar da data da publicação.

Informações complementares através do e-mail: licitacaoriocrespo@gmail.com ou através dos telefones (69) 3539-2245/2013.

Em observância aos princípios: isonomia, legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade e da publicidade, publicamos esse chamamento com a objetivo de convocar fornecedores para que que apresentem proposta no prazo mencionado acima.

Rio Crespo/RO, 29 de novembro de 2023.

JÉSSICA PEREIRA SOARES
Sup. de Licitações e Contratos
Port. 4620/2022

Publicado por:
Jessica Pereira Soares
Código Identificador:EFA0DBD7

DEPARTAMENTO DE PREGÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 46/2023

T E R M O D E H O M O L O G A Ç Ã O

O Prefeito Municipal de Rio Crespo – RO, no uso de suas atribuições legais, baseado nos resultados apontado pela Pregoeira e equipe de apoio, mediante o Parecer Técnico e Jurídico, **HOMOLOGA** e **ADJUDICA** o Resultado do **Pregão Eletrônico nº 46/2023** do **Processo Administrativo de Nº. 177/2023,** que tem por OBJETIVO: **Aquisição de Materiais de Higiene, Limpeza, EPI, Copa e Cozinha com a finalidade de atender as necessidades das secretarias do Município de Rio Crespo – RO, conforme Termo de Referência Anexo I do presente Edital.**

EMPRESAS VENCEDORAS:

CNPJ/EMPRESA	ITENS	VALOR ADJUDICADO
CNPJ - 46.298.926/0001-06 D A DOS REIS IMPORTACAO E EXPORTACAO	1 - 9 - 10 - 11 - 14 - 15 - 16 - 18 - 21 - 27 - 28 - 29 - 30 - 31 - 32 - 37 - 40 - 41 - 42 - 43 - 44 - 45 - 47 - 48 - 51 - 65 - 66 - 70 - 71 - 72 - 76 - 77 - 85 - 92 - 93 - 107 - 108 - 109 - 113 - 114 - 115 – 116 - 120 - 121 - 122 - 123 - 125 - 126 - 129 - 131 - 144 - 145 – 147 - 150 - 151 - 153	R$40.344,20
CNPJ - 07.481.547/0001- 03 L S DE BRITO LTDA	2 - 3 - 4 - 5 - 7 - 8 - 13 - 17 - 19 - 20 - 22 - 23 - 24 - 25 - 26 - 34 - 36 - 38 - 39 - 46 - 49 - 50 - 52 - 53 - 54 - 55 - 56 - 57 - 58 - 59 - 60 - 61 - 62 - 63 - 64 - 67 - 73 - 74 - 75 - 78 - 79 - 80 - 81 - 82 - 83 - 84 - 86 - 87 - 88 - 90 - 91 - 98 - 101 - 102 - 103 - 104 - 105 - 106 - 111 - 112 - 117 - 118 – 119 - 127 - 128 - 130 - 132 - 133 - 135 - 136 - 139 - 140 - 141 – 142 - 143 - 146 - 148 – 149.	R$320.621,65
CNPJ - 03.019.611/0001- 70 MEDICAL FARM NORTE COMERCIO LTDA	06	R$4.992,00
CNPJ - 17.221.558/0001- 08 ECOLIM LTDA	12 - 89 - 99 - 100 - 137 - 138	R$8.830,70
CNPJ - 03.716.848/0001- 00 V. VIEIRA AMARO COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO	68 - 69 - 110	R$2.240,00
CNPJ – 13.287.059/0001-54 JAMARI COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA	94 - 95 - 96 - 97 - 152	R$4.930,50
CNPJ - 37.306.014/0001-48 NORTE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA	124 - 134	R$4.857,50
Valor Total Adjudicado R$ 386.816,55		

Valor Geral de R$ 386.816,55 (Trezentos e oitenta e seis mil, oitocentos e dezesseis reais e cinquenta e cinco centavos).

Homologo e fica adjudicado o resultado proferido pela Pregoeira e equipe de apoio.

Rio Crespo – RO, 29 de novembro de 2023.

EVANDRO EPIFÂNIO DE FARIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Nunes Romão
Código Identificador:B07FF2AE

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 59/2023

Processo nº 4061/2023
Licitação: Pregão nº 111/2023

Objeto: FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FRALDA DESCARTÁVEL PARA INCONTINÊNCIA, TAMANHO GG, DA MARCA PLENITUDE PARA ATENDER DETERMINAÇÃO JUDICIAL.

VALIDADE DA ATA: 30.11.2024

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado**MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA**, Estado de Rondônia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 04.394.805/0001-18, com sede na Avenida João Pessoa, nº 4478, doravante denominado**MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o**ALDAIR JULIO PEREIRA**, brasileiro, casado, agente político, portador da Cédula de Identidade RG sob nº. 254262 SSP/RO e CPF sob nº 27199045204, residente e domiciliado em Rolim de Moura, RO, e, de outro lado:

LOPES E SOUZA SOLUçÕES INTEGRADAS LTDA, empresa de direito privado, inscrita no CNPJ 07.490.167/0001-27, situada na Rua: Francisco Oscar Mendes 1051, Bairro: Jardim das Oliveiras, no município de Vilhena – RO. Telefone para contato (69) 99214-0558, e-mail; lopesesouza.sol.integradas@gmail.com. Daqui em diante simplesmente, tendo como representante o sr(a) Josué da Silva Lopes, portador(a) do RG 1612603-SESDEC-ROdo CPF 407.534.841-53, residente no município de Vilhena – RO.

Adjudicatárias do Pregão nº 111/2023 para Registro de Preços nº 59/2023, doravante denominadas CONTRATADAS, resolvem Registrar os Preços, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO: FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FRALDA DESCARTÁVEL PARA INCONTINÊNCIA, TAMANHO GG, DA MARCA PLENITUDE PARA ATENDER DETERMINAÇÃO JUDICIAL.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 meses a partir da data de publicação da Imprensa Oficial do Município.
Os termos de compromisso de fornecimento decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência adstrita aos prazos estabelecidos nas disposições contidas no artigo 57, da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA SOLICITAÇÃO
Quando da necessidade a Secretaria interessada emitirá requisição (conforme no edital).

Sub-cláusula Primeira: Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado Central, localizado na Av. São Luís nº 4495 Bairro Centro, em dias úteis, no horário das 07h30min às 13h30min.
A empresa deverá efetuar a entrega dos materiais dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil após o recebimento da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho ou outro documento equivalente.

Sub-cláusula Segunda:a não entrega dos materiais, será motivo de aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima, desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

Os preços registrados são os seguintes:

Valor do Contrato: 7.848,00 (sete mil, oitocentos e quarenta e oito reais).

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/ Espec.
1	333213	Fralda Descartável para incontinência, tamanho GG, Marca Plenitude.	UND	1800	R$ 4,36	R$ 7.848,00	PLENITUD

Sub-cláusula Primeira: Efetuar o pagamento à empresa contratada a cada 30 dias, mediante a apresentação das requisições, notas fiscais dos produtos entregues no período e após análise e liberação do setor de controle interno.

Sub-cláusula Segunda: a Nota/Fiscal/Fatura emitida pela contratada deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº do Pregão e da Nota de Empenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento dos materiais e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

5.1. Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado Central, localizado na Av. São Luís nº 4495 Bairro Centro, em dias úteis, no horário das 07h30min às 13h30min.
5.2. A empresa deverá efetuar a entrega dos materiais dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil após o recebimento da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho ou outro documento equivalente.
5.3. A entrega dos materiais deve ser feita por pessoa designada pela empresa vencedora do certame, com capacidade para acompanhar a conferência e dirimir possíveis dúvidas no ato da entrega.
5.4. Para solução de dúvidas quanto a entrega dos itens, os interessados deverão entrar em contato com a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA), através do telefone nº (69) 3442-1091.
5.5. As quantidades solicitadas deverão ser entregues de forma integral, conforme quantidade e especificações pactuadas, observando as disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços, da Proposta da Detentora, da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, devendo também ser acondicionado adequadamente a fim de permitir completa segurança durante o transporte.
5.6. O Prazo de Vigência da presente contratação será de até 12(doze) meses, a partir de sua data e assinaturas.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS

Os preços dos produtos incluem todos e quaisquer encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, fretes, seguros, mão de obra.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
DA CONTRATADA
Compete ao CONTRATADO: Cumprir fielmente as condições, e prazos de execução estabelecidos nos itens 4 e 5, as normas relacionadas à entrega dos materiais, responsabilizando-se pela qualidade dos produtos.
Emitir recibo correspondente ao valor entregue mediante empenho.
Proceder a entrega dos materiais, devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de carga e descarga, assinalando na embalagem a marca, destino e, quando for o caso, número da Licença de Importação ou documento equivalente, com as especificações detalhadas ou documento equivalente, para conferência;

Entregar os materiais adquiridos sempre dentro dos prazos de validades legais, se houver;
Orientar os responsáveis pela entrega dos materiais, fornecendo os esclarecimentos necessários quanto a sua qualidade;
Atender prontamente as solicitações do contratante acerca da entrega solicitada e prestar os esclarecimentos que forem necessários;
Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou o CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos do CONTRATADO ou de quem em seu nome agir;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções;
Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da entrega, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas;
Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;
Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências do contratante, quando em atividade na entrega do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá; Responder pelos danos causados diretamente à Administração da Prefeitura Municipal de Rolim de Moura - RO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização/acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Rolim de Moura - RO; Comunicar à Administração da Prefeitura Municipal de Rolim de Moura – RO, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário; Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame; Os casos excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.
A Contratada obriga-se a sanar imediatamente quaisquer irregularidades ou defeitos verificados pela Contratante durante a vigência do contrato.
Comunicar à fiscalização da Contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos materiais ou a iminência de fatos que possam prejudicar o fornecimento.
A Contratada deverá encaminhar a Nota Fiscal juntamente com as autorizações de retiradas e os cupons para fins de recebimento dos respectivos valores.
A Contratada obriga-se a aceitar o acréscimo ou supressões no objeto contratual de até 25% (vinte e cinco por cento) do total contratado conforme preceitos legais.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São também responsabilidades e obrigações do CONTRATANTE:
Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, por intermédio do fiscal designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte do CONTRATADO;
Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO;
Permitir livre acesso dos funcionários do CONTRATADO aos documentos e locais relacionados à execução do objeto, observadas as normas de segurança pertinentes;
Proporcionar todas as facilidades para que o CONTRATADO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
Realizar rigorosa conferência das características dos bens entregues, pela Comissão de Recebimento designada, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem;
Rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo CONTRATADO;
Assegurar que as obrigações descritas neste instrumento somente sejam realizadas pelo CONTRATADO, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado prévia e expressamente;
Certificar-se do atendimento às exigências elaboradas para a presente contratação, condicionantes da formalização do contrato;
Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o contrato, mesmo as não transcritas no documento hábil para contratação;
Efetuar a publicação do termo contratual na forma da lei;
Efetuar o pagamento na forma convencionada neste termo e no Instrumento Convocatório.

DA ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ficam permitidas as Adesões (Carona) onde não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
Fica limitado o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS E RESCISÃO DO CONTRATO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO

O preço registrado poderá ser cancelado nos seguintes casos:

Pela CONTRATANTE, quando:
A contratada deixar de cumprir as exigências do contrato;
A contratada não atender à convocação para firmar contrato decorrente de Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
A contratada praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;
Ficar evidenciada incapacidade de cumprir as obrigações assumidas pela contratada, devidamente caracterizada em relatório de inspeção;
Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preço;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a contratada se recusar a baixá-los na forma prevista no ato convocatório e no Contrato de Compromisso de Fornecimento;
Por razões de interesse públicos, mediante despacho motivado, devidamente justificado.
Pela CONTRATADA, quando:
Mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências do Contrato de Compromisso de Fornecimento;
A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item.
Será feita por correspondência com recibo de entrega ou solicitação com recebido pela Gerência de Registro de Preços, juntando-se comprovantes dos fatos ocorridos ou evidenciados, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório e no próprio contrato, assegurada defesa prévia da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

A contratada reconhece o direito da Administração de rescindir unilateralmente o termo de compromisso de fornecimento, no caso de inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas, com base no Art. 77, da Lei Federal n° 8.666/93.

Sub-cláusula Primeira:poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à CONTRATADA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

Sub-cláusula Segunda:da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

CLÁUSULA NONA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente de eventual contratação ocorrerá por conta dos recursos consignados Ação Programática: 2.088 (aquisição de medicamento assistência farmacêutica), - elemento de despesa: 33.90.32 (material de distribuição gratuita). Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES
Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, a**CONTRATADA**Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no instrumento contratual, salvo se ensejada por motivo de força maior ou caso fortuito, a**CONTRATANTE**poderá garantir a prévia defesa, aplicar à futura**CONTRATADA,**as seguintes penalidades:

Sub-cláusula Primeira: Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a**CONTRATANTE**pelo prazo de até 05 (cinco) anos de acordo com a Lei nº 10.520/02;

Sub-cláusula Segunda: Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, do valor do contrato, limitada a 10% (dez por cento), devendo essa importância ser deduzida do valor a ser pago pela**CONTRATANTE;**

Sub-cláusula Terceira: Advertência;

Sub-cláusula quarta: As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolim de Moura - RO, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões judiciais provenientes da presente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA REGÊNCIA
As regras da presente Ata reger-se-ão pelas normas estabelecidas na Lei Federal 8.666/93 e suas posteriores alterações e da Lei 10.520/02. Justos e contratados firmam a presente ata de registro de preços, em 02 vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos necessários e legais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Rolim de Moura – RO.

Contratada:

LOPES E SOUZA SOLUçÕES INTEGRADAS LTDA, empresa de direito privado, inscrita no CNPJ 07.490.167/0001-27, situada na Rua: Francisco Oscar Mendes 1051, Bairro: Jardim das Oliveiras, no município de Vilhena – RO. Telefone para contato (69) 99214-0558, e-mail; lopesesouza.sol.integradas@gmail.com. Daqui em diante simplesmente, tendo como representante o sr(a) Josué da Silva Lopes, portador(a) do RG 1612603-SESDEC-ROdo CPF 407.534.841-53, residente no município de Vilhena – RO.

MARTA REGINA DE OLIVEIRA
Coordenadora de Registro de Preços

MARCEL LEME CRISTALDO
Secretário Municipal De Saúde

LOPES E SOUZA SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA

Publicado por:
Marta Regina de Oliveira
Código Identificador:72BFF9B8

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 60/2023

Processo nº 2345/2023
Licitação: Pregão nº 112/2023

Objeto: FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO EM FOSSA NEGRA, SERVIÇOS REALIZADOS COM VEÍCULO TIPO "AUTO FOSSA", POSSUINDO CAPACIDADE MÍNIMA DE 8.000 LITROS.

VALIDADE DA ATA: 30.11.2024

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado**MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA**, Estado de Rondônia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 04.394.805/0001-18, com sede na Avenida João Pessoa, nº 4478, doravante denominado**MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o**ALDAIR JULIO PEREIRA**, brasileiro, casado, agente político, portador da Cédula de Identidade RG sob nº. 254262 SSP/RO e CPF sob nº 27199045204, residente e domiciliado em Rolim de Moura, RO, e, de outro lado:

J. DA SILVA TRANSPORTES - ME, empresa de direito privado, inscrita no CNPJ 13.359.458/0001-83, situada na linha 65 Setor Marco Rondom, Lote 05, Gleba 19, Setor 06, no município de Rolim de Moura - RO. Telefone para contato (69) 3442-4975, e-mail; js-rm@hotmail.com. Daqui em diante simplesmente, tendo como representante o sr(a) Joaquim da Silva, portador(a) do RG 416576 SESP/ROdo CPF 458.758.902-10, residente no município de Rolim de Moura - RO.

Adjudicatárias do Pregão nº 112/2023 para Registro de Preços nº 60/2023, doravante denominadas CONTRATADAS, resolvem Registrar os Preços, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO: FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO EM FOSSA NEGRA, SERVIÇOS REALIZADOS COM VEÍCULO TIPO "AUTO FOSSA", POSSUINDO CAPACIDADE MÍNIMA DE 8.000 LITROS.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 meses a partir da data de publicação da Imprensa Oficial do Município.
Os termos de compromisso de fornecimento decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência adstrita aos prazos estabelecidos nas disposições contidas no artigo 57, da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA SOLICITAÇÃO
Quando da necessidade a Secretaria interessada emitirá requisição (conforme no edital).

Sub-cláusula Primeira: Os serviços serão prestados no município de Rolim de Moura, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido das 07:00h às 17:00h, em endereço indicado pela secretaria solicitante. O prazo para iniciar a prestação dos serviços é de até 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento da ordem de serviço e nota de empenho.

Sub-cláusula Segunda:a não entrega dos materiais, será motivo de aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima, desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

Os preços registrados são os seguintes:

Valor do Contrato: 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/ Espec.
1	333773	Empresa especializada em serviços de esgotamento em fossa negra, serviços realizados com veículo tipo "Auto Fossa", possuindo capacidade mínima de 8.000 litros.(COTA 25% EXCLUSIVA PARA ME E EPP).	SERV	100	R$ 400,00	R$ 40.000,00	SERVIÇO
2	333774	Empresa especializada em serviços de esgotamento em fossa negra, serviços realizados com veículo tipo "Auto Fossa", possuindo capacidade mínima de 8.000 litros. (COTA 75% AMPLA CONCORRENCIA).	SERV	300	R$ 400,00	R$ 120.000,00	SERVIÇO

Sub-cláusula Primeira: Efetuar o pagamento à empresa contratada a cada 30 dias, mediante a apresentação das requisições, notas fiscais dos produtos entregues no período e após análise e liberação do setor de controle interno.

Sub-cláusula Segunda: a Nota/Fiscal/Fatura emitida pela contratada deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº do Pregão e da Nota de Empenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento dos materiais e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

5.1.A prestação do serviço objeto deste Termo de Referência será solicitado parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria solicitante.
5.2. Os serviços serão prestados no município de Rolim de Moura, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido das 07:00h às 17:00h.
5.3.O prazo para iniciar a prestação dos serviços é de até 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento da ordem de serviço e nota de empenho.
5.4. As quantidades de serviço solicitadas deverão ser realizadas de acordo com as necessidades da solicitante, observando as disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços, da Proposta da Detentora, da Nota de Empenho ou outro documento equivalente.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS

Os preços dos produtos incluem todos e quaisquer encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, fretes, seguros, mão de obra.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
DA CONTRATADA
Compete ao CONTRATADO: Executar o objeto contratado na qualidade e forma exigidas no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas.
Responsabilizar-se para que não ocorra prejuízo de continuidade na prestação dos serviços;
Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento por escrito da contratante;
Atender prontamente as solicitações do contratante acerca do fornecimento contratado e prestar os esclarecimentos que forem necessários;
Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou o CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos do CONTRATADO ou de quem em seu nome agir;

Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na entrega/execução e ou instalação dos bens, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem as destruições ou danificações dos bens, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do "Termo de Recebimento Definitivo dos Bens" e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções;
Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas;
Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;
Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências do contratante, quando em atividade na execução do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
Responder pelos danos causados diretamente à Administração da Prefeitura Municipal de Rolim de Moura - RO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização/acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Rolim de Moura – RO;
Comunicar à Administração da Prefeitura Municipal de Rolim de Moura – RO, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame; Os casos excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.
Os serviços contratados deverão ser executados por profissionais especializados, em número suficiente para execução dos serviços sem interrupção do mesmo, os quais não terão nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Rolim de Moura, sendo de exclusiva responsabilidade da contratada as despesas com todos os encargos fiscais e comerciais e todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência.
Efetuar serviços especiais em feriados e finais de semana quando solicitado;

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São também responsabilidades e obrigações do CONTRATANTE:
Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, por intermédio do fiscal designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte do CONTRATADO;
Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO;
Permitir livre acesso dos funcionários do CONTRATADO aos documentos e locais relacionados à execução do objeto, observadas as normas de segurança pertinentes;
Proporcionar todas as facilidades para que o CONTRATADO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
Realizar rigorosa conferência das características dos bens entregues, pela Comissão de Recebimento designada, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem;
Rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo CONTRATADO;
Assegurar que as obrigações descritas neste instrumento somente sejam realizadas pelo CONTRATADO, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado prévia e expressamente;
Certificar-se do atendimento às exigências elaboradas para a presente contratação, condicionantes da formalização do contrato;
Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o contrato, mesmo as não transcritas no documento hábil para contratação;
Efetuar a publicação do termo contratual na forma da lei;
Efetuar o pagamento na forma convencionada neste termo e no Instrumento Convocatório.

DA ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ficam permitidas as Adesões (Carona) onde não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
Fica limitado o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS E RESCISÃO DO CONTRATO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO

O preço registrado poderá ser cancelado nos seguintes casos:

Pela CONTRATANTE, quando:
A contratada deixar de cumprir as exigências do contrato;
A contratada não atender à convocação para firmar contrato decorrente de Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
A contratada praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;
Ficar evidenciada incapacidade de cumprir as obrigações assumidas pela contratada, devidamente caracterizada em relatório de inspeção;
Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preço;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a contratada se recusar a baixá-los na forma prevista no ato convocatório e no Contrato de Compromisso de Fornecimento;
Por razões de interesse públicos, mediante despacho motivado, devidamente justificado.
Pela CONTRATADA, quando:
Mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências do Contrato de Compromisso de Fornecimento;
A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item.
Será feita por correspondência com recibo de entrega ou solicitação com recebido pela Gerência de Registro de Preços, juntando-se comprovantes dos fatos ocorridos ou evidenciados, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório e no próprio contrato, assegurada defesa prévia da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

A contratada reconhece o direito da Administração de rescindir unilateralmente o termo de compromisso de fornecimento, no caso de inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas, com base no Art. 77, da Lei Federal n° 8.666/93.

Sub-cláusula Primeira:poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à CONTRATADA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

Sub-cláusula Segunda:da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

CLÁUSULA NONA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes de eventual contratação ocorrerão por conta do elemento de despesa e Projeto Atividade:
AMEROLIM: seguinte Ação Programática: 2151, - elemento de despesa: 33.90.33 (outros serviços terceiros de pessoa jurídica).
SEMAS: Elemento de Despesa 33.90.39.00. Projeto Atividades: 2.114, 2.115, 2.119, 2.120, 2.122, 2.123, 2.124, 2.125, 2.127, 2.129, 2.130, 2.131, 2.132, 2.133, 2.135, 2.137.
SEMUSA: Elemento de despesa: 33.90.39. Projeto Atividade: 2.077 2.090 2.165 2.101 2.102 2.110 2.112 2.084 2.086.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES
Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, a**CONTRATADA**Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no instrumento contratual, salvo se ensejada por motivo de força maior ou caso fortuito, a**CONTRATANTE**poderá garantir a prévia defesa, aplicar à futura**CONTRATADA,**as seguintes penalidades:

Sub-cláusula Primeira: Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a**CONTRATANTE**pelo prazo de até 05 (cinco) anos de acordo com a Lei nº 10.520/02;

Sub-cláusula Segunda: Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, do valor do contrato, limitada a 10% (dez por cento), devendo essa importância ser deduzida do valor a ser pago pela**CONTRATANTE;**

Sub-cláusula Terceira: Advertência;

Sub-cláusula quarta: As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolim de Moura - RO, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões judiciais provenientes da presente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA REGÊNCIA
As regras da presente Ata reger-se-ão pelas normas estabelecidas na Lei Federal 8.666/93 e suas posteriores alterações e da Lei 10.520/02. Justos e contratados firmam a presente ata de registro de preços, em 02 vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos necessários e legais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Rolim de Moura – RO.

Contratada:

J. DA SILVA TRANSPORTES - ME, empresa de direito privado, inscrita no CNPJ 13.359.458/0001-83, situada na linha 65 Setor Marco Rondom, Lote 05, Gleba 19, Setor 06, no município de Rolim de Moura - RO. Telefone para contato (69) 3442-4975, e-mail; js-rm@hotmail.com. Daqui em diante simplesmente, tendo como representante o sr(a) Joaquim da Silva, portador(a) do RG 416576 SESP/ROdo CPF 458.758.902-10, residente no município de Rolim de Moura - RO.

MARTA REGINA DE OLIVEIRA
Coordenadora De Registro De Preços

MARCEL LEME CRISTALDO
Secretário Municipal De Saúde

SANDRA MIRANDA DOS SANTOS
Secretária Municipal De Assistência Social – Semas

WILLIAN ZANETTE
Presidente da Autarquia Municipal de Esportes

J. DA SILVA TRANSPORTES - ME

Publicado por:
Marta Regina de Oliveira
Código Identificador:DBC3126C

ROLIM PREVI
CONSELHO ADMINISTRATIVO - POLITICA ANUAL DE INVESTIMENTOS/2024

RESOLUÇÃO Nº. 002/2023

O CONSELHO ADMINISTRATIVO DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA – Rolim Previ, Estado de Rondônia, instituído por força da Lei Municipal nº 3.317, de 13 de junho de 2017, que estrutura o **INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA – Rolim Previ**, usando das atribuições que lhe confere por Lei e;

Considerando o objetivo de emissão de parecer acerca da apreciação da **POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS** do **INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA – Rolim Previ**;

Considerando o objetivo de atingir a meta atuarial, definida pelo Cálculo Atuarial, buscando o equilíbrio financeiro e atuarial do **INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA – Rolim Previ**;

Considerando as taxas de juros parâmetro contidas na Portaria MPS nº 3.289, de 23 de agosto de 2023, que alterou o anexo VII da Portaria MTP nº 1467, de 2 de junho de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer a Taxa de Juros Parâmetro (Meta Atuarial) em IPCA + 5,10% a.a.
Parágrafo Único: A taxa mencionada no *caput* poderá ser revista caso o Estudo Atuarial com data-base em 31/12/2023 aponte pontuação da duração dos passivos para o ano de 2024 menor do que 34, conforme Portaria MPS nº 3.289, de 23 de agosto de 2023.
Art. 2º - Aprovar a **POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS** do **INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA – Rolim Previ** para o **exercício de 2024** conforme os limites máximos da Resolução CMN 4.963/2021 constantes nessa Resolução, em razão de sua conformidade as normas ministeriais pertinentes.
Art. 3º - Estabelecer as estratégias de alocação alvo para as aplicações conforme tabela abaixo:

Renda Fixa	**Lt. Res. 4.963/21 (%)**	**Estratégia de Alocação (%)**		
		Mínimo	**Alvo**	**Máximo**
Art. 7º, I, "a" - Títulos Públicos Federais	100%	0%	50%	100%
Art. 7°, I, "b" - FI (100% TPF) - Renda Fixa		0%	30%	100%
Art. 7°, I, "c" - FI (100% TPF) - Fundos ETF		0%	0%	0%
Art. 7°, II, - Compromissadas com TPF lastreadas	5%	0%	0%	5%
Art. 7°, III, "a" - FI Renda Fixa conforme CVM	60%	0%	6%	60%
Art. 7°, III, "b" - FI Fundos ETF de Índice de RF	60%	0%	0%	60%
Art. 7°, IV - Ativos financeiros de renda fixa de instituições financeiras (Lista BACEN)	20%	0%	1%	20%
Art. 7°, V, "a" - Fundo FIDC Sênior	5%	0%	0%	5%
Art. 7°, V, "b" - Fundo Renda Fixa Crédito Privado	5%	0%	1%	5%
Art. 7°, V, "c" - Fundo Debentures Incentivadas	5%	0%	0%	0%
Renda Variável	**Lt. Res. 4.963/21 (%)**	**Estratégia de Alocação (%)**		
		Mínimo	**Alvo**	**Máximo**
Art. 8°, I, "a" - Fundo de Ações CVM	30%	0%	1%	30%
Art. 8°, I, "b" - Fundos ETF RV CVM	30%	0%	0%	30%
Investimento no Exterior	**Lt. Res. 4.963/21 (%)**	**Estratégia de Alocação (%)**		
		Mínimo	**Alvo**	**Máximo**
Art. 9º, I - Renda Fixa - Dívida Externa	10%	0%	0%	10%
Art. 9º, II - Investimento no Exterior	10%	0%	0%	10%
Art. 9º, III - Ações - BDR Nível I	10%	0%	5%	10%
Fundos Estruturados	**Lt. Res. 4.963/21 (%)**	**Estratégia de Alocação (%)**		
		Mínimo	**Alvo**	**Máximo**
Art. 10º, I, "a" - Fundos Multimercados	10%	0%	5%	10%
Art. 10º, I, "b" - Fundos em Participações	5%	0%	0%	5%
Art. 10º, I, "c" - Fundos Ações - Mercado de Acesso	5%	0%	0%	5%

Fundos Imobiliários	**Lt. Res. 4.963/21 (%)**	**Estratégia de Alocação (%)**		
		Mínimo	**Alvo**	**Máximo**
Art. 11º - Fundos Imobiliários	5%	0%	1%	5%
Empréstimos Consignados	**Lt. Res. 4.963/21 (%)**	**Estratégia de Alocação (%)**		
		Mínimo	**Alvo**	**Máximo**
Art. 12º - Empréstimos Consignados	5%	0%	0%	5%

Art. 4º - Fica o Gestor do **INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA – Rolim Previ**, responsável por encaminhar o demonstrativo da Política de Investimentos para a Secretaria de Previdência do Ministério da Previdência Social, após a publicação desta Resolução.

Art. 5° - Fica o Gestor do **INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA – Rolim Previ**, incumbido de dar publicação desta Resolução nos placares oficiais do Município.

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e revogará as disposições em contrário.

Rolim de Moura/RO, 22 de novembro de 2023.

LUIZ CARLOS LEAL
Presidente

LUCAS MESSIAS MARCOS
Vice-Presidente

JAQUELINE OLIVEIRA DOS SANTOS
Secretária

LECI DE SOUZA BRAGA DOS SANTOS
Membro-suplente

VANIZ WALBER
Membro

JAIR ANTÔNIO FERRARI
Membro

EMERSON WILLIAM DELBEN
Membro

MARIA AP. CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE
Membro

CLENI SALETE VIEIRA
Membro

JOSÉ LUIZ ALVES FELIPIN
Membro

Publicado por:
Sergio Dias de Camargo
Código Identificador:0E203775

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO Nº 2541/2023 DE 28/11/2023

Decreto nº 2541/2023 de 28/11/2023
Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por
Anulação de Dotação e dá outras providências.

O Prefeito do município de SAO FELIPE D'OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1134/2022 de 25/10/2022.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
03.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA
03.001.00.000.0000.0.000. GABINTE DA SEMAF
03.001.04.122.0009.2.006. MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

25 - 3.1.90.11.00.00	15000000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
29 - 3.1.90.94.00.00	15000000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.000,00
		TRABALHISTAS	
33 - 3.3.90.39.00.00	15000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -	7.000,00
		PESSOA JURÍDICA	
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA		
04.001.00.000.0000.0.000.	GABINETA DA SEMECE		
04.001.12.361.0004.2.020.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 5% E 25%		
54 - 3.3.90.14.00.00	15000100	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
56 - 3.3.90.36.00.00	15000100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.500,00
59 - 3.3.90.48.00.00	15000100	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	20.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE SAUDE		
05.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA DE SAUDE		
05.001.10.301.0012.2.031.	MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		15%
13 - 3.3.90.36.00.00	15000200	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS		
06.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA DE OBRAS		
06.001.26.782.0008.2.012.	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS		
98 - 3.3.90.95.00.00	15000000	INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	6.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE AGRICULTURA		
08.001.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE AGRICULTURA		
08.001.20.606.0015.2.070.	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE		
	AGRICULTURA		

116 - 3.3.90.95.00.00 15000000	INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	2.500,00
	Total Suplementação:	**64.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA		
03.001.00.000.0000.0.000.	GABINTE DA SEMAF		
03.001.04.122.0009.2.006.	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
26 - 3.1.90.13.00.00	15000000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.000,00
27 - 3.1.90.91.00.00	15000000	SENTENÇAS JUDICIAIS	12.000,00
36 - 3.3.90.91.00.00	15000000	SENTENÇAS JUDICIAIS	5.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA		
04.001.00.000.0000.0.000.	GABINETA DA SEMECE		
04.001.12.361.0004.2.020.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 5% E 25%		
52 - 3.1.90.13.00.00	15000100	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	23.500,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE SAUDE		
05.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA DE SAUDE		
05.001.10.301.0012.2.031.	MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	15%	
8 - 3.1.90.13.00.00 06.000.00.000.0000.0.000.	15000200 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 10.000,00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS		
06.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA DE OBRAS		
06.001.26.782.0008.2.012.	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS		
	PUBLICOS		
90 - 3.1.90.13.00.00 08.000.00.000.0000.0.000.	15000000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 6.000,00 SECRETARIA DE AGRICULTURA		
08.001.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE AGRICULTURA		
08.001.20.606.0015.2.070.	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA		

105 - 3.1.90.13.00.00 15000000

OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.500,00
Total Redução: 64.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

SAO FELIPE D'OESTE , Estado de Rondônia, em 28/11/2023.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:C9C69BC7

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
ANEXO 1

PODER EXECUTIVO							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A OUTUBRO 2.023/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO							
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			no Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	53.077.300,00	63.455.813,82	11.015.085,86	17,36	56.045.834,33	88,32	7.409.979,49
RECEITAS CORRENTES	53.077.300,00	58.133.285,50	9.832.488,28	16,91	50.667.231,75	87,16	7.466.053,75
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.979.768,19	3.979.768,19	658.268,76	16,54	3.481.470,95	87,48	498.297,24
Impostos	3.276.740,69	3.276.740,69	575.732,14	17,57	2.948.047,23	89,97	328.693,46
Taxas	703.027,50	703.027,50	82.536,62	11,74	533.423,72	75,88	169.603,78
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	2.284.000,00	2.284.000,00	267.291,80	11,70	1.472.700,50	64,48	811.299,50
Contribuições Sociais	2.200.000,00	2.200.000,00	267.291,80	12,15	1.472.700,50	66,94	727.299,50
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	84.000,00	84.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	4.090.000,00	4.090.000,00	641.752,75	15,69	5.556.543,63	135,86	-1.466.543,63
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	4.090.000,00	4.090.000,00	641.752,75	15,69	5.556.543,63	135,86	-1.466.543,63
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DE SERVIÇOS	84.000,00	84.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.000,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	84.000,00	84.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	42.539.531,81	47.595.517,31	8.233.087,23	17,30	39.994.594,01	84,03	7.600.923,30
Transferências da União e de suas Entidades	17.696.528,00	18.697.624,62	3.309.354,18	17,70	15.518.040,64	82,99	3.179.583,98
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	16.110.533,64	20.165.422,52	3.687.765,01	18,29	17.508.746,11	86,83	2.656.676,41
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	8.732.470,17	8.732.470,17	1.235.968,04	14,15	6.967.807,26	79,79	1.764.662,91
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100.000,00	100.000,00	32.087,74	32,09	161.922,66	161,92	-61.922,66
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	100.000,00	100.000,00	18.561,83	18,56	43.141,20	43,14	56.858,80
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	13.525,91	0,00	118.781,46	0,00	-118.781,46
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	5.322.528,32	1.182.597,58	22,22	5.378.602,58	101,05	-56.074,26
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	688.651,74	0,00	0,00	865.150,00	125,63	-176.498,26
Alienação de Bens Móveis	0,00	688.651,74	0,00	0,00	865.150,00	125,63	-176.498,26
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	4.633.876,58	1.182.597,58	25,52	4.513.452,58	97,40	120.424,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	2.457.104,00	414.000,00	16,85	2.956.680,00	120,33	-499.576,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	2.176.772,58	768.597,58	35,31	1.556.772,58	71,52	620.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.510.000,00	3.510.000,00	421.246,39	12,00	2.298.828,17	65,49	1.211.171,83
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	56.587.300,00	66.965.813,82	11.436.332,25	17,08	58.344.662,50	87,13	8.621.151,32
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	56.587.300,00	66.965.813,82	11.436.332,25	17,08	58.344.662,50	87,13	8.621.151,32
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	56.587.300,00	66.965.813,82	11.436.332,25	17,08	58.344.662,50	87,13	8.621.151,32
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	7.310.051,03	-	-	4.127.782,11	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	7.310.051,03	-	-	4.127.782,11	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O PERIODO (j)
			No Período	Até o Período (f)		No Período	Até o Período (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	53.015.275,00	71.127.239,85	7.977.247,32	50.451.635,17	20.675.604,68	10.159.830,99	43.482.101,11	27.645.138,74	42.947.774,17
DESPESAS CORRENTES	46.011.487,75	57.223.171,32	6.886.719,03	45.951.112,46	11.272.058,86	9.334.769,69	41.510.180,86	15.712.990,46	40.992.921,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.414.718,92	28.518.311,74	4.496.131,98	21.791.874,87	6.726.436,87	4.624.117,83	21.884.584,65	6.633.727,09	21.838.707,75
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.596.768,83	28.704.859,58	2.390.587,05	24.159.237,59	4.545.621,99	4.710.651,86	19.625.596,21	9.079.263,37	19.154.213,95
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	17.596.768,83	28.704.859,58	2.390.587,05	24.159.237,59	4.545.621,99	4.710.651,86	19.625.596,21	9.079.263,37	19.154.213,95
DESPESAS DE CAPITAL	1.299.137,25	8.854.988,73	1.090.528,29	4.500.522,71	4.354.466,02	825.061,30	1.971.920,25	6.883.068,48	1.954.852,47
INVESTIMENTOS	1.299.137,25	8.854.988,73	1.090.528,29	4.500.522,71	4.354.466,02	825.061,30	1.971.920,25	6.883.068,48	1.954.852,47
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.704.650,00	5.049.079,80	0,00	0,00	5.049.079,80	0,00	0,00	5.049.079,80	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	3.572.025,00	3.148.625,00	577.200,73	2.549.191,26	599.433,74	577.200,73	2.549.191,26	599.433,74	2.231.111,90
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	56.587.300,00	74.275.864,85	8.554.448,05	53.000.826,43	21.275.038,42	10.737.031,72	46.031.292,37	28.244.572,48	45.178.886,07
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESA S (XII) = (X + XI)	56.587.300,00	74.275.864,85	8.554.448,05	53.000.826,43	21.275.038,42	10.737.031,72	46.031.292,37	28.244.572,48	45.178.886,07
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	5.343.836,07	-	-	12.313.370,13	-	13.165.776,43
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	56.587.300,00	74.275.864,85	8.554.448,05	58.344.662,50	-	10.737.031,72	58.344.662,50	-	58.344.662,50

RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS, emitido em 22/nov/2023 as 19h e 41m.									

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			no Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.510.000,00	3.510.000,00	421.246,39	12,00	2.298.828,17	65,49	1.211.171,83
RECEITAS CORRENTES	3.510.000,00	3.510.000,00	421.246,39	12,00	2.298.828,17	65,49	1.211.171,83
CONTRIBUIÇÕES	3.510.000,00	3.510.000,00	421.246,39	12,00	2.298.828,17	65,49	1.211.171,83
Contribuições Sociais	3.510.000,00	3.510.000,00	421.246,39	12,00	2.298.828,17	65,49	1.211.171,83

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O PERIODO (j)
			No Período	Até o Período (f)		No Período	Até o Período (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	3.572.025,00	3.148.625,00	577.200,73	2.549.191,26	599.433,74	577.200,73	2.549.191,26	599.433,74	2.231.111,90
DESPESAS CORRENTES	3.562.025,00	3.148.625,00	577.200,73	2.549.191,26	599.433,74	577.200,73	2.549.191,26	599.433,74	2.231.111,90
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.562.025,00	3.148.625,00	577.200,73	2.549.191,26	599.433,74	577.200,73	2.549.191,26	599.433,74	2.231.111,90
DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ARMANDO BERNANDO DA SILVA	***CESAR GONÇALVES DE MATOS***	***MICHELLE DE ANDRADE***
Prefeito Municipal	Contador CRC-RO 005160/O-0	Secretária Munic. de Faz. e Planejamento

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:EE321899

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
ANEXO 2

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.023/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO
RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)
			No Periodo	Até o Periodo (b)	% (b/totalb)		No Periodo	Até o Periodo (d)	% (d/total d)	
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIA	53.015.275,00	71.127.239,85	8.135.913,55	50.610.301,40	95,20	20.516.938,45	10.159.830,99	43.482.101,11	94,46	27.645.138,74
LEGISLATIVA	2.565.000,00	2.491.645,00	396.117,16	1.736.212,64	3,27	755.432,36	345.642,78	1.592.270,14	3,46	899.374,86
Ação Legislativa	2.565.000,00	2.491.645,00	396.117,16	1.736.212,64	3,27	755.432,36	345.642,78	1.592.270,14	3,46	899.374,86
ADMINISTRAÇÃO	6.205.240,69	6.744.103,63	736.792,18	5.362.740,68	10,09	1.381.362,95	832.848,31	4.315.694,87	9,38	2.428.408,76
Administração Geral	5.456.350,69	6.028.353,63	729.996,26	4.650.830,26	8,75	1.377.523,37	740.333,32	3.874.365,49	8,42	2.153.988,14
Administração Financeira	700.000,00	700.000,00	0,00	700.000,00	1,32	0,00	90.719,07	434.418,96	0,94	265.581,04
Defesa Terrestre	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança a ao Adolescente	43.890,00	15.750,00	6.795,92	11.910,42	0,02	3.839,58	1.795,92	6.910,42	0,02	8.839,58
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.750.040,00	2.439.694,17	272.167,76	1.445.054,80	2,72	994.639,37	310.980,01	1.282.908,32	2,79	1.156.785,85
Assistência ao Idoso	9.876,00	102.159,74	13.208,62	35.713,36	0,07	66.446,38	0,00	22.504,74	0,05	79.655,00
Assistência Comunitária	1.740.164,00	2.337.534,43	258.959,14	1.409.341,44	2,65	928.192,99	310.980,01	1.260.403,58	2,74	1.077.130,85
PREVIDÊNCIA SOCIAL	8.701.000,00	8.701.000,00	474.136,63	2.411.872,78	4,54	6.289.127,22	537.927,26	2.360.170,17	5,13	6.340.829,83
Previdência do Regime Estatutário	8.701.000,00	8.701.000,00	474.136,63	2.411.872,78	4,54	6.289.127,22	537.927,26	2.360.170,17	5,13	6.340.829,83
SAÚDE	12.649.816,64	16.837.365,80	1.927.286,04	13.659.847,66	25,70	3.177.518,14	2.844.030,82	12.279.664,79	26,68	4.557.701,01
Atenção Básica	2.539.784,00	5.116.656,30	497.027,90	4.137.767,05	7,78	978.889,25	699.588,56	3.329.418,86	7,23	1.787.237,44
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	9.781.369,00	11.392.045,86	1.424.592,20	9.286.923,66	17,47	2.105.122,20	2.108.090,95	8.732.283,16	18,97	2.659.762,70
Suporte Profilático e Terapêutico	160.663,64	160.663,64	0,00	137.510,87	0,26	23.152,77	7.891,32	131.525,39	0,29	29.138,25
Vigilância Epidemiológica	168.000,00	168.000,00	5.665,94	97.646,08	0,18	70.353,92	28.459,99	86.437,38	0,19	81.562,62
EDUCAÇÃO	12.687.553,42	19.897.020,34	2.558.663,29	15.904.756,46	29,92	3.992.263,88	3.516.167,55	14.722.939,63	31,98	5.174.080,71
Alimentação e Nutrição	336.000,00	340.370,00	0,00	266.402,00	0,50	73.968,00	53.280,40	239.851,80	0,52	100.518,20
Ensino Fundamental	10.899.583,25	17.693.821,41	2.339.874,44	14.220.079,06	26,75	3.473.742,35	3.244.098,30	13.067.247,93	28,39	4.626.573,48
Educação Infantil	1.451.970,17	1.785.622,49	218.788,85	1.342.371,85	2,53	443.250,64	218.788,85	1.339.936,35	2,91	445.686,14
Infra-Estrutura Urbana	0,00	77.206,44	0,00	75.903,55	0,14	1.302,89	0,00	75.903,55	0,16	1.302,89
CULTURA	23.924,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	23.924,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	820.000,00	2.812.321,25	1.742,30	1.940.670,37	3,65	871.650,88	450.645,03	957.897,93	2,08	1.854.423,32
Infra-Estrutura Urbana	700.000,00	2.478.469,42	0,00	1.753.570,24	3,30	724.899,18	433.821,51	821.088,90	1,78	1.657.380,52
Serviços Urbanos	120.000,00	333.851,83	1.742,30	187.100,13	0,35	146.751,70	16.823,52	136.809,03	0,30	197.042,80
GESTÃO AMBIENTAL	740.000,00	740.000,00	13.697,79	571.325,67	1,07	168.674,33	90.344,07	328.220,05	0,71	411.779,95
Controle Ambiental	740.000,00	740.000,00	13.697,79	571.325,67	1,07	168.674,33	90.344,07	328.220,05	0,71	411.779,95
AGRICULTURA	2.496.000,00	3.916.323,74	442.266,21	3.253.321,77	6,12	663.001,97	549.733,16	2.247.593,55	4,88	1.668.730,19
Administração Geral	1.746.000,00	1.690.382,90	268.515,35	1.219.422,95	2,29	470.959,95	217.785,09	910.880,21	1,98	779.502,69
Extensão Rural	750.000,00	2.207.940,84	173.750,86	2.033.898,82	3,83	174.042,02	331.948,07	1.336.713,34	2,90	871.227,50
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	41.200,00	41.200,00	0,00	40.000,00	0,08	1.200,00	0,00	40.000,00	0,09	1.200,00
Turismo	41.200,00	41.200,00	0,00	40.000,00	0,08	1.200,00	0,00	40.000,00	0,09	1.200,00
TRANSPORTE	2.904.500,00	5.373.729,45	1.210.379,10	3.704.736,09	6,97	1.668.993,36	599.859,39	2.855.953,30	6,20	2.517.776,15
Administração Geral	2.093.000,00	2.394.565,82	344.665,31	2.035.438,91	3,83	359.126,91	417.100,41	2.007.558,32	4,36	387.007,50
Transporte Rodoviário	811.500,00	2.979.163,63	865.713,79	1.669.297,18	3,14	1.309.866,45	182.758,98	848.394,98	1,84	2.130.768,65
DESPORTO E LAZER	631.000,00	988.406,67	102.665,09	579.762,48	1,09	408.644,19	81.652,61	498.788,36	1,08	489.618,31
Administração Geral	631.000,00	702.000,00	79.874,31	553.851,70	1,04	148.148,30	59.363,22	473.378,97	1,03	228.621,03
Infra-Estrutura Urbana	0,00	236.406,67	22.790,78	22.790,78	0,04	213.615,89	22.289,39	22.289,39	0,05	214.117,28
Desporto Comunitário	0,00	50.000,00	0,00	3.120,00	0,01	46.880,00	0,00	3.120,00	0,01	46.880,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	800.000,00	144.429,80	0,00	0,00	0,00	144.429,80	0,00	0,00	0,00	144.429,80
Reserva de Contingência geral	800.000,00	144.429,80	0,00	0,00	0,00	144.429,80	0,00	0,00	0,00	144.429,80
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTARIA	3.572.025,00	3.148.625,00	577.200,73	2.549.191,26	4,80	599.433,74	577.200,73	2.549.191,26	5,54	599.433,74

LEGISLATIVA	35.000,00	27.500,00	4.221,23	21.863,25	0,04	5.636,75	4.221,23	21.863,25	0,05	5.636,75
Ação Legislativa	35.000,00	27.500,00	4.221,23	21.863,25	0,04	5.636,75	4.221,23	21.863,25	0,05	5.636,75
ADMINISTRAÇÃO	212.000,00	168.000,00	23.161,08	109.950,94	0,21	58.049,06	23.161,08	109.950,94	0,24	58.049,06
Administração Geral	212.000,00	168.000,00	23.161,08	109.950,94	0,21	58.049,06	23.161,08	109.950,94	0,24	58.049,06
ASSISTÊNCIA SOCIAL	130.250,00	130.250,00	20.619,55	86.313,42	0,16	43.936,58	20.619,55	86.313,42	0,19	43.936,58
Assistência Comunitária	130.250,00	130.250,00	20.619,55	86.313,42	0,16	43.936,58	20.619,55	86.313,42	0,19	43.936,58
PREVIDÊNCIA SOCIAL	9.000,00	9.000,00	572,36	2.523,84	0,00	6.476,16	572,36	2.523,84	0,01	6.476,16
Previdência do Regime Estatutário	9.000,00	9.000,00	572,36	2.523,84	0,00	6.476,16	572,36	2.523,84	0,01	6.476,16
SAÚDE	865.775,00	865.775,00	181.598,49	788.829,07	1,48	76.945,93	181.598,49	788.829,07	1,71	76.945,93
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	865.775,00	865.775,00	181.598,49	788.829,07	1,48	76.945,93	181.598,49	788.829,07	1,71	76.945,93
EDUCAÇÃO	2.072.000,00	1.748.000,00	316.220,05	1.396.442,33	2,63	351.557,67	316.220,05	1.396.442,33	3,03	351.557,67
Ensino Fundamental	1.805.000,00	1.481.000,00	273.107,70	1.201.936,78	2,26	279.063,22	273.107,70	1.201.936,78	2,61	279.063,22
Educação Infantil	267.000,00	267.000,00	43.112,35	194.505,55	0,37	72.494,45	43.112,35	194.505,55	0,42	72.494,45
AGRICULTURA	70.000,00	52.100,00	7.134,63	34.216,59	0,06	17.883,41	7.134,63	34.216,59	0,07	17.883,41
Administração Geral	70.000,00	52.100,00	7.134,63	34.216,59	0,06	17.883,41	7.134,63	34.216,59	0,07	17.883,41
TRANSPORTE	150.000,00	130.000,00	21.032,73	96.162,66	0,18	33.837,34	21.032,73	96.162,66	0,21	33.837,34
Administração Geral	150.000,00	130.000,00	21.032,73	96.162,66	0,18	33.837,34	21.032,73	96.162,66	0,21	33.837,34
DESPORTO E LAZER	18.000,00	18.000,00	2.640,61	12.889,16	0,02	5.110,84	2.640,61	12.889,16	0,03	5.110,84
Administração Geral	18.000,00	18.000,00	2.640,61	12.889,16	0,02	5.110,84	2.640,61	12.889,16	0,03	5.110,84
ENCARGOS ESPECIAIS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	56.587.300,00	74.275.864,85	8.713.114,28	53.159.492,66	100,00	21.116.372,19	10.737.031,72	46.031.292,37	100,00	28.244.572,48
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS, emitido em 22/nov/2023 as 19h e 42m.										

ARMANDO BERNANDO DA SILVA	***CESAR GONÇALVES DE MATOS***
Prefeito Municipal	Contador CRC-RO 005160/O-0
MICHELLE DE ANDRADE	
Secretária Munic. de Faz. e Planejamento	

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:E823EA04

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
ANEXO 4

PODER EXECUTIVO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A OUTUBRO 2.023/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO		
RREO – Anexo 4 (LRF, art 53, inciso II)	R$ 1,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS EM CAPITALIZAÇÃO) até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	8.710.000,00	7.129.170,14
Receita de Contribuições dos Segurados	2.200.000,00	1.472.700,50
Ativo	2.200.000,00	1.472.700,50
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	3.510.000,00	2.298.828,17
Ativo	3.510.000,00	2.298.828,17
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	3.000.000,00	3.249.157,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	3.000.000,00	3.249.157,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	108.484,47
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	108.484,47
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	8.710.000,00	7.129.170,14

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)
Benefícios	2.795.000,00	2.089.322,48	2.089.322,48	2.089.322,48	0,00
Aposentadorias	2.600.000,00	1.930.063,34	1.930.063,34	1.930.063,34	0,00
Pensões por Morte	195.000,00	159.259,14	159.259,14	159.259,14	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	181.000,00	107.024,39	107.024,39	106.214,81	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	181.000,00	107.024,39	107.024,39	106.214,81	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	2.976.000,00	2.196.346,87	2.196.346,87	2.195.537,29	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	5.734.000,00	4.932.823,27	4.932.823,27	4.933.632,85	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
VALOR	0,00				
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
VALOR	4.904.650,00				

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal	0,00
Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores	0,00
Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	147.920,75
Investimentos e Aplicações	37.246.663,87
Outros Bens e Direitos	0,00

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO	
	ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO - RPPS (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS -RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS				
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00				
Recursos para Formação de Reserva	0,00				
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	SALDO ATUAL				
Caixa e Equivalentes de Caixa	147.920,75				
Investimentos e Aplicações	0,00				
Outros Bens e Direitos	0,00				

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)			RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)	
RECEITAS CORRENTES	0,00			0,00	
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00			0,00	
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL				
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00				
Investimentos e Aplicações	0,00				
Outros Bens e Direitos	0,00				

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)			RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)	
Contribuições dos Servidores	0,00			0,00	
Demais Receitas Previdenciárias	0,00			0,00	
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00			0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	0,00	0,00	0,00	0,00	

ARMANDO BERNANDO DA SILVA	***CESAR GONÇALVES DE MATOS***	***MICHELLE DE ANDRADE***
Prefeito Municipal	Contador CRC-RO 005160/O-0	Secretária Munic. de Faz. e Planejamento

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:436BD4B6

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
ANEXO 6

PODER EXECUTIVO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A OUTUBRO 2.023/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO		
RREO – Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)	Em reais	
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2023 RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	52.933.285,50	45.836.889,78
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.979.768,19	3.481.470,95
IPTU	417.900,00	406.698,03
ISS	1.033.611,33	1.155.669,72
ITBI	725.229,36	524.512,31
IRRF	1.100.000,00	861.167,17
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	703.027,50	533.423,72
Contribuições	84.000,00	0,00
Receita Patrimonial	1.090.000,00	2.307.386,63
Aplicações Financeiras (II)	1.090.000,00	2.307.386,63
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	47.595.517,31	39.994.594,01
Cota-Parte do FPM	12.600.000,00	8.998.239,41
Cota-Parte do ICMS	14.400.000,00	11.639.332,41
Cota-Parte do IPVA	1.440.000,00	1.326.185,05
Cota-Parte do ITR	16.000,00	37.636,70
Transferências da LC 61/1989	16.000,00	45.689,55
Transferências do FUNDEB	8.658.970,17	6.970.794,82
Outras Transferências Correntes	10.464.547,14	10.976.716,07
Demais Receitas Correntes	184.000,00	53.438,19
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	184.000,00	53.438,19
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	51.843.285,50	43.529.503,15
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	5.710.000,00	3.880.013,14
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	3.000.000,00	3.249.157,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	5.322.528,32	5.378.602,58
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	688.651,74	865.150,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	688.651,74	865.150,00
Transferências de Capital	4.633.876,58	4.513.452,58
Convênios	3.872.876,58	2.819.772,58
Outras Transferências de Capital	761.000,00	1.693.680,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	5.322.528,32	5.378.602,58
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	62.875.813,82	52.788.118,87
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	57.165.813,82	48.908.105,73

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2023					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	56.586.446,32	46.085.907,10	41.696.678,11	40.862.149,17	132.133,81	1.869.260,33	1.866.009,50
Pessoal e Encargos Sociais	28.680.936,74	22.144.719,26	22.237.429,04	21.874.282,36	24.062,72	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES	27.905.509,58	23.941.187,84	19.459.249,07	18.987.866,81	108.071,09	1.869.260,33	1.866.009,50
(EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX) DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM	56.586.446,32	46.085.907,10	41.696.678,11	40.862.149,17	132.133,81	1.869.260,33	1.866.009,50
FONTES RPPS) (XXI) DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES	3.785.350,00	2.414.396,62	2.362.694,01	2.361.884,43	0,00	4.660,81	4.660,81
(COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	8.834.988,73	4.500.522,71	1.971.920,25	1.954.852,47	11.840,00	6.622.785,11	6.473.913,89
Investimentos	8.834.988,73	4.500.522,71	1.971.920,25	1.954.852,47	11.840,00	6.622.785,11	6.473.913,89
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	8.834.988,73	4.500.522,71	1.971.920,25	1.954.852,47	11.840,00	6.622.785,11	6.473.913,89
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	5.049.079,80	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	74.275.864,85	53.000.826,43	46.031.292,37	45.178.886,07	143.973,81	8.496.706,25	8.344.584,20
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	70.470.514,85	50.586.429,81	43.668.598,36	42.817.001,64	143.973,81	8.492.045,44	8.339.923,39
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							-879.325,21
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							-2.392.793,11
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO							VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência							10.000,00
JUROS NOMINAIS							Até o Bimestre / 2023
							VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)							2.307.386,63
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)							0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)							-85.406,48

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2022 (a)	Até o Bimestre (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	61.347,98	28.618,22
DEDUÇÕES (XL)	27.287.432,37	27.193.877,65
Disponibilidade de Caixa	27.245.573,70	27.152.018,98
Disponibilidade de Caixa Bruta	27.403.327,73	27.816.979,92
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	148.293,33	156.441,57
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	9.460,70	508.519,37
Demais Haveres Financeiros	41.858,67	41.858,67
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-27.226.084,39	-27.165.259,43
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		-60.824,96
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	149.000,00	

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre / 2023
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	8.148,24
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX)]	-52.676,72
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	-2.360.063,35
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.310.051,03
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	7.310.051,03
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS, emitido em 22/nov/2023 as 19h e 55m.	

ARMANDO BERNANDO DA SILVA	***CESAR GONÇALVES DE MATOS***	***MICHELLE DE ANDRADE***
Prefeito Municipal	Contador CRC-RO 005160/O-0	Secretária Munic. de Faz. e Planejamento

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:728E3383

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
ANEXO 8

PODER EXECUTIVO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A OUTUBRO 2.023/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO		
RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$ 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS
		Até o Período (b)
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	3.276.740,69	2.948.047,23
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	417.900,00	406.698,03
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	725.229,36	524.512,31
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.033.611,33	1.155.669,72
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.100.000,00	861.167,17
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	36.040.000,00	28.294.128,06
2.1- Cota-Parte FPM	16.200.000,00	11.983.073,62
2.1.1- Parcela Referente à CF. art. 159, I, alínea b	15.000.000,00	11.240.494,09
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.200.000,00	742.579,53
2.2- Cota-Parte ICMS	18.000.000,00	14.549.165,29
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	20.000,00	57.111,95

2.4- Cota-Parte ITR	20.000,00	47.045,74
2.5- Cota-Parte IPVA	1.800.000,00	1.657.731,46
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	39.316.740,69	31.242.175,29
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - EQUIVALENTE A 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	6.968.000,00	5.510.309,71
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6) + (2.7))	2.861.185,17	2.300.234,12

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	8.698.970,17	7.008.908,99
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	8.698.970,17	6.945.506,88
6.1.1- Principal	8.658.970,17	6.907.392,71
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	40.000,00	38.114,17
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	63.402,11
6.4.1- Principal	0,00	63.402,11
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	1.690.970,17	1.397.083,00
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	7.008.908,99	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	8.698.970,17	6.719.001,32	6.719.001,32	6.593.316,51	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	8.649.048,92	6.689.264,25	6.689.264,25	6.563.579,44	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	1.718.970,17	1.301.470,86	1.301.470,86	1.277.969,25	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	6.930.078,75	5.387.793,39	5.387.793,39	5.285.610,19	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	49.921,25	29.737,07	29.737,07	29.737,07	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	49.921,25	29.737,07	29.737,07	29.737,07	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	6.719.001,32	6.719.001,32	6.593.316,51	0,00	0,00	0,00
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	6.691.488,43	6.691.488,43	6.565.803,62	0,00	0,00	0,00
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	27.512,89	27.512,89	27.512,89	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	6.661.751,36	6.661.751,36	6.536.066,55	0,00	0,00	0,00
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.861.854,82	6.661.751,36	6.661.751,36	95,91
16- PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	700.890,90	289.907,67	289.907,67	0,00	4,14

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	777.161,64	0,00	0,00	0,00		0,00
19.1- Total das Despesas custeadadsa com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	777.161,64	0,00	0,00	0,00		0,00
19.2- Total das Despesas Custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	7.192.288,94	5.887.963,50	5.459.324,14	5.253.834,67	428.639,36
20.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.2- Ensino Fundamental	7.192.288,94	5.887.963,50	5.459.324,14	5.253.834,67	428.639,36
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	15.891.259,11	12.606.964,82	12.178.325,46	11.847.151,18	428.639,36
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.718.970,17	1.301.470,86	1.301.470,86	1.277.969,25	0,00
21.1.1- Creche	1.718.970,17	1.301.470,86	1.301.470,86	1.277.969,25	0,00
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	14.172.288,94	11.305.493,96	10.876.854,60	10.569.181,93	428.639,36

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL			VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)			5.459.324,14
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)			5.510.309,71
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)			0,00
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19.1(x)			0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS			0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS			22.034,77
AO ENSINO = (L30.1 (af) + L30.2(af))			
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)			10.947.599,08
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	7.810.543,82	10.947.599,08	35,04

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	165.440,24	142.868,94	143.085,47	22.034,77	320,00
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	165.440,24	142.868,94	143.085,47	22.034,77	320,00
30.2- Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3- Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	4.592.466,10	5.384.907,75
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	409.500,00	705.113,76
31.1.1- Salário-Educação	161.500,00	151.486,02
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	168.000,00	132.167,20
31.1.4 - PNATE	80.000,00	87.281,56
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	334.178,98
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.182.966,10	4.679.793,99
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	5.753.761,23	4.694.233,97	3.941.056,50	3.926.565,96	753.177,47
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	333.652,32	235.406,54	232.971,04	232.971,04	2.435,50
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	5.002.532,47	4.116.521,88	3.392.330,11	3.377.839,57	724.191,77
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

32.8- OUTRAS	417.576,44	342.305,55	315.755,35	315.755,35	26.550,20
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	21.645.020,34	17.301.198,79	16.119.381,96	15.773.717,14	1.181.816,83
33.1- Despesas Correntes	20.765.124,14	16.900.200,94	15.723.085,32	15.377.420,50	1.177.115,62
33.1.1- Pessoal Ativo	12.345.048,92	9.430.151,07	9.430.151,07	9.256.836,68	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	8.420.075,22	7.470.049,87	6.292.934,25	6.120.583,82	1.177.115,62
33.2- Despesas de Capital	879.896,20	400.997,85	396.296,64	396.296,64	4.701,21
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas Correntes	879.896,20	400.997,85	396.296,64	396.296,64	4.701,21

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	VALOR	
	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	-1.350,88	16.907,56
35- (+)INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O PERÍODO (orçamentário)	7.008.908,99	151.486,02
36- (-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O PERÍODO (orçamentário e restos a pagar)	6.593.316,51	53.937,18
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	414.241,60	114.456,40
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	414.241,60	114.456,40
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS, emitido em	28/nov/2023 as 09h e 09m.	
1. Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.		
2. Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.		
3. Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional." utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional.		
4. Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.		
5. Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.		
6. As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.		
7. Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.		
8. Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.		
9.Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).		
10. Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.		

ARMANDO BERNANDO DA SILVA	*CESAR GONÇALVES DE MATOS*	*MICHELLE DE ANDRADE*
Prefeito Municipal	Contador CRC-RO 005160/O-0	Secretária Munic. de Faz. e Planejamento

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:8C4C728A

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
ANEXO 12

PODER EXECUTIVO				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A OUTUBRO 2.023/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO				
RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35)			R$ 1,00	
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	3.276.740,69	3.276.740,69	2.948.047,23	89,97
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	417.900,00	417.900,00	406.698,03	97,32
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	725.229,36	725.229,36	524.512,31	72,32
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.033.611,33	1.033.611,33	1.155.669,72	111,81
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.100.000,00	1.100.000,00	861.167,17	78,29
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	34.840.000,00	34.840.000,00	27.551.548,53	79,08
Cota-Parte FPM	15.000.000,00	15.000.000,00	11.240.494,09	74,94
Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	47.045,74	235,23
Cota-Parte IPVA	1.800.000,00	1.800.000,00	1.657.731,46	92,10
Cota-Parte ICMS	18.000.000,00	18.000.000,00	14.549.165,29	80,83
Cota-Parte IPI-Exportação	20.000,00	20.000,00	57.111,95	285,56
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	38.116.740,69	38.116.740,69	30.499.595,76	80,02

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) *100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) *100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) *100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	9.792.144,00	10.192.144,00	8.580.656,07	84,19	8.188.174,59	80,34	8.045.895,30	78,94
Despesas Correntes	9.782.144,00	10.182.144,00	8.580.656,07	84,27	8.188.174,59	80,42	8.045.895,30	79,02
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	18.000,00	18.000,00	15.679,75	87,11	11.861,25	65,90	11.861,25	65,90

Despesas Correntes	18.000,00	18.000,00	15.679,75	87,11	11.861,25	65,90	11.861,25	65,90
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	9.810.144,00	10.210.144,00	8.596.335,82	84.19	8.200.035,84	80,31	8.057.756,55	78,92

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS (XII) = (XI)	8.596.335,82	8.200.035,84	8.057.756,55
(-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM ASPS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	8.596.335,82	8.200.035,84	8.057.756,55
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XVII) = (III) X 15% (LC 141/2012)		4.574.939,36	
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XVII) = (III) X % (LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)		0,00	
DIFERENÇA ENTRE O VALOR APLICADO E A DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA (XVIII) = (XVI (D OU E) - XVII)[1]	4.021.396,46	3.625.096,48	3.482.817,19
LIMITE NÃO CUMPRIDO (XIX) = (XVIII) (QUANDO VALOR FOR INFERIOR A ZERO)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (MÍNIMO DE 15% CONFORME LC N° 141/2012 OU % DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)	28,19	26,89	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (Não Aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença De Limite Não Cumprido Em 2023					0,00
Diferença De Limite Não Cumprido Em 2022					
Diferença De Limite Não Cumprido Em Exercícios Anteriores					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) =(n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscrito indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (q) = (XIVd)	Valor Inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = 0	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre valor aplicado e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2023	4.574.939,36	8.596.335,82	4.021.396,46	538.579,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.021.396,46
Empenhos de 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2019 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII)										

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo Final (não aplicado)1 (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	-	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	-	0,00	0,00	0,00	-

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	3.705.447,64	5.291.402,57	5.151.578,99	97,36
Proveniente da União	3.648.014,00	4.473.871,15	4.364.417,73	97,55
Proveniente dos Estados	57.433,64	817.531,42	787.161,26	96,29
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	58.425,00	58.425,00	128.814,53	220,48

TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	3.763.872,64	5.349.827,57	5.280.393,52	98,70

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) *100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) *100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) *100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.539.784,00	5.116.656,30	4.137.767,05	80,87	3.329.418,86	65,07	3.161.593,22	61,79
Despesas Correntes	2.539.784,00	4.476.545,41	3.756.446,26	83,91	3.000.006,79	67,02	2.836.687,93	63,37
Despesas de Capital	0,00	640.110,89	381.320,79	59,57	329.412,07	51,46	324.905,29	50,76
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	855.000,00	1.739.819,71	1.170.789,60	67,29	1.008.630,58	57,97	974.696,30	56,02
Despesas Correntes	855.000,00	1.290.918,48	928.840,07	71,95	796.871,85	61,73	762.937,57	59,10
Despesas de Capital	0,00	448.901,23	241.949,53	53,90	211.758,73	47,17	211.758,73	47,17
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	142.663,64	142.663,64	121.831,12	85,40	119.664,14	83,88	119.664,14	83,88
Despesas Correntes	142.663,64	142.663,64	121.831,12	85,40	119.664,14	83,88	119.664,14	83,88
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	168.000,00	168.000,00	97.646,08	58,12	86.437,38	51,45	85.958,94	51,17
Despesas Correntes	168.000,00	168.000,00	97.646,08	58,12	86.437,38	51,45	85.958,94	51,17
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	3.705.447,64	7.167.139,65	5.528.033,85	77,13	4.544.150,96	63,40	4.341.912,60	60,58

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) *100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) *100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) *100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	2.539.784,00	5.116.656,30	4.137.767,05	80,87	3.329.418,86	65,07	3.161.593,22	61,79
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	10.647.144,00	12.257.820,86	10.075.752,73	82,20	9.521.112,23	77,67	9.344.898,66	76,24
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	160.663,64	160.663,64	137.510,87	85,59	131.525,39	81,86	131.525,39	81,86
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	168.000,00	168.000,00	97.646,08	58,12	86.437,38	51,45	85.958,94	51,17
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	13.515.591,64	17.377.283,65	14.124.369,67	81,28	12.744.186,80	73,34	12.399.669,15	71,36

[1]Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[2]Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS, emitido em 22/nov/2023 as 19h e 57m.

ARMANDO BERNANDO DA SILVA	***CESAR GONÇALVES DE MATOS***	***MICHELLE DE ANDRADE***
Prefeito Municipal	Contador CRC-RO 005160/O-0	Secretária Munic. de Faz. e Planejamento

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:86CD78B7

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
ANEXO 13

PODER EXECUTIVO												
DEMOSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS												
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
5º Bimestre de 2023												
RREO – Anexo XIII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)												R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR						SALDO FINAL Até o Bimestre					
DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS, emitido em 22/nov/2023 as 19h e 58m.												
Nota:												

ARMANDO BERNANDO DA SILVA	***CESAR GONÇALVES DE MATOS***	***MICHELLE DE ANDRADE***
Prefeito Municipal	Contador CRC-RO 005160/O-0	Secretária Munic. de Faz. e Planejamento

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:ACFBC703

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
ANEXO 14

PODER EXECUTIVO	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A OUTUBRO 2.023/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO	
LRF, Art. 48 - Anexo XIV	R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até Período
RECEITAS	
Previsão Inicial	56.587.300,00
Previsão Atualizada	66.965.813,82
Receitas Realizadas	58.344.662,50
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	4.127.782,11
DESPESAS	
Dotação Inicial	56.587.300,00
Dotação Atualizada	74.275.864,85
Despesas Empenhadas	53.000.826,43
Despesas Liquidadas	46.031.292,37
Despesas Pagas	45.178.886,07
Superávit Orçamentário	12.313.370,13
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até Período
Despesas Empenhadas	53.159.492,66
Despesas Liquidadas	46.031.292,37
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até Período
Receita Corrente Líquida	54.933.689,49
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	54.808.371,49
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	53.589.219,49
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até Período
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	7.129.170,14
Despesas Previdenciárias Empenhadas	2.196.346,87
Despesas Previdenciárias Liquidadas	2.196.346,87
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	4.932.823,27
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado até o Período (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	10.000,00	-2.392.793,11	-23.927,93
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	149.000,00	-60.824,96	-40,82

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrito	Cancelado Até o Período	Pagamento Até o Período	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	135.093,54	0,00	130.774,02	4.319,52
Poder Legislativo	13.199,79	0,00	13.199,79	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	16.163.587,65	266.482,89	8.344.584,20	7.552.520,56
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Porder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	16.311.880,98	266.482,89	8.488.558,01	7.556.840,08

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até Período	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar Exerc.	% Aplicado Até o Período
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	10.991.668,62	<18% / 25%>	35,18
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	6.661.751,36	70%	95,91
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50%	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até Período	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	4.500.522,71	4.354.466,02

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	10.197.311,64	12.511.435,80	12.812.188,85	2.659.222,10
Despesas Previdenciárias	6.500.786,73	17.985.777,98	26.535.657,61	19.686.974,24
Resultado Previdenciário	3.696.524,91	-5.474.342,18	-13.723.468,76	-17.027.752,14
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	Valor Apurado Até Período	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos	925.331,57	-236.679,83
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Período	Limites Constitucionais Anuais

		% Mínimo a Aplicar Exerc.	% Aplicado até o Período
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	8.200.035,84	15,00	26,89
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS, emitido em 22/nov/2023 as 20h e 03m.			

ARMANDO BERNANDO DA SILVA	***CESAR GONÇALVES DE MATOS***
Prefeito Municipal	Contador CRC-RO 005160/O-0
MICHELLE DE ANDRADE	
Secretária Munic. de Faz. e Planejamento	

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:4A822CF8

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
LEI Nº 1.901/2023

LEI Nº 1.901/2023

Em, 28 de novembro de 2023.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.799/2023, QUE CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL DE INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROJETO DE LEI Nº 136 /2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS – RO, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas no Inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal c/c inciso IX, do Art. 123 da Lei Orgânica do Município de Seringueiras, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e Ele **SANCIONA** a seguinte:

L E I:

Art. 1º - O Anexo – I da Lei Municipal nº 1.799/2023, **passa vigorar** da seguinte forma:

ANEXO – I

CARGOS PÚBLICOS TEMPORÁRIOS

CARGOS	FORMAÇÃO EXIGIDA	QUANTIDADE		CH	SAL.BASE
		Imediata	Total		
Nutricionista-+.	Ensino Superior e registro no Conselho competente	2	2	40	2.551,95
Técnico em Enfermagem com Curso de APH	Ensino Médio Técnico e registro no Conselho competente	5	5	40	1.302,00
Motorista de Ambulância com Curso de Socorrista	Carteira de Habilitação: Categoria D, com no mínimo 12 meses de habilitação; • Certificado do Curso para Capacitação de Condutores de Veículos de Emergência. (Art. 145 – CTB. Resolução do CONTRAN N° 168/2004.); • Certificado dos Cursos de BLS (Basic Life Suport) / Suporte Básico de Vida de, no mínimo, 8 horas.	5	5	40	1.302,00
Cozinheira	**Ensino Fundamental**	**6**	**6**	**40**	**1.302,00**
Cuidador	Ensino Médio	4	4	40	1.302,00

ANEXO – I DA LEI Nº 1.799/2023

CARGOS PÚBLICOS TEMPORÁRIOS

CARGOS	FORMAÇÃO EXIGIDA	QUANTIDADE		CH	SAL.BASE
		Imediata	Total		
Nutricionista-+.	Ensino Superior e registro no Conselho competente	2	2	40	2.551,95
Técnico em Enfermagem com Curso de APH	Ensino Médio Técnico e registro no Conselho competente	5	5	40	1.302,00
Motorista de Ambulância com Curso de Socorrista	Carteira de Habilitação: Categoria D, com no mínimo 12 meses de habilitação; • Certificado do Curso para Capacitação de Condutores de Veículos de Emergência. (Art. 145 – CTB. Resolução do CONTRAN N° 168/2004.); • Certificado dos Cursos de BLS (Basic Life Suport) / Suporte Básico de Vida de, no mínimo, 8 horas.	5	5	40	1.302,00
Cozinheira	Ensino Fundamental	3	3	40	1.302,00
Cuidador	Ensino Médio	4	4	40	1.302,00

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Anexo – I da Lei Municipal nº 1.799/2023.

Seringueiras – RO, 28 de novembro de 2023.

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:FD89F9A1

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1227/GAB/2023 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Dispõe sobre adequação do PPA e LDO e Dispõe sobre adequação do PPA e LDO e Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar por anulação e suplementação, no valor de R$1.190.203,91 (um milhão, cento e noventa mil, duzentos e três reais e novena e um centavo)".

O **Prefeito do Município de Teixeirópolis,** Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Teixeirópolis, Estado de Rondônia aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei.
L E I:

Art. 1º - Fica o Chefe do poder Executivo Municipal autorizado a abrir credito suplementar no **PPA, LDO e LOA** por anulação de dotação orçamentaria do Poder Executivo, no valor de **R$ 1.190.203,91 (um milhão, cento e noventa mil, duzentos e três reais e novena e um centavos),** nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964**,** conforme classificação funcional programática e valores constantes abaixo:

02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

02.01 GABINETE DO PREFEITO			
02.01.04.122.0003.2004 Apoio a Organizações			**R$6.514,64**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
3.3.90.39	17- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	6.514,64	0.1.500.0000
SUB TOTAL			**R$6.614,64**
02.01.04.122.0004.2005 Operac. das Ativ. Administrativas - Gabinete			**R$37.698,32**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
3.3.90.30	19- Material de Consumo	12.247,86	0.1.500.0000
3.3.90.33	20- Passagens e Despesas com Locomoção	8.832,96	0.1.500.0000
4.4.90.52	22- Equipamento e Material Permanente	16.617,40	0.1.500.0000
SUB TOTAL			**R$37.698,32**
02.01.04.125.0003.2003 Apoio ao Des. Da Gestão Publica Comunic. e Divul.			**R$15.312,92**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
3.3.90.30	24- Material de Consumo	6.800,00	0.1.500.0000
3.3.90.33	25- Passagens e Despesas com Locomoção	8.391,48	0.1.500.0000
3.3.90.39	26- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	121,44	0.1.500.0000
SUB TOTAL			**R$15.312,92**
TOTAL			**R$69.525,78**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

02.02 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E ESPORTE			
02.02.04.122.0004.2006 Operacionalização das Atividades - Semplafe			**R$7.046,19**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
4.4.90.52	32- Equipamento e Material Permanente	7.046,19	0.1.500.0000
SUB TOTAL			**R$7.046,19**
02.02.04.129.0006.2029 Apoio ao prog. Gestão Fiscal e Adm. financeira			**R$6.000,00**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
3.3.90.30	38- Material de Consumo	6.000,00	0.1.500.0000
SUB TOTAL			**R$6.000,00**
02.02.27.812.0007.2032 Apoio as Atividades Desportivas e Festivas			**R$56.212,09**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
3.3.90.30	41- Material de Consumo	28.676,28	0.1.500.0000
3.3.90.32	43- Material, Bem Ou Serv. Para Distr Gratuita	27.535,81	0.1.500.0000
SUB TOTAL			**R$56.212,09**
02.02.27.812.0007.2092 Apoio as Atividades Desportivas			**R$19.221,20**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
3.3.90.30	45- Material de Consumo	16.940,00	0.1.500.0000
3.3.90.31	46- Premiações Culturais, Art., Cientificas	1600,00	0.1.500.0000
3.3.90.39	47- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	637,20	0.1.500.0000
SUB TOTAL			**R$19.221,20**
02.02.28.845.0000.0003 Devolução de Saldo de Convenio			**R$25.000,00**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
3.3.90.93	48- Indenizações e Restituições	25.000,00	0.1.500.0000
SUB TOTAL			**R$25.000,00**
02.02.28.846.0000.0002 Pagamentos de Sentenças Judiciais e RPV			**R$37.381,79**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
3.1.90.91	50- Sentenças Judiciais	37.381,79	0.1.500.0000
SUB TOTAL			**R$37.381,79**
02.02 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E ESPORTE			
99.9999.0004.9999 – Reserva de Contingencia			**R$75.138,73**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
9.9.99.99	52- Reserva de Contingencia	75.138,73	0.1.500.0000
SUB TOTAL			**R$75.138,73**
TOTAL			**R$225.000,00**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

02.04 EDUCAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO , CULTURA E TURISMO			
02.04.12.361.0010.2035 Operac das Atividades Ensino Fundamental – 25%			**R$10.000,00**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
3.3.90.30	67- Material de Consumo	10.000,00	0.1.500.1001
SUB TOTAL			**R$10.000,00**
02.04.12.367.0010.2085 Oper das Atividades da Educação Especial			**R$23.701,37**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
3.3.90.39	97- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	2.101,29	0.1.500.1001
4.4.90.51	98- Obras e Instalações	8.911,96	0.1.500.1001

4.4.90.52	99- Equipamento e Material Permanente	12.688,12	0.1.500.1001
SUB TOTAL			**R$23.701,37**
02.04.13.392.0007.2091 Atividades Culturais			**R$26.260,70**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
3.3.90.32	110- Material Bem, Serviço para Distr. Gratuita	1.700,00	0.1.500.0000
3.3.90.39	111- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	24.560,70	0.1.500.0000
SUB TOTAL			**R$26.260,70**
02.04.12.361.0005.2015 Admin. Folha de Pagamento Pessoal Fundeb 30%			**R$195.869,76**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
3.1.90.11	61- Vencimentos e Vantagens Fixas	100.055,74	0.1.540.0000
3.1.90.13	62- Obrigações Patronais	59.308,15	0.1.540.0000
3.1.90.94	63- Indenizações e Restituições Trabalhistas	36.505,87	0.1.540.0000
SUB TOTAL			**R$195.869,76**
02.04.12.361.0010.2037 Op. Das Ativ. Do Ensino Fundamental Fundeb 30%			**R$228.713,46**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
3.3.90.30	71- Material de Consumo	86.580,23	0.1.540.0000
3.3.90.30	72- Material de Consumo	10.564,25	0.1.540.0000
3.3.90.39	73- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	63.122,60	0.1.540.0000
4.4.90.51	74- Obras e Instalações	37.223,19	0.1.540.0000
4.4.90.52	75- Equipamento e Material Permanente	37.223,19	0.1.540.0000
SUB TOTAL			**R$228.713,46**
02.04.12.365.0010.2038 Op. Das Ativ. Do Ensino Infantil Fundeb 30%-Creche			**R$191.605,09**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
3.3.90.30	89- Material de Consumo	20.858,36	0.1.540.0000
3.3.90.39	90- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	31.586,91	0.1.540.0000
4.4.90.51	91- Obras e Instalações	139.159,82	0.1.540.0000
SUB TOTAL			**R$191.605,09**
TOTAL			**R$676.151,01**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

02.06 ASSISTENCIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E TRABALHO			
02.06.02.08.122.0004.2010 Operacionalização das Atividades			**R$51.294,85**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
4.4.90.52	202- Equipamento e Material Permanente	51.294,85	0.1.500.0000
SUB TOTAL			**R$51.294,85**
02.06.02.08.122.0005.2024 Admin. Da folha de Pagamento de Pessoal			**R$65.000,00**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
3.1.90.11	208- Vencimentos e Vantagens Fixas	65.000,00	0.1.500.0000
SUB TOTAL			**R$65.000,00**
02.06.01.08.122.0004.2068 Operac. das Atividades. Administrativas - CMAS			**R$17.703,01**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
3.3.90.14	167- Diarias – Civil	3.537,00	0.1.500.0000
3.3.90.30	168- Material de Consumo	4.412,24	0.1.500.0000
3.3.90.33	169- Passagens e Despesas com Locomoção	99,01	0.1.500.0000
4.4.90.52	170- Equipamento e Material Permanente	9.654,76	0.1.500.0000
SUB TOTAL			**R$17.703,01**
TOTAL			**R$111.294,85**
02.06.01.08.244.0012.2058 Atendimento Geral Comunidade			**R$18.054,91**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
3.3.90.32	178- Material Bem, Serviço para Distr Gratuita	3.537,00	0.1.500.0000
SUB TOTAL			**R$18.054,91**
TOTAL			**R$152.052,77**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

02.09 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE			
02.09.15.451.0013.2048 Melhoria na Infr. e dos Serv. Públicos			**R$67.474,35**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
3.3.90.39	231- Outros Serviços de Terc. Pessoa Jurídica	54.214,78	0.1.500.0000
4.4.90.51	232- Obras e Instalações	13.259,57	0.1.500.0000
SUB TOTAL			**R$67.474,35**
TOTAL			**R$67.474,35**
TOTAL GERAL			**R$1.190.203,91**

Art. 2º - Fica o Chefe do poder executivo Municipal autorizado a suplementação do credito no **PPA, LDO e LOA**, no valor de **R$1.190.203,91 (um milhão, cento e noventa mil, duzentos e três reais e novena e um centavos),** nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964**,** conforme classificação funcional programática e valores constantes abaixo:

02 - PODER EXECUTIVO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

02.02 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E ESPORTE			
02.02.04.122.0004.2006 Operacionalização das Atividades - Semplafe			**R$62.000,00**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
3.3.90.30	28- Material de Consumo	27.000,00	0.1.500.0000
3.3.90.39	29- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica	35.000,00	0.1.500.0000
SUB TOTAL			**R$62.000,00**
02.02.04.128.0005.2013 Admin. Da folha de Pagamento de Pessoal financeira			**R$69.000,00**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
3.1.90.11	34- Vencimentos e Vantagens Fixas	69.000,00	0.1.500.0000
SUB TOTAL			**R$69.000,00**
02.02.27.812.0007.2032 Apoio as Atividades Desportivas e Festivas			**R$80.000,00**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
3.3.90.39	44- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	80.000,00	0.1.500.0000
SUB TOTAL			**R$80.000,00**
02.02.28.846.0000.0001 Contribuição do Pasep			**R$19.221,20**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
3.3.90.47	49- Obrigações Tributárias e Contributivas	14.000,00	0.1.500.0000
TOTAL			**R$225.000,00**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

02.04 EDUCAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO , CULTURA E TURISMO			
02.04.12.361.0010.2035 Operac das Atividades Ensino Fundamental – 25%			**R$349.015,60**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
3.3.90.39	68- Outros Serviços de Terc. Pessoa Juridica	28.015,60	0.1.500.1001
4.4.90.51	69- Obras e Instalações	321.000,00	0.1.500.1001
SUB TOTAL			**R$349.015,60**
02.04.12.361.0005.2016 Admin. Folha de Pagamento Pessoal Fundeb 730%			**R$195.869,76**
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR – R$**	**DESTINAÇÃO**
3.1.90.11	64- Vencimentos e Vantagens Fixas	480.626,88	0.1.540.0000
3.1.90.13	65- Obrigações Patronais	135.561,88	0.1.540.0000
SUB TOTAL			**R$616.188,31**
TOTAL			**R$676.151,01**
TOTAL GERAL			**R$1.190.203,91**

Art. 3º. Para cobertura do presente Crédito os recursos serão através do Tesouro Municipal através do orçamento vigente.
Art. 4º. Os Créditos que trata a presente lei serão abertos por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, utilizando como fontes de recursos os elementos, conforme estabelece o art. 42, c/c 46 da Lei 4.320/64.
Art. 5º. Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO ZOTESSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luíza Barboza Teixeira de Assis
Código Identificador:29B77026

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONCESSÃO DE DIÁRIAS - JOSÉ ROBERTO DE SOUZA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
CNPJ: 21.817.418/0001-66
Fls. º_____
Proposta e Concessão de Diarias
Proc Nº:_____/_____
Solicitação de Diárias
Visto: _____

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DO PROPOSTO				
Unidade/Órgão Requisitante: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ				
Proponente (Dirigente/Chefe Imediato)			Cargo/Função/Matrícula	
Beneficiário (Quem vai receber as diárias) JOSE ROBERTO DE SOUZA			Cargo/Função/Matrícula - Matr.:	
CPF	Identidade	Banco	Agência	Conta Corrente
896.775.879-00	/			

DADOS DA VIAGEM

Destino PORTO VELHO	Meio de Transporte	Data de Início 28/11/2023	Data de Retorno 29/11/2023
Motivo da Viagem: DESPESAS QUE VISA PAGAMENTO COM DIARIAS PARA A CAPITAL EM BENEFÍCIO DO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SENHOR JOSÉ ROBERTO DE SOUZA. ONDE O MESMOESTARÁ EM PORTO VELHO NO DIA 28 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, PARA IR ATÉ A SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE PARA TRATAR DA SEGUINTE PAUTA: PRESTAÇÃO DE CONSTAS E SANAR DUVIDAR FERENTE AO CO- FINANCIAMENTO ENTRE O ESTADO E MUNICIPIO. NO DIA 29 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, PARA QUE O MESMO POSSA DESLOCAR ATÉ O MUNICIPIO DE MONTE NEGRO PARA PARTICIPAR DE REUNIÕES REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRÓTESES DENTÁRIAS INFERIORES E SUPERIORES PARA OS USUÁRIOS DO SUS, CONFORME DEMANDA APRESENTADA PELAS EQUIPES SAÚDE DA FAMÍLIA. COM SAIDA PREVISTA PARA DIA			
28-11-2023 A PARTIR DAS 8:30 H E RETORNO DIA 29 APARTIR DAS 16:00H. Proponente: _____ Data: ___/___/_____			

CÁLCULO DAS DIÁRIAS

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
2,0	511,38	1.022,76	0,00	1.022,76

CONCESSÃO DAS DIÁRIAS

Prefeitura do Municipio de Urupá Publica De:____/____/_____ a ____/____/____	Câmara Municipal de Urupá Publica De:____/____/_____ a ____/____/____

Publicado por:
Maristela Madaleno da Silva
Código Identificador:BDFE58AD

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22 /2023 PREGÃO Nº 20/2023 PROCESSO Nº 354/2023

Aos, dia 23 de Novembro de 2023 o MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no C.N.P.J. sob n. 84.722.917/0001-90, com sede na Avenida Capitão Silvio de Farias, n. 4571, nesta cidade e comarca de Machadinho/RO, Estado de Rondônia, neste

ato representado pelo Prefeito Sr. **ANILDO ALBERTON**, brasileiro, maior, portador da Cédula de Identidade n. 3.684.441-7 SSP/PR, e devidamente inscrito no CPF/MF sob o n. 581.113.259-15, residente e domiciliado no município de Vale do Anari/RO, e do outro lado a empresa THEOBROMA CLIMATIZAÇÃO AR CONDICIONADO LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. *26.770.900/0001-01*, neste ato representada por ALESSANDRINA BALMANT DA SILVA, inscrito(a) no **CPF/MF** 645.824.932-20, doravante denominada DETENTORA, vencedora da licitação na modalidade pregão nº 20/2023, do tipo menor preço, em conformidade com a Lei 8.666/93 e Decreto Municipal 2304/2010, Decreto Federal Nº 7.892/2013 em estrita observância aos diplomas legais que norteiam as licitações e contratos administrativos, resolvem CONSTITUIR REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. O objeto da presente Ata é constituir MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (MECÂNICA E ELÉTRICA) EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT'S (PAREDE) E AR CONDICIONADO DE JANELA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSORIOS., visando atender as necessidades da Administração Municipal Direta, Autarquia e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mis e demais entidades controladoras, diretas ou indiretamente pelo Poder Executivo Municipal, para um período de 12 (doze) meses, tudo em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, no Edital, na Proposta de Preços, que constituem partes integrantes desta Ata independente de transcrição.

DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA SEGUNDA. As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta Ata correrão à conta dos recursos consignados na dotação orçamentária do exercício em vigência.

Subcláusula Primeira. As despesas de outros órgãos ou entidades da Administração que utilizarem a Ata correrão por sua conta.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA. O valor da aquisição dos objetos a serem adquiridos são os constantes da presente Ata, ofertado pela empresa acima classificada com o menor preço, quais sejam:

LOTE 1: LOTE 1

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	8193	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 30.000 A 36.000 BTUS (NÚCLEO BARRAGEM)	SERV	15	R$ 93,64	1.404,60	SERV.
2	8199	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 30.000 A 36.000 BTUS (NÚCLEO SÃO MARCOS)	SERV	21	R$ 93,64	1.966,44	SERV.
3	8187	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM AR CONDICIONADO TIPO DE JANELA 7.000 A 12.000 BTUS	SERV	9	R$ 50,00	450,00	SERV.
4	8188	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 7.000 A 12.000 BTUS	SERV	30	R$ 90,50	2.715,00	SERV.
5	8189	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 30.000 A 36.000 BTUS	SERV	105	R$ 76,88	8.072,40	SERV.
6	8190	TROCA DE CAPACITOR PARA AR CONDICIONADO TIPO JANELA DE 7.500 A 18.000 BTUS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	SERV	3	R$ 85,00	255,00	SERV./SKU
7	8191	TROCA DE CAPACITOR PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 7.000 A 24.000 BTUS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	SERV	10	R$ 99,00	990,00	SERV./EOS
8	8192	TROCA DE COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 7.000 A 12.000 BTUS. COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	SERV	5	R$ 953,00	4.765,00	SERV. / EOS
9	8194	TROCA DE HÉLICE PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 7.000 A 12.000 BTUS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	SERV	5	R$ 295,50	1.477,50	SERV./LG
10	8195	TROCA DE RELE DA EVAPORADORA DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 7.000 A 24.000 BTUS.	SERV	10	R$ 90,00	900,00	SERV./SANYOU
11	8196	TROCA DE SENSOR EVAPORADORA PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 7.000 A 24.000 BTUS	SERV	10	R$ 130,20	1.302,00	SERV./MIDEA
12	8197	TROCA DE MOTOR TURBINA EVAPORADORA DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 7.000 A 12.000 BTUS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	SERV	5	R$ 550,50	2.752,50	SERV./EOS
13	8198	TROCA DE MOTOR VENTILADOR CONDENSADORA DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 7.000 A 12.000 BTUS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	SERV	5	R$ 440,50	2.202,50	SERV./EOS
14	8200	TROCA DE TERMOSTATO PARA AR CONDICIONADO TIPO JANELA DE 7.500 A 18.000 BTUS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	SERV	3	R$ 305,00	915,00	SERV./SPRINGER
15	8201	TROCA DE DISPLAY DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 7.000 A 12.000 BTUS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	SERV	5	R$ 320,00	1.600,00	SERV./LG
16	8203	TROCA DE SENSORES TÉRMICO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12.000 BTUS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	SERV	10	R$ 120,00	1.200,00	SERV./FONTAINE
17	8209	TROCA DE MOTOR VENTILADOR CONDENSADORA DE AR CONDICIONADO TIPO JANELA 7.500 A 18.000 BTUS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	SERV	3	R$ 550,50	1.651,50	SERV./SPRINGER
18	8210	RECARGA DE GÁS-R 22 P/AR CONDICIONADO SPLIT DE 18.000 A 30.000 BTUs SAMSUMG/YORK/MIDEIA/KOMECO/ ELETROLUX/ELGIM/BRIZE/LG	SERV	48	R$ 550,00	26.400,00	SERV./EOS
19	8211	TROCA DE CAPACITOR PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 30.000 A 36.000 BTUS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	SERV	48	R$ 185,00	8.880,00	SERV./EOS
20	8212	TROCA DE COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 30.000 A 36.000 BTUS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	SERV	15	R$ 3.400,00	51.000,00	SERV./EOS
21	8266	TROCA DE TURBINA DA EVAPORADORA PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 30.000 A 36.000 BTUS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	SERV	15	R$ 299,00	4.485,00	SERV./SPRINGER
22	8267	TROCA DE HÉLICE PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 30.000 A 36.000 BTUS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	SERV	10	R$ 305,00	3.050,00	SERV./SPRINGER
23	8268	TROCA DE RELE DA EVAPORADORA DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 30.000 A 36.000 BTUS.	SERV	48	R$ 119,00	5.712,00	SERV./SPRINGER
24	8269	TROCA DE SENSOR EVAPORADORA PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 30.000 A 36.000 BTUS	SERV	48	R$ 130,00	6.240,00	SERV./MIDEA
25	8270	TROCA DE MOTOR TURBINA EVAPORADORA DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 30.000 A 36.000 BTUS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	SERV	15	R$ 100,00	1.500,00	SERV./SPRINGER
26	8271	TROCA DE MOTOR VENTILADOR CONDENSADORA DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 30.000 A 36.000 BTUS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	SERV	10	R$ 480,00	4.800,00	SERV./SPRINGER
27	8272	TROCA DE DISPLAY DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 30.000 A 36.000 BTUS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	SERV	15	R$ 80,00	1.200,00	SERV./ELGIN
28	8273	TROCA DE PLACAS DE CONTROLE ELETRONICA DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 30.000 A 36.000 BTUS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	SERV	15	R$ 685,00	10.275,00	SERV./LG
29	8185	CARGA DE GÁS PARA AR CONDICIONADO TIPO JANELA DE 7.500 A 18.000 BTUS	SERV	3	R$ 450,00	1.350,00	SERV./EOS
30	8186	CARGA DE GÁS PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 7.000 A 12.000 BTUS	SERV	10	R$ 400,00	4.000,00	SERV./EOS
					TOTAL:	163.511,44	

Subcláusula Primeira. Os preços registrados constituirão a única e completa remuneração pelo fornecimento dos produtos objeto desta Ata.

DO REAJUSTE DE PREÇO

CLÁUSULA QUARTA.

Subcláusula Primeira. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover asnegociações junto ao(s) fornecedor(es).

Subcláusula Segunda. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Subcláusula Terceira. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Subclausula Quarta. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO

CLÁUSULA QUINTA. A Ata de Registro de Preço terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, nos termos do art. 4º do Decreto Federal n. 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e alterações.

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO PRAZO DE ENTREGA

CLÁUSULA SEXTA. A administração não estará obrigada a adquirir os produtos da DETENTORA desta Ata de registro de Preços.

Subcláusula Primeira. A unidade requisitante deverá certificar-se da conveniência de utilizar a ata de registro de preço, realizando prévia pesquisa dos preços correntes no mercado para fornecimento dos produtos e/ou serviços, nas mesmas condições previstas neste instrumento.
Subcláusula Segunda. A presente Ata apenas estará caracterizada após o recebimento pela DENTENTORA da Autorização de Fornecimento emitida pela unidade requisitante, as quais deverão ter sido precedidas da emissão da competente nota de empenho, para cuja retirada a DENTENTORA terá o prazo de três dias corridos, contados de sua convocação para fazê-lo.
Subcláusula Terceira. Quando cabível a lavratura do contrato, a DETENTORA deverá comparecer para firmá-lo no mesmo prazo assinalado para a retirada da nota de empenho.
Subcláusula Quarta. A DETENTORA estará obrigada a atender a todas as ordens de fornecimento expedidas durante a vigência da presente ata de registro de preço, mesmo que a respectiva entrega esteja prevista para data posterior a de seu termo final.
Subcláusula Quinta. As ordens de fornecimento deverão conter data de expedição, quantidade pretendida, preço unitário e total, local e prazo para entrega, carimbo e assinatura do responsável pela unidade requisitante.
Subcláusula Sexta. Ao receber a ordem de fornecimento (salvo se através de e-mail), a DETENTORA deverá dela passar recibo na cópia que necessariamente lhe acompanhará, devolvendo-a à unidade requisitante para que seja juntada aos autos dos processos de requisição e de liquidação e pagamento.
Subcláusula Setima. Os produtos deverão ser apresentados de acordo com as especificações técnicas e demais disposições do Termo de Referência, Edital e proposta.
Subcláusula OItava. Os produtos deverão ser entregues conforme edital, contados da data do recebimento pela DETENTORA de cada Autorização de Fornecimento.
Subcláusula nona. A DETENTORA responsabilizar-se-á por todos os prejuízos que porventura ocasione ao município ou a terceiros, em razão da execução dos fornecimentos decorrentes da presente Ata.

DA FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA SÉTIMA. Para processar-se o pagamento, a DETENTORA deverá submeter à unidade requisitante a competente nota fiscal, acompanhada do atestado de recebimento definitivo e xérox da nota de empenho.
Subcláusula Primeira. Nas hipóteses em que a DETENTORA deva proceder a ajustes da documentação necessária ao pagamento, o prazo será interrompido e reiniciará a partir da data em que se der a regularização.
Subcláusula Segunda. Para atestar o recebimento definitivo do objeto entregue, as unidades requisitantes terão o prazo de cinco dias úteis, contados da data da entrega.
Subcláusula Terceira. As unidades requisitantes não poderão receber o produto diferente daquele objeto do registro de preço, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato.
Subcláusula Quarta. Estando em termos a documentação apresentada, o pagamento devido será depositado na conta corrente que a DETENTORA, em um dos Bancos informados pelas mesmas, a critério da Secretaria de Fazenda Municipal.

DAS OUTRAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

CLÁUSULA OITAVA. A DETENTORA será responsável pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante a entrega dos produtos.
Subcláusula Primeira. A DETENTORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.
Subcláusula Segunda. A DETENTORA estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da unidade requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.
Subcláusula Terceira. A DETENTORA deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração do presente Contrato.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA NONA. Além das sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, a DETENTORA estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas:
a) pela recusa em assinar a presente ata de registro de preço, multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do consumo médio mensal multiplicado por 12 meses;
b) pela recusa em retirar nota de empenho ou assinar contrato (quando exigível), multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato;
c) pelo retardamento na entrega dos produtos, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da partida em atraso. A partir do 10º (décimo) dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências daí advindas;
d) pela inexecução total, multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor correspondente ao contrato ou à ordem de fornecimento decorrente da presente ata;
e) pela inexecução parcial, multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos produtos não-entregues ou entregues em desacordo com as especificações técnicas;
f) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula, que não diga respeito diretamente à execução do objeto contratual, multa de 0,5% (meio ponto percentual) sobre o valor do contrato;
g) pelo cancelamento da presente ata de registro de preço por culpa da DETENTORA, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento mensal estimado multiplicado pelo número de meses faltantes para o termo final do ajuste.
Subcláusula Primeira. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

Subcláusula Segunda. O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da CONTRATANTE, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido à CONTRATADA.
Subcláusula Terceira. O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a CONTRATADA ao processo judicial de execução.

DO CANCELAMENTO DA ATA

CLÁUSULA DÉCIMA. A Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada pela administração, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando a DETENTORA:
a) descumprir as condições estabelecidas no presente instrumento ou normas legais aplicáveis à espécie;
b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
c) não aceitar reduzir o preço registrado na hipótese de este tornar-se superior aos praticados no mercado.
Subcláusula Primeira. Sempre assegurado o contraditório e a ampla defesa, a presente ata também poderá ser cancelada por razões de interesse público.
Subcláusula Segunda. A comunicação do cancelamento do preço registrado nas hipóteses previstas nas alíneas "a" e "b" desta cláusula será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento.
Subcláusula Terceira. A Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida nas hipóteses de rescisão dos contratos em geral, com as consequências legalmente previstas.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA. Fica eleito o foro da Comarca de Machadinho, Estado de Rondônia, para dirimir todas as questões oriundas do presente instrumento, sendo esta, competente para a propositura de qualquer medida judicial, decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Parágrafo único. E, por estarem justos e acordados, assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Vale do Anari, 23 de Novembro de 2023

Anildo Alberton	Theobroma Climatização ar Condicionado Ltda
Prefeito de Vale do Anari	CNPJ: 26.770.900/0001-01
	ALESSANDRINA BALMANT DA SILVA
	CPF:645.824.932-20

Publicado por:
Rozenir Dos Santos Lima
Código Identificador:6D89E8D6

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RESULTADO DEFINITIVO DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO POR COMPETÊNCIA PARA ESCOLHA DE DIRETORES E VICE- DIRETORES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

RESULTADO DEFINITIVO DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO POR COMPETÊNCIA PARA ESCOLHA DE DIRETORES E VICE-DIRETORES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Nos termos do Edital nº 001/2023 SEMECE, a Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso Rondônia, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo - SEMECE e a comissão de acompanhamento do Processo Seletivo por Competência para a escolha de Diretores e Vice-Diretores escolares da rede municipal de ensino, torna pública o ***RESULTADO DEFINITIVO DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO POR COMPETÊNCIA PARA ESCOLHA DEDIRETOR/ VICE-DIRETOR***, conforme relação abaixo:

CARGODEDIRETOREVICE-DIRETOR

CANDIDATO	ETAPA I	ETAPA II	ETAPA III	RESULTADO DEFINITIVO DAS ETAPAS
MARIA GORETE LIMA	3,05	1,00	4,00	8,05

Vale do Paraíso - Rondônia, 27 de novembro de 2023.

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:B7887FEE

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ANEXO I - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL							
PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro							
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R$ 1
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			BIMESTRE (b)	% (b/a)	JAN A OUT (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	37.610.942,19	37.610.942,19	6.414.018,06	17,05	34.312.840,44	91,23	3.298.101,75
RECEITAS CORRENTES	34.288.129,65	34.288.129,65	6.113.128,06	17,83	32.722.337,41	95,43	1.565.792,24
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.067.261,99	2.067.261,99	516.754,48	25,00	2.727.551,18	131,94	-660.289,19
Impostos	1.858.897,61	1.858.897,61	426.452,75	22,94	2.171.069,08	116,79	-312.171,47
Taxas	208.364,38	208.364,38	86.901,64	41,71	521.107,27	250,09	-312.742,89
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	3.400,09	0,00	35.374,83	0,00	-35.374,83

CONTRIBUIÇÕES	1.086.877,72	1.086.877,72	234.626,84	21,59	1.090.470,07	100,33	-3.592,35
Contribuições Sociais	810.000,00	810.000,00	174.280,54	21,52	799.244,93	98,67	10.755,07
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	276.877,72	276.877,72	60.346,30	21,80	291.225,14	105,18	-14.347,42
RECEITA PATRIMONIAL	1.959.657,23	1.959.657,23	269.164,78	13,74	3.115.721,98	158,99	-1.156.064,75
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	14.501,69	14.501,69	7.323,34	50,50	26.842,45	185,10	-12.340,76
Valores Mobiliários	1.945.155,54	1.945.155,54	261.841,44	13,46	3.088.879,53	158,80	-1.143.723,99
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.101.739,40	29.101.739,40	5.077.681,70	17,45	25.698.089,39	88,30	3.403.650,01
Transferências da União e de suas Entidades	12.872.248,63	12.872.248,63	2.305.008,48	17,91	10.854.299,72	84,32	2.017.948,91
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	9.530.505,94	9.530.505,94	1.785.975,62	18,74	9.292.591,32	97,50	237.914,62
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	6.698.984,83	6.698.984,83	986.697,60	14,73	5.551.198,35	82,87	1.147.786,48
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	72.593,31	72.593,31	14.900,26	20,53	90.504,79	124,67	-17.911,48
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	72.593,31	72.593,31	14.900,26	20,53	90.504,79	124,67	-17.911,48
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.322.812,54	3.322.812,54	300.890,00	9,06	1.590.503,03	47,87	1.732.309,51
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.322.812,54	3.322.812,54	300.890,00	9,06	1.590.503,03	47,87	1.732.309,51
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00	0,00	-900.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	3.322.812,54	3.322.812,54	300.890,00	9,06	690.503,03	20,78	2.632.309,51
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.937.564,20	1.937.564,20	435.194,29	22,46	2.043.607,20	105,47	-106.043,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	39.548.506,39	39.548.506,39	6.849.212,35	17,32	36.356.447,64	91,93	3.192.058,75
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			BIMESTRE (b)	% (b/a)	JAN A OUT (c)	% (c/a)	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	39.548.506,39	39.548.506,39	6.849.212,35	17,32	36.356.447,64	91,93	3.192.058,75
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	39.548.506,39	39.548.506,39	6.849.212,35	17,32	36.356.447,64	91,93	3.192.058,75
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	7.235.752,20			7.235.752,20		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		7.235.752,20			7.235.752,20		

Eidson Carlos Polito	***Milena Buback Ronquetti***	***POLIANA DE MOARES SILVA GASQUI PERRETA***
Contador Crcro 005964/O-3	Controladora	Prefeita

DESPESAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[2] (k)
			BIMESTRE	JAN A OUT (f)		BIMESTRE	JAN A OUT (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	36.395.731,29	48.033.404,93	5.437.241,05	33.623.825,43	14.409.579,50	6.462.527,77	28.696.690,53	19.336.714,40	28.521.952,53	0,00
DESPESAS CORRENTES	31.113.262,75	38.256.386,91	4.285.098,37	30.447.422,59	7.808.964,32	5.371.435,54	26.931.135,91	11.325.251,00	26.805.329,91	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.573.062,76	21.424.747,16	3.222.972,30	17.233.154,68	4.191.592,48	3.200.653,73	17.203.168,31	4.221.578,85	17.078.192,38	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	45.000,00	45.000,00	2.200,00	44.200,00	800,00	2.683,50	19.993,16	25.006,84	19.993,16	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.495.199,99	16.786.639,75	1.059.926,07	13.170.067,91	3.616.571,84	2.168.098,31	9.707.974,44	7.078.665,31	9.707.144,37	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	12.495.199,99	16.786.639,75	1.059.926,07	13.170.067,91	3.616.571,84	2.168.098,31	9.707.974,44	7.078.665,31	9.707.144,37	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	5.032.468,54	9.601.094,62	1.152.142,68	3.176.402,84	6.424.691,78	1.091.092,23	1.765.554,62	7.835.540,00	1.716.622,62	0,00
INVESTIMENTOS	4.795.572,74	9.364.198,82	1.152.142,68	2.939.507,12	6.424.691,70	1.051.609,61	1.568.141,52	7.796.057,30	1.519.209,52	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	236.895,80	236.895,80	0,00	236.895,72	0,08	39.482,62	197.413,10	39.482,70	197.413,10	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	250.000,00	175.923,40	0,00	0,00	175.923,40	0,00	0,00	175.923,40	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.823.357,29	2.171.854,70	413.139,56	1.965.141,86	206.712,84	413.440,48	1.940.165,01	231.689,69	1.856.841,94	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	38.219.088,58	50.205.259,63	5.850.380,61	35.588.967,29	14.616.292,34	6.875.968,25	30.636.855,54	19.568.404,09	30.378.794,47	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	38.219.088,58	50.205.259,63	5.850.380,61	35.588.967,29	14.616.292,34	6.875.968,25	30.636.855,54	19.568.404,09	30.378.794,47	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				767.480,35			5.719.592,10		5.977.653,17	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	38.219.088,58	50.205.259,63	5.850.380,61	36.356.447,64		6.875.968,25	36.356.447,64		36.356.447,64	0,00
RESERVA DO RPPS	1.330.143,70	1.330.143,70			1.330.143,70			1.330.143,70		

EIDSON CARLOS POLITO	***MILENA BUBACK RONQUETTI***	***POLIANA DE MOARES SILVA GASQUI PERRETA***
Contador Crcro 005964/O-3	Controladora	Prefeita

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			BIMESTRE (b)	% (b/a)	JAN A OUT (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.937.564,20	1.937.564,20	435.194,29	22,46	2.043.607,20	105,47	-106.043,00
RECEITAS CORRENTES	1.937.564,20	1.937.564,20	435.194,29	22,46	2.043.607,20	105,47	-106.043,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.044.564,20	1.044.564,20	193.654,25	18,54	919.836,85	88,06	124.727,35
Contribuições Sociais	1.044.564,20	1.044.564,20	193.654,25	18,54	919.836,85	88,06	124.727,35
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	343.000,00	343.000,00	74.109,30	21,61	380.959,20	111,07	-37.959,20
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	343.000,00	343.000,00	74.109,30	21,61	380.959,20	111,07	-37.959,20
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	550.000,00	550.000,00	167.430,74	30,44	742.811,15	135,06	-192.811,15
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	550.000,00	550.000,00	167.430,74	30,44	742.811,15	135,06	-192.811,15
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EIDSON CARLOS POLITO	***MILENA BUBACK RONQUETTI***	***POLIANA DE MOARES SILVA GASQUI PERRETA***
Contador Crcro 005964/O-3	Controladora	Prefeita

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)
			BIMESTRE	JAN A OUT (f)		BIMESTRE	JAN A OUT (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.823.357,29	2.171.854,70	413.139,56	1.965.141,86	206.712,84	413.440,48	1.940.165,01	231.689,69	1.856.841,94	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.823.357,29	2.171.854,70	413.139,56	1.965.141,86	206.712,84	413.440,48	1.940.165,01	231.689,69	1.856.841,94	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	927.357,29	1.055.910,16	171.599,52	873.912,69	181.997,47	171.900,44	873.881,19	182.028,97	790.558,12	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	896.000,00	1.115.944,54	241.540,04	1.091.229,17	24.715,37	241.540,04	1.066.283,82	49.660,72	1.066.283,82	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EIDSON CARLOS POLITO	***MILENA BUBACK RONQUETTI***	***POLIANA DE MOARES SILVA GASQUI PERRETA***
Contador Crcro 005964/O-3	Controladora	Prefeita

Publicado por:
Dineia Tigre Dos Santos
Código Identificador:F960E897

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ANEXO II - EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO											
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL											
PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro											
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											R$ 1
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	JAN A OUT (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A OUT (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	36.395.731,29	48.033.404,93	5.437.241,05	33.623.825,43	94,48	14.409.579,50	6.462.527,77	28.696.690,53	93,67	19.336.714,40	0,00
Legislativa	1.620.989,60	1.623.139,60	179.817,96	1.303.429,72	3,66	319.709,88	211.574,07	1.262.116,66	4,12	361.022,94	0,00
Ação Legislativa	1.620.989,60	1.623.139,60	179.817,96	1.303.429,72	3,66	319.709,88	211.574,07	1.262.116,66	4,12	361.022,94	0,00
Essencial à Justiça	224.725,08	226.345,08	36.956,30	208.036,01	0,58	18.309,07	36.956,30	208.036,01	0,68	18.309,07	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial	224.725,08	226.345,08	36.956,30	208.036,01	0,58	18.309,07	36.956,30	208.036,01	0,68	18.309,07	0,00
Administração	7.828.648,22	9.840.475,55	973.942,47	6.347.340,62	17,84	3.493.134,93	1.151.175,92	5.517.291,54	18,01	4.323.184,01	0,00
Controle Interno	88.000,00	88.782,50	15.730,00	75.801,67	0,21	12.980,83	15.730,00	75.801,67	0,25	12.980,83	0,00
Ordenamento Territorial	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00

Administração de Receitas	1.909.916,46	1.958.296,46	98.941,30	990.126,54	2,78	968.169,92	172.677,38	916.521,99	2,99	1.041.774,47	0,00
Administração Geral	5.830.631,76	7.793.296,59	859.271,17	5.281.412,41	14,84	2.511.884,18	962.768,54	4.524.967,88	14,77	3.268.328,71	0,00
Assistência Social	2.117.108,51	2.614.143,42	190.626,05	1.537.337,58	4,32	1.076.805,84	291.908,57	1.287.486,15	4,20	1.326.657,27	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	920.322,61	1.421.749,33	67.121,65	619.758,15	1,74	801.991,18	144.446,58	431.834,72	1,41	989.914,61	0,00
Assistência Comunitária	1.196.785,90	1.192.394,09	123.504,40	917.579,43	2,58	274.814,66	147.461,99	855.651,43	2,79	336.742,66	0,00
Previdência Social	3.149.000,00	3.149.000,00	378.020,57	2.048.702,11	5,76	1.100.297,89	412.884,04	2.001.313,21	6,53	1.147.686,79	0,00
Previdência do Regime Estatutário	3.149.000,00	3.149.000,00	378.020,57	2.048.702,11	5,76	1.100.297,89	412.884,04	2.001.313,21	6,53	1.147.686,79	0,00
Saúde	8.085.161,83	13.364.896,90	1.713.436,38	9.578.824,85	26,92	3.786.072,05	1.921.748,21	7.333.042,13	23,94	6.031.854,77	0,00
Atenção Básica	3.759.100,19	7.472.518,78	1.090.465,51	5.078.122,79	14,27	2.394.395,99	1.152.178,61	3.724.091,14	12,16	3.748.427,64	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.324.620,33	4.645.605,02	531.122,69	3.900.572,12	10,96	745.032,90	673.511,47	3.127.417,78	10,21	1.518.187,24	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	81.150,72	171.222,97	4.683,08	135.700,76	0,38	35.522,21	21.864,83	46.428,79	0,15	124.794,18	0,00
Vigilância Epidemiológica	273.445,31	238.912,15	17.338,45	115.840,36	0,33	123.071,79	18.432,44	108.613,48	0,35	130.298,67	0,00
Administração Geral	646.845,28	832.637,98	69.826,65	344.702,35	0,97	487.935,63	55.760,86	322.604,47	1,05	510.033,51	0,00
Demais Subfunções	0,00	4.000,00	0,00	3.886,47	0,01	113,53	0,00	3.886,47	0,01	113,53	0,00
Educação	10.049.999,98	12.282.582,80	1.532.553,87	10.048.530,38	28,23	2.234.052,42	1.796.540,85	9.221.825,29	30,10	3.060.757,51	0,00
Ensino Fundamental	8.257.937,02	10.343.196,72	1.267.826,81	8.650.202,30	24,31	1.692.994,42	1.576.359,01	8.030.922,41	26,21	2.312.274,31	0,00
Educação Infantil	1.414.850,00	1.435.117,22	176.415,86	979.723,15	2,75	455.394,07	176.415,86	979.723,15	3,20	455.394,07	0,00
Educação de Jovens e Adultos	100.687,00	40.687,00	0,00	0,00	0,00	40.687,00	0,00	0,00	0,00	40.687,00	0,00
Educação Especial	150.400,00	150.400,00	24.890,20	134.531,78	0,38	15.868,22	24.890,20	134.531,78	0,44	15.868,22	0,00
Demais Subfunções	126.125,96	313.181,86	63.421,00	284.073,15	0,80	29.108,71	18.875,78	76.647,95	0,25	236.533,91	0,00
Direitos da Cidadania	252.597,00	257.627,00	39.623,72	207.404,44	0,58	50.222,56	42.380,11	188.547,30	0,62	69.079,70	0,00
Custódia e Reintegração Social	252.597,00	257.627,00	39.623,72	207.404,44	0,58	50.222,56	42.380,11	188.547,30	0,62	69.079,70	0,00
Urbanismo	276.877,72	704.659,07	70.000,00	503.386,53	1,41	201.272,54	284.632,39	451.764,62	1,47	252.894,45	0,00
Demais Subfunções	276.877,72	704.659,07	70.000,00	503.386,53	1,41	201.272,54	284.632,39	451.764,62	1,47	252.894,45	0,00
Agricultura	961.862,47	1.208.842,47	103.490,11	987.348,61	2,77	221.493,86	126.309,00	717.868,10	2,34	490.974,37	0,00
Extensão Rural	961.862,47	1.208.842,47	103.490,11	987.348,61	2,77	221.493,86	126.309,00	717.868,10	2,34	490.974,37	0,00
Transporte	1.208.465,08	2.160.475,63	212.039,62	544.673,86	1,53	1.615.801,77	140.333,65	262.992,86	0,86	1.897.482,77	0,00
Transporte Rodoviário	1.208.465,08	2.160.475,63	212.039,62	544.673,86	1,53	1.615.801,77	140.333,65	262.992,86	0,86	1.897.482,77	0,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	JAN A OUT (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A OUT (d)	% (d/total d)		
Desporto e Lazer	78.400,00	133.398,21	4.534,00	27.715,00	0,08	105.683,21	3.918,54	27.000,40	0,09	106.397,81	0,00
Lazer	78.400,00	133.398,21	4.534,00	27.715,00	0,08	105.683,21	3.918,54	27.000,40	0,09	106.397,81	0,00
Encargos Especiais	291.895,80	291.895,80	2.200,00	281.095,72	0,79	10.800,08	42.166,12	217.406,26	0,71	74.489,54	0,00
Serviço da Dívida Interna	291.895,80	291.895,80	2.200,00	281.095,72	0,79	10.800,08	42.166,12	217.406,26	0,71	74.489,54	0,00
Reserva de Contingência	250.000,00	175.923,40	0,00	0,00	0,00	175.923,40	0,00	0,00	0,00	175.923,40	0,00
Demais Subfunções	250.000,00	175.923,40	0,00	0,00	0,00	175.923,40	0,00	0,00	0,00	175.923,40	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.823.357,29	2.171.854,70	413.139,56	1.965.141,86	5,52	206.712,84	413.440,48	1.940.165,01	6,33	231.689,69	0,00
Legislativa	53.000,00	50.850,00	5.530,76	27.464,97	0,08	23.385,03	5.530,76	27.464,97	0,09	23.385,03	0,00
Ação Legislativa	53.000,00	50.850,00	5.530,76	27.464,97	0,08	23.385,03	5.530,76	27.464,97	0,09	23.385,03	0,00
Essencial à Justiça	12.000,00	12.000,00	2.098,90	10.447,97	0,03	1.552,03	2.098,90	10.447,97	0,03	1.552,03	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial	12.000,00	12.000,00	2.098,90	10.447,97	0,03	1.552,03	2.098,90	10.447,97	0,03	1.552,03	0,00
Administração	982.193,73	1.202.591,14	256.082,62	1.161.404,46	3,26	41.186,68	256.082,62	1.136.459,11	3,71	66.132,03	0,00
Controle Interno	4.792,50	10,00	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00
Administração de Receitas	28.000,00	28.000,00	5.312,06	25.156,91	0,07	2.843,09	5.312,06	25.156,91	0,08	2.843,09	0,00
Administração Geral	949.401,23	1.174.581,14	250.770,56	1.136.247,55	3,19	38.333,59	250.770,56	1.111.302,20	3,63	63.278,94	0,00
Assistência Social	11.000,00	19.500,00	2.974,44	15.029,61	0,04	4.470,39	2.974,44	15.029,61	0,05	4.470,39	0,00
Assistência Comunitária	11.000,00	19.500,00	2.974,44	15.029,61	0,04	4.470,39	2.974,44	15.029,61	0,05	4.470,39	0,00
Previdência Social	15.000,00	15.000,00	610,88	3.018,24	0,01	11.981,76	911,80	3.018,24	0,01	11.981,76	0,00
Previdência do Regime Estatutário	15.000,00	15.000,00	610,88	3.018,24	0,01	11.981,76	911,80	3.018,24	0,01	11.981,76	0,00
Saúde	124.663,56	177.663,56	27.801,34	155.513,08	0,44	22.150,48	27.801,34	155.481,58	0,51	22.181,98	0,00
Atenção Básica	31.000,00	46.000,00	6.815,69	38.350,80	0,11	7.649,20	6.815,69	38.319,30	0,13	7.680,70	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	72.680,00	107.680,00	18.500,74	100.767,76	0,28	6.912,24	18.500,74	100.767,76	0,33	6.912,24	0,00
Vigilância Epidemiológica	7.723,56	10.723,56	1.009,35	5.049,15	0,01	5.674,41	1.009,35	5.049,15	0,02	5.674,41	0,00
Administração Geral	13.260,00	13.260,00	1.475,56	11.345,37	0,03	1.914,63	1.475,56	11.345,37	0,04	1.914,63	0,00
Educação	620.000,00	682.915,00	116.000,23	586.811,59	1,65	96.103,41	116.000,23	586.811,59	1,92	96.103,41	0,00
Ensino Fundamental	485.000,00	527.915,00	91.926,22	464.020,39	1,30	63.894,61	91.926,22	464.020,39	1,51	63.894,61	0,00
Educação Infantil	120.000,00	120.000,00	20.589,39	105.645,27	0,30	14.354,73	20.589,39	105.645,27	0,34	14.354,73	0,00
Educação de Jovens e Adultos	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Educação Especial	13.000,00	33.000,00	3.484,62	17.145,93	0,05	15.854,07	3.484,62	17.145,93	0,06	15.854,07	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	2.815,00	731,89	1.419,97	0,00	1.395,03	731,89	1.419,97	0,00	1.395,03	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	2.815,00	731,89	1.419,97	0,00	1.395,03	731,89	1.419,97	0,00	1.395,03	0,00
Agricultura	3.000,00	6.020,00	1.308,50	4.031,97	0,01	1.988,03	1.308,50	4.031,97	0,01	1.988,03	0,00
Extensão Rural	3.000,00	6.020,00	1.308,50	4.031,97	0,01	1.988,03	1.308,50	4.031,97	0,01	1.988,03	0,00
Desporto e Lazer	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00
Lazer	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	38.219.088,58	50.205.259,63	5.850.380,61	35.588.967,29	100,00	14.616.292,34	6.875.968,25	30.636.855,54	100,00	19.568.404,09	0,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	JAN A OUT (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A OUT (d)	% (d/total d)		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

EIDSON CARLOS POLITO	***MILENA BUBACK RONQUETTI***	***POLIANA DE MOARES SILVA GASQUI PERRETA***
Contador CRCRO 005964/O-3	Controladora	Prefeita

Publicado por:
Dineia Tigre Dos Santos
Código Identificador:59E98B92

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ANEXO IV - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS					
DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS					
PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro					
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)	R$ 1				
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)			RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	
RECEITAS CORRENTES (I)	4.151.143,70			4.571.968,25	
Receita de Contribuições dos Segurados	810.000,00			799.244,93	
Ativo	810.000,00			799.244,93	
Inativo	0,00			0,00	
Pensionista	0,00			0,00	
Receita de Contribuições Patronais	1.044.564,20			919.836,85	
Ativo	1.044.564,20			919.836,85	
Inativo	0,00			0,00	
Pensionista	0,00			0,00	
Receita Patrimonial	1.746.579,50			2.110.075,32	
Receitas Imobiliárias	0,00			0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	1.746.579,50			2.110.075,32	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00			0,00	
Receita de Serviços	0,00			0,00	
Outras Receitas Correntes	550.000,00			742.811,15	
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00			0,00	
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	550.000,00			742.811,15	
Demais Receitas Correntes	0,00			0,00	
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00			0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00			0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00			0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00			0,00	
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	3.601.143,70			3.829.157,10	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Benefícios	2.270.000,00	1.757.940,64	1.757.940,64	1.757.940,64	0,00
Aposentadorias	2.070.000,00	1.601.781,08	1.601.781,08	1.601.781,08	0,00
Pensões por Morte	200.000,00	156.159,56	156.159,56	156.159,56	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	2.270.000,00	1.757.940,64	1.757.940,64	1.757.940,64	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)	1.331.143,70	2.071.216,46	2.071.216,46	2.071.216,46	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
VALOR	0,00		
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
VALOR	1.330.143,70		
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS		
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00		
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	742.811,15		
Outros Aportes para o RPPS	0,00		
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00		
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL		
Caixa e Equivalentes de Caixa	287.808,37		
Investimentos e Aplicações	25.190.995,24		
Outros Bens e Direitos	26.734.784,02		
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00	
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	

Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCÍARIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	
Recursos para Formação de Reserva	0,00	
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	SALDO ATUAL	
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	
Investimentos e Aplicações	0,00	
Outros Bens e Direitos	0,00	
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas Correntes	343.000,00	418.071,11
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃOP RPPS (XII)	343.000,00	418.071,11

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas Correntes (XIII)	833.000,00	272.611,36	229.621,81	228.391,03	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	235.000,00	82.496,58	82.496,58	81.265,80	0,00
Demais Despesas Correntes	598.000,00	190.114,78	147.125,23	147.125,23	0,00
Despesas de Capital (XIV)	60.000,00	21.168,35	16.769,00	16.769,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII) + (XIV)	893.000,00	293.779,71	246.390,81	245.160,03	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII-XV)	-550.000,00	124.291,40	171.680,30	172.911,08	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL				
Caixa e Equivalentes de Caixa	51.726,74				
Investimentos e Aplicações	0,00				
Outros Bens e Direitos	0,00				
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIO MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)			RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	
Contribuições dos Servidores	0,00			0,00	
Demais Receitas Previdenciárias	0,00			0,00	
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00			0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EIDSON CARLOS POLITO	***MILENA BUBACK RONQUETTI***		***POLIANA DE MOARES SILVA GASQUI PERRETA***		
Contador CRCRO 005964/O-3	Controladora		Prefeita		
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.					
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:					
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;					
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.					

Publicado por:
Dineia Tigre Dos Santos
Código Identificador:171ADED7

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ANEXO VI - RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)	R$ 1	
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a) Jan a Out/2023
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	31.731.550,15	29.775.905,25
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.067.261,99	2.727.551,18
IPTU	205.935,10	276.249,31
ISS	228.079,46	567.603,75
ITBI	541.831,11	526.001,70
IRRF	883.051,94	801.214,32
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	208.364,38	556.482,10

Contribuições	276.877,72	291.225,14
Receita Patrimonial	213.077,73	968.534,75
Aplicações Financeiras (II)	198.576,04	941.692,30
Outras Receitas Patrimoniais	14.501,69	26.842,45
Transferências Correntes	29.101.739,40	25.698.089,39
Cota Parte do FPM	9.511.897,92	7.304.358,94
Cota Parte do ICMS	7.378.699,91	6.715.888,29
Cota Parte do IPVA	638.496,96	934.059,61
Cota Parte do ITR	8.255,51	25.163,46
Transferências da LC 61/1989	26.104,64	26.438,46
Transferencias do FUNDEB	6.647.922,83	5.512.189,07
Outras Transferências Correntes	4.890.361,63	5.179.991,56
Demais Receitas Correntes	72.593,31	90.504,79
Outras Receitas Financeiras (III)	42.712,75	13.985,59
Receitas Correntes Restantes	29.880,56	76.519,20
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	31.490.261,36	28.820.227,36
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	2.747.564,20	2.842.852,13
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	1.746.579,50	2.147.187,23
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	3.322.812,54	1.590.503,03
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	3.322.812,54	1.590.503,03
Convênios	3.322.812,54	389.613,03
Outras Transferências de Capital	0,00	1.200.890,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	3.322.812,54	1.590.503,03
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	37.560.638,10	33.253.582,52
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	34.813.073,90	30.410.730,39

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	37.324.241,61	30.382.012,45	26.883.738,47	26.675.840,18	80.402,38	829.522,36	829.522,36
Pessoal e Encargos Sociais	19.975.657,32	16.266.630,15	16.236.612,28	16.029.544,06	12.615,45	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	45.000,00	44.200,00	19.993,16	19.993,16	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	17.303.584,29	14.071.182,30	10.627.133,03	10.626.302,96	67.786,93	829.522,36	829.522,36
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	17.303.584,29	14.071.182,30	10.627.133,03	10.626.302,96	67.786,93	829.522,36	829.522,36
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	37.279.241,61	30.337.812,45	26.863.745,31	26.655.847,02	80.402,38	829.522,36	829.522,36
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	3.104.000,00	2.030.552,00	1.987.562,45	1.986.331,67	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	9.541.094,62	3.155.234,49	1.748.785,62	1.699.853,62	0,00	2.637.471,93	2.637.471,93
Investimentos	9.304.198,82	2.918.338,77	1.551.372,52	1.502.440,52	0,00	2.637.471,93	2.637.471,93
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	236.895,80	236.895,72	197.413,10	197.413,10	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	9.304.198,82	2.918.338,77	1.551.372,52	1.502.440,52	0,00	2.637.471,93	2.637.471,93
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	175.923,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	60.000,00	21.168,35	16.769,00	16.769,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	49.923.363,83	35.307.871,57	30.419.449,28	30.161.388,21	80.402,38	3.466.994,29	3.466.994,29
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	46.759.363,83	33.256.151,22	28.415.117,83	28.158.287,54	80.402,38	3.466.994,29	3.466.994,29
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							-455.202,36
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]							-1.294.953,82

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	1.213.509,95
JUROS NOMINAIS	Jan a Out/2023
	VALOR INCORRIDO
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (Exceto RPPS) (XXXVI)	941.692,30
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (Exceto RPPS) (XXXVII)	41.902,56
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	-395.164,08
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2022 (a)	Jan a Out/2023 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	127.099,11	28.521,31
DEDUÇÕES (XL)	11.604.377,76	11.277.842,17

Disponibilidade de Caixa	11.604.377,76	11.277.842,17
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.715.336,36	11.395.522,53
(-)Restos a Pagar Processados (XLI)	80.402,38	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	30.556,22	117.680,36
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-11.477.278,65	-11.249.320,86
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	-227.957,79	
AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a Out/2023	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-80.402,38	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	-86.803,91	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	-395.164,08	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	-1.294.953,82	

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.235.752,20
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	7.235.752,20
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	1.330.143,70

EIDSON CARLOS POLITO	***MILENA BUBACK RONQUETTI***	***POLIANA DE MOARES SILVA GASQUI PERRETA***
Contador CRCRO 005964/O-3	Controladora	Prefeita

Nota Explicativa

NOTA 1

Quanto a resultado primario referente a este 5º Bimestre/2023, podemos notar que se deu negativo, a de se considerar o seguinte: RECEITA PRIMARIA 2023 TOTAL = R$ 30.410.730,39 subtraindo a DESPESA PRIMARIA2023 TOTAL = R$ 28.158.287,54 apuraremos um resultado primario acima da linha positivo de R$ 2.252.442,85. No entanto a fórmula tambem subtrai os valores das colunas b e c do relatorio, que são despesas pagas até o bimestre referente a restos a pagar no montante de R$ 3.547.396,67, que por sua vez já existe financeiro do ano anterior para cobertura dos mesmos. Onde estes valores sendo também subtraidos ocasionou um resultado primario negativo no valor de R$ -1.294.953,82. A administração no intuito do equilíbrio das contas públicas procederá a revisão das referidas metas, bem como, não medirá esforço quanto ao uso dos recursos arrecadados no exercício para que sejam aplicados até o encerramento do mesmo. A de se considerar recursos específicos e vinculados à saúde, onde podem requer reprogramações para a devida execução.

NOTA2: Temos ainda o valor de R$ -86.803,91, referente a demais ajustes.

Publicado por:
Dineia Tigre Dos Santos
Código Identificador:A8645E7D

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ANEXO VIII - RECEITAS E DESPESAS COM MDE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro		
RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)	R$ 1	
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (Art. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A OUT
1- RECEITA DE IMPOSTOS	1.858.897,61	2.171.069,08
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	205.935,10	276.249,31
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	541.831,11	526.001,70
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	228.079,46	567.603,75
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	883.051,94	801.214,32
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	21.729.318,68	18.631.751,28
2.1- Cota-Parte FPM	11.664.872,40	8.987.305,23
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea B	10.764.872,40	8.528.336,41
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea D e E	900.000,00	458.968,82
2.2- Cota-Parte ICMS	9.223.374,89	8.394.860,08
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	32.630,80	26.438,46
2.4- Cota-Parte ITR	10.319,39	31.454,20
2.5- Cota-Parte IPVA	798.121,20	1.167.574,88
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	24.118,43
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	23.588.216,29	20.802.820,36
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	4.165.863,74	3.606.547,77
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	1.731.190,34	1.566.148,60
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A OUT
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	6.652.177,17	5.539.479,68
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	6.652.177,17	5.493.321,53
6.1.1- Principal	6.647.922,83	5.466.030,92
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	4.254,34	27.290,61
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	46.158,15
6.2.1- Principal	0,00	46.158,15
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1- Principal	0,00	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00

6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)	2.482.059,09	1.859.483,15

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	63.016,89
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	59.481,41
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	3.535,48
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	5.602.496,57

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (e)	DESPESAS PAGAS JAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	6.656.194,06	5.622.117,98	5.621.418,43	5.496.703,13	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.980.157,07	5.241.540,26	5.241.533,26	5.121.379,39	0,00
10.1.1- Educação Infantil	1.368.250,00	1.023.450,75	1.023.450,75	957.621,87	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	4.385.820,07	4.066.411,80	4.066.404,80	4.013.827,37	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	42.687,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	183.400,00	151.677,71	151.677,71	149.930,15	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	676.036,99	380.577,72	379.885,17	375.323,74	0,00
10.2.1- Educação Infantil	79.481,41	56.000,00	56.000,00	56.000,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	596.555,58	324.577,72	323.885,17	319.323,74	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (e)	DESPESAS PAGAS JAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (sem disponibilidade de caixa) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUP. AO TOTAL DAS RECEITAS RECEB. NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	5.570.004,45	5.569.304,90	5.444.589,60	0,00	0,00	29.825,22
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.570.004,45	5.569.304,90	5.444.589,60	0,00	0,00	75.983,37
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.245.426,73	5.245.419,73	5.125.265,86	0,00	0,00	0,00
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO10 (m)
15- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	3.877.635,78	5.245.419,73	5.245.419,73	94,69
16- Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máx. de 10% de Superávit)3	VALOR MÁX. PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCED. AO MÁX. PERMIT.(q)	% NÃO APLICADO (r)
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	553.947,97	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	Valor de Superávit Permitido no Exercício Anterior (s)	Valor não Aplicado No Exercício Anterior (t)	Valor de Superávit Aplicado até o 1º Quadrimestre (u)	Valor Aplicado Após o 1º Quadrimestre (v)	Valor Total de Sup. Não Aplicado Até o Final do Exercício (w)	Valor aplicado até o 1º Quadrimestre que Integrará o Limite Constitucional (x)
19- Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB	0,00	0,00	56.000,00	0,00	-56.000,00	0,00
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	56.000,00	0,00	-56.000,00	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (e)	DESPESAS PAGAS JAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	3.465.994,74	3.269.931,14	2.899.169,54	2.898.484,70	0,00
20.1- Educação Infantil	43.400,00	5.917,67	5.917,67	5.917,67	0,00
20.2- Ensino Fundamental	3.422.594,74	3.264.013,47	2.893.251,87	2.892.567,03	0,00
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (e)	DESPESAS PAGAS JAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	10.177.188,80	8.892.049,12	8.520.587,97	8.395.187,83	0,00
21.1- Educação Infantil	1.546.131,41	1.085.368,42	1.085.368,42	1.019.539,54	0,00
21.1.1- Creche	611.150,00	381.244,56	381.244,56	378.146,72	0,00
21.1.2- Pré-Escola	934.981,41	704.123,86	704.123,86	641.392,82	0,00
21.2- Ensino Fundamental	8.631.057,39	7.806.680,70	7.435.219,55	7.375.648,29	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	2.899.169,54
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	3.606.547,77
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25- VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL = L19.1(x)	0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	37.093,95
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 + 25 - 26 - 27)	6.468.623,36

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	5.200.705,09	6.468.623,36	31,09

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	278.147,43	92.460,78	92.460,78	37.093,95	148.592,70
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	278.147,43	92.460,78	92.460,78	37.093,95	148.592,70
30.2- Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3- Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	356.965,10	391.837,26
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	356.965,10	300.618,22
31.1.1- Salário-Educação	131.226,01	121.061,63
31.1.2- PDDE	0,00	239,74
31.1.3- PNAE	126.125,96	78.844,79
31.1.4- PNATE	99.613,13	100.269,19
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	202,87
31.2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	91.219,04
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (e)	DESPESAS PAGAS JAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	2.788.309,00	1.743.292,85	1.288.048,91	1.288.048,91	0,00
32.1- Educação Infantil	8.985,81	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2- Ensino Fundamental	2.466.141,33	1.459.219,70	1.211.400,96	1.211.400,96	0,00
32.3- Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- Outras	313.181,86	284.073,15	76.647,95	76.647,95	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (e)	DESPESAS PAGAS JAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	12.910.497,80	10.635.341,97	9.808.636,88	9.683.236,74	0,00
33.1- Despesas Correntes	11.350.009,90	10.337.009,89	9.567.553,32	9.442.153,18	0,00
33.1.1- Pessoal Ativo	7.040.563,99	6.467.356,18	6.467.349,18	6.341.949,04	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	128.179,00	128.176,00	128.176,00	128.176,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	4.181.266,91	3.741.477,71	2.972.028,14	2.972.028,14	0,00
33.2- Despesas de Capital	1.228.550,90	298.332,08	241.083,56	241.083,56	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	1.228.550,90	298.332,08	241.083,56	241.083,56	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (aj)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	63.016,89	17.820,61
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	5.539.479,68	121.061,63
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	5.500.573,83	123.670,12
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	101.922,74	15.212,12
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	-15,77	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	101.906,97	15.212,12

EIDSON CARLOS POLITO	*MILENA BUBACK RONQUETTI*	*POLIANA DE MOARES SILVA GASQUI PERRETA*
CONTADOR CRCRO 005964/O-3	CONTROLADORA	PREFEITA

1) Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.
2) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
3) 3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de
crédito adicional." utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
6) As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.
7) Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a
disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.
8) Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.
9) Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).
10) Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.

Publicado por:
Dineia Tigre Dos Santos
Código Identificador:BC8EF298

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ANEXO IX - OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL			
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL			
PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)	R$ 1		
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A OUT (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	9.601.094,62	3.176.402,84	6.424.691,78
Investimentos	9.364.198,82	2.939.507,12	6.424.691,70
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	236.895,80	236.895,72	0,08
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	9.601.094,62	3.176.402,84	6.424.691,78
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	9.601.094,62	3.176.402,84	6.424.691,78
	<(d - a)>	<(e - b)>	<(f - c)>
EIDSON CARLOS POLITO	***MILENA BUBACK RONQUETTI***	***POLIANA DE MOARES SILVA GASQUI PERRETA***	
Contador CRCRO 005964/O-3	Controladora	Prefeita	
Notas:			
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>			
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:			
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;			
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.			

Publicado por:
Dineia Tigre Dos Santos
Código Identificador:8F175A5E

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ANEXO XI - RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS							
PERIODO: Janeiro a Outubro							
RREO – ANEXO 11(LRF, art. 53, § 1º, inciso III)					R$ 1		
RECEITAS					PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)					0,00	563,01	-563,01
Receita de Alienação de Bens Móveis					0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis					0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis					0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras					0,00	563,01	-563,01
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	6.540,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.540,70
Despesas de Capital	6.540,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.540,70

Investimentos	6.540,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.540,70
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO APLICAR					2022	2023	SALDO ATUAL
					(i)	(j) = (Ib – (IIf+ IIg))	(k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)					6.540,74	563,01	7.103,75

EIDSON CARLOS POLITO	***MILENA BUBACK RONQUETTI***	***POLIANA DE MOARES SILVA GASQUI PERRETA***
Contador CRCRO 005964/O-3	Controladora	Prefeita

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Publicado por:
Dineia Tigre Dos Santos
Código Identificador:F6FB4CC7

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ANEXO XII - RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE
Setembro - Outubro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) — R$ 1

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.858.897,61	1.858.897,61	2.171.069,08	116,79
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	205.935,10	205.935,10	276.249,31	134,14
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	541.831,11	541.831,11	526.001,70	97,08
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	228.079,46	228.079,46	567.603,75	248,86
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	883.051,94	883.051,94	801.214,32	90,73
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	20.829.318,68	20.829.318,68	18.172.782,46	87,25
Cota-Parte FPM	10.764.872,40	10.764.872,40	8.528.336,41	79,22
Cota-Parte ITR	10.319,39	10.319,39	31.454,20	304,81
Cota-Parte IPVA	798.121,20	798.121,20	1.167.574,88	146,29
Cota-Parte ICMS	9.223.374,89	9.223.374,89	8.394.860,08	91,02
Cota-Parte IPI-Exportação	32.630,80	32.630,80	26.438,46	81,02
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	24.118,43	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	22.688.216,29	22.688.216,29	20.343.851,54	89,67

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	1.951.277,10	1.711.800,67	1.544.588,89	90,23	1.512.828,60	88,38	1.485.863,82	86,80	0,00
Despesas Correntes	1.951.277,10	1.607.000,67	1.439.904,71	89,60	1.408.604,42	87,65	1.381.639,64	85,98	0,00
Despesas de Capital	0,00	104.800,00	104.684,18	99,89	104.224,18	99,45	104.224,18	99,45	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	3.019.873,61	3.499.735,53	3.377.107,00	96,50	2.998.942,51	85,69	2.985.508,19	85,31	0,00
Despesas Correntes	3.019.873,61	3.471.990,56	3.349.362,03	96,47	2.973.821,03	85,65	2.960.386,71	85,26	0,00
Despesas de Capital	0,00	27.744,97	27.744,97	100,00	25.121,48	90,54	25.121,48	90,54	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	145.400,88	47.137,39	36.918,19	78,32	33.455,06	70,97	33.281,41	70,61	0,00
Despesas Correntes	144.190,88	46.329,39	36.220,19	78,18	33.455,06	72,21	33.281,41	71,84	0,00
Despesas de Capital	1.210,00	808,00	698,00	86,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	239.310,00	409.486,23	356.047,72	86,95	333.949,84	81,55	331.549,60	80,97	0,00
Despesas Correntes	238.310,00	409.486,23	356.047,72	86,95	333.949,84	81,55	331.549,60	80,97	0,00
Despesas de Capital	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	5.355.861,59	5.668.159,82	5.314.661,80	93,76	4.879.176,01	86,08	4.836.203,02	85,32	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas (e)	Despesas Pagas (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	5.314.661,80	4.879.176,01	4.836.203,02
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	5.314.661,80	4.879.176,01	4.836.203,02
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	0,00	3.051.577,73	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	0,00	1.827.598,28	0,00
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)		23,98	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFOME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no Exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo inicial = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2022 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2019 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (no Exercicio atual) (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.433.168,52	2.433.168,52	2.603.703,17	107,01
Proveniente da União	2.316.832,12	2.316.832,12	2.451.118,48	105,80
Proveniente dos Estados	116.336,40	116.336,40	152.584,69	131,16
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.433.168,52	2.433.168,52	2.603.703,17	107,01

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.838.823,09	5.806.718,11	3.571.884,70	61,51	2.249.581,84	38,74	2.245.768,86	38,68	0,00
Despesas Correntes	1.838.823,09	3.579.649,24	2.545.772,51	71,12	1.911.994,33	53,41	1.908.181,35	53,31	0,00
Despesas de Capital	0,00	2.227.068,87	1.026.112,19	46,07	337.587,51	15,16	337.587,51	15,16	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	377.426,72	1.253.549,49	624.232,88	49,80	229.243,03	18,29	229.243,03	18,29	0,00
Despesas Correntes	377.426,72	884.796,34	364.591,47	41,21	226.843,03	25,64	226.843,03	25,64	0,00
Despesas de Capital	0,00	368.753,15	259.641,41	70,41	2.400,00	0,65	2.400,00	0,65	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	81.150,72	171.222,97	135.700,76	79,25	46.428,79	27,12	40.882,51	23,88	0,00
Despesas Correntes	81.150,72	171.222,97	135.700,76	79,25	46.428,79	27,12	40.882,51	23,88	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	135.767,99	202.498,32	83.971,32	41,47	80.207,57	39,61	79.862,39	39,44	0,00
Despesas Correntes	135.767,99	202.498,32	83.971,32	41,47	80.207,57	39,61	79.862,39	39,44	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	420.795,28	440.411,75	3.886,47	0,88	3.886,47	0,88	3.886,47	0,88	0,00
Despesas Correntes	0,00	4.000,00	3.886,47	97,16	3.886,47	97,16	3.886,47	97,16	0,00
Despesas de Capital	420.795,28	436.411,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.853.963,80	7.874.400,64	4.419.676,13	56,13	2.609.347,70	33,14	2.599.643,26	33,01	0,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	

ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	3.790.100,19	7.518.518,78	5.116.473,59	68,05	3.762.410,44	50,04	3.731.632,68	49,63	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	3.397.300,33	4.753.285,02	4.001.339,88	84,18	3.228.185,54	67,91	3.214.751,22	67,63	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	81.150,72	171.222,97	135.700,76	79,25	46.428,79	27,12	40.882,51	23,88	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	281.168,87	249.635,71	120.889,51	48,43	113.662,63	45,53	113.143,80	45,32	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	660.105,28	849.897,98	359.934,19	42,35	337.836,31	39,75	335.436,07	39,47	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	8.209.825,39	13.542.560,46	9.734.337,93	71,88	7.488.523,71	55,30	7.435.846,28	54,91	0,00
1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.									
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".									
3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".									
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012									
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012									
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].									
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre									

EIDSON CARLOS POLITO	***MILENA BUBACK RONQUETTI***	***POLIANA DE MOARES SILVA GASQUI PERRETA***
CONTADOR CRCRO 005964/O-3	CONTROLADORA	PREFEITA

Publicado por:
Dineia Tigre Dos Santos
Código Identificador:0BC045A8

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ANEXO XIII - PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADAS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro				
RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)				R$ 1
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFEUADOS EM 2023		SALDO TOTAL (b)
		NO BIMESTRE (d)	JAN A OUT (c)	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EIDSON CARLOS POLITO			***MILENA BUBACK RONQUETTI***				***POLIANA DE MOARES SILVA GASQUI PERRETA***				
Contador CRCRO 005964/O-3			Controladora				Prefeita				

Publicado por:
Dineia Tigre Dos Santos
Código Identificador:4CC5A960

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ANEXO XIV - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RREO

PREFEITURA MUN. VALE DO PARAÍSO	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro	
LRF, Art. 48 – Anexo 14	R$ 1
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	-
Previsão Inicial	39.548.506,3-9
Previsão Atualizada	39.548.506,3-9
Receitas Realizadas	36.356.447,6-4
Déficit Orçamentário	0,0-0
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	7.235.752,2-0
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS	-

Dotação Inicial	39.549.232,2-8
Créditos Adicionais	11.986.171,0-5
Dotação Atualizada	51.535.403,3-3
Despesas Empenhadas	35.588.967,2-9
Despesas Liquidadas	30.636.855,5-4
Despesas Pagas	30.378.794,4-7
Superávit Orçamentário	5.719.592,1-0
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	35.588.967,2-9
Despesas Liquidadas	30.636.855,5-4
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	35.834.164,9-0
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	35.634.164,9-0
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	34.759.412,9-0
RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	-
Receitas Previdenciárias Realizadas	3.829.157,1-0
Despesas Previdenciárias Empenhadas	1.757.940,6-4
Despesas Previdenciárias Liquidadas	1.757.940,6-4
Despesas Previdenciárias Pagas	1.757.940,6-4
Resultado Previdenciário	2.071.216,4-6
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	-
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,0-0
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,0-0
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,0-0
Despesas Previdenciárias Pagas	0,0-0
Resultado Previdenciário	0,0-0

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha	1.213.509,95	-1.294.953,82	-106,71
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	-227.957,79	0,00

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	80.402,38	0,00	80.402,38	0,00
Poder Executivo	80.402,38	0,00	80.402,38	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.229.663,67	145.992,54	3.466.994,29	616.676,84
Poder Executivo	4.229.663,67	145.992,54	3.466.994,29	616.676,84
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4.310.066,05	145.992,54	3.547.396,67	616.676,84

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	6.468.623,36	25,00	31,09
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	5.245.419,73	70,00	94,69
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	3.176.402,84	6.424.691,78
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	563,01	-563,01
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	6.540,70

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	4.879.176,01	15,00	23,98
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		

EIDSON CARLOS POLITO	***MILENA BUBACK RONQUETTI***	***POLIANA DE MOARES SILVA GASQUI PERRETA***
Contador CRCRO 005964/O-3	Controladora	Prefeita

Publicado por:
Dineia Tigre Dos Santos
Código Identificador:175CB2CA

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ANEXO 3 RREO - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 5º BIMESTRE DE 2023

RELATÓRIO RESUMIDODA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DARECEITACORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

NOV/2022 A OUT/2023

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS12 MESES												TOTAL(ÚLTIMOS12MESES)	PREVISÃOATUALIZADA
	NOV/2022	DEZ/2022	JAN/2023	FEV/2023	MAR/2023	ABR/2023	MAI/2023	JUN/2023	JUL/2023	AGO/2023	SET/2023	OUT/2023		
RECEITAS CORRENTES (I)	12.275.400,24	16.689.304,25	11.288.545,53	13.656.405,16	13.207.366,32	12.134.491,69	15.078.666,64	14.702.821,46	16.725.955,58	14.451.122,91	12.877.733,47	12.568.989,85	165.656.803,10	164.642.889,61
Impostos, Taxas e Contribuições deMelhoria	943.972,65	1.904.602,96	640.915,24	1.046.740,38	1.669.929,71	1.410.985,69	1.119.689,60	1.202.709,64	1.598.400,40	1.506.347,58	1.196.247,96	1.222.090,10	15.462.631,91	10.872.739,98
IPTU	101.827,07	76.620,36	64.765,17	146.564,22	553.852,78	145.938,69	156.619,03	201.072,53	198.870,40	173.555,25	128.905,58	96.783,29	2.045.374,37	4.351.832,96
ISS	271.183,52	486.917,20	297.221,35	286.283,33	327.613,40	441.689,09	326.616,88	476.825,62	431.952,50	450.768,32	306.111,55	334.091,14	4.437.273,90	985.765,12
ITBI	72.320,05	123.940,91	143.694,93	62.670,41	110.376,13	64.699,87	54.240,32	105.141,46	108.027,42	128.705,62	129.615,41	90.773,72	1.194.206,25	781.056,24
IRRF	71.248,11	2.543.661,56	52.371,72	391.744,35	321.201,65	584.735,42	393.701,70	237.692,48	656.869,87	564.744,48	460.765,46	554.260,10	6.832.996,90	3.009.211,06
Outros Impostos, Taxas eContribuições de Melhoria	427.393,90	-1.326.537,07	82.862,07	159.478,07	356.885,75	173.922,62	188.511,67	181.977,55	202.680,21	188.573,91	170.849,96	146.181,85	952.780,49	1.744.874,60
Contribuições	939.424,65	1.157.872,30	397.898,95	760.466,89	786.495,44	931.968,12	761.487,34	691.676,17	500.506,06	782.969,81	949.502,63	827.161,50	9.487.429,86	10.379.314,15
Receita Patrimonial	784.365,39	1.376.256,25	1.420.010,03	1.277.115,70	1.547.485,63	1.071.578,31	1.310.737,99	1.490.825,90	1.258.080,75	1.076.665,90	758.735,01	708.042,94	14.079.899,80	6.619.945,40
Rendimentos de Aplicação Financeira	783.028,36	1.374.711,76	1.418.577,79	1.276.377,74	1.545.513,80	1.070.933,75	1.307.467,89	1.489.878,64	1.257.068,52	1.073.630,10	754.878,26	706.261,70	14.058.328,31	6.590.763,62
Outras Receitas Patrimoniais	1.337,03	1.544,49	1.432,24	737,96	1.971,83	644,56	3.270,10	947,26	1.012,23	3.035,80	3.856,75	1.781,24	21.571,49	29.181,78
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	9.472.322,14	12.239.943,17	8.791.714,26	10.550.033,89	9.156.675,20	8.709.291,95	11.865.054,39	11.310.664,28	13.337.444,20	11.041.174,52	9.939.240,87	9.786.491,98	126.200.050,85	136.582.670,08
Cota Parte do FPM	3.045.885,52	4.732.695,33	3.026.180,42	4.094.103,93	2.504.551,20	2.863.483,60	3.183.221,74	2.973.105,25	3.762.213,39	2.546.457,23	2.595.023,15	2.410.160,34	37.737.081,10	36.267.947,16
Cota Parte do ICMS	2.477.250,97	2.826.867,67	2.552.595,91	2.193.749,21	2.324.627,65	2.045.448,07	4.065.807,60	3.314.932,54	3.269.286,03	3.282.810,16	3.193.705,02	2.578.641,06	34.125.721,89	44.456.793,68
Cota Parte do IPVA	180.955,54	155.424,79	432.525,30	544.017,58	623.519,64	500.444,95	571.903,55	477.590,27	551.095,67	463.297,78	310.918,75	390.134,65	5.201.828,47	3.656.337,39
Cota Parte do ITR	1.345,62	31,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.923,39	105,31	7.838,85	20.710,23	31.954,80	8.527,68
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	154.668,92	0,00	12.615,21	16.153,76	0,00	21.610,48	9.611,94	2.114,74	22.331,16	13.168,54	15.522,94	267.797,69	2.365,73
Transferencias do FUNDEB	1.852.794,41	2.239.318,83	1.558.316,34	2.456.045,77	1.880.997,41	2.003.070,38	2.451.850,42	2.088.263,36	1.974.311,84	2.004.451,95	1.877.949,40	1.651.635,20	24.039.005,31	24.986.951,48
Outras Transferências Correntes	1.914.090,08	2.130.936,23	1.222.096,29	1.249.502,19	1.806.825,54	1.296.844,95	1.570.660,60	2.447.160,92	3.776.499,14	2.721.720,93	1.940.637,16	2.719.687,56	24.796.661,59	27.203.746,96
Outras Receitas Correntes	135.315,41	10.629,57	38.007,05	22.048,30	46.780,34	10.667,62	21.697,32	6.945,47	31.524,17	43.965,10	34.007,00	25.203,33	426.790,68	188.220,00
DEDUÇÕES (II)	2.008.729,21	2.919.241,16	2.149.769,81	2.636.775,73	2.493.233,37	2.341.695,91	2.818.054,13	2.729.453,30	2.183.915,38	2.267.324,44	2.059.192,72	1.808.680,00	28.416.065,16	27.195.986,71
Contribuição do Servidor para o Planode Previdência	677.036,22	896.788,43	136.976,97	481.811,50	464.904,69	655.664,59	510.115,18	412.470,72	230.321,15	455.716,84	618.866,06	504.425,67	6.045.098,02	7.273.160,97
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações deRecursos Previdenciários	190.605,45	743.090,67	809.562,18	786.024,30	934.513,77	604.044,60	739.424,53	961.865,12	742.539,82	548.999,37	291.931,58	221.220,47	7.573.821,86	3.519.625,90
Dedução de Receita para Formação doFundeb	1.141.087,54	1.279.362,06	1.203.230,66	1.368.939,93	1.093.814,91	1.081.986,72	1.568.514,42	1.355.117,46	1.211.054,41	1.262.608,23	1.148.395,08	1.083.033,86	14.797.145,28	16.403.199,84
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)- (II)	10.266.671,03	13.770.063,09	9.138.775,72	11.019.629,43	10.714.132,95	9.792.795,78	12.260.612,51	11.973.368,16	14.542.040,20	12.183.798,47	10.818.540,75	10.760.309,85	137.240.737,94	137.446.902,90
(-) Transferências	0,00	-200.000,00	0,00	0,00	410.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.210.000,00	410.000,00

obrigatórias daUnião relativas àsemendasindividuais (art. 166-A, § 1º, daCF) (IV)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDAAJUSTADA PARA PARACÁLCULO DOS LIMITES DEENDIVIDAMENTO (V) = (III- IV)	10.266.671,03	13.970.063,09	9.138.775,72	11.019.629,43	10.304.132,95	9.792.795,78	12.260.612,51	10.973.368,16	14.542.040,20	12.183.798,47	10.818.540,75	10.760.309,85	136.030.737,94	137.036.902,90
(-) Transferências obrigatórias daUnião relativas às emendas de bancada(art. 166, § 16, da CF) e ao vencimentodos agentes comunitários de saúde e decombate às endemias (CF, art. 198, §11) (VI)	0,00	0,00	281.232,00	281.232,00	281.232,00	281.232,00	285.120,00	287.760,00	287.760,00	279.840,00	279.840,00	279.840,00	2.825.088,00	2.789.748,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDAAJUSTADA PARA CÁLCULODOS LIMITES DA DESPESA COMPESSOAL(VII) = (V - VI)	10.266.671,03	13.970.063,09	8.857.543,72	10.738.397,43	10.022.900,95	9.511.563,78	11.975.492,51	10.685.608,16	14.254.280,20	11.903.958,47	10.538.700,75	10.480.469,85	133.205.649,94	134.247.154,90

Publicado por:
Mayara Farel Mesquita Braga
Código Identificador:E9E9A5B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ANEXO 7 RREO - RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO - 5º BIMESTRE DE 2023

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER / ORGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Sald o Tota l L = (e + k)
		Inscritos		Pagos (c)	Cancelado s(d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscrit os		Liquidad os (h)	Pagos (i)	Cancelad os(j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	
		Exercici os (a)	Em 31 de Dezembro 2022(b)				Exercici os Anterior es(f)	Em 31 de Dezembro 2022(g)					
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA- ORÇAMENTÁRIOS) (I)	787.303,1 4	1.645.093,7 6	1.406.801,4 9	25.288,37	1.000.307,0 4	2.599.242,8 2	35.069.890, 73	27.917.096, 72	26.494.095, 58	782.188,60	10.392.849, 37	11.393.156, 41
01	PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.183,21	42.183,21	42.183,21	0,00	0,00	0,00
0101	CAMARA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.183,21	42.183,21	42.183,21	0,00	0,00	0,00
02	PODER EXECUTIVO	787.303,14	1.645.093,7 6	1.406.801,4 9	25.288,37	1.000.307,0 4	2.599.242,8 2	35.027.707, 52	27.874.913, 51	26.451.912, 37	782.188,60	10.392.849, 37	11.393.156, 41
0202	GABINETE DO PREFEITO	0,00	3.432,00	3.432,00	0,00	0,00	748,80	23.071,43	4.994,97	4.994,97	748,00	18.077,26	18.077,26
0204	PROCURADORIA GERAL - PROGEM	2.598,00	0,00	0,00	0,00	2.598,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.598,00
0205	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ	4.328,50	0,00	0,00	0,00	4.328,50	0,00	6.675,30	6.663,30	6.663,30	0,00	12,00	4.340,50
0206	COORDENADORIA GERAL MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO –	7.197,88	101.926,82	71.955,96	0,00	37.168,74	782.423,36	507.148,20	764.415,52	764.415,52	0,00	525.156,04	562.324,78
0207	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SEMED	0,00	150.363,40	150.363,40	0,00	0,00	0,00	4.611.589,5 2	2.988.257,3 0	2.986.486,1 7	97.319,55	1.527.783,8 0	1.527.783,8 0
0208	COORDENADORIA GERAL MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO – C	0,00	16.823,69	0,00	0,00	16.823,69	2.500,00	55.295,08	1.856,00	1.856,00	0,00	55.939,08	72.762,77
0209	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS -SE	42.000,00	317.306,01	317.306,01	0,00	42.000,00	44.686,47	23.313.600, 28	19.342.558, 11	17.937.251, 84	0,00	5.421.034,9 1	5.463.034,9 1
0210	COORDENADORIA GERAL MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAG	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	568.080,00	529.080,00	529.080,00	0,00	39.000,00	39.000,00
0211	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SEMSAU	711.456,93	720.065,36	541.704,37	23.795,47	866.022,45	1.676.226,0 6	4.561.807,7 2	4.070.503,7 2	4.064.525,7 2	634.675,50	1.538.832,5 6	2.404.855,0 1
0212	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - SEMTAS	19.308,93	314.359,80	307.275,18	0,00	26.393,55	23.064,26	196.253,34	117.286,07	107.340,33	0,00	111.977,27	138.370,82
0213	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00

0214	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEMAG	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.026,49	0,00	0,00	0,00	4.026,49	4.026,49
0215	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO - SEMCET	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.922,38	1.165.819,8 4	34.373,46	34.373,46	0,00	1.146.368,7 6	1.146.368,7 6
0216	IPREGUAM - Inst. Prev. Social Serv. Púb. Mun. G.Mirim	412,90	1.080,00	0,00	1.492,90	0,00	42.171,49	9.030,06	1.756,00	1.756,00	49.445,55	0,00	0,00
0217	Fundo M. dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA	0,00	19.736,68	14.764,57	0,00	4.972,11	12.500,00	4.710,26	12.569,06	12.569,06	0,00	4.641,20	9.613,31
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	1.699,69	141.838,37	140.541,24	2.229,24	767,58	0,00	104.702,55	104.682,55	104.682,55	20,00	0,00	767,58
01	PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.108,09	15.108,09	15.108,09	0,00	0,00	0,00
02	PODER EXECUTIVO	1.699,69	141.838,37	140.541,24	2.229,24	767,58	0,00	89.594,46	89.574,46	89.574,46	20,00	0,00	767,58
TOTAL (III) = (I + II)		789.002,83	1.786.932,1 3	1.547.342,7 3	27.517,61	1.001.074,6 2	2.599.242,8 2	35.174.593, 28	28.021.779, 27	26.598.778, 13	782.208,60	10.392.849, 37	11.393.923, 99

Publicado por:
Mayara Farel Mesquita Braga
Código Identificador:7D486458

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D´ OESTE

CONTABILIDADE
ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL							
PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro							
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R$ 1
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			BIMESTRE (b)	% (b/a)	JAN A OUT (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	134.021.189,70	137.521.257,79	24.429.550,82	17,76	127.450.524,32	92,68	10.070.733,47
RECEITAS CORRENTES	132.262.194,14	132.449.650,14	23.364.214,82	17,64	117.711.615,82	88,87	14.738.034,32
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	13.088.566,84	13.088.566,84	3.880.801,85	29,65	13.689.159,06	104,59	-600.592,22
Impostos	11.105.285,67	11.105.285,67	2.955.029,21	26,61	10.951.086,91	98,61	154.198,76
Taxas	1.983.281,17	1.983.281,17	925.772,64	46,68	2.738.072,15	138,06	-754.790,98
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	4.662.015,21	4.662.015,21	1.157.305,34	24,82	5.164.192,60	110,77	-502.177,39
Contribuições Sociais	2.996.264,96	2.996.264,96	740.487,80	24,71	3.437.212,86	114,72	-440.947,90
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.665.750,25	1.665.750,25	416.817,54	25,02	1.726.979,74	103,68	-61.229,49
RECEITA PATRIMONIAL	6.683.916,79	6.683.916,79	283.670,73	4,24	10.158.047,12	151,98	-3.474.130,33
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	205,48	0,00	-205,48
Valores Mobiliários	6.683.916,79	6.683.916,79	283.670,73	4,24	10.157.841,64	151,97	-3.473.924,85
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	6.905,48	0,00	38.773,20	0,00	-38.773,20
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	6.905,48	0,00	38.773,20	0,00	-38.773,20
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	107.579.734,46	107.767.190,46	17.957.991,68	16,66	88.313.378,71	81,95	19.453.811,75
Transferências da União e de suas Entidades	44.357.945,17	44.545.401,17	6.761.626,26	15,18	33.337.300,52	74,84	11.208.100,65

Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	36.653.465,13	36.653.465,13	7.498.972,78	20,46	34.124.601,96	93,10	2.528.863,17
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	26.568.324,16	26.568.324,16	3.697.392,64	13,92	20.851.476,23	78,48	5.716.847,93
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	247.960,84	247.960,84	77.539,74	31,27	348.065,13	140,37	-100.104,29
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	21.872,79	21.872,79	2.033,14	9,30	79.027,07	361,30	-57.154,28
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	24.658,73	24.658,73	57.104,55	231,58	120.410,07	488,31	-95.751,34
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	201.429,32	201.429,32	18.402,05	9,14	148.627,99	73,79	52.801,33
RECEITAS DE CAPITAL	1.758.995,56	5.071.607,65	1.065.336,00	21,01	9.738.908,50	192,03	-4.667.300,85
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.758.995,56	5.071.607,65	1.065.336,00	21,01	9.738.908,50	192,03	-4.667.300,85
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	2.260.000,00	815.336,00	36,08	7.716.840,66	341,45	-5.456.840,66
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.758.995,56	2.811.607,65	250.000,00	8,89	2.022.067,84	71,92	789.539,81
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.866.754,77	7.866.754,77	1.101.019,30	14,00	6.807.795,41	86,54	1.058.959,36
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	141.887.944,47	145.388.012,56	25.530.570,12	17,56	134.258.319,73	92,34	11.129.692,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			BIMESTRE (b)	% (b/a)	JAN A OUT (c)	% (c/a)	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	141.887.944,47	145.388.012,56	25.530.570,12	17,56	134.258.319,73	92,34	11.129.692,83
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	141.887.944,47	145.388.012,56	25.530.570,12	17,56	134.258.319,73	92,34	11.129.692,83
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	32.221.656,83			32.221.656,83		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		32.221.656,83			32.221.656,83		

GILBERTO BONES DE CARVALHO	***PAULO HENRIQUE DOS SANTOS***		***RENATO RODRIGUES DA COSTA***	
469.701.772-20	562.574.309-68		574.763.149-72	
Contador - CRC/RO 007119/0-3	Prefeito		Controlador Geral	

DESPESAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)
			BIMESTRE	JAN A OUT (f)		BIMESTRE	JAN A OUT (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	133.032.543,62	201.139.156,72	28.068.508,92	149.097.389,95	52.041.766,77	27.141.883,09	121.116.564,88	80.022.591,84	118.717.518,61	0,00
DESPESAS CORRENTES	115.039.002,82	138.636.981,81	15.286.597,65	117.454.456,75	21.182.525,06	24.341.536,47	105.756.436,52	32.880.545,29	104.450.583,52	0,00

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	58.246.350,47	61.162.291,53	10.425.459,49	51.308.216,97	9.854.074,56	10.445.614,29	51.145.480,24	10.016.811,29	50.840.504,14	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	611.000,00	611.000,00	0,00	561.000,00	50.000,00	85.873,72	433.313,06	177.686,94	433.313,06	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	56.181.652,35	76.863.690,28	4.861.138,16	65.585.239,78	11.278.450,50	13.810.048,46	54.177.643,22	22.686.047,06	53.176.766,32	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	56.181.652,35	76.863.690,28	4.861.138,16	65.585.239,78	11.278.450,50	13.810.048,46	54.177.643,22	22.686.047,06	53.176.766,32	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	7.694.065,51	54.330.203,62	12.781.911,27	31.642.933,20	22.687.270,42	2.800.346,62	15.360.128,36	38.970.075,26	14.266.935,09	0,00
INVESTIMENTOS	6.576.910,07	53.213.048,18	12.781.911,27	30.603.453,57	22.609.594,61	2.612.620,32	14.428.047,82	38.785.000,36	13.334.854,55	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.117.155,44	1.117.155,44	0,00	1.039.479,63	77.675,81	187.726,30	932.080,54	185.074,90	932.080,54	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.299.475,29	8.171.971,29	0,00	0,00	8.171.971,29	0,00	0,00	8.171.971,29	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	8.855.400,85	8.587.890,51	959.100,45	8.058.472,74	529.417,77	1.050.088,31	6.852.008,84	1.735.881,67	6.451.277,13	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	141.887.944,47	209.727.047,23	29.027.609,37	157.155.862,69	52.571.184,54	28.191.971,40	127.968.573,72	81.758.473,51	125.168.795,74	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	141.887.944,47	209.727.047,23	29.027.609,37	157.155.862,69	52.571.184,54	28.191.971,40	127.968.573,72	81.758.473,51	125.168.795,74	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			6.289.746,01		9.089.523,99	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	141.887.944,47	209.727.047,23	29.027.609,37	157.155.862,69		28.191.971,40	134.258.319,73		134.258.319,73	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

GILBERTO BONES DE CARVALHO	***PAULO HENRIQUE DOS SANTOS***	***RENATO RODRIGUES DA COSTA***
469.701.772-20	562.574.309-68	574.763.149-72
Contador - CRC/RO 007119/0-3	Prefeito	Controlador Geral

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			BIMESTRE (b)	% (b/a)	JAN A OUT (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.866.754,77	7.866.754,77	1.101.019,30	14,00	6.807.795,41	86,54	1.058.959,36
RECEITAS CORRENTES	7.866.754,77	7.866.754,77	1.101.019,30	14,00	6.807.795,41	86,54	1.058.959,36
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	7.096.567,25	7.096.567,25	740.218,23	10,43	3.199.533,46	45,09	3.897.033,79
Contribuições Sociais	7.096.567,25	7.096.567,25	740.218,23	10,43	3.199.533,46	45,09	3.897.033,79
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	715.672,61	715.672,61	190.926,84	26,68	916.747,64	128,10	-201.075,03
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	715.672,61	715.672,61	190.926,84	26,68	916.747,64	128,10	-201.075,03
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	54.514,91	54.514,91	169.874,23	311,61	2.691.514,314.937,21		-2.636.999,40
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	7.952,18	7.952,18	1.750,36	22,01	8.290,64	104,26	-338,46
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	46.562,73	46.562,73	8.201,79	17,61	40.253,01	86,45	6.309,72
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	159.922,08	0,00	2.642.970,66	0,00	-2.642.970,66
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

GILBERTO BONES DE CARVALHO	***PAULO HENRIQUE DOS SANTOS***	***RENATO RODRIGUES DA COSTA***
469.701.772-20	562.574.309-68	574.763.149-72
Contador - CRC/RO 007119/0-3	Prefeito	Controlador Geral

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[2] (k)
			BIMESTRE	JAN A OUT (f)		BIMESTRE	JAN A OUT (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	8.855.400,85	8.587.890,51	959.100,45	8.058.472,74	529.417,77	1.050.088,31	6.852.008,84	1.735.881,67	6.451.277,13	0,00
DESPESAS CORRENTES	8.423.870,41	8.156.360,07	959.100,45	7.626.942,30	529.417,77	978.166,57	6.492.400,14	1.663.959,93	6.091.668,43	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.827.870,41	4.009.212,84	814.338,40	3.554.877,89	454.334,95	814.338,40	3.554.441,30	454.771,54	3.156.709,59	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	300.000,00	430.660,00	142.411,06	430.660,00	0,00	68.870,28	325.660,14	104.999,86	325.660,14	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.296.000,00	3.716.487,23	2.350,99	3.641.404,41	75.082,82	94.957,89	2.612.298,70	1.104.188,53	2.609.298,70	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	431.530,44	431.530,44	0,00	431.530,44	0,00	71.921,74	359.608,70	71.921,74	359.608,70	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	431.530,44	431.530,44	0,00	431.530,44	0,00	71.921,74	359.608,70	71.921,74	359.608,70	0,00

GILBERTO BONES DE CARVALHO	***PAULO HENRIQUE DOS SANTOS***	***RENATO RODRIGUES DA COSTA***
469.701.772-20	562.574.309-68	574.763.149-72
Contador - CRC/RO 007119/0-3	Prefeito	Controlador Geral

Publicado por:
Gilberto Bones de Carvalho
Código Identificador:5CDB4BD3

CONTABILIDADE
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA															
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA															
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL															
NOV/2022 A OUT/2023															
RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)														R$ 1	
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	NOV/2022	DEZ/2022	JAN/2023	FEV/2023	MAR/2023	ABR/2023	MAI/2023	JUN/2023	JUL/2023	AGO/2023	SET/2023	OUT/2023			
RECEITAS CORRENTES (I)	11.955.692,61	14.529.718,33	10.051.516,89	12.006.280,64	14.169.171,50	10.477.240,13	17.051.897,41	12.420.297,83	12.616.619,07	14.140.681,86	11.652.060,85	13.636.288,77		154.707.465,89	144.472.629,14
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.186.526,52	2.200.274,84	900.710,13	1.188.643,27	1.540.638,23	1.115.098,40	1.322.915,22	1.198.860,23	1.201.511,30	1.339.980,43	1.979.862,48	1.900.939,37		17.075.960,42	13.088.566,84
IPTU	162.598,79	190.988,91	142.070,05	159.442,02	290.837,14	134.735,38	175.157,60	117.203,98	144.725,84	171.459,55	621.302,35	605.081,78		2.915.603,39	2.576.126,71
ISS	476.455,76	712.193,76	256.838,61	314.001,19	356.664,41	548.060,99	453.565,85	495.416,50	509.704,00	439.158,41	424.080,38	357.197,58		5.343.337,44	3.455.770,77
ITBI	161.556,12	189.429,09	56.364,95	119.993,46	223.778,65	107.480,22	73.291,80	64.681,54	146.884,23	174.381,84	91.762,83	191.481,18		1.601.085,91	1.535.063,54
IRRF	235.220,61	937.207,76	254.313,88	346.377,22	356.112,42	92.863,64	408.141,81	304.639,34	216.713,55	340.997,63	353.668,47	310.454,64		4.156.710,97	3.538.324,65
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	150.695,24	170.455,32	191.122,64	248.829,38	313.245,61	231.958,17	212.758,16	216.918,87	183.483,68	213.983,00	489.048,45	436.724,19		3.059.222,71	1.983.281,17
Contribuições	431.979,69	768.366,13	164.892,82	739.536,43	567.291,77	488.034,08	534.069,39	499.535,73	514.563,28	498.963,76	564.983,26	592.322,08		6.364.538,42	4.662.015,21
Receita Patrimonial	713.198,56	605.694,85	1.419.182,37	703.035,15	1.388.095,45	1.131.176,94	1.495.476,95	1.781.934,84	1.354.911,69	600.563,00	270.830,11	12.840,62		11.476.940,53	6.683.916,79
Rendimentos de Aplicação Financeira	713.198,56	605.694,85	1.416.946,35	703.035,15	1.387.889,97	1.130.401,82	1.495.476,95	1.781.934,84	1.351.925,96	600.563,00	270.830,11	11.934,16		11.469.831,72	6.683.916,79
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	2.236,02	0,00	205,48	775,12	0,00	0,00	2.985,73	0,00	0,00	906,46		7.108,81	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	890,81	6.408,51	3.213,56	3.324,06	7.228,80	3.217,22	3.896,85	3.687,91	3.537,32	3.368,16		38.773,20	0,00
Transferências Correntes	9.616.545,60	10.923.734,67	7.543.816,03	9.285.232,16	10.637.833,00	7.718.699,93	13.645.034,72	8.909.243,28	9.516.935,51	11.684.896,73	8.824.999,80	11.057.126,68		119.364.098,11	119.790.169,46
Cota Parte do FPM	2.741.296,97	4.259.425,79	2.703.258,92	3.684.693,54	2.254.096,08	2.577.135,24	2.864.899,56	2.675.794,71	3.406.295,50	2.291.076,96	2.335.520,84	2.169.144,31		33.962.638,42	35.599.317,17
Cota Parte do ICMS	1.829.980,00	2.088.246,75	2.074.373,81	1.784.164,05	1.890.606,74	1.663.551,55	3.306.698,71	2.696.016,21	2.658.892,16	2.537.143,77	2.530.275,98	2.029.531,12		27.089.480,85	30.181.914,85
Cota Parte do IPVA	126.474,15	155.929,13	310.472,92	305.421,50	415.496,34	343.030,16	452.628,46	396.731,38	421.181,95	375.064,20	286.206,81	209.129,65		3.797.766,65	3.433.795,34
Cota Parte do ITR	2.738,91	2.707,00	7.396,59	801,18	633,77	1.271,21	872,86	2.705,76	534,41	4.069,06	19.681,42	223.850,80		267.262,97	15.138,68
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	115.275,54	0,00	10.259,88	13.137,77	0,00	17.575,69	7.817,33	1.719,91	18.161,81	10.709,90	12.624,73		207.282,56	140.007,31
Transferencias do FUNDEB	1.865.214,15	2.254.329,57	1.629.232,44	2.562.955,59	1.967.532,56	2.095.776,41	2.562.799,08	2.186.985,77	2.068.772,48	2.101.364,57	1.970.191,42	1.735.413,16		25.000.567,20	26.568.324,16
Outras Transferências Correntes	3.050.841,42	2.047.820,89	819.081,35	936.936,42	4.096.329,74	1.037.935,36	4.439.560,36	943.192,12	959.539,10	4.358.016,36	1.672.413,43	4.677.432,91		29.039.099,46	23.851.671,95
Outras Receitas Correntes	7.442,24	31.647,84	22.024,73	83.425,12	32.099,49	20.906,72	47.172,33	27.506,53	24.800,44	12.590,03	7.847,88	69.691,86		387.155,21	247.960,84
DEDUÇÕES (II)	1.360.587,77	1.866.756,04	1.983.314,32	2.068.635,02	2.114.395,75	1.972.372,20	2.746.185,79	2.875.500,65	2.355.426,57	1.698.162,28	1.217.540,91	1.072.167,42		23.331.044,72	19.327.180,65
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	273.273,47	606.316,34	13.631,37	587.350,62	348.274,45	329.168,39	389.202,59	340.025,09	359.299,77	329.772,78	346.591,36	393.896,44		4.316.802,67	2.972.782,89
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos	147.216,31	201.240,93	950.582,55	324.216,38	851.327,16	726.206,21	1.028.448,17	1.379.662,52	973.783,32	296.736,88	-110.796,51	-264.117,76		6.504.506,16	4.331.418,76
Previdenciários															
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	940.097,99	1.059.198,77	1.019.100,40	1.157.068,02	914.794,14	916.997,60	1.328.535,03	1.155.813,04	1.022.343,48	1.071.652,62	981.746,06	942.388,74		12.509.735,89	12.022.979,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	10.595.104,84	12.662.962,29	8.068.202,57	9.937.645,62	12.054.775,75	8.504.867,93	14.305.711,62	9.544.797,18	10.261.192,50	12.442.519,58	10.434.519,94	12.564.121,35		131.376.421,17	125.145.448,49
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187.456,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00		587.456,00	187.456,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	10.595.104,84	12.562.962,29	8.068.202,57	9.937.645,62	12.054.775,75	8.504.867,93	14.118.255,62	9.544.797,18	10.261.192,50	12.442.519,58	10.434.519,94	12.264.121,35		130.788.965,17	124.957.992,49
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VI)	0,00	0,00	169.260,00	169.260,00	169.260,00	169.260,00	0,00	343.200,00	171.600,00	171.600,00	171.600,00	171.600,00		1.706.640,00	3.107.328,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	10.595.104,84	12.562.962,29	7.898.942,57	9.768.385,62	11.885.515,75	8.335.607,93	14.118.255,62	9.201.597,18	10.089.592,50	12.270.919,58	10.262.919,94	12.092.521,35		129.082.325,17	121.850.664,49

GILBERTO BONES DE CARVALHO	*PAULO HENRIQUE DOS SANTOS*	*RENATO RODRIGUES DA COSTA*
469.701.772-20	562.574.309-68	574.763.149-72
CONTADOR - CRC/RO 007119/0-3	PREFEITO	CONTROLADOR GERAL

Publicado por:
Gilberto Bones de Carvalho
Código Identificador:1946DEA6

CONTABILIDADE
ANEXO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro												
RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)												R$ 1
PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	
	Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2022 (b)				Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2022 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	12.942,35	1.592.271,86	1.591.875,02	396,84	12.942,35	305.162,07	11.978.167,68	10.375.416,65	10.284.696,88	714.401,98	1.284.230,89	1.297.173,24
01 LEGISLATIVO MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	209.885,00	209.885,00	209.885,00	0,00	0,00	0,00
0101 CAMARA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	209.885,00	209.885,00	209.885,00	0,00	0,00	0,00
02 EXECUTIVO MUNICIPAL	12.942,35	1.592.271,86	1.591.875,02	396,84	12.942,35	305.162,07	11.768.282,68	10.165.531,65	10.074.811,88	714.401,98	1.284.230,89	1.297.173,24
0201 GABINETE DO PREFEITO	0,00	24.890,52	24.890,52	0,00	0,00	0,00	730.978,11	349.405,19	349.405,19	2.223,75	379.349,17	379.349,17
0202 SEC MUN ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	114.332,22	114.332,22	0,00	0,00	0,00	72.676,58	58.101,38	51.405,38	14.575,20	6.696,00	6.696,00
0203 SEC MUN DE AÇÃO SOCIAL	0,00	23.491,99	23.491,99	0,00	0,00	305.162,07	486.604,83	735.017,69	735.017,69	38.557,75	18.191,46	18.191,46
0204 SEC MUN DE SAUDE	7.953,33	677.550,37	677.550,37	0,00	7.953,33	0,00	3.088.078,28	2.305.142,50	2.293.911,65	568.406,80	225.759,83	233.713,16
0205 SEC MUN DE EDUCAÇÃO	4.960,15	596.836,36	596.836,36	0,00	4.960,15	0,00	2.613.282,04	2.384.963,39	2.384.963,39	49.565,16	178.753,49	183.713,64
0206 SEC MUN DE AGRICULTURA	0,00	2.842,61	2.842,61	0,00	0,00	0,00	22.482,73	19.061,15	19.061,15	0,00	3.421,58	3.421,58
0207 SEC MUN DE OBRAS E SERV. PUBLICOS	28,87	138.327,05	138.327,05	0,00	28,87	0,00	4.488.165,98	4.060.582,94	3.987.790,02	28.316,60	472.059,36	472.088,23
0208 SEC MUN DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	0,00	3.735,06	3.735,06	0,00	0,00	0,00	12.602,23	12.602,23	12.602,23	0,00	0,00	0,00
0209 SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE E PESCA	0,00	1.470,00	1.470,00	0,00	0,00	0,00	250.603,10	237.846,38	237.846,38	12.756,72	0,00	0,00
0210 FUNDO MUN. DE ASSIST. A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0,00	3.088,34	3.088,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0213 INSTITUTO DE PREVIDENCIA - IMPREV	0,00	5.707,34	5.310,50	396,84	0,00	0,00	2.808,80	2.808,80	2.808,80	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01 LEGISLATIVO MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 EXECUTIVO MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	12.942,35	1.592.271,86	1.591.875,02	396,84	12.942,35	305.162,07	11.978.167,68	10.375.416,65	10.284.696,88	714.401,98	1.284.230,89	1.297.173,24
GILBERTO BONES DE CARVALHO			***PAULO HENRIQUE DOS SANTOS***					***RENATO RODRIGUES DA COSTA***				
469.701.772-20			562.574.309-68					574.763.149-72				
Contador - Crc/Ro 007119/0-3			Prefeito					Controlador Geral				

Publicado por:
Gilberto Bones de Carvalho
Código Identificador:F7BC96A5

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

ASSESSORIA CONTÁBIL
RREO 5 BIMESTRE 2023 - ANEXO 02

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DASDESPESASPOR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO											
ORÇAMENTOS FISCAIS EDA SEGURIDADESOCIAL											
PERIODO: Janeiro aOutubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro											
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											R$ 1
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃOINICIAL	DOTAÇÃOATUALIZADA(a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO(c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO(e) = (a-d)	INSCRITAS EMRESTOS APAGAR NÃOPROCESSADOS(f)
			BIMESTRE	JAN A OUT(b)	%(b/total b)		BIMESTRE	JAN A OUT(d)	%(d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.216.816,09	43.157.511,13	4.186.098,79	31.495.327,49	94,14	11.662.183,64	4.305.198,10	29.129.286,69	93,69	14.028.224,44	0,00
LEGISLATIVA	1.752.748,47	1.802.748,47	257.485,95	1.457.138,95	4,36	345.609,52	287.932,87	1.365.252,45	4,39	437.496,02	0,00
Ação Legislativa	1.752.748,47	1.802.748,47	257.485,95	1.457.138,95	4,36	345.609,52	287.932,87	1.365.252,45	4,39	437.496,02	0,00
ADMINISTRAÇÃO	12.146.188,77	15.110.938,32	1.067.964,44	9.844.831,33	29,43	5.266.106,99	1.303.535,92	8.846.831,37	28,46	6.264.106,95	0,00
Administração Geral	12.146.188,77	11.315.632,12	599.452,12	8.310.714,57	24,84	3.004.917,55	910.629,48	7.819.262,10	25,15	3.496.370,02	0,00
Demais Subfunções	0,00	3.795.306,20	468.512,32	1.534.116,76	4,59	2.261.189,44	392.906,44	1.027.569,27	3,31	2.767.736,93	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.150.586,27	1.234.925,20	134.455,26	1.043.776,50	3,12	191.148,70	126.569,63	935.097,21	3,01	299.827,99	0,00
Assistência ao Idoso	30.000,00	20.900,00	5.280,00	10.534,00	0,03	10.366,00	0,00	2.424,00	0,01	18.476,00	0,00
Assistênia Comunitária	679.000,00	588.140,00	65.648,47	433.193,59	1,29	154.946,41	64.340,59	343.459,23	1,10	244.680,77	0,00
Administração Geral	441.586,27	625.885,20	63.526,79	600.048,91	1,79	25.836,29	62.229,04	589.213,98	1,90	36.671,22	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.265.000,00	2.310.000,00	301.999,84	1.494.089,86	4,47	815.910,14	319.578,78	1.440.519,51	4,63	869.480,49	0,00
Previdência do Regime Estatutário	1.930.000,00	1.975.000,00	301.999,84	1.305.935,43	3,90	669.064,57	302.104,20	1.305.935,43	4,20	669.064,57	0,00
Administração Geral	335.000,00	335.000,00	0,00	188.154,43	0,56	146.845,57	17.474,58	134.584,08	0,43	200.415,92	0,00
SAÚDE	6.193.256,06	9.625.194,67	1.021.037,08	7.602.197,63	22,72	2.022.997,04	1.049.362,96	7.341.466,45	23,61	2.283.728,22	0,00
Atenção Básica	2.138.063,01	5.007.328,23	360.591,03	3.242.807,01	9,69	1.764.521,22	400.363,81	3.073.833,11	9,89	1.933.495,12	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.489.592,05	3.875.548,77	639.398,38	3.863.117,53	11,55	12.431,24	611.118,22	3.790.694,09	12,19	84.854,68	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	128.600,00	270.176,67	-10.929,10	176.938,15	0,53	93.238,52	11.359,80	163.059,95	0,52	107.116,72	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	5.000,00	4.696,96	4.696,96	0,01	303,04	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	122.000,00	162.140,00	600,00	113.263,98	0,34	48.876,02	600,00	113.263,98	0,36	48.876,02	0,00
Administração Geral	315.001,00	305.001,00	26.679,81	201.374,00	0,60	103.627,00	25.921,13	200.615,32	0,65	104.385,68	0,00
EDUCAÇÃO	9.222.909,91	11.800.649,68	1.122.124,03	9.312.077,03	27,83	2.488.572,65	1.074.020,78	8.709.015,25	28,01	3.091.634,43	0,00
Ensino Fundamental	7.702.184,91	9.813.133,93	995.539,73	7.783.636,55	23,26	2.029.497,38	947.436,48	7.222.002,70	23,23	2.591.131,23	0,00
Educação Infantil	1.520.725,00	1.987.515,75	126.584,30	1.528.440,48	4,57	459.075,27	126.584,30	1.487.012,55	4,78	500.503,20	0,00
CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	80.057,85	80.057,85	37.800,00	75.266,16	0,22	4.791,69	34.763,16	37.466,16	0,12	42.591,69	0,00
Serviços Urbanos	80.057,85	80.057,85	37.800,00	75.266,16	0,22	4.791,69	34.763,16	37.466,16	0,12	42.591,69	0,00
AGRICULTURA	921.318,76	1.108.246,94	243.232,19	641.560,30	1,92	466.686,64	109.434,00	429.248,56	1,38	678.998,38	0,00
Extensão Rural	921.318,76	1.108.246,94	243.232,19	641.560,30	1,92	466.686,64	109.434,00	429.248,56	1,38	678.998,38	0,00
DESPORTO E LAZER	36.750,00	36.750,00	0,00	24.389,73	0,07	12.360,27	0,00	24.389,73	0,08	12.360,27	0,00
Lazer	36.750,00	36.750,00	0,00	24.389,73	0,07	12.360,27	0,00	24.389,73	0,08	12.360,27	0,00
Reserva de Contingência	448.000,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00	0,00
Demais Subfunções	448.000,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.776.925,49	2.076.038,42	215.793,70	1.961.434,41	5,86	114.604,01	214.995,09	1.960.218,31	6,31	115.820,11	0,00
LEGISLATIVA	47.236,54	47.236,54	7.662,87	37.235,52	0,11	10.001,02	7.662,87	37.235,52	0,12	10.001,02	0,00
Ação Legislativa	47.236,54	47.236,54	7.662,87	37.235,52	0,11	10.001,02	7.662,87	37.235,52	0,12	10.001,02	0,00
ADMINISTRAÇÃO	490.000,00	381.698,00	37.165,56	329.485,90	0,98	52.212,10	37.165,56	329.485,90	1,06	52.212,10	0,00
Administração Geral	490.000,00	381.698,00	37.165,56	329.485,90	0,98	52.212,10	37.165,56	329.485,90	1,06	52.212,10	0,00
FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.1053], MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE, Data/hora da emissão: 28/nov/2023 09h e 47m"											
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃOINICIAL	DOTAÇÃOATUALIZADA(a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO(c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO(e) = (a-d)	INSCRITAS EMRESTOS APAGAR NÃOPROCESSADOS(f)
			BIMESTRE	JAN A OUT(b)	%(b/total b)		BIMESTRE	JAN A OUT(d)	%(d/total d)		
ASSISTÊNCIA SOCIAL	36.000,00	60.000,00	5.827,47	53.345,74	0,16	6.654,26	5.827,47	53.345,74	0,17	6.654,26	0,00
Assistênia Comunitária	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
Administração Geral	30.000,00	54.000,00	5.827,47	53.345,74	0,16	654,26	5.827,47	53.345,74	0,17	654,26	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	50.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	50.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00

SAÚDE	445.688,00	578.602,93	63.956,39	549.644,42	1,64	28.958,51	63.425,56	549.113,59	1,77	29.489,34	0,00
Atenção Básica	221.038,00	297.952,93	31.819,54	279.366,32	0,84	18.586,61	31.819,54	279.366,32	0,90	18.586,61	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	208.650,00	259.650,00	31.728,48	259.382,27	0,78	267,73	31.198,48	258.852,27	0,83	797,73	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	8.000,00	8.000,00	0,83	7.255,09	0,02	744,91	0,00	7.254,26	0,02	745,74	0,00
Administração Geral	8.000,00	8.000,00	407,54	3.640,74	0,01	4.359,26	407,54	3.640,74	0,01	4.359,26	0,00
EDUCAÇÃO	708.000,95	1.003.500,95	101.181,41	991.722,83	2,96	11.778,12	100.913,63	991.037,56	3,19	12.463,39	0,00
Ensino Fundamental	520.000,95	750.000,95	76.934,53	749.326,15	2,24	674,80	76.666,75	748.640,88	2,41	1.360,07	0,00
Educação Infantil	188.000,00	253.500,00	24.246,88	242.396,68	0,72	11.103,32	24.246,88	242.396,68	0,78	11.103,32	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	35.993.741,58	45.233.549,55	4.401.892,49	33.456.761,90	100,00	11.776.787,65	4.520.193,19	31.089.505,00	100,00	14.144.044,55	0,00
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados sãotambém consideradas executadas.Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:											
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;											
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagarprocessados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, incisoII da Lei 4.320/64.											
FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.1053], MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE, Data/hora da emissão: 28/nov/2023 09h e 47m"											

Publicado por:
Fabiano de Lima
Código Identificador:4DC7EEAD

ASSESSORIA CONTÁBIL
RREO 5 BIMESTRE 2023 - ANEXO 03

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
NOV/2022 A OUT/2023														
RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)														R$ 1
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	NOV/2022	DEZ/2022	JAN/2023	FEV/2023	MAR/2023	ABR/2023	MAI/2023	JUN/2023	JUL/2023	AGO/2023	SET/2023	OUT/2023		
RECEITAS CORRENTES (I)	3.100.642,28	4.683.928,09	3.192.666,44	3.533.911,05	4.086.079,03	3.259.498,64	5.017.496,65	4.597.905,07	4.161.558,89	4.223.091,79	3.547.546,27	4.334.558,52	47.738.882,72	41.307.680,53
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	264.073,57	424.447,05	129.655,11	252.815,98	357.784,48	240.608,49	362.075,56	327.611,69	321.303,03	354.040,50	315.869,33	445.375,52	3.795.660,31	2.155.497,97
IPTU	27.890,90	18.377,44	8.799,87	9.720,85	17.481,15	19.960,52	21.752,96	26.065,22	30.913,74	36.132,01	22.266,89	75.797,02	315.158,57	266.600,00
ISS	72.972,45	78.269,45	57.923,99	50.209,96	61.042,13	49.521,19	107.491,36	72.769,27	76.118,70	101.766,00	76.299,97	50.449,01	854.833,48	365.000,00
ITBI	24.206,00	52.041,84	25.572,40	24.365,33	104.890,08	33.154,85	61.358,79	57.940,91	26.932,14	22.972,86	59.793,72	135.356,39	628.585,31	602.500,00
IRRF	91.123,43	191.035,02	348,84	124.522,71	104.744,35	92.759,16	121.605,08	124.849,20	125.360,18	139.258,86	110.460,45	94.254,63	1.320.321,91	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	47.880,79	84.723,30	37.010,01	43.997,13	69.626,77	45.212,77	49.867,37	45.987,09	61.978,27	53.910,77	47.048,30	89.518,47	676.761,04	921.397,97
Contribuições	366.301,73	753.178,79	141.926,55	396.071,26	232.811,10	383.696,47	400.837,58	340.057,11	386.931,26	316.470,96	424.410,00	666.599,97	4.809.292,78	2.829.359,57
Receita Patrimonial	131.952,30	258.373,22	384.304,78	212.983,68	570.232,61	374.279,74	458.176,06	601.920,97	401.599,59	244.884,51	65.941,90	76.004,36	3.780.653,72	1.983.086,18
Rendimentos de Aplicação Financeira	131.952,30	258.373,22	384.304,78	212.983,68	570.232,61	374.279,74	458.176,06	601.920,97	401.599,59	244.884,51	65.941,90	76.004,36	3.780.653,72	1.983.086,18
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	2.354.893,81	2.959.264,30	2.532.802,69	2.671.519,74	2.924.551,01	2.257.569,38	3.795.370,01	3.330.638,36	3.051.012,64	3.303.597,82	2.740.398,16	3.145.931,61	35.067.549,53	34.339.736,81
Cota Parte do FPM	913.765,66	1.419.808,59	968.764,47	1.228.231,19	751.365,37	859.045,08	954.966,52	891.931,57	1.067.753,67	763.692,32	778.506,93	723.048,11	11.320.879,48	11.636.000,00
Cota Parte do ICMS	776.717,89	886.336,81	876.369,43	753.735,62	798.703,26	702.781,83	1.396.943,64	1.138.955,51	1.095.364,56	1.127.918,79	1.097.303,75	885.978,04	11.537.109,13	11.799.000,00
Cota Parte do IPVA	36.507,68	-244.633,83	172.502,58	117.892,39	148.454,70	122.151,21	163.628,43	156.440,59	163.265,28	151.371,76	98.609,79	79.846,68	1.166.037,26	1.150.000,00
Cota Parte do ITR	2.610,99	1.591,79	554,55	282,22	28,49	909,98	2.108,78	4.535,36	8.274,09	29.746,84	56.590,93	135.583,36	242.817,38	64.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	39.142,09	0,00	4.334,38	5.550,16	0,00	7.424,99	3.302,50	726,59	7.672,61	4.524,49	5.333,43	78.011,24	40.000,00
Transferencias do FUNDEB	375.343,75	457.195,14	338.443,69	532.878,18	408.923,35	435.619,45	532.750,00	454.531,02	429.936,82	436.687,38	409.395,48	360.550,01	5.172.254,27	5.500.000,00
Outras Transferências Correntes	249.947,84	399.823,71	176.167,97	34.165,76	811.525,68	137.061,83	737.547,65	680.941,81	285.691,63	786.508,12	295.466,79	955.591,98	5.550.440,77	4.150.736,81

Outras Receitas Correntes	-16.579,13	288.664,73	3.977,31	520,39	699,83	3.344,56	1.037,44	-2.323,06	712,37	4.098,00	926,88	647,06	285.726,38	0,00
DEDUÇÕES (II)	749.666,61	1.332.182,77	869.650,32	1.027.680,69	1.012.221,60	1.023.943,98	1.361.812,29	1.322.918,03	1.099.379,86	769.311,11	834.995,93	1.038.880,43	12.442.643,62	7.600.852,77
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	119.405,32	359.692,38	141.441,59	395.613,50	232.144,40	382.791,18	400.088,16	339.359,24	385.830,12	183.565,72	404.319,80	642.406,61	3.986.658,02	2.757.359,57
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	228.876,96	392.877,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	621.754,03	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	44.889,74	179.500,42	313.996,40	200.597,86	439.256,83	304.175,24	424.987,13	533.951,53	332.685,19	169.665,00	14.567,13	19.941,74	2.978.214,21	841.000,00
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	356.494,59	400.112,90	414.212,33	431.469,33	340.820,37	336.977,56	536.737,00	449.607,26	380.864,55	416.080,39	416.109,00	376.532,08	4.856.017,36	4.002.493,20
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	2.350.975,67	3.351.745,32	2.323.016,12	2.506.230,36	3.073.857,43	2.235.554,66	3.655.684,36	3.274.987,04	3.062.179,03	3.453.780,68	2.712.550,34	3.295.678,09	35.296.239,10	33.706.827,76
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	2.350.975,67	3.351.745,32	2.323.016,12	2.506.230,36	3.023.857,43	2.235.554,66	3.655.684,36	2.774.987,04	3.062.179,03	3.453.780,68	2.712.550,34	3.295.678,09	34.746.239,10	33.706.827,76
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	2.350.975,67	3.351.745,32	2.323.016,12	2.506.230,36	3.023.857,43	2.235.554,66	3.655.684,36	2.774.987,04	3.062.179,03	3.453.780,68	2.712.550,34	3.295.678,09	34.746.239,10	33.706.827,76

Publicado por:
Fabiano de Lima
Código Identificador:1278AF41

ASSESSORIA CONTÁBIL
RREO 5 BIMESTRE 2023 - ANEXO 07

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA													
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO													
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL													
PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro													
RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)													R$ 1
PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)		
	Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2022 (b)				Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2022 (g)						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	127,99	434.139,21	426.795,58	1.009,99	6.461,63	140.963,87	7.660.297,58	3.538.365,64	3.538.365,64	187.430,29	4.075.465,52		4.081.927,15
02 PODER EXECUTIVO	127,99	434.139,21	426.795,58	1.009,99	6.461,63	140.963,87	7.660.297,58	3.538.365,64	3.538.365,64	187.430,29	4.075.465,52		4.081.927,15
0202 GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.500,00	101.500,00	101.500,00	0,00	0,00		0,00
0203 SEC. MUN. FAZENDA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	0,00	6.342,68	5.800,00	0,00	542,68	0,00	4.145,01	4.145,01	4.145,01	0,00	0,00		542,68
0204 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	10.461,96	10.461,96	0,00	0,00	0,00	340.746,13	339.335,21	339.335,21	0,00	1.410,92		1.410,92

0205 SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	242.554,20	242.554,20	0,00	0,00	34.431,21	1.809.541,33	1.716.108,55	1.716.108,55	0,00	127.863,99	127.863,99
0206 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA	0,00	80.576,20	80.181,20	0,00	395,00	88.462,24	3.503.850,78	753.713,95	753.713,95	0,00	2.838.599,07	2.838.994,07
0207 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	127,99	76.453,03	73.473,54	127,99	2.979,49	17.293,00	1.880.569,98	617.380,67	617.380,67	187.430,29	1.093.052,02	1.096.031,51
0208 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	14.311,40	11.766,94	0,00	2.544,46	777,42	19.944,35	6.182,25	6.182,25	0,00	14.539,52	17.083,98
0209 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA	0,00	3.439,74	2.557,74	882,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	132.585,35	132.585,35	0,00	0,00	0,00	6.434,59	2.700,31	2.700,31	0,00	3.734,28	3.734,28
02 PODER EXECUTIVO	0,00	132.585,35	132.585,35	0,00	0,00	0,00	6.434,59	2.700,31	2.700,31	0,00	3.734,28	3.734,28
TOTAL (III) = (I + II)	127,99	566.724,56	559.380,93	1.009,99	6.461,63	140.963,87	7.666.732,17	3.541.065,95	3.541.065,95	187.430,29	4.079.199,80	4.085.661,43

Publicado por:
Fabiano de Lima
Código Identificador:1FE5C7D1

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
RREO - 5° BIMESTRE - 2023

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Porto Velho - RO (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.226.963.439,00	2.259.159.845,67	356.522.157,65	15,78	1.820.857.597,42	80,60	438.302.248,25
RECEITAS CORRENTES	2.115.019.545,00	2.134.008.991,67	331.407.905,96	15,53	1.753.403.429,88	82,16	380.605.561,79
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	421.677.475,00	422.057.475,00	64.518.745,78	15,29	380.660.780,93	90,19	41.396.694,07
Impostos	351.174.975,00	351.554.975,00	57.557.191,93	16,37	320.117.473,09	91,06	31.437.501,91
Taxas	70.502.500,00	70.502.500,00	6.961.553,85	9,87	60.543.307,84	85,87	9.959.192,16
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	194.008.660,00	194.008.660,00	37.861.627,32	19,52	167.463.697,62	86,32	26.544.962,38
Contribuições Sociais	138.377.640,00	138.377.640,00	27.360.521,79	19,77	122.717.595,05	88,68	15.660.044,95
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	55.631.020,00	55.631.020,00	10.501.105,53	18,88	44.746.102,57	80,43	10.884.917,43
RECEITA PATRIMONIAL	132.623.720,00	132.623.720,00	-208.054,79	-0,16	90.645.893,32	68,35	41.977.826,68
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	702.920,00	702.920,00	98.443,40	14,00	1.293.613,41	184,03	-590.693,41
Valores Mobiliários	131.920.800,00	131.920.800,00	-306.498,19	-0,23	89.352.279,91	67,73	42.568.520,09
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS			320.025,88		1.307.966,33		-1.307.966,33
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			320.025,88		1.307.966,33		-1.307.966,33

Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.344.453.970,00	1.363.063.416,67	215.115.874,66	15,78	1.080.903.326,41	79,30	282.160.090,26
Transferências da União e de suas Entidades	628.431.847,00	645.231.847,00	111.806.919,80	17,33	501.123.134,10	77,67	144.108.712,90
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	393.873.453,00	393.873.453,00	57.693.150,48	14,65	322.429.244,97	81,86	71.444.208,03
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	322.148.670,00	323.958.116,67	45.615.804,38	14,08	257.350.947,34	79,44	66.607.169,33
Transferências do Exterior							
Outras Transferências							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	22.255.720,00	22.255.720,00	13.799.687,11	62,01	32.421.765,27	145,68	-10.166.045,27
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	12.688.590,00	12.688.590,00	2.517.629,22	19,84	10.841.140,60	85,44	1.847.449,40
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			891.439,01		891.439,01		-891.439,01
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	9.567.130,00	9.567.130,00	10.390.618,88	108,61	20.689.185,66	216,25	-11.122.055,66

Receitas Orçamentárias	**Estágios da Receita Orçamentária**						
	PREVISÃO INICIAL	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
RECEITAS DE CAPITAL	111.943.894,00	125.150.854,00	25.114.251,69	20,07	67.454.167,54	53,90	57.696.686,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.551.812,00	7.551.812,00	127.256,31	1,69	6.050.685,26	80,12	1.501.126,74
Operações de Crédito - Mercado Interno	7.551.812,00	7.551.812,00	127.256,31	1,69	6.050.685,26	80,12	1.501.126,74
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS			0,00		1.386.710,00		-1.386.710,00
Alienação de Bens Móveis			0,00		1.386.710,00		-1.386.710,00
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	104.392.082,00	117.599.042,00	22.236.206,60	18,91	42.419.023,11	36,07	75.180.018,89
Transferências da União e de suas Entidades	53.252.092,00	66.459.052,00	22.236.206,60	33,46	41.956.085,11	63,13	24.502.966,89
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	51.139.990,00	51.139.990,00	0,00	0,00	462.938,00	0,91	50.677.052,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			2.750.788,78		17.597.749,17		-17.597.749,17
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital			2.750.788,78		17.597.749,17		-17.597.749,17
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	124.694.040,00	124.694.040,00	9.484.098,15	7,61	90.280.240,66	72,40	34.413.799,34
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	2.351.657.479,00	2.383.853.885,67	366.006.255,80	15,35	1.911.137.838,08	80,17	472.716.047,59
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	2.351.657.479,00	2.383.853.885,67	366.006.255,80	15,35	1.911.137.838,08	80,17	472.716.047,59
DÉFICIT (VI)							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	2.351.657.479,00	2.383.853.885,67	366.006.255,80	15,35	1.911.137.838,08	80,17	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		409.470.063,33			409.470.063,33		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		409.470.063,33			409.470.063,33		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	2.076.762.259,00	2.663.014.029,48	231.920.327,42	2.140.548.209,94	522.465.819,54	379.288.454,17	1.728.266.031,72	934.747.997,76	1.699.729.501,37	

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS CORRENTES	1.836.077.648,00	2.172.749.972,40	177.408.802,18	1.851.181.773,71	321.568.198,69	330.585.055,63	1.574.271.905,99	598.478.066,41	1.556.434.079,67	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.076.568.098,00	1.186.739.426,39	90.129.226,13	1.045.028.857,47	141.710.568,92	198.325.693,73	945.422.970,99	241.316.455,40	944.930.121,11	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	26.182.285,00	30.816.827,72	4.975.521,00	30.796.827,72	20.000,00	4.890.782,08	23.502.616,29	7.314.211,43	22.202.199,38	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	733.327.265,00	955.193.718,29	82.304.055,05	775.356.088,52	179.837.629,77	127.368.579,82	605.346.318,71	349.847.399,58	589.301.759,18	
DESPESAS DE CAPITAL	211.913.886,00	482.171.909,26	54.511.525,24	289.366.436,23	192.805.473,03	48.703.398,54	153.994.125,73	328.177.783,53	143.295.421,70	
INVESTIMENTOS	189.792.915,00	453.233.260,26	51.821.343,84	260.820.946,98	192.412.313,28	45.512.458,10	132.284.555,76	320.948.704,50	121.794.034,33	
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	22.120.971,00	28.938.649,00	2.690.181,40	28.545.489,25	393.159,75	3.190.940,44	21.709.569,97	7.229.079,03	21.501.387,37	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	28.770.725,00	8.092.147,82			8.092.147,82			8.092.147,82		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	131.851.614,00	134.399.660,61	6.134.652,68	124.848.442,38	9.551.218,23	22.763.332,11	110.125.137,60	24.274.523,01	110.283.230,13	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	2.208.613.873,00	2.797.413.690,09	238.054.980,10	2.265.396.652,32	532.017.037,77	402.051.786,28	1.838.391.169,32	959.022.520,77	1.810.012.731,50	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	2.208.613.873,00	2.797.413.690,09	238.054.980,10	2.265.396.652,32	532.017.037,77	402.051.786,28	1.838.391.169,32	959.022.520,77	1.810.012.731,50	
SUPERÁVIT (XIII)							72.746.668,76		101.125.106,58	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	2.208.613.873,00	2.797.413.690,09	238.054.980,10	2.265.396.652,32		402.051.786,28	1.911.137.838,08		1.911.137.838,08	
RESERVA DO RPPS	143.043.606,00	143.043.606,00			143.043.606,00			143.043.606,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	124.694.040,00	124.694.040,00	9.484.098,15	7,61	90.280.240,66	72,40	34.413.799,34
RECEITAS CORRENTES	124.694.040,00	124.694.040,00	9.484.098,15	7,61	90.280.240,66	72,40	34.413.799,34
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	124.694.040,00	124.694.040,00	9.484.098,15	7,61	90.280.240,66	72,40	34.413.799,34
Contribuições Sociais	124.694.040,00	124.694.040,00	9.484.098,15	7,61	90.280.240,66	72,40	34.413.799,34
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Outras Transferências							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária

Despesas Intra-Orçamentárias	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	131.851.614,00	134.399.660,61	6.134.652,68	124.848.442,38	9.551.218,23	22.763.332,11	110.125.137,60	24.274.523,01	110.283.230,13	
DESPESAS CORRENTES	116.807.005,00	118.574.271,61	5.484.872,68	109.154.053,38	9.420.218,23	20.549.303,90	98.118.400,83	20.455.870,78	98.039.166,52	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	83.864.586,00	83.775.574,33	4.056.332,23	77.574.612,98	6.200.961,35	14.438.738,88	68.748.977,61	15.026.596,72	68.686.846,04	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.236.860,00	4.938.838,28	0,00	4.236.860,00	701.978,28	835.937,63	3.971.974,55	966.863,73	3.971.974,55	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.705.559,00	29.859.859,00	1.428.540,45	27.342.580,40	2.517.278,60	5.274.627,39	25.397.448,67	4.462.410,33	25.380.345,93	
DESPESAS DE CAPITAL	15.044.609,00	15.825.389,00	649.780,00	15.694.389,00	131.000,00	2.214.028,21	12.006.736,77	3.818.652,23	12.244.063,61	
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	15.044.609,00	15.825.389,00	649.780,00	15.694.389,00	131.000,00	2.214.028,21	12.006.736,77	3.818.652,23	12.244.063,61	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.076.762.259,00	2.663.014.029,48	231.920.327,42	2.140.548.209,94	94,49	522.465.819,54	379.288.454,17	1.728.266.031,72	94,01	934.747.997,76	
Legislativa	51.897.789,00	55.764.635,00	5.087.596,97	42.301.125,82	1,87	13.463.509,18	8.149.613,06	40.933.480,68	2,23	14.831.154,32	
Ação Legislativa	48.375,00	0,00				0,00				0,00	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral	49.705.896,00	53.726.117,00	4.915.604,75	40.791.780,55	1,80	12.934.336,45	7.827.968,66	39.433.855,41	2,15	14.292.261,59	
FU01 - Demais Subfunções	2.143.518,00	2.038.518,00	171.992,22	1.509.345,27	0,07	529.172,73	321.644,40	1.499.625,27	0,08	538.892,73	
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	428.838.366,00	529.714.526,16	26.880.265,32	484.357.010,80	21,38	45.357.515,36	85.216.756,06	393.208.696,50	21,39	136.505.829,66	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	399.046.544,00	481.409.835,89	25.978.584,45	444.701.762,15	19,63	36.708.073,74	78.404.449,55	357.611.261,40	19,45	123.798.574,49	
Administração Financeira											
Controle Interno	485.000,00	485.000,00	1.539,60	31.302,80	0,00	453.697,20	8.103,20	8.103,20	0,00	476.896,80	
Normatização e Fiscalização		133.000,00	2.280,00	2.280,00	0,00	130.720,00	2.280,00	2.280,00	0,00	130.720,00	
Tecnologia da Informação	6.710.000,00	8.038.565,38	778.954,66	7.529.255,59	0,33	509.309,79	1.245.781,77	6.018.476,56	0,33	2.020.088,82	
Ordenamento Territorial	5.565.610,00	2.395.319,26	3.981,60	11.981,60	0,00	2.383.337,66				2.395.319,26	
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas	370.000,00	370.000,00				370.000,00				370.000,00	
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções	16.661.212,00	36.882.805,63	114.925,01	32.080.428,66	1,42	4.802.376,97	5.556.141,54	29.568.575,34	1,61	7.314.230,29	
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											

Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	20.258.024,00	31.680.064,13	2.961.946,13	14.219.691,27	0,63	17.460.372,86	2.199.344,36	7.147.889,50	0,39	24.532.174,63	
Assistência ao Idoso	2.984.949,00	2.755.702,00	15.600,00	1.535.835,34	0,07	1.219.866,66	29.954,34	678.187,62	0,04	2.077.514,38	
Assistência ao Portador de Deficiência	362.736,00	362.736,00				362.736,00				362.736,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	984.224,00	1.002.224,00	18.592,60	93.944,60	0,00	908.279,40	18.592,60	39.105,11	0,00	963.118,89	
Assistência Comunitária	8.387.336,00	19.817.898,11	2.457.338,39	7.876.465,86	0,35	11.941.432,25	1.540.730,05	3.655.605,48	0,20	16.162.292,63	

Função/Subfunção	**Execução da Despesa**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/total b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/total d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
FU08 - Administração Geral	7.261.387,00	7.735.504,02	470.415,14	4.707.445,47	0,21	3.028.058,55	610.067,37	2.774.991,29	0,15	4.960.512,73	
FU08 - Demais Subfunções	277.392,00	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00				6.000,00	
Previdência Social	142.867.874,00	202.017.874,00	5.693.991,04	159.277.637,31	7,03	42.740.236,69	31.273.117,53	150.598.100,32	8,19	51.419.773,68	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	122.443.392,00	181.743.392,00	5.028.435,88	145.387.692,59	6,42	36.355.699,41	29.114.963,88	139.690.017,74	7,60	42.053.374,26	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral	19.139.482,00	17.219.482,00	288.855,16	12.226.824,42	0,54	4.992.657,58	2.056.606,97	9.722.332,02	0,53	7.497.149,98	
FU09 - Demais Subfunções	1.285.000,00	3.055.000,00	376.700,00	1.663.120,30	0,07	1.391.879,70	101.546,68	1.185.750,56	0,06	1.869.249,44	
Saúde	524.737.917,00	581.339.619,26	71.017.287,21	457.115.271,34	20,18	124.224.347,92	84.376.860,57	414.254.408,97	22,53	167.085.210,29	
Atenção Básica	50.112.858,00	73.594.039,65	9.366.259,31	49.255.202,19	2,17	24.338.837,46	7.380.989,24	40.959.752,76	2,23	32.634.286,89	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	121.291.531,00	131.986.959,04	8.243.302,50	117.384.510,93	5,18	14.602.448,11	20.117.937,26	98.996.057,88	5,38	32.990.901,16	
Suporte Profilático e Terapêutico	9.885.000,00	21.125.473,44	1.816.788,71	16.379.785,58	0,72	4.745.687,86	4.837.185,61	13.986.390,91	0,76	7.139.082,53	
Vigilância Sanitária	500.000,00	500.000,00	52.243,99	196.416,08	0,01	303.583,92	6.975,00	136.951,42	0,01	363.048,58	
Vigilância Epidemiológica	13.891.000,00	18.333.019,79	1.949.077,23	11.484.988,09	0,51	6.848.031,70	1.934.743,81	10.314.352,74	0,56	8.018.667,05	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	300.017.528,00	303.055.127,34	43.832.940,61	232.503.846,40	10,26	70.551.280,94	44.278.858,56	220.006.316,31	11,97	83.048.811,03	
FU10 - Demais Subfunções	29.040.000,00	32.745.000,00	5.756.674,86	29.910.522,07	1,32	2.834.477,93	5.820.171,09	29.854.586,95	1,62	2.890.413,05	
Trabalho	151.670,00	111.670,00	100.387,50	100.387,50	0,00	11.282,50				111.670,00	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho	151.670,00	111.670,00	100.387,50	100.387,50	0,00	11.282,50				111.670,00	
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	506.644.739,00	568.811.379,54	36.061.519,45	463.581.017,82	20,46	105.230.361,72	83.018.279,48	385.715.364,71	20,98	183.096.014,83	
Ensino Fundamental	296.052.429,00	334.074.125,57	22.204.615,51	280.000.109,75	12,36	54.074.015,82	48.744.832,06	230.499.489,84	12,54	103.574.635,73	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	81.884.571,00	87.077.654,43	5.801.564,24	55.449.858,04	2,45	31.627.796,39	11.528.778,42	49.622.244,22	2,70	37.455.410,21	
Educação de Jovens e Adultos	962.102,00	1.051.362,40	0,00	468.555,60	0,02	582.806,80	105.230,74	427.248,44	0,02	624.113,96	
Educação Especial	1.364.643,00	1.487.783,50	702,00	499.431,96	0,02	988.351,54	53.640,00	432.391,36	0,02	1.055.392,14	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	81.980.485,00	96.672.546,75	5.752.097,17	82.182.610,26	3,63	14.489.936,49	14.370.776,09	63.008.662,98	3,43	33.663.883,77	

FU12 - Demais Subfunções	44.400.509,00	48.447.906,89	2.302.540,53	44.980.452,21	1,99	3.467.454,68	8.215.022,17	41.725.327,87	2,27	6.722.579,02	
Cultura	3.719.164,00	10.457.134,25	1.038.621,69	5.711.716,53	0,25	4.745.417,72	1.192.560,93	5.329.785,83	0,29	5.127.348,42	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	45.000,00	0,00				0,00				0,00	
Difusão Cultural	1.892.922,00	8.692.492,25	1.040.653,68	3.982.486,73	0,18	4.710.005,52	886.811,69	3.782.690,48	0,21	4.909.801,77	
FU13 - Administração Geral	1.769.242,00	1.758.642,00	-2.031,99	1.729.229,80	0,08	29.412,20	305.749,24	1.547.095,35	0,08	211.546,65	
FU13 - Demais Subfunções	12.000,00	6.000,00				6.000,00				6.000,00	
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	194.059.863,00	400.492.505,61	29.378.018,56	291.002.165,55	12,85	109.490.340,06	44.311.443,83	178.016.119,32	9,68	222.476.386,29	
Infra-Estrutura Urbana	83.021.704,00	209.114.336,50	15.956.169,60	150.567.991,69	6,65	58.546.344,81	23.165.005,67	77.543.951,99	4,22	131.570.384,51	
Serviços Urbanos	79.953.916,00	145.830.167,76	11.891.274,29	100.788.949,10	4,45	45.041.218,66	15.100.161,82	72.832.148,83	3,96	72.998.018,93	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral	31.084.243,00	45.548.001,35	1.530.574,67	39.645.224,76	1,75	5.902.776,59	6.046.276,34	27.640.018,50	1,50	17.907.982,85	
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	13.393.626,00	14.065.205,16	580.914,53	2.471.649,99	0,11	11.593.555,17	299.618,61	1.194.368,30	0,06	12.870.836,86	
Habitação Rural											

Função/Subfunção	**Execução da Despesa**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/total b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/total d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Habitação Urbana	11.373.001,00	11.844.580,16	459.968,72	1.167.886,22	0,05	10.676.693,94	88.541,24	307.849,22	0,02	11.536.730,94	
FU16 - Administração Geral	2.020.625,00	2.220.625,00	120.945,81	1.303.763,77	0,06	916.861,23	211.077,37	886.519,08	0,05	1.334.105,92	
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	12.918.584,00	37.023.026,50	34.480.686,53	37.023.022,83	1,63	3,67	10.205.623,02	10.205.623,02	0,56	26.817.403,48	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	12.918.584,00	37.023.026,50	34.480.686,53	37.023.022,83	1,63	3,67	10.205.623,02	10.205.623,02	0,56	26.817.403,48	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	6.867.301,00	15.471.835,44	1.084.608,05	6.248.564,63	0,28	9.223.270,81	466.053,70	3.259.685,16	0,18	12.212.150,28	
Preservação e Conservação Ambiental	513.320,00	851.126,00	14.097,39	50.358,39	0,00	800.767,61	14.097,35	42.558,35	0,00	808.567,65	
Controle Ambiental	5.275.549,00	13.447.277,44	953.178,96	5.353.342,01	0,24	8.093.935,43	276.112,83	2.648.788,37	0,14	10.798.489,07	
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral	878.432,00	1.003.127,00	117.331,70	809.864,23	0,04	193.262,77	175.843,52	568.338,44	0,03	434.788,56	
FU18 - Demais Subfunções	200.000,00	170.305,00	0,00	35.000,00	0,00	135.305,00				170.305,00	
Ciência e Tecnologia	1.525.635,00	3.968.628,26	16.786,00	2.186.006,50	0,10	1.782.621,76	124.858,27	1.310.302,92	0,07	2.658.325,34	
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	1.525.635,00	3.968.628,26	16.786,00	2.186.006,50	0,10	1.782.621,76	124.858,27	1.310.302,92	0,07	2.658.325,34	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	14.110.603,00	44.496.334,24	-1.464.589,95	30.049.419,92	1,33	14.446.914,32	7.960.544,34	21.349.821,64	1,16	23.146.512,60	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária	1.337.457,00	1.213.457,00	6.250,00	116.293,23	0,01	1.097.163,77	6.250,00	116.293,23	0,01	1.097.163,77	
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral	6.875.562,00	3.515.994,60	163.718,60	2.930.785,54	0,13	585.209,06	154.468,04	2.400.826,35	0,13	1.115.168,25	
FU20 - Demais Subfunções	5.897.584,00	39.766.882,64	-1.634.558,55	27.002.341,15	1,19	12.764.541,49	7.799.826,30	18.832.702,06	1,02	20.934.180,58	
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											

Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	2.971.714,00	6.454.150,02	566.726,79	2.935.584,11	0,13	3.518.565,91	475.321,30	2.409.736,96	0,13	4.044.413,06	
Promoção Comercial	1.028.000,00	1.028.000,00	15.380,64	179.101,54	0,01	848.898,46	9.838,84	88.972,84	0,00	939.027,16	
Comercialização	1.701.327,00	3.061.134,86	293.429,53	391.579,53	0,02	2.669.555,33	230.436,84	249.293,21	0,01	2.811.841,65	
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	242.387,00	242.387,00	242.387,00	242.387,00	0,01	0,00				242.387,00	
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções		2.122.628,16	15.529,62	2.122.516,04	0,09	112,12	235.045,62	2.071.470,91	0,11	51.157,25	
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											

Função/Subfunção	**Execução da Despesa**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/total b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/total d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	644.953,00	2.675.295,83	1.792.176,64	2.452.560,31	0,11	222.735,52	567.667,60	929.230,06	0,05	1.746.065,77	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral	644.953,00	2.675.295,83	1.792.176,64	2.452.560,31	0,11	222.735,52	567.667,60	929.230,06	0,05	1.746.065,77	
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	5.260.131,00	17.005.330,02	4.371.339,55	14.224.470,18	0,63	2.780.859,84	2.339.474,81	7.941.809,51	0,43	9.063.520,51	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	3.160.000,00	3.162.000,00	879.809,97	2.851.160,40	0,13	310.839,60	588.606,67	1.899.327,13	0,10	1.262.672,87	
Lazer	60.000,00	105.500,00	0,00	105.465,24	0,00	34,76	0,00	61.632,27	0,00	43.867,73	
FU27 - Administração Geral	1.571.931,00	4.981.798,40	3.009.143,39	4.181.865,93	0,18	799.932,47	1.278.088,84	1.948.560,70	0,11	3.033.237,70	
FU27 - Demais Subfunções	468.200,00	8.756.031,62	482.386,19	7.085.978,61	0,31	1.670.053,01	472.779,30	4.032.289,41	0,22	4.723.742,21	
Encargos Especiais	117.123.581,00	133.372.668,24	12.272.045,41	125.290.907,53	5,53	8.081.760,71	17.111.316,70	104.461.608,32	5,68	28.911.059,92	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais	117.123.581,00	133.372.668,24	12.272.045,41	125.290.907,53	5,53	8.081.760,71	17.111.316,70	104.461.608,32	5,68	28.911.059,92	
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	28.770.725,00	8.092.147,82				8.092.147,82				8.092.147,82	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	131.851.614,00	134.399.660,61	6.134.652,68	124.848.442,38	5,51	9.551.218,23	22.763.332,11	110.125.137,60	5,99	24.274.523,01	
TOTAL (III) = (I + II)	2.208.613.873,00	2.797.413.690,09	238.054.980,10	2.265.396.652,32	100,00	532.017.037,77	402.051.786,28	1.838.391.169,32	100,00	959.022.520,77	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	131.851.614,00	134.399.660,61	6.134.652,68	124.848.442,38	5,51	9.551.218,23	22.763.332,11	110.125.137,60	5,99	24.274.523,01	
Legislativa	1.413.684,00	1.333.684,00	100.119,15	1.204.066,15	0,05	129.617,85	194.440,60	1.204.066,15	0,07	129.617,85	
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral	1.413.684,00	1.333.684,00	100.119,15	1.204.066,15	0,05	129.617,85	194.440,60	1.204.066,15	0,07	129.617,85	
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	29.371.187,00	30.437.987,00	21.461,20	29.509.314,66	1,30	928.672,34	4.677.897,54	24.809.565,36	1,35	5.628.421,64	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	29.371.187,00	30.437.987,00	21.461,20	29.509.314,66	1,30	928.672,34	4.677.897,54	24.809.565,36	1,35	5.628.421,64	
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social											
Assistência ao Idoso											

Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	926.774,00	926.774,00	0,00	619.416,25	0,03	307.357,75	104.174,96	510.500,25	0,03	416.273,75	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral	926.774,00	926.774,00	0,00	619.416,25	0,03	307.357,75	104.174,96	510.500,25	0,03	416.273,75	
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	32.280.000,00	30.990.000,00	5.274.568,37	25.901.206,10	1,14	5.088.793,90	5.278.640,07	25.897.297,12	1,41	5.092.702,88	
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											

Função/Subfunção - Intra	**Execução da Despesa - Intra**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/III b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/III d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
FU10 - Administração Geral	32.280.000,00	30.990.000,00	5.274.568,37	25.901.206,10	1,14	5.088.793,90	5.278.640,07	25.897.297,12	1,41	5.092.702,88	
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	48.386.000,00	49.725.188,33	78.325,33	47.529.404,35	2,10	2.195.783,98	9.432.698,77	41.609.187,43	2,26	8.116.000,90	
Ensino Fundamental	25.000.000,00	25.378.035,87	135.778,20	24.535.137,17	1,08	842.898,70	4.743.241,34	21.185.542,60	1,15	4.192.493,27	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	5.600.000,00	5.797.252,46	29.832,71	5.379.860,70	0,24	417.391,76	1.109.847,30	4.979.947,22	0,27	817.305,24	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	17.786.000,00	18.549.900,00	-87.285,58	17.614.406,48	0,78	935.493,52	3.579.610,13	15.443.697,61	0,84	3.106.202,39	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	12.500,00	21.800,00	8.066,73	21.800,00	0,00	0,00	3.980,90	16.290,34	0,00	5.509,66	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral	12.500,00	21.800,00	8.066,73	21.800,00	0,00	0,00	3.980,90	16.290,34	0,00	5.509,66	
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	180.000,00	180.000,00	0,00	129.653,97	0,01	50.346,03	19.201,53	97.187,73	0,01	82.812,27	
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral	180.000,00	180.000,00	0,00	129.653,97	0,01	50.346,03	19.201,53	97.187,73	0,01	82.812,27	

FU15 - Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental											
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											

Função/Subfunção - Intra	**Execução da Despesa - Intra**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/III b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/III d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura											
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											

Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											

Função/Subfunção - Intra	**Execução da Despesa - Intra**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/III b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/III d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Desporto e Lazer											
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	19.281.469,00	20.784.227,28	652.111,90	19.933.580,90	0,88	850.646,38	3.052.297,74	15.981.043,22	0,87	4.803.184,06	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais	19.281.469,00	20.784.227,28	652.111,90	19.933.580,90	0,88	850.646,38	3.052.297,74	15.981.043,22	0,87	4.803.184,06	
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	**Valores**
	31/10/2023
Notas Explicativas	**-**
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	**Evolução da Receita Corrente Líquida**													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)**	**PREVISÃO ATUALIZADA 2023**
	<MR-11>	**<MR-10>**	**<MR-9>**	**<MR-8>**	**<MR-7>**	**<MR-6>**	**<MR-5>**	**<MR-4>**	**<MR-3>**	**<MR-2>**	**<MR-1>**	**<MR>**		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	161.526.049,15	247.999.665,16	157.136.403,93	188.360.024,47	192.587.683,91	191.259.835,01	230.032.392,53	204.852.421,34	201.385.949,43	172.159.933,06	192.971.232,41	162.259.971,54	2.302.531.561,94	2.309.498.245,67
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	31.053.333,58	50.650.648,38	28.332.640,16	29.600.939,31	36.918.052,30	68.056.063,64	40.771.341,62	39.434.676,16	35.864.360,87	37.163.961,09	35.181.576,89	29.337.168,89	462.364.762,89	422.057.475,00
IPTU	952.501,59	927.857,69	1.316.345,54	1.097.620,57	3.225.290,39	20.920.065,80	5.242.500,42	2.434.066,66	2.176.495,86	1.992.276,44	1.647.919,14	1.311.788,37	43.244.728,47	47.218.582,00
ISS	16.625.085,09	27.603.081,13	15.627.961,70	14.610.042,75	16.021.295,76	18.281.037,39	16.623.496,96	17.366.425,09	18.914.235,28	19.235.563,47	17.873.356,03	17.557.276,22	216.338.856,87	189.437.322,00

ITBI	1.806.808,29	5.918.427,01	1.428.644,15	1.864.693,89	2.308.839,41	1.594.023,70	1.661.685,03	1.451.857,74	1.662.747,24	1.823.250,24	1.530.464,26	1.135.404,22	24.186.845,18	26.052.411,00
IRRF	9.048.871,05	14.180.216,94	7.537.218,21	10.139.293,17	9.234.863,72	8.815.511,43	7.519.402,25	11.308.070,49	9.481.848,49	9.643.611,92	10.342.068,91	6.158.914,78	113.409.891,36	88.846.660,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.620.067,56	2.021.065,61	2.422.470,56	1.889.288,93	6.127.763,02	18.445.425,32	9.724.256,96	6.874.256,18	3.629.034,00	4.469.259,02	3.787.768,55	3.173.785,30	65.184.441,01	70.502.500,00
Contribuições	15.905.111,55	18.079.186,50	12.756.345,24	16.514.578,29	17.145.598,57	11.710.238,44	19.309.990,06	15.594.899,38	11.067.558,10	15.395.134,85	21.843.620,63	16.018.006,69	191.340.268,30	194.008.660,00
Receita Patrimonial	7.935.609,89	11.871.936,02	15.320.557,87	11.025.278,39	15.877.486,98	7.642.287,12	10.086.634,89	17.615.582,45	10.842.666,82	2.443.453,59	1.316.458,80	-1.524.513,59	110.453.439,23	132.623.720,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	7.892.008,41	11.821.279,16	15.057.471,76	10.719.989,21	15.644.365,77	7.612.722,51	9.930.192,93	17.569.805,35	10.720.620,85	2.403.609,72	1.278.675,16	-1.585.173,35	109.065.567,48	131.920.800,00
Outras Receitas Patrimoniais	43.601,48	50.656,86	263.086,11	305.289,18	233.121,21	29.564,61	156.441,96	45.777,10	122.045,97	39.843,87	37.783,64	60.659,76	1.387.871,75	702.920,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços	129.775,46	116.826,63				135.141,90	171.699,93	222.461,47	228.359,49	230.277,66	184.289,78	135.736,10	1.554.568,42	
Transferências Correntes	101.705.772,13	139.806.259,32	97.776.948,21	126.165.096,78	119.301.085,26	100.752.260,29	155.404.685,17	128.385.826,06	139.997.067,98	113.783.601,76	129.854.410,07	109.084.762,58	1.462.017.775,61	1.538.552.670,67
Cota-Parte do FPM	35.519.418,88	55.433.179,86	33.272.705,79	47.894.240,81	29.128.655,46	33.366.059,31	37.140.752,06	34.660.205,80	41.098.296,98	26.062.101,88	26.269.759,39	24.367.094,76	424.212.470,98	439.658.671,00
Cota-Parte do ICMS	25.558.642,26	29.165.756,75	25.778.064,78	22.149.994,43	23.471.456,62	20.652.617,43	41.051.919,25	33.470.433,61	32.189.428,18	33.104.702,61	30.626.289,98	25.196.171,44	342.415.477,34	387.183.040,00
Cota-Parte do IPVA	3.556.986,86	3.869.501,71	8.433.227,87	8.579.085,16	10.897.945,52	8.736.226,33	9.936.375,46	9.580.962,65	8.509.501,83	8.968.631,50	6.324.536,76	6.175.183,80	93.568.165,45	78.990.311,00
Cota-Parte do ITR	126.989,06	134.687,66	79.997,23	79.223,43	134.980,35	80.602,75	92.154,31	110.201,26	90.751,50	103.572,60	133.155,96	1.121.817,38	2.288.133,49	1.373.531,00
Transferências da LC nº 61/1989		1.610.009,91		127.374,06	163.102,42		218.198,12	97.050,41	21.352,23	225.474,88	132.960,91	156.733,06	2.752.256,00	1.658.440,00
Transferências do FUNDEB	22.707.616,04	27.182.749,80	20.127.174,49	31.681.128,31	24.316.829,47	25.904.217,27	31.677.639,64	27.030.821,69	25.569.310,34	25.971.766,69	24.350.005,08	21.447.360,48	307.966.619,30	319.671.430,00
Outras Transferências Correntes	14.236.119,03	22.410.373,63	10.085.778,05	15.654.050,58	31.188.115,42	12.012.537,20	35.287.646,33	23.436.150,64	32.518.426,92	19.347.351,60	42.017.701,99	30.620.401,66	288.814.653,05	310.017.247,67
Outras Receitas Correntes	4.796.446,54	27.474.808,31	2.949.912,45	5.054.131,70	3.345.460,80	2.963.843,62	4.288.040,86	3.598.975,82	3.385.936,17	3.143.504,11	4.590.876,24	9.208.810,87	74.800.747,49	22.255.720,00
DEDUÇÕES (II)	29.277.149,33	37.131.064,79	32.790.242,92	36.403.422,44	37.940.834,06	24.085.934,76	39.435.173,61	39.636.471,21	26.642.695,98	28.143.034,84	21.152.137,86	21.689.563,79	374.327.725,59	401.824.544,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	12.640.202,80	14.661.104,24	8.663.456,65	13.463.033,32	14.192.351,70	7.464.245,83	16.021.006,88	11.488.517,21	7.461.340,30	16.603.121,37	11.406.415,05	9.325.642,96	143.390.438,31	138.377.640,00
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	531.931,12	623.372,66	165.159,93	112.225,03	100.758,79	102.178,70	157.040,06	102.532,82		214.565,65	477.024,66	727.998,14	3.314.787,56	894.030,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	3.064.805,35	7.193.792,45	10.361.024,57	6.974.377,87	10.800.692,82	3.864.606,41	5.481.444,14	12.373.847,77	5.760.359,00	-2.629.196,76	-2.895.392,12	-23.285,03	60.327.076,47	87.063.620,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	13.040.210,06	14.652.795,44	13.600.601,77	15.853.786,22	12.847.030,75	12.654.903,82	17.775.682,53	15.671.573,41	13.420.996,68	13.954.544,58	12.164.090,27	11.659.207,72	167.295.423,25	175.489.254,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	132.248.899,82	210.868.600,37	124.346.161,01	151.956.602,03	154.646.849,85	167.173.900,25	190.597.218,92	165.215.950,13	174.743.253,45	144.016.898,22	171.819.094,55	140.570.407,75	1.928.203.836,35	1.907.673.701,67
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)													0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	132.248.899,82	210.868.600,37	124.346.161,01	151.956.602,03	154.646.849,85	167.173.900,25	190.597.218,92	165.215.950,13	174.743.253,45	144.016.898,22	171.819.094,55	140.570.407,75	1.928.203.836,35	1.907.673.701,67
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VI)			1.403.556,00	1.067.640,00	1.739.472,00	1.374.912,00	1.412.400,00	1.412.400,00	1.409.760,00	1.396.560,00	1.407.120,00	0,00	12.623.820,00	15.800.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	132.248.899,82	210.868.600,37	122.942.605,01	150.888.962,03	152.907.377,85	165.798.988,25	189.184.818,92	163.803.550,13	173.333.493,45	142.620.338,22	170.411.974,55	140.570.407,75	1.915.580.016,35	1.891.873.701,67

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	**Valores**
	31/10/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	**Execução da Receita**	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	**RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	157.488.950,00	117.529.598,35
Receita de Contribuições dos Segurados	42.274.120,00	37.626.854,44
Ativo	42.246.400,00	37.602.508,22
Inativo	15.360,00	10.594,16
Pensionista	12.360,00	13.752,06
Receita de Contribuições Patronais	42.503.330,00	38.971.376,11
Ativo	42.503.330,00	38.971.376,11
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial	72.704.540,00	40.899.868,61
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários	72.704.540,00	40.899.868,61

Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes	6.960,00	31.499,19
Compensação Financeira entre os Regimes		
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)		
Demais Receitas Correntes	6.960,00	31.499,19
RECEITAS DE CAPITAL (III)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	157.488.950,00	117.529.598,35

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios		4.914.249,00	4.376.225,63	4.376.225,63	
Aposentadorias		2.484.949,00	2.165.685,61	2.165.685,61	
Pensões por Morte		2.429.300,00	2.210.540,02	2.210.540,02	
Outras Despesas Previdenciárias		5.000,00	5.000,00	5.000,00	
Compensação Financeira entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias		5.000,00	5.000,00	5.000,00	
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)		4.919.249,00	4.381.225,63	4.381.225,63	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)	157.488.950,00	112.610.349,35	113.148.372,72	113.148.372,72	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	143.043.606,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	487.605.902,35

Investimentos e Aplicações	333.550.918,45
Outros Bens e Direitos	-206.695,29

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (VII)	118.358.230,00	80.949.257,52
Receita de Contribuições dos Segurados	40.861.570,00	30.285.355,04
Ativo	36.431.890,00	26.469.316,49
Inativo	3.762.840,00	3.273.236,17
Pensionista	666.840,00	542.802,38
Receita de Contribuições Patronais	54.106.350,00	35.960.660,51
Ativo	54.106.350,00	35.960.660,51
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial	14.359.080,00	5.863.044,44
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários	14.359.080,00	5.863.044,44
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes	9.031.230,00	8.840.197,53
Compensação Financeira entre os Regimes	894.030,00	2.159.483,78
Demais Receitas Correntes	8.137.200,00	6.680.713,75
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	118.358.230,00	80.949.257,52

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios		140.793.804,84	135.634.103,92	135.634.103,92	
Aposentadorias		116.540.076,28	111.380.857,59	111.380.857,59	
Pensões por Morte		24.253.728,56	24.253.246,33	24.253.246,33	
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Financeira entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)		140.793.804,84	135.634.103,92	135.634.103,92	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)	118.358.230,00	-59.844.547,32	-54.684.846,40	-54.684.846,40	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	6.942.527,43
Recursos para Formação de Reserva	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	Período de Referência
	SALDO ATUAL

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	44.273.775,37
Investimentos e Aplicações	3.141.574,50
Outros Bens e Direitos	149.105.687,48

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas da Administração - RPPS	**Execução da Receita**	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	**RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**
Receitas da Administração - RPPS	-	-
RECEITAS CORRENTES		3.305.565,62
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)		3.305.565,62

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas da Administração - RPPS	**Execução da Despesa**				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)**
Despesas da Administração - RPPS	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	21.281.256,00	14.367.849,10	11.490.106,62	11.469.076,84	
Pessoal e Encargos Sociais	9.907.585,00	8.691.285,52	7.203.125,24	7.202.627,94	
Demais Despesas Correntes	11.373.671,00	5.676.563,58	4.286.981,38	4.266.448,90	
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	1.005.000,00	750.972,15	394.763,99	394.763,99	
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	22.286.256,00	15.118.821,25	11.884.870,61	11.863.840,83	
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	-22.286.256,00	-11.813.255,63	-8.579.304,99	-8.558.275,21	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos - Administração do RPPS	**Período de Referência**
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos - Administração do RPPS	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	34.492.627,80
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	**Execução da Receita**	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	**RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**
Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-
Contribuições dos Servidores	54.769.860,00	43.050.066,68
Demais Receitas Previdenciárias		
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	54.769.860,00	43.050.066,68

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	**Execução da Despesa**				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)**
Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-	-	-	-
Aposentadorias					
Pensões					
Outras Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)					
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)	54.769.860,00	43.050.066,68	43.050.066,68	43.050.066,68	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal – Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2023
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	1.982.855.851,67	1.641.899.249,05
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	422.057.475,00	380.660.780,93
IPTU	47.218.582,00	41.364.369,19
ISS	189.437.322,00	172.110.690,65
ITBI	26.052.411,00	16.461.609,88
IRRF	88.846.660,00	90.180.803,37
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	70.502.500,00	60.543.307,84
Contribuições	138.957.330,00	114.899.692,18
Receita Patrimonial	45.560.100,00	40.577.414,65
Aplicações Financeiras (II)	44.857.180,00	39.283.801,24
Outras Receitas Patrimoniais	702.920,00	1.293.613,41
Transferências Correntes	1.363.063.416,67	1.080.903.326,41
Cota-Parte do FPM	358.010.481,00	269.722.062,77
Cota-Parte do ICMS	309.746.432,00	230.152.862,86
Cota-Parte do IPVA	63.192.249,00	68.913.357,46
Cota-Parte do ITR	1.098.825,00	1.621.165,52
Transferências da LC nº 61/1989	1.326.752,00	913.796,86
Transferências do FUNDEB	319.671.430,00	258.076.253,46
Outras Transferências Correntes	310.017.247,67	251.503.827,48
Demais Receitas Correntes	13.217.530,00	24.858.034,88
Outras Receitas Financeiras (III)		
Receitas Correntes Restantes	13.217.530,00	24.858.034,88
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = (I - (II + III))	1.937.998.671,67	1.602.615.447,81
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	188.783.560,00	151.715.942,82
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	87.063.620,00	50.068.478,67
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	125.150.854,00	67.454.167,54
Operações de Crédito (VIII)	7.551.812,00	6.050.685,26
Amortização de Empréstimos (IX)		
Alienação de Bens		1.386.710,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		
Outras Alienações de Bens		1.386.710,00
Transferências de Capital	117.599.042,00	42.419.023,11
Convênios	116.414.361,00	32.624.042,93
Outras Transferências de Capital	1.184.681,00	9.794.980,18
Outras Receitas de Capital		17.597.749,17
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)		
Outras Receitas de Capital Primárias		17.597.749,17
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = (VII - (VIII + IX + X + XI + XII))	117.599.042,00	61.403.482,28
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	2.244.381.273,67	1.815.734.872,91
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	2.055.597.713,67	1.664.018.930,09

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal – Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2023					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	2.099.525.670,01	1.800.252.887,99	1.520.882.834,49	1.502.986.803,64	2.410.134,38	71.739.742,06	71.398.516,78
Pessoal e Encargos Sociais	1.090.090.097,72	968.197.094,93	866.951.457,65	866.396.973,50	31.465,73	19.794,31	19.794,31
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	35.755.666,00	35.033.687,72	27.474.590,84	26.174.173,93	1.432.369,62		
Outras Despesas Correntes	973.679.906,29	797.022.105,34	626.456.786,00	610.415.656,21	946.299,03	71.719.947,75	71.378.722,47
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	2.063.770.004,01	1.765.219.200,27	1.493.408.243,65	1.476.812.629,71	977.764,76	71.739.742,06	71.398.516,78
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	191.798.574,00	160.082.939,10	151.507.472,33	151.486.442,55	0,00	105.921,48	105.921,48
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	496.992.298,26	304.309.853,08	165.606.098,51	155.144.721,32	2.332.989,36	42.832.344,96	42.696.784,05
Investimentos	452.228.260,26	260.069.974,83	131.889.791,77	121.399.270,34	1.634.479,26	42.832.344,96	42.696.784,05
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)							
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XXVII)	44.764.038,00	44.239.878,25	33.716.306,74	33.745.450,98	698.510,10		
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = (XXIII - (XXIV +							
	452.228.260,26	260.069.974,83	131.889.791,77	121.399.270,34	1.634.479,26	42.832.344,96	42.696.784,05
XXV + XXVI + XXVII))							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	8.092.147,82						
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	1.005.000,00	750.972,15	394.763,99	394.763,99		28.760,00	28.760,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	2.716.893.986,09	2.186.123.086,35	1.777.200.271,74	1.750.093.106,59	2.612.244,02	114.706.768,50	114.229.982,31
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	2.524.090.412,09	2.025.289.175,10	1.625.298.035,42	1.598.211.900,05	2.612.244,02	114.572.087,02	114.095.300,83

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios	
Resultado Primário - Acima da Linha	**Até o Bimestre / 2023**
	VALOR
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = (XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc))	-51.200.460,01
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = (XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc))	-50.900.514,81
RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios	
Meta Fiscal para o Resultado Primário	**Meta Fixada na LDO**
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	238.979.249,00
RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios	
Juros Nominais	**Até o Bimestre / 2023**
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	49.047.565,71
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	37.573.794,52
RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios	
Resultado Nominal - Acima da Linha	**Até o Bimestre / 2023**
	VALOR
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	-39.426.743,62
RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios	
Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	**Saldo**
	Em 31/12/2022 (a)
Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	597.558.874,23
DEDUÇÕES (XL)	917.888.779,61
Disponibilidade de Caixa	718.351.575,27
Disponibilidade de Caixa Bruta	728.970.509,62

Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	Até o Bimestre 2023 (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	574.869.793,42
DEDUÇÕES (XL)	881.166.242,66
Disponibilidade de Caixa	681.629.038,32
Disponibilidade de Caixa Bruta	698.334.842,68

(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	5.624.539,41	1.339.365,64
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.994.394,94	15.366.438,72
Demais Haveres Financeiros	199.537.204,34	199.537.204,34
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-320.329.905,38	-306.296.449,24

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios	
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	**Até o Bimestre / 2023**
	VALOR
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	-14.033.456,14

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios	
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	**Meta Fixada na LDO**
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	109.903.250,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios	
Ajuste Metodológico	**Até o Bimestre / 2023**
	VALOR
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	1.339.365,64
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	
OUTROS AJUSTES (XLIX)	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = (XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX))	856.793.650,38

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios	
Resultado Primário - Abaixo da Linha	**Até o Bimestre / 2023**
	VALOR
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	845.319.879,19

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios	
Informações Adicionais	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	409.470.063,33
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	409.470.063,33
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	143.043.606,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios	
Notas Explicativas	**Valores**
	31/10/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	**Poder/Órgão**											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a+ b) - (c + d)**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f + g) - (i + j)**	**Saldo Total L = (e + k)**
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro de 2022 (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro de 2022 (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	983.513,20	4.641.026,21	4.743.123,74	18.836,22	862.579,45		161.534.780,18	114.706.768,50	114.229.982,31	18.394.504,92	28.910.292,95	29.772.872,40
PODER EXECUTIVO	983.513,20	4.638.785,58	4.743.123,74	18.836,22	860.338,82		161.454.344,06	114.644.176,86	114.167.390,67	18.387.363,38	28.899.590,01	29.759.928,83
PODER LEGISLATIVO		2.240,63			2.240,63		80.436,12	62.591,64	62.591,64	7.141,54	10.702,94	12.943,57
Câmara Municipal		2.240,63			2.240,63		80.436,12	62.591,64	62.591,64	7.141,54	10.702,94	12.943,57
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		0,00	0,00		0,00							0,00
TOTAL (III) = (I + II)	983.513,20	4.641.026,21	4.743.123,74	18.836,22	862.579,45		161.534.780,18	114.706.768,50	114.229.982,31	18.394.504,92	28.910.292,95	29.772.872,40

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios												
Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2022 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2022 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		0,00	0,00		0,00							0,00
PODER EXECUTIVO		0,00	0,00		0,00							0,00
PODER LEGISLATIVO												
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios	
Notas Explicativas	Valores
	31/10/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas		
Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP	
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL ATÉ O BIMESTRE
Impactos das Contratações de PPP	-	-
TOTAL DE ATIVOS		
Ativos Constituídos pela SPE		
TOTAL DE PASSIVOS		
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE		
Provisões de PPP		
Outros Passivos		
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Obrigações Contratuais		
Riscos não Provisionados		
Garantias Concedidas		
Outros Passivos Contingentes		

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)											
Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A Contratar (I.2)											
Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A contratar (I.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes (II.1)											
Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - Contratadas (II.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não Dependentes - A contratar (II.2)											
Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - A Contratar (II.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas											
Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO (I) = (I.1 + I.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I)											

TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas	
Notas Explicativas	**Valores**
	31/10/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF	
Balanço Orçamentário	**Valores**
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	2.351.657.479,00
Previsão Atualizada	2.383.853.885,67
Receitas Realizadas	1.911.137.838,08
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	409.470.063,33
DESPESAS	
Dotação Inicial	2.208.613.873,00
Dotação Atualizada	2.797.413.690,09
Despesas Empenhadas	2.265.396.652,32
Despesas Liquidadas	1.838.391.169,32
Despesas Pagas	1.810.012.731,50
Superávit Orçamentário	72.746.668,76

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF	
Despesas por Função/Subfunção	**Valores**
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	2.265.396.652,32
Despesas Liquidadas	1.838.391.169,32

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF	
Receita Corrente Líquida - RCL	**Valores**
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	1.928.203.836,35
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	1.928.203.836,35
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	1.915.580.016,35

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF	
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	**Valores**
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	117.529.598,35
Despesas Previdenciárias Empenhadas	4.919.249,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	4.381.225,63
Despesas Previdenciárias Pagas	4.381.225,63
Resultado Previdenciário	113.148.372,72
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	80.949.257,52
Despesas Previdenciárias Empenhadas	140.793.804,84
Despesas Previdenciárias Liquidadas	135.634.103,92
Despesas Previdenciárias Pagas	135.634.103,92
Resultado Previdenciário	-54.684.846,40

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF			
Resultados Primário e Nominal	**Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário**		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	**Resultado Apurado até o Bimestre (b)**	**% em Relação à Meta (b/a)**
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	238.979.249,00	-50.900.514,81	-21,30
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-39.426.743,62	-14.033.456,14	35,59

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	5.624.539,41	18.836,22	4.743.123,74	862.579,45
Poder Executivo	5.622.298,78	18.836,22	4.743.123,74	860.338,82
Poder Legislativo	2.240,63	0,00	0,00	2.240,63
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	161.534.780,18	18.394.504,92	114.229.982,31	28.910.292,95
Poder Executivo	161.454.344,06	18.387.363,38	114.167.390,67	28.899.590,01
Poder Legislativo	80.436,12	7.141,54	62.591,64	10.702,94
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	167.159.319,59	18.413.341,14	118.973.106,05	29.772.872,40

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	262.652.412,01	25,00	25,27
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	214.943.761,48	70,00	83,07
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil			
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício	Exercício de 10º Exercício	Apuração 20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receitas da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF			
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	**Apuração das Despesas com Saúde**		
	Valor Apurado Até o Bimestre	**Limites Constitucionais Anuais**	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	1.060.483.103,23	15,00	24,29

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF	
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	**Valor Realizado no Período**
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	**Valor Realizado no Período**
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	
RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF	
Notas Explicativas	**Valores**
	31/10/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Publicado por:
Natália Portela Carneiro Aguiar
Código Identificador:9E3C337A

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
ANEXO 3

PODER EXECUTIVO														
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL														
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
11/2.022 A 10/2.023														
RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)														R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												Total Últ. 12 meses	Previsão Exerc. Atual
	11 / 2.022	12 / 2.022	1 / 2.023	2 / 2.023	3 / 2.023	4 / 2.023	5 / 2.023	6 / 2.023	7 / 2.023	8 / 2.023	9 / 2.023	10 / 2.023		
RECEITAS CORRENTES (I)	4.533.734,22	6.696.488,12	4.570.780,88	5.048.670,25	6.125.104,08	4.614.981,50	7.214.985,01	6.106.341,39	5.600.831,00	6.179.112,41	5.039.323,79	5.823.038,39	67.553.391,04	65.101.285,50
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	370.633,95	422.021,48	262.612,15	208.832,05	319.483,89	372.080,20	565.506,96	373.719,02	417.596,99	303.370,93	387.175,81	271.092,95	4.274.126,38	3.979.768,19
IPTU	37.104,40	26.823,39	8.743,08	10.134,62	17.911,93	76.748,72	132.712,33	49.383,26	38.756,38	34.478,84	7.344,64	30.484,23	470.625,82	417.900,00
ISS	153.306,86	149.680,77	73.049,25	76.920,49	95.997,93	102.517,79	130.094,80	141.179,76	166.043,76	109.479,09	166.675,65	93.711,20	1.458.657,35	1.033.611,33
ITBI	27.313,11	16.271,75	50.328,67	40.029,70	26.082,90	27.692,41	58.333,77	82.167,79	65.519,54	29.623,51	77.030,38	67.703,64	568.097,17	725.229,36
IRRF	122.189,38	186.094,61	78.035,75	41.783,30	129.816,18	88.761,87	160.005,71	44.341,75	103.089,65	82.550,56	92.741,40	40.041,00	1.169.451,16	1.100.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	30.720,20	43.150,96	52.455,40	39.963,94	49.674,95	76.359,41	84.360,35	56.646,46	44.187,66	47.238,93	43.383,74	39.152,88	607.294,88	703.027,50
Contribuições	186.113,04	435.792,51	18.192,93	152.658,24	157.425,10	159.721,29	159.995,55	226.537,52	162.688,95	168.189,12	168.471,51	98.820,29	2.094.606,05	2.284.000,00
Receita Patrimonial	355.422,24	578.914,78	587.770,29	552.914,09	775.302,84	524.141,51	605.395,18	684.056,57	583.463,24	601.747,16	287.865,74	353.887,01	6.490.880,65	4.090.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	355.422,24	578.914,78	587.770,29	552.914,09	775.302,84	524.141,51	605.395,18	684.056,57	583.463,24	601.747,16	287.865,74	353.887,01	6.490.880,65	4.090.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.000,00
Transferências Correntes	3.617.016,70	5.234.005,43	3.633.135,65	4.129.427,65	4.858.535,37	3.551.221,35	5.878.011,30	4.808.264,47	4.429.261,41	5.099.712,63	4.185.968,65	5.076.992,48	54.501.553,09	54.563.517,31
Cota-Parte do FPM	1.218.354,21	1.893.078,13	1.291.685,95	1.637.641,58	1.001.820,47	1.145.393,45	1.273.288,69	1.189.242,10	1.423.671,57	1.018.256,42	1.038.009,25	964.064,14	15.094.505,96	16.200.000,00
Cota-Parte do ICMS	1.122.361,03	1.280.760,87	1.287.515,64	1.107.492,69	1.173.565,38	1.032.624,32	2.052.582,92	1.673.511,04	1.650.466,86	1.657.294,37	1.612.310,53	1.301.801,54	16.952.287,19	18.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	46.850,19	51.063,98	162.537,76	165.734,11	206.971,73	159.166,40	255.707,35	179.287,85	159.044,00	186.094,16	91.131,01	92.057,09	1.755.645,63	1.800.000,00

Cota-Parte do ITR	6.355,02	6.471,53	4.676,56	223,30	27,93	675,25	699,21	761,36	676,92	2.119,57	20.147,47	17.038,17	59.872,29	20.000,00
Transferências LC 61/1989	0,00	70.700,64	0,00	6.368,66	8.155,08	0,00	10.909,84	4.852,49	1.067,60	11.273,68	6.648,00	7.836,60	127.812,59	20.000,00
Transferências do FUNDEB	596.511,19	720.953,55	543.454,56	855.667,29	656.774,74	699.699,81	855.618,70	730.152,90	690.686,89	701.569,03	657.776,30	579.394,60	8.288.259,56	8.658.970,17
Outras Transferências Correntes	626.585,06	1.210.976,73	343.265,18	356.300,02	1.811.220,04	513.662,12	1.429.204,59	1.030.456,73	503.647,57	1.523.105,40	759.946,09	2.114.800,34	12.223.169,87	9.864.547,14
Outras Receitas Correntes	4.548,29	25.753,92	69.069,86	4.838,22	14.356,88	7.817,15	6.076,02	13.763,81	7.820,41	6.092,57	9.842,08	22.245,66	192.224,87	100.000,00
DEDUÇÕES (II)	805.758,54	1.327.664,09	985.746,42	1.098.904,70	1.164.253,12	971.269,36	1.258.167,87	1.295.796,35	1.058.323,04	1.104.118,05	805.137,89	744.562,12	12.619.701,55	12.168.000,00
Compensação Financ. entre Regimes de Previdência	3.288,29	6.837,01	68.551,11	4.214,88	4.464,81	4.464,81	4.464,81	4.464,81	4.464,81	4.464,81	4.464,81	4.464,81	118.609,77	0,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	185.455,87	435.792,51	18.192,93	152.658,24	157.425,10	159.721,29	159.995,55	226.537,52	162.688,95	168.189,12	168.471,51	98.820,29	2.093.948,88	2.200.000,00
Instrução Normativa TCE-RO 56/2002 - IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE-RO 177/2003 - PACS/PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	123.250,56	327.470,05	334.739,46	343.559,79	509.275,36	324.531,60	360.090,18	440.283,32	351.595,85	341.476,75	93.866,89	149.737,80	3.699.877,61	3.000.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	493.763,82	557.564,52	564.262,92	598.471,79	493.087,85	482.551,66	733.617,33	624.510,70	539.573,43	589.987,37	538.334,68	491.539,22	6.707.265,29	6.968.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	3.727.975,68	5.368.824,03	3.585.034,46	3.949.765,55	4.960.850,96	3.643.712,14	5.956.817,14	4.810.545,04	4.542.507,96	5.074.994,36	4.234.185,90	5.078.476,27	54.933.689,49	52.933.285,50
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	125.318,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.318,00	50.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	3.727.975,68	5.368.824,03	3.585.034,46	3.949.765,55	4.835.532,96	3.643.712,14	5.956.817,14	4.810.545,04	4.542.507,96	5.074.994,36	4.234.185,90	5.078.476,27	54.808.371,49	52.883.285,50
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.600,00	105.600,00	110.808,00	322.008,00	1.008.384,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados a pagto. agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	82.416,00	164.832,00	83.328,00	83.328,00	93.744,00	88.536,00	89.760,00	105.600,00	105.600,00	0,00	0,00	0,00	897.144,00	7.058.688,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI)	3.645.559,68	5.203.992,03	3.501.706,46	3.866.437,55	4.741.788,96	3.555.176,14	5.867.057,14	4.704.945,04	4.436.907,96	4.969.394,36	4.128.585,90	4.967.668,27	53.589.219,49	44.816.213,50
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 22/nov/2023 as 19h e 43m.														

ARMANDO BERNANDO DA SILVA	***CESAR GONÇALVES DE MATOS***	***MICHELLE DE ANDRADE***
Prefeito Municipal	Contador CRC-RO 005160/O-0	Secretária Munic. de Faz. e Planejamento

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:8D37F5E6

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
ANEXO 7

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMOSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.023/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO
RREO – Anexo VII (LRF, art. 53, inciso V) — Em Reais

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				Saldo e=(a+b) - (c+d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo k=(f+g) - (i+j)	Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)		Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)		
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2022 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2022 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	148.293,33	143.973,81	0,00	4.319,52	591.631,25	15.571.956,40	8.496.706,25	8.344.584,20	266.482,89	7.552.520,56	7.556.840,08
PODER EXECUTIVO	0,00	135.093,54	130.774,02	0,00	4.319,52	591.631,25	15.571.956,40	8.496.706,25	8.344.584,20	266.482,89	7.552.520,56	7.556.840,08
PODER LEGISLATIVO	0,00	13.199,79	13.199,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	148.293,33	143.973,81	0,00	4.319,52	591.631,25	15.571.956,40	8.496.706,25	8.344.584,20	266.482,89	7.552.520,56	7.556.840,08

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS, emitido em 22/nov/2023 as 19h e 56m.

ARMANDO BERNANDO DA SILVA	***CESAR GONÇALVES DE MATOS***	***MICHELLE DE ANDRADE***
Prefeito Municipal	Contador CRC-RO 005160/O-0	Secretária Munic. de Faz. e Planejamento

Publicado por:
Stela da Silva Naressi
Código Identificador:80871230

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ANEXO III - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

NOV/2022 A OUT/2023

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	NOV/2022	DEZ/2022	JAN/2023	FEV/2023	MAR/2023	ABR/2023	MAI/2023	JUN/2023	JUL/2023	AGO/2023	SET/2023	OUT/2023		
RECEITAS CORRENTES (I)	3.106.033,60	4.529.721,62	2.981.648,06	3.581.619,79	3.726.664,88	3.024.462,39	4.996.071,69	3.585.771,95	3.680.541,67	3.989.734,47	3.129.996,43	3.632.373,85	43.964.640,40	38.453.993,39
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	290.813,58	523.404,63	96.645,88	238.942,13	302.646,77	214.013,17	492.642,46	295.235,05	263.499,18	307.172,06	238.236,07	278.518,41	3.541.769,39	2.067.261,99
IPTU	8.824,68	5.367,96	6.032,16	10.194,35	4.929,25	20.823,21	97.190,35	48.092,53	15.102,76	25.161,38	30.486,69	18.236,63	290.441,95	205.935,10
ISS	30.998,48	71.216,79	19.452,64	50.146,87	122.811,94	31.123,23	46.104,36	55.423,53	73.614,43	71.135,67	30.203,97	67.587,11	669.819,02	228.079,46
ITBI	17.694,47	50.064,65	36.354,17	43.468,92	58.051,41	21.362,33	95.406,02	43.534,18	59.713,15	66.656,15	46.774,25	54.681,12	593.760,82	541.831,11
IRRF	199.588,08	373.152,65	2.229,73	107.718,58	79.795,16	87.493,46	94.254,70	77.144,80	78.998,46	95.096,45	80.180,74	98.302,24	1.373.955,05	883.051,94
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	33.707,87	23.602,58	32.577,18	27.413,41	37.059,01	53.210,94	159.687,03	71.040,01	36.070,38	49.122,41	50.590,42	39.711,31	613.792,55	208.364,38
Contribuições	353.590,95	386.870,96	34.142,38	116.863,89	115.046,51	116.608,25	187.925,53	61.102,69	93.329,16	130.824,82	116.753,69	117.873,15	1.830.931,98	1.086.877,72
Receita Patrimonial	105.847,36	293.372,32	345.922,33	357.826,89	453.648,70	314.216,88	361.541,74	409.238,40	341.256,78	262.905,48	152.964,44	116.200,34	3.514.941,66	1.959.657,23
Rendimentos de Aplicação Financeira	105.847,36	289.621,06	345.622,33	357.526,89	453.348,70	313.916,88	361.241,74	408.938,40	330.385,84	256.057,31	147.528,27	114.313,17	3.484.347,95	1.945.155,54
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	3.751,26	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	10.870,94	6.848,17	5.436,17	1.887,17	30.593,71	14.501,69
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	2.354.994,45	3.323.446,78	2.475.655,01	2.864.728,63	2.840.149,41	2.377.311,89	3.952.563,82	2.818.357,71	2.980.686,18	3.268.260,59	2.613.491,12	3.113.432,80	34.983.078,39	33.267.603,14
Cota Parte do FPM	913.765,66	1.419.808,59	968.764,47	1.228.231,19	751.365,37	859.045,08	954.966,52	891.931,57	1.067.753,67	763.692,32	778.506,93	723.048,11	11.320.879,48	11.664.872,40
Cota Parte do ICMS	654.358,18	746.708,35	745.069,74	640.855,26	679.088,49	597.532,35	1.187.735,65	968.384,13	955.049,52	959.000,28	908.851,77	753.292,89	9.795.926,61	9.223.374,89
Cota Parte do IPVA	42.356,08	24.339,07	123.006,35	99.285,23	134.499,26	122.404,22	138.435,39	147.013,27	135.487,79	125.546,51	65.379,56	76.517,30	1.234.270,03	798.121,20
Cota Parte do ITR	339,40	431,09	176,20	112,87	101,90	12,72	20,76	6,47	178,36	744,54	9.860,13	20.240,25	32.224,69	10.319,39
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	41.219,84	0,00	2.948,20	3.775,17	0,00	5.050,42	2.246,33	494,22	5.218,85	3.077,52	3.627,75	67.658,30	32.630,80
Transferencias do FUNDEB	501.220,44	605.783,61	430.250,62	676.715,11	519.437,24	553.250,34	676.587,93	577.286,03	546.059,12	554.641,43	519.989,76	457.971,49	6.619.193,12	6.647.922,83
Outras Transferências Correntes	242.954,69	485.156,23	208.387,63	216.580,77	751.881,98	245.067,18	989.767,15	231.489,91	275.663,50	859.416,66	327.825,45	1.078.735,01	5.912.926,16	4.890.361,63
Outras Receitas Correntes	787,26	2.626,93	29.282,46	3.258,25	15.173,49	2.312,20	1.398,14	1.838,10	1.770,37	20.571,52	8.551,11	6.349,15	93.918,98	72.593,31
DEDUÇÕES (II)	665.600,03	911.895,54	611.205,47	747.769,18	743.276,09	627.040,27	876.705,46	738.245,41	655.854,83	616.618,63	496.933,31	439.331,28	8.130.475,50	6.722.443,24
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	324.556,65	357.381,76	3.258,72	88.954,09	87.477,21	86.532,05	161.276,83	30.503,59	79.109,63	87.852,27	87.261,49	87.019,05	1.481.183,34	810.000,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	18.879,59	196.385,12	240.543,47	265.118,22	342.787,70	224.709,41	259.197,02	306.274,77	236.845,16	158.969,65	75.049,25	37.692,58	2.362.451,94	1.746.579,50
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	322.163,79	358.128,66	367.403,28	393.696,87	313.011,18	315.798,81	456.231,61	401.467,05	339.900,04	369.796,71	334.622,57	314.619,65	4.286.840,22	4.165.863,74
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	2.440.433,57	3.617.826,08	2.370.442,59	2.833.850,61	2.983.388,79	2.397.422,12	4.119.366,23	2.847.526,54	3.024.686,84	3.373.115,84	2.633.063,12	3.193.042,57	35.834.164,90	31.731.550,15
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	2.440.433,57	3.617.826,08	2.370.442,59	2.833.850,61	2.783.388,79	2.397.422,12	4.119.366,23	2.847.526,54	3.024.686,84	3.373.115,84	2.633.063,12	3.193.042,57	35.634.164,90	31.731.550,15
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às	0,00	0,00	70.308,00	70.308,00	70.308,00	70.308,00	73.920,00	73.920,00	73.920,00	73.920,00	223.920,00	73.920,00	874.752,00	850.824,00

emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VI)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	2.440.433,57	3.617.826,08	2.300.134,59	2.763.542,61	2.713.080,79	2.327.114,12	4.045.446,23	2.773.606,54	2.950.766,84	3.299.195,84	2.409.143,12	3.119.122,57	34.759.412,90	30.880.726,15

EIDSON CARLOS POLITO	*MILENA BUBACK RONQUETTI*	*POLIANA DE MOARES SILVA GASQUI PERRETA*
CONTADOR CRCRO 005964/O-3	CONTROLADORA	PREFEITA

Publicado por:
Dineia Tigre Dos Santos
Código Identificador:416F85E0

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ANEXO VII - RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA														
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
PERIODO: Janeiro a Outubro 2023/BIMESTRE Setembro - Outubro														
RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)														R$ 1
PODER / ORGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
		Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	
		Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2022 (b)				Exercicios Anteriores Dezembro 2022 (f)	Em 31 de (g)					
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	22.915,85	22.915,85	0,00	0,00	0,00	4.229.663,67	3.466.994,29	3.466.994,29	145.992,54	616.676,84	616.676,84
02	PODER EXECUTIVO	0,00	22.915,85	22.915,85	0,00	0,00	0,00	4.229.663,67	3.466.994,29	3.466.994,29	145.992,54	616.676,84	616.676,84
0202	GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.156,70	16.807,41	16.807,41	5.141,82	207,47	207,47
0203	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, COORD. E ADM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.997,80	9.844,80	9.844,80	0,00	153,00	153,00
0204	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.082,37	32.082,37	32.082,37	0,00	0,00	0,00
0205	SECRETARIA MUN. DE EDUC. CULTURA E ESPORTE TURISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.243.590,27	1.871.763,46	1.871.763,46	63.664,51	308.162,30	308.162,30
0206	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	21.538,69	21.538,69	0,00	0,00	0,00	1.374.860,91	1.076.750,42	1.076.750,42	26.023,22	272.087,27	272.087,27
0207	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.943,65	5.214,46	5.214,46	600,39	128,80	128,80
0208	SECRETARIA MUN. DE OBRAS SERV. P. AG. E MEIO AMBIE	0,00	1.377,16	1.377,16	0,00	0,00	0,00	447.683,90	368.454,08	368.454,08	48.117,89	31.111,93	31.111,93
0210	SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA, PECUARIA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	93.348,07	86.077,29	86.077,29	2.444,71	4.826,07	4.826,07
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	57.486,53	57.486,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02	PODER EXECUTIVO	0,00	57.486,53	57.486,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III) = (I + II)	0,00	80.402,38	80.402,38	0,00	0,00	0,00	4.229.663,67	3.466.994,29	3.466.994,29	145.992,54	616.676,84	616.676,84

EIDSON CARLOS POLITO	*MILENA BUBACK RONQUETTI*	*POLIANA DE MOARES SILVA GASQUI PERRETA*
Contador CRCRO 005964/O-3	Controladora	Prefeita

Publicado por:
Dineia Tigre Dos Santos
Código Identificador:CA4FA1ED